

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE
MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

LEONARDO SARTORETTO

RAZÃO AUTOCRÁTICA: IDEOLOGIA E DIREÇÃO POLÍTICA NA
PROGRESSIVIDADE DA AUTOCRACIA BURGUESA BRASILEIRA (1930-
1945)

MARÍLIA – SP
2022

LEONARDO SARTORETTO

RAZÃO AUTOCRÁTICA: IDEOLOGIA E DIREÇÃO POLÍTICA NA
PROGRESSIVIDADE DA AUTOCRACIA BURGUESA BRASILEIRA (1930-
1945)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Marília - como requisito para obtenção do título de doutor em ciências sociais.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Deo

Linha de Pesquisa: Determinações do Mundo do Trabalho: Sociabilidade, Política e Cultura.

Marília-SP

2022

S251r Sartoretto, Leonardo
Razão autocrática : ideologia e direção política na
progressividade da autocracia burguesa brasileira (1930-1945) /
Leonardo Sartoretto. -- Marília, 2022
363 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Anderson Deo

1. Ideologia. 2. Ciência política. 3. História política. 4.
Sociologia política. 5. Política industrial. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LEONARDO SARTORETTO

RAZÃO AUTOCRÁTICA: IDEOLOGIA E DIREÇÃO POLÍTICA NA
PROGRESSIVIDADE DA AUTOCRACIA BURGUESA BRASILEIRA (1930-
1945)

Banca Examinadora - Tese de Doutorado

Profº. Dr. Anderson Deo (Orientador)

Depto. de Ciências Políticas e Econômicas - Universidade Estadual Paulista, FFC/ Marília

Profº. Titular Marcos Tadeu Del Roio

Depto. de Ciências Políticas e Econômicas - Universidade Estadual Paulista, FFC/ Marília

Profº. Dr. Marcelo Augusto Totti

Depto. de Sociologia e Antropologia - Universidade Estadual Paulista, FFC/ Marília

Profº. Dr. Antonio Carlos Mazzeo

Programa de Pós-Graduação em História Econômica - Universidade de São Paulo

Profª. Dr. Marly de Almeida Gomes Vianna

Universidade Federal de São Carlos

Profº. Dr. Leandro de Oliveira Galastri (Suplente)

Depto. de Ciências Políticas e Econômicas - Universidade Estadual Paulista, FFC/ Marília

Profº. Dr. Lincoln Ferreira Secco (Suplente)

Programa de Pós-Graduação em História Econômica - Universidade de São Paulo

Profº. Dr. Carlos Henrique Lopes Rodrigues (Suplente)

Pós-Graduação em Tecnologia, Ambiente e Sociedade - Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri

Marília, 4 de março de 2022

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Este trabalho é, antes de mais nada, fruto do esforço semissecular da Unesp de Marília, cujas aulas, seminários, orientações, congressos, debates em salas, assembleias, movimento estudantil, CAUM (Cursinho Alternativo da Unesp de Marília), trocas de ideias nos corredores, bancos de café ou na acolhedora moradia estudantil, biblioteca, servidores técnico-administrativos, trabalhadores e trabalhadores de manutenção e limpeza, dos carismáticos “guardinhas”, do restaurante universitário, proporcionaram uma década continuada de estudos e produção do conhecimento. Esta tese é fruto de todas e todos que lutam por uma Universidade pública, gratuita e de qualidade.

Também quero lembrar/homenagear todos e todas que fizeram ou ainda fazem pesquisa, de qualquer natureza, em tempos de pandemia e de regressão da democracia e dos direitos sociais. Este processo tem um custo muito grande. Porém, sentimos cada vez mais que é uma necessidade pagá-lo.

Imensos – antes de muitos – são os seres que me apoiaram nessa jornada.

Especial carinho merecem Kathleen Karen Reichert, Jair Félix de Mendonça, Chintia Alves de Araújo Bissa, Alessandro Mariano Rodrigues (e toda sua família!), Natália dos Santos Carvalho, Renata Rodrigues, Letícia Navarro de Lima, Caroline Oliveira, Heric Endo, Suelyn Tosawa, Raian Alesson, Amanda Vinciguerra Schmidt, Eric Barros, Angelica Siqueira, Aline Gonzalez, Martins e Andreza por serem minha retaguarda em momentos difíceis, oferecendo auxílio nas mais diversas situações de vida.

Aos meus irmãos de coração, Jabis Ronaldo, Bruno Christian de Souza, Vinicius Lima de Oliveira, com os quais formo o quarteto fantástico de irmandade da existência!

Aos camaradas que me ofereceram constante debate intelectual durante este percurso, Adair Humberto Simonato Júnior, Cecílio Henrique Costa e Leonardo Augusto Franco, bem como aos companheiros e companheiras de pós-graduação!

Aos amigos de futebol e de basquete, que me salvam sempre do exaustivo esforço intelectual, Caio Ícaro, Filipe Bellinaso, Wagner Antunes, Caio Gervazoni, Sabonis, Maikon, Zé, Sid, Netão e Alexandre Tubman.

Ao Lucas e Maximino Sartoretto, irmão e pai, que me incentivaram sempre.

Aos professores e professora que compuseram a banca, Marcelo Augusto Totti, Marcos Tadeu Del Roio, Antonio Carlos Mazzeo e Marly Vianna, pela leitura atenciosa e comentários generosos que enriqueceram muitíssimo este trabalho. Todos são inspiração e referência em minha vida de pesquisador.

À professora Angélica Lovatto, que esteve presente em todo meu percurso formativo, fornecendo dicas e orientações sem as quais esta tese também não existiria. Ao professor Francisco Luiz Corsi que ministrou disciplinas, com seu gigante didatismo, que foram cruciais no aprendizado de temas e leituras aqui utilizados.

Em meio a tudo isso, a menção a Anderson Deo ganha um status especial. Hoje, passados 10 anos de orientação, surpreende-me olhar para trás e perceber o quanto sua parceria soube colocar-se ao meu nível de aprendizado em todos os diferentes momentos de pesquisa: graduação, mestrado e doutorado. Jamais impondo, sempre procurando impulsionar as potencialidades que em mim já existiam. Indicando leituras e confiando que eu extrairia delas o máximo que meu acúmulo até então me permitia. Soube ensinar com maestria a frase marxiana de que “todo começo é difícil em qualquer ciência”. E também conseguiu, com bastante dificuldade, devido à teimosia deste pesquisador, demonstrar a frase machadiana de que “a verdadeira ciência não é a que se incrusta para ornato, mas a que se assimila para nutrição”. Foi realmente estupendo ter sua amizade ao meu lado como orientador. Gratíssimo pela caminhada conjunta, Deo!

À Solange Inês Fiedler Sartoretto devo o maior de todos os agradecimentos, por ter me letrado e educado antes mesmo da escola, professora que me transmitiu o gosto pelo conhecimento e que me ensinou a viver eticamente. Ao teu carinho e amor devo tudo, tudo mãe.

El amor, madre, a la patria,
No es el amor ridículo a la tierra,
Ni a la yerba que pisan nuestras plantas;
Es el ódio invencible a quien la oprime,
Es el rencor eterno a quien la ataca;
Y tal amor despierta em nuestro pecho
El mundo de recuerdos que nos llama
A la vida outa vez

José Martí

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes (...) são as ideias de sua dominação – Karl Marx

Saiba o indivíduo ou não, em todas as suas decisões existe agora a interferência da luta entre o socialismo e o capitalismo monopolista - Lukács

O homem vive em muitos mundos, mas cada mundo tem uma chave diferente, e o homem não pode passar de um mundo para o outro sem a chave respectiva, isto é, sem mudar a intencionalidade e o correspondente modo de apropriação da realidade – Karel Kosik

O desmascaramento do que é falso converte-se ininterruptamente na indicação do que é justo do ponto de vista político-social, e disso decorre também um esclarecimento lógico e metodológico das categorias - Lukács

E que apenas por esta consciência da infinita riqueza de determinações da natureza o materialismo é vivo – o materialismo, que afirma que a realidade desborda o pensamento, que o ser precede o conhecer e que o pensamento humano, apoiado na práxis, deve tornar-se mais e mais flexível, penetrante, poliscópico - Lênin

Nosce te ipsum – Alberto Torres

**Estudar o Brasil, eis o que deveria ser o lema do patriotismo e do zelo pela sorte de nossa terra (...)
É em sua geografia e no quadro da sociedade contemporânea que está a base do conhecimento de
sua sorte – Alberto Torres**

**Os antigos, aliás, tinham um sentido muito sutil desses efeitos das influências locais. De cidade em
cidade, dentro de um mesmo povo, eles sentiam que havia qualquer coisa impalpável, mas real,
que as fazia diferentes – e atribuíam esse fato a ação de uma poliada ou demônio invisível, que
eles chamavam o “gênio do lugar”, *genius loci* – Oliveira Vianna**

**Uma nação destituída de qualquer forma de atividade industrial constitui um verdadeiro
contrassenso sociológico – Azevedo Amaral**

**O espaço não é simples matéria, espaço é também energia psíquica. Amplia a visão, dilata a alma,
dá ao homem que o habita e que ele circunda coragem e confiança para avançar. Onde há espaço,
há não só tempo, como também futuro – Stefan Zweig**

RESUMO

A presente tese investiga a existência de um corpo teórico-ideológico processualmente formulado na obra de Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, com a finalidade de fornecer elementos de uma práxis autocrática para a direção do capitalismo brasileiro. Pressupondo a existência de uma razão evolutiva não alcançada na formação brasileira, esses autores utilizaram uma razão corroída, mediante núcleo duro localizável no positivismo, para elaborar abordagens metodológicas, investigações históricas e proposições políticas que ofereceriam o caminho para a retomada de tal percurso. Encontrando em Getúlio Vargas a mediação histórico-concreta, especialmente após a tomada do poder pela Aliança Liberal, em 1930, embora já imbricados antes mesmo desse movimento político-militar, o conjunto sistemático de representações elaborado pelos referidos intelectuais se fez matriz ideopolítica, norteando as transformações promovidas naquele período. Tornando-se um sujeito social esclarecido e racionalizando instrumentalmente as contradições concretas gestadas pelo movimento do grande capital cafeeiro, Vargas, indivíduo que condensou todas essas demandas autocráticas de classe em sua liderança política, levou a cabo uma forma autocrático-progressiva de desenvolvimento para o capitalismo brasileiro, isto é, incrementou as forças produtivas internas sem romper com sua face sócio-política excludente, alcançando, assim, seu estágio específico: a industrialização hiper-tardia. Nesta tese, procura-se, portanto, resolver dois problemas distintos, mas intimamente relacionados, que são tanto a desmistificação da natureza reducionista dessa ideologia, indo à raiz de sua constituição falseadora, bem como expor os principais momentos da forma de desenvolvimento autocrático-progressiva, acompanhando a influência daquelas construções previamente ideadas, elaboradas como respostas às demandas arbitrariamente manipuladoras dessa autocracia.

Palavras-chave: Autocracia burguesa brasileira. Decadência ideológica. Razão empobrecida. Forma de desenvolvimento capitalista. Fisicalismo Positivista.

ABSTRACT

This thesis investigates the existence of a theoretical-ideological body procedurally formulated in the work of Alberto Torres, Oliveira Vianna and Azevedo Amaral, in order to provide elements of an autocratic praxis for the direction of Brazilian capitalism. Assuming the existence of an evolutionary reason not reached in the Brazilian formation, these authors used a corroded reason, through a hard core located in positivism, to elaborate methodological approaches, historical investigations and political propositions that would offer the way for the resumption of such a path. Finding historical-concrete mediation in Getúlio Vargas, especially after the seizure of power by the Liberal Alliance in 1930, although already intertwined even before this political-military movement, the systematic set of representations elaborated by these intellectuals became an ideopolitical matrix, guiding the changes that took place during that period. Becoming an enlightened social subject and instrumentally rationalizing the concrete contradictions generated by the movement of big coffee capital, Vargas, an individual who condensed all these autocratic class demands in his political leadership, carried out an autocratic-progressive form of development for capitalism that is, it increased the internal productive forces without breaking with its excluding socio-political face, thus reaching its specific stage: the hyper-late industrialization. In this thesis, therefore, we seek to solve two distinct but closely related problems, which are both the demystification of the reductionist nature of this ideology, going to the root of its falsifying constitution, as well as exposing the main moments of the autocratic-progressive form of development. , following the influence of those previously conceived constructions, elaborated as responses to the arbitrarily manipulative demands of this autocracy.

Palavras-chave: Brazilian bourgeois autocracy. Ideological decay. Impoverished reason. Form of capitalist development. positivist Physicalism.

Sumário

INTRODUÇÃO	12
PARTE I – A RAZÃO AUTOCRÁTICA COMO CORPO TEÓRICO	43
CAPÍTULO I: MÁXIMOS REPRESENTANTES E DIVISÃO INTELCTUAL DO TRABALHO	44
1.1 – Gênese e indicativos metodológicos em Alberto Torres.....	44
1.2 – A fina aplicabilidade de Oliveira Vianna	57
1.3 – Azevedo Amaral e o prognóstico sugestivo	75
CAPÍTULO II – CRÍTICA AO NECESSÁRIO FALSEAMENTO DA REALIDADE	93
2.1 – Uma filosofia para a organização progressiva capitalista.....	93
2.2 – Explicação reduitiva e hispostação da aparência	107
2.3 – A prisão no mundo da dominação de classe: a política como arte	118
2.4 – Tarefas de classe para uma práxis autocrática.....	130
PARTE II – A FORMA DE DESENVOLVIMENTO AUTOCRÁTICO-PROGRESSIVA COMO CRIAÇÃO DA TOTALIDADE	145
CAPÍTULO III: DO LIVRE MOVIMENTO DO CONCRETO	146
3.1 – A dinâmica contraditória do grande capital cafeeiro.....	146
3.2 – Getúlio Dornelles Vargas: a expressão política condensadora.....	156
3.3 – A vitória da Aliança Liberal: a resolução do conflito pela luta.....	176
CAPÍTULO IV: CONDICIONANTES DA LUTA DE CLASSES GENERALIZADA.....	190
4.1 – O significado político e os desdobramentos da insurreição paulista de 1932.....	190
4.2 – A enformação de um aliado fundamental: as forças armadas	208
4.3 – A verdadeira ameaça: o projeto nacional-popular da Aliança Nacional Libertadora	226
CAPÍTULO V: MEDIAÇÕES NECESSÁRIAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO HIPER-TARDIA	247
5.1 – O caráter ditatorial como forma reflexa de Estado.....	247
5.2 – As determinações da forma sindical-corporativista de organização das classes sociais	257
5.3 – O novo sociometabolismo capitalista	285
CAPÍTULO VI: AS PARTICULARIDADES DO PROJETO POLÍTICO.....	302
6.1 – A burguesia industrial sobe ao palco	302
6.2 – O sentido do Nacionalismo	316
CONSIDERAÇÕES FINAIS	329
REFERÊNCIAS	347
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	361

INTRODUÇÃO

I - Objeto e discussão da problemática

No decorrer do primeiro terço do século XX, três pensadores produziram, minoritariamente e de forma que lhes parecia impotente, elementos para caracterizar uma crítica ao estado de coisas da realidade brasileira. Trata-se das reflexões de Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral – notadamente as obras mais tardias do primeiro e as primeiras dos dois últimos. Mesmo que o juízo central expresso por aquela crítica só conseguisse tardiamente opor-se à ideia de que o país é marcado pela “vocação agrícola”, e sem a radicalidade necessária para neg -la integralmente, no percorrer de todo seu caminho e em sua base fundante afirmava-se que o Brasil de então não era brasileiro. Ao lado disso, também se levantavam gritos de denúncia de que o país era legislado de maneira a que seus mais genuínos interesses não estivessem representados em sua forma jurídica; a constitui o brasileira de 1889 seria cópia alienígena, importada. A síntese então era apontada: o país, estruturado sobre esses err neos fundamentos, estaria distanciado de sua realidade.

Após a insurrei o vitoriosa da Aliança Liberal, em fins de 1930, o sentido principal dessa percep o foi progressivamente revertido, a ponto de transformar-se em seu exato contrário. Principalmente após 1937, passou-se a crer que o Brasil encontrara, finalmente, a si próprio, que teria conhecido sua alma, sua substância ótima e reencontrado suas verdades essenciais. Traduzindo este processo na linguagem que costumava empregar Alberto Torres – pensador que, mais que nenhum outro, personificara inicialmente aquela crítica –, de totalmente desorganizado, o país afirmava sua personalidade nacional e iniciava a constru o do edifício próprio aos seus destinos de grandeza.

Se antes de 1930 essas ideias encontravam-se restritas ao conjunto de teorias veiculadas por aqueles tr s teóricos, após 1930 passou a ganhar ressonância surpreendente, alcançando sucesso em largo âmbito de classes e estratos sociais.

Assim   que, um ano antes de seu suicídio, um dos maiores escritores daquele tempo produziria um livro profundamente enaltecedor da ditadura do Estado Novo (1937-1945): *Brasil, um país do futuro*. Em 1941, Stefan Zweig, ao escolher o Brasil como refúgio frente a barbárie irracionalista do nazismo alemão, que também assolava sua pátria, a Áustria, e que muito lhe determinava o olhar sobre os problemas da humanidade, captava a euforia com que o crescimento brasileiro se fazia perceber por seus habitantes. *Brasil, um país do futuro*

simboliza o alcance daquelas ideias, que penetram de forma profunda em um autor influenciado pelas melhores tendências do realismo – escola crítica –, profundo leitor e estudioso de Balzac e Tolstoi, sendo ainda amigo pessoal de Thomas Mann. Em seu livro, Zweig afirma que o Brasil teria encontrado a solução do problema central de toda sua geração: “como conseguir em nosso mundo uma convivência pacífica entre as pessoas apesar da diversidade de raças, classes, cores, religiões e convicções”? Para o famoso escritor, nenhum outro país - “e é como grato testemunho disso que escrevo este livro – conseguiu resolvê-lo de maneira tão feliz e exemplar como o Brasil. Uma maneira que, na minha opinião, não requer apenas a atenção, mas também a admiração do mundo” (ZWEIG, 2013, p. 18). Com tal obra, o escritor austríaco, bem no espírito do regime, “pretendia oferecer um livro político, sem falar em política (que detestava) (DINES, 2013, p. 8).

Essa percepção sobre o país é também encontrada na própria burguesia brasileira. Diversas das suas entidades classistas representativas, comerciais, bancárias, industriais e até mesmo agrícolas, reunidas em contundente manifesto de louvor, a propósito do aniversário natalício de Getúlio Vargas, expressavam idêntica e ainda mais limpidamente a apreciação daquele momento. No manifesto, é clara a afirmação de que foi com a Constituição de 1937 que resgatamos, enfim, nossa forma de sentir e agir “brasileiramente”, pois “cada nação tem uma ideia nacional própria e forçosamente inadaptável à situação de qualquer outro povo. A nossa, a brasileira, é a que aí está em vigor desde 1937. Foi graças a ela que o Brasil encontrou a si mesmo” (CARONE, 1976b, p. 353).

Também em parte considerável dos setores operários, classe que sofria então as mais duras e violentas repressões policiais, pode-se localizar essa visão de mundo. As pesquisas historiográficas que procuraram trazer para o primeiro plano a “autoimagem” e as “representações sociais” que os trabalhadores construíam sobre sua forma de ler aquela realidade, constata que “nos anos 1930, toda uma história é contada e repetida sistematicamente pelos trabalhadores, onde o presente é exaltado, o passado repudiado e o futuro idealizado” (FERREIRA, 1990, p. 188-189).

Desenvolvendo estudos para investigar esse fato, o amplo conjunto de abordagens que perfazem a teoria do trabalhismo, procura explicá-lo negando que aí houvesse qualquer caráter passivo dos trabalhadores, rejeitando a tese da cultura operária como fruto de manipulação da ideologia dominante. Os trabalhadores, para essa teoria, teriam efetivamente percebido o complexo de dominação política no qual estavam inseridos, e apenas reproduziam os valores

do Estado com o fim de “instrumentalizá-lo” para realizar seus interesses e conseguir emprego, promoções, etc., tendo em vista não haver alternativa de ação.

Ao propor, em suas análises, como metodologia central “utilizar, no dizer dos antropólogos, os termos nativos” (FERREIRA, 2012, p. 318) expressos pelos sujeitos históricos da época, é sintomático que este setor específico da literatura especializada do período que adota a tese do trabalhismo tenha chegado a uma conclusão engenhosa para explicar o apoio de partes de classe dos trabalhadores ao governo ditatorial de Vargas. Substituindo, em grande medida, nas últimas décadas, a teoria do populismo como interpretação dominante do período, essa abordagem defende que aquilo que ficou conhecido como trabalhismo é o produto ideológico veiculado pelos intelectuais e meios de propaganda do Estado Novo e, nesse sentido, é um projeto organizado pela classe dominante. No entanto, o cerne da tese é a defesa de que o conteúdo desse corpo ideológico (corporativismo, paternalismo, direitos sociais, etc.,) teria sido “roubado”, sem que isto fosse declarado, evidentemente, da história cultural e de luta dos trabalhadores e transformado em discurso sedutor – e “alternativo” – com a finalidade de atraí-los para o poder. Os operários, por sua vez, vendo seus interesses representados naquele discurso, que ecoaria sua história cultural, teriam passado a aceitá-lo de bom grado, estabelecendo um contratualismo de novo tipo.

A construção da referida tese, importante interlocutora de nosso estudo, precisa, mesmo no espaço desta introdução, ser melhor compreendida, até para não a apresentarmos de maneira desonesta. Como para esse diapasão investigativo, todo discurso dos sujeitos sociais é idêntico a seus interesses, são estas declarações – a “palavra operária” - que expressam os interesses dos trabalhadores. Quando o discurso oficial, depois de ter se apropriado daquela “palavra”, redimensiona-a, reproduzindo-a em outro contexto, os operários não teriam condições de percebê-lo: já não encontravam seu discurso histórico mencionado expressamente naquele novo corpo de ideias. O projeto varguista, assim, “apaga a memória da ‘palavra’ dos trabalhadores” (GOMES, 2005, p. 27). Portanto, estes obedeceriam ao regime apenas porque nele viam seus interesses estandardizados; de quebra, criavam para si próprios a necessidade de retribuição, por terem sido atendidas as demandas de classe. Por fim, a aplicação das demandas operárias pelo Estado, mesmo que de forma ditatorial e autoritária, perfaria uma “democracia autoritária”, que deveria ser valorizada sobretudo naquele seu primeiro polo, o democrático.

Procedendo assim, a teoria do trabalhismo reproduz, praticamente nos mesmos moldes, ou melhor, em termos ainda mais “democráticos”, as reflexões de Oliveira Vianna e Azevedo Amaral sobre a natureza das relações de poder que envolviam o corporativismo brasileiro: o

Brasil teria encontrado um novo tipo de democracia, pois que não mais política. A democracia brasileira finalmente teria sido encontrada como democracia social (GOMES, 2012).

Por fim, e como condição própria e necessária, essa forma de apreensão da realidade também era encontrada no líder da classe dominante, em Getúlio Vargas. O dirigente máximo do capitalismo brasileiro daqueles dias, menos de um ano após a instauração do golpe político do Estado Novo, em discurso no Palácio Guanabara, aos 7 de setembro de 1938, por ocasião da comemoração da *Semana da Pátria e da Raça*, assim irradiava seu discurso, através da rede nacional de emissoras:

Conforta-me verificar que a transformação operada na vida nacional, além de inadiável e proveitosa, foi obtida sem abalos e dissensões fraticidas. Saímos de uma situação falsa e caótica, com o país dividido em feudos e o interesse público na dependência de conchavos das clientelas eleitorais; conjuramos a ameaça que pesava sobre a nossa soberania, impedindo a formação de quistos raciais com pretensões autonômicas; fortalecemos a unidade nacional, extinguindo particularismos e hegemonias regionalistas; atacamos de frente os problemas fundamentais da nossa economia e do aparelhamento defensivo do país; passamos, enfim, de um regime de ficção e desperdício para outro de realidade e trabalho, em que a Nação se apresenta estruturada como um todo orgânico, dentro dos objetivos supremos do seu engrandecimento. (...) O momento é próprio para ressaltar a preponderância do fator humano no progresso. (...) É inadiável dar pronta solução ao problema do fortalecimento da raça, assegurando o preparo cultural e eugênico das novas gerações. (...) Nas circunstâncias atuais, torna-se urgente mobilizar essas nobres qualidades do caráter brasileiro, utilizando-as em benefício da cultura e do vigor físico da raça. (VARGAS, 1940, p. 54-55)

Como teremos oportunidade de notar, não é mero acaso o fato de Vargas ser o único indivíduo capaz de expressar o conjunto integral desta visão de mundo de maneira profundamente orgânica.

Depreende-se do exposto que todos estes sujeitos sociais, individualmente ou como classe, contemporaneamente ou em análise científica posterior, reproduzem, em maior ou menor medida, ideias formuladas, fundamentalmente, por Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral. Noções como a de que durante o regime republicano o país vivia uma situação largamente colonial e, portanto, com sua soberania penhorada pela não proteção dos seus recursos naturais mais preciosos; conceitos como o de “espírito insolidarista”, formulado para criticar a postura política burguesia brasileira; apontamentos como o abandono de um regime de “ficção”, que teria vigência anteriormente a 1930, por um próprio e adequado às “realidades nacionais” após a vitória da Aliança Liberal; e de “valorização do homem brasileiro” mediante

aperfeiçoamento racial e eugênico para torná-lo mais apto ao progresso atual da civilização constituem a base daquele corpo de reflexões, e que se desdobra em outras tantas análises.

Constata-se, assim, que esse conjunto ideológico, genericamente chamado pela literatura de “autoritário”,¹ venceu a batalha das ideias de seu tempo. Na reflexão daqueles pensadores, não apenas a definição do método de investigação verdadeiramente científico se fazia presente, apto a captar a realidade, mas o esclarecimento sobre qual parte da realidade poderia ser efetivamente conhecida, em quais aspectos poderia ser transformada, e em que sentido se deveria buscar transformá-la. Concluindo por incursões teóricas profundas acerca de nossa formação sócio-histórica, Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral acabaram por definir o conceito de verdade das relações sociais brasileiras, o qual, pela ampla disseminação ideológica, que alcançou toda a sociedade daquele tempo, acabou por tornar-se predominante.

A que se deve esse fato, isto é, o predomínio epocal dessa concepção das relações sociais? Que o soberano poder das ideias tenha conseguido doutrinar professoralmente as mentes, enganando-as pelo viés ideológico, a ponto de as consciências, assim iludidas e impossibilitadas de apreender a realidade, estarem igualmente impedidas de resistir, devido a toda uma série de mecanismos e de apelos políticos de doação? Essa situação teria se tornado possível porque esses intelectuais, especificamente Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, pois Alberto Torres falecera em 1917, terem sido chamados a colaborar, de forma íntima e orgânica, com o governo de Vargas, tanto o provisório quanto o ditatorial? Como se sabe, em situações de governos ditatoriais, as ideias que recebem permissão para circular são sempre muito bem selecionadas. Seria essa a resposta? Vimos brevemente que a teoria do trabalhismo, em sendo quem mais procura negar este fato, acaba, pelo seu viés de análise do discurso e de primazia da história cultural, aceitado tais teses de forma ainda mais refinada.

¹ Não é nosso intuito debater esses intelectuais pela chave de leitura do “autoritarismo”. Pesquisadores que assim o fazem (FAUSTO, 2001; GOMES, 2012), mesmo constatando importantes pontos de seu pensamento como o cientificismo, o darwinismo social, etc., acabam por cair nas malhas do próprio discurso destes ideólogos, que definem seu espectro político (de defesa de um Estado, e de uma democracia, autoritário) negando as características do que seria o totalitarismo. Em ambos os casos, são os conceitos genéricos de povo, nação, compressão ou autonomia do indivíduo, de equilíbrio entre ordem e liberdade, que corporificam a análise. Ou seja, jamais se supera a dicotomia liberal entre Estado e Sociedade civil. Estes pesquisadores não buscam estabelecer vínculos mais definidos daquelas teorias com as classes e frações de classe da estrutura social de produção da vida. A relação que se estabelece entre ciência e compreensão do fenômeno nesta visão de mundo é claramente indicada por Fausto quando afirma que “passando do conceito à prática, convém ressaltar que não é fácil distinguir entre regimes totalitários e autoritários. Isto porque, como diz François Furet, em ambos os casos, lidamos com tipos ideais, cujos traços não estão integralmente presentes nas várias situações concretas” (2001, p. 8). Ver também mais a diante nota de rodapé 13.

As perguntas, cuja formulação é necessária, não devem, porém, pressupor qualquer incapacidade ou mesmo a impossibilidade de leitura do ambiente de sua existência pelos atores sociais, principalmente as classes dominadas, como se por si mesmas fossem inaptas. Pelo contrário, exatamente pela faculdade ontológica (que diz respeito aos próprios elementos constitutivos, genéticos) de captar o solo no qual vivem, segundo a clássica frase de Lukács (2009, p. 229) de que o homem é “um ser que dá respostas” ao ambiente no qual vive, “escolhidas” dentre de um leque determinado pelas condições materiais, é que eram capazes de expressar consciência, de demonstrar que estavam vivendo a realidade. Não procuramos negar, portanto, que essa consciência comum seja efetiva. Certamente que o é, ou os homens sequer poderiam movimentar-se prática e eficazmente na realidade. Com isto em mente, as questões que devem ser postas e que possibilitam responder essas dúvidas são outras. É delas que parte nossa tese.

Em primeiro lugar, devemos indagar acerca dos sujeitos sociais que formularam aquelas concepções de mundo quando suas reflexões essenciais ainda faziam parte, como quaisquer outras, do rol das ideias não dominantes o seguinte: por que esses indivíduos (intelectuais) tomaram consciência de seu tempo mediante essas exatas noções? Aos homens e mulheres (grupos e classes que reproduziram aquela ideologia) que assim as captaram quando já ideologicamente predominantes, devemos igualmente questionar a razão de terem se expressado naqueles termos. Para dizer o mesmo, com palavras mais concretas: por que aos primeiros, construindo tal discurso até o limiar da década de 1930, ocorreu afirmarem que, legislado de forma especificamente liberal, o país se alienava de si mesmo; que, monocultor e agrário-exportador, seria portador de evolução inferior e mesmo regressiva; e, por fim, que, dominado de forma absoluta por uma fração particular da burguesia não poderia ser designado como formador de uma nação? Cabe também perguntar por que aos segundos calhou de veicularem ideias conformes à convicção de que o país finalmente encontrara o rumo de sua grandeza, de que o homem brasileiro era valorizado pela legislação social e operária, que tal valorização teria sido outorgada pela benevolência de Vargas. Em suma, por que, mediante a imagem dos operários como seus filhos brasileiros, Getúlio deveria ser considerado um ser mitológico, o único capaz de expressar essa sensibilidade – de que ocorria, em meio a uma ditadura brutal, uma democracia social, que poderia ser melhor expressa como “democracia autoritária”? Numa palavra: por que foram essas categorias as que se impuseram de forma predominante à consciência dos homens, naquele tempo?

A esse complexo questionamento, segue-se outro, intimamente relacionado: por que, no conjunto de reflexões daqueles intelectuais, destaca-se a centralidade de instrumentos criados pelo que hoje se convencionou designar como a filosofia do período de nascimento da Sociologia? Por que a urgência em definir de forma absoluta os conceitos relacionados ao conhecimento da realidade dos homens e uma necessidade de demonstrar domínio científico em geral? E, em meio a esse predomínio de categorias científicas, por que essa preocupação se encontra expressa nos conceitos de “organização”, “evolução”, “progresso”, “progressivo”, “razão”, “potência”, etc., e não em outras?

Não são perguntas simples, de fato. Porém, em toda investigação científica, a estrutura e a natureza da pergunta elaborada já contêm direcionamentos que podem encaminhar ou dificultar a aproximação da resposta verdadeira.

Assim postos os questionamentos centrais, nossas proposições envolvem amplo e articulado movimento de resposta. Queremos defender, como hipótese, que Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral construíram, processual e ampliadamente, uma ideologia que foi capaz de cumprir sua função específica na luta de classes, a saber, expressar interesses da burguesia brasileira de modo que determinados setores avançados fossem por ela esclarecidos nos conflitos sociais. Ao influenciar, dessa maneira, suas tomadas de decisão, persuadiu-os a escolher um rumo preciso na direção social do capitalismo brasileiro. Assim, dentre as várias alternativas existentes para o líder da Aliança Liberal em 1930, Getúlio Vargas, que personificava tais setores avançados, esse corpo ideológico forneceu o momento ideal, condição ineliminável de toda atividade prática humana, a necessária prévia-ideação adequada para a seleção de uma práxis autocrática, adequada para que o capitalismo brasileiro fosse conduzido a um estágio superior daquele tipo de domínio socialmente excludente.

Uma vez que se trata de produzir uma ideologia capaz de cumprir sua função social, de conscientização dos interesses de uma classe já dominante, de modernizar conservando, de reformar sem revolucionar, esses pensadores produziram tal conjunto doutrinário de representações mediante uma razão corroída, isto é, passaram a investigar a realidade brasileira pelo recurso da aplicação empobrecida do uso da razão. Com predomínio metodológico em Alberto Torres, de aplicabilidade em Oliveira Vianna e diagnóstico-propositiva em Azevedo Amaral (sem que se veja aí qualquer hierarquia, já que esses aspectos se encontram, em medidas distintas, nos três intelectuais), esse complexo de representações forneceu a compreensão explicitamente reproduzida da legalidade do mundo fenomênico, isto é das aparências. A função, portanto, dessa ideologia foi fornecer elementos esclarecidos de uma práxis autocrática

manipulatória e superficial, que evitava alterar as estruturas fundamentais da forma de domínio autocrático da burguesia brasileira, traço que lhe é uma feição genética e característica fundante de seu próprio ser social.

Portanto, a forma de percepção pela qual se expressam Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral revela, sob clara perspectiva de classe, a necessidade de avançar no desenvolvimento da formação social capitalista brasileira. Contudo, refletindo uma formação social que já ao tempo de seu período colonial, conforme cremos, se formou com elementos suficientes para perfazer um nexos interno burguês como sua natureza,² e que logrou mantê-la pela manutenção incessante de seu sentido colonizador, encontrando-se numa excludente fase de hegemonia da fração do grande capital cafeeiro (a chamada “República Velha”), essas

² Precisamos aqui explicitar alguns fundamentos que norteiam nosso entendimento sobre a natureza da formação social brasileira. Os elementos delineados por Marx no Capítulo VI inédito de O Capital (1985) são, aqui, cruciais. Vale reproduzir passagens de nossa monografia, onde tivemos oportunidade de adentrar nessa discussão: “Nesse sentido, [Caio Prado Júnior] coloca a questão: o que é capitalismo? Qual sua natureza? Como processo que é, ‘a caracterização do capitalismo [...] que se destaca nitidamente em confronto com os sistemas anteriores do mundo pré-moderno e como termo da evolução daqueles, encontra-se no fato da mercantilização generalizada que no capitalismo penetra no âmago do processo produtivo onde a própria força de trabalho é englobada no regime de trocas’ (1966b, p. 47). Assim capitalismo, relação social determinada, é em sua essência a produção de mercadorias como fundamento da acumulação privada sob produção social, onde os meios de produção estão separados dos trabalhadores. Assim também ‘as funções exercidas pelo capitalista não são mais do que as do próprio capital – do valor que se valoriza, sugando trabalho vivo – exercida com consciência e vontade’ (MARX, 1987, p. 20), sendo por este motivo possível a colônia brasileira acumular capitais em caráter de escravidão, condição anômala. O conceito de subsunção formal ao capital nos é muito caro para o estudo acerca da natureza do capitalismo. Entendemos que, se o capital realiza sua lógica sob formas de trabalho ainda não capitalistas, ou seja, produz sua acumulação sob formas ainda não proletárias e livres para efetuar contratos, também aquelas formações sociais como a brasileira que realizam sua produção sob forma escravista, mas orientada para o mercado participam do regime de acumulação de capitais” (SARTORETTO, 2015, p. 12). Também importante, no mesmo sentido de fundamentação teórica do pressuposto da caracterização da época colonial como burguês atrelada à AOC é que “relativo à lógica do mecanismo de subsunção formal, segundo Marx (1978, p. 53) o fundamental para se distinguir o momento em que um processo antigo tem sua lógica subsumida pelo capital preservando sua aparência antiga, ‘é a escala em que se efetua; ou seja, por um lado, a amplitude dos meios de produção adiantados; e, por outro, a quantidade de operários dirigidos pelo *mesmo* patrão (*employer*)’”. Ao atentarmos para a realidade colonial, vemos que os dois aspectos são, de forma convincente, realizados pelas *plantations*. A escala não podia ser maior, grandes unidades produtoras de monocultura, e a quantidade de escravos - que valorizavam o capital -, como aponta Caio Prado no início do séc. XIX, dos cerca de três milhões de habitantes existentes na colônia um milhão era de escravos, portanto, chegava a ser de 30%” (SARTORETTO, 2015, p. 53). Maxiliano Martin Vicente também aponta ser esta a ideia norteadora do autor para o período colonial: “fomentar a acumulação de capital na Metrópole e subordinar a Colônia a esses interesses. Esse é o sentido da época colonial. Qualquer interpretação formulada sobre ele não pode esquecer tais considerações (1989, p. 95). Se, como se sabe, durante a formação colonial esparsos eram os núcleos de produção mercantil, ladeados por grupos sociais que viviam relativamente à margem, ou mesmo inteiramente distante dela - caso dos grupos indígenas -, como então localizar aquilo que em Marx (2013) é o objeto da reprodução espiritual da ciência, isto é, o nexos interno daquela forma de desenvolvimento? Creemos que a obra de Caio Prado deva ser tomada, processualmente, como resposta a essa questão, donde, durante o percurso de investigação desse real concreto, ele elabora o conceito de “sentido da colonização” (2004) para responder ao questionamento da natureza da formação social brasileira, e que segundo nosso entendimento figura com a gênese do capitalismo brasileiro.

demandas precisavam ser atendidas, claro está, de modo conservador. Por esse motivo, então, quando os setores burgueses mais avançados tomam consciência de seus interesses mediante a ajuda desta ideologia e vencem politicamente a batalha decisiva (golpe político-militar vitorioso da Aliança Liberal), ela passa a compor igualmente esse novo estágio de dominação, como matriz ideopolítica.

A análise do cientificismo que estrutura este complexo de ideias é central em nossa tese e ajuda a compreender sua natureza íntima, bem como a oferecer uma mais precisa definição.

A causa fundamental de sua formulação não reside numa maquinação genial ou recorte preciso e previamente consciente de instrumentos teóricos daquilo que hoje é conhecido como a área das ciências sociais (Ciência Política, Sociologia e Antropologia). Sua existência é a necessária correspondência ideológica, no plano dos interesses de classe da burguesia, das contradições, já latentes, que se desenvolviam no interior da própria vida material (pensamos aqui, especialmente, nas contradições econômicas que a década de 1920 afloraria para a realidade brasileira). Assim, ao eleger as categorias “razão”, “progresso” e “evolução” como centrais para a composição do seu corpo teórico, aqueles intelectuais ajudam a expressar a conquista e a legitimidade de uma nova forma de ser da autocracia brasileira.

Dessa maneira, como pretendemos demonstrar, para que se pudesse dar vazão aos elementos de modernidade que essas contradições apontavam para o capitalismo brasileiro – mas que em termos da totalidade maior (mundial) já figuravam como elementos “velhos” – e para que esse desenvolvimento se fizesse restringido a avanço quantitativo, pois o objetivo proposto não poderia ultrapassar o domínio burguês e o padrão de continuidade da autocracia brasileira, Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral tiveram de buscar as referências para suas investigações numa filosofia de mundo bastante particular: o positivismo. Ora, o positivismo é ainda uma das primeiras formas de manifestação do agnosticismo, que procura impedir que o conhecimento humano venha a compreender a dinâmica das esferas fundamentais de análise do real, em especial a das relações de trabalho. Ele surge para combater a reação feudal odiosa à Revolução Francesa, enquanto simultaneamente já se preocupa com o avanço do movimento operário, com suas greves e reivindicações. O positivismo carrega consigo a defesa do progresso da sociedade, ameaçada contra as tentativas de restauração da antiga ordem – mas esse progresso precisa ser restrito unicamente à burguesia, agora classe dominante. O progresso não deve ser irrestrito, como defendido no auge do iluminismo, quando a burguesia era ainda parte do Terceiro Estado. O positivismo deseja, portanto, reorganizar a sociedade burguesa nascente, mas já imersa em intermináveis crises, reservando para si, em perfeita

consonância com a crescente divisão do trabalho fomentada pelo capitalismo, a tarefa de cuidar do domínio espiritual. É assim que sua filosofia de mundo entende ter como função fornecer aos representantes políticos o esclarecimento dos meios adequados não apenas de manutenção, mas do progresso da ordem burguesa. Enquanto aos cientistas (“publicistas”) caberia criar a ciência da política, finalmente, em sua positividade, aos governantes restaria apenas executar o que por estes lhes fosse prescrito. Por isso, teoria e direção política são, em Comte (1798-1857), elementos necessariamente orgânicos para a marcha evolutiva da sociedade. Trabalhos espirituais que elaboram princípios para coordenar as relações sociais, instituições e modos de distribuição do poder deveriam, necessariamente, pôr em prática aquele sistema, ou, como faz questão de anunciar claramente: “pode medir-se verdadeiramente, sob o aspecto filosófico, o grau de civilização de um povo pelo da divisão da teoria e da prática, combinado com o grau de harmonia entre elas existente” (COMTE, 1972, p. 72).

A semelhança dessa situação estrutural da qual nasce o positivismo para com o caso brasileiro auxilia a melhor compreensão de nosso objeto de pesquisa. A necessidade de afirmar a total desorganização da sociedade brasileira até 1930 não significa outra coisa senão contestar um tipo de domínio burguês exercido em moldes exclusivamente agrário-exportadores. Certamente que a sociedade aqui existia, que havia cuidadosa organização social e que ela era mesmo um completo sucesso, especialmente para a fração burguesa do grande capital cafeeiro, detentor daquele domínio hegemônico. Contudo, do ponto de vista burguês, havia ainda um espaço a ser conquistado pelo capitalismo brasileiro: seu desenvolvimento especificamente capitalista, sua industrialização, negada pela direção política e, vale lembrar, mesmo pela burguesia industrial. Por outro lado, essa progressividade, para ser vitoriosa, precisava levar em conta a situação concreta: o contexto mundial composto já de imperialismos agressivos, no interior do qual se estabelecera uma transformação proletária vitoriosa, a Revolução Russa de Outubro de 1917.

É sob essa dupla pressão, interna e externa, e refletindo os interesses de modernização da burguesia brasileira, que esses intelectuais se puseram a elaborar suas contribuições. Formulam um corpo teórico – que aqui recebe o nome de razão autocrática – que consiste nisto: um complexo ideológico processualmente construído, que examina, mediante uma razão corroída – consoante ao período da decadência ideológica –, a formação social brasileira. Encontrando-a em seu grau mais avançado de composição agrário-exportadora, e sob constituição federalista, extraem desse exame a ideia de que existiria uma “razão” própria, ideal, da realidade brasileira, não atendida ou alcançada em sua potencialidade. Seu desconhecimento

ocasionaria todos os problemas nacionais, a desorganização, o atraso e o fato de ainda não se ter feito nação. No intuito de encontrar a razão essencial aventada, passam a fornecer orientações prático-políticas. Ocorre que os direcionamentos que ofertam para que essa essência imanente seja encontrada, sua evolução retomada, não são nada mais que a expressão mistificada de uma forma autocrático-progressiva para o desenvolvimento especificamente capitalista brasileiro. Encontrando na direção política de Vargas a mesma forma positivista de apreensão do mundo, portanto, em um dirigente crente de que a capacidade científica porta o poder legitimamente demonstrado, esse complexo cumpre sua função: conscientizar os setores mais avançados da burguesia quanto a suas necessidades de desenvolvimento para que, esclarecidos, levem a resolução dos conflitos políticos até o fim.

Legitimada essa visão de mundo pela vitória da Aliança Liberal em fins de 1930, Vargas toma para si tal conjunto de sistematizações doutrinárias e o faz sua matriz ideopolítica. O estancieiro gaúcho, então dirigente do capitalismo brasileiro, põe em prática seus elementos propositivos e leva a cabo uma práxis que cria, de fato, a nova forma de ser da burguesia brasileira, ímpar, uma vez que alcança desenvolvimento autocrático-progressivo, alçando o estágio da industrialização hiper-tardia. A razão autocrática declara finalmente que o país encontrou a si próprio, que a “razão” do povo brasileiro, sua forma brasileiramente genuína de existir e de sentir, fora encontrada e sua evolução finalmente retomada.

Enquanto racionalidade de uma burguesia hiper-retardatária, isto é, como expedientes do conhecimento humano largamente empobrecidos pela decadência ideológica – que se generaliza em 1848, mas que vigora seletivamente também nas décadas anteriores -, a atribuição de uma essência supra-histórica à natureza da formação social brasileira duplica a mistificação desse complexo ideológico. Daí que a transformação arbitrariamente manipulável da realidade deva ser realizada restringindo-se, estruturalmente, ao desenvolvimento de suas forças produtivas, ao passo que, politicamente, os pilares mais fundamentais da forma autocrática de domínio devam ser repostos em consonância com esse novo nível. Confundindo-se com o reino das aparências imediatas, podemos compreender por que esse conjunto ideológico será veiculado, quando vitorioso, pelo amplo contingente de agentes e classes sociais.

Essa conceituação nos parece tanto mais correta quando analisamos trabalhos que constatarem, parcialmente, esses elementos no pensamento político de Vargas, sem se darem conta, contudo, de que lhe são fornecidos pelo complexo ideológico indicado. Basta arrolar o artigo de Livia Cotrim (2019), *Industrialização e Bonapartismo – o ideário de Getúlio Vargas*

(1935-1945): partindo das mesmas fontes teóricas que nossa pesquisa (do conceito de autocracia e de contribuições chasineanas, logo também lukascianas, melhor expostas a seguir), a autora, segundo cremos, não constata a existência desse complexo ideológico por não realizar de forma conjunta a investigação do ideário de Vargas e dos intelectuais aqui referidos. Significativamente, Cotrim parte de 1935, ano em que, segundo nossa tese, já estariam teorizados todos os elementos fundamentais do complexo ideológico. Centrando sua atenção em Vargas, constata que, para o político gaúcho, como solução para a ruína liberal daqueles anos

o Brasil poderia escapar dessa crise dando origem a uma “nova civilização”, cuja construção é entendida como destino, ancorado na condição de nação jovem (...). O centro desse “destino” a ser atingido seria a unidade nacional, e para ele indicariam tanto a conformação geográfica de território quanto nossas tradições históricas, cujos fios não poderiam ser partidos. Apresentada não apenas como proposta ou necessidade social, mas como *um destino predeterminado, a unidade nacional não é defendida como o novo a ser introduzido, mas como algo a ser retomado*, haja vista que interpor obstáculo àquela sina levaria ao fracasso da empreitada ou à decadência do país. (COTRIM, 2019, p, 226-227) [grifos nossos]³

Do ponto de vista terminológico, portanto, “razão autocrática” faz menção tanto a Alberto Torres – intelectual que primeiro conecta a essência da realidade brasileira a um além histórico, chamando-a “razão” de nossa realidade, consoante aos imperativos evolucionistas – quanto deriva dos expedientes de que lançam mão os demais intelectuais que aceitam a tese da essência nacional e se põem, então, a encaminhar sua retomada. Tudo isso, conforme veremos, provém de importarem concepções de uma racionalidade corroída. Em suma, o conceito de razão autocrática diz respeito à suposição da ação dessa essência trans-histórica e consequente preocupação com os meios para efetivá-la.

A cunhagem do conceito de razão autocrática é, portanto, nesta tese, o prelúdio fundamental, que pretende tornar mais precisa a apreensão do conteúdo da transformação politicamente dirigida no capitalismo brasileiro entre 1930 e 1945. Uma vez que, nos vários períodos em que ocorreram transições de poder no Brasil, em praticamente todos usamos a expressão “modernização conservadora” como classificação, não seria de todo absurdo utilizá-la também neste caso. No entanto, para explicar o específico processo que propomos debater,

³ Afora encontrarmos todos os traços fundamentais desse complexo ideológico elaborado processualmente por Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral no ideário que Cotrim nos apresenta, indica-se a leitura de seu texto para compreender quão profundamente conservadoras são as concepções do político são-borjense sobre a história brasileira.

sua aplicação pouco adicionaria senão saber que nela algo foi conservado e algo modernizado. Isto decorre de que o conceito é oriundo de uma teoria onde é forte a influência sociológica, portanto comparativa e que, por isso, quando aplicada a vários casos distintos, não leva em conta determinações mais precisas. Ainda que o estudo de Barrington Moore Jr, *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno* (1975), do qual deriva originariamente aquele conceito, embora oferte contribuições sobre as especificidades que analisa em cada fase histórica sistêmica capitalista, sua transposição pura e simples, enquanto conceito que deseja captar outras vias, não permite abarcar o conteúdo concreto das transformações daquele momento crucial para o capitalismo brasileiro.⁴

Em suma, nossa tese pretende demonstrar que a chamada “Revolução de 1930”, a qual, segundo Ricardo Antunes, “foi mais do que um golpe e menos que uma revolução” (2018, p. 323), só terá seu sentido (imediatamente opaco e enigmático) captado e seu movimento real reproduzido idealmente, se acompanhada da análise de sua matriz ideológica. Esse corpo ideológico, vitorioso na batalha das ideias por expressar as novas relações de dominação então forjadas, foi produzido, no entanto, por seus maiores representantes intelectuais antes mesmo do assalto ao poder – tarefa fundamental de qualquer classe ou fração de classe que almeje este objetivo.

II - Notas sobre a apreensão dialético-concreta da realidade

Estabelecidos o objeto de pesquisa e hipóteses, passemos agora a algumas notas, destituídas de qualquer caráter sistemático-doutrinário, sobre a abordagem teórico-metodológica utilizada neste trabalho.

Quando Marx apresenta a concepção a que chegara sobre a estrutura da realidade concreta, após décadas de estudo crítico sobre as três fontes fundantes (processo no qual cria uma nova forma social de compreender o mundo, e não apenas uma síntese) de sua visão de

⁴ Barrington Moore Jr promove um estudo comparativo entre três grandes rotas para o desenvolvimento do mundo moderno: Estados Unidos, França e Inglaterra teriam sido capazes de conciliar o capitalismo com a democracia parlamentar; uma revolução vinda de cima seria o meio por que Japão, Alemanha e Itália teriam conservadoramente atingido o caminho industrial, excluindo qualquer participação popular; por fim, Rússia e China teriam logrado fazê-la pela via de inspiração da teoria comunista. O caso da transformação levada a cabo por Vargas entre 1930 e 1945, pelo próprio caráter de sua singularidade entre as transformações políticas da burguesia brasileira, exigiu que se cunhasse um conceito capaz de expressar essa incomum ação política. Vale lembrar que já em nossa dissertação de mestrado utilizamos o termo para debater a “Revolução de 1930” como uma *Crise e transição: um capítulo da modernização conservadora da autocracia burguesa no Brasil* (2017).

mundo – a filosofia alemã, a economia política clássica e o socialismo francês (LENIN, 2006) –, ele a conforma tão densa e sinteticamente⁵ que é muitas vezes difícil compreendê-la em sua profunda extensão sem mais explicações. Como intelectual, Marx se caracteriza pela capacidade de enxergar mais longe a dinâmica da realidade, de captar o andamento do concreto em leis tendenciais. É o que se verifica quando da composição, por exemplo, de sua obra magna *O Capital*, notadamente para expressar idealmente o movimento dinâmico do metabolismo capitalista de produção e reprodução de mercadorias. Essa faculdade teórica explica por que já ali o autor do *Manifesto do Partido Comunista* foi muito pouco compreendido.⁶ Posteriormente, a interpretação revisionista e economicista da obra de Marx conduziria a um grau mais elevado de incompreensão de seus reais fundamentos: trata-se da abordagem mecânico-positivista da II Internacional, que enrijeceria e, em última análise, até mesmo eliminaria o papel crucial do sujeito e da subjetividade. Foi em contraposição a essa hegemonia empobrecedora da teoria marxiana que os mais importantes pensadores do século XX se impuseram a tarefa de retomar a verdadeira base da teoria social revolucionária de Marx.⁷ Lenin, principalmente, pela capacidade de aliar conhecimento teórico e direção política, fundando a mais genuína práxis revolucionária de seu século, Gramsci e Lukács, pela amplitude do saber teórico, são os intelectuais mais capazes entre os que, para utilizar uma expressão levantada por Karel Kosik,

⁵ Como se sabe, Marx não deixou uma obra de sistematização sobre seu método, postura que deve ser vista não como falta ou demérito, mas como sintoma da sua concepção dialética de pesquisa dos objetos concretos, os quais, para o revolucionário alemão, sempre regem a investigação de acordo com seus movimentos reais próprios. Por isso, remetemos, aqui, a algumas referências primárias sobre os momentos onde abordou esses aspectos: Prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* (2008); Posfácio da segunda edição d' *O Capital* (2013); primeira parte de *A ideologia Alemã* (2007). Como precisamente ressalta Ivo Tonet: “totalmente ao contrário dos pensadores modernos, seu pensamento não se instaura como uma gnosiologia, mas como uma ontologia. Isto porque ele compreende que as questões relativas ao conhecimento só podem ser resolvidas após a elaboração de uma teoria geral do ser social, cujos lineamentos fundamentais podem ser encontrados nas obras de juventude – especialmente nos *Manuscritos econômicos-filosóficos*, em *Para a questão judaica*, em *A sagrada família* e em *A ideologia alemã* -, está suposta em toda a obra posterior de Marx que terá um cunho mais acentuadamente científico. Por isso mesmo, para ele, não há um método que possa ser apreendido previamente ao ato do conhecimento” (2013, p. 70-71).

⁶ Vale a pena reproduzir aqui o que um dos mais importantes biógrafos de Marx, Franz Mehring, comenta sobre a pouca compreensão que teve a recepção do mais profundo dos seus estudos, *O Capital*, quase uma década depois de vir à tona: “tinham já passado oito anos após a publicação da sua obra, quando um desses cavalheiros, ocultando discretamente o seu nome, aventou o oráculo edificante de que Marx era um ‘autodidata’ que ignorava toda uma geração de trabalhos científicos. Depois de experiências dessas, era natural que Marx falasse com dureza dessa gente. Por vezes atribuía talvez demasiadas culpas à má fé dos críticos, quando estes o atacavam por ignorância. O método dialético era para eles incompreensível. Foi por essa razão que homens de boa vontade e com conhecimentos econômicos não souberam orientar-se no livro, enquanto que outros que nada sabiam de economia e não simpatizavam com o comunismo falavam da obra com grande entusiasmo, pela simples razão de que estavam iniciados na dialética hegeliana” (1974b, p. 139-140).

⁷ Para um balanço desse problema, principalmente em relação aos filósofos que procuraram retomar o caráter dialético em Marx, Tertuliam (2004), na defesa da existência de *uma teoria da subjetividade* em Marx, ainda que *in nuce*, oferece valioso panorama.

foram responsáveis por promover a “vivificação e rejuvenescimento (*Verjüngen*)” (1982, p. 115) daquela forma de pensar dialético-concreta.⁸ Nosso trabalho, portanto, procurará pautar-se pelo caminho aberto por esses teóricos. Como nosso objeto de pesquisa se localiza em torno de um fenômeno ideológico, procuramos mais especificamente as contribuições de Lukács, que acreditamos ser quem melhor oferece os delineamentos teóricos do problema.⁹

Sem compreender que o trabalho, como transformação da natureza, é a categoria fundante do homem, de sua passagem de ser orgânico e biológico a ser social, e sem perceber que já nesta protoforma de toda a atividade humana é a consciência que representa o elemento específico do salto ontológico, que torna efetivamente o ser humano um novo tipo de ser existente, não se pode ir muito longe na apreensão dos fenômenos da vida concreta, passada ou moderna.

Por isso, deve-se ressaltar, ainda que de forma sumária, que o homem, já na sua operação ontológica (fundante) enquanto ser social, isto é, no trabalho criador de instrumentos e transformador da natureza, produz, sempre e necessariamente, mais do que seus produtos finais, quando satisfaz necessidades de sobrevivência: produz consciência de si e do mundo, cada vez mais ampla. Dentre a imensa complexidade de operações necessárias, a que mais interessa ao nosso trabalho diz respeito à necessidade de o homem ter conhecimento dos nexos do mundo real para realizar com sucesso seu trabalho. Isto significa, para a discussão ontológica do ser social, que já tanto um ineliminável caráter de aproximação entre conhecimento do real pelo homem e estrutura desse próprio real, afinal são dois polos que possuem existência separada, logo jamais existe identidade entre sujeito e objeto. No entanto, essa relação é igualmente ontológica, quer dizer, insuprimível, pois o homem só existe enquanto ser social no intercâmbio com essa mesma natureza, transformando-a conforme suas necessidades de sobrevivência; para

⁸ Nesse riquíssimo movimento de vivificação do marxismo, especialmente após a segunda década do século XX, outros intelectuais ofertaram sua colaboração. Vale lembrar as concepções democratizantes da relação entre a vanguarda política e as massas, por Rosa Luxemburgo; a categoria do desenvolvimento desigual e combinado, que Trotsky retoma da abordagem marxiana da totalidade; as cruciais contribuições para a análise do fascismo, por Togliatti, que o levaram a enriquecer e ampliar a luta antifascista como imensa frente popular, no seio mesmo do seu acentuado caráter didático como dirigente de massas; as investigações sobre a cotidianidade, por Henri Lefebvre; estudos sobre filosofia e comunismo de conselhos, por Karl Korsch; a profunda compreensão do vir-a-ser, por Ernest Bloch e, por fim, as inovadoras adaptações do método dialético de interpretar a realidade em seus concretos particulares, por Mao Tse-Tung, na China, e José Carlos Mariátegui, no Peru.

⁹ Não nos foi possível realizar, durante o percurso de elaboração da tese, a leitura do volumoso *Para uma ontologia do ser social*, de Lukács. Nossa exposição se baseia, fundamentalmente, em seu texto de apresentação à citada obra, *Prolegômenos para Uma ontologia do ser social*, no texto de Ester Vaisman (1989), *A ideologia e sua determinação ontológica*, bem como na obra de Sérgio Lessa (2016), *Para compreender a ontologia de Lukács*. Cabe ressaltar ainda o vigoroso esforço de Mészáros (2004), discípulo direto de Lukács, em *O poder da Ideologia*.

que essa transformação seja minimamente efetiva, exige-se conhecimento efetivo. Por sua vez, tal conhecimento pressupõe que a ação transformadora da natureza passe por um ato da consciência, que pensa e idealiza – o que Lukács (2010) denomina “teleologia”.

Chamada de teleologia primária, essa operação de ideação, o ato de previamente imaginar o que se produzirá praticamente, para que a ideia se objetive (faça-se objeto) por meio do trabalho, diz respeito ao intercâmbio entre homem e natureza orgânica. Mas o homem também é um ser social, não nos esqueçamos, e por isso a atividade primária do trabalho, que só se realiza em sociedade, deve cada vez mais ser inserida centralmente no conjunto de sua reprodução, conforme ao desenvolvimento social mesmo. Para o sentido específico que cada sociedade desenvolve, vale dizer, para as distintas finalidades a que distintas formações sociais decidem orientar sua vivência (para os deuses do Olimpo, para o Rei-Sol, para entidades totêmicas ou para o desenvolvimento cada vez mais humano da humanidade) são necessárias teleologias secundárias, isto é, ideações prévias que passem a orientar, com peso coercitivo necessário, a ação dos outros seres humanos, em vista de que a própria sociedade reproduza seu sentido global de vida. Entre essas teleologias secundárias, que procuram influenciar os indivíduos na escolha de uma alternativa em particular e persuadi-los rumo a uma ação direcionada, a ideologia é apenas uma forma, como o direito, a religião, a arte, etc. Nestes termos é que ideologia se define como elaboração ideal da realidade para tornar operativa a práxis social dos homens segundo determinado fim. Ideologia, portanto, na obra tardia do filósofo húngaro, é concebida como função, segundo suas determinações ontopráticas, e não de acordo com uma diferenciação gnosiológica, que pretende qualificá-la segundo seus critérios de verdade ou falsidade. Segundo esta última interpretação, ideologia seria apenas conhecimento falso, uma falsa consciência, ao passo que conhecimento verdadeiro equivaleria a ciência. Distintamente, para Lukács, em sendo aquilo que fundamenta a prévia-ideação da prática dos homens de forma persuasiva, a ideologia pode ou não provir do conhecimento científico, como pode ou não derivar de um falso conhecimento. Por isso, o critério de definição de uma ideologia é sua precisa função social.

Acontece que, num nível menos abstrato e mais tardio na história, quando os homens passam a dividir-se em classes sociais, a divisão do trabalho, espontaneamente desdobrada, é uma das complexificações mais importantes para compreender não apenas o surgimento das demais esferas da vida social – a atividade da linguagem, da arte, do direito, da educação, da política e da ciência – mas também para que se diferencie a definição de ideologia, então restrita a uma função ainda mais específica, vale dizer, a um claro e necessário instrumento da luta

social, capaz de conscientizar grupos quanto a seus interesses, para que, esclarecidos, entrem em luta e resolvam-na, levando até o fim suas pautas de classe. Os conflitos efetivamente existentes entre os homens sofrem, então, mudança qualitativa: tornam-se antagônicos. Daí o surgimento do Estado, em geral, e, especificamente, do direito como complexo de regulação, organizando os conflitos em níveis aceitáveis e, assim, reprimindo-os.

Como nessas sociedades antagônicas todas aquelas novas esferas de complexos levam a marca, em última instância, da estrutura das relações de trabalho sempre específicas, seria do interesse de uma classe, sofrendo uma situação de dominação, propagar conhecimentos científicos como ideologia, para que ela cumpra a função social de instigar os homens a agir no sentido de que tomem consciência de seus interesses nas batalhas ideopolíticas. Nesses casos, propagação de conhecimentos profundamente científicos como ideológicos se confunde com a propagação de uma subjetividade que procura tornar o homem um ser autônomo, intelectual e efetivamente esclarecido por estes conhecimentos científicos. Necessitamos arrolar aqui apenas um exemplo. Trata-se do caso clássico do movimento secular que contempla o pensamento renascentista e iluminista burguês (distintos, porém conformadores de um processo unitário de ascensão da burguesia) e que leva até a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, na derrocada do antigo regime absolutista. Como exigência da situação de classe da burguesia, fora do poder e lutando contra a classe dominante (nobreza feudal e clero), era de seu profundo interesse que esses conhecimentos fossem propagados, pois serviam (cumpriam a função social) de luta contra a ideologia das classes medievais, ancoradas na religião e no poder da Igreja Católica, que procurava obscurecer e negar a ciência com sua ideologia, isto é, com sua doutrinação de obediência às Sagradas Escrituras.

No entanto, uma vez concretizada a Revolução Gloriosa, efetuada a Revolução de Independência dos Estados Unidos da América e realizada a Revolução Francesa – a inacabável revolução, segundo Augusto Comte –, passa a ser do interesse de classe dessa mesma burguesia não mais propagar os conhecimentos científicos como ideologia, pelo menos no que diz respeito aos conhecimentos sobre a realidade social, já que os saberes da ciência da natureza não apenas devem ser propagados por seu inestimável serviço à técnica burguesa de produção, mas devem inclusive, principalmente como método de investigação, ocupar o lugar de verdadeiro conhecimento da realidade humana, com o que receberá seu impulso nascente a Sociologia.

O que há de mais marcante nesse movimento, deve-se aqui ressaltar com todas as forças, diz respeito à percepção já alcançada por pensadores do período de ascensão da sociedade burguesa, como Vico e Hegel, pela primeira vez, de que são os homens que fazem a sua própria

história. Porém, mesmo essa descoberta, que está entre as maiores conquistas filosóficas da burguesia e que impulsionou, inclusive, as revoluções radicais citadas anteriormente, como meios necessários para combater o velho feudalismo, precisa agora ser negada e abandonada.

Tudo se complica ainda mais para a burguesia, como classe, após o fatídico 1848, quando o proletariado irrompe com força na cena política, lutando por seus interesses revolucionários. Nesse sentido, a ideologia burguesa, isto é, suas prévias-ideações a serem propagadas para influenciar os homens, tende a veicular cada vez mais uma subjetividade que procura assegurar a manutenção das estruturas sociais de classes estabelecidas. Pretende coagir a ação dos indivíduos, entre as alternativas disponíveis, para a preservação do *status quo* do capitalismo. Se antes a referência era a uma subjetividade emancipadora, ao menos politicamente, agora o conteúdo propagado é maciçamente conservador e crescentemente reacionário, pois procura aprisionar o homem cada vez mais nos imperativos da reprodução de uma sociedade mercantil.

Somente a razão dialética se mostra capaz de compreender esse processo histórico, que desagua numa cada vez mais ácida corrosão da cientificidade filosófica e ganha ossatura definida no que se denominou de “decadência ideológica”, conhecendo seus contornos mais nefastos no irracionalismo moderno e nas contribuições que legará à filosofia de mundo nazista. Trata-se da única abordagem do real que resgata as determinações do mundo do trabalho, descartadas peremptoriamente pela filosofia burguesa de mundo, que vê ainda impulsos adicionais qualitativos para abandonar sua postura filosófica progressiva após a vitória da primeira experiência de um Estado proletariado na Rússia - a duras custas, e por isto contendo também significativos desvios. Ontologicamente fundada, portanto, somente ela é capaz de fornecer a compreensão das mediações concretas que a consciência burguesa dos dias do proletariado feito classe possui com a vida real. Logo, também aqui a perspectiva do presente trabalho deve declarar-se ligada ao arcabouço teórico-metodológico lukacsiano de retomada de Marx. Trata-se de aplicar tal perspectiva sobre um novo complexo de problemas; até agora, segundo nos parece, tal perspectiva não foi utilizada para pensar o presente objeto, ao menos nessa amplitude.¹⁰ Não por acaso, em tempos de deturpação intencional dessa modalidade de

¹⁰ O estudo de Ricardo Antunes, *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil* (1980), é pioneiro nesse sentido. A busca do sociólogo é por “uma explicação de maior densidade ontológica” da “verdadeira forma de ser” da classe operária, conforme declara expressamente. Para tanto, Ricardo Antunes restringe sua investigação ao período 1930-1935. Como teremos oportunidade de perceber no decorrer do trabalho, a análise do autor é balizada pela relação entre consciência de classe das massas em geral, nos processos grevistas e organizações sindicais, e da proposta política revolucionária da vanguarda partidária. Tem-se aí, pois, proposta bastante distinta do que estamos propondo. Contudo, para que fique marcada a identidade entre nossa abordagem e a

mirar o horizonte social, a escolha envolve polêmicas. Nicolas Tertuliam conta que, com sua publicação em 1954, *A destruição da razão*, de Lukács, deslocando do cerne a polêmica materialismo x idealismo e ali inserindo o antagonismo racionalismo-irracionalismo, “não deixa de lhe atrair os raios de certos espíritos sectários e dogmáticos pertencentes ao establishment socialista” (2011, p. 17). Embora a racionalidade, como conceito dialético, nessa obra, não apareça de todo relativizada, no sentido de ter cuidado para não se identificar totalmente a complexidade infinita do real com a capacidade e possibilidade de conhecimento humano, o autor argumenta que não se pode tomar o estudo do filósofo húngaro, cuja natureza é de combate político, isoladamente, devendo, pois, percebê-lo como coligado a sua contrapartida positiva que é *O Jovem Hegel* e a seus desdobramentos posteriores, *Estética* e *Ontologia do Ser Social*. Nestes, a abordagem ontológica já aparece mais matizada. Contudo, estaria presente em todo o percurso, sempre balizando a discussão marxista, “sua tese fundamental de que o pensamento dialético (aquele de Hegel e Marx) representa o ponto mais avançado da reflexão histórica (a razão, para ele, é sinônima de pensamento dialético)” (TERTULIAM, 2011, p. 16).¹¹

Por fim, são as contribuições teóricas efetuadas por José Chásin (1978) que lembram da tarefa essencial para a pesquisa de um objeto como este: que a análise ideológica jamais deve perder de vista as referências ao complexo histórico-social, responsável por impor a determinação fundamental de todo pensamento. Essa operação deve ser efetuada de modo a nunca ver aí um reducionismo. Desta maneira, os sujeitos intelectuais, embora criem, no plano mais imediato, individualmente suas teorias, remetem sempre a classes sociais, pelas quais são

do sociólogo, basta observar a passagem com que começa sua tese, demonstrando sua opção pela investigação ontológica marxiana, isto é, pela chave de leitura da razão dialética: “a relação entre o ser e a consciência, objeto e sujeito, realidade e pensamento só encontrou na formulação de Marx sua verdadeira dimensão dialética. Enquanto o pensamento filosófico positivista desarticulava a relação entre ser e consciência, através da afirmação do primado do empírico – entendido como real -, e da exclusão da razão, o pensamento filosófico racionalista, oposição aparentemente radical ao empirismo positivista, esforçava-se para explicar o objeto por meio do pensamento, através do primado da razão; da mesma forma que o empirismo, o racionalismo operava uma rigorosa separação entre matéria e consciência. Na verdade, entre empirismo e racionalismo há uma pseudo-antinomia; ambos operam uma separação mecânica entre consciência e matéria, razão e realidade, e não conseguem apreender o verdadeiro conhecimento do real” (1980, p. 1).

¹¹ Ao indicarmos na retomada por Lukács da abordagem marxiana sobre os aspectos ontológicos do ser social o melhor embasamento teórico – ontológico-genético – para debater um fenômeno ideológico, da consciência, muitos são os pesquisadores e pesquisadoras que continuaram essa tradição, servindo-se do conceito de razão dialética. Desta forma, quando passamos a usá-lo como instrumento categorial central de nossa análise, colocamo-nos como herdeiros de larga tradição, que se aprofundou nesse rico viés de remontar às influências da dialética de Hegel em Marx para investigar a realidade. Fundamentais para nossa pesquisa foram os livros de Leo Kofler (2010), *História e Dialética*; Karel Kosik (1976), *Dialética do Concreto*; Carlos Nelson Coutinho (2010), *O estruturalismo e a miséria da razão*; Ivo Tonet (2013), *Método científico: uma abordagem ontológica*, bem como os artigos de Karel Kosik (1982), *A dialética da moral e a moral da dialética*, Estes Vaisman (2006), *Marx e a filosofia: elementos para uma discussão ainda necessária* e Jose Paulo Netto (1994), *Razão, ontologia e práxis*.

motivados e do ponto de vista das quais exprimem um processo real. Isso equivale a dizer também que não são, como expressão ideológica, simples mecanismos lineares, pois que podem, inclusive, captar prematuramente determinados traços do movimento social. Esses fatos dependem, por sua vez, de como as contradições às quais correspondem se manifestam na realidade, se estão ainda em seu estágio inicial, subterrâneo, por assim dizer, se já apresentam caráter explosivo ou se já estariam em vias de decomposição. Deve ficar claro que essa relação pode apresentar-se numa variedade infinitamente complexa de casos. Assim, por exemplo, uma ideologia pode conter traços antecipadores por genialidade muito antes de sua correspondência material desenvolver-se plenamente, como no caso da publicação, por Graco Babeuf, do *Manifesto dos Iguais*, em 1796, durante o começo da fase de refluxo da Revolução Francesa, expressando o embrião de uma ideologia comunista. Ou então pode manifestar-se como debilidade genética e fraqueza congênita, germinado por profundo irracionalismo, “a nível do discurso, a refletir o raquitismo do sujeito histórico expresso”, traduzindo, inclusive, “a inviabilidade concreta da resposta que o motiva” (CHÁSIN, 1978, p. 612), tal qual o ideário de Plínio Salgado e seu movimento integralista, utopia pequeno-burguesa de regressão a um ruralismo de pequena propriedade jamais existente.

Esses esclarecimentos sobre o arcabouço metodológico, que não se pretendem dogmáticos, mas aplicáveis somente ao particular concreto sobre o qual se debruçam, são fundamentais, por dizerem respeito a uma forma de consciência burguesa bastante escorregadia, uma vez que se propõe a extrair conclusões cientificistas de poderosas análises históricas da formação social brasileira. Desta forma, cremos que é possível realizar uma desmistificação dessa expressão ideológica, temporalmente larga e dinamicamente viva, aqui conceituada como razão autocrática.

Sendo assim, a primeira tarefa a que nos propomos, na tese, abrindo a Parte I, é demonstrar o caráter processual do nosso objeto. Isso é importante para explicitar, também, a natureza móvel de um fenômeno ideológico, contra tendências empobrecedoras, inclusive interiores ao marxismo, que o concebem apenas de forma rígida e imutável. Desta maneira, é natural que Alberto Torres apresente inúmeras contradições em suas reflexões; pode-se encontrar, em sua obra, mesmo alguns aspectos de posições que, inseridas em outro projeto de desenvolvimento do capitalismo, seriam consideradas progressistas. Contudo, é ele quem inicia, para a abordagem do complexo em apreço, metodologicamente, o empobrecimento da possibilidade científica de captar a concreticidade, visando estabelecer o caminho para captar a

existência de uma essência supra-histórica da sociabilidade brasileira, por ele atribuída e à qual designa o caráter de razão de nossas realidades.

Dizemos natural que Torres, em sua época, apresente contrassensos porque o movimento objetivo ao qual a ideologia em questão corresponde ainda germinava, ele mesmo, em suas contradições. Daí, por exemplo, em que pese o autor ser um dos primeiros a chamar a atenção para um debate sobre as consequências da aparência do fenômeno (a Constituição Brasileira seria importada e não corresponderia às pretensas verdades nacionais), sua indicação política é ruralista (proposta de valorizar o trabalhador e a produção rural), embora os traços regressivos que apresente não possam ser identificados como os que aparecem em Plínio Salgado.

Oliveira Vianna, por sua vez, absorvendo e desenvolvendo as suposições de método de Alberto Torres – alguns preferem considerar tal processo um desvirtuamento, o que consideramos equivocado –, passa a expressar, com precisão espantosa, por um viés ideológico, o desenvolvimento cada vez mais caudaloso da economia brasileira já nos inícios da década de 1920. Este autor também será fundamental na justificativa do caráter autocrático da transformação levada em curso, negando a possibilidade de mudanças sociais em um amplo campo das relações de poder, estabelecendo condições “indomáveis” da burguesia brasileira, e no máximo permitindo que ela se passe de bronca a esclarecida, por reformas técnicas.

Ao acompanharmos as reflexões de Azevedo Amaral, torna-se evidente a natureza da ideologia como reflexo-proponente, ou seja, como correspondência de um processo no campo dos interesses de classe, ao mesmo tempo em que aponta direcionamentos político-econômicos esclarecidos. Especialmente caras serão as contribuições racialistas e sua sensibilidade para o desenvolvimento industrial, que se torna o dinamismo econômico central do país, na década de 1930. O jornalista chega mesmo a desenvolver elementos que estão presentes em justificativas típicas de um capitalismo imperialista, adaptando-os, porém, às possibilidades de desenvolvimento da particularidade brasileira, dependente e caudatária.

Os leitores poderão acompanhar, também, no âmbito psicológico, a ascensão do fenômeno ideológico; em Alberto Torres, ainda se verifica certo pessimismo, atenuado e mesmo resignado em Oliveira Vianna devido à capacidade moderada de transformações, mas já eufórico em Azevedo Amaral, que chega a uma apologia integral – não sendo mero acaso ter sido a ele encomendada uma biografia de Vargas, ainda no regime ditatorial do Estado Novo.

Esse é o escopo do primeiro capítulo, formado pela investigação imanente dos máximos representantes político-literários do conjunto de representações racional-autocrática. Estes se mostram, assim, como aqueles que, segundo a abordagem marxiana em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (2011) assim se transformam por não terem a capacidade de ultrapassar em suas investigações e abordagens os limites que a classe à qual correspondem está circunscrita, impelida por seus interesses materiais e condição social.

O segundo capítulo procura realizar a crítica à concepção metodológica desses autores. O fundamental, para nós, reside em apresentar o aspecto gnosiológico que funda esse corpo ideológico, demonstrando as operações reducionistas que promove. Trata-se de encontrar os pressupostos aplicados de “uma bem-sucedida corrosão da cientificidade filosófica”, para usar um adequado termo de Lukács (2020). Cabe indicar aqui apenas os dois pontos que percorrem estruturalmente o capítulo. Trata-se da função social do método que o positivismo se presta a cumprir, como filosofia organizadora da dominação capitalista, antecipando mesmo fundamentos que somente após 1848 iriam se tornar generalizados para a burguesia como classe.¹² O outro aspecto é que a propalada ideia da “substituição do Estado político pelo Estado técnico” e da “política como arte”, veiculadas por esses intelectuais, encontra aí seu significado de crítica superficial ao capitalismo, quando na verdade seu sentido íntimo é o de avançar seu desenvolvimento, que daquele período em diante só pode ser restrito ao progresso econômico dos problemas de classe da burguesia, e não mais da sociedade como um todo. Aí se procura demonstrar detalhadamente o corpo de vanguarda teórico-ideológico de suas demandas de classe, fornecendo elementos esclarecidos para uma consistente práxis autocrática.

O segundo capítulo também inicia um percurso que só será finalizado no decorrer de toda a Parte II do trabalho: a destruição da pseudoconcreticidade. Utilizar-se da razão dialética para expressar idealmente o movimento concreto do qual ela surge significa, por um lado, dissolver essa representação reificada do mundo material, demonstrando sua ineliminável perspectiva classista, negando que a criação desse real possa ser obra de arte política, ordenamento demiúrgico do dirigente e supressão da política em sua própria esfera; por outro

¹² Ao argumento que possa surgir de que aos dias de Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral não existia uma disciplina de Sociologia formada no Brasil (valendo o mesmo para a Antropologia ou Ciência Política), respondemos de que não é este o escopo da crítica. Ao marxismo interessa investigar a função social que o método desempenha, uma vez que em seu viés ontológico o conhecimento é sempre direta ou indiretamente instrumento de transformação efetiva da realidade. A inexistência desse formalismo em nada altera a substância do nosso argumento. Se assim não fosse, as análises de Engels e Marx sobre Ricardo e Adam Smith (obras inscritas até o limite da década de 1820), expoentes maiores da economia clássica burguesa, estariam de todo invalidadas, já que a economia como disciplina propriamente institucional data apenas da segunda metade do século XIX.

lado, e em contrapartida, oferece-se também a demonstração de como uma nova forma de ser da totalidade do capitalismo brasileiro se origina de contradições consigo mesmo. Procuramos, portanto, revelar e descrever tais contradições, ao invés de escondê-las, como procede misticamente a razão autocrática.

Acompanharemos como, conscientizados os setores mais avançados dessa burguesia, o corpo doutrinário em apreço ofereceu elementos para que a práxis autocrática do grupo dirigente, vitorioso com a Aliança Liberal, pudesse se guiar por essa matriz ideopolítica. Permitia-se, assim, que o passado autocrático agrário-exportador fosse pensado à luz dos problemas imediatos. Contraposto a essa prévia-ideação, a esse futuro especulado conforme seus mais genuínos interesses de classe, oferecia-se a melhor alternativa para a tomada de decisão adequada ao rumo de uma forma autocrático-progressiva, para o desenvolvimento especificamente capitalista brasileiro. Ora, e o que mais se apresentou para os representantes burgueses dessa autocracia, entre os anos 1930 e 1945, senão essa infinidade de desencontros, problemas de consentimento, levantes, tentativas de golpe, insurreições revolucionárias, greves gerais, alterações constitucionais, guerra e crise generalizada? Tal contexto deveria ser melhor definido como um Estado de dissentimento - e não de “compromisso”, como quer a teoria politicista do populismo.¹³ Portanto, a esses novos problemas, constantes desafios e inelimináveis dilemas postos por esse desdobramento da sociabilidade em um patamar superior, a razão autocrática oferecia ao grupo dirigente norteamentos os mais fundamentais, apresentando ideações para uma práxis autocrática. Com isso, engendrava-se nova forma de desenvolvimento, alicerçada em complexo ideológico dotado de respostas constantemente atualizadas.

¹³ Seguimos de perto, aqui, as indicações de José Chásin, para quem o entendimento da teoria do populismo deve concentrar-se em sua concepção como constructo ideal, isto é, conforme a tipologia weberiana (que remonta às dicotomias kantianas entre ser e realidade), de inspiração liberal, para a qual é o sujeito que organiza a realidade de acordo com suas preferências, e não o objeto de pesquisa que rege a teoria, como na ontologia marxiana. De Chásin, ver, principalmente, *A sucessão na crise e a crise na esquerda* (1989), onde o autor estende o mesmo critério analítico aos conceitos de dependência, autoritarismo e totalitarismo. Ver, também, seu importante artigo *Sobre o conceito de totalitarismo* (1977). Domenico Losurdo, em *Para uma crítica da categoria de totalitarismo* (2012), procede de maneira muito semelhante, ao criticar a teoria igualmente típico-ideal de Hanna Arendt. Por fim, procuramos realizar uma reconstrução sintética do caminho histórico percorrido pela teoria do populismo de Weffort, revelando, ao mesmo tempo, seus profundos limites, devidos exatamente à incapacidade de superar esse aspecto típico-ideal, em *Pressupostos Metodológicos do Populismo* (SARTORETTO, 2019).

Não convém estender demasiado esta introdução com uma descrição, ainda que sumária, dos quatro capítulos onde debatemos extensamente os itens que situam o complemento da pesquisa. Por isso, limitar-nos-emos a um aspecto fundamental.

A segunda parte deste trabalho pede que sejam esclarecidos, antecipadamente, os pressupostos que definem a particularidade da nossa forma de democracia. Ora, seu caráter pode ser conhecido, em sua inteireza, unicamente se se acompanha o sentido geral das lutas peculiares a nossa história política em torno da produção e da apropriação material da riqueza.

III – A forma de domínio autocrático-burguesa brasileira

Nas tentativas que realizou, ainda quando democrata-radical, nos anos iniciais da década de 1840, para criar periódicos de luta política e ideológica, no intuito de fazer avançar as relações burguesas na Alemanha, Marx já percebia que deveria dispensar atenção cuidadosa ao perfil da burguesia alemã. Esta não tendia a compactar com o desenvolvimento democrático senão quando obrigada por todas as circunstâncias, e ainda procurando delas retirar meios para atender a seus exclusivos interesses. Esse grau de reacionarismo fica patente, ao constataremos que é o esforço de Marx, criando a *Gazeta Renana*, jornal circulado em Colônia durante 1842 e início de 1843, que constituiria o ponto mais alto daqueles anos, em termos do jornalismo democrático-burguês alemão. Não há aí qualquer paradoxo, pois “sem reduzir a componente democrática aos limites liberais ou identificá-la a eles – antes, radicalizando-a” (NETTO, 2020, p. 62), Marx se movia ainda nos marcos de uma radical postura democrático-burguesa, lutando especialmente contra a censura, e nesta chave democrata, que perpassava o limite do que o liberalismo suportava (em março de 1843, o Rei Frederico Guilherme IV mandou fechar o jornal, como ápice de uma onda repressiva que vinha atormentando o jornal, praticamente desde o início), defendendo não os interesses específicos da burguesia como classe, mas os gerais, do povo. É desse período a famosa percepção sobre o caso do roubo de madeira pelos camponeses pobres, que despertaria Marx para as contradições de classe, radicalizando sua posição política; ele descobriria, então, que tal burguesia (fosse aceitando pacificamente a dominação política da nobreza feudal, fosse agora enquanto nobreza aburguesada) constantemente fazia escolhas que deixavam a *miséria alemã* na retaguarda do desenvolvimento europeu, com as maiores consequências necessariamente resultando para as questões sociais.

Esse prelúdio só é, aqui, necessário para demonstrar a importância da correta compreensão da particularidade de uma forma de domínio. Nesse intuito de localizar a intricada

relação entre determinação econômica e escolha política, passa-se também ao aumento das chances de sucesso para as intervenções políticas na luta democrática, realizada com conhecimento de causa. Veremos que a investigação desse ponto, no caso brasileiro, requer a utilização de um específico conceito capaz de lançar alguma luz sobre os brutais e constantes expedientes lançados pela burguesia brasileira para dirigir sua formação social.

Há um conjunto de investigações especializadas sobre o assunto, as quais constituem o núcleo a partir do qual nossa tese se desdobra. Em seus estudos sobre a origem da autocracia burguesa no Brasil, Antonio Carlos Mazzeo¹⁴ incorpora, com o intuito de aprofundá-la, importante hipótese de José Chásin (1978) que defende a entificação do capitalismo no Brasil mediante uma via colonial, isto é, generalizando, sob este conceito, a perspectiva caiopradiana de o Brasil ter nascido sob e para responder a aos influxos de acumulação originária do capitalismo (AOC) que então se gestava na Europa – daí o sentido da colonização, de que trata Caio Prado (2004). Dessa maneira, gênese do capitalismo brasileiro e autocracia correspondem mutuamente uma à outra, na formação social brasileira, já que a burguesia que aqui se instala precisa, exatamente por esse caráter de dependência ao estatuto exclusivo metropolitano, partilhar o grosso dos seus ganhos com as burguesias mercantis centrais.

Esse estatuto autocrático se revela, portanto, desde muito cedo na história social brasileira. Por isso, podemos encontrar, em pesquisas como a de Clóvis Moura, a constatação de que mesmo o quilombo, espaço que foi historicamente *locus* da mais orgânica resistência do negro, “poder paralelo que se fragmentava e era destruído periodicamente, se recompunha e se reestruturava, organizava-se, sobrevivia, vencia (...) e era um fator dinâmico de desgaste permanente à ordem escravista” (2001, p. 115); mesmo esse mecanismo de defesa contra o domínio brutal da escravidão, resgatado pela acumulação burguesa como forma de trabalho, era integralmente negado e, quando descoberto, completamente aniquilado.¹⁵

¹⁴ Remetemos aqui as análises de Antonio Carlos Mazzeo presentes em *Estado e burguesia no Brasil. origens da autocracia burguesa*. São Paulo, Boitempo, 2015; *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: 1999, especialmente o Capítulo I: Pizzicato – Particularidades sócio-históricas da formação social brasileira, p. 105-129.

¹⁵ Oliveira Vianna, intelectual máximo dessa autocracia, não hesita em chamar “cientificamente” os quilombos de antro onde os “bandidos abundam” e seus membros de “temerosos salteadores negros”, constando que “contra esses malfeitores, os potentados coloniais arremetem as suas hordas de valentes, debelando-os. É o caso de Bartolomeu Bueno do Prado, que destrói, por ordem de Gomes Freire, o terrível quilombo do rio das Mortes: ‘Bueno desempenhou tanto o conceito que se formou no seu valor e disciplina de guerra contra os índios e pretos fugidos, que, depois de organizar sua força e atacar o quilombo, voltou em poucos meses, apresentando 3.900 pares de orelhas dos negros que destruiu’” (VIANNA, 2010, p. 248).

Já classe dominante interna durante os séculos coloniais, a burguesia brasileira decide, então, avançar em seu desenvolvimento, mas o fez de forma a optar, pois a questão aqui é de escolha política e não de capacidade, por não romper com esse caráter subordinado e dependente, durante o processo de sua independência política. Preferiu tão somente criar o Estado nacional, mantendo os pilares produtivos anteriores: o grande latifúndio, a monocultura e a escravidão. O que antes consubstanciava a economia colonial, imposto de fora, agora passaria a dinamizar também o novo estado de coisas. A burguesia brasileira internalizava e reproduzia, a seu modo, os elementos basilares da situação anterior. Captando as determinações mais precisas da burguesia brasileira, que em seu processo de desenvolvimento político resgata elementos que conservam o grande latifúndio, em termos semelhantes aos quais Lenin (s/d) definira o caso da revolução burguesa alemã (“via prussiana”), para concretizar um Estado nacional sob uma base produtiva colonial, pois respondendo economicamente aos polos centrais do capitalismo, e sem que a escravidão fosse deslocada da figura de principal mecanismo de trabalho, Mazzeo (1999) define essa articulação como uma via prussiano-colonial, distinguindo-a mais ainda das outras vias coloniais da América espanhola.

É nesse preciso sentido que se deve entender a via de objetivação do capitalismo brasileiro, assentado em base escravista (modernizada continuamente) e no latifúndio (tal como no caso prussiano de aliança com as classes mais reacionárias, no que tange a transformações políticas). A profunda debilidade dessa forma particular de entificação capitalista torna-a incapaz de desenvolver condições materiais para que possa ser aqui gestada uma revolução burguesa clássica. Isto, por sua vez, desdobra-se na incapacidade ontogenética dessa burguesia para o exercício do encargo de “universalizante político”, isto é, “não pode se ver e assumir, na particularidade de seus interesses, como representante de todas as categorias sociais, da sociedade em seu conjunto” (CHÁSIN, 2000, p. 128).¹⁶

Tem-se aí a “má-infinitude” do tipo de capitalismo que se desenvolve histórica e processualmente no Brasil. Quer dizer, no “necessário estar presente” da universalidade do capitalismo, ou em seu vir-a-ser, quando se põe concretamente, sempre age de modo particular, portanto incompleto. Promovendo uma dialética com a singularidade – aquilo que é único, irrepetível –, o universal capitalista gera a particularidade, uma grande forma imperfeita do

¹⁶ De José Chásin ver principalmente esta obra citada, *A miséria Brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social* (2000), onde desenvolve melhor suas reflexões sobre a autocracia brasileira, e *O integralismo de Plínio de Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio* (1978), especialmente no capítulo IV, “Premissas, conclusões, e futuras aproximações”, em que expõe suas considerações sobre a forma particular de objetivação do capitalismo brasileiro.

capitalismo enquanto sistema de produção do metabolismo social (LUKÁCS, 2018). Como forma limitada própria ao particular de um capitalismo universal, e determinada pela sua base escravista-colonial de acumulação de capitais, compreende-se porque muitos dos elementos constitutivos de um capitalismo – entenda-se aqui também uma descrição abstrata razoável sobre o que entendemos por capitalismo - em sua completude, como a cidadania (direitos formais generalizados), a total dissociação (“liberdade”) dos trabalhadores dos seus meios de produzir a vida, portanto uma classe tipicamente proletarizada, o sufrágio universal, uma revolução industrial completa ou um grau avançado do desenvolvimento de suas forças produtivas e uma revolução política radical como meio de a burguesia alcançar o poder determinam sua ausência na particularidade brasileira.

Constituída como classe que se põe antes como herdeira do reformismo ilustrado de Portugal que do iluminismo francês (NOVAIS, 1989), a absorção do próprio liberalismo pela burguesia brasileira, por exemplo, somente acontece de forma a reproduzir modernamente a ordem política escravista. Por isso, sua aplicação sempre se restringiu às relações entre homens livres e senhores, ocorrendo ainda de forma contraditória, pois lhes negava o exercício do voto, oferecendo em troca apenas relações de favor, caracterizando uma genuína autocracia excludente das massas populares (DEO, 2021).

Na constante reprodução dessa forma objetiva da burguesia, esta é impelida a realizar transformações em conformidade com seu *ser-precisamente-assim*, ou seja, com o que ela é (a burguesia brasileira) como classe dominante. Vale dizer que isto não significa um engessamento da vida social sob sua direção política, mas uma reposição constante da sua relação estrutural genética.

Em conformidade com isto, uma vez que o Estado Nacional, criado após a independência, torna mais concreta a entificação do capitalismo brasileiro, ele encontra igualmente oportunidade de avançar na configuração de seus traços autocráticos. A forma de conciliação política pelo alto, encontrada desde a independência, será mantida, exatamente por expressar a continuidade dos seus traços mais fundamentais de produção colonial:

a forma bonapartista, materializada na monarquia, mantém a estrutura agrário-mercantil intacta, como continuidade da economia colonial. A conciliação, nesse contexto, direciona-se à subordinação, porque não rompe com o arcaísmo das formas produtivas e das relações sociais de produção e porque se concilia com a nova metrópole imperialista – a Inglaterra -, ou seja, integra-se subordinadamente o conjunto da economia capitalista mundial. A burguesia brasileira, diferentemente da alemã, cede seu poder econômico para manter sua hegemonia e seus privilégios políticos. Daí ser essa forma de governo também

um *bonapartismo particular de extração colonial*, que reflete a base material da sociedade brasileira. (MAZZEO, 1999, p. 221)

Mesmo no decorrer do novo momento produtivo que a partir de então se desenvolve – exportação do café, o mais célebre de sua história – a burguesia brasileira, com exceção de raros representantes, fará de tudo, *politicamente*, para impedir que formas mais avançadas, não apenas de produção, mas de trabalho se desenvolvam. Aqui, novamente, as abordagens de Clóvis Moura trazem contundentes dados, mostrando como, ainda na época da escravidão, devido ao estigma do trabalho braçal, atrelado ao negro servil, as tarefas de carpinteiro, pedreiro, alfaiataria, auxiliar de indústria, etc., eram em grande medida efetuadas pelos próprios escravos: “queremos dizer com isso que na dinâmica na sociedade escravista atuou, durante toda a sua existência, como mecanismo equilibrador e impulsionador, o trabalho do negro” (MOURA, 1988, p. 68). Por isso, ao lado do amplo desenvolvimento que o ciclo cafeeiro passa a gestar, estratégias de “imobilismo social”, como mecanismos de barragem, são criadas, para evitar qualquer tipo de ascensão do elemento negro, e utilizadas habilmente, após a abolição da escravidão, para sustar qualquer democratização da nova ordem social.

A ideologia do branqueamento da raça e da arianização do país – para a visão de mundo autocrática era necessário considerar que as instituições brasileiras eram atrasadas devido à miscigenação da população e não devido a suas opções dirigentes ultraconservadoras – é então incorporada ao discurso dominante, exatamente para compor a transformação política do fim da escravidão e para que fosse negado ao negro o direito mais básico de uma sociedade capitalista: o direito de ser explorado. Tem-se aí a atuação autocrática em sua forma mais pura, na negação ao negro do direito ao trabalho, rejeitando sua incorporação na configuração deste mundo burguês modernizado. Daí também a construção do mito da superioridade do trabalhador branco europeu, quando na verdade aqueles que para cá vinham estavam em situações até mesmo mais precárias, já que oriundos de um processo de expropriação de suas terras, como na unificação italiana (1870). Tratava-se de falácia para segregar novamente os negros, secularmente os principais sujeitos produtivos da vida brasileira, evitando, assim, que se partilhasse socialmente o poder concentrado da burguesia. Desobrigada da responsabilidade sobre as consequências do 13 de maio, quando nenhuma reforma social acompanhou a libertação dos negros, Florestan Fernandes (2017) pode designá-la como libertação dos

proprietários de escravos e não dos escravos.¹⁷ Para os negros, sua substituição de forma massiva pelos imigrantes europeus brancos como força de trabalho representou um genocídio, ainda que de forma indireta, pois encontraram, na nova ordem, a negação até mesmo da possibilidade de reproduzir sua existência. A abolição da escravidão foi um sucesso... para a burguesia escravista. Pouco diferindo da situação secular sob a qual viveram, de escravidão e do comércio que os trouxera à produção brasileira, bem colocada por Florestan como um “singular rateio – provavelmente o mais odioso tipo de pilhagem da história humana (2004, p. 375), os negros agora “libertos” reiniciariam suas vidas numa sociedade que, em contraponto a essa “libertação”, revitalizaria sua estigmatização, bem como a do racismo, perfazendo uma realidade que seria nada mais nada menos que a “continuação da escravidão por outros meios” (FLORESTAN, 2007).

É este o último aspecto a ser ressaltado aqui: que, de acordo com aquelas determinações de seu sociometabolismo, as transformações políticas precisam sempre encontrar mecanismo para excluir, ou ao menos neutralizar, a massa popular dos processos decisórios. Assim alijadas dos períodos de transição, as reformas se fazem sempre pelo alto, ponto em que a radicalidade da democratização, tendencialmente impulsionada pelos movimentos e lutas populares, é fortemente refreada. Constatando esse caráter de permanência, José Paulo Netto indica sua relação com o que nomeia “linhas de continuidade na nossa história”.¹⁸

Os casos exemplares de manifestação do perfil de domínio da burguesia brasileira poderiam se estender por muitas páginas, porém os cruciais retratos acima arrolados bastam para demonstrar como o mundo do trabalho é tratado por aquilo que se designa como caráter autocrático, portanto de direção social, da burguesia brasileira. E é somente tendo em mente

¹⁷ O leitor que conhece a perspectiva de Florestan Fernandes sobre a natureza da formação social brasileira sabe que o sociólogo não usa o termo burguesia para denominar os “proprietários de escravos”, como fazemos seguindo os passos deixados pela compreensão ofertada pelo conceito de sentido da colonização de Caio Prado Júnior (2004). Para os leitores desavisados, cabe explicar que disso decorrem diferenças substanciais entre o presente uso do conceito de autocracia burguesa para com o de Florestan, que, por exemplo, concebe a sociedade colonial como “ordem escravocrata e senhorial”, logo, não burguesa. É verdade que Florestan também capta a processualidade da formação social brasileira em sua inserção como parte fundamental na acumulação originária dos capitalismos centrais, afirmando que “desde os primórdios da colonização, o lado especificamente do senhor rural sempre apareceu no nível da comercialização dos produtos”, mas por estar inserido numa ordem estamental, que inseria o escravo em situação de casta, “por isso mesmo (...) neutralizado” (2008, p. 138). Nesse sentido, o uso que fazemos de autocracia, em que pese receba contribuições de Florestan, procura avançar na delimitação mais precisa do conceito, de forma a conceber, distintamente, o caráter ontológico burguês e autocrático de nossa formação social.

¹⁸ Conforme entrevista fornecida [Entrevista concedida a] Camila Hoshino e Leandro Taques. *Jornalistas livres*. Veranópolis, 10 nov. 2015. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/a-luta-de-classes-nunca-tirou-ferias-neste-pais/>>. Acesso em: 01 de fev. de 2020.

esse perfil histórico-estrutural de domínio que os novos mecanismos fundamentais de sociabilidade, no período 1930-1945, podem ser compreendidos, isto é, como elementos políticos, instrumentos da luta de classes, que colocar-se-ão em orgânica sintonia com as novas necessidades que essa forma escravista-colonial passa a apresentar para a modernização do poder autocrático. Sem esse prelúdio teórico, por exemplo, o corporativismo e a Consolidação das Leis do Trabalho, implementados fundamentalmente num contexto ditatorial, não se revelam em toda a sua riqueza de determinações.

IV – Apontamentos finais

Ainda nesta discussão introdutória é nosso intuito demonstrar a inexistência de qualquer identidade absoluta entre as prévia-ideações, apontadas na primeira parte do trabalho, e o movimento real produzido pelos homens, após 1930. A leitura do texto não deve recair na ideia de que, nele, defenda-se ter havido exata correspondência entre sujeito e objeto, entre uma subjetividade que opera teleologias secundárias e o resultado da práxis autocrática por ela operada. Para dizê-lo de forma sucinta e direta: esse corpo ideológico não criou a realidade, de forma demiúrgica, a partir de sua subjetividade. O que procuraremos explicitar é um exemplo concreto que comprove o acerto do esforço investigativo do final da vida de Lukács: como a ação consciente também desempenha papel fundamental na determinação da sociabilidade humana. Que nesse processo outras forças e determinações tenham ajudado a conformar um resultado distinto daquele projetado por seus máximos representantes – isso em nada altera a importância da mediação da prévia-ideação nesse movimento e não descarta, portanto, o real peso que as posições teleológicas secundárias exercem no encaminhamento das escolhas individuais que fazem a história, dentro das condições legadas pelo passado.

Outra ressalva deve ser feita aos leitores que julgarem demasiado extensa alguma descrição em nossas abordagens, especialmente aquelas que procuram tratar dos embates políticos, sociais e ideológicos – a luta de classes. O intuito desses procedimentos é, justamente, demonstrar a complexidade dos momentos, em seu caráter profundamente condicionante, exatamente ali onde o corpo doutrinário racional-autocrático não concebe sequer sua existência. Trata-se, portanto, de uma continuação da destruição da pseudoconcreticidade – daquele grau de conhecimento que apenas proporciona ao homem orientar-se no mundo, mas não o compreender efetivamente -, demonstrando igualmente sua justeza para a análise da realidade, bem como o inescapável confronto que a práxis autocrática precisou com eles travar, na mais

profunda contradição dos termos de sua ideologia. Para dizer o mesmo em termos mais simples, esta tese procura trazer a história para o cerne da análise, pois é nela que os homens atuam.

Gostaríamos de deixar registrado, aqui, como elemento finalizador desta introdução, que a reprodução ideal dessa forma autocrático-progressiva do capitalismo brasileiro tornou-se possível, em seus momentos fundamentais, unicamente pela imensa massa de estudos realizados sobre os eventos daquele período. Nesse sentido, reconhecemo-nos privilegiados, por poder efetuar uma pesquisa quando muitos outros estudiosos e estudiosas já se debruçaram profundamente, dedicando grande tempo de suas vidas, para compreender aquela realidade imensamente complexa e que determinou muitos pilares do que ainda hoje é o capitalismo brasileiro. Complementa-se, com isto, o procedimento metodológico da segunda parte deste trabalho, lançando mão da vasta bibliografia disponível sobre o tema. Procuramos debater criticamente com ela, incorporando elementos fundamentais, apontando problemas e procurando, na medida do possível, preencher lacunas. Construímos, dessa maneira, nossa hipótese, que se faz elencando interlocutores que cremos serem os mais avançados de cada aspecto da discussão, delineando nosso posicionamento sempre por uma abordagem ontológica marxista e que procura absorver as contribuições por um viés que entende ser aquele caráter autocrático da burguesia brasileira o momento predominante para sua reprodução, manifestando-se, assim, variada e heterogeneamente, em todos os fenômenos sociais daquele período histórico.

PARTE I – A RAZÃO AUTOCRÁTICA COMO CORPO TEÓRICO

Em se tratando dos máximos representantes de um complexo ideológico que entendemos ter sido o eixo norteador das transformações do período 1930-1945, justifica-se que importantes intelectuais oficiais, como Francisco Campos e Almir Bonfim de Andrade, não figurem em seu conteúdo. Devem-se a Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral as contribuições sócio-econômico-políticas efetivas para a conformação da razão autocrática. Assim, este estudo deixará de lado a investigação de pensadores fundamentais para outras áreas, como a educacional, a cultural e a de propaganda. Em outros termos, os quinze anos de direção política de Vargas, entre 1930 e 1945, não são redutíveis ao conjunto doutrinário de sistematização que elencamos como objeto de pesquisa. No entanto, a ideologia apontada ditaria o sentido mais geral daquele movimento histórico, figurando os demais campos de atividade como secundários e acessórios.

CAPÍTULO I: MÁXIMOS REPRESENTANTES E DIVISÃO INTELECTUAL DO TRABALHO

1.1 – Gênese e indicativos metodológicos em Alberto Torres

Alberto Torres (1865-1917) cresceu em meio a um dos períodos mais turbulentos da vida política brasileira. É certo afirmar que não há, entre nós, período que não possa assim ser aproximado analiticamente. Porém, experienciar, já a partir dos 16 anos, uma campanha republicana, ainda em meio à semissecular tutela monárquica do poder moderador de D. Pedro II, acompanhando de perto os debates pelo futuro dos escravos negros, então propriedade e capital dos grandes fazendeiros do café, presenciando golpes e insurreições políticas numa república que já nascia instável, e conhecendo massiva imigração de elementos europeus, a qual acarretava profundas alterações na postura político-ideológica dos trabalhadores, não é cenário pequeno para grandes personagens históricos.

Já com alguma maturidade política, o pensador fluminense teria oportunidade de governar seu estado (então se designava como Presidente também este cargo), o Rio de Janeiro. Por sorte ou azar, isto se deu no exato período do mandato de Campos Salles na presidência do país (1898-1902), momento em que se inaugura a chamada política dos governadores, tão marcante na gênese de nossa história republicana. Torres sofreria tentativa de impedimento (*impeachment*) devido a uma questão tão rasa – porém bastante costumeira para a classe dirigente de então – como aquela de negar-se a assumir responsabilidade que não era sua como membro do executivo: a dualidade das câmaras municipais, sendo tarefa das assembleias a verificação dos poderes (SOBRINHO, 1968).

Após o amplo período em que se tornou homem responsável pela interpretação da constituição, sendo nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal (1901-1907), pela quantidade de trabalho técnico que o cargo exigia, viu-se obrigado a pedir afastamento para tratar de sua saúde, debilitada profundamente. Recebe a confirmação da aposentadoria aos 43 anos de idade (1909), e somente assim consegue dedicar-se mais detidamente à produção sistemática de livros. Com essa rica trajetória da passagem pelo Legislativo, pelo Executivo e pelo Judiciário é que se debruça para sintetizar a melhor parte conteudista de suas interpretações.

Esses fatos são aqui sumariamente indicados para esclarecer a base factual de que Alberto Torres retiraria suas percepções da realidade, vindo a tornar-se, com isso e em

consequência das crises que perturbavam a vida social do país, profundo militante de ideias reformadoras republicanas. Por outro lado, esboçar traços de sua biografia reveste-se de fundamental importância para entender por que essa produção ocorre apenas em período avançado de vida, mas com a vantagem de levar em conta o saldo de toda uma vasta e profunda experiência do conturbado meio político e social brasileiro. Não por acaso, a maior parte dos artigos que compõem sua principal obra foi escrita durante a campanha presidencial de Hermes de Fonseca, em 1910, então a primeira reação contra a política oligárquica. Se seus livros são tardios, eles só podem ser entendidos à luz de sua carreira político-jurídica, na medida em que lhes foi resgatando elementos para assim dar forma a suas teses.

Isto significa, também, que uma investigação do pensamento e da obra de Alberto Torres não se deve contentar com a análise imanente de seus escritos – aqui, devemos nos restringir a suas duas principais obras de investigação sobre a formação social brasileira: *A Organização Nacional* e *O Problema Nacional Brasileiro* (1911-1912). Cuida-se, pois, de incorporar outros elementos a essa análise. Entre esses acréscimos, que consideramos essenciais, encontramos um livro que, segundo um prefaciador de *A organização Nacional* (IGLESIAS, 1978b) é sua mais completa biografia: a obra de Barbosa Lima Sobrinho *Presença de Alberto Torres (sua vida e seu pensamento)*. O livro tem o mérito de resgatar, contextualizando-os, não somente o percurso de sua vida, mas os mais importantes debates que travou como intelectual, revelando, ainda, muitos de seus escritos finais, publicados em periódicos e jornais, de 1910 até o ano de sua morte, 1917. Há, ainda, outra obra que elencamos como fundamental para o debate, uma vez que, ao contrário dos textos mais notáveis de divulgação de seu pensamento, como as de seus maiores discípulos,¹⁹ coloca-se em posição de análise crítica: *A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres*, estudo de Adalberto Marson (1979).²⁰

¹⁹ Fazemos referência, aqui, aos livros, pertencentes à coleção Brasileira, *As ideias de Alberto Torres*, de Alcides Gentil (1932), e *Alberto Torres e sua obra*, de Augusto Sabóia Lima (1935).

²⁰ Vale ainda arrolar, como estudo indispensável de consulta para compreender o caráter contraditório das interpretações de estudiosos sociais sobre Alberto Torres – um dos aspectos mais férteis para revelar o significado concreto do ideólogo no pensamento brasileiro – a dissertação de mestrado de Sílvia Oliveira Campos de Pinho: *Alberto Torres: uma obra, várias leituras* (2007). Embora o livro de Dante Moreira Leite, *O Caráter Nacional Brasileiro*, seja fundamental no estudo das ideias da história político-ideológica brasileira, ele concede muito pouco espaço para a análise do pensador fluminense. Aliás, como revela Adalberto Marson, saindo inicialmente sob a forma de tese de doutorado, sob o título “Caráter nacional brasileiro: descrição das características psicológicas do brasileiro através de ideologias e estereótipos”, nele Alberto Torres não figura entre os investigados. Para além disso, o livro é útil ao adotar como escopo da interpretação de meia dezena de páginas sobre a obra de Alberto Torres - análise posteriormente enxertada -, o argumento de que, embora idealista e militante, político crente de que suas ideias eram as únicas adequadas para a reorganização da realidade brasileira (fazendo, por isso, de toda sua vida madura uma campanha de pregação para a nova geração, para os órgãos de imprensa e para os políticos que cria serem capazes de tudo reformar) não teria sido capaz de

Alberto Torres é originário de um tempo e lugar bastante expressivos para a economia brasileira: o Vale do Paraíba no período da decadência dos cafezais, quando os capitais dali fugiam, uma vez esgotada a fertilidade do solo, deixando para trás “cidades mortas”, na expressão de Monteiro Lobato (1921). A impressão dessa decadência era sentida simultaneamente à ascensão fulminante do setor paulista cafeeiro. Porto de Caxias, local onde nascera, em Itaboraí, desaparecera como entreposto comercial, nesse processo. Pôde o jurista, assim interessado, estudar ao longo de sua vida, o problema do café – problema econômico por excelência de então –, e perceber como um dos poucos ramos que eram constituídos, senão única, pelo menos predominantemente por brasileiros, era engolido pelas casas exportadoras estrangeiras. Ascensão rápida e ainda mais rápida decadência estão presentes desde muito cedo, na vida de Alberto Torres. É verdade que pôde acompanhar a primeira grande tentativa de revalorização da produção brasileira de café, no Pacto de Taubaté, em 1906. Considerá-la-ia, contudo, fugaz, incapaz mesmo de persistir no tempo.

Pode-se dizer que toda sua trajetória, as experiências políticas em postos oficiais, os cargos jurídicos, que lhe ofereciam a possibilidade de contato mais íntimo com a aplicabilidade da Constituição de 1891, os estudos de caso que teria oportunidade de promover *in loco* sobre as tratativas de paz de grandes potências mundiais²¹ já enleados em guerras imperialistas – condição mundial que tardaria a aceitar, em suas preocupações idealistas de manter relações pacíficas entre as grandes nações –, o saldo de todo esse olhar, em suma, levou Alberto Torres a constatar de forma inequívoca que nada havia no Brasil, diante de um cenário externo beligerante, que legitimasse designá-lo como Nação. O pensador fluminense passaria, então, a defender tenazmente que a sociedade, entre nós, nem mesmo se desenvolvera, e que no Brasil de seus dias o “mérito não tem estímulo, o trabalho não tem valor, a produção não tem preço, as fortunas não têm garantia, o povo não tem opinião, o cidadão não tem voto, os espíritos não têm ideias e as vontades não sabem mover-se” (1978a, p. 44). Difícil encontrar descrição mais desoladora na literatura de nossos pensadores do início do século XX.

Mas eis que apontamos o aspecto fundamental, até aqui ignorado pelos analistas de Alberto Torres: concomitantemente à sua pregação de que na realidade brasileira tudo estaria

oferecer programas concretos e muito menos teve capacidade de aproximar-se das mobilizações populares, para encontrar caminho prático na efetivação de suas propostas (2002, p. 326-340).

²¹ Além de suas referidas obras máximas sobre a realidade brasileira, Alberto Torres produziu dois livros sobre a situação mundial, denunciando os perigos que uma guerra traria à civilização. Lutando, neles pela paz, escreveria em francês, para que um público maior tivesse acesso a suas ideias: *Vers le paix* (1909) e *Le problème mondial* (1913). O objetivo fundamental de ambos seria demonstrar a necessidade de impor, mediante organismos reguladores da ordem, a paz mundial (IGLESIAS, 1978a).

por fazer – de onde retira o móvel maior para elaborar seus livros militantes, no trabalho incessante de conscientização dessa total desorganização, interpretação calcada sobre análises que demonstram relativo realismo, capaz de apontar problemas econômicos, políticos e sociais efetivos –, o pensador social elabora a ideia de que haveria uma realidade nacional essencial oculta, subjacente, e julga que, devido ao desconhecimento dessa realidade por parte dos estadistas, reinava a completa falta de organização. *Encontra-se aí o núcleo fundamental que germina o complexo ideológico*. Afirma que a direção conferida pelos políticos do primeiro período republicano, beirando a anarquia, não teria nenhuma relação com a verdadeira realidade brasileira, sendo cópia ou decalque de outras realidades; conseqüentemente, ordena que essa nossa essência, essa nossa “razão” – e para Alberto Torres todo povo possui a sua – deva ser buscada a todo custo, pois somente ela seria capaz de oferecer os expedientes necessários, capazes de nos organizar como nacionalidade moderna.²²

Essa seria, segundo nossa ótica, a relação dicotômica que perpassaria o pensamento de Alberto Torres acerca da formação social brasileira. Numa tensão que leva seu leitor a compartilhar o sentimento de angústia pela situação nacional, cujos problemas a todo momento estão no centro de suas denúncias, não podendo encontrar, contudo, qualquer indicação precisa, segura e bem delineada do caminho metodológico para resolvê-los. Mas isso nada tem de acaso, conforme indicaremos no próximo capítulo. Limitar-se-á a exposição, aqui, ao conteúdo mais expressivo, como elemento típico, dessa relação que não encontra solução na obra de Alberto Torres.

O critério primeiro do qual parte Alberto Torres é a de que haveria uma profunda diferença entre nações antigas e povos colonizados. Sobre os povos de maior longevidade civilizacional, que formaram suas agremiações fundindo-as com o *habitat*, enraizando-as na terra, diz: “a prosperidade e o progresso (...) nos países de longa evolução normal, são, assim, produto de elaboração vagarosa e lenta, semelhante, por exemplo, à ação dos fatos físicos, químicos e mecânicos, que serviram para compor as partes geológicas da crosta da terra” (1978a, p. 41). O que não deveria, contudo, ser considerado como evolução normal da vida social seria a formação de colônias e as conquistas que se autoproclamam “descobrimientos”.

²² A observação da existência deste ponto fundamental na obra de Alberto Torres não nos cabe como exclusividade. Alberto Marson já apontara a existência da nacionalidade em Alberto Torres como “auto-revelação de uma essência”, cuja conscientização deve ser buscada em todas esferas da realidade brasileira (1975, p. 121). Contudo, defendemos, aqui, a tese, ao que tudo indica por ninguém mais percebida, de que essa ideia corresponderia ao nascimento de vigorosa ideologia, continuada por Oliveira Vianna e Azevedo Amaral.

Tais são, antes, “fatos imprevistos e mutações gigantescas” (1978a, p. 42), gerando imensas crises e anomalias no desenvolvimento da cultura humana.

A estas nações criadas remotamente, não se apresenta aquele problema fundamental, que tantas aflições causa aos povos novos, e isso “pela mesma razão porque os herdeiros de grandes fortunas desconhecem o problema da subsistência e cada indivíduo desconhece o problema da formação estrutural do seu organismo” (1978a, p. 42). Governos que invadem outros territórios e sobre eles determinam posse artificial, territórios sobre os quais não arraigaram ainda seus povos uma sociedade, dela não tendo ainda extraído o conhecimento suficiente para realizar construções, esses governos apenas exploram, mas não têm a qualidade de fundar nações. Por desdobramento, esse raciocínio leva Alberto Torres a conclamar que tais nações coloniais “são improvisos sociais do acaso”; nelas, “o fato resultante da forma peculiar da sua exploração, é que a sociedade não chega jamais a constituir-se” (1978a, p. 42). Eis por que o *problema nacional* (conforme o autor faz questão de grifar) só se apresenta às nações novas: “os povos novos carecem de constituir artificialmente a nacionalidade” (1978a, p. 43).

Mais do que artificialidade, é preciso que “tenhamos em mente que as nações não se formam espontaneamente em nossa época: são construídas por seus dirigentes” (1978b, p. 132). As consequências desse postulado são imensas. Em princípio, mesmo com séculos de existência, tudo entre nós, pela natureza de povo de colônia, estaria por ser feito. Eis por que há, em Alberto Torres, ojeriza por aqueles que querem destruir, os demolidores.

Aqui aparece o elemento mais importante que o autor pretende oferecer aos investigadores da realidade brasileira: que a mais grave forma pela qual as enfermidades nacionais se manifestam é a aceitação, a cópia e a aplicação de ideias, sistemas e fórmulas que nada teriam a ver com a nossa terra. Esse falso patriotismo, em sua ótica, que se pode ver aos montes nos dias de Alberto Torres, seria “litúrgico” ou dos “protocolos”, e colaboraria imensamente para o adoecimento do povo, pois “a substituição das imagens e dos símbolos, às realidades, é sinal de enfraquecimento do espírito” (1978a, p. 126).

Nesse sentido, Alberto Torres faz questão de declarar a espinha dorsal de seu pensamento, definindo melhor sua visão de mundo. Por isso, a presença da lei dos três estágios aparece aí ressignificada, como que aplicada singularmente e adaptada a problemas muito específicos:

o espírito humano evolui do estado imaginativo e inventivo, para o positivo, na razão direta do desenvolvimento da razão e na inversa do império das necessidades. O homem e a sociedade sonhavam e criavam soluções, quando

obedeciam a necessidades concretas e materiais; observam e raciocinam, à proporção que têm necessidades mais complexas e espirituais. Este princípio pode ser ainda formulado desta outra forma: o espírito humano evolui do imaginário para o positivo, e do emotivo para o racional. Resulta disso que se os fenômenos sociais escapam ao domínio calculável, a evolução humana apresenta-se exatamente oposta à lógica que lhe permitiria traçar a rota no passado, por isso que se afasta do domínio da razão e da experiência à proporção que se distancia, nas primeiras idades. *O progresso é o restabelecimento da evolução, na vida social, pela coordenação dos fatos psíquicos com os fatos físicos, graças à revelação e interpretação racional da experiência.* (TORRES, 1978b, p. 156) (Grifos nossos)

Na condição da compreensão desta passagem, uma das mais truncadas e difíceis de desvendar, revela-se em sua profundidade a estrutura lógica do pensamento de Alberto Torres. Podemos retirar daí que o autor promove hierarquização dos problemas da humanidade e coloca aqueles espirituais – e dentre estes o da formação da nacionalidade – como os mais fundamentais da existência dos seus dias. Se não conseguimos calcular os problemas de nossa realidade, jamais conseguiremos retomar seu traço evolutivo natural, interrompido pela compressão dos “descobrimientos”.

A conquista colonizadora, bem como sua secular manutenção posterior pelo imperialismo, portanto, é em Alberto Torres elemento impeditivo da evolução natural da realidade brasileira, sendo responsável, por conseguinte, pela generalizada desorganização social. Sua “razão” não pode, assim, desenvolver-se espontaneamente, sustando a formação da nacionalidade.²³

Devemos agora centrar nossa exposição no aspecto epistemológico da busca dessa organização, uma vez que a ela está intimamente ligado o problema da revelação dessa essência comprimida. É, portanto, a partir das descrições sobre seu método de acesso ao real “concreto”, como constantemente afirma, que Alberto Torres dedica os esforços mais intensos para se fazer pensador original sobre os problemas brasileiros.

A orientação geral para esse itinerário é socrática: “nosce te ipsum” (1978b, p. 62) (conhece-te a ti mesmo). Mas por quais caminhos, poderia alguém perguntar? Eis então que o autor responderia realizando uma distinção entre duas maneiras de conceber a cientificidade

²³ O livro de Adalberto Marson, em especial o capítulo III (o nacionalismo na etapa monopolista do capitalismo), oferece pontos importantes para o aprofundamento deste aspecto. Através de uma cuidadosa recomposição do pensamento de Alberto Torres, Marson demonstra como o pensador fluminense é partidário de uma concepção romântica, que pretende sustar os efeitos agressivos da etapa monopolista, defendendo um retorno ao período concorrencial, que procura aplicar ao seu projeto para o capitalismo brasileiro.

legítima, segundo seu ver. Inicialmente, ao apontar uma “ciência de laboratório, com que espíritos fantasistas, por um lado, e espíritos mercantis, por outro, esforçam-se (...) por substituir as criações naturais por criações de síntese” (1978a, p. 111). Estes à maneira de alquimistas, creem que é possível inventar remédios sociais como que milagrosos, forjando, produzindo e gerando. Enganam-se irremediavelmente.

Negando esta saída inventiva, Alberto Torres inicia a indicativa do caminho correto: a ciência nada conteria em termos de providência, pois ela “não cria, não fabrica”, toda sua capacidade “realmente racional, realmente científica (...) deve consistir em conhecer, aprofundar e analisar, os métodos, os processos, os modos e as leis de desenvolvimento, da reprodução e da transformação, para auxiliar as sínteses naturais”, jamais para criar soluções. Do contrário, só se chega ao “desequilíbrio das forças físicas ou econômicas, da Terra e do homem” (1978a, p. 111). Por isso, a ciência social que verdadeiramente encontra as realidades de povo consiste em fazer a nação acamar-se em seu leito natural; este pode ser elencando como o lema torreano. Tal ciência não deve, como dito acima, criar, mas *perceber*. Trata-se de “um estado de consciência e um impulso de instinto: o chamado espírito nacional dos povos” (1978a, p. 50).

Em palavras mais simples, trata-se de conhecer a natureza de um povo e de uma nação pela observação direta. Apenas pela experiência é que poderíamos chegar ao conhecimento efetivo de nossa realidade. Ver os fatos sociais significa que “o homem moderno resulta, muito mais diretamente, do meio que habita, e principalmente, da sociedade que o cerca”. Daí o acerto de Ratzel em ter afirmado que não são os dotes, nem os impulsos congênitos, que determinam a diferença entre dois grupos de uma mesma civilização, mas os “fatores mesológicos e sociais” (1978a, p. 30). Sobre este ponto, também Sabóia Lima, seu importante discípulo, assim se manifesta ao afirmar que para Alberto Torres, na relação entre o homem e a terra, a causa da decadência de uma sociedade está no “desconhecimento das condições de adaptação cósmica e consequente falta dos fatores de organização e desenvolvimento progressivo” (1935, p. 220).

Desta forma, aos dias de Alberto Torres estaríamos “ainda, em assuntos de medicina social, em fase terapêutica” (1978a, p. 52); daí ser ainda “a eterna pergunta sobre a realidade, ainda hoje insolvida” que atormentava o homem: “onde, então, a chave da verdade: a explicação do senso, a origem da razão, o impulso e movimento da vontade?” (1978a, p. 25). Se os grupos tribais respondiam com a criação de deuses, no século XX o pensador fluminense tinha a sua singular resposta ao reservar papel bastante específico para a racionalidade.

Adaptar não é, pois, tarefa do instinto. A este cabe sentir para perceber, pois “o conhecimento dos fenômenos da vida humana e da sociedade depende de faculdade e de métodos psíquicos e lógicos, ainda não estudados pela ciência” (TORRES, 1978b, p. 157). É então que se revela a parte mais nebulosa em Alberto Torres, aquela que tenta fazer deslancar um método investigativo novo no pensamento brasileiro. E, significativamente, esse aspecto mais abstruso de toda a teoria de Alberto Torres é o tratamento dado ao percurso necessário para revelar nossa essência imanente. A princípio, a resposta que nós é fornecida pelo jurista fluminense parece bastante simples, e até mesmo figuraria como de fácil aplicação prático-política: “a razão de um povo só se forma com o conhecimento de seus interesses; sua energia só se educa com a prática firme de um programa de soluções: aquela depende de estudo, como esta de hábito; estão as duas subordinadas à consciência da realidade objetiva da terra habitada” (TORRES, 1978b, p. 69). Porém, quando o jurista tenta descrever – e o faz inúmeras e extensas vezes – o mecanismo para se obter tal “consciência da realidade objetiva”, as coisas se dão de maneira mais confusa.

O fato é que em Alberto Torres não existem uma filosofia, uma ciência, uma arte ou uma política. Em si, todas estas disciplinas são “sistemas de abstrações e de conceitos, que nada dizem ou nada realizam”; existem formas e processos autônomos de viver, isto é, há filosofias, ciências, artes e políticas que se “adaptam”, se “vitalizam” como os verdadeiros motores da vida real, “nervos e sangue, da nutrição e da vontade de um povo” (1978a, p. 29). Assim, elas são faculdades práticas e também cada povo tem a sua.

A razão só entra na atividade diretiva. A política, por isso, torna-se arte. Ela entra “no estudo dos dados supridos pela observação da terra e do homem, no tempo e no espaço” (1978b, p. 157); somente após observação e verificação, pela experiência da terra e da sociedade, somente após o estudo racional dos dados que a anterior faculdade revelou, forma-se a política como aspecto capital de todo o processo. Ela é, por isso, síntese de todas as outras artes, a mais difícil, e também a mais incompleta e a mais imperfeita: “arte nuclear de todas as outras, arte de coordenação e de harmonia, arte central, destinada a envolver, a ligar, a impulsionar, a superintender, o funcionamento das demais (TORRES, 1978b, p. 151). Admite-se, pois, que passe a existir a “arte política” apenas quando os dados sobre os quais deve debruçar-se – para reencontrar a linha de progresso natural, conhecimento profundo e factual da realidade – estejam assentados nos espíritos que observam a vida social.

De acordo com isto, não seria uma política empírica, como até então haveria existido, o que defende Alberto Torres. Também não se trata de política de força, que quer obrigar os fatos

a caberem em gaiolas e formas não produzidas para as realidades às quais se desejam aplicar. É uma política orgânica, que não copia, não cria instituições, mas faz “surgir dos próprios materiais do país: traduzir em leis suas tendências, dando corretivo a seus defeitos e desvios de evolução” (TORRES, 1978b, p. 168). É uma política que procura aproximar o homem da própria vida, pois procura “soluções evolutivas”. Nesse sentido, cabe outra vez trazer a contribuição do mais qualificado exegeta das obras de Alberto Torres, que busca as palavras de Destut de Tracy, filósofo iluminista francês, para nelas identificar a definição do sociólogo sobre política: “as ciências ideológicas, morais e políticas, em suma, são ciências como as outras, e delas distintas, apenas, pelo fato de que aqueles que as não estudaram estão de boa-fé persuadidos de que as conhecem, que se acham inclusive em condições de tomar decisões” (SOBRINHO, 1968, p. 340).

Há ainda uma consequência importante a retirar dessa discussão. Em partindo do fato de que as instituições políticas devem sempre subordinar-se às condições peculiares de cada situação geográfica ou mesológica, e da máxima de Alberto Torres de que cabe aos “espíritos encarar a política como um instrumento destinado a agir”, como atitude própria para o “desentranhamento de seus problemas”, vale questionar a existência de uma Ciência Social ou de uma Ciência Política. Possibilidade, contudo, taxativamente negada por Torres, para quem o “esclarecimento da nossa razão irá, dia a dia, demonstrando que as aplicações da ‘ciência’ à prática são, em grande número de casos, ilusões da nossa visão espacial ou temporal, o que não obsta à possibilidade da solução racional dos problemas humanos” (1978b, p. 180).

Para Alberto Torres, as ciências sociais seguiriam caminho contrário ao que deveriam; neste, poderiam ser utilizadas como instrumentos da razão aplicáveis aos dados da experiência. O destino que se lhes atribui usualmente seria o de formar categorias sistemáticas de conhecimentos, gerando regras fixas numa disciplina de ideias demonstrativas de lógica. Nada mais equivocado, segundo sua ótica. O medo de que a intuição e a empiria fossem excluídas como mecanismos de conhecimento leva Alberto Torres a praticamente descartar a existência de uma Ciência Social como disciplina. Tendo em vista essas reflexões, pôde Barbosa Lima Sobrinho, com acerto, decretar que “o que há de mais profundo na Sociologia de Alberto Torres é o seu horror ao sistemático, o medo de deixar escapar uma realidade complexa e multifária pelas malhas de teorias demasiadamente apressadas, insuficientes ou temerárias” (1968, p. 328). Segundo o mirante no qual se põe Alberto Torres, jamais se poderia descartar a primeira

e superior entre as formas de sentimento, a que, inclusive, cabe dirigi-lo: “ser sensível, eis o primeiro sinal de consciência”.²⁴

Neste ponto da análise, ganha destaque a contradição do receituário do pensador fluminense. Por um lado, têm-se a descrição onipresente da experiência, as bases empíricas da observação e a hipervalorização da intuição como principais qualidades do processo de conhecimento da realidade (essencial, subjugada). Mas, como pensador que se via incompreendido pela maioria dos de sua geração, Alberto Torres sentiu-se igualmente forçado a inserir, em seu método, algo que o diferenciasse do simples senso comum, da mera captação direta dos fatos. Dessa forma, ao lado da constante rejeição das referências conceituais e teóricas, da abstração como princípio *a priori*, dos sistemas e leis gerais cuja predominância tanto critica na política brasileira, erige a “síntese” como recurso teórico para salvar a racionalidade. É com esse movimento forçado, acoplado por necessidade de distinção, que pretende ter chegado à sua política orgânica. Podemos, assim, concordar com Adalberto Marson, quando afirma que “o dilema de Alberto Torres é conciliar o cientificismo e a intuição, que lhe parecem excludentes, e combiná-los num método capaz de dar conta dos fatos e realidade só captáveis pela percepção” (1976, p. 110).

Eis a indicação do caminho metodológico – feito em linguagem pouquíssimo acessível, nunca é demais ressaltar – que deveria ser percorrido se se desejasse salvar o Brasil de um destino ao qual estivera atrelado desde a conquista europeia, o de colônia. Conhecer seus próprios interesses é, na visão desse pensador, simultaneamente ouvir a reação da consciência nacional e identificar os males infringidos às realidades abandonadas. Mas vale lembrar, sempre, que essas soluções políticas nacionais – objetivo de vida de Alberto Torres – para povos “desprevenidos e incautos, fracos por fraqueza orgânica, ou, como em nosso caso, pela coincidência da infância nacional com o intenso surto expansionista de velhas e vigorosas nações, de profundo instinto e sólidas educação de luta, o problema duplica de gravidade” (1978a, p. 118).

Os elementos até aqui apontados constituem os aspectos basilares da teoria de Alberto Torres sobre a realidade nacional. Denúncia da permanência da situação colonial brasileira, da drenagem dos recursos naturais nativos, da presença de fórmulas importadas para legislar e dirigir o país e do descompromisso com a observação direta dos problemas brasileiros – todos estes são elos da cadeia de relações da compressão da nacionalidade e do desconhecimento da

²⁴ Retirado de SOBRINHO, 1968, p. 288.

sua verdade essencial, pois a falta de averiguação desses problemas é o mesmo que a incompreensão das razões da não espontaneidade de sua evolução.²⁵

Em seu conjunto, essas reflexões ajudariam Alberto Torres a definir um programa de soluções para remediar o que seria “uma das mais amargas decepções da humanidade”: um “capitalismo inconsciente” quanto aos interesses nacionais (TORRES, 1978b, p. 126). Caberia, pois, criar uma consciência nacional. Não seria isto, porém, mero idealismo, embora o próprio autor se declarasse, em círculos íntimos, “ideo-realista” (SOBRINHO, 1968). Alberto Torres tinha consciência de que o que faltava ao nacionalismo brasileiro não era apenas um espírito de palavreado e ardores lançados por retórica, mas uma organização nacional objetiva. Isto fica bastante claro em sua crítica aos cantos poéticos de Olavo Bilac na campanha pela Defesa Nacional ao “detestável hábito de deixar voar a palavra, de asas livres... por todo o infinito do absurdo e da imaginação!”, para contrapor como mister, antes de qualquer outra ação, “que nos disponhamos a prender as almas (...) à disciplina da realidade, à positividade das coisas, à gravitação e à firmeza dos pés sobre o solo, sobre o mundo, sobre a verdade”.²⁶

A sentença final estava dada: tudo estaria por realizar, no país. Inexistia organização bancária, não havia organização comercial, faltaria organização da produção e muito menos se conseguiria encontrar qualquer tipo de organização e valorização do trabalho. A urgência de aplicabilidade das máximas, que o autor de *A organização Nacional* toma como exame, dá-se pela ausência de projetos governamentais brasileiros de largo prazo. É isso que Alberto Torres chama de “política racional”, devendo ser complementada pela “política orgânica”, exposta acima. A grande tarefa política – e isso o pensador acreditava que a República brasileira estava a distância colossal de pôr em prática – é a criação de base segura para a prosperidade contínua, social e não individualmente falando, postulado que pode ser verificado quando sustenta que “a atividade da massa dos indivíduos e a de seus agrupamentos não é o elemento dinâmico da

²⁵ O alerta contra o plano de expansão colonial dos sindicatos e empresas estrangeiras, que usariam os recursos nacionais brasileiros e depredariam o solo pátrio, em Alberto Torres, é tão uníssono que chega a tecer analogias como a de um “Estado no Estado”, comparações com a do país como um “esgoto” (na extração de riquezas) e a supor um processo de “saarização do país”. Vale, pois, aqui, transcrever passagem ilustrativa da convicção dessa verdade ululante em sua teoria: “Esse fato, esta realidade, este flagrante, este corpo de delito, este axioma, esta verdade patente e intuitiva; isto, a que os juristas chamariam prova provada, por confissão e testemunhas de vista; esta demonstração matemática; esta coisa corpórea, material, visível, sensível, tangível; este indiscutível, este absoluto, esta certeza, esta evidência, esta afirmação e este reconhecimento, patentes, insofismáveis, iniludíveis, formados com o abc das certezas mais elementares e irrefragáveis da política internacional, precisos, rigorosos e inflexíveis como o 1 + 1 da primeira verdade aritmética, este assalto às escâncaras... isto é coisa que não deve oscilar, na consciência de nenhum brasileiro, que não deve permitir um minuto de tolerância ou de adiamento” (TORRES, 1978a, p. 120-121).

²⁶ Apud SOBRINHO, 1968, p. 393.

vida nacional: é o seu elemento estático; não é sua força progressiva: pode ser-lhe uma força retrocessiva. E é este, literalmente, o caso da nossa Pátria” (TORRES, 1978a, p. 51).

Eis como o autor concebe os preparatórios iniciais para formar o caráter nacional de uma terra e de um povo modernos:

A mais elementar condição desta consciência é a existência, não de um simples nexos afetivo ou político, mas de uma comunidade de relações e de interesses morais, sociais e econômicos. Um país só possui integridade e união quando cobre a sua terra, e envolve seus habitantes, um forte tecido de relações e interesses práticos; se esses interesses e essas relações não resultam espontaneamente da natureza da terra e do caráter do povo, é indispensável criá-los. *As nações modernas*, feitas sobre terrenos heterogêneos, com raças distintas, *são obras de arte política*, que demandam décadas de trabalho consciente e de calma elaboração; esse trabalho exige um programa, um plano, uma ação contínua e perseverante; se elas possuem capacidade para conceber, a energia para realizar, vencem e perduram; se não possuem, dissolvem-se ou desfalecem, numa precoce caquexia. (TORRES, 1978b, p. 69-70) (Grifos nossos)

Algumas situações chamavam muito a atenção de Alberto Torres e valem ser lembradas, uma vez que seriam também retomadas, posteriormente, no complexo ideológico, o que não aconteceria, por exemplo, com sua concepção ruralista.²⁷

Causava-lhe descontentamento constatar uma “tendência exclusiva e eliminadora” (1978b, p. 95) no interior dos grupos que se apossam do poder. Como consequência direta disso dar-se-ia o profundo desequilíbrio regional do país, assentado em progresso econômico

²⁷ O ruralismo de Alberto Torres é de difícil interpretação. Cremos que o livro de Marson oferece pistas importantes para compreendê-lo em sua correlação interna com os demais elementos teóricos. Segundo Marson, o organicismo existente em Alberto Torres seria responsável por uma visão na qual organismo social deva produzir apenas o necessário para sua população interna; qualquer excesso tenderia a gerar desequilíbrios econômicos. Estes, por sua vez, causariam a ruptura do ciclo biológico. Identificando o estágio monopolista do capitalismo e suas incursões imperialistas como sintomas do desequilíbrio gestado por uma produção excessiva de mercadorias, Alberto Torres teria horror a qualquer crescimento social que não pudesse ser contido em um progresso harmonioso. Essa busca pela conservação e o medo da desintegração seriam os principais responsáveis por sua teoria desembocar em um ruralismo que é sinônimo de integração orgânica e de atendimento das necessidades sob parâmetros funcionais (1975, p. 140). Sem negar essa hipótese, bastante acurada, ofereceremos, no próximo capítulo, explicação mais abrangente, capaz de dar sentido a esse aparente contrassenso. Vale apontar, ainda, que o estudo de Marson peca, no entanto, por partir de uma tipologia para nela enquadrar o pensamento do jurista, em vez de tentar compreender o significado da obra de Torres como expressão de interesses bastantes dinâmicos e concretos. Esse modo de proceder fica explícito, aliás, no título mesmo: A ideologia nacionalista *em* (e não de) Alberto Torres. É verdade que o autor tenta atrelar o sentido do conjunto da obra de Torres à expressão dos interesses dos antigos senhores escravocratas, os únicos que aos olhos do pensador teriam construído alguma forma de organização durante a colônia. Essa incapacidade de compreender Alberto Torres como homem de um período de transição e, por isso mesmo, de captar seus elementos aproveitáveis pela burguesia brasileira para dinamizar uma nova forma de desenvolvimento autocrático deve-se, em muito, ao sociologismo enrijecido que enquadra a realidade nos conceitos, em lugar de torná-los expressão reflexa aproximada do real.

extremamente desigual e em que “a única força produtora de efeitos práticos é a dos interesses egoístas em ação (...) que vai deixando arruinar-se uma das nossas melhores indústrias – a da borracha” (1978b, p. 103), enquanto o país pensa apenas em liberar empréstimos imediatos à lavoura de café.²⁸ Da mesma maneira, é Alberto Torres que funda uma singular concepção dos problemas sociais, que faria escola, adequada à sua tese crítica da prática comum de interpretações importadas de outras realidades. Ao passo que denuncia romanticamente a situação de abandono aos que considera verdadeiramente brasileiros, os “adaptados” da terra (os que sofreram com a escravidão e os indígenas), nega a existência entre nós de qualquer “questão social”, o que certamente deixa de fora os operários industriais, grupos que estariam em condições superiores e mesmo privilegiadas, aos olhos de Alberto Torres.²⁹

O problema da organização nacional se confunde com o problema do consenso, com o problema do progresso e com os problemas de unidade e produção, físicos e sociais. E, por isso, a evolução harmoniosa de uma sociedade só é completa quando congrega, em seu todo, sossego e iniciativa, quando o firme progresso resulta da completa organização nacional. Ou, como dirá em outro momento, deveríamos realizar a mesma obra, para a nossa realidade, que os estadistas

²⁸ Alberto Torres, provavelmente, deveria ter em mente algo que já ressaltamos em nossa dissertação de mestrado (SARTORETTO, 2017) e que consiste no seguinte. Conta-se com grande massa de informações e estudos sobre a valorização do café, na República, porém pouco se diz da tentativa, negada pelo poder federal, de promover pacto semelhante para a borracha, na Amazônia. O período de auge de exportações da borracha no Brasil seria notável por uma circunstância que o distinguiria, em comparação com a economia paulista. Trata-se das organizações, congressos, sindicatos de valorização, incentivos fiscais e isenções criadas para reter o preço do produto no mercado mundial. Elaboraram-se mesmo projetos federais para discutir a questão, como o Plano de Defesa da Borracha, na gestão de Hermes da Fonseca, em 1912. Aprovado por unanimidade pelo Congresso, e constituído pela possibilidade de abrir créditos a usinas de refinamento, hospedarias, estradas de ferro, etc., o projeto estacou, após sofrer críticas do representante paulista, Francisco Glicério, na Câmara dos Deputados. Argumentava Glicério que seria exorbitante o custo do projeto. Retorquiu-lhe o deputado amazonense Luciano Pereira, da seguinte maneira: “Se em vez de beneficiar o Norte a lei fosse em benefício do Sul, estou certo de que o nobre Senador nada tinha a opor-lhe, achando talvez S. Exa. ainda poucas as medidas nela configuradas... é por motivos iguais a esse que se diz ter sido até hoje a União mãe para o Sul e madrasta para o Norte... o governo quis fazer exceção a esta praxe odiosa e S. Exa. acha que ela ainda deve perdurar mais tempo (Apud PRADO; CAPELATO, 2006, p. 333). Como é possível depreender dessa discussão, o apoio de São Paulo era crucial para tornar a valorização possível, porém São Paulo tinha seus interesses voltados apenas para a economia cafeeira. Enquanto isso, a produção mundial de borracha, estimulada inicialmente pela prosperidade brasileira, continuava a crescer, a tal ponto que quem decidiu lançar mão de um projeto de limitação da oferta foi a Inglaterra (com o Plano Stevenson, em 1922), a qual abocanhava progressivamente o mercado do produto.

²⁹ Veja-se, por exemplo, a orientação de seu pensamento no período final de sua vida, em artigos no periódico carioca “A Tribuna”: Alberto Torres procurava opor-se à onda interna de louvor, que contaminava a opinião pública brasileira pelos Estados Unidos contra a Alemanha, e comentava, de forma profundamente ríspida, que os mesmos entusiastas que repudiavam com veemência atrocidades germânicas, estimulados por problemas tão distantes como a Primeira Guerra Mundial, “não têm um gesto de comiseração e não praticam um ato de socorro pela gente de sua terra que morre no Ceará, vitimada pela seca, e pelos milhares de miseráveis que a política de exploração, de colonialismo e de imperialismo vai multiplicando em seu país”, e ainda arrematava, dizendo “estou convencido de que, nas senzalas, a escravaria chorava com brados muito mais altos e gestos de muito maior desespero o sofrimento e as mortes da casa-grande” Cf. SOBRINHO, 1968, p. 448-449.

americanos realizaram no período de sua fase constitucional, apreendendo o caráter próprio de suas zonas geológicas e mineralógicas e evitando o separatismo, para criar “as condições necessárias entre os interesses e tendências divergentes”: “eis o ponto de partida de toda política sensata e prática” (1978b, p. 64).

E nada disso encontrava Alberto Torres em suas observações diretas da realidade do capitalismo brasileiro de seus dias. Tudo era indicação, que chegaria ao ponto de obsessão prática de um autor que afirmou, nos anos finais de sua vida, ter-se habituado “desde muito, a só ter ideias para serem executadas”³⁰ e que, segundo Francisco Iglesias, com suas reflexões já amadurecidas, dedicaria o resto de seus dias, integralmente, “à pregação de suas ideias, em verdadeiro apostolado pela fé no que pensa” (1978a, p. VII). O Brasil não possuía consciência de si. Seria preciso gerá-la.³¹

1.2 – A fina aplicabilidade de Oliveira Vianna

Bem antes do que Barbosa Lima Sobrinho defende como o momento de resgate da obra de Alberto Torres (para o historiador, a retomada de interesse pelos escritos torreanos teria ocorrido em 1932, em meio à crise dos setores tenentistas e com a fundação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres), um pensador que o próprio Sobrinho aponta seu discípulo, sem,

³⁰ Apud SOBRINHO (1968, p. 308).

³¹ A localização de Alberto Torres no campo da expressão ideológica autocrática, por ela lutando na busca reformadora-progressiva do capitalismo brasileiro, ao nosso ver, pode fornecer elementos para sanar falsa dicotomia, na qual seu nome costuma figurar. A questão de saber se o pensador fluminense pode ser considerado um integralista, autoritário, ou conservador, o que é recusado por Iglesias (1978), um revisionista, nacionalista, corporativista ou então “liberal de tendência esquerdista”, na definição de Barbosa Lima Sobrinho (1968), embora pareça ter fundamento para definir o lugar no espectro de posições políticas a que pertenceria, para uma concepção que se pauta pela função (ideológica) nas relações de poder entre as classes sociais não faz tanta diferença. Respondendo aqui à necessidade de situá-lo na sua relação com o todo e não como parte divorciada das determinações da sociabilidade – como subjetividade política autônoma, que independeria das condições sociais a que pertence para definir sua posição frente aos problemas sociais –, supera-se a oposição rígida entre liberalismo e autoritarismo, deste como oposto necessário daquele. Supera-se, também, a visão politicista da realidade, que suprime, assim, seus conteúdos fundamentais. Se se parte de uma interpretação que não toma unicamente a esfera do político para discutir essas questões, os vínculos desses autores com as classes sociais e, portanto, com o processo produtivo da vida devem necessariamente entrar na apreensão de sua identificação política. Idêntica problemática poderá ser levantada com relação a Oliveira Vianna, com a condição especial de que ele efetivamente figurará como dirigente especial dessa burguesia autocrática. É claro que matizes importantes, como o racismo explícito em Oliveira Vianna, o qual inexistia em Alberto Torres, devem ser levadas em conta, mas não alteram sua relação fundamental com a posição de classe, relativas a cada momento histórico-particular.

contudo, ter-lhe reconhecido a real influência, já o havia assimilado e desenvolvido os indicativos expostos acima: Oliveira Vianna.

Sendo nosso intuito, nesta seção, demonstrar a aplicabilidade, em Oliveira Vianna, dos pressupostos metodológicos que envolvem a busca da razão evolutiva da realidade brasileira arrolados pioneiramente pela obra de Alberto Torres, podemos elencar algumas obras específicas como objeto de análise, dispensando-nos da investigação da totalidade de seus escritos, bastante extensos, por sinal. O que designamos como razão autocrática pode ser encontrado com mais clareza, de fato, em textos muitas vezes esquecidos pelos comentadores, notadamente quando e porquanto ressaltam a presença de Alberto Torres em Oliveira Vianna – o que é bastante expressivo. Além disso, há algumas confusões recorrentes sobre a absorção dos escritos deste último, que teremos oportunidade de apontar.

Uma linha-mestra mínima, no entanto, sobre a forma como Oliveira Vianna interpreta a formação social brasileira deve ser tecida para conhecer-lhe a posição teórica geral. Assim, pela natureza da discussão aqui encetada, ficaremos restritos, no fundamental, à análise imanente de duas obras: *Evolução do povo brasileiro*, de 1923, e *Instituições políticas brasileiras*, de 1949. Na medida em que forem úteis lançaremos mão, porém, como subsídio teórico, de outras obras do autor.

Uma justificativa é necessária, já que salta aos olhos a escolha de textos temporalmente tão distantes um do outro. Ainda que uma sistematização maior de seu pensamento só possa ser encontrada em obras tardias – e *Instituições políticas brasileiras* nos parece, para isso, a mais indicada –, os problemas centrais de que trata o autor encontram-se esboçados já em seus primeiros escritos. É verdade que o cerne das mais importantes teses de Oliveira Vianna está, germinalmente, contido em seu primeiro livro, publicado em 1920, *Populações meridionais do Brasil*. No entanto, esse livro, além de restringir sua análise apenas ao período monárquico, foi muitas vezes acrescentado e expandido, com o que bem se nota a incompletude do pensamento do autor entre 1918 e 1920, quando inicialmente escrito.³² Por isso, concordamos com Arthur Cesar Ferreira Reis, investigador de sua obra e contemporâneo de Oliveira Vianna, quando comenta, a respeito de *Evolução do povo brasileiro*, que “toda a obra posterior desse autor saiu desse livro. Houve ocasião em que eu disse ser o livro capital dele” (1979, p. 39). Tomaremos como indicativo esse comentário e procuraremos demonstrar como, já em *Evolução do povo*

³² Segundo a versão editada pelo Senado Federal, 2ª reimpressão (2010), o primeiro volume ganhou 4 edições ainda em vida (1920, 1922, 1933 e 1938) e o segundo volume teria saído apenas um ano após sua morte, ocorrida em 1951.

brasileiro, a visão de Oliveira Vianna sobre a constituição social brasileira se mostra suficientemente amarrada, a ponto de ganhar corpo, gerando um conjunto de conceitos coerentes e expressivos, e onde sua visão de ciência se mostra mais bem condensada.

Reforçando essa abordagem, temos o fato de ela não cindir, como ocorre em muitos intérpretes de grandes pensadores, a trajetória do autor, situando-a entre um “jovem” e outro “maduro”, estabelecendo cortes epistemológicos, quebrando uma sequência de aprofundamento que é própria ao mundo das ciências humanas, devido ao tempo necessário de reflexão que a natureza do objeto de pesquisa impõe, bem como a árdua tarefa de munir teses iniciais com maior arcabouço interpretativo. Além disso, nunca é demais lembrar: a realidade mesma mantém-se em movimento, obrigando o pesquisador a rever constantemente pontos de interpretação que antes lhe pareceram absolutos. Encontramos, pois, no estudo de Oliveira Vianna selecionado, o estatuto teórico-metodológico de sua obra *in status nascendi*, mas nem por isso despojado de enorme riqueza conteudista.

Cabe mencionar, ainda, haver recente estudo, publicado em 2017, demorado e minucioso, realizado por Felipe Fontana, sobre a atuação profissional do intelectual fluminense e que leva o interessante título de *Teoria e práxis: Oliveira Vianna como consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1932-1940)*. Esse estudo corrobora nossa tese, na medida em que percebe a consonância de atuação de seus escritos teóricos e sua atuação prática.³³ Como aponta o cientista social, tendo articulado os primeiros trabalhos de Oliveira Vianna que tratam de um diagnóstico sobre a realidade brasileira a seu momento de inserção como formulador de pareceres, projetos, relatórios técnicos, etc., para aplicação nos sindicatos estabelecidos pelo corporativismo, há verdadeira cumplicidade entre os períodos:

Em alguns momentos de nossa análise tivemos a oportunidade de destacar essa qualidade nominando-a de “simbiose” ou de “simbiótica” que, por sua vez, nos fez aceitar um nível de indeterminação: mutuamente falando, qual produção funciona como a base da influência de sua correlata constituição? São as pesquisas de Oliveira Vianna (concretizadas em seus livros) que, somada à fase 1 de seu pensamento, auxiliam na edificação da visão vianniana expressa nesses pareceres ou, pelo contrário, é a função política do consultor jurídico que auxilia na forja de sua produção bibliográfica desse período, particularmente no conteúdo explicitado por ela? Sobre essa indagação, assumimos a seguinte postura: são produções indissociáveis, ou seja, interligadas em termos de influência mútua em suas constituições e germinalidade. Não podemos afirmar

³³ Em meio às maquinações políticas para formar a junta do Governo Provisório, no começo da década de 1930, e insensível às trocas que se faziam para o cargo principal no Ministério do trabalho, Oliveira Vianna tornava-se Consultor Jurídico e Assessor Técnico em Economia Social, integrando as comissões encarregadas de elaborar a legislação social e trabalhista, sendo delas o chefe encarregado. Nestas funções trabalharia durante oito anos (1932-1940), sendo, depois, nomeado ministro do Tribunal de Contas da União, até sua morte, em 1951.

que elas são “uma única coisa”, afinal, elas possuem tipos distintos de formatação, apresentação, exposição, divulgação, intenção e função. Contudo, também deve-se ficar claro que o nível de correlação entre elas supera uma “simples reação de influências”. (FONTANTA, 2017, p. 398)

Feita essa breve justificativa, pode-se fixar esforços na exposição do livro. Como cartão de visita, é já apresentada a seguinte epígrafe,³⁴ citação do antropólogo francês Georges Vacher de Lapouge, teórico da eugenia e responsável por indicar a raça como critério de superioridade entre os povos. Traduzida livremente, a epígrafe soa assim: “A ciência política é a ciência da compreensão da evolução social, e arte política é dirigir a evolução futura” (1933, p. 5). Vemos, aí, Oliveira Vianna estampar a concepção de que a política deve ser considerada e, portanto, nestes termos confeccionada pelos traços de genialidade do dirigente, como obra artística – abordagem já esboçada em Alberto Torres. E não se trata de coincidência. O teórico que seria mais tarde consultor jurídico do Estado Novo dizia-se inspirado por seu conterrâneo, a ponto de considerá-lo “um dos grandes mestres do pensamento nacionalista do Brasil”, mas principalmente aquele que “reacordou o sentido nacionalista da nossa existência e, com a sua doutrina, restaurou (...) a consciência da nacionalidade, o sentimento dominante da pátria comum” (1999, p. 407). Sobre os pontos de proximidade entre os autores, que são muitos, mais à frente um espaço será devidamente reservado para debate mais extenso.

Intelectual que se propõe homem de ciência objetivo e imparcial, reside em Oliveira Vianna uma concepção metodológica de apreensão da realidade que é toda voltada para as singularidades dos objetos que examina. Ao analisar as chamadas “leis gerais da evolução das sociedades”, desenvolvidas pelos “sociólogos da ortodoxia evolucionista”, dentre os quais Darwin é mencionado, Oliveira Vianna os vê “precipitados” e portadores de “generalizações temerárias” e “conclusões prematuras” (1933, p. 12-13); suas obras não comportariam a interpretação daquilo que pesquisava, a saber, as linhas de evolução internas às sociedades e suas correspondentes instituições. Apoiando o movimento de “reação renovadora”, contra a inanidade das velhas fórmulas gerais, fossem de Darwin, Spencer ou Ratzel, todos sociólogos de gabinete, Oliveira Vianna propõe a arregimentação de pesquisas que sanem as lacunas

³⁴ As epígrafes escolhidas por Oliveira Vianna poderiam tranquilamente figurar, senão como objeto de estudo à parte, ao menos como excelente ponto de partida para perceber seu itinerário teórico-metodológico. A título de ilustração da riqueza destas pequenas referências, podemos arrolar a epígrafe de *Instituições Políticas Brasileiras*, curiosamente uma frase de René Descartes: “Deve-se buscar, não as opiniões dos outros ou suas próprias conjecturas, mas o que se pode ver claramente com evidência, ou deduzir com certeza; porque a ciência não é adquirida de outra forma” (VIANNA, 1999).

existentes e que almejem preencher o “caso particular”, a “realidade precisa do detalhe” (1933, p. 20). Toda essa variedade de tipos sociais, percebida em sua época, é complemento que qualquer pesquisa no âmbito da ciência social deve tomar para si como verdadeiro objeto a ser buscado: “o estudo dessas modalidades diferenciais, oriundas das necessidades de adaptação de cada sociedade ao seu meio cósmico, como o estudo das outras modalidades diferenciais, oriundo das necessidades de adaptação ao meio social, ao meio étnico e ao meio histórico” (1933, p. 24). Trabalho ciclópico de compreensão e que deve ser estendido a todo globo, pois é a maneira própria de cada sociedade arranjar-se no ambiente geográfico - seu “meio cósmico” -, responder às condições de insolação, utilizar os regimes de precipitação pluvial, encaixar-se nas correntes atmosféricas regionais, em suma, adaptar-se ao meio físico e ao *habitat* natural que moldará sua civilização.

É verdade que sua análise preza também pela sofisticação; assim, vemos o autor negar a validade científica de toda teoria que entenda a sociedade como evolução de uma única determinante, pois “não há atualmente monocausalistas em ciências sociais” (1933, p. 21). Contudo, dentre o complexo de fatores que contribuem para essa classificação – étnicos, econômicos, geográficos, históricos, climáticos – “estão em primeira linha, porque irreduzíveis e incoercíveis, as forças oriundas do meio cósmico, principalmente o solo, que é base física das sociedades” (1933, p. 21).

Nesse sentido, em meio à “realidade das formas infinitas de vida”, Oliveira Vianna justifica a utilidade do estudo do meio cósmico brasileiro, e não por simples erudição, mas por ser o melhor caminho para conhecimento das leis que regem nossa formação. Afinal, delas, e somente delas, pode-se extrair política verdadeiramente objetiva e experimental, específica à nossa mentalidade. De fato, seu pensamento não dispensa completamente articulação da parte com alguma totalidade, pois não há como negar o fato de nascermos como colônia:

Somos parte integrante de um grande todo: nele estamos e dele dependemos por milhares de dependências, claras e visíveis umas, obscuras e invisíveis outras, mas não menos sensíveis e eficientes. Mas, embora todas essas atinências e afinidades, dependências e semelhanças, não nos confundimos: somos diversos por muitos aspectos, distintos por muitos lados, peculiares e exclusivamente nós mesmos por muitos modos de ser e de existir. (1933, p. 33)

Não se pode dizer, porém, que o movimento do sistema de que somos parte aconteça de forma harmoniosa, uma relação mútua de determinação: “são eles, estes agentes locais, que

terão sempre, nos destinos das instituições importadas e das ideias imitadas, a palavra final e definitiva” (1933, p. 34).

Consequência direta desse singularismo categórico de Oliveira Vianna é sua declaração de que “o espírito comercial dos portugueses do ciclo das navegações” (1933, p. 49) se obscurece desde o momento em que penetra a terra americana e chega mesmo a cessar de todo. Passamos, então, a ser um povo “natural da terra”, fundamentalmente “agrícola” – e é sobre essa sua concepção de formação social que se desdobram todas as demais teorias de Oliveira Vianna. A máxima, portanto, que dita o sentido final do processo, em sua perspectiva, é a da predominância da parte.

Direciona-se, então, o pensador para a abordagem propriamente dita, que é “um estudo de antropogeografia econômica e política”. Numa primeira aproximação, mais detida, Oliveira Vianna aponta os desígnios que a metrópole portuguesa teria ao aportar em terras americanas: munidos de espírito mercantil, natos comerciantes, buscam o tráfico de especiarias, metais e pedras preciosas que, de início, não encontram. Esse choque acontece devido a um contraste: “nas Índias, encontram os portugueses uma civilização milenária, uma população organizada, com uma maravilhosa riqueza acumulada (...) No Brasil, ao contrário, encontram uma população de aborígenes ainda na idade da pedra polida” (1933, p. 50) e, portanto, nada que se pareça com uma organização comercial capaz de suprir seus anseios, essencialmente mercantis. É essa necessidade, de fundar desde os primeiros passos a exploração agrícola, que nos torna um povo essencialmente agrícola. Ocorre que a forma sobre a qual se assenta esse traslado de uma sociedade não ocorre por identidade: ela precisa levar em conta o meio cósmico, que, no caso brasileiro, é o de uma extensão gigantesca de terras ainda por cultivar. Daí ficar explicada a doação de sesmarias para treze proprietários, “homens de qualidades”, ainda que senhores de nobreza perdida e, por isso mesmo, aventureiros, à procura de refazer suas posses; viviam à maneira fidalga, sem confundir-se com os elementos do povo. São, portanto, contrariamente à tese de Paulo Prado (1981), “elementos sadios” os primeiros colonizadores (1933, p. 53).

Contudo, deparam-se estes pioneiros com uma realidade despótica, no sentido de que lhes determinará até mesmo a forma de sua organização de vida. Ao lado da ausência de elementos capazes de trabalhar, o que impulsionaria a necessidade de forçar o índio nativo e de trazer o negro escravizado, os núcleos de civilização que se criam aqui, pouquíssimos por força das condições ofertadas por Portugal, estabelecem-se de forma praticamente autônoma, devido a sua extraordinária base geográfica. Como faz-se indispensável ocupar o território, estabelecendo a noção de posse da colônia, essa extrema independência dos núcleos “dão à

sociedade colonial um aspecto ganglionar e dispersivo, de extrema rarefação”. Numa representação conceitual, tem-se aí o “clã fazendeiro” (1933, p. 72-73), a associação característica do mundo rural colonial, que é tudo que se conhece até então. Somado ao “regime onniprodutivo”, isto é, produtor de todos os gêneros que necessita, tem-se uma generalizada situação de isolamento, um “estado de rarefação” destes latifúndios, que faz deles “verdadeiros organismos autônomos sem nenhum ou quase nenhuma relação de interdependência com os outros” (1933, p. 100-101).

Avançando na análise, acabamos por perceber que a existência do “clã fazendeiro” resulta do que poderíamos designar como determinação geográfica, em última instância, segundo o pensamento de Oliveira Vianna. É esse imperativo que faz com que a unidade colonial seja tão tênue. Residiria aí a causa da inteira originalidade do fenômeno brasileiro, “problema inçado de árduas dificuldades e, na verdade, insolúvel” (1933, p. 211-212) para os estadistas coloniais. O autor é claro, na referência aos fatores geográficos, considerando que “estes, afinal, (...) moldam o governo colonial à sua imagem e semelhança ou à imagem desta sociedade elementar e rarefeita, que se dissemina e se perde por uma das mais vastas bases físicas, que já tem servido de assento a qualquer dos grandes impérios da história” (1933, p. 222).³⁵

Toda história do período colonial se desenrola em torno a essa tentativa de os estadistas corrigirem os “inconvenientes da amplitude geográfica” e as determinações por ela geradas na mentalidade do povo brasileiro, busca sem sucesso, pois o resultado, inevitável, é a progressiva subordinação do poder político à ação dispersiva dos fatores geográficos: “resignar-se e acomodar-se cada vez mais a essa fatalidade – eis o sentido íntimo da atividade política dos estadistas do período colonial” (1933, p. 223).

Por sua vez, o Império percebe a necessidade de se manter unido frente ao perigo de desmembramento; surge, com isso, a correspondente tarefa de reagir contra tudo que fizeram os estadistas da Colônia, os quais procuraram lançar bases seguras de colonização nos mais extremos pontos territoriais, transigindo com a ação indomável dos agentes geográficos. Em que pese ter sido o poder moderador o cerne de sustentação da unidade nacional e do sentimento

³⁵ Como apontado, Oliveira Vianna concebe outras determinantes na conformação de uma formação social, como a racial (cf. a segunda parte do livro em análise, *Evolução da raça*, pp. 121-194), e a culturológica, da qual seu primeiro livro, *Populações meridionais do Brasil* (2010), é o maior exemplo, descrevendo as influências da psicologia das distintas populações regionais do país. Mas, como se pode notar pela presente análise, a determinação que, em última instância, dá forma e estrutura ao tipo de evolução é a do meio cósmico, das realidades geográficas, ou do *habitat* natural, se se preferir.

de pátria, os organizadores do Império apenas *aparentemente* solucionaram o problema da dispersão da massa social. Na verdade, o fator geográfico não fôra eliminado; continuou, durante todo o século da independência, seu trabalho silencioso, pois “‘Balaíadas’, ‘Cabanadas’, ‘Sabinadas’, etc., outra coisa não são, com efeito, senão manifestações daquela ‘represália das causas geográficas comprimidas na sua ação’, de que fala Vidal de la Blache” (1933, p. 280).

Mas se nem a genialidade dos estadistas imperiais, que procuraram resolver os problemas fundamentais da nacionalidade, alcança sucesso integral, que se poderá dizer dos dirigentes republicanos, que decidem importar fórmulas estrangeiras e contemporizar novamente com os fatores da geografia brasileira? Fragmentando o poder outra vez, como no período colonial, marginalizando a soberania do poder central, o regime federativo perde duplamente o que se construíra no Império: a ação educativa e tutelar do poder moderador e sua capacidade de coesão, geradora da boa ordem monárquica. O parecer não pode ser outro: o Brasil adentra na modernidade do século XX expondo ao mundo a mais cabal desorganização do seu quadro social e político.

Quatro séculos de intensa atividade política, em que homens brilhantes enfrentaram tarefas hercúleas como a empreitada colonial, vitoriosa no seu sentido maior, parecem ter corrido em vão. Quando implementado o regime republicano, a nação não se encontrava preparada para ele, as elites locais não haviam sido educadas para assumir o poder dirigente provincial e as populações do sertão viviam ainda em sua ignorância, no *hinterland*. Mais do que isso, “o espírito insolidarista” ainda vigorava como senhor da vida social. Ilustrado por Oliveira Vianna como “conjunto desconexo de nódulos políticos”, “corpúsculos de Estado”, “ação dispersiva” ou “estado de rarefação” (1933, p. 233), definia, assim, como poucos, a teoria natureza da realidade brasileira.

Eis então que Oliveira Vianna apresenta a razão do fracasso e o problema de fundo de toda a falta de êxito: a circulação. Como não poderia deixar de ser, trata-se ainda de uma derivação do todo-poderoso meio cósmico. Descobre que o problema da unidade nacional é mais difícil do que se imagina e que a ação geográfica se tornara mais determinante do que nunca. Desenvolve, por isso, fórmula capaz de ilustrar todo o aprendizado científico de sua pesquisa:

O equacionamento do problema da organização nacional, racionalmente, é este: um máximo de base física + um máximo de circulação = um máximo de unidade política. Estabelecer um máximo de unidade sobre um máximo de base

física, sem o indispensável meio de circulação é, evidentemente, violar a condições naturais da atividade político-administrativa: sem o prestígio da realeza, já o vimos, os estadistas conservadores não o teriam conseguido. (1933, p. 280) (grifos nossos)

Temos aí o cerne de todos os problemas nacionais, que não residem senão em torno da solução da questão da circulação, já que contra as tiranias da realidade geográfica nada se pode. Notemos, ainda, por evidente, como os termos “organização nacional” e “racionalmente” provêm da clara influência de Alberto Torres.

Ao percorrer as didáticas páginas de seu livro, descobre-se nelas um conceito bastante específico, espécie de eixo, que funciona como cimento de toda a concepção vianniana da formação social brasileira. Essa ideia perpassará integralmente sua vasta obra: a crítica ao que designa como “espírito insolidarista” brasileiro. O jurista Evaristo de Moraes Filho concorda quanto a residir aí o elemento teórico central do pensamento de Oliveira Vianna, a saber, que a tese fundamental se baseia na ideia de que teríamos desenvolvido uma formação clânica, no Brasil, isto é, organização social que se arregimentaria em torno de “indivíduos ou famílias, em fazendas, latifúndios, explorações intensas, isoladas. Daí Oliveira Vianna achar que essa formação criou o individualismo e o egoísmo brasileiros, a falta de solidariedade e de “espírito público” (1979, p. 35) entre grupos e entre pessoas, numa palavra; era a isso que chamava de “insolidarismo brasileiro”. Está dado o *link* para que o presente estágio da reflexão leve diretamente à questão das sugestões de correção pedagógica do “espírito insolidarista” que Oliveira Vianna propõe, na segunda obra por nós selecionada.³⁶

Se sua concepção das determinações daquilo que designa como “egoísmo” brasileiro é largamente fundamentada, nas primeiras obras,³⁷ será em trabalho posterior, já de maturidade,

³⁶ O fato nos parece tão pouco controverso que podemos arrolar outra indicação, insuspeita, em nosso favor. Mesmo Ricardo Velez Rodriguez, ensaísta e estudioso de sua obra, por um viés conservador, muito distante, portanto, do nosso, constata que Oliveira Vianna o tinha “como o traço mais característico dos indivíduos e dos grupos da sociedade brasileira, razão pela qual defendia o papel coercitivo e educador do Estado, na formação do que ele chamava de um comportamento culturoológico, capaz de se sobrepôr ao espírito insolidarista. Cf. RODRIGUEZ, R. V. Francisco José de Oliveira Vianna: o homem e a sua obra. Disponível em: <https://www.ensayistas.org/filosofos/brasil/vianna/introd.htm>. acesso em: 05 abr. 2020.

³⁷ Também designado como “espírito de localismo” ou “provincialismo”, em *Populações meridionais do Brasil*, temos aí uma visão bastante complexa e ao mesmo tempo persistente dessa “tendência incoercível e idiossincrásica, que nas menores oportunidade explode com violência, ameaçando a integridade nacional, a unidade política e governamental do país” (2010, p. 312). Veja-se, por exemplo, a seguinte passagem do referido livro, que demonstra como o egoísmo brasileiro se encarna como “espírito de caudilhagem”: “Da legislação centralista de [18]41 resulta o predomínio final do poder central sobre todos os clãs providenciais e locais. Estes são contidos, subjugados, triturados pela autoridade nacional. Essa jugulação da caudilhagem provincial e municipal não acaba, entretanto, com a caudilhagem, nem com o espírito de caudilhagem. Esse mesmo poder nacional, assim hegemônico, se faz para logo, dadas as particularidades do mecanismo parlamentar, o centro de

que descreverá em toda completude sua terapêutica, vale dizer, o modo de remediar essa característica particularmente brasileira, que tanto atravancava a política nacionalista, segundo suas observações. Publicada em 1949, décadas mais tarde que a *Evolução do povo brasileiro, Instituições Políticas Brasileiras* deve ser vista mais como esforço sistemático de exposição do pensamento do autor que como portadora de elementos profundamente novos em sua ciência social. Podemos considerá-la um apanhado das ideias que orientaram o trabalho de Oliveira Vianna durante os anos em que exerceu o cargo de consultor jurídico do Ministério do Trabalho (1932-1940). É nesse livro que retoma, após dez anos de forçada interrupção, dado o empenho de viver no meio político conturbado das décadas de 1930 e 1940, não a preocupação de pensar mediante novos instrumentos a formação social brasileira, mas a de explicar mais ordenadamente as bases gnosiológicas do seu estudo sobre aquilo que considera como sendo a realidade brasileira.³⁸ Trata-se, então, de obra de síntese e confirmação, espécie de retomada, agora com mais rigor na descrição, de sua interpretação de Brasil, mas principalmente com enfoque nas propostas programáticas que dela extrai.

Do extenso livro – 591 páginas, na versão editorial do Senado Federal (1999) –, interessa-nos mais de perto a segunda parte do segundo volume, intitulada “Tecnologia das reformas” e, logo em seguida, o capítulo IX da terceira parte, “O problema das reformas políticas e os estereótipos das elites”, onde trata mais especificamente da “organização da democracia no Brasil”. Já os títulos atribuídos aos capítulos e seções mencionados são expressivos. Não deve estranhar, ao cientista político, que aí apareça a questão da

um caudilhismo maior. Pela mesma razão que o espírito caudilheiro, repellido das municipalidades depois do ato adicional, se entroniza no governo provincial, igual, vencido no governo provincial, pela centralização de 41, se entroniza no centro, depois dessa data. Todas as agitações políticas do Império, do parlamento às assembleias e destas às municipalidades, se resumem, com efeito, numa luta generalizada entre caudilhos liberais e caudilhos conservadores. Há apenas mais disciplina, mais organização, nesses conflitos; toda a massa dos clãs do país depende já agora, pelo vínculo partidário, da palavra e da orientação de um chefe central. Esse chefe central revela o mesmo espírito que o caudilho regional do período de 34 a 40, contra que se arremete o poder geral, ou o caudilho municipal de 32 a 34, do tempo do Código do Processo, contra o qual se move o poder provincial. Isto é, tende a perpetuar-se no governo, tal como o oligarca provincial de 1835, ou o oligarca de 1832. Essa tendência, que seria inevitável, a corrige e modera uma força suprema, que é a vontade do Rei. Este, no II Império, é para o grande caudilhismo nacional, nascido da centralização e do parlamento, o que foi o poder provincial para o caudilhismo local, nascido do Código de Processo: uma forma de submissão, de disciplina, de repressão, de combate, de destruição” (2010, p. 317).

³⁸ Ver nesse sentido. RODRIGUEZ, R. V. Francisco José de Oliveira Vianna: o homem e a sua obra (2020). Disponível em: <https://www.ensayistas.org/filosofos/brasil/vianna/introd.htm>. acesso em: 05 abr. 2020. Em outro estudo sobre o pensamento de Oliveira Vianna, Ricardo Velez Rodriguez defende ainda a tese, que nos parece digna de investigação mais aprofundada, de que a publicação de instituições políticas brasileiras em 1949 teria sido o livro fundamental “no qual Getúlio teria inspirado a sua campanha para voltar ao poder em 1951” (2000, p. 259).

“democracia”. Sabemos que democracia é algo que cada um entende segundo sua própria fundamentação teórico-filosófica...

Oliveira Vianna abre o debate sobre a *tecnologia das reformas* com importante distinção. Em primeiro lugar, estabelece o tipo das mudanças endógenas, que ocorrem espontaneamente e processam-se por mil fatores, de forma lenta, obedecendo ao curso temporal da humanidade. Sobre estas transformações a ação do homem pouco ou nada pode, porque “não reconhece nem obedece ao golpismo dos impacientes” (1999, p. 436). Por outro lado, chamadas de exógenas por Oliveira Vianna, as transformações perpetradas pelo Estado, na maioria das vezes forçadas e levadas a cabo via coerção, operadas consciente e deliberadamente pela ação diretiva da poderosa máquina estatal – partido, elite ou genialidade histórica – em suma, por obra essencialmente política, é que são realmente dignas de investigação e seus feitos de serem efetivamente constatados. Isso não se dá, porém, porque o pensador seja delas partidário, por elas fanático ou insistente bajulador. O caso da atenção especial se dá porque “destas eu duvido e dos seus resultados. Destas não acredito facilmente no êxito. Com essas eu conto pouco – rio-me, às vezes, delas e de seus defensores” (1999, p. 436).

Neste texto, Oliveira Vianna precisa preocupar-se com algo que pouco fez em outras obras: tecer declarações diretas acerca de seu entendimento sobre a natureza humana; afinal nela propõe declarações normativas sobre os meios de reformá-la. É ponto comum de qualquer método que se pretenda objetivo conhecer o objeto, para poder transformá-lo. Assim, é preciso descobrir, dentro da sociedade que deseja reformar, aquilo que, tomando emprestado de Charles Edward Merriam, cientista político norte-estadunidense, o pensador fluminense chama de “áreas de modificabilidade da natureza humana” (1999, p. 439). “Áreas”, no plural, porque díspares na eficácia alcançável, uma vez que há aquelas a) em que os elementos são facilmente modificáveis; b) nas quais eles são permanentes, portanto, não modificáveis; c) em que a natureza humana é, de fato, modificável, porém com extrema dificuldade. O Estado, que detém o poder reformador, só pode atuar, portanto, nesses ambientes previamente receptivos a alterações e em determinadas condições específicas, “obedecendo as leis da ciência social; do contrário, o fracasso é certo” (1999, p. 439). Encontramo-nos, aqui, em meio aos indicativos da ciência culturológica e dos indicativos gnosiológicos. Os usos e costumes, as “tradições vivas”, as formas de conduta, em uma palavra, as condições culturais de um povo é que determinam o maior ou menor sucesso de uma reforma, a depender de ela pôr-se de acordo ou ser contrária a seus sentidos habituais.

Isto seria tão verdadeiro, prossegue Oliveira Vianna, que independe do tipo de regime político vigente, quer dizer, valem tanto para um governo liberal como para um autoritário as duas únicas técnicas existentes capazes de alterar uma estrutura ou então uma mentalidade social. Espontaneamente deixado ao povo (técnica liberal) ou então usando da força coercitiva estatal (técnica autoritária) para aplicação das políticas, o fato é que se elas não estiverem afinadas com a tradição e o costume de um “povo-massa”, fatalmente falharão. Oliveira Vianna se mostra, aqui, grande teórico dos estudos do direito consuetudinário, das práticas que se repetem costumeira e habitualmente. Aí estaria a razão do fracasso de todas as empreitadas liberais que nossa história teria conhecido, desde 1822, salvando-nos da derrocada social somente “o ‘poder pessoal’ do Imperante”.³⁹

Não importa qual seja a proposta de reforma almejada, ela deve, sempre, ter em vista que “nossa formação social se processou segundo um desenvolvimento que se caracteriza por um nítido, rude, vigoroso individualismo em antagonismo patente com qualquer tradição de solidariedade social e menos ainda de espírito comunitário” (1999, p. 444). Razão por que o comunismo – a tentativa de sovietação brasileira insistentemente reivindicada por uma “minoridade audaciosa de golpistas irrefletidos” (1999, p. 445) – jamais teria chance de fincar seus ideais na mentalidade que por mais de quatro séculos se desenvolveu entre nós.

O pensador fluminense, é claro, faz questão de transparecer isenção: “não discuto se estas novas linhas são melhores ou são piores que as anteriores, preservadas pela tradição; nem se podem, ou devem ser substituídas por outras, julgadas mais justas, mais sadias, mais humanas, ou mais fecundas” (1999, p. 445). Importa, segundo as diretrizes da ciência política culturológica, apontar que um direito-costume, produto direto do povo-massa, vencerá sempre o direito-lei importado e, por isto, imposto contrariamente à motivação tradicional de conduta.

Oliveira Vianna tem como lema que elites idealistas não conseguem, pelo simples meio autoritário, objetivar comportamentos e mentalidades nos costumes se não houver mínima aproximação entre ambos, que tenda à organicidade. Exatamente por isso explicar-se-ia o fato de nem o comunismo soviético ter triunfado na Rússia, falha em sua tradição de espírito de

³⁹ Esse é o eixo central daquela que talvez seja a mais famosa de suas obras e onde melhor aparecem as questões que envolvem a inaplicabilidade da doutrina liberal à realidade brasileira, por serem frutos de elaboração de outras paragens. Trata-se de *O idealismo da Constituição*, publicado em 1927, mas que tivera já versão preliminar em 1922, com *O idealismo da evolução política do Império e da República*, coleção de escritos a respeito da comemoração do centenário da independência do Brasil. Em 1939, no espírito característico de Oliveira Vianna, a obra ganharia ainda expansão teórica, com importantes debates, dentre os quais cabe destacar a expressa influência de José Ingenieros, sociólogo ítalo-argentino.

solidariedade, e tampouco fascismo e nazismo serem felizes em seu intento, porque produtos políticos puramente coercitivos, sem consonância com cada tradição histórica daqueles povo-massa.

Após apontar a singularidade do direito consuetudinário, Oliveira Vianna passa ao ponto central da questão, indicando as idiossincrasias da mentalidade brasileira. Reconhecendo certa melancolia no balanço dos esforços reformadores que podem ser encontrados em nossa história, considera-o indubitavelmente negativo. Isto porque sua realização sempre foi procurada no sentido de promover, entre nós, uma democracia de tipo saxônica, completamente alheia e divorciada dos 400 anos de tradição do povo-massa: “porque este psitacismo⁴⁰ saxônico não nos deixa praticamente desguarnecido dos meios de defesa contra os nossos próprios males: – os males justamente que constituem as enfermidades típicas do nosso organismo político” (199, p. 465). Mas de que males se trata? É então que o autor de *O Ocaso do Império* decide expor com clareza suas preocupações:

O problema fundamental de uma reforma política em nosso povo, fundada em bases realistas – dizia eu em 1922 – será organizar um conjunto de instituições específicas, um sistema de freios e contra-freios, que – além dos fins essenciais a toda organização política – tenha também por objeto:

- a) Neutralizar a ação nociva das toxinas do espírito de clã do nosso organismo político-administrativo;
- b) Quando não seja possível, neutralizá-las, reduzir ao mínimo a sua influência e nocividade.

Esse é o grande problema que ainda hoje se impõe às nossas elites. (1999, p. 466)⁴¹

São os agentes imponderáveis que dominam a nossa história política secular,

justamente esses elementos “complexos do feudo” e do “clã”, que temos em vista – e precisamos – desintegrar e eliminar. Porque o nosso problema, no fundo, em última análise, é criar para estes dois complexos fundamentais da nossa vida pública uma atmosfera, um ambiente em que eles se estiolem e se asfixiem. O resto: a liberdade, a democracia, a paz, a tranquilidade pública, o

⁴⁰ Três são as definições igualmente expressivas de psitacismo, para a intenção de Oliveira Vianna de, com esse termo difícil, apontar para a formalidade abstrata e vazia de conteúdo, pela ausência de organicidade com a realidade cósmica brasileira, dos postulados liberais. Literalmente, a palavra significa “1 Distúrbio psíquico que consiste na repetição de palavras sem ter noção de seu significado. 2 POR EXT, PEJ Palavreado oco e excessivo; verborreia. 3 POR EXT, PEJ Aprendizagem através da repetição mecânica e da memorização, sem preocupação com o conteúdo das ideias; decoreba”. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=OKLpw>. Acesso em 08 mar. 2020.

⁴¹ Efetivamente este trecho já aparece no último capítulo, XIV, do opúsculo publicado em 1922, já citado, *O idealismo na evolução política do Império e da República*. Vide nota de rodapé 39.

progresso – virá *da sè*, como consequência natural desta eliminação. (1999, p. 466)⁴²

E quais são os meios, quer dizer, as instituições estatais elencadas como desintegradoras de velhas atitudes e das antigas tradições seculares? Chamamos a atenção do leitor para essa resposta: capazes de modificar “sensivelmente” a estrutura social brasileira seriam a sindicalização profissional urbana, o serviço militar obrigatório, a legislação trabalhista e a lei de acidentes, fundamentalmente.

A este leque de opções restringe-se a capacidade da razão humana de conceber alternativas políticas efetivas para reformar o “espírito insolidarista” brasileiro. Apenas elas poderiam finalmente promover entre nós cooperação e solidariedade, quebrando o atomismo tradicional. É certo que a técnica autoritária deve ser aí usada; afinal, se deixadas á espontaneidade, à livre iniciativa do povo-massa, como prega a técnica liberal, não se realizariam. Somente assim se garantia nelas alguma eficiência. Novamente, os pressupostos da ciência culturológica estão expostos: as leis não criam realidades, já que são profundamente dependentes dos costumes e a eles devem subordinar-se, para que alguma reforma seja bem-sucedida: “são os costumes que dão a medida da eficiência da lei” (1999, p. 468).

Portanto, possíveis na estrutura social de um povo são somente aquelas mudanças que se fazem “gradativamente – com o espírito de modernização e o senso de objetividade. E mais

⁴² A abordagem de Oliveira Vianna sobre a existência possível de um feudalismo na formação social brasileira é bastante tortuosa, aparecendo em alguns momentos como dada e, em outros, sendo rejeitada. O capítulo de *Instituições Políticas Brasileiras* intitulado exatamente “O ‘complexo do feudo’ e os clãs feudais” começa desta maneira: “Não quero descrever o ‘complexo do feudo’. Não interessa ao objetivo deste livro o estudo deste complexo, que abrange todos os elementos materiais, espirituais e humanos, que se prendem à propriedade da terra e à sua condição de força produtiva – de centro de habitação humana e de vivência social; em suma – o domínio fazendeiro, considerado no seu aspecto geográfico, econômico, social, religioso, artístico, jurídico e político. (...) Para este livro, porém, o que me interessa do domínio é apenas o que concerne às relações da sua população com o senhor ou proprietário para dois fins determinados: – ou defesa do domínio, ou prestígio do proprietário” (1999, p. 199-200). Devemo-nos fiar, sobretudo, em sua concepção de que esse complexo do feudo é bastante particular, e existente, em sua ótica, unicamente em correspondência ao meio cósmico específico brasileiro, isto é, de uma aristocracia que não é de título, nem de sangue, mas apenas da terra. Não é menos significativo que Oliveira Vianna, em seu viés proponente reformista subjetivista, tenha, nas décadas de 1930 e 1940, durante suas passagens pela cúpula dirigente estatal, notado a ausência dos elementos que acreditava mais adequados ao desenvolvimento capitalista, pois concebia a sociedade brasileira ainda dominada por valores “pré-capitalistas”. Disso resultam dois projetos, que não teria tempo de concluir em vida: *História Social da Economia Capitalista no Brasil* e *Introdução à História Social da Economia Pré-Capitalista no Brasil* – este último que lhe parecia ainda mais importante pelo fato assinalado acima, de que tal cultura ainda era hegemônica em seus valores norteadores de ação.

ainda: que tenha apoio ou assentimento nos costumes e tradições do povo-massa” (1999, p. 469).

Após insistir novamente na ideia de que nenhuma reforma que violar abertamente a tradição, sentimentos e cultura do povo-massa vingará, e que caso ela não empregue um *quantum* de coação não terá sucesso, a Ciência Social de Oliveira Vianna conclui com o seguinte indicativo sua extensa análise realista sobre nossa nacionalidade:

Quanto ao espírito de clã – que é o mal que nos envenena a nossa existência e cria este estado de impaciência, exasperação e agressividade, característico da nossa vida política impedindo o funcionamento normal e eficiente dos órgãos do Estado e do Governo – *não creio que possamos mover contra ela uma política de eliminação completa, de expurgo integral*, que nos permita colocar o nosso povo em paridade com o povo inglês. E não creio – porque *acredito na vigorosa tenacidade deste nosso complexo político na sua capacidade de resistência a qualquer inovação ou reforma, que o contrarie ou o desconheça*. Creio, porém, que nos será possível realizar, nesse sentido, uma política de neutralização, tanto quanto possível, dos efeitos dos espíritos de clã na nossa vida pública. Neutralização conseguida – decerto, muito relativamente e assim mesmo em parte – por meio de uma política constitucional e legislativa, que tenha em conta as nossas realidades, não só as de estrutura, como as de cultura. Porque o nosso direito – costumeiro – cujos tipos, instituições e costumes discriminei nos meus – não é uma criação de homens maus ou de políticos corrompidos; é um produto da nossa coletividade, exprime quatrocentos anos de ecologia social e de evolução histórica. É uma síntese coletiva que não pode, por isto mesmo, ser destruída pela técnica simplista das “revoluções salvadoras”, ou dos “golpes” subversivos. (1999, p. 469-470) (grifos nossos)

O terreno localizado fora desta área sequer deve ser especulado; ele é “permanente”, não modificável, e não deve ser contrariado enquanto tenaz capacidade de resistência, segundo a lógica científica de Oliveira Vianna. Mesmo as tentativas que devem ser direcionadas ao mal que “exaspera” nossa vida política, pelo limite imanente apontado pela tecnologia das reformas, não deve conseguir senão uma “neutralização”, isto é, suspensão temporária do espírito de clã, para que uma política culturoológica seja efetivada no sentido de nossos costumes políticos, que está longe de conter qualquer convenção de homens maus.

Sob a égide da discussão “técnica” que Oliveira Vianna pretende desenvolver, fica claro que, vedada qualquer teoria ou filosofia considerada estrangeira, porque não consentânea com a tradição do povo-massa, abre-se caminho à legitimação da ditadura, permitindo que um “*modicum*” de coação considerável seja utilizado pelo Estado.

O fato é que Oliveira Vianna é pensador eminentemente político, por mais que seus escritos pareçam pertencer à sociologia comportamental ou psicologia social, âmbitos que

aprecia comentar, conforme deixa claro em vários momentos de sua obra. Lembra Djacir Menezes, em mesa-redonda organizada com o fim de debater o pensamento político do grande mentor daquilo que mais tarde viria ser a grandiosa Consolidação das Leis do Trabalho, que ele “era sociólogo, jurista, antropologista, historiador, economista, muitos aspectos de uma personalidade cultural muito rica. Nós escolhemos, justamente, o aspecto político porque, de certa forma, é para onde convergem todas essas afluências” (1979, p. 38). Vale lembrar que o próprio Oliveira Vianna se definia, sem qualquer modéstia, como “ilustre pensador político” (1999, p. 460).

Constatando-o, porém, deparamo-nos com um paradoxo. O autor alerta para a importância excessiva que damos à política e aos políticos, em nosso país, “acima de que ela e eles realmente valem e da sua significação efetiva” (1999, p. 474). Isto aconteceria porque, diferentemente dos ingleses, praticamente nada do que se realiza aqui vem da iniciativa privada, da ação empreendedora de industriais, agricultores, comerciantes, cientistas, das universidades, etc. É sempre sobre o Estado que recai a responsabilidade da iniciativa, em qualquer âmbito. O correto seria, portanto, viver para a política e não da política. Outro fator que em nossa natureza de povo-massa brasileiro nos impede de efetivar rigorosa correção pedagógica é a “parlamentolatria”: “nada mais absurdo, com efeito, do que ‘governos de gabinete’, ao modo inglês, num país como o nosso, onde os deputados e senadores são apenas representantes de suas facções locais (...) sem nenhum vínculo institucional com a Nação” (1999, p. 474-475). Esse tipo de regime, que tanto nos fetichiza, tem o profundo sentido negativo de “partidarizar o Executivo”, ao invés de torná-lo presidente de toda a Nação.

No entanto, lembra Oliveira Vianna, é sempre sensato aceitarmos de bom grado as peculiaridades de nossa forma política. É à nossa realidade que devemos atentar, pois ela nos dá as sugestões necessárias para encetarmos reformas. A solução não reside em acabar com o perfil político brasileiro, mas em *moldá-lo* até o limite que nossa estrutura social possibilite, esta sim, intocável:

Pelas condições dentro das quais se processou a nossa formação política, estamos condenados às oligarquias: - e, felizmente, as oligarquias existem. Pode parecer paradoxo, mas, numa democracia como a nossa, elas têm sido a nossa salvação. O nosso grande problema, como já disse alhures, não é acabar com as oligarquias; é transformá-las – fazendo-as passarem da sua atual condição de oligarquias brancas para uma nova condição – de oligarquias esclarecidas. Estas oligarquias esclarecidas seriam então, realmente, a expressão da única forma de democracia possível no Brasil; porque realizada na sua forma genuína, isto é, no sentido ateniense – do governo *dos melhores*. (1999, p. 479) (grifos do autor)

Segundo a ótica vianniana, Alberto Torres teria sido o primeiro, entre nós, a compreender que a correta apreensão da realidade depende inteiramente da metodologia adotada. Evidentemente, ela não se encontraria nos livros advindos da França, da Inglaterra, da Rússia, dos Estados Unidos da América, etc., “e, sim, nos estudos que fizemos sobre nós mesmos – sobre a nossa terra, sobre a nossa sociedade e sobre o nosso homem” (1999, p. 397-398). Vanguardista, com senso objetivo e inclinação realista, teria procurado reagir contra a velha metodologia das aparências e analogias. Dos dois aspectos em que se divide o fenômeno jurídico, Rui Barbosa teria cuidado com maestria do primeiro: a face normativa, a lei escrita. Já do segundo, do estudo do direito como costume ou cultura, três nomes figuram como pioneiros: Silvio Romeiro, Euclides da Cunha e Alberto Torres, diferindo este, entretanto, por dar à metodologia objetiva aplicação sistematizada: “utilizando-se de dados objetivos – coligidos da nossa realidade mais pela intuição que pela investigação – ele pôde construir, se não uma ciência política, pelo menos uma pragmática política para o nosso Brasil” (1999, p. 400).

Estabelecidos os devidos louros, há também críticas a tecer. Como todos de sua classe, Alberto Torres não teria logrado distanciar-se integralmente da “maneira europeia” de compreender a sociologia, razão pela qual não podemos, assevera Oliveira Vianna, atribuir-lhe o caráter de cientista, mas apenas o de filósofo – no máximo, criador de uma pragmática, não o de uma ciência. Não conseguiu, portanto, perceber meridianamente a diferença entre filosofia social e ciência social, “que só a América do Norte, com suas ativas e dinâmicas cortes de sociologistas, investigadores, estatistas, ecologistas, etc., conseguiu realizar com nitidez e precisão” (1999, p. 402). Contudo, isto não o impediu, afinal, de compreender nossa realidade. Na verdade, a postura de filósofo e não de investigador acaba por funcionar exatamente como colaborativo para que, sem investigação de qualquer espécie, Alberto Torres *intuísse* nosso modo de ser.

É então que aparecem as diferenças entre os pensadores, as quais Oliveira Vianna faz questão de apontar. Em formidável clareza de exposição, revela onde residiria a distinção fundamental:

Torres, que era um pensador antes que um investigador de fatos ou pesquisador de arquivos, partia do geral para o particular, das sociedades humanas para a sociedade brasileira: ao passo que eu – por feito próprio de espírito, pelo gosto do fato concreto, em parte, e, em parte, pela própria lógica da minha metodologia, que era então a da escola leplayana – partia (preocupado em fazer ciência social e não filosofia social) do particular para o geral – do fato local para o fato nacional; da célula para o tecido; do tecido para o órgão; do órgão para o organismo nacional: - do “do grande domínio” para o “clã” e do “clã” para o “partido”; do governo dominical para o governo municipal; do governo

municipal para o governo provincial; deste para o governo nacional – para o centro, para o Vice-Rei, para o Rei, para o imperador. Mas – como disse no *post facio* da 4ª edição de *Populações* – em toda esta longa marcha, nunca deixei de remontar aos vieiros da história, às fontes primárias, aos mananciais da serra, aos olhos-d’água da formação nacional. No fundo, pelos métodos empregados, estávamos em oposição; Torres partia do alto para baixo; eu, de baixo para cima. Torres partia da humanidade para chegar, descendo, até o povo brasileiro, considerado na sua totalidade; eu partia dos nódulos de formação das primeiras feitorias, dos primeiros rebanhos povoadores, dos grandes domínios do interior, das “fazendas”, dos “engenhos reais”, dos clãs patriarcais – para chegar, subindo de escala em escala, à concepção do nosso povo também como uma totalidade. E um e outro acabamo-nos encontrando afinal – embora vindo de direções opostas – num mesmo plano temporal da realidade brasileira, que era o da realidade atual do nosso povo – do povo brasileiro, tal como ele se mostrava na época em que ambos escrevíamos. (1999, p. 403-404)

No fundo, eram inevitáveis e mesmo esperadas as dissonâncias, na medida em que “Torres, no fundo, era um filho espiritual da Revolução Francesa e mantinha a crença dos Enciclopedistas na ‘bondade natural’ do homem, ao passo que eu sempre considerei esta bondade como um dom excepcional e raro na espécie humana” (1999, p. 404). Contudo, pela conclusão a que chega, parece que, para Oliveira Vianna, estar animado de certa dose de objetividade e de espírito realístico é suficiente para que as conclusões gerais de pesquisas metodologicamente determinadas por segmentos distintos sejam as mesmas. Assim, chega à conclusão de que há mais ideias comuns do que divergências, entre sua obra e a de Alberto Torres. Isto ocorreria principalmente – e nisso chegaria a haver identidade completa – na orientação da ciência: ambos não desejavam uma ciência feita de “investigação desinteressada das leis da vida social – da investigação pela investigação; mas, sim, como uma base de orientação pragmática” (1999, p. 386). Sendo homem puramente político, no sentido aristotélico, ele desejava que seus estudos servissem como chave de solução para todos os problemas administrativos, de direção político-econômico-social para o país, colocando, assim, a ciência social à serviço da ciência política e antecipando, “com uma antecedência de vinte anos, a obra política e administrativa de Roosevelt na América do Norte – com o seu ‘*brain trust*’ e o realismo político do seu *New Deal*” (1999, p. 405).

Mal compreendido, a ponto de ser quase descartado pelos pares da sua geração, hegemonizada pelos republicanos históricos, Alberto Torres é então resgatado. Oliveira Vianna é um dos primeiros a fazê-lo, lembrando aquilo que ilumina e clareia como pensamento central a sua obra: que os problemas políticos, constitucionais, sociais, educacionais e econômicos “deviam ser considerados tomando como ponto de partida a Nação – e não as suas

unidades componentes” (1999, p. 406). Só assim o Brasil possuiria as condições para a realização dos seus grandes destinos, no continente americano e no mundo. Oliveira Vianna, portanto, reincorpora-o e passa a trilhar o caminho prefigurado por Alberto Torres; ao fim e ao cabo, considera ter aprendido a lição oferecida por seu antecessor. Acima de tudo, julga que o que se impõe com veemência a nossa consciência, como cidadãos comuns ou mesmo como cientistas, é a aceitação resoluta, leal e honesta das peculiaridades da nossa formação social: “não há razão para nos envergonharmos de nosso clã, da nossa politicagem e dos seus ‘complexos’ políticos: somos assim porque não podemos deixar de ser assim; e só sendo assim é que poderemos ser como nós somos” (1999, p. 470).

1.3 – Azevedo Amaral e o prognóstico sugestivo

Os principais livros políticos de Azevedo Amaral vêm a público ao longo do decênio 1930-1940. Servindo como correspondente, na Inglaterra, para jornais brasileiros entre 1906 e 1916,⁴³ determinou-se-lhe, assim, em grande medida, a visão dos fatores de desenvolvimento do século XX. Passou, contudo, todo o tempo posterior, desde sua volta ao país até o ápice da crise derradeira da República oligárquica, num esforço político-literário praticamente nulo. Não se encontra praticamente nenhuma referência a livros ou artigos seus até 1929, quando escreve opúsculo intitulado “O problema eugênico da imigração”, para apresentar no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro. E isto tem clara razão de ser. É somente com o peso que demonstra a Aliança Liberal na mudança do cenário do país que Azevedo Amaral se sente inclinado a tomar parte mais ativa nos rumos nacionais. Pode-se mesmo conjecturar que toda sua obra pós-1930 é escrita exatamente com esse intuito: influenciar as decisões, inclusive de política econômica, dos dirigentes no poder.

Neste sentido pode-se considerar como centrais seus dois primeiros livros, *Ensaio* *brasileiros*, de 1930, e *O Brasil na Crise Atual*, de 1934. A precisão com que conseguiria

⁴³ Azevedo Amaral é, assim como Alberto Torres e Oliveira Vianna, nascido no Rio de Janeiro. Conforme consta de pequena biografia exposta em verbete pelo CPDOC: “Formou-se em medicina em 1903, profissão a qual cedo abandonou para dedicar-se à sua verdadeira paixão, o jornalismo político. Foi como jornalista que viveu dez anos na Inglaterra, entre 1906 e 1916, como correspondente dos jornais Correio da Manhã, A Notícia, Gazeta de Notícias e Jornal do Comércio. Foi redator-chefe de O País”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amaral-azevedo-do>. Acesso em: 13 set. 2020.

expressar, nessas obras mais que em escritos posteriores, pensamento límpido sobre o sentido que os problemas nacionais tomavam para o governo brasileiro, parece ser a chave para a contemplação do seu esforço. Não à toa Azevedo Amaral pode ser tomado como aquele que escreveu, por excelência, o livro de apresentação propagandística, *O Estado autoritário e a Realidade Nacional*, em 1938, não integralmente de louvor, mas fundamentalmente de explicação das razões “científicas” de sua vitória, legitimando-o. Significativamente, escreveria ainda expressivo livro, em 1941, *Getúlio Vargas, estadista*, “biografia autorizada (e alguns dizem encomendada) pelo próprio Vargas, que lera seu livro 1938 e ‘aprovara’ suas ideias” (GOMES, 2012, p. 189).

Naqueles dois primeiros estudos encontra-se o eixo de seu pensamento, como esforço teórico-político-econômico que contribui para esclarecimento do rumo do capitalismo brasileiro, e em que o viés científico é o mais importante. Ficaremos, pois, restritos a suas análises, lançando mão de algum outro estudo de seu pensamento apenas como subsídio ocasional, tendo em vista que o essencial, para nosso debate, reside naquelas obras voltadas à crise que vivia Getúlio Vargas como líder político nacional.

De uma forma que não podemos considerar acidental, todo o pensamento de Azevedo Amaral, nesses escritos, é transpassado pela ideia de “potência” – mais especificamente, pela perspectiva de poder vê-la incorporar-se ao desenvolvimento econômico do país. Considerando que a vivência brasileira estaria ainda presa em idade muito inferior à dos demais povos civilizados, flertando mesmo, em muitos aspectos, com a barbárie, o teórico carioca procura construir todo um edifício analítico para demonstrar a distância do país frente às sociedades que buscam responder às necessidades econômicas do mundo contemporâneo. Caberia, portanto, ao Brasil igualmente adaptar-se a esse estágio superior. Para compreendermos tal processo segundo a ótica de Azevedo Amaral, devemos investigá-lo de forma igualmente imanente, nos dois livros mencionados.

Azevedo Amaral é, integralmente, homem de ciência, que procura seguir as correntes mais modernas do pensamento investigativo. Faz questão de acompanhar a tendência das pesquisas de sua época, para descartar a postura que atribuía a fenômenos sobrenaturais efeitos que o homem desconhecia, como causas obscuras. Assim, investigando o “processo evolutivo de um ponto de vista estritamente determinista, podemos abstrair de todas essas causas suprassensíveis e metafísicas, conseguindo chegar a conclusões satisfatórias” para o conhecimento das sociedades, obtendo “o esclarecimento dos fenômenos sociais sem sairmos do plano positivo da observação e da análise da realidade objetiva” (1930, p. 22).

Em seus dias, a operação mais científica lhe parecia ser a aplicação dos avanços da genética na análise sociológica, perfazendo um estudo “sociogênico”. Tal era a perspectiva do evolucionismo do século XX, distinta daquela mais próxima ao surgimento da teoria da evolução das espécies, no século anterior – também o período de ouro do liberalismo. Assim, “desde que Lamarck abrisse caminho à marcha vencedora das ideias transformistas” (1930, p. 178), o postulado fundamental da filosofia antiga, que concebia como imutáveis os fatos sociais, caiu por terra. A Sociologia começou então a compreender a realidade como transitória, mediante progresso social por etapas. Tal foi a fundamental repercussão do evolucionismo sobre a mentalidade “tanto da sociologia teórica, como da política prática” (1930, p. 179).

Note-se que a aplicação operada pelo pensamento liberal sobre a concepção evolucionista era muito específica. Embora progressista, tinha também condições inelimináveis mediante as quais abordava o desenvolvimento social. Tratava-se de perspectiva em que o “conceito progressista do evolucionismo ao mesmo tempo que inspirava ao espírito liberal a ideia de transformação incessante das condições de existência orgânica da sociedade, infundia-lhe uma confiança inabalável no desenvolvimento automático do progresso social e político” (1930, p. 179-180). O grande saldo da acoplagem da interpretação darwiniana ao progresso social foi, portanto, desincumbir qualquer preocupação com a aplicação de políticas que acelerassem o progresso social. Os sociólogos passavam a compreender o progresso histórico como produto de uma inclinação espontânea. Para dizê-lo com palavras muito mais objetivas: “da própria essência do pensamento darwiniano decorria a subalternidade ou antes a anulação do fator representado pela ação voluntária e deliberada no encaminhamento do determinismo evolutivo” (1930, p. 182).

Da mesma forma que as descobertas no campo da biologia, no século XIX, haviam determinado a mentalidade política daquele período, as novas tendências da biologia do início do século XX alterariam profundamente a concepção de progresso social adotada pelos sociólogos, instaurando uma nova concepção transformista, a “doutrina mutacionista”, mas que poder-se-ia também nomear, segundo o jornalista, “evolucionismo heterodoxo”:

Em 1900, Hugo de Vries com a sua teoria das mutações ofereceu uma hipótese, que vinha dar ao transformismo cunho novo, substituindo a lentidão da evolução contínua, concebida por Darwin e implicada também nas ideias anteriores de Lamarck, por uma descontinuidade na qual se continha um revolucionismo, sob certos aspectos oposto ao princípio do evolucionismo ortodoxo. Utilizando como material de estudo a *Oenothera lamarckiana*, aquele eminente botânico holandês verificou a ocorrência de variações bruscas, capazes de explicar a diferenciação progressiva dos seres vivos por um processo descontínuo, caracterizado por súbita e profunda transformação dos traços

específicos. Assim, em vez da evolução lenta por sucessivas variações infinitesimais, o transformismo poderia ser interpretado como o resultado de uma série de metamorfoses a que em dadas condições seriam suscetíveis os organismos. De Vries denominou mutações a essas crises transformadoras, construindo uma teoria que, embora mantivesse o valor das influências acumuladas que na doutrina de Darwin bastavam para explicar o processo evolutivo, envolvia, entretanto, a negação da continuidade, tão fundamental na teoria clássica do evolucionismo. Conforme as conclusões do naturalista holandês, o desenvolvimento dos seres vivos seria dividido em longos período de receptividade e acúmulo de influências exteriores, sem que a elas agissem os organismos por meio de variações transformativas, intercalando-se periodicamente entre essas fases de quietação, as crises de mutação. (1930, p. 185-186)

O exemplo mais sintomático de uma crise de mutação, em seus dias, teria sido a Grande Guerra Mundial (1914-1918), como elemento que acentua, por seus efeitos frontais, o predomínio do espírito revolucionário. Seja pelos “instintos combativos e pela excitação intensiva das inclinações aos métodos de ação direta”, seja por processos “violentos e rápidos”, o fato é que “o conflito armado se tornou o ponto de partida de uma orientação adversa aos processos políticos, com que a antiga escola liberal contava poder levar o progresso social aos extremos acessíveis à previsão humana” (1930, p. 190). Além disso, a necessidade de emprego de novos meios e formas distintas na técnica da guerra teria promovido encadeamento revolucionário, em diversos campos da atividade social, inclusive na política.

Azevedo Amaral destaca, na atuação de Lenin na Revolução Russa, um feito superior: “nele o feitio de um grande homem de pensamento alia-se, em harmonia raras vezes encontrada, com atributos essenciais do organizador e do combativo. (...) podemos comparar a ação intelectual de Lenin no domínio sociológico à obra realizada por Shakespeare na esfera da arte” (1930, p. 217). Nesse sentido, Lenin teria sido responsável por fornecer ao Estado o papel necessário de coordenador das forças sociais, assegurando-lhe orientação técnica capaz de desenvolver, em escala adequada ao momento histórico, os métodos de produção e distribuição – mais tarde captado por Azevedo Amaral como do capitalismo de “*trusts*” (1938, p. 94). Caberia, assim, a Lenin o mérito, em seu extremismo, de promover aquele que, segundo os critérios científicos do pensador carioca, deveria ser considerado o grandioso legado da Revolução Russa de 1917: “estender às camadas mais indiferentes das massas trabalhadoras dos outros países e levar mesmo às populações remotas, até então quase sem contato com o que passava nas regiões civilizadas do globo, a confiança nos métodos revolucionários” (1930, p. 191). Da Itália, Azevedo Amaral faria questão de ressaltar a fineza da adaptação fascista daquele país à economia contemporânea, tornando-se “a mais fascinante tentativa histórica de

harmonizar o presente com o passado e de fazer reviver, como forças eficientes no dinamismo social, todas as repercussões da atividade coletiva de épocas anteriores”; daí que tal modernização seria definida “com formas peculiares, das quais ao lado de elementos de força redundam causas irredutíveis da sua debilidade permanente” (1930, p. 227). Captando a ausência dos elementos do fordismo para o caso italiano, o escritor carioca desvenda o caminho tomado pela Itália, pincelando já sua abordagem sobre os Estado Unidos, ao afirmar que do “medievalismo trouxe Mussolini o espírito corporativo com que o fascismo reage contra o individualismo da fase inicial do regime capitalista, tentando realizar por um método romântico o que os Estado Unidos vão rapidamente operando pela sistematização científica da produção” (1930, p. 227-228). Por fim, no caso estadunidense teria prevalecido uma maior facilidade na adaptação às novas condições econômicas modernas: “não existiam no caso norte-americano os obstáculos políticos, oferecidos na Europa pelos regimes que tiveram de ser, tanto na Rússia como na Itália, preliminarmente destruídos” (1930, p. 228). Por conseguinte, pôde aquela população, já destituída do entendimento da política tradicional, partidária e ineficaz, orientar sua pressão para as reais diretrizes impostas pela finalidade do Estado contemporâneo, as “duas grandes esferas em que se compreendem os interesses práticos da coletividade. Organizar a defesa econômica na nação e proteger a raça com as influências disgênicas” (1930, p. 230).

O que esses três casos que chamam a atenção de Azevedo Amaral têm em comum é que, enquanto produtos do período revolucionista da civilização, todos têm seus fatos políticos determinados pelas necessidades dos mecanismos de produção, impondo a hipertrofia do Executivo. Contudo, conviria lembrar que, se o revolucionismo é, diferentemente do liberalismo, um fenômeno universal, “envolveria grave erro de interpretação donde poderiam advir consequências perturbadoras na aplicação prática das suas induções, identificar o espírito revolucionário, tão evidente nas expressões do pensamento político e social contemporâneo”, com aquilo que o autor se propõe a fazer, isto é, “com qualquer forma particular de ideologia sociológica” (1930, p.191). Se o comunismo soviético fora responsável pela generalização dos processos revolucionistas, seus resultados mostram completo desacordo entre métodos e resultado final, ou, mais precisamente, “contraste entre a extensão incessante da ideia revolucionaria abstrata e os resultados relativamente escassos do proselitismo bolchevista” (1930, p. 192).

Mas por que é importante a distinção entre a ideologia sociológica, que pouca utilidade vê nos métodos violentos como transformadora social, e a mentalidade universalista do período revolucionista? Basicamente, pela máxima adotada, de que a preocupação em promover

transformações no organismo social – e, dentre elas, certamente localizando o caso brasileiro – “por crises de mutação (...) fazendo-o avançar por saltos pela intervenção consciente da própria sociedade, não implica necessariamente o recurso à violência armada. Este último processo corresponde às condições de inferioridade econômica, política e cultura dos povos atrasados” (1930, p. 194).

Ao considerar como exclusividades de povos bárbaros os propósitos revolucionários que se valem da força, Azevedo Amaral estabelece a mediação para revelar sua interpretação da formação social brasileira. Também aqui, por natureza de objeto e espaço, não cabe realizar exposição pormenorizada.⁴⁴ Limitamo-nos a apontar que, na ótica do analista, foi “Portugal um país sem idade média na acepção sociológica do termo” (1930, p. 127-128). O nacionalismo e a monarquia precoce, estabelecida já pela Revolução de Avis (1383-1385), afastando qualquer efetivação mais profunda do medievalismo, e o caráter político de sua diretriz social contra os invasores árabes teriam sido os fatores principalmente responsáveis pela modernidade precipitada em Portugal, isolando aquele país do restante do Europa, que conhecia um clássico feudalismo.

Ora, as consequências que disso retira o método empregado por Azevedo Amaral são cruciais. Não possuir maior vínculo orgânico com as tradições europeias torna a colonização brasileira tosca em relação à técnica, mas também nos aspectos culturais e de mentalidade. Estão ausentes, portanto, na criação da colônia portuguesa os traços de “propulsão sociogênica”, como também Portugal não teria conseguido nela criar, porque ele mesmo assim não se caracterizava, “estrutura social complexa e diferenciada, como a que surgira nos outros países europeus em consequência do prolongado trabalho formativo da Idade Média” (1930, p. 130). Uma colonização destituída de qualquer plano político, criada para ser primitivamente explorada como colônia comercial, em que “transparece o caráter acentuadamente imediatista

⁴⁴ É bastante curiosa a concepção da nacionalidade portuguesa, em meio às relações europeias, em Azevedo Amaral; do mesmo modo, é totalmente atípica sua interpretação das causas fundantes da modernidade europeia. Cabe apenas indicar aqui que, para ele, o fato haver iniciado a era das grandes navegações e descobertas de terra além mar teria tornado Portugal um país isolado do restante da Europa, ao passo que o núcleo central daquele continente conformou a mentalidade moderna pelo medievalismo, que os portugueses praticamente não teriam conhecido. A Europa moderna teria encontrado seu nexos unificador apenas no poder espiritual – a Igreja Católica – que disciplinou e sintetizou as forças dispersas que haviam derrubado o poder da Roma antiga. A nova conformação humana que a Europa passava a criar, mediante profundo sincretismo, não logrando constituir-se nem cristã, nem germânica, “esmorece tornando-se difusa e ineficaz no pequeno quadrilátero ibérico” (1930, p. 126-127). Sequer o catolicismo que se desenvolve em Portugal contempla os traços místicos e espirituais que o medievalismo céltico ou germânico lhe infundiu em longo trabalho de elaboração. Pelo contrário, a religião portuguesa vê-se restringida ao formalismo ritualístico e, quando muito, a determinações jurídicas decorativas da vida social, que em nada contribuem para impulsionar o dinamismo coletivo.

de um economicismo rudimentar, sensivelmente menos complexo e mais atrasado, que o desenvolvido nos séculos anteriores pelo imperialismo mercantil de Veneza” (1930, p. 132). Um território gigantesco que só em parte é explorado, e ainda de modo fragmentário, ainda constantemente assaltado por aventureiros estrangeiros da pior estirpe, muitos para cá enviados com foro de desvalidos, “que devasta a mataria das costas e começa a lançar na terra sem governo os elementos variegados da colonização primitiva, há pouco reconstituída com tanto vigor nos primeiros capítulos do ‘Retrato do Brasil’, do Sr. Paulo Prado” (1930, p. 132-133).

Neste ponto da análise, começa a ficar visível ao pesquisador que em Azevedo Amaral a técnica figura como das mais cruciais determinantes de todos aspectos da estrutura social. É verdade que, ainda assim, ela se subordinada ao meio, pois

todas as transformações das formas orgânicas da sociedade e as múltiplas expressões do seu dinamismo refletem assim as relações do homem com o ambiente físico, relações que se traduzem primacialmente no caráter dos métodos técnicos de produção, isto é, nos meios pelos quais cada sociedade tira da terra e das forças naturais os recursos para satisfazer não apenas o instinto alimentar, mas também os outros que nele se enraizando formam o conjunto da psique humana. (1930, p. 20-21)

Este fato, contudo, não retira a importância da técnica, antes a reforça, pois é ela que proporcionará uma mais produtiva relação entre homem e *habitat*. Dessa maneira, se as modalidades específicas das invenções técnicas seriam responsáveis por definir a “fisionomia peculiar” de cada nacionalidade, caberia ao Brasil não medir esforços em promover a forma particular de produção própria da fase atual da evolução da humanidade, caso desejasse estar à altura dos povos mais adiantados que na guerra demonstravam sua força.

O exemplo do “retrocesso” – note-se a palavra-chave – ocorrido com a emancipação política do Brasil é a todo instante lembrado pelo jornalista. Realizada sob o peso das medidas restritivas econômicas da antiga metrópole, a independência fora dirigida, esmagadoramente, por elementos da “classe agrária”, já que todas as tentativas mais progressistas realizadas anteriormente pelas burguesias das cidades litorâneas – como a guerra dos mascates, no século XVIII – foram massacradas. Ao adotar a mentalidade expressa pelo conceito de que o Brasil deveria viver exclusivamente sob finalidade agrícola, “o verdadeiro sentido daquela expressão era o de um renunciamento deliberado a todas as formas de produção que nos pudessem afastar do bucolismo pitoresco, em que se enquadra o Império com as suas lavouras primitivas” (1930, p. 148). O peso da técnica agrarista acomodada aos lucros módicos teria sido tão profundo que

“passamos a acreditar também que o trabalho para converter tais possibilidades em conforto e riqueza seria eternamente desempenhado por gente humilde, vinda de além-mar a princípio nos porões dos navios negreiros e mais tarde à proa dos transatlânticos cheios de carga humana” (1930, p. 283-284).

O próprio louvor a Mauá, que entre nós deveria ser considerado “anjo tutelar da civilização brasileira”, por sua iniciativa empreendedora industrial durante o Império, era, para Azevedo Amaral, sintoma desse atraso. Exatamente pelo esforço gigantesco que teria feito, impulsionando quase que solitariamente o capitalismo brasileiro, deveríamos considerar o apego a um indivíduo como sinal de debilidade da nossa estrutura econômica e social, afinal, como constantemente ressalta, “o culto dos heróis, incompatível com as condições de desenvolvimento das coletividades diferenciadas e adiantadas, aparece, inevitavelmente, caracterizando a história dos povos que ainda atravessam as etapas rudimentares da civilização” (1930, p. 155).

Contudo, os males nacionais ainda se estendiam a outros elementos. Adepto do evolucionismo, a análise de Azevedo Amaral localiza no enorme caldeamento pelo qual as relações sociais teriam se conformado, no caso brasileiro, um dos aspectos cruciais que nos aproximavam dos povos “bárbaros”.

Realizando o diagnóstico do problema das “raças”, em 1934, o jornalista localiza, “paralelamente e em contraposição à mestiçagem étnica subsiste no meio brasileiro”, o que qualifica como “fenômeno estranho, que é o da persistência das culturas respectivamente identificadas com as três raças formadoras da étnica nacional” a saber, “brancos, negros e avermelhados [...] que compõem culturalmente o país, embora concorram há séculos para um caldeamento” (1934, p. 234). Para formar maior autoridade sobre esta tese, Azevedo Amaral adentra o debate culturalista, ao apontar que os “estudiosos da nossa sociogenia que tem desse fato tirado conclusões no sentido de se esteja processando uma síntese cultural, como acaba de fazê-lo com grande profundidade e abundância de argumentos plausíveis Gilberto Freyre”, equivocam-se, pois “tem sido levados a essa ilação por um apreço falso”; afinal, “não se pode dizer que as correntes de cultura das três raças fundamentais tendam a uma espécie de caldeamento psicológico” (1934, p. 235). O que ocorre de fato são meros contatos de convivência e de mistura sexual. Dessa maneira, as culturas das três raças subsistem mais ou menos impermeáveis, e o que é mais, das parcas e precárias influências desse tipo de caldeamento, no que se tem efetivamente realizado, “a cultura branca tem sofrido no Brasil as

influências das culturas africana e ameríndia, mas estas não tem assimilado de modo correspondente os elementos da cultura europeia” (1934, p. 235).

Contrapondo “caldeamento psicológico” a “caldeamento étnico”, a investigação de Azevedo Amaral acaba por delinear um quadro em que o Brasil é percebido como país sem qualquer rumo definido, em sua condução política. Além disso, esse amálgama incompleto teria feito nosso povo extremamente fragmentado psíquica e mentalmente, pois

conforme predomina em cada um de nós a parcela desta ou daquela das raças de cuja mestiçagem somos produto, o nosso espírito segue diretrizes peculiares e leva-nos a uma atitude europeia, ameríndia ou africana em face de qualquer problema econômico, social ou político. Somos lógicos, aceitamos postulados éticos configurados pela geometria moral semítico-ariana, sentimos os imperativos do conceito de honra, desdenhamos quase com repugnância os apelos moles do sentimentalismo, *enfibramo-nos animados pelo ideal da eficiência, quando em nós fala a alma europeia*. Perdemos o sentido da individualidade, lançamos olhares não proféticos, mas de nostálgico saudosismo para a ideia comunista, desfalecemos diante da perspectiva do trabalho e enternece-mo-nos com as expressões do sentido profundo da natureza e da terra, se nos vibra no espírito uma nota longínqua do psiquismo aborígene. Tornamo-nos crianças bondosas e capazes ao mesmo tempo dos mais selvagens atos destrutivos, somos pacientes e apelamos para o pulso rijo de um bom senhor, arrastamo-nos na confiança de um otimismo primário, acreditando que uma providência suprirá todas as nossas deficiências e podemos ser felizes na miséria, como o escravo negro sabia ser alegre no cativeiro. Como organizar uma democracia com este povo em que se contraditam em colisões violentas os gênios de três raças desviadas pelo destino das órbitas naturais do seu curso evolutivo? Onde o denominador comum que permita determinar a fórmula geral dessas mentalidades incomensuráveis? Que rumo político, social ou econômico poderá guiar-nos simultaneamente ao burgo europeu, à taba ameríndia e ao *kral* africano? (1934, p. 249-250) (grifos nossos)

A questão ganha contornos mais intensos na medida em que a ela está intrinsecamente relacionado o problema político da democracia. Como impor organização política em meio às “dissonâncias babélicas dos psiquismos raciais inassimiláveis” (1934, p. 250)? Por quais caminhos conseguiríamos submeter nosso tipo físico extremamente caldeado, mas nossa psique irreconciliável em suas tendências inerentes ao ritmo disciplinador de uma ideologia? Sem solucionar este problema político, a evolução de um país é simplesmente impossível.

Se devemos nos resignar, crendo que “é bem possível mesmo que o caldeamento psíquico seja irrealizável e que os atributos mentais das raças caldeadas subsistam como elementos irredutíveis do plasma germinativo” (1934, p. 237), podemos, por outro lado, encontrar soluções nas lições de história romana; nela, frente àqueles “radicais psíquicos irredutíveis”, tal como se apresentam brasileiroamente, existia “organização marcial”

capaz de recalcar os inconciliáveis etnicismos (1934, p. 238-239). Poderíamos mesmo aprender “como fazer sobreviver uma nacionalidade”, indo buscar salutarex exemplos em duradouras restaurações dos valores de eficácia eminentemente conservadora inspiradas na história indiana, na qual aquela grande “vicissitude política poderia ser atribuída à sabedoria dos legisladores, que com a organização das castas atenderam por uma forma empírica, mas nem por isso menos eficaz, ao fundamental aspecto genético do problema sociológico (1930, p. 68-69).

Na base deste ponto de seu pensamento, onde podemos perceber a influência da teoria das elites,⁴⁵ fica explícito que o homem médio brasileiro é situado numa órbita cultural muito distinta daquela dos chefes dirigentes. E se aquele é, mesmo, por vezes, incapaz sequer de compreendê-los em sua superioridade, menos condições teria de entender cultura diferente da sua. “Confúcio poderia ter entendido Platão, Bacon, Descartes ou Kant, mas um representante da média espiritual do povo chinês está em um mundo separado e é incapaz de decifrar o enigma da alma europeia” (1934, p. 252). O mesmo acontece com cada uma das três etnias formadoras do caldeamento brasileiro que, de tão racialmente diferenciadas entre si, dão a todo momento “prova da incapacidade já não diremos de comunhão espiritual, mas de simples compreensão mútua de valores” (1934, p. 253). Impossibilitada estaria, portanto, qualquer forma de democracia liberal. Não se encontram, segundo a densa investigação de Azevedo Amaral, os pressupostos tão indispensáveis para sua instauração na particularidade social brasileira, pois “a prática do regime democrático só é possível onde as massas populares espontaneamente aceitam uma hierarquia de valores e se submetem sem relutância à direção espiritual e política dos chefes implicitamente reconhecidos como guias e orientadores da coletividade” (1934, p. 252).

Claro está que, para a sociabilidade brasileira, tal submissão teria de ser criada e mantida pela força, pois o essencial residiria em ser “indiscutível que aos valores criados pela raça branca se prendem ainda as formas mais elevadas de organização da vida social”, e que, por um desdobramento de ideias lógicas, “renunciar a uma civilização de tipo europeu importaria em condenar o Brasil na própria América do Sul a uma situação de inferioridade relativamente a Argentina, ao Chile, ao Uruguai”, países que são “no nosso continente formações europeias quase inteiramente isentas de influências ameríndias e imunes por completo de miscigenação africana” (1934, p. 255).

⁴⁵ Paulo Ribeiro da Cunha também indica essa aproximação, na breve análise que faz sobre os *Ensaio Brasileiro* (2011, p. 97-103).

O receituário designado para curar as enfermidades eugênicas e finalmente formar a nacionalidade é então apresentado: “o caso brasileiro terá de ser solucionado pela ascendência de uma das três culturas em conflito, impondo autoritariamente às outras o seu ritmo especial” (1934, p. 261). A esta altura da exposição, provavelmente já terá percebido o leitor que é a “raça” branca europeia a escolhida para resolver, mediante imposição que não se deve deixar contestar, o problema da democracia. Mas as tendências observadas pela análise da realidade brasileira, se não conseguem apontar um caldeamento espontâneo das mentalidades distintas, deixam, contudo, Azevedo Amaral otimista, já que uma hipotética “subalternização dramática dos valores brancos às culturas não europeias, é muitíssimo remota” e “embora a cultura branca não tenha conseguido no Brasil uma situação de domínio incontestado sobre as correntes do psiquismo ameríndio e africano, ainda assim estas não possuem capacidade de impor-se” (1934, p. 262-263).

Tanto isto seria verdade que o jornalista recebe com louros o “traumatismo outubrista”, parabenizando-o por popularizar a compreensão da necessidade de “reorganização nacional”, que lhe parecia traduzi-la num coerente plano político.

Neste exato sentido é que Azevedo Amaral aponta como “a revolução de 1930 subsiste no curso evolutivo da vida nacional como um fenômeno essencialmente benéfico”, em que “os revolucionários de boa fé e cheios de entusiasmo (...) agiam sob o impulso de determinantes de muito maior alcance”, possuindo preocupações muitíssimos mais amplas que a mera “substituição de uma república por outra” (1934, p. 173). Mas, se havia muita boa vontade e determinação de fazer as coisas de maneira correta, pouca clareza seus dirigentes possuíam; daí que, analisando os primeiros anos da obra do Governo Provisório, “depara-se-nos”, afirma, “a expressão grandiosa e quase trágica da procura ansiosa da essência da personalidade nacional perdida por entre o acúmulo (...) de formas políticas que não eram nossas” (1934, p. 174). O jornalista fluminense percebia então que lhe cabia novamente esforçar-se muitíssimo por delinear a orientação, lembrando, ainda uma vez, aos comandantes políticos do país que a “razão de ser de uma revolução brasileira, que todos sentiam necessária e inevitável, era pura e simplesmente o *retorno a essa realidade perdida e esquecida* também pela classe dirigente e educada, mas de que persistia a imagem indestrutível recalcada no inconsciente nacional” (1934, p. 174) (grifos nossos).

País formado por vários momentos descoordenados e sem finalidade superior que os integrasse num todo orgânico, onde “a continuidade da evolução política não correspondeu à marcha da formação sociológica” (1930, p. 138), o Brasil passa então pela sua mais significativa

crise de mutação. Eis que “surge um Brasil novo com aspirações e finalidade quase estranhas aos vestígios da nebulosa sociológica de que emergira” (1930, p. 161-163). É chegado o momento de lhe definir a brasilidade, nesta fase em que o país ainda é um organismo plástico. É, por fim, hora de reforçar os impulsos que propõem nosso progresso no mesmo sentido em que já caminham de há muito os povos superiores da era atual da civilização.

Deve-se, agora, indicar o prognóstico de Azevedo Amaral para a específica situação brasileira. Seu sentido é expor o abismo que separa o desenvolvimento econômico brasileiro das demais potências mundiais, adiantadas na solução das questões práticas. Todo o percurso das investigações de Azevedo Amaral desemboca em um pragmatismo expressamente declarado. Assim, a realização “dos destinos nacionais na escala em que o aspiram as novas gerações brasileiras, obriga-nos a uma revisão daquela tábua consagrada de valores econômicos”, pois “para nos tornarmos no convívio da civilização da potência, que a extensão dos nossos recursos nos autoriza a idealizar, teremos de inverter a ordem clássica do desenvolvimento econômico” (1934, p. 264). Jogar fora o “economismo ortodoxo” é entender que as maiores provas da grandeza humanas são determinadas pelo grau de aprofundamento e especialização técnica. Esse itinerário, por seu turno, faz desembocar necessariamente na “conclusão de *termos forçosamente* de encontrar, como ponto inicial de qualquer nova etapa do processo histórico, uma e em geral múltiplas invenções ou aperfeiçoamentos técnicos, que refletem a avançada do espírito humano (...) às necessidades práticas da economia humana” (1934, p. 26-27).

O programa político-econômico é nestes termos concebido como “esforço de adaptação da sua maquinaria [Estado] à solução dos problemas que, em outros países, vão monopolizando progressivamente as atenções dos estadistas” (1930, p. 239). A começar por deixar mais claro em que consistiria o legado da cultura branca europeia, que deveria “enfibrar” nossos ideais, e que insistentemente o jornalista eleva ao cume das conquistas da humanidade como grau superior de civilização, afirma tratar-se do “capitalismo [que] é o pequeno cisne feio da fábula dinamarquesa, cuja beleza futura somente agora começa a ser entrevista através das perspectivas que nos abrem os primeiros ensaios de organização científica da produção” (1930, p. 226). E para que lá cheguemos, não bastaria o simples descarte das ilusões de que somos uma nacionalidade com vocação agrícola. Mais do que isso, o Brasil, como intenciona Azevedo Amaral, precisa aprender a trabalhar, a alterar o conceito do seu processo educativo, adaptando-o pragmaticamente aos tempos modernos, intensificando a utilidade social do indivíduo; necessita, também, aprender a manipular metais, tirar carvão da terra, deixar de ser um povo de

literatos, indo até mesmo a extração de potência do tipo médio brasileiro mediante seleção eugênica. Afinal, no atual momento da civilização, tudo se resume à eficiência prática: “valorizar o indivíduo não é transformá-lo em monstro egotista, mas fazê-lo uma engrenagem eficiente do vasto aparelho comum, fora da qual suas atividades só podem ser inúteis, senão mesmo prejudiciais” (1930, p. 299).

Considerando todos esses aspectos, seria preciso investir na “valorização do homem” brasileiro. Azevedo Amaral tem clareza de que esse elemento é também um aspecto do “aperfeiçoamento racial conscientemente realizado”, possível mediante intervenção deliberada no processo seletivo social. Tratar-se-ia de uma necessidade, dado o fundamental fato de que “com a extensão e profundez que vão adquirindo os estudos da genética, as possibilidades oferecidas pelas aplicações eugênicas daqueles conhecimentos biológicos põem ao alcance das nações meios que já vão se tornando bastante eficazes” (1930, p. 280). Daí encontrar o tipo médio antropológico brasileiro e procurar transformá-lo, desenvolvendo suas aptidões superiores, sempre no sentido da “utilização racional das qualidades potenciais, imanentes nos caracteres biofísicos” (1930, p. 278).

Valorizar o homem brasileiro, segundo as inclinações científicas expressas por Azevedo Amaral, seria investir no “aspecto eugênico de valorização do homem” (1930, p. 280). Pelo percurso expositivo até aqui percorrido, viu-se como a construção dessa preocupação sociogênica explicitou o pressuposto racista eurocêntrico. Esse aspecto precisa ficar bastante claro, pois será pilar fundamental daquilo que Azevedo Amaral entende/expressa como a exata fórmula de organização do capitalismo brasileiro. O problema das raças encontra aqui seu duplo aspecto, pois tanto o elemento “branco terá de firmar a sua supremacia espiritual, aproveitando-se apenas dos valores africanos e ameríndios, quando muito como elementos decorativos do seu triunfo”, quanto a própria valorização da brasilidade, em seu aspecto de caldeamento sexual, terá de submeter-se a uma seleção típica de casos evolucionistas. E, caso a raça branca não disponha de “força e coragem para fazê-lo, se não puder impor o ritmo da sua disciplina ética peculiar e os seus próprios valores em um domínio incontestado”, não terá outro resultado senão o “de resignar-se à decadência e à esterilidade que é o fundo de saco, onde desaparecem todas as tentativas de mestiçagem de raças sensivelmente afastadas entre si” (1934, p. 263-264). Dessa forma, o que diagnostica/propõe Azevedo Amaral, como incremento da racionalidade autocrática, não é nenhum extermínio físico, pelo menos direto, ou segregação geográfica do negro e do índio – isto resultaria em novos e problemáticos particularismos culturais – mas

apenas que se aceite a vitória incontestada do branco europeu e de sua “propulsão sociogênica” burguesa e industrializante.

Assim, o que deve ser realizado junto aos trabalhadores brasileiros, protegidos eugenicamente dos imigrantes racialmente inferiores ou superiores tecnicamente, não é a defesa protetiva pura e simples, que os mantenha num nível inferior, com conhecimentos arcaicos e desqualificados para o processo produtivo, mas que seja desenvolvido um “processo educativo como instrumento de intensificar a utilidade social do indivíduo” (1930, p. 286). Isto fornecer-lhes-ia condições de competirem com os operários especializados. Tendo em vista que é essa a finalidade apropriada da educação na atual fase da civilização, poderíamos até mesmo nos vangloriar de termos uma população imensamente analfabeta, pois assim teríamos escapado ao intelectualismo com que a elite agrarista teria formado a mentalidade dos séculos anteriores: “talvez tenha sido uma providência amiga que haja protegido grande parte do povo brasileiro contra as influências devastadoras da vaidade esterilizante, cultivada carinhosamente durante um século nos nossos institutos de educação e de ensino” (1930, p. 299).

O *trabalhismo*, como organização do conjunto da atividade produtora nacional, consistiria na fórmula-combo encontrada para solucionar a vasta gama de problemas brasileiros.

Estamos longe dos dias do capitalismo embrionário, quando um patronato, ainda não consciente das finalidades do aparelhamento econômico de que era pioneiro, encarava a coordenação do operariado como elemento hostil e ameaçador. A evolução econômico-social vai nos levando rapidamente a condições nas quais greves e lock-outs eram episódios característicos de uma luta, que as novas tendências de organização industrial substituem progressivamente pela cooperação inspirada no conceito dos objetivos sociais da produção. *A organização trabalhista representa, sob o ponto de vista em que os fatos econômicos passaram a ser examinados, um fator tão essencial ao desenvolvimento das atividades produtoras, como a sistematização dos recursos do capital.* Organização bancária e organização do operariado constituem um conjugado, em que se polarizam para uma ação convergente as duas categorias das forças produtivas. Entre nós, subsistem os mais infundados temores acerca dos sindicatos trabalhistas, cujo papel no determinismo econômico ainda continua a ser observado pelo prisma do conflito de classes. Longe de envolver os perigos imaginários, que tão desacertadamente se lhe atribui no nosso meio, a sindicalização do operariado representa a barreira mais eficaz ao proselitismo comunista. *Entre este e o trabalhismo há uma oposição de ideologias e de interesses não menos acentuada que o antagonismo marxista ao capitalismo.* (1930, p. 261-262) (grifos nossos)

Reforçando o argumento de que o choque político entre proletariado e burguesia seria oriundo de outras realidades, caberia somente ao Brasil, dentre as duas formas coletivistas que

estariam disponíveis pela modernidade, incorporar-se à “sua expressão ocidental no neocapitalismo científico”, pois a peleja entre capital e trabalho está nela dissolvida, sendo fruto de um mundo profundamente diferenciado do nosso, o de “antagonismos psíquicos provindos de particularismos raciais” da “velha barbaria da Ásia” (1930, p. 262). Cabe, portanto, ao nosso patronato entender que, organizando cientificamente a produção, nela o proletariado precisa ser animado na sindicalização, salvando-nos do “asiatismo da Rússia soviética”.

Haveria ainda um elemento final acerca dessa valorização. Azevedo Amaral considera inegável verdade sociológica que as indústrias representam a forma mais relevante de produção da modernidade. Perpassa toda sua investigação a máxima de que o dinamismo de uma nação “só atinge a etapa de desenvolvimento em que se delineiam os traços essenciais de uma nacionalidade, quando no curso do processo sociogênico as formas de produção se tornam suficientemente complexas para permitir à coletividade uma relativa autonomia econômica” (1930, p. 143). Do contrário, quando tem de suprir dos gêneros mais indispensáveis para a sobrevivência mediante a importação, não se pode dizer que aí exista independência política, tampouco organização nacional. O conceito de nacionalidade, portanto, envolve necessariamente o fato de que uma sociedade “destituída de qualquer forma de atividade industrial constitui verdadeiro contrassenso sociológico” (1930, p. 143).⁴⁶

Contudo, não seria suficiente contentar-se com sua simples existência, desarticulada do restante da produção nacional. Por isso, ela devia ser pensada, antes, como ponto de partida processual. Desta forma, determinadas orientações nítidas deveriam articular todas as demais subatividades econômicas do país, formando uma espécie de dinamismo centralmente coordenador, dentro do qual as atividades agrícolas, em vez de serem descartadas, poderiam ser “convenientemente aproveitadas para o suprimento de matérias primas às indústrias mecânicas e de gêneros alimentícios às populações produtoras, empregadas naquele trabalho inicial de

⁴⁶ Conforme o começo desta seção, não se pretende esgotar, aqui, a análise do pensamento azevediano por uma exegese de sua obra. A intenção se restringe a apontar suas contribuições, que parecem fundamentais como reflexo-proponente, isto é, expressando ideologicamente uma posição de classe, ao passo que, simultaneamente, propondo sugestivamente encaminhamentos políticos esclarecidos, auxiliando no enfraquecimento da razão humana como forma de captar o real. Contudo, mesmo dentre os itens apontados, certamente ainda existem diversos pontos que podem ser aventados ou mesmo melhor desenvolvidos por outras pesquisas. Pode-se, por exemplo, ao que parece, encontrar pistas de uma abordagem irracionalista em Azevedo Amaral, para nela constatar o culto ao economicismo da vida cotidiana, tão fundamental, conforme defenderemos mais a frente (cf. capítulo V), para o novo metabolismo social especificamente capitalista. Tome-se como exemplo a seguinte passagem: “em uma civilização cada vez mais mecanizada e cujo aspecto predominante é a tendência à aceleração de todo o dinamismo social, quem possui desenvolvida aptidão intuicional tem evidentemente enorme vantagem para a solução de problemas que se apresentam muito inesperadamente e que não podem ser adiados tanto quanto o exigem os processos vagarosos da inteligência analítica e discursiva” (1930, p. 295).

expansão econômica” (1930, p. 268). A teoria sociológica de Azevedo Amaral expressa/indica, portanto, que caberia à unidade industrial, dentro do projeto de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo brasileiro, funcionar como centro dinâmico articulador de todos os outros setores:

Considerando separadamente, cada um dos órgãos da nossa sociedade funciona de modo razoavelmente satisfatório e por vezes mesmo com relativa perfeição. O conceito, que se formaria não passando desse exame parcelar, tem de ser, entretanto, modificado quando atendemos ao *conjunto do metabolismo nacional*. Aparelhos que se deveriam ajustar, determinando resultados convergentes pela sua atuação, operam fragmentariamente desenvolvendo atividades restritas e sem terem relações mútuas nem finalidades comuns. O próprio Estado não mantém entre os seus departamentos coordenação harmoniosa. Em cada um dos serviços públicos, adotam-se diretrizes peculiares que vão colidir umas com as outras, anulando frequentemente os resultados que cada uma visa atingir. Esta falta de sistematização que afeta toda a vida nacional, refletindo-se em fenômenos perturbadores em geral atribuídos a defeitos inerentes ao funcionamento de atividades especializadas, é particularmente sensível no tocante à produção, mantida em condições que reduzem a eficácia do trabalho coletivo a proporções consideravelmente inferiores aos esforços empregados. Sendo o dinamismo social em todas as suas modalidades o conjunto das manifestações da vida econômica de que promana, não é difícil compreender *a impossibilidade de uma organização racional das forças ativas da nação enquanto as atividades produtoras permanecerem desorganizadas*. (1930, p. 254-255) (grifos nossos)

Para o combate da desorganização econômica, faz-se necessária a criação de novo metabolismo nacional, mediante o qual o Estado coordene os demais departamentos produtivos, dando-lhes, assim, a organização racional própria a um capitalismo eficiente. A “adaptação da maquinaria” do Estado em torno das indústrias deve ocorrer como consequência da necessidade do aumento de sua eficiência, pois o estímulo que forneceria ao desenvolvimento das forças produtivas acarretaria “influência construtiva na propulsão de atividades úteis” (1930, p. 241). Nesse processo, a elite da sociedade tenderia, por determinação das novas técnicas adotadas, a abandonar seu ideário atrasado, que se contenta com “lucros módicos” e com a estabilidade das forças produtivas digna de povos atrasados. Somente assim, resgatando a consciência nacional, retomando ao rumo evolutivo que deveria vigorar num país de formação sociogênica destinada ao progresso, percebe-se por que “Brasilidade é movimento” (1930, p. 172).

Todo esse processo, que vai paulatina, mas seguramente sendo delineado pelas inovações e transformações nos métodos de produção, desemboca em um rumo preciso e seguro: a “substituição do Estado político pelo Estado técnico” (1934, p. 50). Isto acontece porque, conforme se desenvolve a pressão dos interesses econômicos, seria natural que

ocorresse, como consequência, “a subordinação dos fatos políticos às realidades impostas pelo mecanismo da produção” (1930, p. 231). A substituição das lutas partidárias e dos atrasos das discussões parlamentares pelo executivo hipertrofiado e pragmático, em algumas localidades já exercido mesmo de forma inequivocamente ditatorial, é tendência atual da civilização e, por isso, deslocam-se “cada vez mais as atividades do Estado para o plano econômico, relegando o aspecto político dos problemas a uma obscuridade, que caracteriza significativamente o declínio progressivo da importância de tais assuntos” (1930, p. 231).

A direção do Estado encontraria, por isso mesmo, no lugar das disputas políticas, a representação direta dos grupos econômicos e profissionais como principais auxiliares. O “neocapitalismo” que substituiu o capitalismo individualista tem, portanto, no complemento do seu economicismo, “orientação nitidamente corporativa”. Azevedo Amaral sente tamanha segurança quanto a esse processo evolutivo que chega a comentar, em outro livro, que “por meio dessa organização sindical (...) formar-se-ia *espontaneamente* uma elite de dirigentes da vida econômica do país e que seria também incumbida de exercer o controle do Estado”.⁴⁷

Por fim, haveria ainda que contar com um fator que, na atual fase da civilização, é determinante na distinção entre povos de rápida ou vagarosa evolução econômica ou, em termos mais claros, de países que avançam para o progresso e os que se mantêm na barbárie. Fala-se aí da atração de parcelas caudalosas de capital estrangeiro, pois “nenhuma questão excede esta em relevância no exame dos meios de organizarmos e intensificarmos a nossa capacidade produtora” (1930, p. 258). No entanto, e isto ajudaria a compreender as razões do lento progresso pelo qual o Brasil teria passado no início daquele que lhe parecia promissor e esperançoso século, o XX, “as correntes estimulantes de capital, que em tais circunstâncias para nós afluíam, continuam, entretanto, a ser detidas pelos obstáculos que lhes opõem preconceitos enraizados e dos quais leis anacrônicas se tornam significativa expressão” (1930, p. 259). Se os dirigentes do tempo de Azevedo Amaral e, em alguma medida, até mesmo setores inteiros da opinião pública já começam a perceber os erros de tal “injustiça comprometedora do nosso crédito (...) essa transformação progressiva da mentalidade brasileira ainda não se concretizou em reformas legislativas urgentemente reclamadas pelos interesses nacionais” (1930, p. 260).

⁴⁷ A passagem, retirada de um livro de Azevedo Amaral saído em 1935 e intitulado *A aventura política do Brasil*, foi por nós retirada do estudo de Jarbas Medeiros sobre seu pensamento (1974, p. 26).

Na resolução desse conjunto de problemas, enfrentada a pressão externa das grandes potências mediante fortalecimento do Estado nacional de viés técnico, e superada a tendência interna de regressão ao estágio bárbaro do agrarismo colonial pela forma mais complexa da produção industrial, “é fácil afirmar-se que o Brasil sem talvez conseguir candidatar-se à liderança da humanidade, não realizará por certo o prodígio de prolongar-se por muitas dezenas de anos o regime de provisoriedade histórica, em que temos vivido desde a independência” (1930, p. 210). Esse medo do imperialismo econômico dos países centrais o obriga, por outro lado, a candidatar-se à liderança da América do Sul.

CAPÍTULO II – CRÍTICA AO NECESSÁRIO FALSEAMENTO DA REALIDADE

Como se pode depreender do capítulo anterior, os intelectuais aqui em exame, depois de a terem pressuposto, se bateram constantemente na procura da verdade essencial da realidade brasileira. Escondida, subjugada e impedida de um desenvolvimento espontâneo, seus estudos, revestindo-se de uma áurea de cientificidade, pretendem tê-la descoberto. Na medida em que se propõem, com seus livros e obras, a expor o reflexo desta “razão da realidade objetiva”, da consciência revelada de sua “razão evolutiva”, e a partir do até aqui conquistado, dois são os elementos fundamentais que precisamos investigar mais de perto nesta seção. O primeiro diz respeito ao caminho por eles utilizado, isto é, seu método ou o ponto de vista do qual partem para investigar a realidade, bem como o embasamento filosófico que o comporta. O segundo aspecto, o significado do conteúdo elaborado por estes intelectuais – o conteúdo propriamente dito desta essência trans-histórica - virá como consequência do esclarecimento da função social do método. Ambos os aspectos necessitam, portanto, ser abordados aqui do ponto de vista histórico-dialético. Ou seja, essa específica abordagem do conhecimento precisa passar por um tratamento ontológico.

2.1 – Uma filosofia para a organização progressiva capitalista

Começemos por analisar a estrutura geral deste complexo ideológico. Em que pese este fato seja o mais visível e qualquer pesquisador iniciado no debate epistemológico da história das ciências sociais tenha condições de captá-lo sem dificuldade, precisamos aqui ressaltar seu profundo ecletismo. No corpo ideológico que estamos investigando, a reação antipositivista de Bergson - ganhador do afamado prêmio Nobel de literatura em 1927 - figura, por exemplo, centralmente ao lado de Comte e de Spencer. Nietzsche, talvez o pensador alemão que mais exerceria influência na filosofia do século XX (com profundas incursões na política, como demonstraria a visão de mundo nazista), é tranquilamente utilizado ao lado de um Le Play, que por volta de 1900 já havia feito uma certa escola entre os estudos sociais brasileiros, veiculados por Sílvio Romero na chamada “Escola do Recife”. Hegel é usado para compor tríades “dialéticas” ao lado de um dos mais famosos escritores do século XIX, Ernest Renan, portador

de intenções restauradoras monárquicas para a sua França.⁴⁸ Há ainda dentro desse rol de influências, pensadores relativamente menos conhecidos, mas igualmente importantes como o filósofo alemão Keyserling.⁴⁹

Vários fatores explicam essa origem eclética. Pode-se apontar o período em que foi formulado, o qual desconhecia a existência de uma disciplina científica propriamente estabelecida no quadro intelectual brasileiro, sociológica, antropológica ou política. Também é possível dizer que no amplo espectro das ciências humanas no século XIX e início do século XX, só a certos setores muito específicos do marxismo (no próprio Marx, na sua continuidade em Engels e mais tarde nas correções por Lenin dos desvios oportunistas e reformistas) havia a busca de coerência metodológica, ou seja, tal exigência sequer existia ao nível formal para Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral. Mas cremos que não reside em nenhuma das duas justificativas a razão mais fundamental.

O fato destes intelectuais arrolarem uma mistura dispersa de influências teóricas diversas não deve figurar como uma aberração, se a chave de leitura que tomarmos para analisar o fenômeno for a crise da filosofia burguesa que se estabeleceu após o grande triunfo da Revolução Francesa. Com a derrota da ala mais avançada da burguesia, os jacobinos, que tendiam, inclusive, a superar os limites de sua classe e graças aos quais a revolução não desembocou em uma conciliação com as forças monarquistas (como mais tarde ocorreria na Itália e na Alemanha, e mesmo na França em 1848), a Revolução Francesa de 1789 demonstrou o verdadeiro conteúdo de classe dos ideais abstratos da igualdade e da liberdade iluministas. O

⁴⁸ Oliveira Vianna, por exemplo, em *O idealismo da constituição*, cita que deve ser exigido ao legislador brasileiro um profundo senso de nossas realidades quando da elaboração de constituições genuinamente nacionais, de modo que “possa – como o Jesus de Renan – ‘manter-se sempre perto da natureza’” (1939, p. 116). Trata-se aí de frase sobre uma biografia de Ernest Renan, filósofo, historiador, teólogo e filólogo francês e que Marcos Del Roio assim sintetiza: “Ernest Renan foi um desses intelectuais que pretendeu restaurar o Antigo Regime, mas de uma forma atualizada, não voltar para antes de 1789 ou mesmo para o período da restauração bourbonica de 1815-1830, o qual admirou. Pretendeu propor uma monarquia constitucional fortemente inspirada na Prússia/Alemanha, para quem a França tinha acabado de perder uma guerra, reconhecido estudioso da história do cristianismo, Renan escreveu um pequeno ensaio nomeado de *A reforma intelectual e moral* (1871), no qual delineava um recomeço para a França. A expressão teve grande sucesso, mas curiosamente não consta no texto. (...) A reforma da educação, em todos os níveis, seria elemento indispensável nesse projeto de reciclagem da classe dirigente” (DEL ROIO, 2018, p. 5).

⁴⁹ Uma análise sobre o pensamento do filósofo alemão, que figura entre as determinantes filosóficas das influências de Azevedo Amaral, pode ser vista em Evaristo de Moraes Filho, profetas de um mundo que morre, 1946. Em consonância com a ideia central desta tese, o jurista concebe Keyserling pela sua função social, ou seja, ao lado de Carrel e D’Annunzio, “tão próximos socialmente um do outro, quanto parecem distantes do ponto de vista puramente literário. Porque, enquanto um é cientista, o outro é filósofo e o terceiro é poeta. São, todavia, como que dedos de uma mesma mão, nascidos de um lugar comum, com idênticas aspirações, embora com aspectos exteriores diferentes. A classe social a que pertencem é uma só: a burguesia capitalista. E foi em defesa dessa classe que escreveram todos os seus livros, embora eles próprios o tivessem ignorado em parte, nos seus momentos de mais alta inspiração poética ou filosófica” (MORAES FILHO, 1946, p. 11-12).

liberalismo, expressão intelectual e política da burguesia vitoriosa, sentiu-se obrigado a recuar na defesa destes princípios, mesmo que formais. Também o complemento teórico-econômico da revolução política burguesa, que é a economia clássica, teve seus pilares negados pelo próprio andamento da realidade. A felicidade de desenvolvimento máximo, prometida pela livre concorrência, igualmente viu seus fundamentos ruírem a ponto de que a pretensa ação livre e harmônica do *homo economicus* entrou em colapso. Ora, estes fatos tenderiam para que a filosofia burguesa se tornasse incapaz de fornecer elementos para uma teoria econômica bem fundamentada, refugiando-se em uma orientação puramente empirista. Desta forma, a economia política burguesa via-se obrigada a tomar uma posição crescentemente defensiva, defendendo uma realidade cada vez mais problemática. Tornar-se-ia, assim, puramente apologética (MARX, 2008).

O problema principal aqui e de mais funestas consequências é a corrosão constante que a racionalidade sofre com e desde o desenvolvimento dessa crise da filosofia burguesa. Uma vez que é socialmente necessário que a realidade em seu andamento concreto após a chegada da burguesia ao poder político, se demonstre cheia de carências, trágica e desumana,⁵⁰ os defensores da burguesia não podem mais expressá-la conforme o potencial imenso do conceito de razão iluminista. Nos primórdios desta crise, na dúvida entre tornar a natureza da realidade como sendo inerentemente assim, tenebrosa para a existência humana, e empobrecer a razão para que, usando uma ciência desfigurada, apenas alguns aspectos dessa realidade, em geral os não contraditórios, sejam possíveis de serem captados é esta última abordagem que prevalece (LUKÁCS, 2009). É natural, portanto, que durante o decorrer do século XIX, intensificada qualitativamente após 1848, passe a existir uma progressiva corrosão da cientificidade filosófica que, sem solução de continuidade, chegaria mais tarde ao próprio descarte de sua categoria (a razão) como instrumento da teoria do conhecimento e, logo, como característica pertencente ao próprio real.⁵¹

⁵⁰ O livro que melhor expõe as condições de vida do proletariado em sua forma clássica no período, apresentadas por um alemão, portanto, estrangeiro para a burguesia daquele país, mas não para a universal classe operária, conforme se expressa o autor em dedicatória, é *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (ENGELS, 2010).

⁵¹ O texto por excelência onde Lukács aborda esse fenômeno é “Marx e o problema da decadência ideológica” (1968). Mas também é possível encontrar várias referências importantes em *Existencialismo ou marxismo* (1979). Texto que é muitas vezes subestimado no interior da bibliografia marxista quando o objetivo é comentar a crítica à filosofia decadente da burguesia, apontando-se apenas os clássicos *Anti-Dühring* de Engels e *Materialismo e empiriocriticismo* de Lenin. Há um esforço para sintetizar essa discussão em José Paulo Netto: Lukács e a crítica da filosofia burguesa (1978), onde comentários preciosos são tecidos sobre obras de Lukács que só viriam a ser traduzidas em português 40 anos depois, como *O Jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista*, *A Destruição da Razão* e mesmo do projeto sobre a *Ontologia do Ser Social*.

Diante da natureza complexa da discussão, vale aqui transcrever a passagem de Lukács da qual partimos:

Em face do caráter contraditório inerente ao ser histórico-social, a filosofia dispõe de três alternativas. A primeira delas é reduzir e empobrecer a razão, para que o reino da burguesia possa continuar aparecendo como o reino da razão; a segunda é considerar a realidade irracional. (...). Com Hegel se apresenta uma terceira alternativa, um *tertium datur*: se, em presença das contradições, a primeira busca escapar a elas, volatilizando-as, e a segunda se refugia na negação da razão, Hegel coloca resolutamente as contradições no centro da filosofia – da lógica, da ontologia, de cada parte concreta, mas especialmente no centro da filosofia social e da filosofia da história. (2009, p. 42)

Com isto em vista podemos compreender a dupla necessidade da abordagem eclética da razão autocrática. Por um lado, se estas contradições que, de latentes, afloram cada vez mais à superfície, deslegitimando as ciências universais do período nascente do capitalismo, como eram a economia clássica de Ricardo e Adam Smith, o socialismo utópico de Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon, e a filosofia alemã de Hegel, disciplinas todas que sofreriam um tratamento adequado por Marx, claro está que é à esta teoria social, como crítica superadora de todas aquelas ciências, que a teoria burguesa do conhecimento deve evitar, já que o marxismo se coloca como a grande filosofia que pode efetivamente ofertar condições para uma compreensão global e articulada dos problemas sociais. Por outro lado, como sucedâneo destas crises científicas, a dinâmica burguesa responde com uma mais intensa especialização do campo dos saberes. É precisamente no interior desse processo, desta compartimentalização dos saberes, correspondente ao intenso desdobramento da divisão do trabalho capitalista, que uma disciplina específica ainda procurará se colocar como representante de uma abordagem geral dos problemas da sociedade burguesa: falamos aqui do nascimento da sociologia.

Essa sucinta descrição da crise da filosofia burguesa é necessária para que se coloque aqui o problema central de nosso objeto de pesquisa. Primeiro, porque dentro desse conjunto eclético que conforma a razão autocrática podemos constatar com certa segurança a existência de um núcleo duro localizável no positivismo. Presença percebida por amplos setores da literatura brasileira, a influência positivista, segundo nos parece, nas principais consequências de sua utilização como eixo metodológico, pouco foi compreendida. Jarbas Medeiros nos seus densos estudos que figuram como *Introdução ao estudo do pensamento político autoritário brasileiro – 1914-18/1939-45* é um dos raros a constatar a serventia para à qual foram

construídas estas teorias que se apropriaram do quadro geral do positivismo para pensar a realidade brasileira. E isso tem consequências profundas na análise de um fenômeno ideológico.

Nesse sentido também, é valioso arrolar a contribuição de Barbosa Lima Sobrinho quando analisa as influências do pensamento de Alberto Torres, onde o complexo ideológico germina. Conforme o historiador, qualquer análise de suas obras deve ter em mente a posição do jurista “quando procura, não a inspiração da filosofia crítica do Século XVIII, mas as linhas gerais de uma política orgânica, visando à unidade espiritual” (SOBRINHO, 1968, p. 319). Por isso, se o autor não descarta de todo a categoria de razão, o faz de forma a atribuir a ela a função de um “cartesianismo” – vimos a necessidade imperiosa que o fez eleger a “síntese” para não cair no completo abandono da razão. Percebe também a mescla que é realizada com elementos de Henri Bergson, mais especificamente na distinção entre inteligência e intuição, tomando de empréstimo o uso desta como “o desenvolvimento do instinto” – filiação que o analista sugere não como subordinação, mas “afinidades espontâneas e irrecusáveis” (SOBRINHO, 1968, p. 329). Mas o que fundamentalmente ressalta é que Alberto Torres toma para seus itinerários metodológicos a máxima da filosofia de Augusto Comte, a lei dos três estágios (particularizada, como vimos), e principalmente, a moral como inspiração (e não aspiração), onde se faz presente durante todo o percurso do pensamento, orientando-lhe e determinando a direção que a ação deve tomar. Por fim, constata sobre a filosofia positivista de mundo, na teoria do pensador fluminense, que figura “se não de uma presença permanente, ao menos de uma leitura atenta, que havia cavado sulcos profundos (...) numa assimilação tanto mais expressiva quando exclui o propósito de um proselitismo ou a procura de modelo ou de inspiração” (1968, p. 321).

É importante reproduzir aqui o que diz Jarbas Medeiros sobre as “fontes teóricas e doutrinárias” do pensamento de Oliveira Vianna, pois nos revelam muito sobre seu apego àquela visão de mundo, bem como o caráter de mobilidade de que ela é capaz conforme a própria realidade da dominação burguesa avance, seja no âmbito da totalidade maior, sistêmica, seja no caso das particularidades:

Nos anos 10 e 20 de nosso século ele permaneceu dentro do naturalismo sociológico, ou seja, daquelas correntes positivistas que procuravam transplantar para as ciências sociais o modelo e os métodos das ciências naturais. Aí estariam compreendidos, como “versões” de uma mesma matriz ideológica o organicismo spencerista, a mesologia – a sociedade humana como um “resultado” combinado de clima, geografia e raça (aí incluindo-se, portanto, a etnologia, a antropologia e a geopolítica, assim como o darwinismo social) etc. Nos anos 30 e 40, acompanhando a evolução do pensamento sociológico positivista, ele adere ao antropologismo-funcionalista (que denomina

“culturologia”), mas não maneira ortodoxa, mantendo aí suas tradicionais posições mesologistas e etnológicas. (1974a, p. 78)

Quanto a Azevedo Amaral também Jarbas Medeiros aponta que o mesmo sempre permaneceu fiel ao quadro do positivismo, especialmente em suas versões organicistas e evolucionistas, “prismas” pelos quais jamais deixou de interpretar a realidade brasileira (1974b, p. 89).

O segundo conjunto de discussões diz respeito ao fato de que as contribuições que Augusto Comte dá para a gênese da sociologia (1820-1857), se situam num leque de mais de 30 anos e acompanham quase que *pari-passu* toda a crise social que envolve a consolidação da Revolução Francesa. O próprio termo que envolve o nome da filosofia que o pensador francês divulga é produto do movimento da ilustração, Positivismo. Como se sabe, Comte é discípulo de Saint Simon, socialista utópico, que, ao lado de Condorcet, enciclopedista, utilizava o termo com uma carga negativa, própria da crítica iluminista contra o Antigo Regime. Escrevendo em um período mais avançado do progresso burguês, Comte teoriza, por um lado, que o método dessa nova filosofia que buscava entender os fenômenos sociais deveria tomar distanciamento da época revolucionária, tornando-se, assim, positivo e voltando suas atenções para a estabilidade social, abandonando aquele negativismo dissolvente e anárquico. Por outro lado, dava continuidade ao que já haviam iniciado Condorcet e Saint Simon, que também defendiam a abordagem investigativa da sociedade com os mesmos métodos das ciências naturais. Reelaborado nestes termos, compreende-se porque é com Comte e não nos dois iluministas citados que o positivismo se torna efetivamente uma ideologia orgânica, cumprindo uma função social precisa (LOWY, 2009).

Vemos, assim, o pensamento de Augusto Comte iniciar seus trabalhos dentro do limiar nascedouro da chamada decadência ideológica da burguesia. Este período, que Marx toma para si enquanto combate intelectual contra os primórdios da “má consciência” e da “premeditação da apologética”, cujo início pode ser localizável já nos anos 1820-1830, alcançará sua maturidade apenas após as traições aos partidos operários em luta durante o ano de 1848 por toda a Europa, na chamada Primavera dos Povos, mas especialmente na França. Ou seja, é no mesmo período que a decomposição das mais típicas ciências burguesas se iniciam, citada acima, que Augusto Comte faz sua estreia como pensador autônomo. Os *Opúsculos de Filosofia Social*, publicados entre 1819 e 1828, contem já em embrião suas principais teses que desenvolveria mais tarde como núcleo dos seus sistemas de política e catecismo. Na introdução

ao compilado, nega seus escritos de juventude, quando ainda trabalhava como secretário de Saint-Simon, mas constata que entre algumas sentenças do período anterior dignas de serem resgatadas está a de que “tudo é relativo, eis o único princípio absoluto” (1972, p. 2).

Quanto ao corpo dos opúsculos propriamente dito, que, vale ressaltar, são bastante orgânicos, há uma tese que os perpassa integralmente: a de que chegara o momento de pôr fim ao “deplorável círculo vicioso, origem inesgotável das revoluções”, não existindo “outro meio senão a formação e a adoção geral, pelos povos e pelos reis, da doutrina orgânica, única em condições de tirar aos reis a direção retrógrada, e aos povos a direção crítica” (COMTE, 1972, p. 63). A esta revolução ocidental, que tarda em conseguir vencer definitivamente o antigo regime, e a este, que não quer se aceitar derrotado, Comte pretende oferecer seus estudos para acabar com a situação de anarquia e consolidar os desejos gerais: de paz, liberdade e progresso industrial.⁵² Como todos em sociedade se dilaceram em luta, o filósofo francês acredita ter descoberto o verdadeiro meio para atingir este objetivo e pretende apresentar à sociedade o seu sistema, segundo o qual ela deve se reorganizar. Uma vez que a política amadureça e passe a figurar como ciência positiva, sua máxima ganharia o respeito de todos: “a opinião deve querer, os publicistas propor os meios de execução, e os governantes executar. Enquanto estas três funções não forem distintas, haverá confusão e arbítrio em maior ou menor grau” (COMTE, 1972, p. 12).

Ora, não é mero acaso que em Lukács (1968), o pensador que levou mais a fundo o estudo dessa decadência originariamente constatada por Marx, é a aceitação passiva (revestida de crítica romântica, logo superficial) e covarde a estes efeitos sociais degradantes um dos traços mais fundamentais desse novo período da ideologia burguesa. Mas em Comte não é apenas a resignação que se tem frente a esse fenômeno que distingue o desenvolvimento capitalista dos outros estágios da humanidade – a cruel exploração econômica -, é a própria *teorização cientificista da submissão também das classes dirigentes à divisão do trabalho*.

Por isso, vale lembrar que se, para Comte, a história da civilização pode ser reduzida à sua famosa lei dos três estágios, teológico, metafísico e positivo, à política, verdadeiramente positiva, fundada na observação, não cabe a função de governar os fenômenos, da mesma maneira como nas outras ciências naturais não existe essa pretensão. A única e exclusiva tarefa

⁵² Fato também constatado pela análise crítica especializada das obras de Augusto Comte. Sua literatura publicista, como bem observa Evaristo de Moraes, afirma constantemente que “é preciso acabar a Revolução de [17]89, reorganizando a sociedade” (1978, p. 9). Trata-se aí, portanto, da famosa origem genética da sociologia como ciência de consolidação da ordem burguesa.

da política social consiste em “coordenar” os fatos que são inerentes à marcha da civilização. A potência reservada à humanidade frente aos seus fenômenos sociais é unicamente por evidência a lei desta evolução natural, e no máximo, com conhecimento de causa, modificá-la a velocidade:

a política não poderia ter por objetivo fazer marchar a espécie humana, que se move por impulso próprio, segundo uma lei tão necessária quanto a da gravitação, embora mais modificável. Ela tem por finalidade facilitar sua marcha, esclarecendo-a. Há grande diferença entre obedecer à marcha da civilização, sem dela nos darmos conta, e obedecer-lhe com conhecimento de causa. As mudanças que ela determina não ocorrem menos no primeiro caso do que no segundo, mas se fazem esperar por mais tempo, e, sobretudo, somente se operam depois de terem produzido, na sociedade funestos abalos, mais ou menos graves, conforme a natureza e a importância dessas mudanças. Ora, os atritos de toda espécie, que daí resultam para o corpo social, podem ser evitados, em grande parte, por meios fundados sobre o conhecimento exatos das alterações que tendem a efetuar-se. (...) Em outros termos, o objetivo essencial da política prática é, propriamente, evitar as revoluções violentas, oriundas dos entraves mal-entendidos opostos à marcha da civilização, e reduzi-las, o mais rapidamente possível, a simples movimentos morais, tão regular como o que agira suavemente a sociedade em termos normais, embora mais vivo. Ora, para atingir essa finalidade é evidentemente indispensável conhecer, com a maior precisão possível, a tendência atual da civilização a fim de fazer conformar-se com ela a ação política. (COMTE, 1972, p. 98-99)

Frente a essa “inflexível natureza das coisas” (COMTE, 1972, p. 170) o pesquisador de fenômenos do tipo social deveria adotar uma postura de observação direta, já que as leis que regem o objeto sociológico seriam igualmente “invariáveis”, tal como na realidade natural. Nunca é demais lembrar que o sentido da eleição da lei dos três estágios da humanidade é contrapor o positivismo, enquanto estado finalmente científico da humanidade, às demais formas de especulação, que Augusto Comte denomina todas de místicas e metafísicas. Produzia-se, assim, uma clássica distinção onde o estado teológico da antiguidade teria produzido a ordem, mas não gerado progresso, e o estado metafísico do Renascimento e do Iluminismo teria gerado o progresso, mas sem conseguir manter a ordem. A ideia central em Comte, portanto, é produzir “ordem e progresso” de forma conjunta. Em contrapartida, nessa disciplina sobressai a postura metodológica de abandonar o “por quê” das coisas, descartando precisamente o saber causal do campo próprio às pesquisas sociais. Daí a famosa máxima de que o verdadeiro estado científico da humanidade, o positivismo, deve se limitar a observar os fatos e deles extrair leis positivas como conhecimento.

Ao colocarmos novamente na centralidade do debate a razão dialética, descoberta por Hegel e trazida radicalmente à terra por Marx, percebemos com bastante clareza a escolha

filosófica feita por Comte ao lançar os alicerces da sociologia. O conceito de evolução natural ou marcha natural da civilização - de tendência permanente, que desautoriza a se pensar em qualquer mudança essencial, logo frente à qual o homem é impotente, podendo apenas modificá-la em sua velocidade, e dentro de limites bastantes específicos por causas físicas e morais - promove uma depauperação não só da capacidade de compreensão do mundo humano, mas de suas próprias características ontológicas. Ao retirar do homem a capacidade de fazer a própria história, em condições herdadas e determinadas, simultaneamente o positivismo defenestra a análise da economia, ou seja, das relações sociais de produção da vida. Percebe-se um caminho mistificado para volatizar qualquer contradição existente na realidade, petrificando-as e as erigindo em perfeita naturalidade.⁵³ Além disso, a proposta de “fazer desaparecer de modo irrevogável a filosofia crítica do século XVIII” é literal no próprio Comte (1972, p. 116).

Fica aí definida, principalmente, a perspectiva gnosiológica de acesso à realidade, fraturando qualquer mediação entre os dois polos da teoria do conhecimento – que teremos oportunidade de esmiuçar na seção seguinte. Para nossos intuitos aqui basta indicar que essa cisão não é criada por Augusto Comte e sua Física Social, pois remonta aos próprios clássicos do pensamento filósofo moderno. Não entraremos nesse espinhoso debate,⁵⁴ mas vale lembrar aqui que já em Descartes – que para Comte, ao lado de Galileu e Bacon, figura entre os principais fundadores do que designa de Filosofia Positiva – existiu o desejo de pensar a filosofia a partir de um método límpido e claro, ou conforme expôs no seu segundo *Discurso sobre o método*, “o meu desideratum, contudo, foi somente procurar reformular os meus próprios pensamentos e construir sobre um alicerce todo meu (...) a simples opinião de libertar-se de todas as opiniões” (s/d, p. 21). Essas reflexões, que teriam resultados em convicções racionais (a chamada “certeza de si da consciência”), geraram erros que acabaram por fortalecer a concepção subjetivista de mundo, isto é, aquela que prioriza o sujeito como polo central do

⁵³ Vejamos apenas um exemplo de como Comte trata essas contradições existentes ao longo da história. No caso da “escravidão, que é hoje uma monstruosidade, em sua origem era certamente uma instituição muito bela, pois tinha por fim impedir o forte de degolar o fraco; era um intermediário inevitável no desenvolvimento geral da civilização” (1972, p. 104). Como dirá mais à frente, “as instituições e as doutrinas devem considerar-se como tendo sido, em todas épocas, tão perfeitas quanto comportava o estado da civilização, o que não poderia ser de outro modo, pelo menos ao cabo de certo tempo, pois são necessariamente determinadas por ele. A par disto, em seu período de pleno vigor, sempre tiveram um caráter progressivo, e não apresentaram, em caso algum, caráter retrógrado” (1972, p. 117). Com sua teoria da evolução natural das sociedades, houvesse nascido Comte em qualquer época história, se faria igualmente intelectual da respectiva classe dominante.

⁵⁴ Para a consulta mais aprofundada deste percurso metodológico instaurado pela filosofia moderna consultar os textos nos quais baseamos larga e fundamentalmente esta tese. São os estudos de Leo Kofler, *História e Dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista*, 2010 e Ivo Tonet, *Método científico: uma abordagem ontológica*, 2013.

conhecimento, aquele que diz que é o sujeito que organiza o objeto e não o objeto que organiza o sujeito na tarefa do conhecimento da realidade. Por isso, a consequência mais problemática para o racionalismo foi que “Descartes confunde, imediata e simplesmente, a clareza e a distinção das representações com a sua evidência” (KOFER, 2010, p. 18). As imagens e as representações que são geradas pelos sentidos humanos, possíveis de estarem equivocados, transmitindo uma falsa impressão da realidade, foram completamente legitimadas como verdades e tomadas como suficientemente capazes de formar a base da certeza inquestionável da compreensão do mundo. Não devemos nos espantar por isso que Descartes ou o cartesianismo seja a influência a qual recorrem estes intelectuais autocráticos que fracionam o mundo pelo método do reconhecimento das representações claras e distintas, mas procurando esconder essa mistificação por meio das palavras de ordem relacionadas à razão.

Assim como não fora Comte que germinara a busca por uma abordagem límpida, clara e destituída de pré-noções sobre os objetos pesquisáveis, também não fora a Sociologia que inventara a tradição gnosiológica que crê residir no sujeito o polo regente do conhecimento e que, negando qualquer discussão sobre o outro caminho possível, o ontológico, faz o possível para esconder sua própria concepção ontológica,⁵⁵ isto é, como ela pressupõe ser constituída a própria natureza da realidade. Embora a Sociologia dispense alguns comentários para definir sua concepção ontológica do real, ela segue os mesmos passos do amplo conjunto das ciências modernas, uma vez que existe com fruto tardio desse movimento formador, e apenas a pressupõe sem disponibilizá-la para discussão.

Concebido como expressão do processo de criação do mundo mercantil, no bojo de sua acumulação originária, e acompanhando o *vir-a-ser* da burguesia como classe, a ciência moderna nasce engendrada por uma forma específica de sociabilidade. Estruturado sobre o capital, em seu incessante metabolismo com finalidade de lucro, o padrão de conhecimento desse período descarta as categorias fundamentais que tinham vigência no padrão greco-medieval: da totalidade e da essência das coisas como determinações inerentes à realidade. Tais categorias perfaziam o caráter ontológico (metafísico) de apreensão do mundo antigo. Cabe

⁵⁵ Comte, por exemplo, assim expõe a sua abordagem sobre o que seria a natureza do mundo social: “a superioridade do homem sobre os outros animais não podendo ter e não tendo, realmente, outra causa senão a perfeição relativa de sua organização, tudo o que tem feito a espécie humana e tudo quanto pode fazer deve, sem dúvida, ser considerado, em última análise, como consequência necessária da sua organização, modificada, em seus efeitos, pelas circunstâncias exteriores. Neste sentido, a física social, isto é, o estudo do desenvolvimento coletivo da espécie humana, é realmente um ramo da fisiologia, vale dizer, do estudo do homem, concebido em toda sua extensão. Em outros termos, a história da civilização não é nada mais do que a continuação e o complemento indispensável da história natural do homem” (1972, p. 126).

lembrar que estas categorias que predominavam na ciência dos mundos antigo e medieval, expressavam as relações próprias dos modos de produção estáticos escravista e feudal. A dissolução do mundo feudal e a ascensão de uma sociedade extremamente dinâmica como é a aquela mediada pela mercadoria, fez com que esse movimento passasse a se refletir também na esfera da ciência. Desta forma, para essa forma de conhecimento burguesa nascente, em suas investigações, não existia mais um mundo limitado, estático, perfeito, organizado e hierárquico para além da física como se acreditava anteriormente. Descartando-se, assim, a metafísica, que por meio da especulação se propunha conhecer o em si das coisas, o mundo, segundo o padrão moderno de abordagem científica, seria ilimitado, caótico, destituído de qualquer hierarquia fixa, e em constante movimento, como as descobertas da física de Kepler e Copérnico demonstraram. Mais do que isso, nesse predomínio do conhecimento da natureza como o primeiro plano que ele pode efetivamente dominar com segurança, o próprio homem não deixou de ser localizado como tendo origem natural. Embora nessa relação não houvesse total identidade, esta natureza humana natural lhe dava os mesmos dotes que os outros seres naturais, logo, os homens carregariam as mesmas leis da natureza. Para dizer de modo mais claro, para essa visão de mundo os homens não seriam históricos e nem sociais, mas naturais – e a descoberta do “novo mundo” teria demonstrado uma imagem perfeita de seu momento “primitivo” e “selvagem”. Segundo essa perspectiva, os homens estariam, por sua própria natureza, subsumidos ao natural. Os homens seriam, portanto, naturalmente egoístas e a luta entre si pela sobrevivência levaria à vitória do mais forte, do mais apto. A ciência da produção da vida econômica, desta maneira, expressava a natureza. Esse extenso, mas fundamental raciocínio, dá conta de explicar porque, para a ciência moderna, as categorias econômicas são igualmente naturais: concorrência, satisfação dos apetites, apropriação, propriedade privada como direito natural, etc. O contratualismo e o liberalismo jusnaturalista, como frutos do iluminismo, dariam a justificativa final da formação dessa sociedade humana natural, da passagem de uma situação natural de insegurança e de luta de todos contra todos para outra onde fossem garantidas todos estes “direitos naturais”. Resultou de todo esse largo processo de construção da modernidade que

a ação humana, na medida em que era constituidora da sociedade, teria sua expressão propriamente dita apenas no âmbito da subjetividade, ou seja, no âmbito da política, do direito, dos valores, da educação, da arte, da filosofia, não no âmbito da estrutura fundamental, vale dizer da economia. (TONET, 2013, p. 35)

Constata-se, assim, a intocabilidade da estrutura econômica pela ação humana segundo o padrão de conhecimento científico moderno.⁵⁶ Não caberia sequer tentar modificar algo que é dado pela natureza, indissolúvel pela própria estrutura do ser. Procurar transformar essa estrutura econômica é cair na barbárie, destruir a própria civilização, pois como desde Locke se sabe, a propriedade é um atributo natural do ser e por isso deve ser protegido a todo custo.⁵⁷

Ora, neste ponto da análise, sobre a teoria do conhecimento, se confundem inescapavelmente estrutura clássica do pensamento científico burguês moderno e sociologia, só podendo compreender sua diferencia específica se voltarmos ao ponto da decadência ideológica. Entre as duas fases de uma mesma ideologia burguesa reside o desenvolvimento histórico, na medida em que para os primeiros, os clássicos, tratar-se-ia de uma ilusão historicamente justificada, afinal enfrentando ainda o feudalismo caduco expressavam um verdadeiro progresso, ainda que este só podia tomar a forma individualista, sob mitos como o de Robinson Crusoé. Já para os segundos, o andamento histórico provou rapidamente que Ricardo e Smith tinham se equivocado e o egoísmo do *homo economicus*, fato constatado, não levava a sociedade senão a crises sócio-políticas graves e a uma forma de exploração humana desenfreada – pensemos aqui no império inicial da mais-valia absoluta -, da qual Comte demonstrava ter, de fato, uma percepção antecipadora.

Necessariamente, portanto, a análise sociologizante reforça ainda mais o caráter gnosiológico da ciência moderna. Isto significa que a abordagem da Sociologia em seus primórdios, como disciplina especializada e independente das demais, pretende investigar os fenômenos da vida social excluindo dela qualquer possibilidade de determinação pelas lutas em torno da produção e apropriação da riqueza. Esclarece-se aqui também o motivo da substituição do mundo econômico, como determinante último da vida social, pela observação direta da

⁵⁶ Também a forma pela qual se resolveu o conflito entre cientificidade moderna e religiosidade ajudou a consolidar o padrão subjetivo dominante. A Igreja, tendo que se conformar com os poderosos impulsos de formação do mundo mercantil burguês, que doava sua autoridade também à verdade do conhecimento científico, desenvolveu a chamada “teoria da dupla verdade”, espécie de compromisso, cedendo à ciência o poder de desenvolver as questões relativas à realidade do mundo natural, mas apenas enquanto “hipóteses”, pois jamais a igreja definiria uma verdade absoluta que viesse da ciência. Estas, as verdades definitivas, caberiam, como divisão do trabalho, revelar-se unicamente pela fé e pelos cânones oficiais da Igreja, pela hierarquia eclesiástica, a única legítima interprete. Também na relação com a religiosidade, portanto, a ciência se via obstada da possibilidade de desenvolver coerentemente soluções advindas de uma concepção geral do mundo (TONET, 2015).

⁵⁷ É significativo, por exemplo, como Oliveira Vianna sarcasticamente compactua da mesma concepção dos liberais clássicos, desde Adam Smith e Ricardo, quando se trata de entender a particularidade da espécie humana: “o egoísmo, por exemplo, é irreduzível na natureza humana. Nenhuma alteração das condições exteriores da cultura poderá elidi-lo. Salvo numa hipótese: numa sociedade composta exclusivamente de santos ou índole franciscana” (1999, p. 455).

realidade como método de investigação dos fenômenos sociais, os quais resultam apenas da forma de organização social do homem natural.

Assim, as referências de fato existentes à economia, são feitas apenas pelo seu viés fisicalista e factual, ou seja, são indicações abstratas, despidas do seu caráter de relação social. Daí os apontamentos à técnica, à produção, ao trabalho, à indústria preencherem os textos daqueles pensadores, mas jamais em sua contraditoriedade interna e nunca pela raiz dos interesses antagônicos. Daí ainda a causa íntima da insistência para gerar o conformismo e a resignação nos operários e para estabelecer o consenso sobre as anomias que o posterior desenvolvimento da sociologia tomará para si como tarefa fundamental.

Reencontramos, aqui, após um esforço digressivo considerável, o corolário político-pedagógico elaborado pela burguesia acerca do ramo especializado das ciências que denominar-se-ia Sociologia. Aquilo que só mais tarde, após 1848, irá se generalizar, quando o proletariado irrompe ao palco político organizado, tem já nos escritos de Comte da década de 1820-1830 a justificava teórica antecipadamente elaborada. O fisicalismo positivista, portanto, compreende ainda no período de luta pela consolidação de sua dominação, a necessidade que tendencialmente já aportava no horizonte burguês: defender apologeticamente o capitalismo, com todas suas deturpações e desumanidades reais.

O que Augusto Comte expressava antecipadamente e que a burguesia enquanto classe social perceberia somente após os movimentos de 1844 e 1848 (do levante de tecelões da Silésia até a Primavera dos Povos), é que as forças feudais e monárquicas não eram mais as suas principais inimigas. Estas passariam, inclusive, agora a contemporizar com a burguesia estabelecendo regimes mistos (HOBSBAWN, 1977). É legítimo lembrar, ainda, que no decorrer deste processo histórico a especialização não se deteria aí, na formação da sociologia, mas tenderia a se subdividir exponencialmente, a tal ponto que, com, com algumas exceções de pensadores sérios como Durkheim, a função originária para a qual tinha nascido a sociologia - oferecer, enquanto ciência autônoma, uma visão globalizante dos problemas sociais, estudando suas leis e sua história, ainda que de forma separada da economia - passa a ser abandonada.⁵⁸

⁵⁸ Por outro lado, como pensador sério e honesto, Durkheim, que seria o responsável por implementar a Sociologia como disciplina institucional, definindo propriamente seu método, demonstra como o crescente empobrecimento da racionalidade é uma questão que necessita ser realizada em conformidade com o recrudescimento das próprias contradições do ser burguês. O livro que resulta de suas lições na Sorbone, entre dezembro de 1913 e março de 1914, reunidos sob o título *Pragmatismo e Sociologia*, ilustra precisamente isto. Sob o pressuposto de “renovar” o racionalismo francês, que em sua percepção não poderia ser abandonado senão juntamente com toda a tradição histórica nacional, Durkheim aceita um arco grande de críticas feitas à razão pelos pragmatistas. Trata-se em verdade do racionalismo abstrato e, por isto, pode-se dizer que o esforço

Evitando sequer ter contato com problemas essenciais da realidade, ela passa a dispensá-los cada vez mais aos outros ramos congêneres, ainda mais especializados, onde estes se veem igualmente incapazes de resolver os problemas fundamentais da humanidade. A Sociologia passa a se assemelhar, dia após dia, com a camada burocrática do capitalismo e com seus infundáveis escaninhos.⁵⁹ Se, para a burguesia o objetivo fundamental do domínio de classe radica em sustar o desenvolvimento de classe do proletariado, a Sociologia aceita cumprir esta tarefa operando no plano político-ideológico:

função indispensável à burguesia da época, pois que assegura a estabilidade de um compromisso durável com as forças da reação. Em compensação, os métodos e os objetos, a evolução e os frutos dessa filosofia, convertida em uma ciência especializada como as outras tornam-se cada vez indiferentes à burguesia. *Esta cede aos intelectuais burocratizados, que fazem parte do aparelho de Estado, o direito de explorar seus métodos e seus resultados. É assim que, em perfeita conformidade com a divisão do trabalho, própria do capitalismo evoluído, esta camada de intelectuais, beneficiária de uma independência relativa, torna-se depositária da filosofia nova. Mas essa*

de Durkheim parte de um problema realmente existente: o de “desenrijecer a verdade” (2004, p. 153). No entanto, é ilusão crer que o pragmatismo, que afirma que a realidade é uma construção do pensamento, sua própria percepção radicalmente empírica (hiper-empirismo) - fato constatado pelo próprio sociólogo -, teria condições de ofertar desenvolvimentos adequados à compreensão da totalidade humana. O resultado problemático a que Durkheim chega é acatar a noção de que é o pensamento que cria a realidade, porém um pensamento específico, não o individual como quer a filosofia norte-americana. Baseando-se no “idealismo radical” ou “idealismo sintético nominalista” de Octave de Hamelin, para Durkheim são as representações sociais as ideias verdadeiramente criadoras do real, como condições próprias da objetividade: “definitivamente, é o pensamento que cria o real, e o papel eminente das representações coletivas é ‘construir’ essa realidade superior que é a própria sociedade. Papel talvez imprevisto da verdade, mas que mostra que ela não é feita somente para dirigir as coisas de ordem prática” (2004, p. 188). Por mais que tente esboçar elementos de compreensão de complexidade entre as partes e o todo, Durkheim não foge da esfera de influência da visão naturalista do mundo social. Uma análise profícua sobre este livro poderia ser feita à luz da periodização lukacsiana, enquadrando o pensamento tardio de Durkheim, embora já esboçado em sua obra *As Formas Elementares da vida religiosa*, conforme atestam os apresentadores de *Pragmatismo e Sociologia*, no terceiro período de crise da filosofia burguesa, determinada pelo idealismo subjetivo. Embora exprima aspecto do agnosticismo da segunda fase quando afirma que o fato histórico é apenas passado, não se podendo agir sobre ele, e que “a adaptação do pensamento à realidade histórica é totalmente intelectual e satisfaz a necessidades puramente especulativas, não práticas” (2004, p. 177), Durkheim considera que a ciência moderna cumpriria a mesma função que os mitos nas sociedades primitivas, ou seja, possuiria um papel “dialético”, de “unificar julgamentos divergentes”. Em suma, a razão em Durkheim existe apenas para que os indivíduos em sua crescente individualidade continuem mantendo uma comunhão, a da representação coletiva. A verdade volta aqui a encontrar sua utilidade e sua determinabilidade enquanto ato moral, pois substituindo nessa função aos antigos mitos, a sociedade estaria salva de ser desagregada e cair na anarquia dos “particularismos”, ou na curiosa concepção da noção filosófica em Durkheim: “Para Platão, como para Sócrates, a ciência tem o papel de unificar os julgamentos individuais. A prova é que o método empregado para edificar é a ‘dialética’, ou seja, a arte de confrontar os julgamentos humanos divergentes, para conseguir extrair aqueles com os quais se concorda” (2004, p. 193).

⁵⁹ Vale apontar aqui a curiosa classificação de Jarbas Medeiros quanto às disciplinas que formam o pensamento de Oliveira Vianna: “a) a antropogeografia de Ratzel; b) a antropossociologia, de Gobineau, Lapouge e Ammon; c) a psicofisiologia, de Ribot, Sergi, Lange e James; d) a psicologia coletiva, de Le Bon e Tarde; e) a sociologia de Le Play e da Escola de Ciência Sociais, de Tourville, Demolins, Poingnard, Descamps, Rousiers, Prévile e outros (MEDEIROS, 1974, p. 79). Um inventário também muito interessante do amplo leque que constantemente se atualiza dos “antecedentes doutrinários” de Oliveira Vianna, via Sílvia Romero e Alberto Torres, também pode ser encontrado na introdução, escrita por Antonio Paim, de *Populações Meridionais do Brasil* (2010).

independência é completamente relativa. Tem por condição a execução estrita das obrigações que resultam da função de “guarda-fronteira”. Forma e objeto da filosofia são então determinados pelos problemas especiais dessa camada de intelectuais que, mesmo gozando de uma certa independência, tornou-se, nesse novo período da evolução da filosofia burguesa, o depositário social do pensamento. (...) As aspirações filosóficas da burguesia estreitaram-se; tornaram-se mesmo negativas, para acabar por se transformar em princípios puramente limitativos. (LUKACS, 1979, p. 34-36)

Esta independência dos intelectuais que se localizam, direta ou indiretamente, no seio da máquina estatal sobre a burguesia, da qual passam, *por obrigação e em perfeita conformidade com a divisão do trabalho*, a serem representantes e dirigentes é, nunca sendo demais ressaltar, completamente relativa. Obedecendo as legalidades próprias das esferas, trata-se de uma independência que assim *aparece* à Sociedade, como o próprio Estado assim *aparece* independente da Sociedade Civil. Autonomia apenas na aparência, enquanto, de fato, é uma atribuição e um encargo que lhes é dado devido ao momento histórico do desenvolvimento das contradições objetivas e, principalmente, pela forma de dominação social que esse metabolismo demanda.

2.2 – Explicação redutiva e hipostação da aparência

Ao localizarmos o complexo ideológico dentro do processo histórico da decadência ideológica, de onde importa elementos filosóficos degradados, estamos agora em melhores condições para passar em vista o sentido de sua concepção metodológica. Portanto, uma vez demonstrado sua função social dentro da divisão do trabalho capitalista, cabe agora direcionar nosso esforço investigativo para escancarar todo o reducionismo e isolamento do reino da aparência, apenas mencionado anteriormente, demonstrando a concreta corrosão da cientificidade filosófica promovida pelos representantes autocráticos em apreço.⁶⁰

Pois é esse o significado mais profundo da utilização do método recomendado por Augusto Comte. Quando o pensador francês no seu *Curso de Filosofia Positiva* (1973) definia objeto e disciplina afirmando que ambos pertenciam à uma “Física Social”, no mesmo espírito das demais disciplinas como a química, astronomia, etc., ele negava a qualquer cientista ou

⁶⁰ O fato de seu produto não ser resultado de uma produção original importa pouco, pois a reelaboração eclética que promove sob o eixo do arcabouço cientificista da nascente sociologia apenas demonstra o grau de atraso e dependência que a burguesia brasileira possui em relação aos países centrais.

legislador criar ou mesmo imaginar leis para aplicá-las sobre a organização humana. Isto porque a humanidade para Comte teria impulso próprio, verdadeiramente soberano que extrapola qualquer força humana e sobre o qual não pode exercer nenhuma ação. Cabe, pois, aos domínios da pura observação descobrir para então prescrever. Eis então que o “governo das coisas substitui o dos homens. É, então, que verdadeiramente há lei, em política, no sentido real e filosófico ligado à esta expressão pelo ilustre Montesquieu” (1972, p. 105).

Conforme já indicamos, a desfiguração que aí ocorre é responsável por estabelecer uma fratura irremediável entre os dois polos da teoria do conhecimento. Não é outro senão o constante chamado às realidades brasileiras por aqueles intelectuais autocráticos. Quando afirmam que o liberalismo é importado de outras realidades, que não condiz com a psicologia de nosso “povo”, que são doutrinas estranhas à nossa índole, reverberadas aqui por idealistas encantados com as formas europeias ou norte-estadunidense de ser, não fazem senão repetir de uma forma ainda mais ideológica o mesmo que os positivistas quando afirmam ser necessário se despir de todos preconceitos, de toda ideia pré-concebida para investigar a realidade, assentando-se em posições neutras. Para o positivismo fisicalista, portanto, e logo também para os representantes da ideologia que estamos designando como razão autocrática, estudar a sociedade dos fatos sociais só é possível quando destituído de juízos de valor, com o famoso “espírito objetivo”, pois imparcial e livre de qualquer preconceito ou pré-noção.⁶¹

Abrindo um rápido parênteses aqui, é digno de ser ressaltado que como concepção que não descarta totalmente a razão, mas apenas a empobrece, nos próprios escritos iniciais de Comte percebemos como a Física Social se vê obrigada a constatar que o “empirismo absoluto é impossível” e que o “homem é incapaz, por natureza, não só de combinar os fatos e deles deduzir algumas consequências, mas, simplesmente, até mesmo de observá-los com atenção e retê-los com segurança, se não os ligar a alguma explicação” (1972, p. 142). Qualquer coincidência com a tentativa de definição de seu método em Alberto Torres não é mero acaso.⁶²

⁶¹ Entre nós ninguém estudou mais sistematicamente este aspecto mistificador do positivismo e seus efeitos na sociologia do conhecimento do que Michel Lowy. De sua autoria ver fundamentalmente os livros *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*, 2006 e *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchausen*, 2009. Pode-se ver ainda, de forma mais resumida, Objetividade e ponto de vista de classe nas ciências sociais, 1978. p. 9-34.

⁶² Como também não parece ser mero acaso o receituário indicado em Alberto Torres para organização da sociedade brasileira, para que nela exista povo, para que nela se forje uma nação, se tomarmos em conta estas palavras de Comte: “qualquer sistema social, quer seja feito para um pugilo de homens, quer para alguns milhões, tem por finalidade definitiva dirigir para um objetivo geral todas as forças particulares, porquanto só há sociedade onde se exerce uma ação geral e combinada. Em qualquer outra hipótese, há apenas aglomeração de certo número de indivíduos sobre o mesmo solo. É isto que distingue a sociedade humana da dos outros animais

É verdade que em vários momentos se procura negar o predomínio dessa característica empírica do conhecimento positivista. Na tentativa de libertar o pensamento de Alberto Torres dessa determinação rasa, Barbosa Lima Sobrinho procura fazer uma distinção entre formas de empiria. Contrapõe, assim, que “o conhecimento empírico, em linguagem corrente, significa conhecimento vulgar, não unificado”, para defender que o Alberto Torres teria descartado essa abordagem onde o vocabulário empírico figura como “oposto a sistemático e a racional” (1968, p. 337-338). Perceba que a única distinção que é aí feita diz respeito sobre a organização metódica desse tipo de conhecimento, e não a revelação de que ele deve ser tomado como o itinerário apenas inicial do saber social, que a pesquisa também precisa ser aprofundada se valendo de abstrações e generalizações que existem pelo próprio fato da interação prática do ser humano com a realidade objetiva ser um ato ontológico – como prescreve a visão de mundo histórico-dialética.

O cerne da questão reside em que ao seguirmos este método inevitavelmente caímos numa prisão dupla no interior do mundo da pseudoconcreticidade. O corpo teórico racional-autocrático faz do pensamento comum a única validade do mundo real. Distingue-se, portanto, apenas em grau, desta forma de percepção. Enquanto o pensamento comum é a forma na qual o agir de todos os dias do homem se manifesta, a razão autocrática toma essas mesmas representações comuns e a sistematiza doutrinariamente como um conjunto de representações. Se o enfoque em captar apenas o aspecto fenomênico da realidade é produto natural da ação humana, não como propriedade irrevogável do pensamento, mas como fruto de sua função prática, pode-se afirmar que o pensamento comum é uma ideologia espontânea, própria do mundo da manipulação cotidiana na qual o homem se apropria e se situa na realidade. Vale lembrar que esse “impulso espontâneo da práxis”, por sua própria função prática que necessita atingir um fim e, por isso, tende a isolar o momento em que está agindo, “vem sempre acompanhado de uma igualmente espontânea percepção do todo (...) embora para a consciência ingênua esta percepção seja muito menos evidente e muitas vezes mais imatura” (1976, KOSIK, p. 19).

Como corpo ideológico, a razão autocrática não representa apenas este caráter fenomenológico da realidade, mas sua captura de forma petrificada, sob um arcabouço cientificista, explicitamente reproduzido por um conjunto de reflexões distribuídas em alguns

que vivem em grupos. Desta consideração, resulta que o estabelecimento claro e preciso do objetivo da atividade é a primeira condição e a mais importante de uma verdade ordem social, pois fixa o sentido em que deve ser concebido todo o sistema” (1972, p. 69).

intelectuais como a verdade pura da realidade social brasileira. A pseudoconcreticidade é assim duplamente autonomizada, sendo-lhe retirada qualquer possibilidade de mediação com a essência do mundo social. Por isso, para a análise que parte do primado da ontologia e que crê que a resolução metodológica deva seguir o reflexo aproximado do real, com a determinação em última instância do objeto e da contraditoriedade da própria existência (razão dialética),

o fisicalismo positivista é responsável pelo equívoco de ter considerado uma certa imagem da realidade como a realidade mesma, e um determinado modo de apropriação da realidade como o único e autêntico. Com isso ele negou a inexauribilidade do mundo objetivo e sua irreducibilidade à ciência, que é uma das teses fundamentais do materialismo; e em segundo lugar empobreceu o mundo humano, por ter reduzido a um único modo de apropriação da realidade a riqueza da subjetividade humana, que se efetiva historicamente na práxis objetiva da humanidade. (KOSIK, 1976, p. 31)

Basta lembrar a epígrafe de Lenin do começo deste trabalho que concebe a realidade como síntese rica e infinita de determinações que sempre transborda a capacidade do pensamento, e que este precisa se tornar cada vez mais flexível – poliscópico é o termo preciso utilizado por Lenin – se deseja captar aproximadamente o real (historicamente de forma relativa e absoluta enquanto única força capaz de revelar sua racionalidade) para demonstrar a profunda regressão que o fisicalismo positivista realiza em relação ao que de melhor a filosofia burguesa havia demonstrado enquanto capacidade de pensamento - pensamos aqui, conforme Marx, na dialética de Hegel.

Por todas essas questões apontadas, a crítica que parte do ponto de vista da totalidade concreta nos revela que cabe acusar o positivismo por empobrecer a realidade e reduzi-la a sua imagem externa. Em outros termos, a razão autocrática como corpo ideológico, seguindo os preceitos centrais da filosofia de mundo positivista, hipostasia o aspecto fenomênico da realidade e o absolutiza como a única faceta verdadeiramente possível de ser compreendida. Quando na verdade a realidade das formas epidérmicas, da legalidade aparente, que são capturadas de forma espontânea pela atividade prático-cotidiana da humanidade é apenas um de muitos mundos possíveis. Expressam, é verdade, determinados aspectos importantes da realidade, porém apenas de forma imediata e mediada. Imediata porque é o modo de tomar familiaridade com as coisas, de percebê-las, demonstrando a capacidade ontológica humana de responder ativamente ao seu chamado, de se orientar no mundo cotidiano. Mas mediada pela

razão de que essa aparência existe apenas mediante uma ligação necessária, como um grau diferente de existência, mais profundo, e não numa oposição externa com a sua essência.⁶³

A mais essencial das consequências do empobrecimento da razão pelo fisicalismo positivista, todavia, ainda não foi dita e reside precisamente nisto: no fato de que ao eliminar o caráter dialético da relação sujeito-objeto, e da prioridade gnosiológica deste último, descarta também o salto qualitativo que representa a passagem do ser orgânico para o ser social, a concepção ontológica do trabalho enquanto categoria fundante, criador de instrumentos e transformador de si mesmo do homem. E, mais importante ainda, desfigura completamente a compreensão do papel da consciência humana na atividade social.

Essa desessencialização humana, essa negação do específico metabolismo entre homem e natureza, exposta primordialmente por Marx (2010b) em seus manuscritos econômico-filosóficos, expressa meridianamente qual o intuito e a função da ideologia racional-autocrática na análise das relações sociais: uma profunda negação da compreensão do engajamento prático e das tomadas de decisão do homem na construção da história. Tendo em vista os profundos desvirtuamentos que a filosofia do século XX cometeu sobre este ponto essencial, da qual foi representante mesmo a filosofia oficial do socialismo do século XX, o stalinismo, é que Lukács retoma essa discussão em suas obras de maturidade, apontando, por exemplo, em *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem* o papel ativo da consciência humana já na passagem do ser orgânico natural para o ser social:

a essência do trabalho consiste precisamente e ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu meio ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica. (LUKÁCS, 2009, p. 228-229)

Em sendo o trabalho o responsável por este salto qualitativo do homem perante a natureza, mantendo, contudo, sua essencialidade de homem natural social - uma humanização da natureza e uma naturalização do homem, numa legítima *Aufhebung* (conservação, superação, elevação) -, suprimir esta determinação fundante é exatamente voltar a conceber a consciência humana como produto direto da luta entre homem e ambiente, entre homem e suas “raças”, suas

⁶³ Cf. Lukács (1979) em *Existencialismo ou marxismo?* Deste ponto também, indica-se o famoso (mas difícil!) *detour* como o único caminho que o investigador pode perfazer daquela (aparência) para esta (essência) se se quer alcançar o mais aproximadamente possível as determinações e a estrutura da realidade. Daí também o misticismo podendo ser configurado como a falta de paciência para cumprir esse processo (KOISK, 1976) e daí a compreensão mais profunda da clássica frase marxiana de que se a obviedade das coisas fosse igual a sua verdade, a ciência não teria motivos para existir.

“realidades cósmicas” e “mesológicas”, em suma, como determinação direta e mecânica de seu *habitat*. Que os pensadores aqui analisados admitam demagogicamente não ser o fisicalismo a única determinante, elencando sempre aspectos “sociais” ou “flexíveis”, mas aplicando de fato a exclusividade daquele critério,⁶⁴ fica claro na concepção singularista que daí resulta, base da própria definição da “razão” evolutiva de cada povo ou do objetivo-mor, por exemplo, de Oliveira Vianna em promover “estudos locais” em suas “diferenças irredutíveis”.

A observação desse singularismo nos oferece a chance de constatar outros desdobramentos secundários, mas não menos importantes, da abordagem metodológica do complexo racional autocrático. Ao confundir a faticidade (fatos sociais, “coisas”, como objeto de estudo) com a realidade, o corpo teórico da razão autocrática acarreta consequências problemáticas. Pode-se nela até encontrar referências feitas a uma “totalidade”, mas como uma inversão bastante curiosa de um processo que fixa rigidamente os fatos. A menção que ela faz à totalidade não leva em conta a existência das indissolúveis relações recíprocas entre a universalidade e a singularidade. Estas duas são, muitas vezes, até mencionadas, mas qualquer ponte entre elas sequer é elencada como determinante. Encontra-se, por isso, aí também o fundamento de toda apologia ao capitalismo: a exclusão da categoria da particularidade como mediação dos polos opostos. Não existe mediação, para essa representação do mundo, entre aquilo que é único na realidade brasileira, e aquilo que nela exerce influência sendo universal. Ambos existem apenas como extremos e, por isso, como “extremos deformantes” (LUKÁCS, 2018).

Alguns exemplos são aqui necessários para ilustrar este ponto. É verdade que em Alberto Torres o imperialismo determina também a realidade brasileira, mas numa exata inversão, isto é, de forma igualmente absoluta. O imperialismo, para o autor de *A Organização Nacional*, comprimiria inteiramente a evolução brasileira. Por isto, poderíamos chegar a essa estranha formulação, onde em Alberto Torres o paradoxo é a sua síntese máxima: a realidade nacional não conseguiria ser encontrada e estaria totalmente ausente da realidade! Essa

⁶⁴ Diante dessa explicação nos parece insustentável a abordagem de Boris Fausto que afirma que “convém ressaltar que o cientificismo dos pensadores autoritários não os induzia a uma leitura essencialmente determinista do processo histórico, em que se destacasse a inexorabilidade de suas leis. Pelo contrário, o que quase sempre caracteriza suas interpretações é o papel da vontade, da ação humana, com base na clarividência dos grandes guias, apoiados na natureza instintiva das massas de que eles seriam os intérpretes” (2001, p. 20). Sua explicação, porém, torna-se compreensível quando lembrarmos que o historiador aceita os significados que os próprios intelectuais dão à sua ideologia, em especial na ressignificação dicotomizada que buscariam promover entre Estado e Sociedade Civil.

percepção gnosiológica não consegue constatar qualquer particularidade, mas apenas a subsunção do singular ao universal.

Poderia ser objetado que em Oliveira Vianna a burguesia brasileira é definida em alguns momentos como um “clã feudal”, mesmo o jurista estando a frente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio como Consultor Jurídico (1932-1940), portanto, no âmago do desenvolvimento industrial, especificamente capitalista.⁶⁵ A chave de leitura de Oliveira Vianna, conforme demonstramos acima, não é a natureza das relações de trabalho ou do modo de produção, mas do perfil psicológico e culturalista da classe dominante brasileira, determinado pelo habitat. É o “espírito insolidarista”, como fruto das realidades cósmicas, que nos qualifica singularmente, é nossa natureza íntima.⁶⁶

E sobre ele não poderíamos senão promover uma reforma, mediante algumas técnicas, para que se torne, de oligarquia bronca a esclarecida. Vale retomar aqui duas passagens em que ele afirma expressamente isso. Em *Populações meridionais do Brasil* ele é bastante claro a afirmar que “não há tipos sociais fixos, e sim ambientes sociais fixos” (2010, p. 55), por isso a civilização portuguesa, transladada para cá, mercantil e comercial, torna-se inteiramente outra

⁶⁵ Existe um curioso livro de Oliveira Vianna intitulado *História Social Da Economia Capitalista No Brasil*. 2 vols. (1987). Saído em 1959, pela perspectiva culturoológica do pensador, foi escrito com o intuito de investigar o baixo padrão de predomínio do que considerava valores capitalistas na sociedade brasileira.

⁶⁶ Já ao final de nossa investigação tomamos conhecimento de um interessante estudo de Evaristo de Moraes Filho (1985) *Medo à utopia: O pensamento social de Tobias Barreto e Sílvio Romero*. Nesse minucioso estudo Moraes Filho aponta existir também nos dois intelectuais sergipanos o apelo constante à necessidade de organização nacional e a busca por uma ciência política positiva que ponha ordem nos fatos da experiência brasileira, donde indica o seguinte: “por essa pregação da necessidade de agências de coordenação social, que, leva ao extremo, pode chegar à organização corporativa, orgânica, anticonflitual, da sociedade e do Estado, como se deu entre nós em 1930 e 1937, com a preeminente presença doutrinária de Oliveira Vianna em ambas as datas, prende-se a chamada Escola do Recife às raízes da escola conservadora fluminense, com Alberto Torres e, principalmente, com Oliveira Vianna. É um estudo comparativo ainda a ser feito, em profundidade, mas de fáceis indicações preliminares, entre essas duas vertentes do pensamento nacional. A uni-las, mais ainda, as fontes teóricas comuns, de Le Play e seus discípulos, notadamente no que diz respeito a Oliveira. Ambas as vertentes pensaram a mesma realidade nacional, fizeram o mesmo diagnóstico e indicaram o mesmo remédio” (1985, p. 256). Mais significativo ainda é encontrar essa citação no subcapítulo sobre a obra de Sílvio Romero, que muito influenciou Oliveira Vianna, intitulado de *Insolidarismo social* – termo que também aparece em Tobias Barreto. Contudo, analogias ligeiras à parte e ressaltando o apelo do próprio autor para a tarefa ainda não cumprida de tal investigação histórico-comparativa, vale destacar que nossa tese se caracteriza pela particularidade de encontrar na obra dos três autores cariocas o pressuposto do fiscalismo positivista – que parece inexistente ou muito débil em Tobias Barreto e Sílvio Romero, tanto mais mérito teriam assim as investigações profundas da razão autocrática - e, mais fundamental ainda, o fato de tal complexo ideológico ter cumprido sua função para se tornar enquanto tal, isto é, ter esclarecido os atores em luta para uma práxis autocrática, essencialmente o poder dirigente, como esmiuçaremos no restante de nosso trabalho. Nesse sentido também – o de Oliveira Vianna derivar seu conceito de “espírito insolidarista” mais da análise de seu fiscalismo positivista do que de uma de transposição pura e simples da obra de Sílvio Romero para seus escritos -, está o fato do fluminense não citar em momento algum a obra do crítico literário sergipano (aparecendo apenas na introdução, criticado por ter subordinado nosso ritmo evolutivo ao ritmo geral da evolução humana, nos moldes do evolucionismo spenceriano), quando desenvolve sua análise fundamental em *Evolução do Povo Brasileiro*.

coisa, uma civilização rigorosamente nova na humanidade. E essas reformas, culturoológicas, podem apenas reagir sobre essa evolução, daí a máxima de que “não há razão para nos envergonharmos de nosso clã, da nossa politicagem e dos seus ‘complexos’ políticos: somos assim porque não podemos deixar de ser assim; e só sendo assim é que poderemos ser como nós somos” (1999, p. 470). Para Azevedo Amaral o “choque triangular das culturas” (1934, p. 164) não seria nunca resolvido pelo caldeamento étnico, possível, muito menos pelo caldeamento psicológico, impossível. A única possibilidade de solução seria a da submissão incontestada das “raças” “ameríndia” e “africana” à “branca” já que ela expressaria a mentalidade tecnicista do padrão do neocapitalismo, criando assim uma configuração apenas distinta com os elementos inalteráveis que fundaram a realidade brasileira.

Todos os problemas encontrados na realidade brasileira por esses intelectuais são ímpares. No livro inicial de Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil* (2010), por exemplo, em que trata por excelência da formação colonial e imperial, praticamente não existem menções dignas de serem consideradas ao tráfico de escravos (as duas encontráveis são ainda usadas para negar que ela teria existido “com vulto” nos primeiros séculos). O país é pensado unicamente na sua evolução isolada e autônoma.

Como último exemplo, podemos trazer aqui a passagem em que Azevedo Amaral nega até a existência de uma questão social entre nós, ou melhor, absolutiza-a em sua singularidade. A passagem também é bastante elucidativa para nossa discussão na medida em que traz os reais interlocutores que o corpo sistemático e doutrinário construído por estes intelectuais precisa enfrentar para se legitimar ideologicamente. Assim o autor se expressa em *O Estado autoritário e a realidade nacional*:

Reduzidas às suas verdadeiras proporções e observadas com um critério objetivista, as condições econômicas e sociais do Brasil eram tão profundamente diferentes das que haviam gerado as doutrinas em ação e em conflito na Europa, que aplicar-se ao nosso caso o termo já estereotipado de questão social ultrapassava as raias do absurdo. Certamente ocorriam em nosso meio questões sociais, mas não havia nada que se assemelhasse à questão social, como a entendiam as sociedades onde ela surgira e viera a assumir proporções mais ou menos alarmantes. A ideia de descobrir no dinamismo da sociedade brasileira a questão social do tipo europeu foi um reflexo da influência dos postulados teóricos do marxismo. A redução do processo sociogênico a uma fórmula ampla e simplista, abrangendo a evolução de todos os grupos humanos e não levando em conta as condições particulares de ação decisiva em cada caso, representou uma das consequências da cultura abstrata e unilateral de Marx. O criador da doutrina comunista moderna tinha graves deficiências de equipamento cultural no tocante aos aspectos biológicos e psicológicos dos problemas da sociologia, bem como em relação à influência da ambiência

geográfica na orientação da marcha evolutiva de cada grupo humano.
(AMARAL, 1938, p. 79-80)

O mais curioso de tudo é que, uma vez encontrada a necessária forma de subjugação dos “quistos raciais”, do almejado sucesso de tornar essa oligarquia “esclarecida”, controladas as introduções “exóticas” de encarar a questão social pelo sindicalismo oficialista (para Azevedo Amaral o comunismo foi um perigo imaginário inventado pelos integralistas, cujo efeito foi alarmar as massas e torna-las receptivas ao “extremismo marxista”), em suma, uma vez restaurada a evolução natural particular e única da realidade brasileira, ela teria muito que ensinar ao mundo. Ou seja, teríamos aí o vice-versa, pois tal relação seria invertida pela análise após a vitória da Aliança Liberal em 1930, com essa singularidade se impondo sobre a universalidade. Conforme as específicas palavras utilizadas por Azevedo Amaral, o drama dos combates das etnias, na qual ele translada misticamente toda luta de classes – e a Revolução Russa seria tão somente isso, sua expressão “eslava” -, é o drama universal que ameaça a existência da humanidade, “e como aqui as forças raciais se acham comprimidas em um contato mais íntimo, o problema tem de esboçar-se mais cedo. A solução dele será o padrão da fórmula mundial. A nossa sorte será a antecipação profética dos destinos da humanidade” (1934, p. 261). Não por mero acaso Stefan Zweig, que em quase toda sua investigação sobre a realidade brasileira reproduz esse diapasão ideológico, afirmaria que esta conciliação feliz teria sido finalmente encontrada na ditadura varguista.

Por fim, como o intuito desta seção é demolir a opacidade do real que a razão autocrática petrifica, mantendo sua análise ao nível da imediatidade, vale aduzir aqui provas de seu subjetivismo. Retomando o apontamento mais geral que Lukács faz sobre a origem da Sociologia, de que ela passa a existir para analisar os fenômenos globais excluindo a análise da economia, da estrutura das relações sociais de produção, podemos constatar que nela há profusão de críticas ao capitalismo, que não alcançam, porém, senão patamar limitado: a epiderme do mundo concreto.

O que existem em abundância são críticas que pretendem reformar moralmente a dominação burguesa, conforme é o intuito maior comtiano, vale lembrar.⁶⁷ Não deve nos

⁶⁷ Aqui se encontra o ponto tão caro a Comte que diz respeito à separação legal que pretende estabelecer entre o governo moral e o governo material para sustar a anarquia, o fenômeno que entender ser o mais generalizado de seus dias. Tal preocupação advém do fato de que a Revolução Francesa, com sua inerente capacidade crítica destruidora, teria reduzido a pó o antigo poder espiritual e sua correspondente filosofia teológica, deixando a sociedade completamente destituída de uma disciplina moral. Daí as ambições particulares, os egoísmos e as

estranhar o fato de encontrarmos nesses pensadores um fenômeno psicológico que, perpassando, inclusive, pelo jovem Vargas, chegará até Alberto Torres e ao complexo ideológico que estamos analisando, embora possa ser mais tarde tranquilamente abandonado: a declaração de busca pelo alívio dos sofrimentos da humanidade e das carências e penúrias geradas pelo capitalismo. Ora, pela própria constituição genética do interesse ao qual respondem, trata-se, pois, de uma crítica superficial e até mesmo romantizada do capitalismo, localizando a reforma exatamente no âmbito da subjetividade elencada acima, única efetivamente aberta à ação humana. Começa-se a perceber o sentido, ainda que aqui apenas o apontemos de passagem, do constante apelo ao corporativismo, discursivamente reclamado para resolver o problema da luta de classes, à qual insistentemente é apontada como “produto oriundo de outras realidades” e que nenhuma relação teria com o Brasil, “país novo e onde tudo se encontra por fazer”. Na medida em que os conflitos sociais são justificados como mera importação psicológica, fica claro como a investigação sociologizante desses pensadores expulsa de suas análises esse fato social e como a solução é restringida ao âmbito subjetivo, ausente toda consideração da estrutura socioeconômica.

O resultado mais imediato é afirmar a sociedade burguesa como o melhor dos mundos e como a forma definitiva da vida social - estágio final positivo do progresso da humanidade. Se o homem egoísta da sociedade moderna está de acordo com a verdadeira natureza humana, não haveria razões porque pensar em uma forma de sociabilidade radicalmente distinta, mas apenas aperfeiçoa-la: “reformular-se ou perecer”. Guarde-se, aliás, este lema, para os desdobramentos da pesquisa.

Assim, quando o marxismo, expressando a ascensão social do proletariado como classe fundamental da sociedade burguesa, toma para si a tarefa de resgatar o homem do mundo natural, demonstrando seu caráter social, resulta disso a compreensão de que as categorias econômicas são históricas e denotam sempre modos de produção e relações de trabalho igualmente históricas. É somente com as contribuições de Marx e Engels para o conhecimento da sociedade que se passa a essência humana como fundada nas relações sociais de trabalho. Se, como essa abordagem metodológica defende, não existe nenhum fenômeno da vida social que não possa ser remetido em última instância às esferas de produção e de reprodução da vida, se nenhum tipo de conhecimento da realidade dos homens pode ser empreendido deixando de

vontades individuais, todos frutos do poder material, prevalecerem naqueles dias, daí sua máxima de que “jamais um estado fixo será solidamente estabelecido sobre o simples antagonismo físico [seja a que existia anteriormente entre guerreiros e escravos, seja a atual entre patrões e operários]” (1972, p. 209) e daí a atenção total de sua obra para a “ação diretora” do poder espiritual.

lado que em cada época histórica os homens constroem sua sociedade mediante específicas relações orgânicas com a natureza (seja na forma originária comunal, seja na divisão entre senhores e escravos, entre servos e senhores feudais ou entre burgueses e proletários), então é necessário que essa abordagem seja negada por uma perspectiva que se reivindique científica no conhecimento da realidade humana.

A própria concepção de Comte do ser humano como “uma espécie animal dotada de sociabilidade”, como qualquer outra, apenas delas se distinguindo pela sua superior organização, expressa claramente essa função. Em Oliveira Vianna, por exemplo, o homem apenas se torna sociável pelo medo, pois “como observa Rousseau, o homem é de todos os animais o menos apto para viver em rebanhos. No fundo da sua alma habita a insolidariedade. Este é que é o instinto fundamental do homem” (2010, p. 236). E reforçando esse postulado para o caso brasileiro, na medida em que, para o pensador fluminense, nos primeiros tempos coloniais pouco perigo havia existido para os povoadores, exceto nas regiões planas dos pampas, “como assinala genialmente Saint-Hilaire, aqui não há sociedade, quando muito, existem certos rudimentos de sociabilidade” (2010, p. 237).

Se o homem se mostrou, pois, egoísta, se se mostrou insensível à miséria e a profunda e brutal desigualdade, não cabe reorganizar as formas da vida produtiva, estabelecendo uma igualdade substancial. A essa exigência que no começo do século XIX já não pode mais ser ignorada, que arrebenta por vários canais da sociedade, de libertar a humanidade do sofrimento social, a este problema eminentemente concreto, portanto, a Ciência Social responde com uma falsa cientificidade, pois tem a oferecer em troca apenas uma reforma educacional e moral. Enquanto outros pensadores se preocupariam em demonstrar que a participação das massas na vida pública tenderia a levar a civilização à barbárie, irracionais que seriam em seus instintos de democratização radical da vida, de supressão da propriedade privada, e a isto chamam “Psicologia das Massas”, outros pretendem demonstrar a eternidade das categorias da sociedade capitalista (LUKÁCS, 2020, p. 32). O descolamento dos fenômenos sociais de sua base material (relações sociais de produção específicas), restringe a racionalidade da ciência unicamente à resposta: precisamos ser capazes de levar esclarecimento às classes dirigentes e a resignação para as classes dominadas. Demonstra-se, assim, mais uma vez o ineliminável limite da ciência moderna, onde o máximo possível na resolução dos problemas da humanidade é encontrado na esfera da subjetividade, permanecendo “indomáveis” as condições estruturais fundamentais da economia, como veremos a seguir.

Concretamente todos esses processos que jamais avançam para além do aspecto subjetivista, da pretendida e propalada reforma moral e do corretivo educacional da postura da classe dirigente, podem ser vistos de forma precisa no relato que passaremos a expor como ponto derradeiro.

Trata-se de reunião que Getúlio Vargas – personagem que, como teremos oportunidade de ver, condensará toda essa visão de mundo – teria mandado organizar, com grandes empresários, logo após o fechamento da ANL, decretado em julho de 1935. Interessado no apoio dos empresários às medidas trabalhistas então postas em curso, “que na opinião de Getúlio seriam o mais eficiente antídoto contra o extremismo comunista”, teria relatado o jornalista Assis Chateaubriand que “o que o presidente ouviu-lhe deu náuseas”, tendo em vista que aqueles “homens que controlavam parcela expressiva da economia do país não tinham qualquer contribuição, nenhuma ideia a oferecer – só tinham queixas a fazer sobre o despropósito das leis trabalhistas e sobre o rigor dos fiscais do Ministério do Trabalho”. Após a reunião, teria Getúlio desabafado: “eu estou tentando salvar esses burgueses burros e eles não entenderam” (MORAIS, 1994, p. 353-354).

Eis porque, nas palavras de Chásin, com relação aos componentes de uma ideologia deste calibre é necessário “retê-los na sua falsidade, pois que esta é a natureza de sua forma de ser, que precisamente enquanto falsidades é que existem e objetivam uma dada ideologia” (1978, p. 28). É razoável lembrar, também, que, ao objetivar-se uma dada ideologia como falsa consciência, ela, além de expressão reflexa deturpada, torna-se também proposição; além de ser correspondência interessada, torna-se também práxis indicativa; além de representação classista, faz-se interferência concreta na realidade. Por isso, cabe passarmos agora a mais fundamental das suas proposições de poder.

2.3 – A prisão no mundo da dominação de classe: a política como arte

Os ordenamentos políticos centrais elaborados por este conjunto doutrinário de sistematizações se articulam em uma cadeia relativamente firme de raciocínios, quase que como num silogismo, poderíamos dizer. Primeiro, trata-se de que a política deve ser considerada como uma arte. Tanto em Alberto Torres como em Oliveira Vianna existe essa concepção de uma “arte política”, única forma capaz de dirigir a evolução futura dos povos. Em segundo lugar, a “política não pode ser dissociada da Moral”, ainda que esta não seja a base da política.

Para esses pensadores, cabe escolher os dirigentes políticos de acordo com suas mais altas virtudes de sentimento e de caráter, conforme suas capacidades de dedicação integral de vida a ideais e causas superiores – sabendo ouvir os mais capazes, os letrados. Trata-se, assim, de escolha diferente daquela perpassada pelo “moralismo clerical”, que prega a passividade e recusa a intervenção factual. Não se quer impor a moral, mas realizá-la, em atos por ela inspirados. Caberia, como conclusão das “premissas” indicadas, a “substituição da política pela técnica”, unicamente pela qual seríamos capazes de reestabelecer a evolução da realidade interior subjacente – sua “razão” –, e dirigi-la para o futuro, equiparando o Brasil às nações de superior civilização.

Novamente, aqui, é necessário atingir pela raiz esse poderoso engano ideológico, que, como ainda teremos oportunidade de notar - mais de uma vez - fez escola entre nossas interpretações da realidade.⁶⁸ Sua natureza mais íntima pode ser designada, em expressão de Chásin (1977), “turvo politicismo”.

Constata-se, assim, análise politicista, na medida em que bastaria aos dirigentes diferente postura de honradez, advinda de distinta educação, isto é, pertencente ao âmbito

⁶⁸ Breve exemplo de seu esforço ideológico vitorioso encontra exata reprodução, nos termos de todo o esquema, na teoria do patrimonialismo modernizador. Partindo desse instrumental weberiano reproduzido por Raymundo Faoro (2012) (mais tarde aperfeiçoado por Simon Schwartzman e Wanderley Guilherme dos Santos) que os utiliza como crítica à burocratização promovida pelo período do Estado Novo (1937-1945), representantes dessa corrente teórica desejam contrabalancear o traço considerado negativo – aquilo que designam como empreguismo, utilização da esfera pública para satisfazer interesses privados –, ligando-lhe outro, considerado positivo: o fato de, mediante “gestão empresarial” levada a cabo por um “Estado gerencial” (PAIM, 1998), ter promovido a modernização econômica, o que o configuraria, inclusive, como progressista. Uma vez que na política brasileira o sistema representativo, de natureza europeia, sinônimo de interesses disciplinados que sabem defender organizadamente seus interesses, mostrou sempre pouca efetividade, já que aqui todos procurariam sempre e de modo isolado impor seus interesses pela força política, teria cabido ao Estado a tarefa de moralizar a política. Suprimir, portanto, a política partidária e parlamentar, como fez Vargas em 1937, seria, para essa teoria, corrigir o problema, uma vez que os interesses em jogo não saberiam canalizar-se para instituições representativas. Assim, Velez Rodriguez, em seu livro sobre a filosofia castilhistista (interpretação autônoma do positivismo e que defende como função própria ao Estado intervir na economia, para modernizá-la, resolver organicamente a questão social, ou seja, incorporar o trabalhador na legislação e moralização da função política, educando os homens públicos para agirem não mais em interesses próprios, mas no interesses geral), o papel do “governo esclarecido” de Vargas, promotor de uma “imposição moralizante”, em que a “educação cívica dos cidadãos” prevaleceu em detrimento dos “egoístas interesses individuais”, resume bem a discussão ao declarar que “o ponto nevrálgico da estratégia de Getúlio seria a redução dos problemas políticos a questões técnicas” (2000, p. 263). Esse falseamento ideológico encontra-se ainda mais limpidamente reproduzido em *A Querela do Estatismo*: “Depois de fechado o Congresso, em 1937, leva-se a cabo no país uma ampla experiência de legislação sobre o primado de critérios técnicos, criando-se comissões especiais para elaborar leis e decretos no âmbito do Ministério da Justiça e nos Estados. Nesse afã de substituição da política pela técnica, Vargas há de ter-se dado conta da relevância das questões econômicas, o que acabaria levando-o a atribuir ao Estado, como missão precípua, a promoção da racionalidade nessa esfera.” (PAIM, 1998, p. 108) (grifos nossos). Embora todo o eixo interpretativo da teoria consista em evitar dicotomias, ao reproduzir as proposições ideológicas do corpo doutrinário da razão autocrática, dicotomizar a realidade em suas várias esferas é tudo o que fazem.

subjetivista da vontade política. Atribui-se à esfera política a prática superadora da própria política. Simultaneamente, exclui-se a razão-social como norteamento da prática política. O poder, tomado de forma isolada e autossuficiente, deixa de levar em conta a historicidade do modo de produção, e a esfera política ganha liberdade para a remodelação completa do que bem desejar, já que esse movimento jamais supera o âmbito sistêmico, uma vez que foram podadas as relações recíprocas com a base econômica.

Assim, a chave de leitura da questão é revelada quando se mostra a mais fundamental das dicotomias que, como ideologia falsamente necessária, ela procura mascarar: a dicotomia entre os âmbitos político e social.

Já nas primeiras críticas à concepção burguesa de mundo, havendo-se com a filosofia do direito de Hegel, Marx procura assentar os termos corretos desse debate. O autor dos *Manuscritos econômico-filosóficos* teria iniciado, já ali, em seu período juvenil, a superação da chamada “ontopositividade” da política, abandonando a perspectiva de que o mais sublime sentido da vida estaria em viver para o Estado, instituição que encarnaria a última e superior finalidade da vida, visão que remontava a Aristóteles e fora desenvolvida até o limite, por Hegel.⁶⁹ Desde então, todo o esforço teórico de Marx passa a ressaltar que, quanto mais um povo desenvolve seu entendimento político, mais encarcera a resolução dos problemas sociais unicamente na vontade política, ao passo que descarta a transformação da substancialidade da vida, isto é, do modo de produção das relações sociais.

Para aqueles que proclamam que a derrubada violenta do Estado e sua substituição por outro – diferente apenas na forma, pois, aperfeiçoado em seus aparelhos políticos, é igual ao anterior em substância – seria a panaceia universal dos os problemas sociais, caberia, segundo Marx, mostrar que, “por mais universal que seja a revolta política, ela esconde, sob as formas mais colossais, um espírito estreito” (2011, p. 154).

Alterar a técnica da política econômica e sustar aspectos da cena política nada tem de apolítico. Por isso, suprimir a política (tradicional, especificamente liberal), e entender que os problemas brasileiros seriam resolvidos unicamente por alterações técnicas na estrutura social é apenas mudar os termos do problema, pois não substitui o erro de sua formulação. Vai nesse sentido a afirmação marxiana de que “uma revolução com alma política organiza também, de acordo com a natureza limitada e discorde dessa alma, um círculo dirigente na sociedade às

⁶⁹ Essa abordagem conceitual é desenvolvida por José Chásin, Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica (2009, p. 39-87).

custas da sociedade” (2001, p. 154) – novo círculo dirigente, apenas nisso fundamentalmente diferente do antigo, mas igualmente classista, vale complementar. O caso brasileiro é exemplar nesse aspecto, como comumente soube realizar ao longo de sua história, promovendo golpes de rearranjo político (PRADO JUNIOR, 1985).

É no intuito de lançar maior clareza sobre essa questão espinhosa, até mesmo nos plurais marxismos, que se forjou o sistemático estudo de Bruno Gonçalves da Paixão. A dissertação de mestrado do filósofo procura investigar, de forma imanente, *A Política em Marx* (2017). Retomando discussões marxistas que ressaltam o caráter negativo que assume a política, concebida como forma ontológica de dominação de classe, Paixão mostra como o pensamento marxiano considera a revolução política como práxis revolucionária qualitativamente distinta, pois inferior àquela revolução social que suprime a esfera política, suprimindo igualmente qualquer relação de poder do homem sobre o homem. Nesse sentido, superar as formas alienadas de sociabilidade, sagradas ou não, significa recuperar a estatura humana, sua essência social.⁷⁰ Dessa forma,

não fica muito difícil compreender o rebaixamento da política – que ao longo da história nos foi apresentado essencialmente enquanto lócus da busca pelo bem comum, ou um desenvolvimento de uma racionalidade organizacional humana onde os conflitos particulares seriam resolvidos – em detrimento de uma elevação do humano. Se as revoluções políticas encerram na dominação de uma classe sobre a outra, logo mantêm, sempre, um caráter limitador das potencialidades humanas, contribuindo na verdade para uma negação dessas potencialidades, pois permite e garante a escravidão do homem, seja ela transfigurada no escravo da antiguidade, no servo do medievo ou no proletariado na modernidade. O que equivale dizer que, a essência da política ao longo de sua existência, seja ela plasmada fenomenicamente nas mais variadas formas de governo (monárquica, aristocrática, democrática), possui uma característica que lhe acompanha independentemente de qual classe social esteja no poder. (PAIXÃO, 2017, p. 68)

Se a política é, por excelência, dimensão estruturadora do Estado, anular partidos políticos e congresso não equivale, de forma alguma, a anular a política. Tratar-se-ia apenas de observar que ali se percorre um caminho que dessas instituições se desvia, na medida em que são formas políticas e se alteram conforme o metabolismo da sociedade civil se transforma. Excluindo sempre, e de forma cada vez mais contraditória, setores inteiros da sociedade das

⁷⁰ Vale apontar aqui que consideramos, nos termos desse debate de diapasão ontológico, infundada a concepção da autonomia política em relação ao âmbito econômico como legalidade do ser social. Contrariamente ao que vale para a arte e para a filosofia, por exemplo, que possuem de fato essa “imanência parcial”, o mesmo não tem vigência para a questão política, como ficará exemplificado concretamente com a exposição que se segue.

reais emancipações humanas, a “castração omnilateral, fundamentalmente é o que caracteriza o sentido negativo da política. Mas não basta dizer que ela é apenas negativa, ela é essencialmente negativa, pois surge exatamente para garantir essa desefetivação do homem” (PAIXÃO, 2017, p. 76).

Em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, Marx (2011) revela como a máquina estatal moderna, desde o tempo da monarquia absoluta, quando surgiu como acelerador da decomposição do sistema feudal, vem a ser, cada vez mais, organização “multifacetada e artificiosa”. Nesse clássico estudo sobre as relações de poder de uma sociedade específica – a francesa – podemos acompanhar as razões que levam a isto. O surgimento constante de grupos de interesse, de novas atividades sociais e da necessidade de fortalecer a unidade nacional burguesa, quebrando poderes locais e regionais que se desejam autônomos, são apontados como as causas fundamentais que levam ao fortalecimento da administração social e política. Em suma, trata-se da formação de “novo material”, fruto do próprio dinamismo da realidade, incremento impulsionado pela “divisão do trabalho no interior da sociedade burguesa” (2011, p. 141). A análise da França por Marx não se faz ao acaso: é naquela formação social que as lutas de classe se apresentam de forma mais aguda no capitalismo, expressando, por seu turno, mais nitidamente, em suas formas políticas, o desenvolvimento econômico da sociedade. E na medida em que o resultado final da Revolução Francesa de 1789, cujo processo só pode se dar por consolidado em 1848, com a derrota do proletariado e o fim do perigo de qualquer reação feudal, o percurso total das revoluções em França, seus vários momentos, conforme constata Marx, não se haveria realizado para destruir a máquina estatal, mas para aperfeiçoá-la como instrumento de dominação. Compreende-se, assim, que no caso francês se pode conhecer o Estado, em sua expressão máxima, como forma política desenvolvida, em que “todo e qualquer interesse comum foi imediatamente desvinculado da sociedade e contraposto a ela como interesse mais elevado, geral, subtraído à atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto de atividade governamental” (2001, p. 141).

Aquilo que pode ser designado como a ossatura do Estado só possui razão de existência como espécie de “consciência da sociedade”, como sua coletiva representação ideológica, mas isto precisamente de maneira mistificada, como poder da classe dominante, reforço necessário da exploração. Vale lembrar, sempre, em discussões sobre a legalidade política, que, ontologicamente, o Estado é criação social de defesa da própria sociedade de classes, para manter suas contradições em nível aceitável, evitando que, deixadas ao choque livre da luta de seus interesses, implodam a sociedade. É nesse sentido que o marxismo concebe a existência

da política como dimensão estruturadora do Estado e eis por que o Estado “contém, em proporções variáveis, aparência e realidade” (LEFEBVRE; GUTERMAN, 2011, p. 81).

Por isso, quando o conjunto ideológico da razão autocrática preenche sua definição de Estado técnico substitutivo do Estado político, compondo-a com os elementos do corporativismo e da legislação trabalhista, afirmando existir aí democracia social, podemos, com segurança, constatá-lo como perfeito contrassenso; afinal, é “absurdo uma revolução social com uma alma política, é racional, ao contrário, uma revolução política com uma alma social” (2011, p. 154). Esse é o grande saldo teórico-pedagógico que Marx pretende oferecer quando, operando uma síntese, afirma que a revolução que almeja, contrariamente, possuir alma social precisa dissolver o arcaísmo da velha sociedade, sua estrutura íntima e suas relações sociais mumificadas, que tardam em manter-se artificialmente, enraizadas em contradições que só se aprofundam.

Esse caráter negativo da política, muito ao contrário de qualquer possibilidade de equivalência com a técnica, explicitaria também “o quão limitadas podem ser as políticas sociais mais – fenomenicamente – avançadas” (PAIXÃO, 2017, p. 70). Teremos oportunidade, na segunda parte deste trabalho, de ver melhor esse “novo material” com que a atividade governamental teve de lidar, em seu ímpeto de fortalecimento da alma política, no caso brasileiro, bem como debater essas políticas sociais apenas fenomenicamente avançadas.

Dessa maneira, o chamado afã por substituir a política pela técnica tem como linha-mestra levar a cabo, não a eliminação da política ou sua redução sob o aspecto de tecnização, mas sua exata expansão, hipertrofia, por um maior acabamento das formas de dominação, em perfeita correspondência com as necessidades que a sociedade lhe impõe. Suprimir o Congresso e partidos políticos, submetendo ao poder Executivo as burguesias regionais ou os setores fracionados do capital, digamo-lo ainda uma vez, busca contornar (visto que, no sistema estrutural do capital, são insuprimíveis) as contradições no seio da sociedade civil, solo do qual brota o próprio Estado. Somente aí a técnica ganha relevo – não ocupando o espaço da política, mas como seu braço, sua derivação, complemento ou componente importante, e isso sempre de acordo com os novos grupos de interesse; afinal, a alma política de uma revolução sempre se faz com o intuito de aqueles grupos politicamente privados do poder superarem seu isolamento perante o Estado.

Por tudo isto é que se torna significativo que uma estrutura ideológica como a da razão autocrática, aparentemente bastante distinta daquelas chaves de leitura do populismo e do

totalitarismo, possua em essência o mesmo “turvo” desvio de orientação na captação do real. Isto acontece por conta de ambas serem abordagens politicistas e, nessa medida, romperem o nexos dialético capaz de compreender que o desenvolvimento da sociedade, no ímpeto de resolver os problemas fundamentais da humanidade, precisa superar a forma capitalista de organização das classes sociais. Estabelecendo o capitalismo ou como o fim da história ou como o melhor e mais avançado dos mundos, ambas desembocam num limite teórico de abordagem da sociedade que

daí pra frente só admite mudança no sentido de aperfeiçoamentos das componentes que a consubstanciam, isto é, alterações que não firam sua essência, já que se trata tão-somente de ir progressivamente racionalizando todas as áreas e setores do sistema, de ir incorporando, à escala mundial, tudo que ainda se encontra em grau inferior. Entendendo, então que a partir dela toda mudança positiva só possa ser aprimoramento (e qualquer outra, por negar o sistema, é necessariamente negativa), tudo se resume, pois, a graus de racionalização, a remodelações intra-sistêmicas, em uma palavra, a vitórias técnicas. Eis, então, que progresso se reduz a progresso técnico, e a razão liberal se mostra exatamente como razão limitada, como razão técnica, donde é próprio que o positivismo seja sua epistemologia natural. (CHÁSIN, 1977, p. 129)

Superar ou substituir a política pela técnica como esfera na administração da vida social, como defendem nossos interlocutores, só é possível suprimindo a existência do próprio Estado. Somente quando o Estado desaparece na sociedade, reabsorvido pelos produtores associados em sua função de controle sociometabólico, “a coerção sobre os homens é substituída pela administração técnica das coisas, pela gestão dos assuntos sociais pela sociedade inteira. Essa democracia total não é mais um regime político: é a desaparecimento do político como tal” (LEFEBVRE; GITERMAN, 2011, p. 82), porque da sociedade desapareceu também o regime da sua divisão em classes sociais. Dizendo-o em termos mais claros: uma revolução social foi aí capaz de gestar uma nova e superior forma de sociabilidade.

Neste ponto do debate, deve ter ficado claro tratar-se de razão não ontologicamente fundamentada, e isto por dois grupos de razão: primeiro, por seu viés gnosiológico de corte positivista, o qual, com aprofundamento da decadência ideológica, faz com que o sociologismo desemboque em burocratismo manipulador; segundo, por seu aspecto politicista, que concebe a política como arte, gerando também operacionalidade meramente formal sobre a realidade (reforçada pelo fato de captar metodologicamente apenas e de forma petrificada sua aparência) para a qual se orienta (e pela qual é gestada). Em suma, trata-se do conjunto de elementos expostos até aqui, no esforço de desmitificar esse corpo ideológico.

Ora, retirar as determinações da existência do ser social é o mesmo que abandonar as categorias fundamentais que o período clássico da filosofia burguesa consagrara como conquistas de toda a humanidade; significa, acima de tudo, despir a própria categoria da razão dos seus aspectos nucleares: da abordagem dialética, da compreensão do historicismo concreto e da perspectiva do humanismo (COUTINHO, 2010).

Constituindo o espectro de razões que dispensam a compreensão da realidade como complexa e contraditoriamente articulada pelo fazer dos homens – os clássicos dialéticos do marxismo fazem questão de, constantemente, valorizar Hegel e Vico, neste ponto –, a razão autocrática, como abordagem ideológica, necessariamente expressa o princípio da arbitrariedade para determinar o que necessita ou não ser mudado na realidade. Doando especulativamente seu sentido ao mundo, em vez de recolhê-lo da própria história humana e organizar-se conforme o regimento do mundo, essa razão unilateral e que imputa vagamente significados que, “como pontos de partida de uma prática, podem ir num gradiente do nada ao tudo se pode” (VAISMAN, 2006, p. 330).

Reduzir a racionalidade como categoria, para pensar a realidade das relações sociais, a seu aspecto meramente analítico, hipertrofiando, portanto, seu comportamento instrumental, gera, aqui, como em tantos outros aspectos, profundo paradoxo: esse agigantamento racional-analítico é exatamente a retirada cada vez maior da racionalidade da própria realidade. Portanto, formando unidade intrinsecamente contraditória, a razão daquele “tudo se pode” é igualmente a expressão, como todas as similares, da “não-razão tanto na forma da impenetrabilidade quanto na forma da indomabilidade das condições” (KOSIK, 1976, p. 104).

Nesse sentido, a tendência de descarte de amplos setores da realidade pelo conhecimento social, estabelecida de modo permanente no período de consolidação da civilização burguesa, não é secundária, marginal ou acessória. Pelo contrário, é uma profunda necessidade, que parte do modo de ser da burguesia como classe, é uma demanda sócio-objetiva condicionante da sua forma de compreensão do mundo, de suas elaborações filosófico-científicas. Isto se deve a que, como na Idade Média o fator responsável pela mistificação das relações dos homens entre si e para com o mundo era, por assim dizer, externa à sociedade, localizando-se na natureza, dependente de suas potências devido ao caráter feudal e agrário daquela sociedade, no mundo capitalista se dá inversão extremamente complexa. Para o metabolismo capitalista, as forças naturais não aparecem já como coisas exteriores, indomáveis e misteriosas, pois o desenvolvimento técnico-científico as dominou, incorporando-as brutalmente à atividade produtiva, segundo suas exigências de acumulação. Conquistada pelo mundo moderno, a

natureza vê seu lugar de fonte de obscurecimento ser tomado por uma condição que agora se localiza no seio da sociedade. A impenetrabilidade das relações sociais passa a ser gestada pelas circunstâncias mesmas em que se organiza, atividade humana que não mais reside em alguma dependência, porquanto capaz de desmanchar tudo que era sólido e estável, profanando o que um dia foi sagrado e subvertendo a religiosidade e o sentimentalismo, em sua procura incessante e sem escrúpulos por novos mercados (MARX, 2010, p. 43): trata-se da divisão do trabalho, sinônimo de propriedade privada, da separação de produtor e produto, de meios de produção da vida e subsistência. A síntese é apenas uma: a irracionalidade brota do próprio chão material da unidade produtiva burguesa, vale dizer, brota da própria estrutura (relação social específica) do capital.

Isto significa também que economia e ideologia, embora elementos formadores de legalidades próprias, são instâncias dialéticas subordinadas funcionalmente uma à outra e, portanto, igualmente necessárias no ordenamento da processualidade histórica. Que não se veja aqui imagem vulgar e infeliz das determinações entre “infraestrutura” e “superestrutura”. Essa analogia, criada por Marx (1982) para conter caráter didático, foi desfigurada duplamente por uma abordagem que desejava eliminar o idealismo da análise da realidade e que acabou por desembocar na abordagem positivista, que concebia uma estrutura sem sujeito ativo e sem consciência.

Sendo assim, apesar de ideológica, tendente ao irracional e reificada, essa orientação que mede a força do trabalho como mercadoria qualquer, ou seja, pelo tempo de dispêndio necessário para sua produção, ou que concebe a própria mercadoria como ente fetichizado – que em sentido literal significa assumir uma postura fantasmagórica, externa e estranhada (LUKÁCS, 2003) – que domina o homem, é, ao mesmo tempo, uma aparência e uma categoria: determinação da própria existência do ser social específico. Leo Kofler resume desta forma a racionalização da consciência capitalista que inverte as determinações da ação dos homens: “apesar de seu caráter ideológico, constitui um elemento necessário da práxis burguesa e, até mesmo, um requisito indispensável a ela, ou seja, constitui uma forma ou condição de existência da atividade prática do homem capitalista” (2010, p. 166).

Para a práxis do mundo burguês, materialmente estabelecida em profundos interesses de classe, não importa que a consciência do homem individualista e egoísta produzido por esse sistema não possua condições de mediar atividade social e lei, aparência e essência, sujeito e objeto. O que conta é a contradição que perpassa profundamente toda essa relação, isto é, que “a incapacidade para superar este abismo no conhecimento se contrapõe à necessidade prática

de achar uma ponte entre eles” (KOFLER, 2010, p. 170). O presente trabalho terá oportunidade de debater, em suas variadas consequências para a postura política, o fato de que, quanto mais a divisão social do trabalho se aprofunda na sociedade burguesa, quanto mais seus desdobramentos se estendem pelas esferas da sociabilidade, e quanto mais complexa se torna a abrangência das determinações econômicas, mais a realidade social se torna opaca e irreconhecível em seu caráter social, mais as contradições encobrem a compreensão da essencialidade dos problemas humanos e, conseqüentemente, mais a consciência tem que responder a essa concreticidade transladada em seu âmbito, de forma a implicar sua participação de forma ativa na constituição deste real. Vale dizer, com mais força se faz presente a determinação da consciência social.

É assim que a miserabilidade da razão burguesa permite manter um véu de propositura que, discursivamente, incita intervenções em sua sociabilidade, mas, em sua práxis efetiva, não consegue superar o âmbito fenomenológico. Sua forma de entendimento é modo meramente operativo da razão. Na medida em que é incapaz de criticar o fluxo contraditório inerente aos objetivos que se propõe analisar, seu proceder “confere saliência às suas dimensões formais, evidentemente significantes (...) mas as operações de síntese que realiza lavram sobre as mesmas bases positivas de seus procedimentos de análise, redundando na mera recomposição sistêmica do conjunto dos objetos” (NETTO, 1994, p. 29). Para dizer em termos da formação social capitalista, as alterações que por essa razão são permitidas ou definidas como possíveis/necessárias dizem respeito apenas à reorganização das relações do bloco no poder, na convivência entre as frações da classe dominante, e à configuração dos diversos setores da classe dominante na economia.⁷¹

⁷¹ Este trabalho fará uso de dois conceitos indispensáveis para a apreensão da dinâmica das relações de força em consonância com o grau de desenvolvimento específico de uma sociedade: Bloco Histórico e Bloco no Poder. Ainda que distintos, nem por isso deixam de articular-se organicamente. Para isso, é preciso determinar as reais contribuições de cada um. O conceito de Bloco Histórico provém de Antonio Gramsci (2000) e remete à capacidade de um movimento histórico de expressar uma totalidade intimamente reflexiva, isto é, expressar como uma dominação de classe de base econômica requisita e reproduz, de forma igualmente determinante, mas submetida àquela em última instância, pois dela derivada, valores culturais, crenças religiosas, ordenamento ético-morais e expressões ideológicas elaborados e veiculados por intelectuais orgânicos. Hugues Portelli, um dos principais estudiosos do pensamento de Gramsci, assim se refere, por exemplo, à dinâmica interna do Bloco Histórico: “qualquer ato ou ideologia orgânico deve ser ‘necessário’ à estrutura, o que significa que essas ideologias devem organizar os grupos sociais e dirigi-los de acordo com as condições socioeconômicas: ‘Enquanto historicamente necessárias, tem uma validade psicológica’, ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno onde os homens se movem, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.” (1977, p. 48). Portanto, a menção a Bloco Histórico fará, aqui, referência ao vínculo orgânico da formação social brasileira em suas distintas esferas. Já o conceito de Bloco no Poder recebeu desenvolvimento expressivo em Nicos Poulantzas, *Poder Político e Classes Sociais* (1977). Em seu núcleo, procura designar a ímpar articulação das várias frações de classes existentes no *locus* de dominação burguesa, que também conhecem significativos conflitos entre elas. Dessa

Percebe-se aí o *modus operandi* do tipo de consciência que a classe burguesa carrega consigo, seu comportamento nesse emaranhado cada vez mais denso de relações reificadas, já que necessita responder aos estímulos de seu ordenamento social. Para agir ela então lança mão de sua racionalização específica: a calculabilidade. Essa tão famosa característica do capitalismo avançado, também chamada de “racionalidade formal” ou “racionalidade instrumental”, é o tipo de razão que vê o mundo não pela objetividade, daquilo que ele é em-si, do seu ser precisamente-assim, mas tão somente da adequada relação entre meios e finalidades. Ora, qual a finalidade almejada por um sistema social que vê seu maior antagonista histórico organizar-se como classe e levantar-se contra a dominação imposta a ele? Certamente é o do constante aprimoramento dos meios de dominação, com a correspondente elaboração teórica legitimadora dessa opressão, permitindo ainda o desenvolvimento de métodos e técnicas de organização da produção consentâneos com sua necessidade imanente de lucratividade.⁷²

O mundo burguês se orgulha de sua dupla interdição: de ter obstruído, pela filosofia, a metafísica tradicional (abordagens que se situariam para além do ser), negando simultaneamente a essa mesma filosofia, qualquer tentativa de procurar abordar o problema da verdade interpelando sua natureza interior. Obstando a verdade para aquele além, por sua íntima estrutura de interesses particulares, desemboca cada vez mais num total aquém da verdade do ser.

Contudo – tarefa essencial do esclarecimento que pretenda ir à raiz dos fatos –, não se trata, aqui, tão somente da razão burguesa, por mais abstrata que se constitua como corpo teórico-analítico. Se toda ratio sempre se refere ao concreto, por mais corroída, empobrecida e reduzida que sua desconfiguração a caracterize, prevalece o caráter substantivo autocrático da razão, já que remete em última instância aos interesses de uma classe concreta – neste caso, a burguesia autocrática brasileira. Subjacente à presente interpretação está, também, a questão de

forma, desdobra-se hegemonia no bloco no poder, isto é, hegemonia de fração em meio à hegemonia da dominação da burguesia sobre o proletariado e classes populares. Porém, a análise de Poulantzas, por seus próprios itinerários metodológicos, acaba por desembocar na ideia de “autonomia relativa” da política, capaz de exercer função dominante independente das relações socioeconômicas. Sob o ponto de vista da abordagem ontológica aqui utilizada, isto é contraditório, na medida em que o campo da política é precisamente *locus* de resolução dos conflitos que partem de situação que coloca limites e horizontes possíveis, aos quais aqueles interesses políticos respondem reflexivamente, mas não de forma dominante. Assim, para mais precisa compreensão da dinâmica sempre dialética (móvel, pois constantemente modificável pela ação humana, nas condições herdadas pelos homens e em que fazem sua história) do bloco no poder com as classes sociais e frações de classe, ver o texto de Marx, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (2011).

⁷² A referência, aqui também, é claramente direcionada a fordismo, taylorismo e demais sistemas produtivos “científicos”. Previsibilidade, operacionalidade, burocracia, etc., são todos sinônimos desse subproduto empobrecedor da razão, pelo qual as relações humanas são manipuladas de acordo com as finalidades da sociedade da mercadoria.

que o conhecimento não deve ser tratado como problemática autônoma, isto é, como produção única e exclusivamente individual. Ao contrário, sem descartar a importância do rigor lógico e da seriedade intelectual, a concepção marxiana descobriu que o sujeito do conhecimento não é o indivíduo, mas são as classes sociais. Aquele não é senão, mediante múltiplas e complexas mediações, o representante, que põem em prática as demandas destas. Por isso, ao lado da vigilância epistemológica deve figurar sempre o ponto de vista de classe, na produção do conhecimento.

Foram expostas, assim, as determinações mais fundamentais, e fundantes, da razão autocrática. A existência de um complexo ideológico como o analisado diz respeito, portanto, às necessidades emanadas do próprio complexo sociometabólico de acumulação de capitais. Ainda que haja condições, aqui, apenas para referências gerais – a demonstração pormenorizada desse concreto será feita na segunda parte da tese – deve-se indicar o momento histórico e o grau de desenvolvimento de onde brota a substância material dessa ideologia. É preciso saber, por exemplo, se nessa particular sociabilidade existe já a formação burguesa, a qual, mesmo que consolidada em sua forma mais embrionária – de acumulação originária mercantil – não tenha ainda avançado ao estágio especificamente capitalista (industrializante). Se a resposta for positiva, caberia, então, a esta razão desenvolver-se até o limite no qual essa posição seja permitida/alcançada.

Fruto de momento em que a formação social burguesa brasileira se encontra ainda na situação de domínio hegemônico agrário-exportador, atendendo de forma amplamente desconexa aos interesses gerais das várias frações da classe dominante, esse corpo doutrinário e reflexo-proponente expressa também a situação específica de um país periférico e dependente. Sendo germinada no decorrer da fase imperialista do capitalismo, ela pretende revelar a situação abertamente colonial da sociabilidade brasileira, bem como suas debilidades para esse capitalismo, aceito somente por determinados setores da classe dominante. Doravante, portanto, tratar-se-ia, de elaborar “progressivas racionalizações”, “remodelações intra-sistêmicas” e almejar apenas “vitórias técnicas” sobre essa forma de domínio agrário-exportadora. Eis por que as abordagens específicas que cada um daqueles intelectuais promove representam respostas a problemas específicos dessa forma de domínio, em que uma franja da burguesia brasileira era hegemônica, defenestrando as demais frações do poder político.

Esclarecendo ao conjunto de sua classe, especificamente aos seus dirigentes políticos, as demandas que estavam na ordem do dia para uma progressiva racionalização (instrumental, burocrática e manipulatória) do sistema burguês brasileiro, esses pensadores igualmente

apontavam os meios necessários para esse saneamento, em nível teórico-ideológico. Deve-se agora ver melhor do que se trata.

2.4 – Tarefas de classe para uma práxis autocrática

Como exposto acima, o empobrecimento da categoria da razão mediante criação puramente filosófica ou mediante sua aplicabilidade pelas ciências sociais, quando se manifesta nos pensadores mais brilhantes da burguesia, em seus representantes mais capazes, que dedicam maior empenho e rigor na tarefa científica, não é intencional e arbitrário, mas uma imposição – e a margem de liberdade do intelectual, para combatê-la, só pode ser acompanhada da luta moral para revelar os problemas da vida (LUKÁCS, 1968). Não se trata de determinação imanente à legalidade própria das esferas subjetivas da vida, mas de uma tarefa social.

Cumprido, portanto, encontrar no processo em curso de transformação do capitalismo brasileiro o nexos fundante do presente objeto de pesquisa. A razão autocrática é a necessária correspondência, no mundo das representações, desse movimento de uma classe que precisa avançar, premida pelas condições mundiais hostis do imperialismo cada vez mais agressivo, mas que necessita igualmente manter seu caráter ontologicamente autocrático. Mais que qualquer outra coisa, seu reflexo-proponente, sua ideologia é que, nascendo das condições materiais que vão-se desdobrando, indica o caminho esclarecido a seguir.

De acordo com o que Marx expôs n’*O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (2011), esses intelectuais expressaram, no âmbito das ideias, de forma ideológica e mistificadora, um processo que a burguesia autocrática brasileira, em sua dinâmica econômico-político-social de classe dominante do capitalismo, não seria capaz de ultrapassar. Foram, portanto, impelidos à concepção de corpo doutrinário que sistematizasse os interesses materiais dessa classe. Eis o movimento intelectual que operaram Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo, ao criarem processualmente aquele conjunto ideológico que designamos por razão autocrática. Tornaram-se, assim, seus representantes literários ou, em precisa indicação conceitual de Antonio Gramsci, seus intelectuais orgânicos.⁷³

⁷³ A abordagem gramsciana de “intelectual orgânico” também exprime com bastante precisão a relação ideológica desses pensadores com a autocracia burguesa brasileira. Figurando na vanguarda de combate ao marxismo vulgar da II Internacional, estritamente economicista, Antonio Gramsci resgatou e aprofundou as esferas da cultura, da política, da religião e da ideologia para o marxismo, fazendo, assim, desta “filosofia da

Na busca incessante pela progressiva reorganização do capitalismo brasileiro, era importante, para os interesses da burguesia, que Alberto Torres desse o primeiro passo e empiricamente “sentisse” que um capitalismo como o brasileiro, de corte agrário-exportador, baseando-se sempre em interesses de curto prazo, estruturando toda sua capacidade produtiva por oportunidades efêmeras como os momentos econômicos de sua história, tornava-se fatalmente incapaz de construir projetos de nação de longo fôlego. No espírito daquilo que seria mais tarde captado por Stefan Zweig, ao afirmar que “Onde há espaço, há não só tempo, como também futuro” (2013, p. 124), Alberto Torres deseja dizer que um país territorialmente imenso e rico em recursos naturais deveria melhor usá-los racionalmente para desenvolver seu capitalismo. O não cumprimento dessas exigências resultava no que expressa como o desconhecimento dessa realidade.

Preso a monoculturas que surgiam de acordo com a conjuntura do comércio mundial, o Brasil estaria alienado de si mesmo, totalmente desorganizado. Do ponto de vista da proteção dos recursos disponíveis, o intuito era mostrar que um país incapaz de protegê-los minimamente, quando tais elementos naturais eram objeto de disputa imperialista, deveria ser considerado como um país de evolução reprimida, de essência ainda não conhecida em sua vastidão geográfica e mineral. Negava-se, assim, um sistema social baseado unicamente nos interesses da grande burguesia cafeeira.

A máxima torreana de que “a razão de um povo só se forma com o conhecimento de seus interesses; sua energia só se educa com a prática firme de um programa de soluções”, ambas por meio do estudo atrelado “à consciência da realidade objetiva da terra habitada” (TORRES, 1978, p. 69), simboliza a necessidade da construção de um Estado que coloque impedimentos a esse domínio imperialista, uma vez que essa compressão externa é tamanha, que chega às vias de torná-lo permanentemente uma colônia. É claro que, como os demais pensadores do complexo ideológico, o autor de *A Organização Nacional* não nega o capital estrangeiro e nem uma forma mais sofisticada de colonialismo, pois “de fato, não atraímos, até hoje, senão capitalistas – coisa muito diferente de atrair capitais” (1978, p. 55). Portanto, essa resistência às formas de domínio do capital estrangeiro e do imperialismo é, decerto, bastante relativa já em Alberto Torres, mas ela precisa existir.

práxis” a colaboração fundamental de sua obra de vida. Ele considerou fundamentais as contribuições daquela nova camada de técnicos da indústria moderna, cujas descobertas e pesquisas refletiam interesses e necessidades da burguesia industrial. É também neste diapasão que entra em cena a famosa “organização da confiança” dos interesses políticos por parte dos intelectuais. Para a abordagem de Gramsci sobre intelectual orgânico, ver *Os intelectuais e a organização da cultura* (1982).

Tais questões dão conta de mostrar por que é fundamental ter surgido, em Alberto Torres, a “conexão histórico-metodológica” (LUKÁCS, 2020, p. 534) para pensar os interesses de permanência dessa autocracia, cujo padrão de domínio se coloca em termos de desenvolvimento, ou seja, a progressão econômica se fazendo pelo *modus* autocrático da burguesia brasileira. Sua proposição de “prender as almas (...) à disciplina da realidade, à positividade das coisas, à gravitação e à firmeza dos pés sobre o solo” como método de reconhecimento daquelas verdades indica que é mais fundamental atentar à forma de sua investigação da realidade brasileira do que ao conteúdo resultante. Isto se confirma por duas vias. Primeiro, porque não se encontra em Alberto Torres a defesa explícita da perspectiva autocrática da burguesia brasileira – explícita em Oliveira Vianna e Azevedo Amaral. Em segundo lugar, porque levar ao pé da letra o conteúdo de suas proposições pode desembocar em análise que cometa o equívoco de isolar e absolutizar as propostas ruralistas de Alberto Torres, equiparando-o a um Plínio Salgado, por exemplo.

Começemos pela explicação do segundo ponto, cujas causas são, relativamente, de mais fácil identificação. Como este trabalho procura defender, os conteúdos expressos em Alberto Torres ganham viés mais ruralista não porque o autor defenda o reacionarismo regressivo, embora alguns traços dessa defesa realmente existam. Se a ele dirigida tal crítica, responderia que “é simples abuso de tolerância vernácula confundir a reivindicação da posse completa da nossa política e da nossa autonomia com quaisquer das formas mórbidas da exaltação nativista” (TORRES, 1978a, p. 132). Os elementos que se tomam por determinantes, nessa explicação, devem-se a que as formulações de Alberto Torres se encontravam ainda nos primórdios das contradições econômicas – expostas na próxima seção – as quais mal e mal afloravam e que gerariam nova forma de ser dessa classe autocrática. Também neste caso faz-se visível a existência da autonomia relativa do pensador individual em relação à sua classe. O papel ativo que representa a liberdade subjetiva na determinação da obra do autor, da singularidade do indivíduo, é sempre parcial e incapaz de desvencilha-lo totalmente das determinações da posição de classe. Todavia, vale apontar o fato importante de que as proposições de Alberto Torres, uma vez situadas frente a Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, são de fato mais democráticas (que se pense apenas na inexistência de racismo, em suas ideias, fator que perpassa integralmente a obras daqueles outros). Além disso, é compreensível que, escrevendo na passagem dos anos de 1910, a ideologia da vocação agrícola do Brasil exercia ainda pressão hegemônica irresistível sobre os intelectuais, pois não se vislumbrava a futura crise político-ideológica daquele padrão agrário-exportador. Daí Alberto Torres reproduzir *tout court* a crítica

as chamadas “indústrias artificiais”.⁷⁴ Por fim, é fundamental lembrar que jamais essa burguesia brasileira abandonará de todo a concepção do país como agrário-exportador, uma vez que, em seus mecanismos autocráticos de transformação, a fração da burguesia brasileira ligada a esse âmbito jamais será eliminada do poder, sempre apenas remanejada segundo a prioridade de seus interesses.⁷⁵

Quanto ao primeiro aspecto apontado, o fato de Alberto Torres ser um pensador de período de transição faz com que suas obras reverberem, ainda mais, as profundas contradições do tempo. Como representante desse particular fenômeno, ele não está sozinho na história da ideologia burguesa. Lukács, em sua proposta de compreender o movimento d’*A destruição da razão*, que a filosofia alemã ajudaria a promover na esfera ideológica auxiliando a ascensão do nazismo, elenca dois exemplos que podem ser trazidos aqui para compreendermos a especificidade do problema. Blaise Pascal (1623-1662), pensador francês contemporâneo de Descartes, em uma linha dupla de sentido, de um lado, já conseguia perceber as consequências desumanizadoras dos efeitos do capitalismo nascente, então ainda na forma do absolutismo monárquico, e delineava com acuidade a sociedade nobre em dissolução. Porém, em vez de avançar na crítica dos problemas de sua época, detém-se diante deles, criticando o racionalismo cartesiano e refugiando-se num “cristianismo dogmático”, (LUKÁCS, 2020, p. 102-103). Este considera tais problemas insolúveis do ponto de vista do homem, solitariamente abandonado. Da mesma forma, em Weber e Mannheim, sociólogos do período que antecede a vitória do fascismo alemão, defende-se o abandono dos “regimes personalistas” tradicionais e do poder histórico e enrijecido da burocracia, bem como que se implante a democracia clássica, para tornar a Alemanha grande como Inglaterra e França.⁷⁶ O que une intelectuais como Pascal, Weber e Mannheim é, em que pese pretenderem efetivamente combater a reação de suas respectivas épocas – o feudalismo em decadência, para o primeiro, e a ala mais reacionária do capital financeiro, fascistizante, da burguesia imperialista, para os dois outros –, é que acaba sendo muito maior o medo de uma radical democratização da sociedade – para o primeiro

⁷⁴ Remeta-se, aqui, novamente a uma interessante interpretação sobre o ruralismo de Alberto Torres, em Adalberto Marson, que liga ruralismo ao organicismo do pensador fluminense, porquanto este entende que qualquer desenvolvimento excessivo das funções do corpo social, e dentre as mais fundamentais estaria a da produção, geraria anomalias e, pois, desequilíbrio. Daí existir certo tamponamento das forças produtivas, na teoria de Alberto Torres, o que torna viável interpretá-las regressivamente. Cf. nota 25 VER.

⁷⁵ Esse fato por ser visto até mesmo no mais notável representante da burguesia industrial deste período, Roberto Simonsen (1933).

⁷⁶ *Crítica e resignação*, de Gabriel Cohn (1979) é dos trabalhos que oferecem precioso material sobre o pensamento de Weber, acompanhando os desdobramentos de uma crítica ao capitalismo – crítica que não encontra saída e acaba por resignar-se em “neutralidade axiológica”, que impede a tomada de atitude política resolutive.

período, risco advertido no iluminismo laico e, para o segundo, concretamente no movimento operário, ainda que sob o reformismo da social-democracia. O resultado de todo esse contraditório movimento histórico é que nesses pensadores a corrosão da racionalidade não se dá tanto em suas teses, que podem conter ainda elementos progressistas (se consideradas isoladamente), mas no método. Seja na “fenomenologia do desespero” de Pascal, no conceito de “intelectualidade livre nos seus movimentos” cunhado por Mannheim ou na teoria weberiana do “tipo ideal”, é clara a incapacidade para oferecer soluções concretas ao avanço progressista da sociedade e seu refúgio na corrosão da racionalidade para captar a essencialidade dos problemas humanos fundamentais.⁷⁷

Assim, mecanismos semelhantes ajudam a explicar a existência, em Alberto Torres, de elementos realmente democráticos, como a ausência de um preconceito muito comum à época, o do viés racista, em seus escritos (IGLESIAS, 1978), a defesa contundente do *habeas corpus* e de outros direitos civis (SOBRINHO, 1968), e chegou-se a escrever sobre as fundamentais contribuições de Alberto Torres para o surgimento posterior de um “ruralismo pedagógico” (TOTTI; MACHADO, 2013), as quais evidenciariam seu esforço por escapar às posições autocráticas mais reacionárias da burguesia brasileira. Em contrapartida, é ele quem inicia o chamado à razão evolutiva subjacente e o método da observação direta, por vezes mesmo intuitiva, para trazê-la novamente à superfície, professando, doutrinariamente, método racional empobrecido.

Assim, também em Alberto Torres o desejo sincero de não capitular integralmente diante da autocracia burguesa brasileira, de não se tornar reacionário convicto, fazia com que não descartasse, de todo, o liberalismo e se preocupasse com problemas sociais (de maneira sempre subjetiva), crendo que tais questões pudessem ser mescladas à sua opaca concepção corporativista. Porém, seu horror ao crescente proletariado e às consequências da participação democrática dos operários na política certamente era maior, a ponto de ele chocar-se com a existência de “verdadeira aristocracia dentro do próprio proletariado, escalado em vários degraus, da classe superior dos operários” (1978, p. 47), e alarmar-se com a possível vitória “das formas mais antipáticas e grosseiras da força bruta: a das maiorias inconscientes. Maiorias que não sabem ao que vêm, ao entrar no recinto das democracias, o mesmo papel de qualquer dos generais bárbaros do Baixo Império Romano” (1978, p. 90), em seus ímpetos incivilizados

⁷⁷ O debate lukacsiano sobre Pascal encontra-se no segundo capítulo de *A Destruição da razão* (2020): “A fundação do irracionalismo no período entre duas revoluções (1789-1848)”. As indicativas sobre Weber e Mannheim, por sua vez, encontram-se no sexto capítulo, “A sociologia alemã do período imperialista”.

e sem cultura. Vale lembrar que Alberto Torres assim se expressa sem ter conhecido as grandes lutas da greve geral interna do ano de 1917 ou da Revolução Russa.⁷⁸

Compreende-se como é desse medo frente à real socialização da democracia na realidade brasileira e da incapacidade para oferecer consistente contrapartida ao aprofundamento do movimento reacionário que brota a consequente corrosão, tendente sempre ao irracionalismo – basta recordar o apego à intuição, método próprio dessa fase da filosofia burguesa imperialista –, da proposição e aplicação de Alberto Torres de uma abordagem racional corrompida, localizada centralmente no positivismo. Desta forma, em Alberto Torres o reacionarismo se dá como mediação histórico-metodológica, “deseconomizando” a essência do capitalismo e fornecendo “nuanças irracionais” (LUKÁCS, 2020), em interpretação da realidade fundada numa razão corroída, desfigurada e empobrecida.

É Oliveira Vianna quem dá continuidade ao esclarecimento ideológico dos dirigentes de sua classe. A mais sedutora definição cientificista sobre a impossibilidade de mudança do caráter autocrático da burguesia brasileira é por ele retirada da observação histórica das realidades geográficas, exatamente como indicavam os pressupostos metodológicos estabelecidos em Alberto Torres. Como não perceber, aí, a continuidade do complexo ideológico em discussão, compreendendo inescapáveis mudanças determinadas pela inflexão do movimento histórico?⁷⁹ Por isso, a contribuição ideopolítica de Oliveira Vianna que interessa apontar neste momento é sua afirmação da impossibilidade de alterar o caráter da autocracia burguesa brasileira, legitimada “cientificamente” pela impossibilidade de sua transformação

⁷⁸ Segundo Adalberto Marson, a investigação da obra completa de Alberto Torres revelou apenas um único contato com organização sindical, e mesmo esta destituída de qualquer caráter socialista. Trata-se da consulta que lhe fez Francisco Sadock de Sá, representante do Círculo dos Operários da União. Solicitado a opinar como “sociólogo” sobre o problema operário e o programa da agremiação, a resposta de Alberto Torres, no ano de 1914, veio comprovar o caráter abstrato de sua abordagem, revelando também a dissolução dos conflitos sociais, em suas análises: “pela quantidade de população operária urbana em relação à população rural, e tendo em vista os ‘privilégios’ já adquiridos pelas organizações sociais urbanas, não se justificava o encaminhamento de lutas reivindicatórias exclusivas, menos ainda quando se vincula o problema da classe operária às questões políticas. Na visão do nacionalista, tanto o socialismo (ambição pelo poder) quanto o envolvimento da políticos com bases sindicais engrossavam a corrente da ‘anarquia’ social e política” (MARSON, 1979, p. 169).

⁷⁹ O precioso trabalho de Jarbas Medeiros, já citado, contribui para comprovar essa continuidade, a saber, da concepção de razão própria ou realidade cósmica subjacente, também segundo Oliveira Vianna. Sobre as fontes teóricas e doutrinárias do pensador fluminense, assim se expressa Jarbas Medeiros: “o positivismo certamente terá levado Oliveira Vianna à compreensão da realidade social e política não como um devir histórico, mas sim como algo dado em si – uma realidade definitivamente acorrentada a si mesma, escrava de sua própria lógica intrínseca e específica – a qual o sociólogo deveria limitar-se a reproduzir. Por isso mesmo, as contradições que ‘eventualmente’ aquela realidade apresentasse deveriam ser diluídas e superadas pela teoria sociológica a fim de que esta realidade continuasse como tal. Somente assim a sociologia seria uma ciência e não uma utopia” (1974, p. 78).

estrutural via “*modicum* de coação”. Por outro lado, em complemento, ela deveria, mediante esse mesmo *modicum* de coação, receber um sistema de contrafreios para, assim moralmente educada, formar uma nação adequada ao século XX.

Determinada pela realidade cósmica e mesológica, o perfil da burguesia brasileira, para Oliveira Vianna, sempre será “insolidarista” e jamais será destruído. As tentativas realizadas com “técnica liberal” – que, na verdade da luta de classes, correspondem ao domínio até então desenvolvido pelas frações agrário-exportadoras – sempre teriam fracassos, “teorismos”, “ficções”, “utopias”, etc. Esse problema, que por sua própria natureza de determinação do ambiente jamais é transformável em sua essência (“ambientes fixos”), somente pode encontrar solução reformadora, já o vimos mais de uma vez, “muito relativamente e assim mesmo em parte” por um sistema de “contra-freios”; afinal, não se deve contrariar a burguesia autocrática, desconhecendo sua “vigorosa capacidade” e “tenacidade de resistência”.

Foi ainda Oliveira Vianna quem deu a conhecer, ideologicamente, que as distintas frações da burguesia somente são conciliáveis pela utilização do aparelho do Estado, o que teria profunda influência, mais tarde, sobre a atitude bonapartista, como “inteligência política superior”, tomada por Vargas, conforme veremos. Torna-se muito difícil avançar, no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, quando tal burguesia decide aposar-se, com exclusividade, do poder, criando constantes conflitos extraleais. Oliveira Vianna sempre fez questão de fazer ver que, quando uma das frações burguesas é vitoriosa, cria-se uma situação “onde o adversário político é considerado pelos vencedores um verdadeiro ‘*outlaw*’”, gerando um estado permanente de “*facções* beligerantes” (1939, p.10). Para rearranjar ou reorganizar conservadoramente as situações de crise política permanente entre esses distintos grupos dominantes, é do mais profundo interesse da burguesia autocrática promover reformas morais mediante seu órgão próprio de classe, o Estado.

É claro que o necessário complemento ideológico da intransponibilidade do egoísmo político brasileiro também se encontra em Oliveira Vianna – lapidarmente reproduzido por Stefan Zweig em *Brasil: país do futuro*. Trata-se da ideia da passividade nata do povo brasileiro. Oliveira Vianna argumenta que, mesmo no momento de oportunidade democrática em que se passa ao regime republicano, quando um presidente deveria expressar a vontade do povo, “nenhuma classe vinha a ele para dizer-lhe com dignidade: - nós, que conhecemos os nossos interesses melhor do que vós, queremos para o nosso bem tais e tais providências”, e por isso sempre fomos uma “nação” a esperar (1939, p. 105). Incapazes que seríamos, como os ingleses, de lutar e reagir por nossas demandas, teríamos sido sempre passivos, sem desejo de

organização, permitindo às oligarquias governar no vácuo, dominando exclusivamente o poder: “no meio do silêncio geral do país, nada mais natural” (1939, p. 108). Aqui, é notável que até mesmo o fato concreto mais generalizado, impossível de passar despercebido pelos estadistas durante a República Oligárquica e que levaria Washington Luís a declarar que a “questão social é caso de polícia” é inexistente na história brasileira, segundo Oliveira Vianna. Sequer o embate unilateral entre violência estatal e movimentos de luta dos operários, e não foram poucos batalhando por seus direitos, “reagindo” por suas demandas e mostrando a inexistência de qualquer vácuo é considerado digno de análise pela ciência social de Oliveira Vianna.

Por fim, mas não menos digna de menção, existe, em Oliveira Vianna, a fina percepção, sempre ideologicamente enviesada, e não à toa expressa em termos matemáticos e, por isso, de forma arbitrariamente manipulável (LUKÁCS, 2010), de apontar solução material para o problema da nacionalidade: a adequada integração do mercado interno consoante ao tamanho territorial brasileiro, ou, em suas palavras: “o equacionamento do problema da organização nacional, racionalmente, é este: um máximo de base física + um máximo de circulação = um máximo de unidade política” (1933, p. 280). A organização comercial mais consistente que a disponibilizada pelo federalismo – expresso pela desqualificação de doutrina alienígena – era uma das preocupações centrais para retomar a evolução brasileira e nesses teóricos didáticos era solicitada aos dirigentes políticos.⁸⁰

Em prosseguimento à divisão do trabalho intelectual no interior desse corpo doutrinário, caberia a Azevedo Amaral expressar o “contrassenso” sociológico de um país, sem “qualquer forma de atividade industrial”, viver num tempo de capitalismo de “trustes”. Intimamente atrelado a esse ponto, ressaltar-se-ia a importância do sindicalismo, ou mais especificamente do sindical-corporativismo, concebido como melhor forma de organização do neocapitalismo – na concepção singular de Azevedo Amaral, o estágio de então na evolução desse sistema, abandonada sua etapa individualista: a organização sindicalista no interior de uma estrutura nitidamente corporativa (assim entendia ser o estágio do capitalismo de trusts) perfaria uma

⁸⁰ O leitor perito na obra de Oliveira Vianna deve estar estranhando a ausência de qualquer referência aos seus estudos sobre o corporativismo. Uma vez que nosso objeto de pesquisa é a construção processual do complexo ideológico, notamos que a preocupação mais concreta do jurista com o corporativismo só passará a existir em suas obras no limiar da tomada do poder pela Aliança Liberal, ou seja, a partir de 1930 com a publicação de Problemas de Política Objetiva. Na medida, portanto, em que este ponto diz respeito às preocupações que Oliveira Vianna levaria já para a práxis interna ao poder, uma vez que seria Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de Vargas durante 1932-1940, esses aspectos receberão um tratamento mais específico na segunda parte deste trabalho.

“nova democracia”, aquela da solidariedade de interesses, única capaz de combater pela raiz o problema o comunismo.

A capacidade de ofertar novos desenvolvimentos ao complexo ideológico também pode ser observada em Azevedo Amaral.

Não se trata de acontecimento fortuito que, escrevendo já na década de 1930, Azevedo Amaral vincule os problemas sociais brasileiros ao âmbito econômico. O jornalista, especializado no cenário internacional, não pôde deixar de reconhecer que, nas relações externas, de cada vez maior inimizade, a atividade industrial é complemento necessário da independência política. Constatava: “é evidente que uma sociedade obrigada a suprir-se fora de seu território dos artigos manufaturados de cujo consumo não pode prescindir é desprovida dos requisitos essenciais da organização nacional” (1930, p. 144). Por essa razão, pensando no interesse de uma burguesia que precisa avançar tecnicamente em suas forças produtivas, vê-se obrigado a usar palavras duras para caracterizar o Brasil essencialmente agrícola, como na imagem de “bucolismo pitoresco” em “suas formas simples e atrasadas (...) dos nossos destinos” (1930, p. 145-149). Essa negação ideológica expressa, portanto, preocupação com o “progresso das formas de trabalho” e com a “natureza das formas de produção”, sempre buscando potencializá-las.

Ao levarmos em conta que Azevedo Amaral escreve seus livros que aqui consideramos mais importantes já na década de 1930 – significativamente após a dupla crise econômica de 1929 que, internamente, exprime a derrocada profunda da economia cafeeira – podemos averiguar o que de outra forma seria incompreensível: a dupla conversão ideológica de, por um lado, criticar os “mesologismos” (1930, p. 65-66), tão caros à fundamentação inicial da razão autocrática, que atrelam de forma absoluta o destino da sociedade ao meio natural, enquanto, por outro lado, fica precisamente localizada a nova contribuição do darwinismo social aplicado à análise da formação social brasileira, considerando o estágio anterior do desenvolvimento como bárbaro. Em substituição ao determinismo mais profundo do *habitat* natural acima referido, Azevedo Amaral passa valer-se do conceito de “revolucionismos” na lei da evolução das sociedades.

Nessa nova configuração, em que o papel da técnica é enxertado para atender às necessidades de acumulação do momento histórico, tudo se passa como se o complexo ideológico da razão autocrática tivesse entrado no terceiro período da crise da filosofia burguesa, no qual, segundo Lukács (1979), o principal interlocutor precisa ser o materialismo

histórico e dialético. É curioso que, no intento de resgatar o papel da economia (sempre abstratamente) para o desenvolvimento brasileiro dê-se algum crédito até mesmo à descoberta das determinações econômicas de Marx, ainda que (1) sob profunda descaracterização de seu pensamento, reduzido a economicismo vulgar e mecânico e (2) que se atribua a incapacidade, mais de uma vez, de ter notado que também as categorias biologizantes são determinantes (AMARAL, 1930, p. 89).

Por isso, ao lado desse ideologismo desessencializador da obra marxiana – e Azevedo Amaral mostra indícios de leituras cuidadosas de Marx – deve vir indicado expressamente que as revoluções são sempre obras exclusivas da atividade criadora de “minorias espiritualmente privilegiadas”, resultando que “nas revoluções, como nas guerras, as multidões não passam do material dócil, e ao mesmo tempo terrível, com que grupos em geral extremamente diminutos procuram realizar programas prévia e calculadamente elaborados” (AMARAL, 1934, p. 58). Revoluções construtoras seriam as dirigidas pela inteligência e vontade de domínio dessas minorias privilegiadas, ao passo que, ganhando conteúdo popular, descaracterizam-se, transformam-se na irrupção periódica da barbárie e do “selvagerismo”, ou, para sintetizar, ganham caráter de “anomalia”.

No auge, portanto, da construção processual desse corpo teórico, quando em Azevedo Amaral percebermos mesmo um caráter eufórico, a sistematização doutrinária de representações alcança *status* de ideologia capaz de expressar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, sempre autocraticamente, situando-se objetivamente no contexto da vigência da forma superior do capitalismo: seu momento imperialista. Eis, portanto, um dos fenômenos mais interessantes daquele período da batalha das ideias da realidade brasileira.

O que Hilferding (1976) teorizava como “ideologia do capital financeiro”, é reproduzido em largos traços por Azevedo Amaral, mas também por Oliveira Vianna e Alberto Torres como a ideologia do desenvolvimento progressivo brasileiro, porém adaptada em sua particularidade de domínio autocrático e para um tipo bastante específico de industrialização, a hiper-tardia.

Hilferding é bastante claro quando mostra serem as demandas do novo momento histórico do modo de produção capitalista (necessidade de novos mercados para exportação de mercadorias e importação de matérias-primas, fusão do capital industrial com o capital bancário, patamar de lucros de empresas monopolistas, etc.) que revolucionam a “*Weltanschauung* [visão de mundo] da burguesia” (1976, p. 411), e não mera vontade política ou moral de substituir o tipo especificamente liberal.

Os Parlamentos e partidos políticos tradicionais passam a ser descartados porquanto retardariam ações práticas, e não por crítica radical principista. Trata-se de postura pragmática e mesmo contemporizadora, que ficará bastante evidente quando Vargas, guiado por esses interesses, considerará a agitação e a luta entre as facções da burguesia, quando da eleição agendada de 1938, um agravante para a quietude da ordem política autocrática. Nunca é demais lembrar que, entre ideologia liberal (expressão dominante do capitalismo concorrencial) e ideologia imperialista (expressão dominante do capitalismo de monopólios), não existe oposição dicotômica, mas profunda continuidade. Somente na compreensão destas determinantes causas é que fica claro por que o Estado da época imperialista, conforme teoriza Hilferding, “demanda um poder político sem limites, mesmo que com isso os gastos com o exército e marinha não assegurem diretamente aos grupos capitalistas mais poderosos um mercado importante com enormes lucros monopolistas” (1976, p. 411).

Não faltou a esse corpo doutrinário compreender também a necessidade do chamado ideológico ao nacionalismo:

o Estado, que é estranho ao povo, e a nação são dessa forma fundidos. E a ideia nacional se torna a força motora da política. Os antagonismos de classe são abolidos a serviço da totalidade. A ação conjunta da nação unida pelo objetivo de grandeza nacional toma o lugar da luta de classes, que para a classe dominante é infrutífera e perigosa. (HILFERDING, 1976, p. 413)

Encontra aí seu fundamento a ideia de inexistir ainda então, propriamente, a nação brasileira, bem como a tarefa urgente de que o Estado criasse a nação. O colossal esforço de Alberto Torres para ressaltar que as nações no período moderno são obras de dirigentes políticos, a crítica de Oliveira Vianna ao espírito insolidarista, aos regionalismos contrários a esse caráter nacional e que desembocará, em Azevedo Amaral na preocupação intensa com os denominados “quistos raciais”, e a identificação desta nação com seu líder carismático – Vargas, personificação da própria ordem nacional –, são esforços que expressam a tentativa de entificação desse traço no capitalismo brasileiro.

Tampouco o espírito tecnocrático, que caracteriza medularmente toda a ideologia do capitalismo monopolista, escapa de ser aí incluído: “culto da eficiência (...) a faceta tecnocrática é um dos aspectos mais importantes da ideologia imperialista” (POULANTZAS, 1972b, p. 26). O estudo sobre as contribuições de Azevedo Amaral ao conjunto ideológico estão perpassados, do início ao fim, pelo enorme apreço que o jornalista dedica à técnica, concebendo-a mesmo como decisiva entre as determinantes.

O capitalismo dos dias do imperialismo, e talvez nenhuma outra característica salte mais aos olhos no conjunto racional autocrático, “detesta a anarquia da concorrência e deseja a organização” (1976, p. 411), exatamente para iniciar, num nível superior, a concorrência com outros países. Esse aspecto está assinalado desde as primeiras obras de Alberto Torres de investigação da realidade nacional, ganhando expressão notória em *A Organização Nacional*, livro que alertava sobre sua inexistência. Com adequado grau de realismo, os intelectuais aqui examinados percebem o limite do potencial brasileiro, e, diante da floreada fraseologia de que o Brasil representa o futuro da humanidade, indicam a possibilidade de não ir mais longe que a liderança na América do Sul, superando a Argentina.

Até mesmo a ideia de “nação escolhida” faz-se representar no corpo ideológico racional autocrático. Para a ideologia imperialista, o caráter de distinção destinada toma a roupagem de raça superior nacional. São conhecidas as expressões dos fascismos alemão (“raça” ariana) e japonês (“raça nipônica” superior aos “amarelos” chineses), mas nem os Estados Unidos da América escapam, na transmutação do destino manifesto e do ideal de levar a democracia ao restante do mundo como expressão racialista (HARVEY, 2013). Essa ideia da raça superior é adaptada para o estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o de uma industrialização hiper-tardia.

Conforme se fez ver no primeiro capítulo desta tese, está presente nos escritos de Azevedo Amaral a discussão sobre o problema das “raças” brasileiras. O dilema do “conflito triangular das culturas”, se não resolvido pela supremacia incontestada do branco europeu, que representa integralmente a civilização capitalista e sua técnica progressiva econômica, colocaria em risco a sociedade brasileira. Essa forma de encarar o problema da luta de classes, revestindo-a por viés ideológico, não deixa, por isso, de representar uma modalidade particular de racismo. O racismo aí expresso e todos os demais elementos daquela ideologia são balizados para corresponder a interesses concretos, historicamente determinados. Encaixa-se muito bem nessa análise a constatação de que é a luta de classe que transforma em demanda ideológica não só o ressurgimento, mas as constantes mudanças e adaptações da teoria das raças – cuja origem se situa na reação da nobreza à Revolução Francesa, quando interesses aristocráticos procuravam legitimar, afirmando-a “natural”, a desigual e rígida hierarquia de estamentos feudais.

Em Azevedo Amaral, que escreve as contribuições essenciais para essa ideologia de forma mais tardia, no decorrer da década de 1930, podemos ver como radicalmente desaparece aquela crítica, ainda que superficial, que existia em Alberto Torres e – como veremos ainda, no jovem Vargas – de amainar os sofrimentos da humanidade. Esse descarte ocorre sobretudo pelo

recrudescimento da luta de classes, quer ao nível mundial pela existência do Estado Soviético de orientação proletária, quer ao nível interno, pelo surgimento cada vez mais decidido das lutas operárias na Primeira República e com a criação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922. Se esse abandono começa a ver-se já nas obras de Oliveira Vianna, encontrará ênfase em Azevedo Amaral.

Como se viu, os apontamentos iniciais para o nascimento da Sociologia, em Comte, esforçam-se para compreender toda e qualquer sociedade como pertencendo a uma única linha evolutiva. Assim, ela continha (pense-se na teoria das espécies de Darwin) a perspectiva, pelo menos biológica, da unidade da humanidade no terreno da história natural. Porém, já o darwinismo social desvirtua até mesmo essa descoberta darwinista, trocando-a por frases aplicáveis, sem critério e rigor, ao mundo social. Por isso, se o sociologismo inicial ainda negava as injustiças e a desumanidade do capitalismo, procurando remediá-las moralmente – sempre subjetivamente –, no momento imperialista a Sociologia, permeada profundamente pelo darwinismo social e pela teoria das raças, ao invés de procurar descartá-las, toma as desigualdades como ponto de partida, como elementos inescapáveis e atributos “naturais” das relações sociais. Não é mero acaso, portanto, que, em Azevedo Amaral, a necessidade da “multiplicação de elementos superiores”, geneticamente falando, em nome do “estancamento da nefasta atividade procriadora dos degenerados” demande acusação até mesmo do Estado de bem-estar social como “sistema de filantropismo político” nefasto (1930, p. 98-99). O reacionarismo metodicamente progressivo emanado do biologismo social racista é aí gritante.⁸¹

Além disso, cabendo ao Brasil alcançar ainda o estágio especificamente capitalista, a teoria racialista elaborada não teve função de legitimar a dominação externa de outras “raças” e povos, como coroamento ideológico de conquistas imperialistas; serviu, antes, para legitimação do imperialismo autocrático de classe, se assim podemos expressá-lo. Ou seja, o

⁸¹ Crucial é retomar a análise de Lukács sobre o “significado histórico-social” do primeiro momento de resgate dessa ideologia feudal das raças, por Gobineau, na metade do século XIX, pois diz algo sobre a natureza da formação social brasileira. Comentando o fato de Tocqueville, amigo de Gobineau, ter repudiado sua teoria por crer que favorecia interesses dos escravocratas do sul do Estado Unidos, Lukács declara com segurança que, “por mais que seu autor partisse, pessoalmente, dos interesses e considerações de classe da nobreza feudal, vivia e apregoava suas ideias no seio de uma sociedade em que os desejos da nobreza de reconquistar suas velhas posições herdadas já havia se tornado uma utopia reacionária, de modo que o centro de suas preocupações era a luta defensiva da burguesia contra os avanços do proletariado (combates de junho de 1848). E os grandes plantadores do sul dos Estados Unidos não eram – apesar da forma escravista de seu modo de exploração – outra coisa que capitalistas, produtores de matéria-prima fundamental para a economia capitalista de então. O que quer dizer que, nas condições dos séculos XIX e XX, a teoria das raças só pode ser renovada eficazmente sempre e quando for convertida numa arma ideológica posta nas mãos da burguesia reacionária” (LUKÁCS, 2020, p. 580-581). A preocupação de Lukács era, como se sabe, compreender a função da teoria das raças pelo nacional-socialismo alemão; ele designa esse processo como “trajetória de aburguesamento”.

racialismo buscou reproduzir, em nível mais elevado, o domínio da classe dominante branca, burguesia de origem europeia e fidalga, como sua ancestral portuguesa (MAZZEO, 2015), sobre as classes populares internas, em especial os elementos indígenas e o enorme contingente de negros, grande classe explorada secularmente pela acumulação originária do capitalismo brasileiro. Forneciam-se, assim, os elementos de “resignação”, expressamente declarados por Azevedo Amaral, próprios do consenso de tipo autocrático, para transição à industrialização, isto é, para sua forma especificamente capitalista. A resposta oferecida pelo racialismo de Azevedo Amaral indica como a marcha avançada para o progresso – restringido unicamente à sua classe –, tem que vir, simultaneamente, acompanhada pela devida segurança. Diz mais: que essa transfiguração das classes sociais em “raças” revela a violência como elemento primário no domínio do desenvolvimento autocrático brasileiro.

Em suma, partindo de problemática verdadeiramente existente, a da incapacidade da forma burguesa liberal-parlamentar de resolver os problemas que se colocavam para o conjunto da sociedade no estágio imperialista,⁸² os intelectuais autocratas ofertaram resposta

⁸² A leitura da análise concreta da ruína da instituição parlamentar e partidária do caso italiano, promovida por Antônio Gramsci, é valiosa para compreensão das consequências reacionárias que aquela crise pode ocasionar. Em específico, trata-se da entrada na cena política da pequena burguesia, nos momentos que fundariam o caráter de massas do fenômeno fascista liderado por Mussolini. “El Pueblo de los símios”, 1981. p. 133-136. Por sua vez, Lukács, ao comentar as críticas feitas à incapacidade – real – da democracia liberal em lidar com a profunda crise mundial instaurada com a Grande Guerra (1914-1918), constata que “não se pode deixar de atentar para o fato de que nela reside também frequentemente um desencanto justificado com a democracia burguesa, uma experiência desencantada e as vezes relativamente progressista” (2020, p. 64). No entanto, revela em seguida que essa crítica só se tinge de teor progressista nos intelectuais e nas forças políticas populares daqueles países que já haviam desenvolvido algum grau de democracia burguesa e incluído as massas na participação da vida política, como Inglaterra e França. Mas, prossegue Lukács, “a tendência geral dessa crítica, sem dúvida, é de teor reacionário-romântico” (2020, p. 64), e nessa confusão de elementos contraditórios o que determina qual das tendências contidas na crítica vai predominar é o desenvolvimento concreto de cada processo histórico social. Vale lembrar que durante toda a história “liberal” brasileira essa visão de mundo fôra absorvida apenas com o intuito de compor a dominação “legítima” da autocracia, jamais socializada. A entrada desse liberalismo, portanto, nunca representou alguma democratização de fato para a sociedade brasileira. Por esta precisa razão é que aqui, semelhantemente ao caso alemão – nisso como em tantas outras questões, o que só reforça a existência de uma via colonial, prussianizada, para o capitalismo entre nós –, eram as nuances reacionárias que se apresentavam integralmente nessa crítica, mistificada sob o pretexto de serem inadaptáveis aquelas instituições à realidade brasileira. A incompreensão deste ponto, isto é, de uma ideologia que inevitavelmente parte de interesses determinados e concretos, levou pesquisadores a cometerem equívocos curiosos. O caso de Evaldo Vieira é significativo. Em profundo estudo monográfico, o cientista social acusa acertadamente Oliveira Vianna de promover uma “montagem cuidadosa” da sua concepção de Estado corporativo mediante “atitude fragmentadora”, em sua “irreprimível tendência a deslocar-se das posições adotadas por seus autores escolhidos” (1976, p. 52). Ele o faz pelo estudo dos textos, delineando as fontes de absorção ideologicamente orientada, no romeno Manoilescu, no italiano Sergio Panunzio e no francês François Perroux, todos teóricos do corporativismo (ou sindical-corporativismo). Por outro lado, identifica, no enfoque das condições brasileiras, a real preocupação de Oliveira Vianna, em que “as teorias parecem preceder o exame do objeto”, equação derivada necessariamente de seu método: “a concepção realista do mundo projetada por Oliveira Vianna, representa, sem dúvida, a operação de ‘aculturação’ de doutrinas externas. Reproduz o mesmo mecanismo de transposição do liberalismo europeu ao Brasil, com outra solução: desempenha o papel de crítica

mistificadora, falseada socialmente, porém necessária, já que não tinham em mente senão chamar a atenção, exclusivamente, dos membros de sua classe para problemas pertencentes à dominação social burguesa e autocrática. Na medida em que esse amplo e extenso corpo teórico, elaborado histórico-processualmente, apoderou-se de um indivíduo que mostraria ter condições para dirigir o poder político, esses intelectuais cumpriram a função a que se propuseram, inicialmente. Suas pesquisas, reflexões, escritos e orientações tonaram-se uma ideologia capaz de guiar a direção autocrática de classe, na luta política, fornecendo-lhe o necessário equipamento para as principais batalhas que teria de travar à frente do Estado brasileiro.

Cabe passar agora para a segunda fase desta tese, que contem duplo objetivo. Trata-se de mostrar como esse corpo ideológico se tornou a matriz ideopolítica do desenvolvimento brasileiro, e também dar continuidade à desmistificação dessa específica consciência burguesa. Mostraremos como ela é a expressão necessária, no campo das ideias, de uma forma de desenvolvimento que provém de contradições do próprio andamento da realidade.

conservadora. Trata-se, pois, de repetir o que condenou, com a diferença de que, ao repudiar o pensamento liberal, construiu uma abordagem típica do conservadorismo. Da análise das condições brasileiras desponta uma concepção realista de mundo, em que a realidade é o ponto de chegada, mas não o de partida. É um realismo às avessas, fundamentalmente abstrato porque gerado dos retalhos de estranhas teorias assimiladas, que vão em direção à sua visão da realidade nacional, e não o contrário. A concepção do mundo de Oliveira Vianna é uma construção ideal: realista simplesmente porque, da abstração, acaba regressando à realidade, não porque nasça e morra nela. Há, assim, estreita coerência tanto no seu conceito de pluralidade como no de realismo. A coerência só desaparece na concepção de mundo: uma contradição em si mesma, já que representa a atitude realista que não parte da realidade" (VIEIRA, 1976, p. 67). Cremos que o fundamento do erro da abordagem do Evaldo Vieira reside já na epígrafe que escolheu para seu livro, de Sartre: "as ideologias são liberdade enquanto se fazem, opressão quando são feitas", como se existissem ideologias destituídas de fundamentos de classe, como se não fossem sempre reflexos-proponentes. Descontado este sério equívoco, o livro de Evaldo Vieira é importante tanto para conhecimento mais profundo do pensamento de Oliveira Vianna, quanto para a compreensão mediada do que o jurista considerava como o direito público brasileiro.

PARTE II – A FORMA DE DESENVOLVIMENTO AUTOCRÁTICO-PROGRESSIVA COMO CRIAÇÃO DA TOTALIDADE

Uma transformação social, ainda que limitada e conservadora, não é nunca obra de arte política. Tampouco é capaz de ter sido uma tarefa criada apenas pelos seus dirigentes, por mais geniais que possam ter sido. Ora, foi assim que estes intelectuais autocráticos tentaram interpretar o movimento da realidade. Contudo, assentados em interesses de uma classe que precisa deturpar cada vez mais a capacidade de percepção da realidade, não são capazes de compreender que o surgimento de qualquer nova forma social é fundamentalmente uma negatividade imante de sua processualidade, que irrompe sempre do seu próprio interior. Desestruturando sua totalidade estabelecida, são as contradições inerentes a esse concreto que passam a dinamizar uma nova totalidade constitutiva.

Mas também as contradições materiais não são capazes de, solitariamente, tornar vitoriosa uma nova forma de ser. Espontaneamente elas só podem gestar a crise. A mediação política superadora precisa agir com determinado grau de consciência. Necessita acima de tudo, resolver os conflitos que impedem o seu nascedouro. Por outro lado, é somente com o desenvolvimento de condições concretas que uma consciência social pode agir com efetividade. O objetivo nesta segunda parte do trabalho é, portanto, demonstrar que, brotando organicamente do movimento de uma realidade que nega-se a si mesmo, refletindo interesses reais e concretos, no seio mesmo de suas próprias contradições se desdobrando, esse complexo ideológico enquanto consciência burguesa com essa dinâmica real se imbricará estruturalmente em dois momentos cruciais: ao esclarecer teoricamente as forças políticas que representa, auxiliando-as a levar até o fim a batalha política pelo poder; num segundo momento, vitoriosa em seu intento, se tornará a matriz ideopolítica da classe dominante, pondo-se igualmente como a ideologia dominante dessa nova forma de desenvolvimento autocrático-progressiva do capitalismo brasileiro. Torna-se práxis própria de classe, eis uma esclarecida direção política.

Passaremos para a exposição de seus principais momentos, aqueles que se localizam nas lutas e contradições estabelecidas nos marcos da produção e da apropriação da riqueza social.

CAPÍTULO III: DO LIVRE MOVIMENTO DO CONCRETO

3.1 – A dinâmica contraditória do grande capital cafeeiro

O sentido colonizador do capitalismo brasileiro, desde seu momento de gênese, alicerçado nos séculos XVI, XVII e XVIII - pois fez parte integrante da acumulação originária do nascente capitalismo europeu -, concretizou-se mediante momentos históricos produtivos regionalizados. Na maioria das vezes acompanhados pela criação de gado que fazia as vezes de setor alimentício, evitando em muitas situações a fome generalizada que as demandas por produtos tropicais geravam ao atrair toda a atenção dos produtores brasileiros. O açúcar, o algodão, o cacau, o ouro extraído, ao serem mercantilizados, situaram-se na vanguarda desse processo histórico para o qual o Brasil foi dinamizado. É com a produção café que a especificidade dessa linha mestra de nossa formação econômico-social alçará um novo patamar, pois se transformará, para utilizar a precisão de um conceito caiopradiano, em um colonialismo de “forma mais complexa” (1966, p. 137).

Desenvolvido no mesmo período em que o Estado Nacional se formava,⁸³ ou seja, nos decênios que envolveram a estabilização da independência política, o café foi o elemento

⁸³ Partilhamos aqui também da concepção de Caio Prado Júnior (1985) que a abertura dos portos, a independência política e a internalização das funções decisórias de uma formação social que perdia seu caráter de submissão política à metrópole, serão os pilares centrais da gestação do Estado Nacional. A estabilização da escravidão, reposta novamente nas instituições monárquicas e imperiais representava, sobretudo, manter o potencial de sua economia agrário-exportadora. Essa era a questão essencial que se colocava a essa burguesia, uma vez que internamente ela se constituía como classe dominante – e dependente – desde os primórdios da colonização (cf. nota de rodapé 2). A criação do Estado Nacional não ocorre em 1930, como setores consideráveis da literatura tem defendido - um dos mais famosos, por exemplo, é a tese de Weffort (2003), corolário de sua leitura que privilegia apenas aspectos da esfera da política. Não à toa sempre se levanta a dúvida sobre como o Estado brasileiro teria conseguido manter sua unidade nacional desde o período monárquico em meio a tantas lutas regionalistas, enquanto a chamada América Espanhola teria se fragmentado em várias e pequenas repúblicas. Leituras apologéticas da figura de D. Pedro II, como as de Oliveira Vianna (1933), apontam para a capacidade superior e mesmo mitológica do imperador brasileiro que, com seu carisma, teria conseguido tal proeza. Essa leitura em alguma medida se reproduz com Vargas. Inverte-se aí a relação causal, pois a aparência que toma esse processo não expressa senão, para utilizarmos termos da análise de Francisco de Oliveira (1977), o tipo particular de “circularidade” que o capital toma para produção e reprodução em cada momento histórico. No período pós independência, a política econômica predominante, que se materializava na manutenção da taxa de câmbio, correspondia a compatibilização de interesses de reprodução do capital tanto da região do café, quando da nova região algodoeiro-pecuária que havia se desenvolvido naquele século no Nordeste. Isso ocorria fundamentalmente pela sua homogeneidade estrutural, isto é, enquanto aquelas burguesias específicas dominavam a esfera da produção, elas eram obrigadas a submeter-se ao capital internacional inglês, que havia se apropriado da esfera da circulação e da comercialização, afinal a realização de seus valores fazia-se naquele plano externo. Mesmo no Brasil meridional de então, isto é, no Rio Grande do Sul é falso crer que a Revolução Farroupilha (1835-1845) tenha sido um movimento separatista, quando na verdade seus próprios interesses como economia regional dependente eram subordinados aos interesses daqueles centro agrário-exportador (LOVE, 1975). Mesmo uma perspectiva liberal, que talvez a época de seu estudo não tivesse desenvolvido todos

exportado que mais conheceu mudanças de regime, trocas de gabinetes, e mesmo de dirigentes e de formas de trabalho em sua trajetória. Logrou deixar para trás o colonialismo puro, dependência política do país, superando a forma monárquica que tantas estabilizações proporcionou ao regime político do século XIX; conheceu a abolição constitucional do trabalho escravo e em tese teve liberada para si as forças produtivas essencialmente capitalistas assentadas no trabalho assalariado; recebeu, pelo seu dinamismo, posição de destaque no cenário internacional ao monopolizar mais da metade da produção mundial. Porém, mesmo com todas essas transformações revolucionárias para um expediente produtivo brasileiro, não fez senão confirmar sua posição colonial, da divisão internacional do trabalho, como país agrário-exportador.

Para entender concretamente essa assertiva, há que deter-se um pouco sobre essa dinâmica interna ímpar na vida história econômica do país. O aspecto central que a especificidade da economia cafeeira iria apresentar, em seus posteriores desdobramentos, já estava contido no bojo mesmo de sua própria formação.⁸⁴ Segundo a acurada análise de Sérgio Silva,

desde o começo, os principais líderes da marcha pioneira não se limitaram a organizar e dirigir as plantações de café. Eles eram também compradores da produção do conjunto de proprietários de terra. Eles exerciam as funções de um banco, financiando o estabelecimento de novas plantações ou a modernização de seu equipamento, emprestando aos fazendeiros em dificuldade. Pouco a pouco, eles se afastam das tarefas ligadas à gestão direta das plantações, que são confiadas a administradores. Eles se estabeleceram nas grandes cidades, sobretudo em São Paulo. (1995, p. 53)

Compreende-se, assim, que o capital que por volta de 1830 se objetiva nas plantações de café, já nos primeiros passos do seu desenvolvimento extrapola o âmbito puramente agrícola. Esse apontamento originário é importante na medida em que demonstra quão antigas são as contradições existentes no interior do capital cafeeiro e quanto tempo permanecem latentes até que, com o estímulo gerado pelo mercado mundial no último quartel do século XIX, podem

seus desdobramentos metodológicos, como a de Fernando Henrique Cardoso, dono de um bom estudo sobre a particularidade do Rio Grande do Sul, captou esse aspecto afirmando que “o equilíbrio difícil entre autonomia local e política nacional de favorecimento da expansão dos mercados consumidores do charque encontrava na ideia da Federação o arquétipo que parecia conciliar a contradição entre um desejo de autonomia política e uma dependência econômica indisfarçável” (1967, p. 503). Tanto é assim que esse processo pouco se alterou com a Primeira República (1889-1930), onde pôde a burguesia representante do grande capital cafeeiro instaurar uma república federalista sem que ocorresse o risco de desmembramento da nacionalidade, senão para a ideologia mistificadora racional autocrática que representava interesses que ainda estavam sendo gesta

⁸⁴ Podemos notar, também aqui, a constatação da concepção dialética de que a gênese tende a ser identifica à essência do fenômeno (KOFLER, 2010).

aquelas contradições ganharem maturidade e arrebentarem a superfície. Enquanto a produção nacional gera uma média, até 1910, de cerca de 12.000.000 de sacas, a dos doutros países no mesmo período não oscilam mais do que algo em torno das 4.000.000 sacas (CARONE, 1970, p. 34). O Brasil se torna, assim, o país detentor por excelência da produção de café, conquistando uma posição monopolista.

Por isso, em termos de acumulação interna, esse endosso da produção e comercialização ajuda a desenvolver ainda mais aquelas características de diversificação de seus investimentos. Se no século XIX, especialmente nas últimas décadas, a procura do capital cafeeiro restringe-se às ferrovias e a alguns serviços urbanos, como companhia de água, luz e energia, a passagem para o século XX, por sua vez, vai conhecer um incremento ainda maior dessa “vocação” para se alastrar em direção a outros setores. Seja no sentido de dominar os bancos nacionais (Comércio e Indústria e o de São Paulo), seja no de criar associações anônimas para gerenciar as importações, ou ainda associando-se a empresas de produção de máquinas agrícolas, vinculando-se, portanto, a indústrias já formadas, o grande capital cafeeiro estende sua ramificação pelas várias instâncias econômicas da sociedade brasileira. Esse movimento, que ocorre na passagem do século XIX para o XX, já encontra a agricultura fluminense na situação de esgotamento de suas terras e de decadência em relação aos novos setores, que se expandiam para o oeste de São Paulo.⁸⁵

Tenhamos em mente que essa diversificação não se faz sem profundos conflitos, “anotemos este fato para insistir em que tais conflitos não eram apenas o resultado de uma conjuntura desfavorável, mas se encontravam na essência das próprias transformações desse período” (SAES, 1986, p. 110). Em que pesem tais disputas de interesse, sempre mais graves para os produtores que tinham seus capitais localizados exclusivamente no âmbito da produção do café, chegando mesmo a gerar dissidências no PRP e tentativas de representação autônoma desse setor - como a proposta da criação do Partido da Lavoura em 1900 ou da Sociedade Paulista de Agricultura em 1902 -, elas não afetavam estruturalmente a hegemonia do grande capital cafeeiro em seus interesses diversificados.⁸⁶

⁸⁵ O estudo de Sergio Milliet sobre o *Roteiro do Café* (1941) ainda figura como um grande clássico para acompanhar os desdobramentos que promove a ramificação das zonas do café, em sua expansão do vale do Paraíba pelo interior até o extremo oeste paulista.

⁸⁶ Remetemos aqui à nossa dissertação de mestrado que aprofunda o debate sobre as cisões políticas ocorridas no interior da grande burguesia cafeeira durante a Primeira República, gerando a derradeira crise de hegemonia da década de 1920. Crise e transição: um capítulo da modernização conservadora da autocracia burguesa no Brasil (SARTORETTO, 2017).

Se os problemas de tão intenso crescimento faziam-se sentir nas relações entre os setores da burguesia dominante, não deixavam de se expressar também no aspecto econômico, impactando todos os demais segmentos sociais. O problema da superprodução traz consigo a dificuldade de defender a rentabilidade do setor cafeeiro, já que o enorme afluxo de sacas para o comércio mundial gera a depressão dos preços do produto. Mas as dificuldades também são encontradas dentro da própria polêmica em que se travaria a batalha da valorização em 1906, no famoso Convênio de Taubaté. Inicialmente, o governo federal na pessoa de Rodrigues Alves opôs-se a levar à cabo a valorização, demonstrando que os conflitos existentes entre os setores da própria economia cafeeira se apresentavam na estrutura política. De outro lado, a hegemonia dos interesses ligados a valorização do café impunha-se com a capacidade, permitida pela Constituição federalista, dos estados contraírem empréstimos direto aos credores internacionais. Assim, o esquema de valorização acabou sendo efetivado sob a direção dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, que, com o sucesso da iniciativa, fariam o governo federal tomar para si mais tarde a responsabilidade das valorizações. Por isso, pode-se dizer que com essa atitude os estados cafeeiros “lograram submeter o governo central aos objetivos de sua política econômica” (FURTADO, 1980, p. 180). Superava-se, assim, a primeira grande crise cafeeira, limpando caminho para mais um período de euforia econômica na expansão dos cafezais.

Entre 1919 e 1929, o capital cafeeiro viu sua acumulação alcançar níveis estratosféricos, gerando a crença que de estávamos no caminho do primeiro mundo. Terras aproveitáveis, virgens, semi-virgens ou mesmo zonas que pareciam iniciar sua decadência passam a multiplicar seus cafezais, em São Paulo, em Minas Gerais, na região fluminense e mesmo no Espírito Santo. As ferrovias foram melhoradas e incrementadas. Estancados no período da Grande Guerra Mundial (1914-1918), os fluxos de imigrações foram retomam com intenso vigor, assentados nos “acordos” de colonato que proporcionavam uma repartição desigual entre colonos e proprietários de terra,⁸⁷ protetoradas pela legislação do Estado mediante contratos

⁸⁷ Assentado em três pilares, o colonato foi a forma encontrada pela burguesia agrário-exportadora para substituir o trabalho escravo, ao mesmo tempo em que mantinha métodos de coerção extraeconômica e evitava o avanço para a forma assalariada de trabalho, mais consentânea com o dinamismo capitalista. Tais eram suas características: ao trabalhador imigrante era permitir plantar, em geral nas terras marginais e, muito raramente, entre os cafezais, para consumo próprio; esse fato permitia que o fazendeiro pagasse ao colono um salário abaixo do necessário à subsistência; por fim, recebia também o colono uma porcentagem dos lucros da venda do café que colhia. Essa estrutura tinha como finalidade maior diminuir o custo de reprodução da força de trabalho para a burguesia, na verdade impulsionando seus lucros. Tal configuração, clássica, existiu durante as primeiras levas de imigrantes, em geral alemães e italianos, pois nas que se seguiram, como de sírios, espanhóis ou japoneses, ao encontrarem a racionalidade do ciclo se aproveitando de todos as possibilidades de plantio para o café, perderam esses espaços de reprodução da própria vida. Não assombra que esses grupos tivessem deixados

anuais que não poderiam ser quebrados sem ônus para os colonos, somadas às dívidas que deveriam pagar aos fazendeiros, restituindo-os ainda pela viagem até o Brasil. O êxodo interno intrarregional também foi um fator importante nesse período: o Nordeste contribuiu com um número de trabalhadores que chegava à metade do de estrangeiros que entravam no país no mesmo período, somando 212.000 (AURELIANO, 1999, p. 21). Por fim, a evolução dos preços internacionais, sustentados principalmente pela prosperidade da economia norte-americana na década de 20, por um lado, e as políticas de câmbio e monetária internamente, por outro, elevando a taxa de câmbio em prol da valorização do preço da saca do café, coroavam o incentivo-mor dado à produção brasileira.

Precisamente nesse processo, em que o movimento da economia cafeeira se tornava cada vez mais caudaloso, aquela tendência imanente, localizável já em seu nascedouro, de expansão constante e necessária para fora de sua própria lógica, arrebenta à superfície. Após ser germinada, uma contradição pode passar bastante tempo em estado latente, cultivando todas suas potencialidades, até que se torne qualitativa, isto é, gere um elemento novo. Trata-se de um processo. Uma contradição é algo distinto de um antagonismo. No antagonismo, os polos contrários jamais se interpenetram, um deve eliminar o outro, para seguir em frente. Nas palavras de Mészáros, onde há antagonismo, há também, em sua estrutura fundamental, uma “relação não reformável” (2009, p. 189). Diferentemente, na contradição as partes distintas são, ao mesmo tempo, componentes de um todo e resolvem-se dialeticamente, transpostas num plano mais elevado. Isto significa que no próprio seio da economia cafeeira foram gestadas condições para sua superação. Germinado pela acumulação do capital mercantil, o capital industrial serviu de válvula de escape para os momentos de dificuldades que as exportações de café viviam. Mas não como à primeira vista possa parecer. Como afirma João Manuel Cardoso de Mello (1982), não se trata de procurar nos momentos de crise por baixa rentabilidade da economia cafeeira a incursão destes capitais por outras áreas de investimentos mais atrativas, em especial a industrial. Era precisamente no auge da lucratividade, buscando escapar do aumento das pressões na economia que a superprodução do café gerava, que esse movimento de extrapolação ocorria.

Por outro lado, se a capacidade produtiva da industrialização brasileira é gerada pela capacidade de acumulação da economia cafeeira, fornecendo-lhe máquinas, bens de produção,

poucos traços nacionais em suas mais duras condições de imigração, se comparados com os primeiros, em especial os italianos, beneficiados de uma conjuntura interna mais favorável (MARTINS, 1989). Do mesmo autor, veja-se também o debate sobre a situação dos trabalhadores rurais pós-escravidão, em *O cativo da terra* (1979).

etc., e se ela tampouco consegue gerar seus próprios mercados, claro está que ela se submete à condição hegemônica do capital cafeeiro. Temos aí a dependência subordinada do capital industrial ao capital cafeeiro. Entretanto, uma vez gestado este capital industrial é ele que oferece alternativas à crise de acumulação que se afigura nos momentos de abarrotamento do produto, quando se tornam inviáveis as reinversões em cafezais. Unidade e contradição se desenvolvem dialeticamente, a partir do próprio núcleo interior da economia cafeeira.

Extrapolando o nível dessas diversas contradições gestadas pelo seu próprio impulso dinâmico, o capital cafeeiro, assim, ajudava a lançar os marcos iniciais de um novo bloco histórico:

A própria dinâmica da acumulação de capital cafeeiro encarregara-se de criar, desde cedo, um setor produtor de bens de consumo assalariado, que fora obrigado, na década de 20, a se modernizar profundamente, sob o acicate de concorrência externa sem tréguas. Estabelecera-se, por outro lado, uma agricultura mercantil de alimentos, dotada de dinamismo suficiente para nos libertar das importações já antes da Primeira Guerra Mundial. Não é difícil entender que esses são pré-requisitos indispensáveis ao futuro, que sem eles seria impossível ao capital industrial aspirar a qualquer dinamismo próprio, ainda que limitado. Melhor ainda, penso que a produção mercantil de alimentos e a de bens de consumo assalariado significavam, antes de tudo, a plenitude do desenvolvimento da economia exportadora capitalista, e que sem ela, sem que a economia exportadora capitalista tivesse desenvolvido minimamente suas potencialidades, seria impossível a passagem a uma fase mais avançada de desenvolvimento do capitalismo. (AURELIANO, 1999, p. 16)

Essa “fase mais avançada do capitalismo”, que entre nós afluía era ainda a da constituição dos embriões da industrialização como processo, enquanto o imperialismo já vivia seus combates decisivos no plano internacional. Engendrada mediante contradições impensadas, processo que Marx e Engels já destacavam em 1848 ao afirmar que o “progresso da indústria, de que a burguesia é agente passivo e involuntário” (2010, p. 51), a industrialização brasileira encontra a base fundamental para seu momento decisivo.

É importante apontar a forma que as determinações endógenas desse processo encontrariam para se concretizar. Surgiria um departamento de bens de produção, totalmente desvinculado das oficinas, olarias e pequenas fábricas estabelecidas, em geral, durante a imobilização do comércio mundial nos anos 1914-1918, as quais se utilizavam de processos bastante rudimentares. Seria, então, germinado no Brasil, na década de 1920, o DI, o departamento de bens de produção ou bens de capital, meios usados para produzir outros bens, ou seja, o mais fundamental departamento para a reprodução interna de uma sociedade que deseja alcançar o estágio industrial. E, no entanto, num país de economia dependente e agrário-

exportadora como era o caso brasileiro, isto só ocorrera devido ao nível vigoroso de acumulação que a economia cafeeira alcançara.

Ao cotejar a primeira década do século com a terceira, Wilson Cano nos mostra que a “produção física exportável do café aumentou em 25% enquanto em valor (de libras esterlinas) suas exportações cresceram em 118%, graças às políticas implementadas. Não é difícil entender que a década, em termos de acumulação capitalista, seria verdadeiramente de ‘ouro’” (2012, p. 902). Enrobustecia-se o metabolismo global da economia com esse processo. Uma pequena indústria de aço, uma companhia de cimento, pequenas fábricas de motores elétricos, de máquinas propriamente ditas, etc., perfazem a diversificação da estrutura industrial do período, em muitos casos precisando contar com várias benesses estatais para que pudessem de fato consolidar-se em meio ao exíguo mercado brasileiro e frente aos fortes concorrentes estrangeiros.

Os anos 20 marcam ainda outros movimentos interessantes para a economia nacional. No setor ferroviário, por exemplo, Flávio Saes identifica uma tendência à menor participação do capital estrangeiro em algumas das mais importantes empresas, por crise de confiança ou por sucessivas queixas pelo longo tempo e formas de exploração que impunham ao país. O incremento das ferrovias, realizadas fundamentalmente para fornecer maior viabilidade para o escoamento do café até os portos, é agora utilizado para fazer com que elas passem a atender não mais e nem em maioria o café. De 40% do volume e 45% da receita total das mercadorias transportadas pelas ferrovias, o café cai, em ambos quesitos, para cerca de 20%: “esta menor dependência das ferrovias quanto ao transporte de café também indicaria a menor solidariedade desse setor à economia cafeeira” (SAES, 1986, p. 272). Estímulos ao comércio de alimentos, como o de gado, eram concedidos pelas ferrovias, corroborando aquele interesse na diversificação da produção nacional.

Ao passo em que a economia paulista tendia a se agigantar-se – Wilson Cano encontrará nesse processo as *Raízes da concentração industrial em São Paulo* (2007) –, ela parece, por isso mesmo, sugerir que os interesses da plantação de café estavam sendo colocados em segundo plano. Em várias frentes, rompia-se aquela unidade, ainda que não absoluta, que permitiu a prevalência do café na economia até a década de 1920. Iniciava-se, então, o momento derradeiro no desenvolvimento do capital cafeeiro. A crise de fato só agora ocorria em nível estrutural, porque certas atividades ganhavam um peso considerável na economia brasileira, e, fundamentalmente, passavam a não estar mais imediata e diretamente atreladas à exportação do café. Em outros termos: tinham-se tornado relativamente independentes. Além da orientação

distinta das ferrovias, vista acima, bancos passavam a investir em atividades industriais ou em atividades ligadas à urbanização e modernização das cidades. Em que pese a tendência a diminuição do capital estrangeiro em grandes empresas, ele começa a ganhar espaço onde antes dominava o grande capital cafeeiro, contribuindo ainda mais para sua desagregação.

Um novo ritmo de acumulação permitia que as diferentes frações se separassem; até então unidas em torno da produção do café e dela dependentes, assumiam, então, identidades próprias. O grande capital cafeeiro deixa de representar uma acumulação mercantil predominante, na economia interna do país. Os interesses dos outros setores, antes submissos às organizações de classe do grande capital cafeeiro, ganham então representações próprias – a mais expressiva delas é a conhecida formação da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) em 1928, criada após uma cisão na Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

A crise decisiva, portanto, da economia agrário-exportadora cafeeira acontece no instante mesmo em que vivia expansão sem precedentes: “basta recordar que a produção média cresce de 14,1 milhões de sacas entre 1914/15 e 1918/19 para 18,2 milhões, entre 1924-/25 e 1928/29, chegando aos espantosos 24.2 milhões entre 1929/30 e 1933/34” (AURELIANO, 1999, p. 18). O desenvolvimento e a diversificação da indústria de bens de produção marcam sua crise estrutural porque, ainda que fossem frutos diretos do progresso avassalador do capital cafeeiro, permitiam à indústria ganhar certa autonomia e dinamismo. Possibilitam, também, que a crise de 1929, originada de mais uma superacumulação interna, dessa vez articulada com a contração intensa da demanda externa, não fosse somente uma entre outras crises da economia cafeeira, mas oferece condições para sair dela em direção ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Todavia, esse processo de constituição do verdadeiro capitalismo entre nós, de suas forças produtivas maduras, não seria determinado apenas pelo movimento interno da economia cafeeira, mas também ganha contornos definidos pelo estágio em que vivia a economia mundial.

Se o momento decisivo da industrialização brasileira se situa na década de 1920, se é nela que se localiza a diferenciação de sua estrutura, compreender os nexos íntimos dos desdobramentos da totalidade maior - o âmbito das transformações que o capitalismo sofria, desde o último quartel do século XIX - é condição essencial para entender o tipo de industrialização que a dinâmica agrário-exportadora de um país dependente e subordinado teria capacidade de gerar. Na importante observação de João Manoel Cardoso de Mello:

Para compreender corretamente a questão, é preciso atentar que, nas duas últimas décadas do século passado, em conjunção com o processo de monopolização dos principais mercados industriais e no bojo da “Segunda Revolução Industrial”, a indústria pesada, especialmente a siderúrgica, atravessa uma profunda mudança tecnológica que aponta para gigantescas economias de escala e, portanto, para um enorme aumento das dimensões da planta mínima e do investimento inicial. Vê-se, imediatamente, que se apresentam problemas praticamente insolúveis de mobilização e concentração de capitais e que os riscos do investimento numa economia como a brasileira, onde o capitalismo apenas engatinhava, se tornam extraordinários. Finalmente, o que não é menos importante, a tecnologia da indústria pesada, além de extremamente complexa, não estava disponível no mercado, num momento em que toda a sorte de restrições se estabelece num mundo que assiste a uma furiosa concorrência entre poderosos capitalismos nacionais. (1982, p. 102-103).

De meramente familiar e concorrencial, as empresas se transformavam em monopolistas, para dominar o mercado interno, contando com a ajuda dos seus Estados-nacionais, que agora coroavam as fusões do capitalismo industrial com o capitalismo bancário e transplantavam a agressividade desse novo capitalismo financeiro para o âmbito imperialista. Desde Lenin (2008), em seu decisivo estudo sobre o imperialismo, retomando para superá-las, as abordagens do economista inglês Hobson, soube-se que essa forma superior do capitalismo não suprime a concorrência: tornava-a mais intensa, com a condição de ser feita ao nível do mercado mundial em expansão agora verdadeiramente genuína. Barganhavam-se mercados consumidores ou matérias-primas em países distantes – tão distantes, aliás, como a China Imperial, que de fato viu-se obrigada militarmente à abertura comercial. Se a forma desse conflito tivesse que **envolver** a Sociedade Secreta dos Punhos da Justiça e da Concórdia, que acreditava que a invasão estrangeira poderia ser detida com o ritual do boxe chinês, **ou mediante** aliança entre as oito potências da época, com exceção do Império Russo, usando das mais modernas armas de fogo, como se viu na Guerra dos Boxers (1899-1900), pouco importava: novos mercados deveriam ser abertos e a China apresentava o maior potencial dentre eles. O fato é que, como dirá Hobsbawm, mundializando-se o capitalismo e seu mercado, as guerras necessariamente acompanhariam esse movimento, tornando-se igualmente mundiais: “a rivalidade política internacional se modelava no crescimento e competição econômicos, mas o traço característico disso era precisamente não ter limites” (1995, p. 37). Desenvolvidos em sua própria lógica, a barganha da África e a Primeira Guerra Mundial encontrariam aí sua causal estrutural.

Não é escopo desta tese a investigação a fundo desses movimentos, por isso cabe tão somente destacar aspectos decisivos da estrutura geral do capitalismo mundial e sua faceta

política, o imperialismo, em que o Brasil se inseria, mais uma vez, dependente e subordinadamente. A partir dessa configuração é que precisam ser entendidos os desdobramentos da contradição gerada pela cultura cafeeira.

Fundamentalmente pela indisponibilidade de base técnica e financeira, que impede a industrialização brasileira de implementar de uma só vez o núcleo de bens de produção para que a capacidade produtiva se autodetermine é que está posto o caráter restrito da industrialização brasileira. Isto significa que, de fato, é a expansão industrial que passa a ditar a dinâmica da economia brasileira; a acumulação – força de trabalho e capital constante – passa a reproduzir-se endogenamente. Porém, mesmo liberta da dependência da economia cafeeira, “a capacidade para importar continua a impor à taxa de acumulação industrial um limite em última instância” (MELLO, p. 1982, p. 111). Numa industrialização que ocorria na terceira década do século XX, portanto de forma hiper-tardia/retardatária, os obstáculos para a implementação de gigantescas economias de escala, com tecnologia de ponta – praticamente indisponível no mercado -, em meio a empresas oligopolistas capazes de controlar o mercado além da sua demanda e investimentos iniciais de extremo risco, em suma, todos esses elementos eram inalcançáveis para um capitalismo dependente e de base de acumulação interna frágil, como o brasileiro.

Estão dadas as condições de esclarecer a razão do extremo particularismo do momento produtivo do café, no bojo da história brasileira. O duplo movimento aqui demonstrado, de constituição e de sua própria negatividade intrínseca, imanente, da economia cafeeira, é sua chave explicativa. Por um lado, o poder de acumulação do complexo do café, gestando em sua dinâmica o grande capital cafeeiro, detentor de interesses e investimentos vastamente diversificados, acaba por, nos seus desdobramentos, negar sua própria lógica, dispersando-se em vários setores. O âmbito industrial acabou sendo o mais favorecido, tendo logrado desenvolver dinâmica própria, oferecendo novo campo de atividades que possibilitava reorientação da economia, evitando a implosão do capitalismo brasileiro. Por outro lado, a força dessa industrialização não conseguiu avançar no sentido de libertar-se da dependência das exportações para suprir com capitais de grande monta os investimentos e elevá-los ao nível de integral autossuficiência. Nesse processo limitado, restrito, o que seria superação acabou por se tornar complementariedade, num novo patamar. A indústria chegaria a gerar capacidade de ditar a dinâmica interna da economia, mas mantinha-se atrelada ao movimento agrário-exportador. Longe de ter-se criado antagonismo entre esses setores, o que passou a existir

novamente foi “uma solidariedade econômica fundamental”, como aponta Lourdes Sola (1969, p. 279).

Essa ponte direta entre os dois setores significava, então, nos desdobramentos das contradições do complexo cafeeiro, a não superação integral da posição brasileira na divisão internacional do trabalho como um país cuja vantagem comparativa – na conceituação da escola clássica liberal, mais precisamente em Ricardo – deveria continuar sendo o da exportação de mercadorias agrícolas, atividade a que melhor dedicava seus esforços e que lhe seria benéfica, “admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países” (1982, p. 104). Assim, no fundamental, mantinha o Brasil como formação social dependente e subordinada, em suas decisões cruciais de produção da vida social, aos polos centrais do capitalismo, estes sim, fortemente industrializados e, agora, extremamente agressivos em suas práticas imperialistas. Por isso, passávamos a ser, mesmo no auge do ciclo cafeeiro e com seus intensos desdobramentos geradores de um processo industrializante, uma forma superior de colonialismo (PRADO JUNIOR, 1966).

O quadro acima apresentado, em linhas gerais e de forma bastante sintética, revela o horizonte que as determinações objetivas da realidade passavam a oferecer aos sujeitos sociais, na crise econômica enfrentada a partir de 1929. É fundamental, neste ponto, compreender as mediações necessárias que tornaram Getúlio Vargas o indivíduo capaz de liderar, de forma praticamente unânime, e expressar, como dirigente político, a capacidade de tomar as melhores decisões entre as possibilidades inscritas naquele real. Para que se evite ver nesse processo ricamente determinado o ato poderoso de um único indivíduo, algo que uma análise histórico-social da humanidade rejeita, é preciso compreender o político gaúcho naquilo que ele realmente foi: expressão condensada de um conjunto maior de elementos, dos interesses materiais que representa, da classe da qual fazia parte, do caráter da burguesia que liderou, etc.

3.2 – Getúlio Dornelles Vargas: a expressão política condensadora

Personagem, talvez, mais controverso que a história política brasileira conheceu, a interpretação sobre Getúlio Vargas oscilou entre incrível variedade de espectros. Poderíamos encontrar-lhe adjetivos vários, que se situam entre “pai dos pobres” e “mãe dos ricos” – para alguns, inclusive, qualificativos capazes de conviver com bastante harmonia. Maquiavel brasileiro para muitos, possuidor como nenhum outro da *virtú* e abençoado sem igual pela

fortuna, dificilmente alguma análise sobre o político gaúcho deixou de compará-lo ao pai da ciência política, alguns acusando-o como pecador, outros tecendo-lhe elogios pela habilidade, ou concebendo-o como capaz de acumular extraordinária e nunca antes vista ganância pelo poder, corrompido irremediavelmente pela sensação de comando sobre seus semelhantes.

Há os transmitem verdadeira indignação quando dele tratam, em suas análises. Arion Sayão Romita, ex-professor de direito da UERJ, ao analisar a Justiça do Trabalho criada nos primeiros anos do Governo Provisório, mas que viria de fato a vigorar apenas na institucionalidade do Estado Novo, pretende alertar para a pouca significância que daríamos a essa legislação, uma vez que inspirada no regime fascista, como reflexo direto da situação política autoritária italiana: “quando o Brasil se constitucionalizou em 1946, deveria ter atirado no lixo da história o aparato autoritário e corporativista implantado pelo Estado Novo. Para desgrça nossa, contudo, isso não ocorreu” (1999, p. 106). Espécie de fascista mais contundente até que Mussolini, pela indestrutibilidade das transformações estruturais que promoveu no poder, Getúlio Vargas teria sido o responsável por criar, no Brasil, condições favoráveis à permanência daquele tipo de regime e, assim, ter feito o fascismo vir para ficar: estaria mais vivo do que nunca entre nós, reproduzindo sua existência pela Justiça do Trabalho, que ainda vigoraria nos termos gerais em que foi criada.

Para observadores um pouco menos raivosos, era simplesmente “ditador de terceira classe”, conforme estampava o jornal “Brasil” (DULLES, 1984, p. 91) de Júlio de Mesquita Filho, após ver o símbolo estadual de São Paulo como o primeiro a ser incinerado pelo Estado Novo, no Dia da Bandeira, em 1938.

O fato é que há uma enxurrada de concepções distintas sobre a figura de Getúlio Vargas, principalmente a partir da tomada do poder, em 1930; a maioria delas, como lembra Lira Neto em volumosa biografia recentemente publicada, “inevitáveis clichês”, acrescentando que passaria ser, ser, desde então, “a ‘eterna esfinge’, o ‘impenetrável’, o ‘enigmático’ Getúlio Vargas” (2012, p. 23). O biógrafo não resistiria, é claro, a estabelecer, no já extenso rol de definições, a sua: “nem propriamente fascista, muito menos comunista, ele inauguraria um autoritarismo todo particular, temperado por uma imagem pública bonachona, de um chefe de Estado” (2012, p. 24), capaz de confiar em todos, desconfiando igualmente, como ter-lhe-ia aconselhado o pai, no leito de morte.

Vista por diapasão intermediário, mais eclético, porém igualmente liberal, figura a interpretação mais corrente sobre Getúlio. A teoria weffortiana localiza Vargas no cumprimento

de função política bastante específica na transição do mundo rural para o urbano-industrial: a de organizador político de um grupo social que, por incapacidade própria apenas se constituía como massa amorfa: os camponeses que passavam a se proletarizar. Teria conseguido, desta maneira, inserir no pacto político um agente historicamente excluído das decisões de poder. Contudo, aponta Weffort, “o sentido da participação popular” é o de cumprir uma defasagem dos grupos dominantes, impregnados da crise de hegemonia da oligarquia cafeeira, onde todos seriam incapazes de organização política para dirigir a sociedade. Para cobrir esse “vácuo no poder”, ascende um líder populista que legitima sua ação manipulando as massas urbanas, conformando um “Estado de compromisso” (WEFFORT, 2003, p. 79). Nesse novo regime, se as massas formam um novo parceiro em nome do qual fala o líder populista, é aos interesses dominantes que ele atenderá. Vargas, segundo essa ótica, teria sido por excelência um líder populista e, portanto, um genuíno manipulador das massas. Daí falar-se em “getulismo”, “queremismo”, etc.

Essencialmente distintas seriam as interpretações do campo do marxismo. Nelson Werneck Sodré, seguindo a hipótese levantada por Celso Furtado, defende a existência do escravismo como forma socioprodutiva predominante durante a época colonial. Concomitantemente, desenvolve o argumento original da existência de feudalismo periférico e regressivo; da necessária adaptação da tentativa colonizadora portuguesa (em sua ótica, o capital comercial não poderia fundar características capitalistas), criou-se o escravismo forjado colonialmente, produzindo suas mercadorias para o exterior, importando trabalho escravo da África e tendo de coexistir com o nomadismo dos grupos tribais.⁸⁸ De tudo isto resulta que o conceito de “contemporaneidade do não coetâneo”, isto é, de que “coexistem, no Brasil, regimes de produção diferentes, de tal sorte que geram antagonismos por vezes profundos entre regiões do país” (SODRÉ, 1968, p. 4), é o núcleo central de sua interpretação de Brasil. Assim, quando de sua derrocada pela junção do tenentismo – forma radicalizada do desenvolvimento burguês entre nós, portada pela pequena burguesia, vanguarda desse processo – e dos grupos oligárquicos dissidentes orientados para o mercado interno, derrotando-os politicamente, mesmo que não em decisivo combate, pois sempre rearticulando seus domínios no novo plano de poder, promovendo conscientemente a industrialização brasileira e o desenvolvimento do

⁸⁸ Indicamos aqui a leitura do artigo de Marcos Del Roio, umas das maiores autoridades no estudo do pensamento de Nelson Werneck: *Sodré e a dialética da formação social brasileira*. *Crítica Marxista*, n. 42, p. 85-102, 2016.

mercado, teria sido “Vargas, na eventualidade, um instrumento da história, como dirigente mais esclarecido que a burguesia brasileira conheceu” (SODRÉ, 1990, p. 174).

As exposições precedentes, realizadas de maneira muito esquemática, querem apenas indicar que a interpretação sobre Getúlio Vargas, como personagem político, pela vasta gama de direções que podem tomar, de fato, é das mais difíceis com que um pesquisador se depara. No entanto, é em uma abordagem rigorosamente teórico-metodológica que deve ancorar-se o presente esforço, se pretende facilitar o percurso nesse espinhoso caminho. Por exemplo, uma interpelação sobre a viabilidade de comparar a atuação de Vargas na política brasileira com o que predicava o teórico italiano Maquiavel deve distanciar-se dos equívocos que comete o senso comum. Deve, pois, concebê-lo não como um titereiro, indivíduo que joga com as forças em oposição, intencionando unicamente o aumento do seu poder pessoal. Antes, é fundamental que se o insira no dimensionamento das classes sociais, como faz Antonio Gramsci, compreendendo, com seus manuais e reflexões sobre a atuação do dirigente, que “pretende persuadir (...) [certas] forças da necessidade de ter um ‘chefe’ que saiba aquilo que quer e como obtê-lo, e de aceitá-lo com entusiasmo” (GRAMSCI, 1989, p. 11). Na medida em que a presente interpretação parte igualmente de fontes marxistas de análise, apresenta semelhanças com a de Gramsci – o que pode ser estendido, em alguma medida, até mesmo à de Sodré. Ora, isso acontece exatamente porque o sardo-comunista italiano (e também o intelectual marxista que foi um dia tenente) parte de uma abordagem igualmente dialética, que procura articular o fenômeno político com a totalidade, ou seja, com os vários complexos de sociabilidade, em especial com as relações de produção da vida.

No entanto, a presente abordagem interpretativa sobre Vargas parte dos desenvolvimentos proporcionados pelo arcabouço metodológico lukacsiano – como pretendeu ter deixado claro a introdução desta tese. Por isso, em que pese haja elementos de importância nas análises sobre a personalidade de Vargas, os condicionamentos que colocam são muito relativos e fazem parte daquele âmbito bastante limitado de “liberdade” do sujeito. Isto significa que tal liberdade é sempre exercida no interior de determinadas possibilidades objetivas, inscritas pelo real. Sendo assim, as pinceladas sobre a singularidade de um indivíduo, que jamais devem ser canceladas, precisam sempre ser marcadas no interior de uma abordagem que concebe o indivíduo histórico em seu ineliminável estatuto social. Para dizê-lo em termos mais claros: desde Hegel, a compreensão dos motivos pelos quais um indivíduo chega a fazer-se líder histórico ganha proveitosa inversão, pois parte das tarefas colocadas pela história, por sua época, e não do próprio indivíduo. Por sua vez, e enraizando materialmente essa concepção,

Marx e Engels adicionam a esta análise as lutas econômicas, ou seja, partem também das específicas estruturas de classe, do período histórico, da conjuntura política e do grau de desenvolvimento de cada formação social na qual se insere socialmente esse indivíduo. Pondo-se como sujeito social capaz de resolver as tarefas históricas e dadas por necessidades de sua classe, esse sujeito social não aparece como gênio espetacular, enigma incompreensível, ou como sujeito com dotes místicos e carismáticos, capaz de agir a partir desses poderes sobre os demais, como nas análises irracionalistas. Expressando em sua práxis social a capacidade de levar adiante aquelas necessidades, aparece, então, como um “indivíduo histórico-universal” (LUKÁCS, 2020).

No âmbito histórico são, portanto, os grupos e classes sociais que agem, e não indivíduos isolados. Mesmo no caso de singularidades irrepetíveis, isto é, de indivíduos excepcionais, há que concebê-los como “sujeitos coletivos” (TONET, 2013), em sua insuprimível relação líder-massa, dirigente-classe social, expressando interesses mais profundos, exigências que brotam do caráter determinado de cada momento histórico. A própria questão da existência de uma liderança específica, de um talento particular, surge das classes sociais imersas em situações de crise (MANDEL, 1995). Por isso, singularidades como as de um Getúlio Vargas só podem ser esclarecidas em sua eficácia se é levado em conta o espaço histórico da particularidade em que atua (das contradições postas por um estágio específico do modo de produção capitalista, a gestação de uma forma superior de colonialismo, embasada por processo industrializante restringido, e como líder de uma burguesia de caráter autocrático, pois entificada numa forma de acumulação escravista-colonial do capitalismo brasileiro). Traços como o de “esfinge”, “impenetrável” ou ainda de indivíduo essencialmente “enigmático” deixam, assim, de ser irracionais, ou seja, casuais; convertem-se em necessidade do movimento do concreto, condensadas num indivíduo que delas tomou consciência. Um indivíduo jamais pode alterar a tendência de fundo de sua época, mas pode, com muita audácia e por idiosincrasia, mudar seu aspecto individual, isto é, mediar, através de sua personalidade, a maneira pela qual aquela lei tendencial se dá.

Por essas razões e seguindo a crítica de Lukács a Engels, a saber, de que teria enxergado uma “excessiva necessidade” em análises sobre grandes indivíduos históricos, parece preferível a hipótese de “tendencialidade cautelosamente abordada do curso histórico” (LUKÁCS, 2010, p. 119) para mostrar que, ainda que não existisse Vargas, outro grande dirigente político surgiria, em seu lugar. Porém, cremos ser muito difícil que esse outro dirigente dispusesse da

mesma capacidade de Vargas para levar a cabo tais interesses. Passemos à demonstração dessa operação complicada, mas indispensável.

De fato, Getúlio Vargas mostrou inclinação para compreender as grandes linhas do movimento social de seu tempo, desde muito cedo. É claro que ninguém alcança esse patamar de forma independente. Dedicção às leituras, educação valorizada pelo regime de seu estado, boas fontes teóricas, em geral do pensamento clássico, e referências precisas para debater a ciência social são requisitos decisivos para obter esse avanço.

O Rio Grande do Sul, do início do século XX, parecia cumprir, em boa medida, essas exigências. Com relação à educação, por exemplo, o regime gaúcho sempre teve muita clareza da importância de que se revestia, para intuítos políticos. Assim, já no início da República (1891), tomou a dianteira no número de alfabetizados no país, destinando montante mais substancial, para a educação, que maiores arrecadações, como as de Minas Gerais ou de São Paulo: “com efeito, a capacidade do governo estadual para impor uma taxa de vulto sobre a propriedade e a ênfase dada ao ensino público deram à política fiscal rio-grandense uma conformação decididamente progressista, se comparada à de outros membros da Federação” (LOVE, 1975, p.109).

Percebe-se aí o ambiente fértil que o estado gaúcho desejava proporcionar àqueles que se interessassem pelos estudos. Getúlio Vargas certamente era um deles. Incentivado à leitura dos clássicos pela atmosfera intelectual que reinava em seu estado natal, denuncia aspectos de uma personalidade que se construía absorvendo a todo momento preocupações com a política, até mesmo quando exercitava a crítica literária.⁸⁹ Isto é perceptível já em artigo de 1906, publicado na revista da Faculdade de Direito de Porto Alegre. Nele, Vargas revela conhecimento bastante acurado do conturbado movimento histórico que a sociedade francesa vivia, na passagem do século XIX ao XX. Comentava, com alguma propriedade, por exemplo, o caso Dreyfus; porém, não se restringia a críticas pontuais, já que realizava análise mais global da crise francesa e articulava a situação, que qualificava como “necrose social”, pela qual os

⁸⁹ Em entrevista, Alzira Vargas comenta a sede de leitura getuliana, na juventude: “papai, como estudante, tinha uma espécie de assinatura com a Plon e a Gallimard e recebia todas as novidades francesas e italianas. Ele dominava bem o francês e o italiano, o inglês ele aprendeu depois. A biblioteca dele era altamente interessante. Tinha livros raríssimos na época... Livros de literatura e de direito. Tinha Balzac, Stendhal, e havia filosofia também. Ele tinha uma grande preocupação com o além. Na biblioteca, havia livros sobre o niilismo, sobre as experiências feitas nos Estados Unidos em torno da origem do ectoplasma, que ele achava que eram uma farsa. Então, através dos livros dele, fiquei conhecendo melhor o homem. Papai era um homem de uma cultura tremenda, que leu muito na mocidade. Depois, não tinha mais tempo. E quem fazia os resumos dos livros para ele éramos nós. Ele dizia: ‘Lê e depois me conta o que é’” (1986, p. 38).

patriotas de Balzac passavam, com o desfecho dos processos políticos ocorridos desde o período napoleônico. Assim, relacionava os dois governos monárquicos (casa de Orleans e de Bourbon), a perene República, logo abolida pelo Império de Napoleão III, a decepção de 1870, quando o país saiu derrotado para a Prússia, como partes da problemática da questão social francesa. E ninguém mais que Émile Zola, na percepção de Vargas, então com 24 anos, tivera a capacidade de representar literariamente todo esse pandemônio, queurgia solícito por renovações:

Renouveler ou perir – tal era a fórmula que se impunha. (...) A França já não se satisfazia mais com o canto dos rouxinóis. Era preciso um reformador (...). Um reformador e um crente, que tivesse a inabalável convicção do mérito de sua obra, e algum tanto da rudeza nativa do povo, que fosse a ressonância da voz dos oprimidos e a vibração poderosa do descontentamento da época. Em Zola, havia a crença até o exagero na necessidade de uma iniciação remodeladora. Ideia centro ao redor da qual girou todo o seu grande esforço de reformador. Possuía essa sinceridade convicta – *alma mater* de todas as revoluções. Compreendeu que, do filão riquíssimo existente na Ciência, poderia extrair abundante material para a construção artística. Observou a realidade na natureza, observou o homem na sociedade, condicionando-o ao seu meio, agindo sob o agulhão dos instintos, sob a atuação premente das necessidades, e sofrendo o contrachoque dos interesses opostos. Era um retrocesso à inesgotável fonte do velho e sempre novo Balzac. Estudou essa multidão inumerável, vivendo no fundo das minas, sucumbindo esmagada pelas explosões e os desmoronamentos. Homens caquéticos, cujas forças se exauriam, tomados de incuráveis moléstias, adquiridas nas entranhas úmidas da terra, anemizandose na atmosfera abafadiça das escuridades profundas. Tipos deformados pelos desastres; mulheres esgalgadas e secas, de pele áspera e rugosa como velhas megeras; crianças esqueléticas e famintas; semivirgens cloróticas, desenvolvendo-se na promiscuidade desmoralizadora dessa convivência forçada. E, sobrepairando a tais misérias, estadeia-se a rotundidade do burguês ventruado que goza e engorda, respirando uma outra atmosfera e nem mesmo poderá compreender a injustiça de um tal proceder. Vive de transformar a vitalidade e o esforço de outros seres que nem ganham o indispensável para matar a fome. (1999, p. 76)

Desse escrito quase que juvenil de Vargas são muitos os aspectos que necessitam ser ressaltados. Assim, de um conhecimento preciso da questão francesa, país onde as lutas políticas sempre se resolvem apenas depois de ter assumido a mais profunda radicalidade, expressando-se, portanto, politicamente nas formas mais nítidas possíveis (ENGELS, 2011), Vargas parecia extrair preciosas lições políticas.

Além disso, claro está que a obra de Zola marcou profundamente os anos universitários de Vargas, como vemos pela densidade e crueza das palavras que elege para tecer seus comentários sobre o *modus operandi* do capitalismo francês (gerador de “homens caquéticos”, que na exploração dos trabalhadores, em geral nas minas, torna-os “tipos deformados”,

resultando numa total desmoralização das relações humanas capaz de gerar até mesmo “semivirgens cloróticas”, tudo isso apenas para fomentar ainda mais a forma já obesa dos burgueses “rotundos”, “ventrudos” e insensíveis perante a miséria generalizada). Mais que isso: Zola parece ter-lhe oferecido um horizonte político no qual a forma burguesa de tratamento de determinados problemas sociais seria tida pelo menos como inconveniente, tornando necessária uma ação reformadora que preservasse a força vital da classe trabalhadora, vale dizer, sua potência enquanto força de trabalho destinada a servir ao capital.

Mas ainda mais importante é a existência de uma mediação, contida na máxima que Vargas levanta: *reformatar-se ou perecer*. Uma vez que a ciência social positiva, nas palavras de Evaristo de Moraes Filho, considerava-se a “única capaz de proporcionar a renovação dos costumes, das ideias, da moral como medidas para reorganizar a sociedade, tirando-a da fase crítica e encaminhando-a para a sua organização definitiva” (1978, p. 10), aquela frase lapidar acaba por conduzir à conhecida influência positivista que existiria na formação gaúcha política de Vargas. Produto direto de sua época, “da primeira metade século XIX, século de todas as lutas, de todas as ideologias, com plena consciência de si mesmo e de que ali se forjava o futuro da humanidade” (MORAES FILHO, 1983, p. 39), o positivismo expressa, por isso, a necessidade de “ordem” e “consenso” para o capitalismo seguir seus dias evitando crises sociais, principalmente as que desejavam pôr fim a seu metabolismo social, ainda que não encontrassem condições objetivas para isso. O capítulo anterior mostrou como a Física Social, como disciplina, e, mais globalmente, o pensamento burguês depois de 1848 sente a necessidade de lamuriar-se pelos sofrimentos da humanidade, reivindicando para si a capacidade de pôr fim às crises geradas pela Revolução Francesa de 1789, mas em resposta oferece tão somente reformas conservadoras ou românticas e, mais especificamente, apenas o subjetivismo como solução prática para remediar aqueles males sociais.⁹⁰

⁹⁰ A título de curiosidade, compare-se o escrito dos tempos de faculdade de Vargas (e mesmo as lamúrias de Alberto Torres, expostas na seção 1.1) com este de Comte, formulado também em sua juventude, com apenas 19 anos, em 1817: “A miséria pública é enorme em Paris; o pão é muito caro, e receia-se mesmo que venha a faltar. Não se pode dar um passo na rua sem ter o coração partido pelo aflitivo quadro da mendicidade; a cada instante encontram-se operários sem pão e sem trabalho, e com tudo isso, quanto luxo! Quanto luxo! Ah, como é revoltante, quando a tantos indivíduos falta o necessário absoluto! A despeito da aflição geral, o carnaval ainda é bastante alegre, pelo menos, há muitos bailes, públicos e particulares. Ouvi mesmo dizer por pessoas bem sensatas que se dançou neste inverno como nunca. Quanto a mim, não posso imaginar como uma gavota ou um minueto façam esquecer que mais de trinta mil seres humanos não tenham o que comer. Não posso imaginar que se seja tão indiferente. A ponto de se divertir loucamente em meio a todos esses desastres. Os governos não se incomodam de maneira alguma com esta frivolidade, porque, segundo a observação judiciosa que ontem ouvi de uma senhora muito bonita, muito amável e que, no entanto, pensa, ‘quem dança não conspira’. Esta expressão, que é mais profunda do que parece, dá bem a chave das coisas.” (Apud MORAES FILHO, 1983, p. 8). Nos dois textos, a mesma sensibilidade para a miséria e a mesma incredulidade face àquilo que será designado

Não obstante essa avaliação um tanto psicológica, a herança positivista, em Vargas, é mais concreta do que aquela ditada apenas pela literatura clássica afinada com sua perspectiva ideopolítica: estava profundamente ancorada na própria constituição gaúcha. Responsável pelo governo estadual durante a formação republicana, Júlio de Castilhos implementou, na legislação estadual, alguns dos preceitos fundamentais do positivismo. Dentre eles estão a restrição do papel da oposição unicamente ao voto do orçamento fiscal, cabendo lembrar que Comte (1973, p. 103) afirmava seguidamente ter ojeriza da oposição; possibilidade de reeleição permanente dos representantes políticos – na prática, ocorrência garantida – (lembremos da inclinação de Comte pela sociocracia) e a escolha do vice-presidente pelo próprio presidente eleito.

Vale a pena arrolar ainda o seguinte trecho, para mostrar o profundo peso que a ideologia positivista exercia sobre o órgão de propaganda do Partido Republicano Rio-grandense, A Federação. Em circulação datada de 21/1/1928, aparece nada menos que uma citação expressa do próprio Augusto Comte. Sintomaticamente, ela figura como prognóstico, antecedendo o comentário feito pelo artigo sobre o estado da mentalidade dirigente da sociedade brasileira e da necessidade de disciplinar os impulsos sociais geradores da anarquia intelectual e moral. Assim vinha a inscrição: “subordinar o progresso à ordem, a análise à síntese, e o egoísmo ao altruísmo; tais são os três enunciados, prático, teórico e moral, do problema humano, cuja solução deve constituir uma unidade completa e estável” (TRINDADE, 1980, p. 337).

Assim disposto pelas regras constitucionais à época de Júlio de Castilhos, o regionalismo gaúcho preocupava-se fundamentalmente com fortalecer o estado, buscando envolvimento mínimo com as tramas políticas nacionais, principalmente no que se refere às disputas presidenciais. De quando em quando, o Rio Grande do Sul enviava um Pinheiro Machado ou um Hermes da Fonseca para perturbar o pacto paulista-mineiro de revezamento no poder, mas em geral eram exceções à sua regra geral de confinamento.

Expressando o poder perene que essa constitucionalização em moldes positivistas dava ao estado gaúcho, as gerações que sucederiam os mestres políticos dessa lógica, notadamente Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, herdariam ideais profundamente alinhados, mas não como dogmas rígidos, para aplicá-los como se valessem atemporalmente. Com a evolução da economia gaúcha cada vez mais atrelada ao mercado interno e acompanhando os

como “exclusivismo de classe” e, por fim, a mesma solução reducionista restrita ao subjetivismo, excluindo qualquer modificação na estrutura fundamental econômica.

desdobramentos da situação política na federação, esses jovens e futuros sucessores perceberiam a importância de formular um projeto de maior envergadura política, em vez de apenas cuidar de seu estado.

Mas essa nova linhagem de políticos, em formação, manter-se-ia em estado de aprendizagem até o limiar da década de 1920, pois o estado ainda se encontrava dividido entre republicanos e federalistas, que não raro levavam suas diferenças até a guerra civil, permeada por massacres sanguinolentos – eis outra razão, entre as que mantinham os dirigentes gaúchos mais preocupados com a ordem interna estadual. A contínua reeleição de Borges de Medeiros para a presidência estadual, quando pleiteada pela 4ª vez em 1923,⁹¹ causou uma última e mais intensa indignação da oposição. Os federalistas, aliados de Joaquim Francisco de Assis Brasil, insurgiram-se por todo o estado e solicitaram a interferência do então presidente nacional, Arthur Bernardes, que conseguiu conformar um acordo.⁹²

A importância desse acordo é múltipla. O estado finalmente via nascer a paz consensual interna. Por ele, permitiu-se que Borges de Medeiros cumprisse seu mandato até 1928, porém impedido de escolher seu vice, agora eleito pelo voto, e estaria vedada a reeleição de um presidente no Rio Grande do Sul. A Constituição gaúcha era alterada em vários pontos, mas a força de fazer eleger um sucessor permanecia, devido ao domínio direto do comitê governista pelo Partido Republicano Rio-Grandense. O acordo ainda fortalecia a opinião estadual, na medida em que iniciavam diálogo os dois maiores partidos que sempre se mantiveram em pé de guerra: os republicanos e federalistas.⁹³

⁹¹ Borges de Medeiros vinha se elegendo, ininterruptamente, desde 1913; em 1923, disputava o terceiro mandato consecutivo, que não viera quando governou o estado entre 1898-1908 e elegeu Carlos Barbosa para o quinquênio 1908-1913. Como se pode notar, os mandatos de presidência estadual no Rio Grande do Sul eram quinquênios, e não quadriênios, como nos outros estados.

⁹² “Os libertadores não foram bem sucedidos quanto à deposição de Borges. Contudo, conseguiram a limitação de sua autoridade. Rendendo-se relutantemente à pressão crescente de Bernardes, Borges aceitou uma mudança na Constituição, proibindo os Governadores de exercer mandatos consecutivos; também concordou em sacrificar as medidas constitucionais “positivistas”, que permitiam ao Governador apontar seu vice. Com a negociação de garantias para a representação das minorias em nível estadual e nacional (seis cadeiras na Assembleia e cinco no Congresso), estavam resolvidos os problemas e o Pacto de Pedras Altas foi assinado, em meados de dezembro. O acordo encerrava a guerra de onze meses” (LOVE, 1975, p. 223).

⁹³ Na tradição gaúcha, também é costumeiro designar esse conflito como duelo entre “ximangos” e “maragatos”. Os federalistas, que sempre fizeram oposição ao PRR, escolheram a figura de um animal sedentário, que se alimenta de carniça, para designar a constante ditadura exercida pelos republicanos: tal é o significado da ave “Ximango”. Por sua vez, os republicanos, para ofender os federalistas como estrangeiros, designavam-nos como maragatos, termo que faz referência a uma região da Espanha, local de origem da maioria dos uruguaios. No Uruguai os federalistas se escondiam para conspirar e projetar novas insurreições.

No entanto, os maiores beneficiários desse novo estado de coisas seriam os políticos da chamada geração de 1907: Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas, Firmino Paim Filho, João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso e Lindolfo Collor desempenhariam papéis cruciais na guerra civil e, depois, na luta pela unidade partidária e pelo pacto de Pedras Altas.⁹⁴

Concomitantemente, há que ressaltar um nexos histórico crucial, vivido por Vargas. Se o estancieiro de São Borja foi beneficiado por uma conjuntura de unidade e modernização política no âmbito de seu estado, não seria menor o saldo do aprendizado uma vez escolhido pelo partido como seu representante nacional. Constatou-se já a influência positivista no pensamento de Vargas, com todo o peso conservador, de estabilização da ordem, que a função de Comte e da fundação da Sociologia conferiam. Afirmamos também não serem os ensinamentos de Júlio de Castilhos sobre a importância de resguardar-se como estado independente na República Federativa um dogma inflexível. Retomar este aspecto é fundamental para percebermos como, da mesma maneira que Júlio de Castilhos compreendia concretamente os interesses da realidade regional gaúcha, dando-lhe solução que levava em conta o predomínio de interesses dos estados agrário-exportadores, Vargas, nos anos de aprendizado parlamentar como Deputado Federal, procederia com os problemas nacionais, que naquela década se apresentavam ao metabolismo da formação social brasileira. Assim, não dizemos que Getúlio Vargas teria adaptado o positivismo à realidade nacional, que passou a conhecer com maior intimidade, pois o que ele de fato efetivou foi uma leitura daquela realidade sob a ótica gnosiológica positivista. E para isso contaria com preciosa orientação.

Da longa carreira que ocupou como representante parlamentar gaúcho,⁹⁵ interessa-nos mais de perto o período ocupado como Deputado Federal, assumido em maio de 1923. Seriam três anos e meio representando o senado sul-rio-grandense. O posto seria abandonado para ocupar cargo ainda mais importante no cenário nacional, a convite do então eleito presidente

⁹⁴ O conceito de “Geração de 1907” é de Joseph Love (1975) e busca mostrar como essa geração, dirigida pela antiga, foi educada nos princípios castilhistas, mas, ao mesmo tempo, tornou-se de certa forma independente pra formular projetos próprios. Foi a guerra civil de 1923-1925 que definiu seu papel no P.R.R.; a partir dali, tornaram-se importantes dirigentes político-partidários – alguns viriam ser figuras de grande relevo na política nacional, ao lado de Vargas. Lindolfo Collor, por exemplo, uma das figuras mais interessantes do período, requereria estudo particular, que desvelasse as nuances de sua constituição intelectual. Em 1917, formou-se, no Rio de Janeiro, pela “Academia de Altos Estudos Sociais, Políticos e Econômicos”, que logo fechou-se. Ele é, talvez, o membro intelectual por excelência da “geração de 1907”. Foi o primeiro Ministro do Trabalho de Vargas, nomeado logo após o estabelecimento do Governo Provisório, exercendo essa função até 4 de abril de 1932. Muito pouco se encontra sobre seu pensamento, vasculhando a literatura do período.

⁹⁵ Eleito Deputado Estadual entre 1909 e 1913, Vargas, após um mandato longe, retorna em 1917 para um período de cerca de 6 anos novamente no cargo. Só sairá deste para ocupar mandato mais importante, que é o de Deputado Federal em 1923.

do país (1926), Washington Luís: o de Ministro da Fazenda. É curioso que pouca atenção tenha sido dada a esse período, crucial para a carreira política de Vargas, pela literatura especializada.⁹⁶

O que justifica atenção mais detida a esse período é que nele identifica-se maior atenção de Vargas aos problemas propriamente nacionais, amainando sua postura, dominante até então, de defender intransigentemente o regionalismo gaúcho frente aos interesses da União – não é por acaso, claro, que isso aconteça logo após o Pacto de Pedras Altas (1923), que pacificara a política interna. Parece que sua defesa do princípio federativo, negando qualquer intervenção, não era principista, ou seja, não se baseava na funda convicção de que fosse o melhor regime, mas apenas o mais adequado na defesa dos interesses gaúchos. Uma vez ocupando posto de poder no Executivo nacional, seria integralmente abandonado pelo interesse oposto, a centralização, a nomeação de interventores, etc. Esse pragmatismo político expressa meridianamente uma fina leitura do movimento da realidade como expressão orgânica dos interesses de sua classe.

Vejamos a postura de Vargas, durante esse processo.

Sem abandonar a defesa do regime implantado por Júlio de Castilhos, Getúlio dá um salto teórico em seu aprendizado político, quando ingressa no Senado. A leitura de seus discursos do período mostra que acordara para a discussão dos problemas fundamentalmente nacionais, entre os quais enumera o desequilíbrio orçamentário, a questão social e o isolamento regional, propondo solução por meio de reformas e não de revoluções (como os tenentes precipitados, segundo concepção que veiculavam os políticos). Contudo, o que mais chama a atenção, nessas referências, é a fonte da qual o estancieiro gaúcho se utiliza para captar tais problemas. Um dos raros observadores desse fenômeno comenta que “foi a leitura da obra de Oliveira Vianna que levou Getúlio a descobrir a dimensão nacional dos problemas” (RODRIGUEZ, 2009, p. 161). De fato, a análise mais detida de seus discursos revela citações

⁹⁶ Igualmente curioso é que um trabalho excelente e minucioso como o de Pedro Cezar Dutra Fonseca praticamente não faça referência a essa fase da Vargas, ainda mais se tratando de uma investigação inteiramente pautada “em verificar os elementos de mudança e de permanência do discurso [de Vargas], que se assume estarem vinculados às exigências concretas que historicamente foram se apresentando” (1989, p. 15). Talvez o fato de o autor ser economista de formação, tornasse esse problema, de natureza política, como ele mesmo declara nos agradecimentos, deveras complexo e desafiante, motivo pelo qual seu livro se atenta mais às questões do intervencionismo, crítica do liberalismo, política econômica, etc. Entretanto, persiste a inquietante questão das escassas referências às importantes transformações e continuidades no pensamento de Vargas durante seus anos parlamentares, principalmente nos quais já adquirira maturidade para melhor lidar com o meio.

esclarecedoras da influência do jurista fluminense na leitura de Brasil que o futuro dirigente nacional passava a tomar para si. É o que se vê na seção de 20 de outubro de 1925:

Ninguém melhor que Oliveira Vianna, cujas ideias compendiamos em algumas destas sugestões, com a esclarecida visão do sociólogo, *apreendeu a evolução do povo brasileiro*. Fracassaram as generalizações apressadas da sociologia, pretendendo aplicar as leis gerais da evolução, como um paradigma que todos os povos tivessem de seguir na sua marcha. Esqueceram-se que a ação modeladora do meio cósmico, da composição étnica e dos fatores externos tinham que variar o processo do seu desenvolvimento, que sofre avanços e recuos, desvios e contramarchas, conforme a atuação preponderante desses agentes. Foi preciso que sobreviesse a plêiade brilhantíssima dos discípulos da escola de Le Play para, no estudo pormenorizado dos pequenos núcleos sociais, apanhar toda a infinita variedade da vida. (...) Portugal, país de escassa população, defrontando aqui com uma vasta extensão territorial semeada de elementos hostis ante a resistência tenaz dos primitivos silvícolas, teve de ir fazendo uma lenta infiltração do elemento colonizador. À medida que avançavam os agentes civilizadores no território distenso, iam-se formando pequenos núcleos de povoamento que se multiplicavam quase isolados pela dificuldade de comunicações. Era, como observa Oliveira Vianna, um povoamento ganglionar, em pequenos nódulos sociais dispersos. (VARGAS, 1999, p. 472-473)

E após percorrer, quase parte por parte, sinteticamente, o livro *Evolução do Povo Brasileiro*, que, aliás, cita expressamente, arremata: “e assim tinha que ser, porque, como bem observa Oliveira Vianna: ‘Não é possível nenhuma organização central forte em um país de base física vasta, de baixa densidade demográfica e de circulação rudimentar’” (VARGAS, 1999, p. 473).⁹⁷ Transcrevendo-a literalmente, Getúlio Vargas toma para si aquela interpretação de Brasil de Oliveira Vianna. O que Ricardo Velez aponta quando indica que “encontramos aí formulada, em germe, a ulterior política getuliana de equacionamento técnico dos problemas nacionais” (2009, p. 160) é, na verdade, um dos momentos mais essenciais do fazer-se ideologia

⁹⁷ Identificamos um equívoco de Velez Rodriguez, que se repetirá, mais a frente, em Lira Neto. Únicos, segundo nossa investigação, capazes de constatar a organicidade que se estabelecia ainda da década de 1920 entre Vargas e Oliveira Vianna, cometem ambos, contudo, erro não só técnico, mas teórico-metodológico (falha ou ausência de leitura de todos os livros envolvidos no debate?) ao atribuir aquela citação ao livro *Populações Meridionais do Brasil* (publicado em 1920 e com segunda edição ainda em 1922), quando na verdade a passagem se refere, conforme apontamos e o próprio Vargas faz questão de deixar claro, ao livro de 1923, *Evolução do Povo Brasileiro*. Essa obra foi por nós, de forma analítico-imanente, elencada como central em seu pensamento, especialmente por desenvolver mais ricamente o conteúdo do conceito de ‘espírito insolidarista’. Aliás, Ricardo Velez repete o erro em seu livro sobre o Castilhismo (2000, p. 242-243). Para confirmar que a passagem citada é mesmo do estudo de 1923, além de indicarmos a exata localização da passagem, na página 305 da segunda edição (1933), que é a que usamos aqui, trazemos também o confiável estudo de Jarbas Medeiros sobre o pensamento de Oliveira Vianna, que confirma a paternidade do trecho, apontando em “(E. P. B. p. 332,333)” embora nas referências constem as edições de 1933 e de 1938. Se encontramos, pois, na de 1933 sua localização na página 305, Medeiros deve ter-se utilizado da edição de 1938, a terceira.

daquele corpo teórico da razão autocrática, pois encontra sua recepção em um líder político de alta expressão. É neste momento que Vargas passa a adotar literalmente a racionalidade autocrática como leitura de realidade e ponto de partida de sua práxis política, ou seja, equaciona sua visão dos problemas nacionais. De um lado, já encontrara *em Oliveira Vianna a fina aplicabilidade dos pressupostos metodológicos reducionistas de compreensão do real*, conforme visto no primeiro capítulo; de outro, pelo fato desse postulado ir ao encontro de sua herança positivista sem gerar contradições que demarcassem diferenças substantivas. Na verdade, Oliveira Vianna não fazia senão expressar ideologicamente, portanto, no plano da batalha das ideias, aqueles interesses que Getúlio dirigia materialmente (conforme a seguir será evidenciado), ajudando a compor a justificativa legitimadora para a conquista do poder. Ocorre aí a convergência de dois violinos: liderança política e criação teórico-ideológica em uma única e mesma plenitude de sentido. Identificam-se mesmo antes do poder, ou mais precisamente – pode-se levantar a hipótese –, apenas se encontrariam no Governo Provisório, após 1930, pela identidade de pensamento estabelecida ainda no decorrer da crise de hegemonia agrário-exportadora republicana. Sem esquecer toda a carga que, por meio da análise de Oliveira Vianna, possui a obra de Alberto Torres, a razão autocrática, como corpo teórico, cumpria sua função social ao tornar-se ideologia, conscientizando Vargas dos interesses de sua classe, fornecendo elementos de prévia-ideação capazes de influenciar-lhe as escolhas políticas para que se tornem práxis social genuinamente autocrática.

Como fato subsidiário, mas que por isso mesmo não deve ser descartado, e sim analisado criticamente, encontra-se o comentário de Fernando Moraes sobre as iniciais relações estabelecidas entre Vargas e o ainda jornalista em ascensão, Assis Chateaubriand. Segundo o biógrafo, consta que foi exatamente durante essa curta estada de Vargas como Deputado Federal, mais especificamente durante o ano de 1925, que, por intermediação de Lindolfo Collor, os dois personagens fossem apresentados. Vale lembrar que poucos anos depois Chateaubriand se tornaria, por décadas, o maior e mais respeitado (ou temido, a depender do ponto de vista) jornalista, dono de gigantesco império midiático que, aliás, cresceria muito em função da sombra que lhe faria o próprio Vargas, como dirigente político. Mas naqueles dias Chateaubriand esboçava apenas a criação de seu primeiro jornal independente, dando início a sua cadeia de diários, tendo comprado o periódico *O Jornal* (dentro do qual já trabalhava Azevedo Amaral). Durante a conversa, Vargas teria apoiado a iniciativa de Assis Chateaubriand e, indo mais fundo na demonstração de seu entusiasmo, comentando suas impressões do que deveria ser modernizado no país, mas não sem antes se apresentar como

“um spenceriano, um positivista individualista, ao contrário dos meus de meus conterrâneos Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, comtistas ortodoxos”. Disse que, como assinante do jornal argentino *La Nación*, lera com grande interesse os artigos e entrevistas que o jornalista enviara da Europa. Ao perguntar pelos planos de Chateaubriand para o futuro, Vargas ouviu-o dizer que nos próximos meses queria criar um vespertino novo no Rio de Janeiro e, logo em seguida, montar ou comprar um jornal em São Paulo e outro em Minas Gerais, dando início a uma cadeia nacional de informação. A pronúncia da palavra “nacional” fez brilhar os olhos do deputado:- Mais do que qualquer outra coisa, este país precisa de instituições que lhe deem unidade. Cada estado brasileiro é uma ilha voltada de costas para as outras, como se fossem países diferentes. A cadeia de jornais que tu projetas pode ser um embrião da unidade nacional por que eu tanto luto. Se precisares de ajuda para a realização de teus planos, podes contar comigo. (MORAIS, 1994, p. 145)

Certamente, deve-se ver com cuidado o contexto que dava sentido à palavra nacionalista, bem como manter certo receio de encontrar um projeto de unidade nacional em Vargas, já em 1925. Contudo, segundo o trajeto desta investigação, o espírito do diálogo certamente não parece ter fugido muito ao exposto. Assim, apenas alguns anos mais tarde e ainda antes de ser eleito governador do Rio Grande do Sul, em 1928, Vargas dispunha de grande aliado jornalístico, senão a nível nacional, pelo menos com profunda influência nos centros políticos de decisão do país. Isso se mostraria verdadeira preciosidade, pois Chateaubriand efetivamente cumpriria importante papel na articulação entre os mais altos escalões da mobilização para a insurreição de Aliança Liberal, com seus influentes contatos de Norte a Sul, mesmo antes da derrota do pleito de 1930.⁹⁸

⁹⁸ Ainda conforme a biografia de Fernando de Moraes, Chateaubriand parecia ter a fineza de perceber a tendência delineada a partir dos interesses que Vargas passava a representar, no cenário nacional: “é impossível afirmar que razões levaram Chateaubriand, a partir de então, a colocar seus jornais, e sobretudo o influente *O Jornal*, escancaradamente a serviço de Vargas. Pode ter sido apenas uma retribuição aos favores que lhe prestava o gaúcho – afinal, à época apenas mais um político de importância regional. Mas a raiz desse apoio poderia muito bem estar no apurado olfato político do jornalista, capaz de farejar, a anos ou quilômetros de distância, a canoa certa em que embarcar. A verdade é que Getúlio Vargas passaria a ser o objeto frequente e preferencial de seus artigos de primeira página, em *O Jornal* e no *Diário da Noite* paulista. (...) Quem leu seu artigo sobre a posse de Getúlio no governo do Rio Grande do Sul, em 25 de janeiro de 1928, certamente acreditou que estava delirando. À exceção de cerimônias de posse de governadores de estados importantes, como Minas e São Paulo, escreveu, ‘o Brasil ainda não tinha registrado tanto estridor como a transmissão de poder que hoje se verifica no Rio Grande’. De olho em pleito presidencial que só aconteceria dali a dois anos, afirmava que Vargas estava colocado entre as duas grandes forças que prometiam entrecostar-se na sucessão presidencial – ‘a corrente reacionária’, representada por São Paulo, e a ‘liberal’, dos políticos mineiros. Se essa contradição levasse o Brasil a um confronto, afirmava, ‘Getúlio Vargas [seria] a única ponte para que todos atravessem’. O fim do artigo parece a súmula de um processo de beatificação: ‘apesar de ter saído das entranhas mirradas e sequinhas de Borges de Medeiros, Vargas é a novidade que o Brasil saúda como o novo sol’ (1994, p. 174-175). Por fim, Moraes defende a tese de que foi Chateaubriand quem, ao saber do desconhecimento entre Vargas e Antônio Carlos, temendo que este fosse cooptado precocemente pelos convites de amizade de Júlio Prestes, então governador de São Paulo, teria sido “o santo Antônio que alcovitou um namoro que pode mudar a cara do Brasil” (Ibid).

Ressalte-se que esse maior interesse de Vargas pelos problemas nacionais, ainda enquanto deputado federal, transpondo-os para a consciência política com ajuda da ideologia racional autocrática não significa o abandono de sua antiga visão por outra, mais moderna. Não se trata de traição ao regionalismo pela adoração da centralização, importando em ausência de coerência. Pelo contrário, exatamente porque carregava consigo a função de liderança de interesses materialmente estruturados no preciso sentido que teorizava aquele complexo ideológico, defende-se, aqui, que a transição mencionada se fez, então, como um ganho qualitativo de esclarecimento – desenvolvimento, portanto, que, se manifesta rupturas, explicita igualmente claras permanências.

Por isso, a recente e volumosa biografia de Lira Neto sobre Vargas tem grandes méritos, mas também problemas. Sendo outro dos raros observadores que ressaltam, de forma mais enfática, o período em que o gaúcho atuou na câmara dos deputados nacionais, comenta que “em meio aos trabalhos parlamentares Getúlio não descuidava de suas leituras. (.) destacava-se o sociólogo fluminense Francisco José de Oliveira Vianna”, e mesmo aqui cometendo um equívoco,⁹⁹ é certo ao apontar que, dali em diante “Oliveira Vianna seria uma espécie de novo guru para Getúlio” (2012, p. 237).

Contudo, quando o comunicador se põe a analisar a relação entre a defesa de pautas regionalistas em Vargas e aquilo que para nós indica clara transição para a compreensão dos problemas cruciais ligados ao desenvolvimento do país, Lira Neto não consegue sair da aparência do fenômeno. Apontando como exemplo expressivo a mediação direta de Vargas entre Borges de Medeiros e Arthur Bernardes nos debates em torno do projeto de revisão constitucional –¹⁰⁰ inclusive sustando a inclusão do ensino religioso nas escolas e a consagração do catolicismo como religião oficial do Brasil –, o jornalista arremata:

⁹⁹ Também Lira Neto comete o erro de referenciar a leitura de Vargas unicamente à primeira obra de Oliveira Vianna, *Populações meridionais do Brasil*, que, como vimos, não contém as passagens que Vargas reproduz integralmente (Cf. nota 92). Segue a passagem: “Getúlio pinçou trechos de *Populações meridionais do Brasil* para sustentar a tese de que era imprescindível manter a descentralização política do país – o que em última análise, manhosamente, contrariava o próprio sentido do livro” (2012, p. 237). Assim, além de não fazer menção ao livro citado expressamente por Vargas, *Evolução do Povo Brasileiro*, as citações contêm conceitos que não existem em *Populações Meridionais*, de 1920 como “nódulos sociais dispersos”, “povoamento ganglionar” e “primitivos silvícolas”. Tais articulações íntimas do conceito-mor de “espírito insolidarista” são, pelo jornalista, atribuídas a esse livro primevo de Oliveira Vianna, erroneamente.

¹⁰⁰ O que caracterizada, acima de tudo, a reforma constituição de 1926 foi a redução do mecanismo do *habeas corpus* e o aumento da capacidade de intervenção federal nos estados, além de mudanças na organização da Justiça Federal e nas competências dos poderes da União. Com apenas uma cartada, o Presidente Arthur Bernardes pretendia resolver todos os problemas que lhe dificultavam o governo no quadriênio 1922-1926: os levantes tenentistas, as insurgências das oposições estaduais – casos extremos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul daqueles dias – e praticamente anular a possibilidade de liberdade aos críticos do seu governo que o

Getúlio, nesse instante específico de sua trajetória política fazia uma leitura incompleta, ou pelo menos seletiva, da obra inaugural de Oliveira Vianna. Concordava com a análise histórica do autor a respeito da atomização política que vigorou no país durante a Colônia, mas desprezava os capítulos finais de *Populações meridionais do Brasil*, nos quais Vianna defendia exatamente a necessidade de um Estado centralizado, um “governo poderoso, dominador, unitário, incontestável”, capaz de consolidar entre nós o conceito de nacionalidade e de bombardear o poderio dos caudilhos regionais. (2012, p. 238).

Ora, não se trata nem de leitura seletiva, e tampouco compreensão incompleta, pois afinal de contas, o então deputado federal gaúcho não era principista, não adotava posturas em abstrato. Getúlio Vargas, como indivíduo singular, expressava interesses particulares. E quais os interesses de seu estado, o Rio Grande do Sul naquele contexto de 1925 ainda marcado pelo federalismo? Uma economia voltada para o mercado interno num regime nacional que não prioriza este mercado interno, mas sim pretensos dons naturais agrários-exportadores. Caso a relação fosse invertida, e o regime nacional precisasse defender o fortalecimento do mercado interno contra interesses de sua própria burguesia ligados exclusivamente ao caráter primário da economia – como efetivamente ocorreria em 1932 no levante paulista – a posição de Vargas seria a de defender a centralização. Mais uma vez aqui se inverte essa relação, e o resultado não pode ser outro senão uma análise que se restringe apenas ao aspecto político, não conseguindo encontrar os vínculos que ligam os representantes políticos à sua classe, bem como aos interesses que ela carrega em seu movimento concreto.

Desta exaustiva análise se pode extrair toda a significação dos aprendizados, alguns diretamente, outros por meio do pensamento de Oliveira Vianna que lhe fornecia elementos ideológicos de uma construção permanente, do percurso formativo que Getúlio Vargas percorre até chegar ao Governo Provisório. E articulada com a compreensão mais vasta do significado de seu positivismo (realizada no Capítulo II), compreende-se também agora, ricamente detalhado, o sentido do questionamento de Alzira Vargas, que em biografia dedicada a expor as minúcias da vida de seu pai, se pergunta: “*Renouveler* ou *perir*. Seria este o lema de sua vida, aquela que iniciava e que o levaria ao fim?” (1960, p. 10).

habeas corpus promovia, medida, que nesse sentido, seria até mais eficaz que o estado de sítio integral que ele promulgara. O fortalecimento do poder Executivo e a suspensão das brechas na legislação que davam prerrogativas aos estados para evitarem intervenções do presidente de República, seriam os meios considerados adequados para aquelas finalidades.

Já apontamos que Vargas não se reveste do arquétipo vulgar com pintam o pensamento de Maquiavel, isto é, alguém que é capaz de, sozinho, jogar contra tudo e contra todos. Tanto é que, seja para congraçar os partidos antagônicos em sua terra natal, seja para articular a aliança, primeiro eleitoral, depois golpista, Getúlio “encontrou em Oswaldo Aranha, como depois em tantas outras emergências, no cenário nacional e internacional, o grande manipulador das soluções sem as quais teria sido muito diferente seu destino político”, ressalta bem Moisés Velinho.¹⁰¹ Isso significa que Vargas nunca conseguiu nada solitariamente como indivíduo. É interessante lembrar, diz Plínio de Abreu Ramos, “que Vargas, por exemplo, nunca exerceu sobre a política mineira uma liderança efetiva”,¹⁰² embora, claro, tivesse muitos aliados por lá. Assim, sob muitas dificuldades e com muitos empecilhos Vargas foi articulando compromissos e alianças que entendia serem mais proveitosas para a burguesia brasileira no contexto de rearticulação da divisão internacional do capitalismo. Vargas havia se tornado a posição mais avançada dos interesses da burguesia brasileira e, uma vez influenciado pela ideologia racional autocrática, tornou-se também o dirigente mais esclarecido da burguesia brasileira. Nesse sentido, ele é, como qualquer outro político do corpo dirigente, um membro de classe.

Compreende-se, pois, ser até mesmo natural que ao descartar a chave de leitura da razão dialética, isto é, compreendendo os fenômenos culturais, religiosos, artísticos e políticos a partir da própria prática objetiva e classista dos homens no fazerem sua própria história, se caia na tentação de defini-lo como mestre da “arte política”, isto é, no sentido arbitrariamente manipulador apontado anteriormente (cf. seção 2.3), como seus ideólogos constantemente fizeram. Vai aí o apontamento que Tancredo Neves faz sobre a atuação política de Vargas: “fazia política com requintes de estadista e com requintes de artista. É aquilo que Disraeli dizia: ‘Toda política é uma obra de arte’. E Vargas realizou-a com toda a perfeição”.¹⁰³

Em suma, constatar a genialidade de Vargas se comparada aos demais membros dirigentes da burguesia brasileira, significa menos conceber o personagem gaúcho como um ser dotado de exclusividade em termos de genialidade política e mais constatar o caráter daquela classe como anômala, isto é, sua incompletude e incapacidade histórica de se pôr como classe revolucionária e impulsionadora de grandes processos socialmente transformadores (MAZZEO, 1999). Ora, as ações que o dirigente burguês procurará articular no poder político nacional virão a representar investidas para se criar no país um capitalismo mais consentâneo

¹⁰¹ Depoimento retirado de LIMA, 1986, p. 48-49.

¹⁰² Retirado de LIMA; RAMOS, 1986, p. 21.

¹⁰³ Retirado da entrevista feita por Valentia da Rocha Lima e Plínio de Abreu Ramos (1986, p. 18).

com as características da sociabilidade burguesa, claro que particularizadas em sua condição subordinada e dependente. Vargas também era um representante do caráter autocrático dessa burguesia e, nesse sentido, em nenhum momento tentará romper com este caráter excludente. Porém, e é isto que o caracteriza como dirigente esclarecido, procurará elevar o desenvolvimento desse capitalismo ao máximo que a racionalidade burguesa é capaz nessas condições periféricas e sob suas bases prussiano-coloniais de acumulação escravista.

Vargas, por tudo que demonstramos nesta seção, tornou-se multidimensionalmente a expressão dos interesses materiais que a Aliança Liberal, pondo-se de acordo com a dinâmica da acumulação da década de 1920, estava levando a cabo. Vargas é, pois, quem melhor condensa num só indivíduo a liderança política, a origem de classe dos interesses pelos quais batalhou, a mentalidade positivista e, portanto, gnosiológica como conjunto ideológico norteador daquele grupo dirigente vitorioso após outubro de 1930.

Nesse sentido ele não é exatamente um Bonaparte, e nem representa integralmente um regime bonapartista, mas expressa um traço muito semelhante ao chefe imperial francês. Aliás aos dois condutores bonapartistas, do I e do II império, na medida que, como eles, é portador de “uma inteligência política superior à dos seus adversários liberais” (LOSURDO, 2004, p. 61). Napoleão Bonaparte, o tio, “já compreendia a essência do Estado moderno; tomava consciência de que se baseava no desenvolvimento sem entraves da sociedade burguesa, no livre jogo dos interesses particulares, etc. Resolveu conhecê-la e defendê-la”¹⁰⁴ e procurou, consoante isso, finalizar a fase revolucionária, iniciada pelos jacobinos, agindo mesmo contra a burguesia liberal, quebrando o exercício direto do seu poder político e pretendendo se colocar como um *gendarme* da ordem social. O bonapartismo do sobrinho, “ao contrário, é gestado no quadro da contrarrevolução burguesa e se apresenta como a forma clássica do poder burguês contra-revolucionário de defesa da ordem vigente contra a ameaça da revolução proletária” (BARSOTTI, 2012, p. 171). Por isso, o movimento do *18 Brumário de Luís Bonaparte* apenas aperfeiçoa, amplia, burocratiza ainda mais, centraliza com maior intensidade o executivo e multiplica o militarismo, já típico de seu poder, da máquina estatal. Novamente - daí a história se repetir como tragédia primeiro e depois com farsa -, enquanto ditador, pretende-se um ente autônomo e descolado para governar perante a nação francesa.

¹⁰⁴ Trata-se de passagem do texto de Marx e Engels, *A Sagrada Família ou crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores* e extraída de Barsotti (2012, p. 169).

Também se adequando a realidade concreta de seu momento histórico, Vargas encarna com maestria a demanda burguesa de tornar o executivo, no Estado moderno, “um comitê para gerir os negócios de toda a classe burguesa” (MARX, 2010, p. 42), ao passo que o Estado brasileiro até então servia diretamente apenas às burguesias regionais mais fortes, isto é, dos estados economicamente mais avançados – sob outra chave interpretativa, é o mesmo que propugna Oliveira Vianna no seu conceito mistificador e de crítica superficial ao “espírito insolidarista”. Esse é o papel do Estado burguês: não se trata de eliminar os egoísmos de classe da burguesia, mas harmonizar, dentro de seu *lócus* privilegiado, os diversos interesses egoístas fracionados que se contrapõem, pretendendo representar os interesses comuns de toda a sociedade. Claro que egoísmo e dominação social de classe aqui são sinônimos.

Assim, é natural que, exigida pelas demandas concretas de sua classe, Vargas, com maior clareza que os demais dirigentes burgueses brasileiros, demarque quais devam ser os mecanismos adequados e mais capazes de efetuar a dominação conforme aqueles interesses autocráticos e passe a articular tática contrária à promovida por Napoleão Terceiro. Pois se para aquele, com respeito ao sufrágio universal, “sua violação alimenta e exaspera a oposição e, longe de consolidar a ordem social existente, termina por fazê-la correr graves perigos” (LOSURDO, 2004, p. 61), no caso brasileiro são exatamente essas medidas de contenção dos elementos caros aos liberais, do recurso eleitoral e das chamadas instituições intermediárias entre Sociedade Civil e Estado que aquela filosofia de mundo concebe, as únicas capazes de manter a ordem burguesa, evitando o perigo da disseminação de organizações verdadeiramente democrático-populares, como efetivamente aconteceria quando suas formações foram permitidas legalmente (que se pense na ANL, que ganhará um espaço importante para discussão nesta tese). Portanto, os elementos que justificam cada medida adotada pela direção política dos grandes líderes históricos, devem ser compreendidos todos, sempre, em sua íntima ligação ao conteúdo específico do contexto concreto.

Em sua ciência política superior, lançado a este posto exatamente por pertencer a uma classe anômala, Vargas seria o indivíduo que expressaria o interesse objetivo da burguesia brasileira, ao passo que esta não conseguia escapar de sua mediocridade, restrita que sempre estivera ao mero interesse presumido de classe.

Interessa-nos acompanhar agora o movimento concreto pelo qual estes interesses, já conscientizados, se puseram em luta para levar até o fim a resolução do conflito fundamental que se apresentava.

3.3 – A vitória da Aliança Liberal: a resolução do conflito pela luta

Na medida em que, conforme pudemos perceber anteriormente, o conflito fundamental que se apresentava para as forças produtivas do vagaroso capitalismo brasileiro era ainda o do nascimento da forma especificamente capitalista, da industrialização como processo, o que é distinto da existência de indústrias pinceladas localizáveis desde o século XIX (CARONE, 1977), os confrontos fundamentais que se apresentariam à arena política dificilmente poderiam expressar já o problema mais fundamental de um capitalismo maduro, como, de fato, ocorriam a nível mundial, ou seja, a luta entre capital e trabalho.¹⁰⁵ Mas isto não significaria que o antagonismo fundamental do capitalismo já não desse suas primeiras amostras internamente e muito menos que sua manifestação extremada a nível internacional, não repercutisse e imprimisse determinações entre nós.

Em realidade, temos aqui uma difícil equação que, segundo nos parece, só pode ser intimamente compreendida quando acompanhada do postulado do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo enquanto sistema universal que se põe em concretidades particulares. Esse componente fundamental que ajuda a conformar o método da totalidade (MARX, 1982), e que foi desenvolvido por Trotsky (1985), permite captar, dialeticamente, isto é, em suas múltiplas conexões, as configurações distintas e singulares que cada formação social específica apresenta dentro da configuração maior do modo de produção capitalista. Assim, ao

¹⁰⁵ O apego dogmático a este ponto por Ítalo Tronca, isto é, a crença que o conflito dava a dinâmica à formação social brasileira era “um confronto fundamental entre burguesia e proletariado” e de que “durante a década de 1920, existia realmente um processo revolucionário [proletário] em curso” (1982, p. 14) leva o historiador a uma problemática análise do período. Flertando com o politicismo, Tronca identifica uma “mesma e única lógica de dominação” tanto das classes dominantes sobre o proletariado, como do Partido Comunista Brasileiro sobre as frações discordantes daquele grupo dirigente, em especial os anarquistas que eram contrários à luta política. Esse fato é possível porque para o autor “o ponto de partida da análise é o engendramento das relações históricas a partir da multiplicidade de representações que as próprias classes elaboram durante a luta”, e, sendo assim, as distintas forças sociais em conflito criam um “campo político sob o signo da indeterminação” (1982, p. 59) onde as diferentes visões sobre o real criam o próprio real mediante suas representações. O sentido da história, assim, é dado pela representação dos vencedores dessa luta. Descartando qualquer “realidade histórica” precedente, a tese de Ítalo Tronca pode estabelecer que o discurso do Bloco Operário e Camponês formulado pelo PCB para as eleições presidenciais de 1928 não só estabeleceu um real para toda a classe operária, onde o PCB dominaria os demais setores, mais ao teorizar uma revolução democrático-burguesa e inserindo tal teorização numa aliança com os tenentes e o Partido Democrático ofereceu à própria Revolução de 1930 um discurso que serviria como meio de dominação contra a própria classe que representava, o proletariado, já que seria traída por ambos os setores e pela burguesia industrial. Essa visão tendente ao politicismo também pode ser vista no texto de Tronca quando afirma que a luta de classe, ao invés de ser o motor da história como diz Marx, aquilo que a faz girar, isto é, transformar seus modos de produção e formações sociais históricas, é o lugar próprio da história, pois “com a supressão [pelo discurso e apagamento da memória] da luta de classes, suprime-se a própria história, substituída pela memória dos vencedores” (1982, p. 60).

passo que no campo dos países com avançado grau de sociabilidade burguesa, ainda que em sua periferia, passa a existir, a partir da revolução em 1917, comanda por Lenin e o Partido Bolchevique, um Estado de orientação proletária - a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas -, a particularidade brasileira vivia ainda seu momento de transição de uma sociedade agrário-exportadora para um tipo urbano-industrial (cf. seção 3.1). Portanto, o país recém dava seus primeiros passos no processo de urbanização, apenas conhecia a formação de uma classe média mais estratificada e o número de seu funcionalismo público recém começava a se incrementar, assumindo, as vezes, um papel de destaque inclusive nas lutas políticas.

Esse quadro geral de germinação de novos setores ainda no interior de um intenso predomínio de atividades agrário-exportadoras, ou mesmo da criação daqueles para a manutenção/desenvolvimento desta, não indica, contudo, que os conflitos operários não tenham jogado um peso importante no andamento da história da Primeira República. O proletariado, nesse processo lutou de forma bastante aguerrida. Basta pensarmos no ciclo de greves de caráter predominantemente espontâneas entre 1917 e 1920 por razões de carestia de vida, mas que nem por isso deixara de receber a influência longínqua da vaga revolucionária europeia no final da Primeira Guerra mundial. Contudo igualmente decisivos eram seus elementos de debilidade. Sendo numericamente pequeno, sua composição interna não auxiliava a organizar-se grupalmente propondo objetivos mais globais. Além da ampla divisão étnica, fruto de uma camada de imigração oriunda das mais distintas nacionalidades europeias, contava ainda com profundas cisões políticas no seu interior.¹⁰⁶ Basta apontar aqui o grupo hegemônico que era composta por anarquistas que, como se sabe, eram contrários à uma organização essencialmente política de luta. Sua real vanguarda política, o PCB, apenas em 1922 principiaria sua existência e com poucos quadros para um ambiente tão hostil ao operário, que por simples filiação a uma entidade classista era facilmente colocado nas litas negras pelos industriais e marcado perenemente pela polícia (FAUSTO, 2014). Por isso, ainda que promovendo importantes movimentos sociais, especialmente na década de 1910, seja pela brutal repressão que sofreram, seja pelas constantes divisões internas, seja pela expulsão do país de seus principais líderes, ou

¹⁰⁶ O breve opúsculo de Antonio Paulo Rezende nos oferece dados referentes a debilidade numérica e estrutural da qual fizemos referência: “Ressalte-se que o Censo Industrial do Brasil indicou, em 1907, a existência de 149.018 operários – mão-de-obra basicamente composta de imigrantes – e 3.258 empresas. Para se ter uma ideia, em 1912, em São Paulo, 80% dos operários têxteis eram estrangeiros. Mesmo em 1920 os estrangeiros predominavam em São Paulo, constituindo cerca de 52% da população adulta” (1986, p. 10). Esse quadro não mudaria muito mesmo para 1922, ano de criação do Partido Comunista Brasileiro, já que para uma população nacional de quase 32 milhões de pessoas, o Brasil contava ainda com cerca de 320.000 operários, ou seja, 1% de sua população total.

ainda por uma soma de todos elementos atuando conjuntamente, o fato é que após 1920 essa relativa onda de luta operária deixa de ter repercussões significativas.

Contudo, não é à toa que a esses movimentos sociais populares se segue uma década de governos intensamente reacionários, configurando-se cada vez mais em “ditaduras mal disfarçadas” (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 13). Esse processo teve início em 1919 com a eleição do paraibano Eptácio Pessoa¹⁰⁷ e com sua postura de resgatar uma tradição monárquica como era aquela de nomear civis para a pasta militar dos Ministérios de Guerra e da Marinha, quebrando longa tradição republicana. Seu ódio declarado aos oficiais que se acercassem da política seria o elemento de causa imediata para detonar um amplo movimento que, embora não fosse responsável pelo desfecho final da República Velha, forneceria a situação constantemente corroída por uma crise política e social, ao qual a econômica viria a desfechar o golpe final. Trata-se do processo histórico que a literatura especializada convencionou chamar de crise oligárquica. As lutas tenentistas, de intensos e heterogêneos matizes, marcam o encorpamento desse movimento que, contudo, só revelaria sua verdadeira causa, quando os elementos mais avançados da burguesia tomassem consciência de que esse processo não expressava senão a contradição e abarrotamento do próprio regime agrário-exportador. Daí que, embora possuírem significações relativamente próprias, as revoltas tenentistas de 1922 e 1924, que se expandiu para a formação da Coluna Prestes em 1925-1927, só podem ser intimamente compreendidas se articuladas com as reais fissuras no interior do bloco no poder da classe dominante.¹⁰⁸

Seria principalmente com a criação do Partido Democrático de São Paulo, em 1926 como fruto cisão do Partido Republicano Paulista, com a criação de uma entidade classista própria para a burguesia industrial em 1929, a FIIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e, mais fundamentalmente ainda com a formação da Aliança Liberal, ocorrida após a negativa de Washington Luís em dar continuidade ao pacto entre as duas maiores burguesias

¹⁰⁷ Rodrigues Alves, eleito presidente em 1918, havia falecido em decorrência do surto da gripe espanhola (essa versão, embora hegemônica, tem sido questionada cada vez mais nos dias atuais pela historiografia minuciosa), não tendo sequer oportunidade de assumir o cargo. À época, o vice-presidente Delfim Moreira, assumindo interinamente criou um fato novo e fez com que a interpretação política do caso solicitasse novas eleições presidenciais.

¹⁰⁸ Não é nosso objetivo e nem temos capacidade para debater profundamente a riqueza de significados que possuíram esses movimentos tenentistas, bem como as especificidades de cada um, seus principais atores, ideias e programas. Para tal, existe uma importante biografia, ainda que sob abordagens distintas, que cabe remeter o leitor aqui: FORJAZ, M. C. S. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da primeira república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; CARONE, E. *O tenentismo: acontecimentos – personagens – programas*. Rio de Janeiro: Difel, 1975; PRESTES, A, L.. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1991; SODRÉ, N. W. *O tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985; ROSA, V. S. *O sentido do tenentismo*. Alfa ômega: São Paulo, 1976.

regionais, a paulista e a mineira, que essa crise revelaria sua verdadeira faceta. Como bem aponta Edgar Carone, a política dos governadores, criada no período presidencial de Campos Salles (1898-1902) consistiu em ser um “sistema pragmático-jurídico” dentro de uma estrutura “jurídico-pragmática” que foi a descentralização federativa de 1891, criando, assim, uma “fórmula de consolidação e permanência dos grupos que estivessem no poder, sem permitir qualquer abertura as oposições” (1970, p. 296). Portanto, somente quando todo esse intrincado complexo de fenômenos arrebenta a superfície, especialmente acompanhado das duas crises mundiais econômicas de 1929, a da quebra da Bolsa de Nova York com a mais intensa crise de superprodução cafeeira que o Brasil já tivera notícia, é que o significado da crise de hegemonia agrário-exportadora pôde apresentar-se em sua inteireza para as frações da burguesia que tinham interesses que não eram diretamente atendidos pela exportação de café e que se submetiam até então àqueles desígnios políticos.

Desta forma, se a crise de hegemonia, e, portanto, de direção social, pode ser localizada inicialmente no episódio das cartas falsas que gerariam o descontentamento do tenentes, uma vez que estes setores, sejam enquanto forças armadas, seja como representantes das classes médias, passavam a manifestar o descontentamento pela via das armas, o desdobramento destes movimentos enquanto insurreições tenentistas durante todo o decorrer da década de 1920 não expressa ainda toda sua radicalidade, pois não tem a capacidade de promover politicamente uma fissura mais profunda no bloco no poder. Por outro lado, o próprio complexo e multifacetado movimento dos tenentes, se não pode ser reduzido a instrumento de manobra da burguesia dominante, também evita aproximações mais orgânicas com os setores da classe trabalhadora, operária ou rural.¹⁰⁹ Por isso, é somente quando, no bojo de uma crise econômica que assume proporções catastróficas para a produção de café, estruturante da vida social brasileira, que a crise de sucessão assume a feição de uma decidida formação política de oposição dos setores descontentes da burguesia brasileira. É nesta configuração que a crise de hegemonia alcança a façanha de se propagar pelas frações da burguesia brasileira que

¹⁰⁹ Disto é exemplar a posição expressa pelo próprio secretário da Coluna Prestes, Lourenço Moreira Lima, para se referir a classe trabalhadora como um todo, considerada incapaz. No percorrer de sua marcha combativa pelo interior do país que, conforme gostavam de chamar também de luta contra os “Bernardescos” em referência a batalha que se concentraria predominantemente contra a pessoa do Presidente Arthur Bernardes, e não contra a estrutura social do regime, o Secretário deixa registrado que “Já estávamos saturados das simpatias platônicas dessa matutada e dispostos a deixar que os revolucionários de palavras se revoltassem quando lhe conviesse, sem nos darmos ao trabalho de nos dirigir diretamente a eles. Cumprisse cada um o seu dever cívico, conforme achasse melhor e quem não tivesse vergonha curvasse a cabeça diante do calabrote bernadescos e continuasse covardemente escravizado às oligarquias que combatíamos de armas na mão” (1979, p. 287).

representavam interesses que estavam pedindo passagem no interior das contradições da economia cafeeira. Em outras palavras, é só então que se gesta a Aliança Liberal.

Minas Gerais, vendo aquele seu “direito natural” de sucessão, conforme ditava o pacto da “Política do Café com Leite”, contrariado pela escolha de Júlio Prestes do PRP, decide então articular uma chapa de oposição. Como o Rio Grande do Sul historicamente sempre se manteve relativamente alheio às disputas eleitorais presidenciais e tendo sido Minas quem tinha sentido a necessidade imediata de formar tal chapa com o objetivo de contra-atacar, o PRM percebeu que lhe cabia oferecer o posto máximo, o de presidente da chapa, ao PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) caso quisesse realmente comprar sua adesão. O mais significativo é que essa hierarquia que coube a burguesia mineira promover, atrelando depois a Paraíba como uma terceira força, correspondia à própria conformação de interesses à qual a Aliança Liberal passava a representar. Vejamos este fato.

Aparentemente, a oposição da chapa presidencial formada em 1930 não trazia nada de novo, já que semelhantes alianças haviam se formado nas décadas anteriores. Em 1909-1910, por exemplo, a vitória de Hermes da Fonseca (pelo então Partido Republicano Conservador, com forte representação gaúcha em Pinheiro Machado), Marechal representando as forças militares, gerou lembranças da República da Espada, com suas intervenções estaduais, e impôs uma pausa ao jogo binário das burguesias paulista e mineira. A eleição de Hermes da Fonseca fora possível apenas por que Afonso Pena, mineiro, presidente em exercício durante o quadriênio 1906-1910 faleceu um ano antes de completar seu mandato e o seu vice, Nilo Peçanha, fluminense, decidiu não apoiar a indicação de um paulista. Este alerta enviado à política do café com leite, e bem compreendido, fez com que uma nova crise política surgisse apenas em 1919, e menos por conta de intransigências, do que por conta de um fato novo. A já indicada morte de Rodrigues Alves em decorrência da gripe espanhola que assolava o mundo, promoveu diferentes interpretações sobre se o revezamento havia sido de fato cumprido na realização das eleições ou não. São Paulo, diante da negativa de Minas em oferecer novamente um nome paulista para a presidência, candidatou Rui Barbosa (1958) - não espanta que o famoso jurista baiano tenha surgido encabeçando uma plataforma de clara orientação social representando soluções distintas até então para a questão operária exatamente após a tremenda greve nacional ocorrida em 1917. Esse novo trunfo da legislação social ainda não simbolizava o medo profundo da burguesia brasileira para com o desenvolvimento do proletariado, afinal no país mal se sabia de fato o que se passava na vitória bolchevique na Rússia, devido as poucas

– e muitas vezes desonestas – notícias que se faziam chegar ao país,¹¹⁰ e Epiácio Pessoa acabou por se consagrar vitorioso pelo PRM naquelas novas eleições.¹¹¹

O mote de fatores que fizeram a necessidade de formação daquelas duas plataformas, nos ajuda, como contraponto, a perceber os pontos fundamentais que tornaram a Aliança Liberal uma formação única na história brasileira. Por isso, uma análise mais detida deve cuidar de revelar que, para além de ser formada após o crucial ano de 1929, sede histórica de duas crises que se conjuravam internamente, a brasileira do café, e a mundial profundida a partir de Nova York, a dinâmica econômica dos próprios estados que formavam a Aliança Liberal já não obedecia mais às mesmas tendências que vigoravam durante o auge do ciclo cafeeiro - conforme demonstramos na seção 3.1, a década de 1920 é responsável por fazer com que as contradições do grande capital cafeeiro extrapolassem sua acumulação, ganhando identidades próprias. Examinemos, pois, suas três principais forças.

Depois do prestígio ganho pelo fato de fornecer um presidente aos Estados Unidos do Brasil, no nome de Epiácio Pessoa, o pequenino estado da Paraíba passou a receber investimentos de forma privilegiada se comparada aos demais estados da região nordestina. As obras de combate contra as secas, principal contribuição histórica que os governos federais aplicavam, ganharam ali uma atenção especial, favorecendo algumas transformações importantes no sentido de modernizar o estado. O sertão, por exemplo, ganhou mais vias de acesso, aproximando-se do litoral. Técnicos estrangeiros também passaram a trabalhar naquelas localidades fomentando a urbanização das cidades. A produção algodoeira, a maior do país, foi capitalizada após o surto instigado pela Guerra Mundial e usinas de beneficiamento passaram a conformar seu complexo. Todos esses elementos auxiliaram a transformar, pelo menos em parte, alguns velhos valores sertanejos que dominavam o estado secularmente (OCTÁVIO, 1994).

Já a ascensão de João Pessoa à presidência paraibana se dá após o mandato de João Suassuna, representante direto dos coronéis sertanejos. No governo deste, devido à pouca questão que fazia de se ocupar efetivamente com melhorias econômicas, pode-se se dizer que o poder estava de fato localizado nas mãos do cangaço e disseminado pelos poderosos coronéis.

¹¹⁰ O livro *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil* demonstra bem como o acontecimento revolucionário russo foi recebido e ventilado pela imprensa brasileira da época (BANDEIRA; MELO; ANDRADE. 1967).

¹¹¹ Sobre essas e outras informações históricas, nossa tese lança mão largamente do amplo e importante conjunto de pesquisas sobre as primeiras décadas republicanas realizadas por Edgard Carone. Para esse período em especial, ver CARONE, 1971.

O governo de João Pessoa seria, portanto, uma resposta direta ao recrudescimento dessas forças que lutavam contra a modernização que a década de 20 efetivamente encaminhava à Paraíba. Mesmo tendo que se voltar em alguma medida contra a oligarquia de seu tio, “os epitacistas”, no poder há treze anos e corresponsáveis pelo caos social em que o estado vivia, João Pessoa lança mão de uma plataforma de governo na qual

reformulou seus apoios, ligando-se diretamente a grupos urbanos de comerciantes, mulheres, estudantes e funcionários públicos, e seguiu em frente. Arrecadação, segurança, obras públicas, crédito bancários, justiça e administração municipal foram recapturados ao coronelato e transferidos para o interior do Estado. Foram criadas quatro novas Secretárias para o exercício dessas funções. Os campos de experimentação algodoeiros, que funcionavam dentro das propriedades dos coronéis, passaram a ser conveniados com as prefeituras. (OCTÁVIO, 1994, p. 166)

Seguindo sua busca pela modernização econômica e pelo combate direto aos coronéis do interior da Paraíba, João Pessoa estabelece uma série de medidas específicas de cunho comercial. Impondo a obrigatoriedade da passagem de todas as mercadorias pelo município da Cabedelo, localizado no litoral, o político paraibano desejava vigiar com maior rigor o pagamento dos impostos sobre aquelas transações. Com isto, o famoso território de Princesa no interior do Estado e situado na fronteira com Pernambuco, local histórico de comércio ilegal, acabaria sendo prejudicado, perdendo grande parte do seu dinamismo econômico. Não por acaso nesse município estourou uma revolta que chegou a declarar Princesa um território independente em junho de 1930 – a não observância da regra federal de acudir o estado, imaginando que a revolta pudesse derrubar Pessoa, acabaria sendo um elemento a mais na crise que derrubaria Washington Luís.

As medidas de protecionismo que tributavam pesadamente o comércio estadual, visando especialmente deslocar a hegemonia comercial para o litoral não tinham o intuito de isolar a Paraíba do restante do país. Em mensagem do presidente estadual à Associação Comercial da Paraíba, João Pessoa mostrava seu intuito de “colocar no mesmo pé de igualdade os que aqui comerciam e aqueles que precisam dos nossos recursos, queremos (...) trabalhar para nossa prosperidade comum e conquistar a nossa ambicionada liberdade econômica” (Apud SOBRINHO, 1975, p. 116). A liberdade apontada se colocava principalmente em relação à Pernambuco, pois os interesses da Paraíba estariam voltados, de ali em diante, para deixar de ser uma espécie de colônia interna dos outros estados daquela região. Este era o sentido maior do governo de João Pessoa, daí sua inserção na Aliança Liberal que lhe parecia oferecer

horizontes correlatos de modernização ao nível nacional do que ele passara a implementar no âmbito do seu estado.

Minas Gerais, por sua vez, sofria um bocado com as crises cafeeiras recorrentes das primeiras décadas do século, “pois que lá estavam boa parte das empresas intramarginais de menor produtividade e das empresas marginais” (AURELIANO DA SILVA, 1976, p. 27). Ao deixar de responder a esses períodos de dificuldade com o plantio de novos cafezais e passar a investir na diversificação de sua agricultura, a economia mineira direcionava suas apostas no abastecimento do mercado interno para compensar as perdas que as exportações de café causavam às suas finanças. Reforçava, assim, o seu papel de produtora de leite, fazendo jus à alcunha do pacto político à que participara.

Mas o que especialmente tornaria singular a evolução da economia mineira era não estar diretamente atrelada ao complexo cafeeiro nos mesmos termos da economia paulista, em que pese procurar seguir em vários momentos o surto cafeeiro no qual São Paulo sempre se encontrava na vanguarda. Essa não dependência integral significaria que se, por um lado, ela não possuía dinamismo suficiente para alcançar o mesmo grau de concentração que São Paulo apresentava, a economia mineira teria, por outro lado, a opção de orientar sua diferenciação estrutural mais rapidamente no sentido do fomento de indústrias por direção política,¹¹² ou seja, articular uma trajetória desenvolvimentista calcada na base da escolha consciente. Isto seria fundamental num momento como o que se seguiria à crise 29.

Sendo o Estado mais populoso do país, a economia mineira apostou, como é sabido, desde cedo na pecuária como forma de satisfação das necessidades alimentares de seu estado. Fato que também ocorria pela desigualdade de proporções com que extraía receitas do café, o estado tinha sempre que recorrer aos impostos interestaduais para aumentar seus tributos, faculdade permitida desde 1904, onde os impostos estaduais ocorriam pela taxaço das exportações e os federais das importações. A pecuária formava a outra fonte importante. Como região que sempre esteve entre as mais movimentadas política e demograficamente, Minas Gerais, pelo seu atraso industrial em relação a São Paulo, se manteve durante muito tempo como uma espécie de extensão do mercado interno paulista. Tal situação não se modificaria enquanto “a área metropolitana de Belo Horizonte não se tornasse importante polo de crescimento por direito próprio, o que só começou a acontecer na década de 1920” (WIRTH,

¹¹² Lembrando que essa diferenciação também se produzia em São Paulo, porém, acontecia pelo efeito das próprias contradições da expansão desenfreada do ciclo cafeeiro. Cf. seção 3.1.

2006, p. 91). Em compensação, quando isto ocorreu, todos os capitais que antes eram transferidos para aquela região da qual era dependente, agora podiam se manter internamente, promovendo desenvolvimentos que interessavam ao Estado.

Mas, dentre essas potências estaduais, é inegável que quem já passara a expressar, em distintos níveis, uma ligação muito mais íntima com o restante do país era o Rio Grande do Sul. Após o domínio do Partido Liberal de Gaspar da Silveira Martins durante o Império, ascende ao poder o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Pressentindo que o corpo militar era de crucial importância para o seu regime estadual, de constituição singular, o partido liderado por Júlio de Castilhos foi ferrenho defensor, no Congresso, do aumento de verbas para o corpo militar. Com a vitória na guerra federalista (1893-1895), que fora feita com o intuito de derrubar seu poder, Júlio de Castilhos praticamente consolidou suas ligações com o Exército Nacional. A influência positivista em ambos favorecia a proximidade de pensamentos. A guerra marca ainda o início da consolidação das ideias de Júlio de Castilhos na governança do estado, influência que duraria praticamente todo o restante do período republicano, possibilitando que o governo estadual se preocupasse com as modernizações que a economia fosse demandando.

Economicamente um caso à parte desde o século XIX, o Rio Grande do Sul já então era conhecido pelo rótulo de fornecedor de alimentos para o complexo cafeeiro. As charqueadas que produziam os principais produtos da economia gaúcha e que alimentavam o mercado nacional durante o Império, assistem uma estagnação na Primeira República, muito devido à falta de capacidade de concorrência com os produtos latinos. Em troca, desenvolve-se um processo de diversificação da agricultura com a criação de suínos, a exportação da banha e o beneficiamento de produtos mediante uma pequena expansão industrial. Na expressiva síntese de Pedro Cezar Dutra Fonseca,

a economia gaúcha, na República Velha, passou por profunda mudança, se comparada ao império. Esta se deu não só com a extinção do trabalho escravo, mas também pela perda relativa da pecuária *vis-à-vis* à agricultura e à indústria, o que lhes permitiu transformar-se de *especializada* em *diversificada*: foi durante a República Velha que o Rio Grande do Sul ficou conhecido como “celeiro o Brasil”: (...) o estado era ainda o maior produtor de farinha de mandioca e fumo; o terceiro de arroz, feijão, mate, milho e polvilho. Destacava-se, ainda, na produção de cavada, aguardentes, alfafa, mandioca, uvas e lentilha. Antônio Barros de Castro, analisando o período, afirmou que era “o único caso bem-sucedido de desenvolvimento voltado para dentro”. A profundidade das transformações é ainda mais destacada ao se notar a diferença de peso que cada região do estado passou a ter. As novas regiões, neste caso, significaram novas atividades produtivas, dando ensejo ao aparecimento de novos tipos humanos e novas classes sociais, ocasionando alterações na correlação de forças políticas: a agricultura e a indústria não se desenvolveram como extensão da pecuária nem

na mesma zona por ela antes ocupada, mas pela incorporação de outras áreas e com outros agentes sociais. Não se trata de um fazendeiro que se tornou agricultor, ou que teve seu capital ampliado às atividades urbanas; parece ser mais razoável admitir que entre as duas economias houve pouca integração, pelo que os novos segmentos e classes sociais, como colonos, pequenos proprietários, comerciantes, industriais, operários e “setores médios urbanos” aparecem sem um vínculo direto com a pecuária e as charqueadas. (1989, p. 40) (Grifos do Autor)

Enquanto principalmente a partir de 1906, data que marca o Convênio de Taubaté, São Paulo, Rio de Janeiro e menor medida também Minas Gerais - pois como vimos, o estado foi aos poucos se desarticulando dessa lógica de dependência da acumulação cafeeira -, procuravam durante todo o período republicano interferir no mercado internacional para valorizar a oferta de café, tornando-se cada vez mais dependentes do governo federal, ao Rio Grande do Sul interessava proteger o mercado interno, destino de seus produtos agora diversificados. Assim, se anteriormente, no período imperial, eram os estancieiros da fronteira, região da Campanha, que predominavam, agora os comerciantes e industriais do litoral, produtores de carne-seca, charque e sebo que exportavam para o mercado interno, é que passariam a ganhar cada vez maior importância no domínio do estado. Essas transformações econômicas, somadas ao direcionamento unificado da política gaúcha exposta na seção anterior, resultariam num vigoroso processo de compreensão dos seus interesses pelos agentes de classe a ponto de Joseph Love constatar que o “impulso organizatório dos estancieiros, charqueadores e produtores de arroz era o sintoma de um aumento geral de ‘associatividade’ no Rio Grande, no término da década de 20” (LOVE, 1975, p. 241). A entrada do Rio Grande do Sul na Aliança Liberal, portanto, expressa muito mais do que os joguetes políticos de aceitação e dissimulação teriam insinuado, quando se levanta a hipótese de que um convite presidencial que de tão estranho que seria à tradição gaúcha de não intromissão nas eleições nacionais, teria criado a necessidade de realização de uma peça teatral por parte de Getúlio Vargas, para só então finalmente ceder consentindo.¹¹³ Seu engajamento nela demonstra a correlação que passava a existir entre o movimento econômico e a tomada de atitude no campo das relações de força, e, mais do que isso, os resultados efetivos que a conscientização dos interesses da burguesia

¹¹³ Falamos aqui da hipervalorização que algumas análises realizam, seja dos encontros e reuniões secretas entre os líderes políticos, ou de seus próprios testemunhos e cartas como agentes para chegar a “verdades” sobre o fenômeno. O livro de Barbosa Lima Sobrinho (1975), *A verdade sobre a revolução de 1930*, é um claro exemplo desse exagero como metodologia.

brasileira pelo corpo ideológico da razão autocrática passavam a encontrar naquele que, enquanto líder político, era a sua expressão condensada, Vargas.

Nos três casos analisados, Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, fica, pois, registradas a fundamentação bastante concreta que condicionara sua união numa nova plataforma como era a da Aliança Liberal: a articulação de seus interesses com a manutenção/desenvolvimento do mercado interno em um momento de severa crise mundial e relativa desorganização dos fluxos do comércio internacional. cremos, assim, que para estas forças políticas havia se tornado relativamente claro que a continuidade da política hegemônica do café não correspondia mais às suas aspirações materiais e a sua condição social.

Os fatos que se seguem e que exercem o papel de gatilho para a insurreição armada cumprem a função de reforçar na consciência dos dirigentes da Aliança Liberal que o conflito só seria efetivamente resolvido, com chances de vitória permanente, se desencadeado no terreno da luta militar. Entram nesse roldão, por exemplo, a degola dos representantes paraibanos no Congresso pela negativa em emitir o diploma de verificação de seus poderes e a morte de João Pessoa (julho de 1930) numa disputa que envolvia mais a política interna da Paraíba, mas que nem por isso deixa de ter ligações, ainda que com muitas mediações, com a questão nacional - já que as medidas políticas implementadas pelo político paraibano se inseriam numa lógica que dizia respeito à dinâmica da economia do país como um todo.

Significativamente, é nesse momento de acirramento da crise paraibana que voltam a se intensificar os contatos e as decisões de articular na Aliança Liberal o descontentamento dos tenentes. Com o rompimento público de Luís Carlos Prestes que se declarou convertido ao comunismo, somado ao impacto causado pela morte de Siqueira Campos, líder e peça fundamental na trama conspiratória, ambos acontecimentos ocorridos em maio de 1930, a agitação tenentista tinha conhecido uma forte retração em seu movimento (CARONE, 1974). Ponto importante de ligação entre o Exército e as forças políticas dissidentes, foi a entrega do comando armado à um homem que viria a desempenhar crucial papel nas relações entre os militares e o futuro Governo Provisório. Em breve relato biográfico, Boris Fausto nos conta que, embora nascido em Alagoas, Góis Monteiro, à época ainda tenente-coronel, teve sua carreira praticamente toda ligada ao Rio Grande do Sul, pois “desde 1906, quando cursava a Escola Militar, Góis conhecia Getúlio e outros políticos gaúchos, com os quais colaborara nas disputas internas do Estado” (2014, p. 180). Por isto, a concepção de Góis Monteiro, seria portadora de muitos elementos de semelhança com o tipo de racionalidade que estava sendo levado ao centro do poder.

É importante lembrar ainda que a inserção efetiva dos tenentes ocorreu como o último elemento na Constituição da Aliança Liberal. Seu engajamento se deu mesmo após a adesão do Partido Democrático de São Paulo, surgido de uma cisão do PRP em 1926, mas que não teria nenhum impacto significativo no movimento, pois era sempre marginalizada das decisões mais importantes pelos demais líderes políticos. Neste aspecto, sintomaticamente podemos perceber já, em germe, uma práxis política autocrática que seria de fundamental importância para o desenrolar dos embates políticos de toda a década de 1930: o alijamento dos setores paulistas, mesmo daqueles dissidentes com relação ao PRP, das tomadas de decisão mais importantes dentro do bloco no poder.¹¹⁴ Na medida em que era motivo de orgulho ao PD ser paulista e carregar toda sua tradição de crer-se vanguarda do desenvolvimento nacional, Getúlio já passava a aplicar a essas forças muitos dos conhecimentos que Oliveira Vianna lhe havia transmitido pelo conceito de “espírito insolidarista”. Este fato ficará mais compreensível logo a frente.

Quanto ao engajamento dos tenentes, estes trariam para a Aliança Liberal a contribuição tática mais fundamental para a vitória: a força das armas. Tendo a astúcia de capitalizar para si o processo de radicalização política gestado desde o início da década 1920, a Aliança Liberal encontrou no tenentismo político uma cultura de atuação extralegal, e passou a estimular ainda mais a convicção de que apenas a insurreição generalizada seria o meio prático para sanar os problemas do país.

E ainda mais significativo seria o fato de que, os elementos de liderança do tenentismo que se acoplavam à Aliança Liberal tinham uma percepção da natureza da crise que a localizava no mesmo âmbito que toda a ciência social moderna burguesa: na subjetividade gnosiológica e na incorporação das ideias formuladas por aquele que aqui é considerado o germinal autor do corpo teórico racional-autocrático, que é Alberto Torres. Numa síntese expressa por uma carta de Juarez Távora para discordar do Manifesto de Prestes de adesão ao marxismo, para discordar também da concepção de revolução das grandes massas operárias e camponesas da qual falava o Cavaleiro da Esperança, essa visão de mundo dos tenentes que somariam na retaguarda da Aliança Liberal assim se expressa:

¹¹⁴ É interessante constatar essa percepção de exclusão a que eram submetidos os membros do Partido Democrático, principalmente das conspirações e decisões mais importantes da tomada do poder, pelas páginas de um personagem que esteve presente como mandatário daquele grupo paulista. Trata-se das memórias autobiográficas de Paulo Nogueira Filho em um título bastante curioso: *Ideais e lutas de um burguês progressista. O partido democrático e a revolução de 1930*. Rio de Janeiro; Jose Olympio, 1965. 2 vol.

Advinha-se, aliás, nas entrelinhas de seu recente manifesto, a revolta franca com que encara as injustiças da atual organização burguesa da sociedade. Ele não se conforma com a monstruosidade de uma minoria insignificante de potentados burgueses, tanger a coice de armas amarrada ao jugo de sua legislação unilateral e egoística – a maioria formidável dos que trabalham e produzem. E pretende poder reparar essa injustiça, pela inversão da atual ordem social. Eu reconheço a iniquidade dessa ordem de coisas, em que a maioria proletária se estorce, sem amparo técnico, sob o tacho de uma lei que a minoria burguesa de banqueiros, industriais e fazendeiros, amassa e amolda ao sabor de suas ambições e egoísmos. Concorro que essa preeminência absoluta de uma classe sobre a outra, na elaboração das normas que a ambas hão de reger, é maléfica e injusta. Mas não será invertendo a ordem existente – pela anulação sistemática da burguesia e ascendência universal, incontrastável do proletariado – que se chegará ao almejado equilíbrio social. Isso apenas inverteria os polos da injustiça atual. Creio, sim, no equilíbrio e excelência de um regime baseado na representação proporcional de todas as classes sociais, erigido em regulador imparcial de suas dependências e interesses recíprocos. E suponho que o regime republicano democrático (democrático num sentido menos amplo e mais real do que aquele que hoje lhe conferimos) – é aquele que mais facilmente nos permitirá aproximar-nos desse equilíbrio ideal. *Tratemos, pois, de adaptá-lo às nossas realidades – seguindo a diretriz já apontada por Alberto Torres, na sua “Organização Nacional”, ou por um caminho paralelo que busque as novas tendências e necessidades do nosso povo e do nosso meio.* (TÁVORA, 1981, p. 319-320) [grifos nossos]¹¹⁵

Assim, embora não seja a responsável por forjar a crise de hegemonia agrário-exportadora, a Aliança Liberal conscientemente se posta como sua herdeira na exata medida em que aparece como força organizada abarcando elementos capazes de levar a disputa por seus interesses até as últimas consequências, ou seja, de proporcionar a derrubada do oponente que impede a realização dos seus objetivos pela força.

Tivemos oportunidade de acompanhar até aqui os desdobramentos da divisão do trabalho da economia cafeeira e o novo horizonte de possibilidades que ela passou a oferecer à sociabilidade brasileira, bem como a tomada de contato já nos seus primeiros passos como político de lide nacional pelo líder sul-rio-grandense com uma das obras que melhor sintetizaria o corpo doutrinário da razão autocrática. Pudemos perceber também que as alternativas tomadas por Vargas enquanto elemento que expressa de forma condensada os interesses da burguesia brasileira tiveram já uma clara influência daquele corpo teórico. Este, por sua vez, tornando-se

¹¹⁵ Alguns anos mais tarde, em 1932, quando fazia parte do Clube Três de Outubro, Alcides Gentil, autor da profunda obra sobre o pensamento de Alberto Torres (uma coletânea de citações do jurista, organizada por temas), tendo sido arrastado, conforme relata, pela sinceridade de Juarez Távora, comenta que “Não tivemos, por enquanto, nenhuma interferência na orientação da atividade desse grêmio. Constando-nos, porém, que os militares são unânimes em subscrever duas teses fundamentais do mestre, - uma, a de que não há direitos contra a nação, e outra, a de que o nosso país deve ter a sua política, inspirada nos elementos concretos do seu território, nas condições sociais da sua gente e nas formas vivas da sua atividade -, acredito que eles não se desgarram em inventar problemas estranhos aos fatos da nossa vida” (1932, p. xxii-xxiii).

efetivamente ideologia, passou a oferecer elementos de projeção que facilitavam sua práxis autocrática na seleção das alternativas existentes. A formação da Aliança Liberal com três estados que expressavam a condição social necessária para o avanço previamente idealizado pela razão autocrática representa o momento mais alto desse processo de esclarecimento em outubro de 1930. Parece-nos ainda que a segunda edição relâmpago que ganhava o livro de Azevedo Amaral, legitimando o aspecto do revolucionismo na evolução das sociedades para que encontrassem suas verdadeiras realidades (com prefácio de 12 de outubro) – a primeira havia sido veiculada a partir de junho (com prefácio para o dia 12 desse mês) –, indica que a ideologia racional autocrática conscientizava cada vez mais os setores avançados da burguesia brasileira. Acreditamos que essa influência só faria crescer uma vez este grupo dirigente estivesse no poder.

Contudo, não devemos nos esquecer do aspecto profundamente mistificador desse corpo doutrinário e suas prévia-ideações, que alijavam do percurso histórico todas as determinações dos conflitos sociais. É exatamente com uma miríade deles, de conflitos de todos os tipos e matizes, que a liderança da burguesia brasileira teria que lidar nessa nova conjuntura descortinada pela luta de classes, ou seja, com fenômenos que, se pudesse, desejaria extirpar da história. Contudo, como elemento próprio de sua função ideológica, também devemos ressaltar que a razão autocrática acompanharia Vargas e os seus como o veículo teórico e prático de combate desses conflitos sociais.

CAPÍTULO IV: CONDICIONANTES DA LUTA DE CLASSES GENERALIZADA

4.1 – O significado político e os desdobramentos da insurreição paulista de 1932

Iniciado a 3 de outubro, o movimento político-militar da Aliança Liberal culmina com Getúlio Vargas em São Paulo no dia 28 do mesmo mês, o qual é empossado chefe do Governo Provisório um mês exato após o início dos conflitos, 3 de novembro. Nesse meio tempo, a 24 de outubro mais exatamente, uma junta governativa formada pelos militares general Augusto Tasso Fragoso, o almirante José Isaías de Noronha e o general João de Deus Mena Barreto, impedindo a posse de Júlio Prestes e assumindo interinamente o poder, telegrafa a Francisco Morato, dirigente do Partido Democrático, convocando-o a assumir o governo paulista, que não aceita justificando aguardar a chegada de Vargas para conjuntamente com ele decidir os rumos do estado. A 29 de outubro, nos Campos Elísios, uma reunião entre Vargas e alguns nomes que figurariam crucialmente nos noticiários da década de 30 na política nacional, como José Carlos de Macedo Soares, José Maria Whitaker, Plínio Barreto, Vicente Rao, João Alberto, Virgílio de Mello Franco, João Neves – tendo vários outros políticos como Flores da Cunha, Miguel Costa e Batista Luzardo alertado Vargas sobre o perigo de empossar Francisco Morato –, resolve que São Paulo ficaria sem chefe de Estado e entregue às orientações do Governo Provisório. Chega então o importante dia de 26 de novembro, onde decretos decisivos como a extinção da Caixa de Estabilização, criada por Washington Luís, a revisão de vários códigos como o Civil, Penal, Comercial, etc., estabelecem também o código dos Interventores, e João Alberto Assume a seção paulista. Tem-se aí uma breve descrição dos fatos que ajudariam a decidir o futuro das relações entre São Paulo e o Governo Provisório.¹¹⁶

O fato do período imediato que se segue à tomada do poder pela Aliança Liberal não conseguir se libertar, grosso modo, para além da implantação do terrorismo policialesco, erigindo a criação do Ministério do Trabalho como a principal conquista, tendo as outras medidas de cunho econômico e político se desenrolado com muito mais vagar, não é resultado, como ressalta a clássica bibliografia de Hélio Silva sobre o Ciclo de Vargas, da “competição diuturna de ambições” pessoais dos políticos que a promovem, chamando-a de “revolução traída” e “revolução que gorou”. A situação caótica era obra do próprio contexto, onde as forças políticas que haviam ajudado de alguma forma a promover a ruptura violenta da legalidade

¹¹⁶ A cronologia extremamente detalhada e minuciosa é dada por Hélio Silva em *1931: os tenentes no poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

faziam questão de demonstrar a seriedade com quem encaravam a disputa pela nova organização da ordem social, lutando para influenciar seus rumos.

Ou poderíamos afirmar – sem qualquer intenção de equiparação entre ambos os fenômenos - que as longas e tortuosas décadas que se seguiram à revolução francesa de 1789 até a consolidação do poder burguês em 1830 (MARX, 2011) seriam obra de ambições da pequena política?¹¹⁷ Discordamos. O próprio historiador brasileiro demonstra sinais dessa percepção quando promove afirmações em sentido contrário como, por exemplo, quando aponta que “nem um dia sequer, desde a queda de Washington Luís, deixou-se de conspirar. Conspiraram os carcomidos, os tenentes, os legalistas vencidos, as frente únicas do Rio Grande e São Paulo. Baianos e mineiros. Paulistas e gaúchos” (SILVA, 1972, p. 47).

No fundo, a questão residia em que o poder, estava constantemente em disputa, fruto da crise de hegemonia que se descortinava desde a década de 20. Ainda que alcançado pela vitória das armas, nada sobre ele ainda estava decidido. As posições dirigentes apenas haviam sido tomadas por um grupo consciente do caminho a ser percorrido para implementação de suas ideias reformadoras, mesmo que não conformassem ainda um projeto político claro e delineado. Tinham, porém, um conjunto doutrinário de sistematizações ao qual recorrer sempre que precisassem. Vale apontar ainda para o precedente aberto, isto é, chegando ao centro decisório pela força das armas, haviam demonstrado a convicção que a política é o centro pelo qual se deliberam os rumos sociais e o sentido da ação sobre aquilo que lhe determina a base, as relações econômicas.

Num primeiro momento, Getúlio indicou interventores para todos estados, com exceção de Minas Gerais, membro articulador da Aliança Liberal, que mantivera o presidente eleito Olegário Maciel. Rio Grande do Sul também pode ser considerado nestes termos, uma vez que na impossibilidade de permanecer o presidente antigo, o próprio Vargas, deixou sua terra natal nas mãos de Flores de Cunha, seu companheiro de todas as aventuras como membros da geração gaúcha de 1907. Nas demais regiões, o tenentismo ganha destaque. Juarez Távora, seu líder, foi nomeado para supervisionar as regiões Norte e Nordeste, do Acre até a Bahia, gerenciando a instalação de tenentes no poder em todos eles, menos Bahia e Pernambuco, estados com importância econômica maior para o país. O intuito era controlar as distintas e heterogêneas

¹¹⁷ Resgatamos aqui a distinção que Gramsci faz entre pequena e grande política. O teórico italiano define a pequena política como aquela onde o processo dirigente se desenvolve apenas em torno da simples troca de indivíduos e de questões conjunturais. Já a grande política seria aquela que consiste na luta “pela criação de novos Estados, conservação e defesa de estruturas orgânicas em seu conjunto; questões de ditadura e hegemonia em ampla escala” (GRAMSCI, 2000, p. 22).

burguesias locais, que foram os grupos dominantes durante todo o período da Primeira República.¹¹⁸

De outro lado, a organização política dos tenentes obrigou Vargas a decretar um código dos interventores. Getúlio temia, de um lado, os conflitos demasiados graves que a intransigência tenentista gerava nos estados com suas respectivas burguesias, ilustrados nos exemplos das tentativas forçadas de baixar os aluguéis e custos de vida, bem como no confisco dos bens de políticos tradicionais pelos interventores no Nordeste. De outro lado, lhe causava receio ver o tenentismo arregimentando bases sociais a ponto de conseguir um crescimento autônomo enquanto força política, distanciando-se, assim, de seu comando. Este código implementado a 28 de agosto preconizava a formação de Conselhos Consultivos Estaduais para tutelar mais de perto a ação dos tenentes nas interventorias, ao mesmo tempo em que procurava dar vazão aos descontentamentos das burguesias desses estados para que não se tornassem focos de movimentos num momento tão delicado como aquele dos primeiros passos no poder.

Sabe-se que, feitas as devidas e complexas mediações com as posições na estrutura social de classes, as forças armadas são, em geral, representantes de uma pequena burguesia, constantemente classificada como classe vacilante (MARX, 2011). Isso significa que, politicamente, seus diversos segmentos variam de uma postura que ora sente medo da proletarianização, ora espelha-se, sonhando em ser um igual, à grande burguesia. Perpassa-lhe ainda, um sentimento constante de moralismo, imaginando que a organização da sociedade deve obedecer à sua imagem e semelhança de classe. Nesse sentido, cabe aqui a mesma orientação analítica usada por Leôncio Basbaum para compreender a queda de Floriano e Deodoro já no alvorecer da República, a que nos parece bastante distanciada de qualquer dogmatismo teórico:

Em nenhum país, nem mesmo no Brasil, onde se diz que tudo pode acontecer, e em nenhuma época histórica, pôde a pequena burguesia, classe flutuante de mil camadas heterogêneas e antagônicas, ser dona do poder por muito tempo.

¹¹⁸ Esta parcela grande de poder dada ao grupo tenentista, maior base política do Governo Provisório, somado ao seu impulso ansioso por promover reformas, algumas com um caráter avançado se comparada às intenções gerais do Governo Provisório, como a “Criação de um Tribunal de terras”, causaria dores de cabeça para Vargas. As principais viriam exatamente da criação das chamadas legiões revolucionárias em todo o país, órgão de aglutinação dos tenentes, mas que também arregimentaria elementos civis importantes como o braço direito político de Vargas, Oswaldo Aranha. Colocamos em relevo a situação paulista, que criou a chamada Legião Revolucionária de São Paulo, contendo, inclusive, um programa partidário, com Miguel Costa, líder da Coluna Costa-Prestes que varreu o país de 1925 a 1927, para sustentar a interventoria de João Alberto. O manifesto, que teve como principal redator Plínio Salgado, futuro chefe da Ação Integralista Brasileira, veio à luz no dia 4 de março de 1931. Em linhas gerais preconizava um esboço de projeto de desenvolvimento para o país explorando carvão, ferro e petróleo no fomento à indústria, críticas aos preceitos da democracia liberal, códigos para as riquezas naturais e uma “organização científica do trabalho” com jornada de 8 horas, salário mínimo, férias obrigatórias, direito de greve, etc. O manifesto encontra-se exposto em Carone, 1974, p. 252-259.

O Estado é sempre a expressão de uma classe mais ou menos homogênea apoiada em sólidas bases econômicas: a posse dos meios de produção. E estes se achavam em mãos do grupo que não estava no poder. (1981, p. 21)

Mesmo em exemplos históricos extremos onde a pequena burguesia parecia dominar hegemonicamente o Estado e, portanto, contrariar essa tendência socioeconômica, como nos casos fascistas, a que certamente não pertencia a situação brasileira, eles terminariam por confirmar essa regra. Claro que eram situações históricas muitíssimo mais complexas e, possuidoras, por isso mesmo, de contradições mais desenvolvidas. Contudo, também ali essa tendência acerca da situação pequena burguesia se confirmava.¹¹⁹

Em São Paulo, onde a burguesia era mais poderosa, trazendo consigo a experiência de quatro décadas de controle de um poder restrito e excludente, o caso necessariamente deveria se revestir de maior gravidade. Mas também o Governo Provisório, imbuído que estava de uma concepção de mundo racional autocrática, deveria ser mais enérgico.

É interessante lembrar, como aponta a profícua pesquisa de Antônio Celso Ferreira (2002), *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*, que desde os anos 1870 São Paulo passou a elaborar um discurso, mediante intelectuais, revistas e institutos, dentre os quais se destacam o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e a Academia Paulista de Letras, que exaltava o bandeirante como ícone nacional e herói da formação do Estado brasileiro. Esse apelo ia mais longe, pois chegava a apontar São Paulo como o artífice do sucesso da empreitada colonial. O discurso dessa identidade gloriosa paulista, essa “invenção histórica” que perpassa pela Semana de Arte Moderna e pelo Centenário de Independência em 1922 (em resposta à qual Oliveira Vianna escreveria um de seus primeiros textos que mais tarde se tornaria o livro *O Idealismo da Constituição* de 1927), foi gestada a partir do momento em que São Paulo começa a se sobressair no âmbito da economia cafeeira e, portanto, tinha o intuito de correlacionar direta e determinantemente a modernidade do país ao perfil superior e mesmo sobremaneira civilizado do paulista e sua metrópole.

Essa ideologia, latente na década de 1920 e submergido momentaneamente após a derrota da hegemonia agrário-cafeeira pelo golpe de 1930, viria à tona com total força quando dos desdobramentos da crise entre o interventor João Alberto e o desejo da grande burguesia

¹¹⁹ Sobre o espinhoso debate sobre a natureza do fascismo, ver nota de rodapé 145.

de São Paulo de receber um nome civil e paulista. Ora, é preciso que se leve em conta discursos triunfalistas como esse elaborado perspicazmente desde 1870 para que se entenda a postura de Vargas de manter a todo custo um interventor militar, não paulista, e alheio a esse apelo mítico da grandeza daquele estado. Como aventa Plínio de Abreu Ramos, “O Sr. Getúlio Vargas deveria ter suas razões para admitir que São Paulo em poder dos democráticos seria um deplorável desastre para o país, para a revolução e para o próprio Estado” (1980, p. 143). E de fato Vargas tinha as suas razões. Afigura-se bastante razoável levantar a hipótese de que Vargas operava sua práxis política em elaborações ideais que a razão autocrática previamente lhe oferecia. Assim sendo, cremos que tenha realizado o raciocínio (cf. capítulo I) de que ninguém mais que São Paulo, que governara de forma dominante durante 36 anos republicanos, representava esse espírito de desunião burguesa, impediendo, por conseguinte, da unificação política por um projeto que avançasse no desenvolvimento do mercado interno e do capitalismo brasileiro. Era compreensível, segundo esse ponto de vista, que Vargas insistisse em um tenente de sua confiança para evitar desdobramentos perigosos desse sentimento da epopeia bandeirante logo após a tomada do poder central, quando praticamente muito pouco ainda da propalada obra restauradora pelo Governo Provisório havia sido feita.

Seria pouco significativo que no mesmo ano do agravamento das animosidades e da insurgência dos paulistas, Oliveira Vianna fosse chamado a cumprir o papel ideopolítico que desempenharia com maestria durante toda a década de 1930? E mais, seria uma simples coincidência que seu livro elencado por nós como um dos eixos da razão autocrática, *Evolução do Povo brasileiro*, ganhasse uma reedição no ano consecutivo após o mesmo levante, como que insinuando sua tremenda atualidade para justificar os posicionamentos políticos dirigentes? Acreditamos que não.

Cabe, portanto, realizarmos um breve balanço sobre a natureza do levante paulista para entendermos seu significado político. A primeira sinalização a ser feita é que o levante tem um claro sentido reacionário. Porém, como a realidade é, em sua imanência, constituída de movimento, o próprio desenvolvimento do levante, e mais fundamentalmente o seu resultado final, carrega-se de alterar o seu teor, afinal não há como girar para o passado a roda da história humana. A característica fundamental do movimento histórico é, conforme Lukács (2010), sua irreversibilidade.

Estabeleçamos os termos da discussão. A tomada do poder pela Aliança Liberal era portadora do que estamos denominando de razão autocrática, uma concepção de mundo própria de setores da burguesia que possuíam uma visão unilateral acerca dos problemas sociais da

realidade brasileira, contendo, porém, traços diretivos e tendências relativamente bem delineadas daquilo que se pode designar como esboço de um projeto político de transformação do capitalismo brasileiro que pensasse sua grandeza no longo prazo e para a classe burguesa como um todo. Se não chegava a ser um movimento político progressista - emancipando politicamente o proletariado urbano e rural, estendendo a cidadania a um mais amplo contingente popular do país, daí seu caráter também autocrático -, era um projeto que avançava em relação à forma predominantemente agrário-exportadora e de base política restrita e excludente vigente durante os anos da Primeira República (1889-1930). É nesse espaço político, em profunda disputa, mas também em um continuum *vir-a-ser*, que se insere o início do levante dos paulistas.

Assim, sem querer reinstaurar *in totum* o antigo regime, a insurreição de 1932, contudo, arregimentaria muitos dirigentes e forças políticas oriundos daquele estado de coisas. É verdade que a germinação dos contatos subversivos se dera pela movimentação do Partido Democrático, grupo que participara da Aliança Liberal, sem ter nela qualquer papel diretivo. Este Partido achava que iria substituir o derrotado Partido Republicano Paulista nos altos comandos do estado paulista, fato que, negado por Vargas com a insistência em manter a interventoria tenentista, levou-os a tramar uma espécie de vingança, agindo reacionariamente. Eis aí um fato já bastante conhecido da historiografia.¹²⁰ Este seria apenas o início das hostilidades. Formava-se em fevereiro de 1932 a Frente Única Paulista (FUP), que voltava a agregar os dois principais partidos estaduais, o PRP, que lançara seu manifesto de reabertura já em 17 de janeiro de 1932, e o PD. A bandeira levantada ainda era a de um interventor civil e paulista, já que mesmo demissionário João Alberto em julho de 1931, outros três interventores deveriam lhe suceder até que, em março de 1932, Vargas indicasse para o cargo Pedro de Toledo, finalmente um civil e paulista, embora não muito popular no estado.

Acontece que durante esses desdobramentos outros setores passariam a expressar eloquentemente seu descontentamento com o Governo Provisório. Os cerca de 15 meses que constituíram o período de interventoria não paulista, certamente contribuíram para criar um clima de tensão latente no estado. Ainda em 1931, a 28 de abril, a Força Pública paulista, feroz combatente contra a investidura do golpe da Aliança Liberal em São Paulo, capitaneada pelos militares Heliodoro Tenório e Odilon Aquino de Oliveira, promoveu um “levante, no qual se previa que, desencadeado o movimento das tropas e imediatamente afastado o General Miguel

¹²⁰ Cf. FAUSTO, 2014, p. 190; SKIDMORE, 1976, p. 38; CAPELATO, 1981, CARDSO, 1982, para citar alguns importantes estudos dentre a vasta bibliografia que o assunto dispõe.

Costa, o comando da Força Pública automaticamente iria ter às mãos do General Isidoro” (AMARAL, 1982, p. 37). A ingerência do Governo Provisório no comando e hierarquia de seus postos inquietava a Força Pública paulista. Mas o grau dessa recusa em aceitar a derrota e a intromissão na vida cotidiana bandeirante não afetaria apenas as forças armadas e políticos tradicionais.

A chamada questão social também se agitava, como é próprio de um momento de crise generalizada. A repressão às greves operárias promovidas em maio de 1932 por tecelões, lixeiros, ferroviários, padeiros, metalúrgicos, dentre outros, que eram empurrados para o movimento paredista pelos baixos salários e enorme desemprego que as consequências da crise de 29 ainda geravam internamente, por um lado, uniam a burguesia de São Paulo e do governo central em sua repressão. Por outro, essas mesmas frações burguesas eram levadas também a entrar em conflito entre si pelas medidas de controle das divisas e restrições das importações e nos confiscos e impostos que recaíam sobre as sacas de café, em que pese Vargas ter levado a cabo um enorme programa de compra do produto, com o adicional perdão de parte das dívidas dos fazendeiros paulistas.

Destaque-se o fato importante de que as organizações que estavam surgindo, de forma rápida e mesmo orgânica, intentavam que os sentimentos hostis fossem canalizados diretamente ao Governo Provisório. O intuito máximo desse processo se dava na Liga de Defesa Paulista, criada em maio de 1931, que recebeu por função aglutinar e homogeneizar o discurso do descontentamento, não importando de que direção proviesse, orientando-o contra a chamada ditadura da “politicagem odienta, ambiciosa e sem alma”:

A criação da LDP marca o extravasamento da passividade das classes dominantes, com o apoio das camadas intermediárias, diante da política implementada pelo Governo Provisório, e, em ambivalência, a gênese das tentativas de articular a oposição contra o “tenentismo”. É ela quem fornecerá as bases centrais do discurso a ser desferido no espaço público, aproximando as correntes intelectuais regionalistas dos destinos políticos do estado. Recém formada, a entidade passa à ação incitando a contraposição radical das dificuldades sociais do momento ao suposto lugar histórico e de direito de São Paulo dentro da federação. (RODRIGUES, 2009, p. 54-55)

Percebamos que mesmo as correntes extremistas que portavam uma plataforma separatista e racista, pautada em um discurso São-Paulo-civilizado *versus* restante-do-Brasil-bárbaro, serão englobadas na campanha que contará com um elemento decisivo vindo diretamente da grande burguesia paulista: a propaganda. Fomentando rancores e promovendo

um apelo que explora as insatisfações e as joga contra o Governo Provisório, fazendo recair neste toda a culpa pela situação caótica que o estado vivia, a burguesia paulista unificada acaba conseguindo criar a bandeira de que apenas uma nova constituinte traria de volta a grandeza paulista dos tempos passados.

O trabalho de João Paulo Rodrigues, *O levante “constitucionalista” de 1932 e a força da tradição: do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934)*, proposto enquanto doutoramento,¹²¹ fornece um avanço fundamental nas pesquisas sobre o movimento paulista na medida em que deixa de se pautar apenas pelos grandes fenômenos conjunturais, mas investiga também as circunstâncias internas, específicas, e sua dinâmica íntima à luz das determinações do contexto. Importante também é que sua tese não se deixa envolver pela força do tradicionalismo bandeirante ao considerar - como ainda hoje é de praxe em pesquisas apologetas e memorialísticas - o conflito como luta fundamental dos verdadeiros heróis cívicos e patrióticos do país pela democracia contra o ditador infame que teria sido Vargas. Pelo contrário, o pesquisador elenca esse instrumento de mobilização – a propaganda de massas - capaz de arregimentar setores populares consideráveis, inclusive do proletariado, como responsável por englobar sua participação, já que elas também se manifestavam reivindicando seus interesses devido às precárias condições sociais nas quais se encontravam.¹²²

Mediante forte e sistemática propaganda localizada principalmente no jornal *o Estado de São Paulo* e nas três principais rádios do estado, a *Rádio Educadora Paulista*, a *Rádio Cruzeiro do Sul* e a *Rádio Sociedade Record*, parte considerável das massas operárias teriam sido “ganhas” para a causa paulista. Estes seriam, fundamentalmente, os grandes ardis divulgadores da ideologia que a burguesia paulista lançou para arregimentar um movimento que, mediante nova luta político-militar pudesse reconquistar o poder para o estado. Este estudo é fundamental na medida em que problematiza radicalmente o movimento de 1932 e desconstrói parte considerável de seus mitos que perpassam o ideário paulista até os dias atuais.

Nesse sentido, jornais da juventude paulista defendendo radicalmente a secessão estadual eram criados, como *O separatismo*; o dia 23 de maio, em que manifestações públicas e motins de rua se faziam contra o edifício do Partido Popular Progressista, culminando em 4

¹²¹ Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis. 2009.

¹²² Precisamos ressaltar que não concordamos com a concepção metodológica macro que orienta a tese do historiador. Fundamentada em postulados liberais como são os de Habermas e Hanna Arendt, não poderemos acompanhar autor até suas conclusões. No entanto, isto não nos impede de usar criticamente o amplo levantamento histórico e a rica constatação das lutas entre amplos setores sociais por sua tese no decorrer do levante. Desta forma, atribuiremos a estes fatos outro sentido, como veremos a seguir.

mortes (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo) iria dar origem a um dos mais importantes órgãos da campanha e que se estenderia pela história como símbolo-mor da situação, o MMDC; inúmeros manifestos e declarações onde subscreviam seu apoio personalidades de renome - como no célebre caso de tê-la feito no berço de morte o pai da avião Santos Dummont ou nos apelos constantes de padres a elegendo como luta sagrada -; programas de rádio e noticiários de jornal eram elaborados com vistas a ganhar a mobilização popular, canalizando seus descontentamentos, convertidos de passagem em apelos às tradições estaduais das epopeias bandeirantes, para a causa constitucionalista, sempre tendo o jornal *O Estado de São Paulo*, com Júlio de Mesquita Filho e Paulo Duarte, na direção do movimento.

Está clarividente, por conseguinte, que as esferas de descontentamento em São Paulo são amplas, envolvendo-se tanto os “tenentes” e o governo federal, quanto os políticos profissionais e a burguesia (...). Para se desencadear o confronto, não obstante, algum dos grupos precisa capitanear a campanha, e a hipótese central é a de que o escol dirigente paulista beneficiou-se da conjuntura propícia para deter a preponderância do movimento e canalizar os ressentimentos sociais em sua luta contra o “tenentismo”, afinal, sem os recursos da indústria e do comércio e, ainda, as influências dos partidos políticos, dificilmente se conformaria o levante. Nessa perspectiva, a FUP chega às vésperas da sublevação necessitando muito mais da retórica regionalista, porém, não apenas para vencer o debate público contra o “tenentismo” ou incentivar as manifestações cívicas, mas para conquistar corações e mentes a favor da peleja. (...) Se a interpretação proselitista encaminhada pela direção do comitê insubordinado é verdadeira no que tange ao envolvimento de diferenciados segmentos sociais no confronto, ela dissimula, propositalmente, alguns dos principais motivos que precipitaram o estado a pegar em armas. Assim, os interesses dos políticos da FUP, dos comerciantes, dos industriais e demais setores da classe dominante paulista que destoavam do projeto do Governo Provisório e detinham as condições materiais para iniciar um levante ficam submersos na busca pela Constituição. (RODRIGUES, 2009, p. 89-92)

A correlação entre posição política, necessidade econômica e complexo ideocultural torna-se orgânica: na ausência de uma plataforma revolucionária autêntica, ou sequer progressista – pelo contrário, de sentido inicial claramente reacionário, como apontado -, a tradição gloriosa, construída discursivamente no andamento do crescimento econômico regional paulista, é erigida em justificativa para o levante.

Assim, as diversas comissões de mobilização que se criavam após o início do levante, ocorrido a 9 de julho, ostentavam membros da extrema hierarquia das mais diversas frações de classe da burguesia paulista, como a comercial com Carlos de Souza Nazareth e Vivaldo Coaracy, da industrial em Roberto Simonsen se desdobrando em quase uma dezena de comissões, possuía ainda Altino Arantes como diretor do PRP, sem falar nos já citados

jornalistas de renome Paulo Duarte, Júlio de Mesquita Filho aos quais se acrescenta ainda Plínio Barreto e nos dirigentes do Partido Democrático Francisco Morato e Aureliano Leite. Professores da Faculdade de Direito de São Paulo, advogados, engenheiros, escritores ilustram o grau de propagação civil a que o movimento chegara.¹²³

A respeito do envolvimento dos industriais, que pareciam estar mais distantes das direções do movimento, Roberto Simonsen é exemplar para esclarecer a atuação da entidade, inclusive no momento de germinação do conflito. Além de gerenciar comissões fundamentais para suprir o material do conflito, o empresário teria tido atuações decisivas, enquanto presidente do Conselho Consultivo da Federação, na tarefa de neutralizar o medo dos demais empresários de não receberem pagamento por encomendas militares feitas pelos insurgentes (RODRIGUES, 2009, p. 131).¹²⁴

Quanto à insurreição propriamente dita, é importante lembrar que as demais Frentes Únicas que haviam oferecido promessas à São Paulo de ajudá-lo no levante, principalmente Minas Gerais e Rio Grande do Sul, terminam por optar em não aderir ao motim, muito em função da contraofensiva ideopolítica dirigida pelo Governo Provisório, também pelos veículos de comunicação (fundamentalmente no *Correio da Manhã*, que embora não sendo porta-voz oficial era integralmente alinhado à plataforma de Vargas). Desta maneira, o levante não conheceu outra solução senão afundar-se no sentimento de paulistanidade. Este canto da sereia encheu, durante os quase três meses de conflito, toda a sociedade paulista, dos recantos mais íntimos dos lares até às trincheiras nos fronts mais longínquos do estado. E, numa típica divisão

¹²³ A tese de João Paulo Rodrigues (2009) fornece didáticas tabelas com a disposição da hierarquia dos membros e um preciso detalhamento das várias comissões criadas pelo levante.

¹²⁴ O livro de Clóvis Oliveira *A indústria e o movimento constitucionalista de 1932* (1956) desfaz essa equívoca impressão do distanciamento diretivo dessa fração de classe ao esmiuçar as ações promovidas pela burguesia industrial, inserindo-a no âmago do levante. É importante lembrar também das atividades promovidas pela FIESP, dentre as quais estava a reorientação de fábricas para a produção de metralhadoras e a exploração de outros materiais para o fabrico de pólvora, devido aos poucos recursos militares disponíveis, os bônus oferecidos aos operários que superproduzissem e o auxílio máximo de cientistas, químicos e demais profissionais para transformação paulista da indústria militar (OLIVEIRA, 1956). Nesse processo já estava sendo colocado em prática elementos que demonstravam uma burguesia desejosa de desenvolver instrumentalmente o capitalismo industrial brasileiro. O intuito fundamental dessa nova tática, inserida que estava numa ampla estratégia, consistia em transferir o lócus de dominação do operário para o chão de fábrica, ganhando-o pelo consenso. Em razão disso, o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) tinha sido criado já em 23 de junho 1931, objetivando desenvolver a racionalidade instrumental da produção, aplicando-lhe novos métodos científicos como o fordismo e o taylorismo, que já tinham vigência nos capitalismo centrais. Significativo é, como aponta Álvaro Tenca, que o discurso do instituto visava tornar-se universalista, afirmando defender os interesses nacionais, daí podermos entender “por que se retirava o termo ‘Paulista’, que parecia restringir geograficamente ação, além do incômodo que poderia causar, sobretudo naquela época” (1987, p. 12). O IDORT, porém, teria uma atuação bastante fraca naqueles anos iniciais, sendo mais ativo somente na década de 1940.

de funções burguesa, coube aos generais Bertoldo Klinger e Isidoro Dias Lopes a direção armada do movimento, que em termos de probabilidade era praticamente natimorto.¹²⁵

Diga-se de passagem, ainda, que a alardeada “revolução constitucionalista”, posta em prática pela máquina propagandística paulista, era uma contradição em termos, afinal uma revolução sempre é feita para derrubar um estado de coisas materialmente constituído e não como campanha política com um fim jurídico.¹²⁶ De qualquer maneira, a derrota no campo de batalha chegara estrondosamente. Teriam aí sua vez os importantes e decisivos desdobramentos do levante.

É fundamental acompanhar, primeiro, as consequências mais imediatas na sua relação com a conjuntura econômica e o correspondente comportamento popular para compreender o que então viria a pautar a postura da burguesia paulista. A começar pelo desfecho das negociações de paz, que inicialmente é acordado pelo General Klinger ao solicitar o cessar das hostilidades, mesmo sem a permissão do governo insurgente. Enviando seus comissários para representar São Paulo nas negociações com o General Góes Monteiro, membro enviado pelo Governo Provisório, e na medida em que, sob ordens expressas de Vargas, Góes impede que os insurgentes imponham qualquer condição à rendição, não chegam a qualquer acordo, o comitê insurgente vê as negociações escaparem de suas mãos:

Curiosamente, porém, diante da persistência do comitê “rebelde” em protelar a luta, com a finalidade evidente de diminuir o impacto da vitória do “tenentismo”, a cindida Força Pública Paulista – que compunha parte importante do Exército Constitucionalista – chefiada pelo coronel Herculano de Carvalho, que assumiu a corporação já com a luta em curso, atravessa as negociações, comunicando-se diretamente com o general Góes Monteiro e recusando-se, a partir de então, a sustentar o combate e a obedecer às coordenadas do Governo Paulista e do Comando Superior Revolucionário. Avaliando o custo/benefício da peleja, a Força Pública opta por romper a aliança traçada, anteriormente, em São Paulo. Frente à inusitada situação e valendo-se da argúcia indispensável a bons negociadores, o representante do Governo Provisório não hesita em firmar um acordo em separado, excelente para os “revolucionários de 1930”, com o heterogêneo grupo sublevado. Deste modo, dissolve as últimas esperanças de êxito dos paulistas ao promover, em 2 de

¹²⁵ Numa batalha onde a proporção de combatentes chegava perto da relação de 6 para 1 em favor do Governo Provisório, 350.000 combatentes contra 60.000 voluntários, e contando aqueles com o apoio do Exército, da Marinha, das Forças Públicas Estaduais, de corpos provisórios, em um desigual confronto de uma arma para cada soldado varguista e uma para cada 50 paulistas, tendo estes apenas 5 canhões contra 100 do Governo, depreende-se que as chances de vitória eram remotíssimas (RODRIGUES, 2009).

¹²⁶ Também é significativo apontar que, do ponto de vista de suas próprias demandas, haviam perdido sua razão de ser quando os paulistas se puseram em luta, já que Vargas havia deliberado o novo Código Eleitoral em 24 de fevereiro de 1932, seguido de um decreto em 15 de março onde as eleições para a Assembleia Constituinte eram estipuladas para o 3 de maio de 1933 (SKIDMORE, 1976, p. 36). Recordemos aqui, ainda uma vez, a data de 1 de março de 1932 onde Pedro de Toledo, civil e paulista, foi designado para a interventoria.

outubro de 1932, a Convenção Militar de Cruzeiro, pela qual a Força Pública Paulista se comprometia a rever as ações que praticara durante a batalha e assegurar a ordem no estado em favor do governo federal. Além disso, aceitara, aquela corporação, a tarefa drástica e “traíçoeira” de depor o mesmo Governo Paulista que aclamara a dez de julho. A fatalidade das arrasadoras derrotas nos campos de batalha e na “diplomacia”, diante de Getúlio Vargas e do “tenentismo”, além de fortalecer os “revolucionários” de 1930, desnorteou profundamente o comitê insubordinado, fragmentando-o visceralmente. O malogro do armistício trouxe sérias complicações, sobretudo, aos políticos do PD e do PRP, alvos inquestionáveis da ira do Governo Provisório e, certamente, de hora em diante, identificados pela população como responsáveis pelo fracasso de São Paulo. (RODRIGUES, 2009, p. 184)

Após a ocorrência desse cenário pitoresco, em São Paulo a desorganização passa a ser completa. De início, é possível nomear, conforme fez o próprio General Klinger, o momento pós-conflito “como o período do salve-se quem puder” (RODRIGUES, 2009, p. 186). Desnorteados pela derrota, Pedro de Toledo – que fora mantido como governador de São Paulo durante o levante - e os principais dirigentes políticos do conflito, ao deixarem seus cargos, procuram se isentar de qualquer responsabilidade perante o levante. A saída encontrada no nível da retórica consistiu, aproveitando-se oportunisticamente da conduta impopular da Força Pública, em jogar a culpa para cima dos militares, afirmando que não tiveram outra saída senão obedecer aos imperativos daquela resolução coercitiva, em que eles, os políticos, nada fizeram senão cumprir seu dever cívico.

Isidoro Lopes, pela vez dos militares, passaria a justificar o levante perante a imprensa na contramão da versão dos políticos, afirmando que estivera alijado das decisões dirigentes depois que Pedro de Toledo intervira nos assuntos militares. No entanto, e mais uma vez precipitando-se na dianteira das articulações, a burguesia do PD elaborava a sua versão dos fatos de forma que se pode qualificar certamente de “instantânea e ardilosa”, afinal passou a “jogar com a atípica conjuntura social, ao classificar o dissidente como covarde, oportunista, assecla do Governo Provisório e traidor de seus próprios companheiros e do sofrimento coletivo de São Paulo e de sua gente – que na retórica preconizada seriam os verdadeiros responsáveis” (RODRIGUES, 2009, p. 187). Aquela mesma operação feita para arregimentar frações de classes e lideranças ao movimento, onde uma tradição gloriosa é discursivamente elaborada para legitimar o levante, é aqui retomada em sua integralidade para se esquivar das culpas pelo seu desfecho trágico.

Bem entendida, essa tradição não é como um castelo de cartas que se constrói no ar, sem embasamento material. Ela é uma exigência que se constrói alinhadamente conforme

determinados interesses políticos. Na medida em que é da própria natureza de toda ideologia se constituir em “consciência prática necessária”, isto é, a esfera ideopolítica é ela mesma o campo no qual as classes e frações de classe tomam clareza concreta dos conflitos nos quais estão imersos, a ideologia constrói discursos que não são proposições teóricas abstratas absurdas ou artificiais sem qualquer nexo concreto, mas produz “indicadores práticos bem fundamentados e estímulos efetivamente mobilizadores, direcionados às ações socialmente viáveis dos sujeitos coletivos reais” (MÉSZÁROS, 2004, p. 66). Esse é *O Poder da Ideologia*. A ideologia, por conseguinte, opera em consonância íntima com os limites historicamente objetivos, certamente mutáveis, mas também racionalizando instrumentalmente, isto é, elencando meios e fins, adequados a interesses materialmente muito bem fundamentados e estruturados que enfrentam o desafio de satisfação das exigências do metabolismo social. É por isso que o discurso bandeirante não poderia ficar muito tempo restrito ao jogo mútuo de culpas, fraturando ainda mais a frágil situação da burguesia paulista, caso desejasse se fortalecer como domínio de classe.

De uma forma que não podemos considerar accidental, a ideologia da paulistanidade ganha novamente o centro das discussões exatamente quando se fez sentir em todo seu peso estrutural a periclitância econômica dos seus diversos setores burgueses, setores estes que tiveram durante quase três meses suas atividades produtivas estagnadas, no sentido de retorno lucrativo. Em sendo o café o elemento crucial da economia, a retenção de suas sacas nas fazendas, sem que pudessem ser escoadas para o porto de Santos, motivou a principal causa dos problemas financeiros. Com ressonâncias praticamente diretas dessa questão na indústria, não é muito difícil imaginar o ricochetear para a situação operária, dos trabalhadores rurais e para a população paulista como um todo. A queda nas atividades comerciais de importação e exportação do ano 1932, segundo os dados do Estado (RODRIGUES, 2009), seria maior do que os da grande baixa ocorrida após a crise de 1929, fechando em queda significativa se comparado com a recuperação que se esboçara em 1931. Acumulada em três meses, a crise não chega a ganhar um status de situação insolúvel. Todavia, e isso tendia a piorá-la muitíssimo, São Paulo novamente se encontrava em situação de dependência da ajuda do Governo Central para resolver seus principais problemas econômicos.

Mas, talvez o primordial que deva ser citado sobre o contexto caótico resida na impressão (correta) de que uma crise social estava sendo germinada no Estado. Setores importantes do proletariado, de fato, aderiram a causa, seja pela ameaça de perderem seus empregos – lembremos que intensas campanhas publicitárias eram realizadas taxando de

traidores aqueles que não participassem do movimento – ou pela oportunidade encontrada de, alistando-se no conflito pelo lado paulista, usufruírem dos serviços de assistência que eram oferecidos pela retaguarda do levante. Finalizada a batalha, derrotadas as forças paulistas e desorganizado o estado, essas massas proletárias tiveram suas condições de vida, que antes do confronto já eram precárias, agravadas.

As vítimas, diretas ou indiretas, do confronto também sofriam de forma intensa as consequências do desarranjo social. Além de muitos se tornarem órfãos ou verem seus filhos morrerem nas batalhas, famílias perderam sua estrutura com o óbito daqueles que a sustentavam e um grande número de indivíduos foram despedidos dos seus empregos tradicionais. Cerca de 80.000 pessoas, número impressionante, teriam sido deslocadas compulsoriamente das cidades em torno dos fronts, em nome de retiradas estratégicas para articular melhor a vitória, como então se propalava. Muitas delas foram enviadas para a capital do estado, reforçando ainda mais a pressão social no centro político. Prefeitos empossados durante o conflito abandonavam seus cargos, polícias locais estavam fora de ação ou ainda em retorno aos seus postos e os voluntários regressavam da guerra sem terem sequer trazido civis dignos. Com esse quadro de crise generalizada era de se esperar que “a população acometida pelos desarranjos econômico-sociais agravados pelo levante, alijada da união cívica nos seus estertores e, sobretudo, privada de espaço nos meios de comunicação, escolhe as ruas para manifestar seus sentimentos” (RODRIGUES, 2009, p. 205).

São duas as ondas de levantes que se seguem ao término das hostilidades. A primeira delas, nos dias iniciais de outubro, volta-se contra os articuladores políticos e militares, indignada com o fim do conflito e o pedido do armistício. Para essa pressão inicial, São Paulo teria sido traído ao depor armas. Em seu segundo momento, no desenrolar de todo o mês de outubro, a violência popular começa, gradativamente, a se orientar novamente para a permanência daqueles que eram considerados inimigos de São Paulo, já que outra vez o Governo Provisório se apossara militarmente dos postos de comandos estaduais. Certamente não foi por mero acaso que tomou a feição de uma guerra comercial, propondo boicote aos estabelecimentos comerciais não paulistas, principalmente nordestinos e cariocas, com destaque para o enfrentamento do dia 10 de outubro de 1932, com alguns mortos e vários internados.

No entanto, a classe dominante de São Paulo já começara a se preparar para receber tais choques. A história aqui se repete: dessa vez não como farsa repetindo uma tragédia anterior (se bem que é inevitável não considerar um desastre todos os danos cometidos à população

paulista lançada nas trincheiras em 1932 pelos interesses restritivos de uma burguesia reacionária), mas como farsa repetindo uma igual e mesma farsa. Ainda uma vez a “máquina de propaganda”, principalmente do jornal *O Estado de São Paulo*, era posta em funcionamento para elevar o regionalismo e a grandeza da economia paulista frente aos demais membros da federação em estratégia discursiva e ideológica. Passando a indicar o caminho aos seus leitores, o periódico porta-voz da alta burguesia paulista prega a continuidade da batalha contra o eterno inimigo, o Governo Provisório, pois a derrota no combate não deveria “desencadear um processo de julgamento entre os próprios paulistas, pois o condutor e responsável pelo movimento seria, exclusivamente, São Paulo e sua gente” e considerando o levante apenas o primeiro episódio de uma luta maior “nega, ideologicamente, as divisões sociais evidentes e a importância da derrota na batalha, diante da verdadeira guerra que ainda se poderia travar” (RODRIGUES, 2009, p. 215). Eis o caminho que levaria São Paulo, de derrotado na batalha, à conquista da vitória na chapa-única por São Paulo na Constituinte de 1934. E mais tarde, mediante essa mesma construção ideológica, vitorioso *moralmente* na pugna de 1932. Não há que negar que a participação popular é determinante na base de apoio da Chapa Única em São Paulo. A entidade consegue eleger 17 dos seus candidatos dentre os 22 representantes possíveis em 130 núcleos no interior do estado, confirmando, como bem demonstra a tese de Rodrigues até este ponto da análise histórica, a força da paulistanidade.

Precisamos abrir um rápido parêntese aqui. Não podemos consentir com o apontamento final de João Paulo Rodrigues para o qual, nesse derradeiro momento, de vitória da força de mobilização dos discursos ideológicos da grande burguesia, “por conseguinte, existe um relativo equilíbrio de forças em São Paulo”, o que lhe “sugere que é a força da sociedade, ainda que entre os indicados não incluíssem representantes dos trabalhadores, que move a campanha” (RODRIGUES, 2009, p. 260-261). O próprio autor nos informa as entidades que forneceram dez nomes cada para a comissão destinada a escolher os candidatos que disputariam o pleito pelo Chapa Única por São Paulo Unido: A Associação Comercial de São Paulo; a Federação dos Voluntários de São Paulo; o Partido Republicano Paulista; o Partido Democrático e a Liga Eleitoral Católica que disponibilizava para campanha padres que a apresentavam para seus fiéis como “Chapa de Deus”. O que entendemos de fato ter ocorrido aí, foi a reformulação autocrática da burguesia ao nível do estado de São Paulo, reproduzindo os elementos de exclusão popular para os novos rumos que seriam tomados pela direção paulista. E mais: sem procurar punir mais seriamente a burguesia paulista pelo levante, o grupo dirigente nacional em

torno de Vargas permitiu que essa burguesia pudesse se rearticular como classe dominante interna.

O fim do frágil levante de 1932 em São Paulo e o pleito de 1933 onde se elegem deputados para disputa da Constituinte é, simultaneamente, a expressão do rearranjo da burguesia paulista e a derrota pequeno-burguesa do tenentismo como base do Governo Provisório.¹²⁷ Mas também deve ser visto com o primeiro crivo pelo qual este mesmo Governo Provisório passaria para se sustentar no poder, confirmando a correta leitura para seus interesses de classe que aquele conjunto ideológico racional autocrático lhe indicava, tornando-o mais concentrado e consciente dos seus interesses.

A esta altura acreditamos estar delineado o significado político do levante: oco de qualquer plataforma revolucionária ou mesmo reformista no sentido *stricto* da palavra, isto é, de alteração qualquer no funcionamento das estruturas sociais. Daí se apegar unicamente ao discurso de uma ancestralidade grandiosa, de uma tradição de liderança que deveria ser seguida à risca pelos modernos. Por isso, o desfecho final se desenrolara em torno de que, se aproveitando da astúcia com que as organizações civis agitavam os pleitos da constituinte, a burguesia paulista, principalmente em suas feições comercial e industrial,¹²⁸ endossa o discurso mobilizador renovado após a derrota, imprimindo-lhe ainda uma última vez a valorização da paulistanidade e a necessidade de fazer jus à tradição bandeirante, por meio da defesa dos princípios democráticos na Constituinte. Não só as vagas conquistadas por representantes diretos da burguesia na híbrida constituição de 1934¹²⁹ exprimem esse movimento, mas também

¹²⁷ RODRIGUES, 2009, p. 215. Também é digno de nota a atuação do general Waldomiro de Castilho Lima. Em que pese a breve mediação que o apelo propagandístico fez à “mocidade paulista revolucionária” para que assumisse os postos de comando do país diante da prisão e exílio dos líderes políticos tradicionais, a postura do general, mantido no comando por Vargas, foi igualmente determinante para o futuro das relações de força entre os principais grupos em disputa no contexto. Com essa medida, também o próprio Governo Provisório parecia acreditar ter batido definitivamente a burguesia paulista. Representante do “tenentismo”, Waldomiro viu na situação a chance de consolidar uma vitória de seus correligionários contra o reacionarismo paulista. Efetivado na condição de organizador do programa administrativo estadual para o ano de 1933, o general passa a promover suas articulações políticas emparelhando-se de interesses cafeeiros ao criar o Partido da Lavoura e chega mesmo, sem ver nisso qualquer contradição, a se aproximar dos trabalhadores urbanos no Partido Socialista Brasileiro de São Paulo. Esses fatos foram cruciais para o destino político de São Paulo. Waldomiro ajudara a instigar novamente a brasa candente da luta de classes em São Paulo. Menosprezou o poder de articulação da burguesia paulista, reprimiu brutalmente as agitações populares e, mais importante que tudo, sanou novamente as fraturas no seio de burguesia paulista.

¹²⁸ Hegemonia momentânea no processo assumida, fundamentalmente, pela razão de que os principais representantes do PRP e do PD foram exilados no momento imediato após a derrota, podendo, contudo, retornar pouco tempo depois.

¹²⁹ Em sendo um produto híbrido, isto é, uma mescla de teoria liberal com inserções corporativistas de representação e reforma econômica, é certo que os tenentes tiveram na promulgação da nova Constituição interesses, ainda que parcialmente, atendidos. Era importante, na visão de mundo política dos tenentes, que as eleições não ocorressem tão cedo, porém se viessem a acontecer, que fossem indiretas já que, por um lado,

a reorientação da postura da burguesia paulista como um todo, especialmente na criação de dois institutos de ensino superior para a formação de elites, a USP e a ELSP. O grande objetivo agora não é mais a tomada de poder pela insurreição, pois a formação de quadros superiores que possam vir a ser dirigentes da nação, auxiliada pela racionalização econômica da produção pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho criado desde 1931 (IDORT), poderia muito bem cumprir essa função.

Deixando transparecer a intenção de formar grupos que pensassem o futuro do país, elaborassem projetos de sociedade e se tornassem dirigentes políticos, Simonsen inaugurava em 1933 a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP). Demonstrando outra vez por que era o líder incontestado da burguesia industrialista, afirmava em seu manifesto inaugural que “na luta para refazer-se dos efeitos dessa guerra (...) o povo sente-se mais ou menos às tontas e vacilante. (...) cogita de uma renovação benéfica, mas não encontra a mola central de uma elite harmoniosa, que lhe inspire confiança, que lhe ensine passos firmes e seguros” (SIMONSEN, 1933, p. 6).¹³⁰

Mas em verdade seria a Universidade de São Paulo, criada no ano seguinte (1934), que cumpriria efetivamente o papel sonhado pela elite bandeirante, o da “comunhão paulista”. Possuindo um caráter mais cosmopolita, seu mote seria o de nutrir os paulistas de uma “cultura elevada”. É importante apontar que a criação da USP deve ser considerada fruto também de um trabalho mais longo, inserindo-se numa campanha educacional mais ampla que deve levar em conta textos doutrinários como *A comunhão paulista* e *A crise nacional*, de Júlio de Mesquita Filho, dirigente d’*O Estado de São Paulo* nas primeiras décadas republicanas, e que já pregava o afastamento do PRP como meio de não se haver com um partido irremediável. Identicamente, a Liga Nacionalista, Monteiro Lobato, muitos intelectuais e as várias tentativas de reformas educacionais das décadas de 1920 se orientam nesse sentido e, portanto, devem ser vistas nesse diapasão de frustração com a política dominante nas hostes perrepeistas. Contudo,

tinham uma visão extremamente negativa da “plebe” (cf. nota de rodapé 90 VER), o que impossibilitaria contar com sua ajuda para mudanças mais radicais. Por outro lado, os tenentes também sabiam que o domínio local dos partidos políticos estaduais ainda era tremendo e certamente, na hipótese de voto direto, obteriam uma vitória fácil. Concordando com a análise do historiador brasileiro Thomas Skidmore, temos que “a aparente facilidade com que, tanto os constitucionalistas liberais quanto o grupo tenentista, conseguiram incorporar os seus pontos-de-vista à nova Constituição, não era um indício rigoroso da força política de nenhuma das duas posições” (1976, p. 40). Ver também Hélio Silva (1969).

¹³⁰ Padecendo de forte influência da teoria das elites, o centro educacional que Simonsen fomentava era a expressão também de seu ecletismo teórico, ansioso por abarcar toda ajuda que pudesse para a causa paulista. Assim, a ELSP desejava superar civilizações que fossem dominadas pela mediocridade da instrução popular, fomentando uma sociedade que fosse dirigida por “elites intelectuais sábias e poderosamente constituídas” (SIMONSEN, 1933, p. 7).

ao ser criada uma obra de colossal envergadura como era o projeto da Universidade de São Paulo, “as expectativas dos mentores da Faculdade de Filosofia quanto a seus resultados sobre a vida cultural e política do país, ainda que não fizessem menção específica à recuperação da posição política perdida pelos paulistas, nem por isso deixavam de ser grandes” (LIMONGI, 1989, p. 158).¹³¹

Em síntese, o sentido que a orientação dos fatos ganhou em São Paulo, após uma intensa luta de classes que não se restringiu apenas ao embate entre as frações dominantes daquele estado com o Governo Provisório, mas que também se espalhou para o confronto fundamental com setores operários a nível estadual, foi o de uma nítida transformação da postura da burguesia paulista. Mesmo saindo derrotada militarmente, houve uma clara evolução de sua consciência política nos projetos por ela capitaneados, demonstrando que não havia qualquer equilíbrio de forças e que não era a sociedade que havia ganhado, mas o modelo de domínio da burguesia. Depreende-se disso que em pouco tempo muita coisa nova passara a fazer parte da velha luta política paulista.

No que toca ao Governo Provisório, transformações importantes também ocorreram em razão do desenrolar desses fatos. Para o grupo incrustado no âmago do poder, a impressão que ficara é que o levante teria ajudado a realizar uma higiene na política nacional, eliminando elementos burgueses extremamente reacionários se comparados ao seu espectro político, já que identificados ainda com aquele regionalismo radical determinado pelo meio cósmico, conforme interpretava o conceito de “espírito insolidarista” de Oliveira Vianna (1933). Pensado nos

¹³¹ Diferentemente da ELSP, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP predominaria uma sociologia de cunho francês, e um público, de início, muito mais interessado na ilustração e novidades eruditas trazidas ao espírito propriamente que nas alternativas que a formação profissional lhes proporcionaria. Segundo o historiador francês Fernand Braudel, “minhas primeiras aulas foram em francês, e na sala havia representantes do governador, amigos de Júlio de Mesquita Filho (...) e diversos grã-finos que deixavam seus carrões estacionados na porta. Havia também intelectuais autodidatas, como Paulo Prado” (LIMONGI, 1989, p. 158). Este quadro elitizado iria mudar, estabelecendo-se logo como uma primeira mediação de sua inserção maior na sociedade paulista, o sistema de comissionamento de professores primários, isto é, a “dispensa das funções didáticas sem prejuízo de seus vencimentos para fazer os cursos na FFCL” (LIMONGI, 1989, p. 160). Assim, como na alteração de sentido promovida ao fim do levante de 1932, de reacionário para modernizante no aspecto de dominação política em diversos segmentos, a USP também se via forçada a modificar sua estratégia e tornar mais abrangente sua atuação. Tratava-se de uma necessidade caso quisesse fazer triunfar seu espírito de iniciativa sem par na história cultural do país. “Embora frutos de uma mesma conjuntura social e política, as respectivas instituições, além de terem sido fundadas com objetivos diferenciados, desenvolveram estratégias distintas de reconhecimento público; com a primeira mostrando-se voltada mais para o campo da pesquisa empírica, sob a influência da ‘Escola de Chicago’, e a segunda (produto de uma aliança entre intelectuais e empresários culturais, tal como a família Mesquita, proprietária do jornal O Estado de S. Paulo) embasada na experiência universitária europeia, de maior enfoque teórico-metodológico” (OLIVEIRA, 2010, p. 22-23).

termos da concepção de mundo racional autocrática em seu núcleo positivista, parte importante da reforma pedagógica da classe dirigente brasileira estaria, pois, sendo cumprida.

Mas os desdobramentos mais fundamentais para o grupo que cercava Vargas não se limitariam a isto. O ano de 1932 também aparece como marco fundamental para o Exército, pois devido a guerra paulista a instituição viu duplicar sua participação no orçamento nacional. Tal fenômeno é ainda mais crucial na medida em que não teria se constituído em algo excepcional, mas, vencida a revolta, o nível de despesas arroladas como auxílio ao grupo militar seria mantido acima do que até então se gastava. Isto significa que, além do governo tomar consciência da precária base de apoio civil e militar, “a campanha serviu para dramatizar a precariedade do Exército como máquina de guerra” (CARVALHO, 2019, p. 140). Dentro do próprio quadro dos militares, essa fragilidade foi duramente sentida.

Com esta repercussão do levante paulista se estendendo pelo interior da burocracia estatal, aproveitaremos o elo que esta discussão nos oferece para encetar o próximo passo da pesquisa, que é compreender como, aproveitando-se do processo de crise que vivia os setores militares, o Governo Provisório logrou dar uma forma adequada, logo autocrática, a este grupo, transformando-o em aliado fundamental para seus designios políticos.

4.2 – A enformação de um aliado fundamental: as forças armadas

Neste ponto da pesquisa, trataremos de arrolar algumas ideias recolhidas de textos de José Murilo de Carvalho, importante historiador brasileiro que dedicou boa parte das suas análises à questão dos conflitos entre Getúlio Vargas e as Forças Armadas. Grosso modo, trataremos para o debate duas de suas teses mais gerais. Num primeiro momento, para o historiador mineiro, “de 1930 a 1937, verificou-se a construção mútua de dois atores políticos centrais: Vargas e os militares. Foi um processo dialético, embora Vargas tenha sido o polo dominante” (1999, p. 341). Teríamos aí, na compreensão de José Murilo de Carvalho, uma espécie de processo demiúrgico, isto é, Getúlio Vargas exerceria a paternidade da criação dos militares no poder. Isto encaminharia já a segunda questão, sendo ela a retomada da “nacionalização da política”, tal como no Império, o Poder Moderador e o seu pretenso carisma aglutinador. Aqui também, na construção desse poder nacional, Vargas seria o elemento preponderante. Procuraremos demonstrar, utilizando-se, inclusive, de análises estatísticas

referentes a movimentações que ocorriam dentro das Forças Armadas efetuadas pelo próprio José Murilo de Carvalho, que estas teses contêm elementos importantes para pensar essa relação a um só tempo conflituosa e de aliança. Porém, cremos também que muitos aspectos que o historiador aponta acabam por desviar a análise de uma caracterização correta dessa relação. Para encaminhar nosso preciso posicionamento, lançaremos mão de outros estudos sobre a questão militar nesse período.

O quadro conjuntural que se apresentava para a estrutura organizacional do Exército no início de década de 1930 perturbava seus membros mais tradicionais e até mesmo os chefes políticos de maior quilate do próprio Governo Provisório. A obediência voltava a ser fundamentalmente o tema mais discutido com relação à corporação das armas de terra. Em hipótese alguma seria permitido que se repetissem os levantes tenentistas dos anos 20 ou que seus membros participassem nos motins como aquele promovido pela burguesia paulista, sem que se fossem sumariamente tornados indignos da patente que exerciam. Pode-se acompanhar a atmosfera vivida no Exército durante o ano de 1932 pelas *Memórias de um Soldado*, nas quais o então tenente Nelson Werneck Sodré aponta que aquele período seria caracterizado “principalmente pela questão disciplinar. Os próceres militares revolucionários, de postos inferiores, não davam a menor importância a chefes antigos e legalistas, que continuavam a ocupar os postos superiores” (1967, p. 79). Vargas deveria tomar enérgicas decisões a respeito disso, caso quisesse manter uma relativa tranquilidade em seu governo, inclusive para pôr fim às conspirações generalizadas. Aparecia, assim, aos que o cercavam que era imperioso tomar uma dura decisão de escolher em qual lado ficar, se entre os militares antigos de tradição legalista ou entre aqueles que lhe acompanhavam desde a Aliança Liberal. Veremos que sua postura foi mais complexa do que a simples escolha de um dos polos falsamente dicotomizados.

Esse processo, embora tenha sido tortuoso, estendendo-se por vários anos, possui uma clara linha diretiva. Iniciou-se tendo o Governo Provisório que renovar praticamente toda sua cúpula militar nos primeiros anos (1930-1933). O movimento que serviu não só como alerta para que as medidas nesse sentido ganhassem prioridade, mas principalmente que fossem intensificadas, foi a crise em torno da causa paulista, desfechada na guerra civil de 1932. O quadro sintético é o seguinte: “havia ao todo em torno de quinze generais de divisão e 25 generais de brigada. No mesmo período, foram nomeados dez novos generais de divisão e 26 novos generais de brigada. Desses 26, dez foram promovidos em 1931 e dez em 1932” (CARVALHO, 2019, p. 124). Trata-se aí da iniciativa de combater um processo tão velho quanto a história dos corpos militares: os riscos de insubordinação hierárquica e não

cumprimento da disciplina, postura essencial para qualquer estrutura marcial. Isso acontecia porque, com uma exceção, não havia a existência de Generais do lado da Aliança Liberal. Isidoro Dias, o único com tal patente, havia sido restituído logo após a tomada do poder. Urgia que lideranças hierárquicas fossem, nesse aspecto sim, “criadas” para que o novo quadro de poder pudesse reverberar também dentro da corporação.

Estaríamos cometendo um deslize histórico ao dizer que Vargas teve sempre preferência em trazer Góis Monteiro para o centro de suas articulações. Logo após a vitória político-militar conquistada no fim do outubro de 1930, Vargas teve ideias distintas que é necessário resgatar para compreender melhor como as escolhas foram se fechando para o líder gaúcho. Já nos primeiros dias de Governo Provisório, Vargas, junto com o retorno ao serviço do Exército, ofereceu a Isidoro Dias Lopes o marechalato, que foi por ele negado por já se considerar “o marechal da Revolução de 1924”. Aliás, o fato era consensual entre todos colegas de sua classe. Isidoro acabaria por aceitar apenas o posto de general-de-brigada – não seria esse o único desgosto que o General causaria ao Chefe Provisório, afinal descontente com a forma na qual a situação paulista era conduzida, Isidoro terminaria por encabeçar, como vimos páginas atrás, a revolta paulista. Diante da primeira frustração, Getúlio transferiu suas intenções de elevar a líder militar aquele que ficaria conhecido como “Vice-rei do Norte” para ser seu homem de confiança dentro do Exército:

Juarez Távora estava, então, no apogeu do seu prestígio. Todos o chamavam general, inclusive os generais. Adotara solução sensata, determinando que as insígnias de posto de oficiais revolucionários, nas forças que obedeciam ao seu comando, fossem usadas na manga da túnica, sobre fundo vermelho; nos ombros, continuaram com as insígnias dos postos que realmente tinham. Abrindo mão do desejo do Governo Provisório de fazê-lo general, naquele momento de triunfo, mostrara acatamento à hierarquia tradicional e ganhara a confiança mesmo dos chefes legalistas, que o haviam combatido por tanto tempo. Recebeu a promoção a que teria direito, se estivesse no Exército em condições normais, naqueles oito anos de clandestinidade conspirativa: recomeçou a carreira, como major, embora ministro e “vice-rei do Norte”, o que lhe permitia tratar os generais no mesmo nível, na verdade subordinados seus, pois dispunha, realmente, de grande força. (...) A chefia do Estado Maior das forças que se haviam levantado no sul – o comando, na verdade – pertencia ao tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro que, em curto prazo, passou, com a vitória do movimento, a coronel, a general de brigada e, pouco depois, a general de divisão, ocupando um desses postos apenas por um mês. Era carreira meteórica, nunca vista; aquilo que Juarez Recusara, Góis aceitara, sem constrangimento. (SODRÉ, 1967, p. 52-53)

Vargas, que tentara localizar em Isidoro Dias Lopes e Juarez Távora seu elemento político dentro das Forças Armadas, o encontrara em Góis Monteiro. Mediante uma “carreira

meteórica”, cedida benevolmente em meses, Góis Monteiro alcançara um dos mais altos postos que possuía a administração militar.¹³² O mesmo ocorreria com o outro membro que ganharia status especial dentro da cúpula militar, Eurico Gaspar Dutra, identicamente agraciado com uma carreira meteórica.¹³³

Mas esse é apenas o quadro superior e, portanto, geral da questão. Precisamos acompanhar o que acontecia nas engrenagens corporativas internas, pois focalizar apenas a nova cúpula que pode gerar uma falsa impressão de que as Forças Armadas, em controlado o núcleo central do generalato, aderiram como um todo à tomada do poder pela Aliança Liberal. O minucioso estudo que promove José Murilo de Carvalho demonstra que não havia consenso dentro dos quadros da baixa hierarquia do Exército, nem mesmo no Rio Grande do Sul, de onde o movimento partira. O historiador apresenta um importante fato que tornaria mais complexa para o poder provisório a relação com essa intromissão dos militares na política: “o papel dos oficiais subalternos tem sido excessivamente exagerado, como parte da mitologia criada em torno do tenentismo. Tanto no Sul como no Nordeste, os tenentes pouco teriam conseguido sem o apoio dos sargentos, os verdadeiros detentores do controle da tropa” (2019, p. 97). Ao serem comissionados em segundos-tenentes para o comando de tropas e, mais tarde, negligenciados pela preferência dos políticos em dialogar com a cúpula, acabariam se tornando importante fonte de reserva para futuros descontentamentos.

Quando essas demonstrações de quebra de hierarquia de fato se realizaram – seja pelo caráter de gestação longa e difícil desses movimentos, seja pela própria índole da política

¹³² Para um breve esclarecimento sobre a questão bastante técnica da ascensão hierárquica e até mesmo o prestígio que ganhava a aura de um militar quando conquistava o grau de general, contamos com a ajuda da descrição didática do próprio soldado e membro corporativo do Exército durante décadas que foi Nelson Werneck Sodré: “o generalato – e penso que não apenas aqui – reveste-se de solenidade tal que provoca imediato distanciamento do restante dos mortais, parece investido dos atributos da divindade. Esses deuses, entretanto, não são aqueles modelos de perfeição próprio das religiões modernas, mas, ao inverso, aqueles modelos de imperfeição que caracterizaram os deuses mitológicos que nem por nem serem deuses perdiam as fraquezas humanas: embriagavam-se, cobiçavam a mulher do próximo, cometiam tropelias de toda sorte. O posto de general não é de carreira; a carreira culmina no de coronel. O generalato é acidente feliz, e não perde essa característica pelo fato de serem poucos os escolhidos, antes se acresce dela, embora todos pretendam atingir este pedestal e muitos sacrifiquem valores estimáveis para atingi-lo. (...) Em nosso país, os critérios políticos na escolha dos novos generais têm sido, normalmente, deformados; as escolhas, por isso, aumentaram consideravelmente a margem de erro inerente às ações humanas” (SODRÉ, 1967, p. 172). Em verdade, apenas poderiam ser descritos deformados tais critérios se pensássemos-los em comparação à exemplos de países mais consentâneos com a tradição clássica burguesa – e mesmo nestes há serias restrições como o caso francês, cheio de generais “deformados”. Porém, para uma forma de dominação autocrático-burguesa que exclui constantemente as massas da participação política, eram extremamente racionais e coerentes.

¹³³ O próprio Vargas, depois de deposto em 1945, afirmaria nos debates enquanto senador que “tive a satisfação de promovê-lo de tenente-Coronel a Coronel [1931], de Coronel a General de Brigada [1932] e ainda de General de Brigada a General de Divisão [1935]” (SILVA, 1976, p. 348).

dominante brasileira -, o Governo Provisório soube responder à altura, imprimindo uma tática bastante adequada à sua estratégia rotineira autocrática: purificar o Exército dos elementos discordantes que possuíam um pensamento social reformador, independentemente de seus matizes radicais ou moderados. Em estudo historiográfico breve, mas penetrante, é também José Murilo de Carvalho que identifica três ondas de expurgos efetuadas dentro do corpo Exército: “a derrota dos paulistas implicou (...) a expulsão de 508 oficiais. Depois veio a revolta comunista de 1935, cujo final redundou na expulsão de mais 107 oficiais. Finalmente, em 1938 ocorreu a revolta integralista, que resultou também na expulsão de mais 10 generais”.¹³⁴ Identificada com as três maiores revoltas que ocorreram na década, e que por nenhuma coincidência todas tiveram a participação das Forças Armadas, promovia-se um largo expurgo do oficialato.

Esse processo de moldagem, além de demonstrar a dificuldade que o grupo dirigente teria que enfrentar para vir a se tornar hegemônico em suas propostas, exprimia um quadro amplo de luta de classes, ou seja, uma resistente barreira. Por outro lado, criava a oportunidade de, se vitorioso nos embates, erigir uma determinada fração, ascendida juntamente com Vargas em 1930, em grupo dominante incontestado dentro das Forças Armadas. Góis Monteiro e Gaspar Dutra seriam os líderes da nova cúpula militar e, com Getúlio, formariam uma íntima e preciosa colaboração para o projeto autocrático-progressivo do capitalismo brasileiro já em andamento.

O processo descrito - uma política de expurgos - portava o incisivo sentido de promover uma verdadeira higienização, que seria levada a cabo durante toda a década nas mais diversas forças que encampavam não importa que tipo de posição no espectro político: esquerda, extrema-direita, liberal, democrático-republicana, etc. O fato é que era indiferente, para a racionalidade que lia a realidade pelo viés pragmático-positivista, a orientação política do descontentamento. Seu critério definidor era a demonstração, bélica ou pacífica, do não consentimento ao projeto que ia se constituindo dentro do poder central. Portanto, no cerne mesmo de um dos pilares da forma autocrática de promover transformações políticas, a violência institucionalizada, uma purificação se delineava.

Em 1934, por exemplo, foi efetivado um decreto que versava sobre a regulamentação da lei de promoções criada em 1891. Neste ponto histórico de inícios do regime republicano, o preenchimento das vagas de segundo-tenente era feito de modo a reservar metade a praças e a

¹³⁴ CARVALHO, 1999, p. 342. Trata-se de texto que incluído numa coletânea de colaboração que estaria *Repensando o Estado Novo* sob organização de Dulce Pandolfi. O livro contém estudos importantes aos quais o pesquisador do período pode recorrer.

outra metade aos alferes-alunos, o que lhe dava algum caráter democrático. Tal fato incomodava demasiadamente os elementos da cúpula do Exército. Góis Monteiro nos bastidores da formulação do projeto que elaborara a Constituição de 1934, se queixava de que a carreira das armas e a escola preparatória absorviam candidatos não para a vocação bélica, mas por motivos econômicos e indignava-se, sobretudo, por encontrar no Exército “grande número de militares doutores, sociólogos, ginecologistas etc., que têm vocação para tudo, menos para militares; sentem horror à caserna e são tudo, menos militares”.¹³⁵

Tratava-se aí do tempo em que ainda era possível adentrar no Exército portando e mesmo nele desenvolvendo ideias críticas ao tipo de sociedade brasileira, profundamente excludente. Bem dito, era... A enformação dos militares como atores políticos alinhados ao projeto racional-autocrático, depurados seus elementos “subversivos” a ponto de manter na direção uma cúpula extremamente hierarquizada e aristocrática, consubstanciaria no alvorecer do Estado Novo um movimento muito mais avassalador para o ponto de vista nacional-popular. Esse processo visava caracterizar uma transformação a longo prazo na estrutura burguesa militar: impedindo a realização profissional dentro do Exército para as camadas inferiores da sociedade, que em geral viam nessa oportunidade a única de ascender socialmente, o raciocínio autocrático atingiria na raiz mesma o caráter histórico e democrático da Instituição.

Para compreendermos um pouco mais da amplitude desse processo, dentro do qual as forças armadas detinham a parcela de maior importância, mas certamente não como único elemento, precisamos lançar nossa atenção também para a reorganização institucional do aparelho de repressão policial. A Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), órgão criado ainda no mandato presidencial de Washington Luís (1926-1930), foi durante a Era Vargas desvinculada das cadeias do comando interno da polícia civil. A interventoria de João Alberto cumpriria importante mediação sobre o DEOPS, lançado logo nos primeiros dias de Governo, o decreto nº 4.780, de 28 de novembro de 1930, que possuía expresso intuito de possibilitar maior interferência do Executivo no seu funcionamento interno:

O modelo original, de subordinação operacional da especializada ao Gabinete de Investigações, estava abolido. Ao contrário das delegacias congêneres, que permaneceram sob o modelo antigo, o DEOPS passou a estar subordinado diretamente ao chefe de política no novo regime, cargo então ocupado em São Paulo por Vicente Rao. Era o prenúncio de outras modificações posteriores, que *amplificariam o papel da agência como braço do executivo*. A necessidade do

¹³⁵ Conforme consta no trabalho de José Afonso de Mendonça Azevedo sobre as atas da subcomissão que elaborara o anteprojeto em 1932/1933. Devemos o conhecimento da obra a CARVALHO, 2019, p. 119 de onde retiramos a citação.

novo regime em manter as rédeas sobre os policiais responsáveis pela contenção política e social também reverberava nas novas determinações administrativas. O decreto determinava a remoção das autoridades identificadas com o velho regime das capas altas da hierarquia policial. Entre as modificações propostas nas novas disposições, estava a nomeação de 11 delegados de primeira classe para o interior do Estado, subordinados ao Delegado de Ordem Pública. Dessa maneira, a cúpula da interventoria recém empossada garantia vigilância policial ao próprio cumprimento de suas proposições, supervisionada por autoridades de sua confiança. Estas também informariam ao novo DEOPS, centralizador das informações, sobre os possíveis focos de resistência às determinações do novo governo no interior do estado. (FLORINDO, 2011, p. 126) (Grifos nossos)

Sobre São Paulo, foco dos descontentamentos burgueses intraclasses, estendia-se, assim, uma rede de articulações que procurava chegar aos cantos mais recônditos do estado a fim de oferecer uma segurança da aplicabilidade das medidas modernizantes tomadas em relação àquele aparelho policial específico. Contudo, as maquinacões derivadas diretamente do corpo central do Executivo não se restringiam a São Paulo e ao DEOPS, afinal era no Rio de Janeiro que se localizava fisicamente o Governo, na estrutura do Palácio do Catete como sede da Presidência da República. Ali faria vez uma outra carreira, que se não podemos definir meteórica como a de Góis, teria pelo menos sua logística muito bem pensada. Trata-se da inserção cada vez mais medular de Filinto Muller, futuro chefe policial master da Ditadura de Vargas.¹³⁶

Assim, conforme decreto nº 22.332, promulgado em 10 de janeiro de 1933, Vargas “mudou o nome da polícia política, anteriormente chamada de 4ª Delegacia Auxiliar, e em seu lugar, estabeleceu o DESPS (Departamento Especial de Segurança Política e Social). Esta ordem também o tornou chefe de polícia de responsabilidade direta do presidente” (ROSE,

¹³⁶ Filinto Müller era originário de Cuiabá e de uma família que, após imigrar da Alemanha para a região ainda na primeira metade do século XIX, travaria desde cedo íntimo contato com o poder daquelas localidades. Homem de estatura imponente, saíra da escola aos 17 anos já com 1,86 de altura e bastante encorpado, estampando um semblante de seriedade. Após curto período trabalhando em jornais do estado, aproveitou a Lei do Sorteio Militar de 1908 que finalmente seria cumprida em 1917 e entrou para o Exército em Lorena, São Paulo. Participaria efetivamente apenas da segunda insurreição tenentista de 1924, e da Coluna Prestes, embora desta seria, segundo seus líderes, expulso por ser um desertor com posse de dinheiro da Coluna. Após a vitória da Aliança Liberal, conspiração na qual tivera praticamente nenhuma influência, passou aqueles primeiros anos servindo à corporação, até que foi designado como mensageiro das tropas legais e inspetor da Guarda Civil durante a revolta de 1932, a serviço direto do General Newton Estillac Leal que, por sua vez, formava parte da força comandada por Góis. Segundo as pesquisas do brasilianista R. S. Rose (2017), Góis Monteiro já teria tentado designar Muller para sua equipe em julho de 1931, quando tiveram de proteger o retorno de João Alberto, escoltado depois de renunciar ao cargo de interventor em São Paulo. Após o fim do conflito paulista, o cuiabano seria transferido dos antigos postos subalternos, os quais nunca escondera o sentimento de considerar execráveis. Promovido a capitão em 11 de novembro de 1932, sua carreira começou a ascender. Seria convidado para substituir o próprio João Alberto como líder de um setor específico da polícia civil do Rio de Janeiro, em vias também de renovação.

2017, p. 94). Muller passava a substituir Dulcídio Cardoso na chefia do DESPS no Distrito Federal, centro nevralgico da segurança política do país, respondendo, como articulador, ao comando autocrático de Vargas. O capítulo final dessa ascensão se daria com a saída de João Alberto, que se candidatava, por Pernambuco, pelo Partido Social Democrático a pleitear uma vaga na nova Constituinte que se aproximava. A 28 de abril de 1933, aos 32 anos, Filinto Muller se tornava chefe de uma poderosa corporação armada do Distrito Federal e, com esses poderes adicionais, passou a ser, na Polícia Civil, o que Góis era no Exército: o responsável direto de mediar e pôr em prática os desígnios da política varguista de classe. Getúlio também saberia, é claro, retribuir favores à família de Filinto. Resolvendo conflitos em prol dos parentes do cuiabano que governavam o Mato Grosso, Vargas evitaria perder seu chefe de polícia para os conflitos meramente locais, conseguindo mantê-lo na chefia do DESPS. Assim, Muller poderia direcionar todas suas energias e preocupações para a lealdade com Vargas.¹³⁷

O DESPS/SP e o DEOPS no Rio de Janeiro, cumpriram para o regime a importante função como polícia política, isto é, nos serviços de espionagem e desmonte de estruturas “extremistas” e “subversivas”, ou seja, na fratura de sindicatos e organizações trabalhistas que constituíam a verdadeira resistência democrática do período. E para que se perceba como essa função passara a ganhar um peso estrutural nas decisões de política social, Fernando Morais, conta que no auge da repressão que se impôs ao país no ano de 1936, o famigerado chefe de polícia havia ganhado carta-branca por Vargas a ponto de fazer as vezes de Ministro da Guerra, da Justiça e da Informação, “e, sem ser ministro de nada, participava das reuniões do gabinete e despachava pessoalmente com Getúlio Vargas. Com homens, dinheiro e informações nas

¹³⁷ Para além da incumbência de alocar seu sobrinho, Civis Muller, como censor dos meios de comunicação e, mais tarde, titular do sigiloso Quadro Móvel policial, Vargas auxiliou a Família de Filinto na resolução do conflito político acerca da interventoria em Mato Grosso. No começo do século naquele estado, os Muller também formavam uma oligarquia, tendo sido Júlio Frederico Muller eleito prefeito em 1907. No entanto, nos dias que corriam acerca da indicação direta dos interventores por Getúlio, o Mato Grosso era administrado por Leônidas Antero de Matos desde 1931. O próprio irmão de Filinto, Júlio, fazia parte do comitê executivo de Leônidas, porém com muitas reservas, principalmente no tocante à forma como este lidava com o poder da polícia, pretendendo reduzir a sua influência. A intenção de removê-lo se tornou tão óbvia que causou uma crise política, com a pública indicação de um ex-governador, portanto homem de poder no estado, Mário Correia da Costa, para que o próprio Filinto ocupasse o cargo em julho de 1934. Porém, antes disso, para acalmar os ânimos, Getúlio tivera de intervir substituindo Leônidas por César de Mesquita Serva a 12 de outubro. Cinco meses mais tarde, em março, Vargas colocava Fenelon Muller na interventoria mato-grossense, ninguém menos que o próprio irmão mais velho de Filinto. Quando Filinto, diante de ver assegurada a influência integral de Vargas graças a alocação direta de sua família, retirou sua candidatura, Mário Correia da Costa a assumiu, sagrando-se vitorioso nas eleições em setembro de 1935. Ao telegrafar para seu irmão Júlio, Filinto, tentando tornar racional e plausível a negativa ao cargo de interventor que lhe era oferecido, “alegou que preferia mostrar seu apoio franco e definitivo a Getúlio (...) Inegavelmente, Vargas queria que seu chefe de polícia estivesse firmemente ao seu lado, da mesma forma como ele queria que Filinto ‘executasse’ diversos trabalhos” (ROSE, 2017, p. 100).

mãos, só o próprio Vargas reunia mais poderes que o chefe de polícia do Rio” (MORAIS, 1986, p. 143-144).

Estes fatos ajudam a demonstrar o equívoco de considerar que após 1930 teria existido uma substituição da abordagem da questão social como caso de política por outra sensível às suas demandas classistas, quando na verdade a questão social, antes caso de polícia apenas, tornava-se cada vez mais “um caso de Estado e de sua polícia” (FLORINDO, 2011, p. 127). Mais uma vez, a violência institucionalizada compunha a parte fundamental da transformação autocrática burguesa para com as massas populares.

Ao propor sua interpretação para esse processo, José Murilo de Carvalho defende existir aí um espécime de silogismo onde, após “a criação mútua, como atores políticos de Vargas e das Forças Armadas” (1999, p. 342), a sociedade teria se aberto ao Exército; o Exército se fechado à sociedade; e teríamos tido, como desfecho final das premissas, uma lua de mel entre esses dois atores enamorados, que comandariam soberanos a sociedade de 1937 a 1945. Então Vargas, decidindo fazer com o “trabalhismo” o mesmo que havia realizado com os militares, “construí-los” como atores políticos, teria causado o divórcio da relação, conforme os termos usados pelo próprio José Murilo de Carvalho (2019, pp. 149-170). Como medidas referentes ao primeiro processo, estimular-se-ia a ampliação do leque de grupos disponíveis para o serviço militar, caso da obrigatoriedade para todos que fizessem parte do serviço público, consagrada, inclusive na Constituição de 1934. Embora efetivada só mais tarde, em 1939, também naquele momento se sugeriria que, a par do direito de voto legislado para as mulheres (1932), que se exigisse certificado de reservista para o exercício do voto feminino (nesse sentido, Góis Monteiro imitava uma lei já em vigor na Argentina desde 1911). A vitória do grupo militar mais conservador permitiria que sua intenção de isolamento do Exército, imunizando-o da política e de qualquer conflito social,¹³⁸ restringindo a inserção no jogo de poder apenas à sua cúpula, pudesse ser levado a cabo, perfazendo o exemplo da segunda premissa. Para Carvalho, inaugurava-se uma “nova ordem” que passaria a ser dominada pelos atores criados em 1930, pois seriam essas transformações no Exército as fundamentais para definir a fratura com a velha ordem, alcançando a meta definitiva com o domínio pelo Exército das forças policiais estaduais em 1937: “pode-se dizer que terminou aí de fato a Primeira República” (2019, p. 142).

¹³⁸ Para um aprofundamento da doutrina de Góis Monteiro, do fazer a política do exército e não no exército, remetemos aos textos de Pinto (1999) e Coelho (1979).

Ora, Getúlio não “criou” atores políticos, mas apenas se aproveitou dos conflitos para os ordenar enquanto poder instituído e de acordo com interesses que acreditava mais favoráveis ao projeto burguês do qual era a expressão condensada e esclarecida. Um homem sozinho não cria conflitos, são os grupos e classes que se insurgem em confrontos conforme seus interesses e de acordo com a consciência que tomam deles. Um homem pode apenas se pôr a frente dos acontecimentos, procurando direcioná-los e o faz mediante inúmeras mediações, ou seja, em termos sociais e representando igualmente visões de mundo. Uma direção política, apenas pode se constituir enquanto tal, na medida em que se insira no processo medular da própria luta de classes, para então, imbuído de seu sentido mais íntimo, colaborar ou intervir impeditivamente na prática histórico-política em questão.

O projeto de desenvolvimento autocrático-progressivo, em devir, não era obra, para utilizar uma analogia do historiador Franz Mehring, de “um corpo pequeno com cabeça grande” (1974b, p. 63). Era, isto sim, duplamente determinado. Em parte, como produto do caráter histórico das transformações que vivia o modo de produção capitalista brasileiro, em parte escolha consciente por Vargas das decisões a serem tomadas com a ajuda das projeções ideais que a razão autocrática lhe oferecia em sua construção teórica doutrinária. Começando a se libertar das amarras escravocratas seculares, era natural que as contradições que a sociedade brasileira fomentasse, engendrasses e destruíssem simultaneamente vários aspectos da sociabilidade anterior. No entanto, exatamente por ser autocrático, fruto de uma determinada concepção política, tinha o seu direcionamento. Vargas precisava corporificar, isto é, atribuir uma forma adequada a essas transformações se quisesse estabelecer um controle social sobre a luta de classes que estas contradições geravam no plano político. Jamais será suficiente frisar esse ponto, para evitar interpretações vulgares.

Como procuramos demonstrar na discussão entabulada acima, toda ação de Vargas a respeito da escolha de um líder ou das medidas cruciais que tomava no ponto referente às Forças Armadas, pressupunha um conflito ou uma crise. E atuando em conformidade, fazendo-se um dirigente esclarecido, passava a estender seus tentáculos até mesmo por regiões longínquas do país, graças a essa habilidade de vanguarda. E se, ainda com Mehring, “não há nada menos marxista do que pensar que um indivíduo, por muito pérfido que possa ter sido, um ‘perigosíssimo intriguista’, poderia ter destruído por si só uma organização” (1974b, p. 252), não poderia igualmente ter construído sozinho uma obra monumental como a progressividade do capitalismo brasileiro.

Aprofundemos esta linha de raciocínio. Parece-nos que Vargas teria compreendido para o Exército e para a Polícia Civil a mesma ação de síntese que Clausewitz realizara acerca do significado *Da Guerra*. Embora o tema seja tremendamente espinhoso, lançaremos mão de algumas contribuições especializadas sobre a obra do prussiano para corroborar a abordagem, enquanto hipótese, da semelhança por nós encontrada. Não seria possível que Vargas encarara o Exército como Clausewitz encarara a guerra, ou seja, “como um instrumento racional de política nacional” (RAPOPORT, 1979, p. 8)? Nacional, bem entendido aqui, como disposição de dar contornos mais unitários ao Estado nacional burguês, cimentando-o mediante a ideologia do nacionalismo, e aglutinando forças capazes de levar adiante um projeto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro?

As três palavras “racional”, “instrumental” e “nacional” são conceitos-chaves do seu paradigma. Nesta ordem de ideias, a decisão de empreender a guerra “deveria” ser racional, no sentido de que deveria ser baseada numa avaliação de custos e lucros da guerra. A seguir, a guerra “deveria” ser instrumental”, isto é, deveria ser empreendida com vista a alcançar-se um objetivo, e nunca por si própria; é no mesmo senso que tanto a estratégia como as táticas devem ser dirigidas para um só fim, nomeadamente para a vitória. Por último, a guerra “deveria ser nacional”, para que o seu objetivo fosse a satisfação dos interesses dum estado nacional e para que se justifique que todo esforço duma nação seja mobilizado ao serviço do objetivo militar. (RAPOPORT, 1979, p. 8-9)

Quanto à racionalidade e ao caráter instrumental - em verdade, equivalências dentro da visão social de mundo pragmático-positivista -, que se materializava na linha diretiva política da autocracia burguesa, já a debatemos no começo deste trabalho (cf. Capítulo II).

Podemos ilustrar a chave “nacionalista” do Governo varguista que começava a ser fomentada no exemplo da campanha da nacionalização dos grupos considerados “quistos raciais”, que se delineava desde a década de 1930 e que significativamente fora também desenvolvido teoricamente por Azevedo Amaral. Os “alienígenas”, como eram conhecidos os estrangeiros (em geral espanhóis, japoneses, italianos, alemães e portugueses, em diversos lugares, mas especialmente em São Paulo e na região Sul), sempre procuraram organizar suas comunidades próprias, suas escolas e igrejas com o intuito de difundir entre o grupo suas identidades. No entanto, essa “etnicidade” causava demasiados problemas para os anseios nacionalizantes. Em determinado momento, chegaria, inclusive, a ser considerada um problema de “segurança nacional”. A solução vislumbrada para o “‘problema imigratório’ estava na assimilação de todos esses alienígenas que aspiravam a endogamia”. (SEYFERTH, 1999, p. 208). Já em 1934 foi instituído um sistema de cotas, onde o percentual sobre o total de

imigrantes de cada nacionalidade existente no país era calculado. O objetivo era aprimorar o “tipo nacional”, tanto “racial” quando ideologicamente brasileiro. Essa campanha seria radicalizada com a instauração do Estado Novo, onde o “espírito nacional” seria a todo custo implementado e os atores escolhidos para exercer esse “nobre mister”, de cumprir a legislação e reprimir a etnicidade, seriam exatamente os batalhões do Exército. O grau de enquadramento a que os militares estavam submetidos na campanha pode ser acompanhado na sua postura perante os núcleos teuto-brasileiros, considerados como o “maior obstáculo”: “na visão militar estava sendo travada uma guerra contra ‘quistos étnicos’ que ameaçavam a soberania nacional” (SEYFERTH, 1999, p. 221).

O que nossa investigação nos levou a crer é que as semelhanças encontradas entre a filosofia da guerra do militar prussiano e a prática política de Vargas frente ao setor militar são por demais robustas.¹³⁹ Ainda que o enfoque que a conjuntura da época de Clausewitz tenha proporcionado diz respeito à expressão de estados nacionais, e a Revolução Francesa é sempre o horizonte histórico para o prussiano, é o próprio teórico da guerra que a considera antes de qualquer outra atividade, não como uma arte ou como uma ciência, mas como uma forma das relações humanas, isto é, como expressão do conflito de grandes interesses que se resolvem de forma violenta e sangrenta. Por isso concordamos com Oswaldo Coggiola quando afirma que Clausewitz não reduz a política à expressão de interesses dos Estados Nacionais (1995, p.38). O general prussiano chega mesmo a propor a analogia da política como “uma espécie de comércio em larga escala”, pois ambos são “conflitos de interesses e de atividades humanas”.¹⁴⁰

¹³⁹ Semelhanças que se estendem ainda para a própria situação de vida dos dois personagens históricos. “Tal como Beethoven, Clausewitz [1780-1831] tinha um pé em cada século. Utilizando os conceitos fundamentais do século dezoito, lançou os alicerces do edifício conceptual que dominou o dezenove” (RAPOPORT, 1979, p. 12). Resguardadas as particularidades de cada caso, Vargas também nos parece ter captado o essencial de duas épocas históricas. Nasceu em 1882, Vargas pudera ter contato com todo o “saldo” das experiências que o século XIX vivera socialmente: consolidação das revoluções burguesas clássicas, insurgência política do proletariado, objetificação do capitalismo em países tardios de modo a estabelecer alianças com o atraso sob o aprendizado do medo que aquele novo ator político lhe despertara, Comuna de Paris, etc. Da mesma forma como pudera perceber, ao longo de suas atuações como político dirigente, as demandas próprias que a época histórica do século XX lhe fazia: onde os parlamentos eram rejeitados, onde a luta de classes alcançara níveis mundiais e o corporativismo foi usado como elemento politicamente reacionário, etc.

¹⁴⁰ Reproduzimos aqui a específica passagem que compõe o subitem do capítulo II (Arte da guerra da guerra ou ciência da guerra), do livro II (A teoria da guerra) e que se intitula *a guerra é uma forma de relações humanas*: “afirmamos, pois, que a guerra não pertence ao domínio das artes e das ciências, mas sim ao da existência social. Ela constitui um conflito de grandes interesses, solucionado através do sangue, e é só por isso que difere dos outros conflitos. Seria melhor compará-la mais que qualquer arte, ao comércio, que também é um conflito de interesses e de atividades humanas; assemelha-se mais ainda à política, a qual, por sua vez, pode ser considerada, pelo menos em parte, como uma espécie de comércio em grande escala. Além disso, a política é a matriz na qual a guerra se desenvolve; os seus contornos, já formados, de um modo rudimentar, escondem-se nela assim como as propriedades dos seres vivos nos seus embriões” (CLAUSEWITZ, 1979, p. 164).

Buscando sempre as “particularidades dos Estados atuantes” (1979, p. 80), Clausewitz retira o caráter dogmático, manualístico, de suas proposições teóricas.

Não se trata aqui de uma afirmação de leituras e estudos profundos por parte de Vargas ou Oliveira Vianna da obra de Clausewitz.¹⁴¹ Mas de uma lógica, ou melhor, de uma racionalidade instrumental na resolução dos interesses em jogo, interesses profundamente políticos e que se materializam na procura por parte de Vargas de transmutar para a cúpula militar a visão de mundo e o direcionamento político que pretendia impor ao capitalismo brasileiro. Aqui, todavia, entra um ponto delicado dessa relação. Segundo Clausewitz, “*a diferença essencial* reside no fato de que não é uma atividade da vontade aplicada a uma matéria inerte, (...) mas a um objeto que vive e reage” (1979, p. 164-165) (Grifo nosso). Desta forma, Vargas ao se pôr a frente dos conflitos militares para enformar seu corpo armado como um aliado que ajudasse a veicular e implementar preceitos fundamentais da racionalidade autocrática, nas decisões frente aos movimentos concretos, precisava saber (e nos parece que possuía também essa clareza) que mesmo esses líderes que estavam sendo alçados à cúpula possuíam uma ideologia, e que ainda que essa ideologia concordasse em vários aspectos com a teleologia que portava como líder-mor da burguesia brasileira, havia conflitos – que teremos oportunidade de esmiuçar no Capítulo VI.

Em Clausewitz as relações entre a política e a guerra são permutáveis, isto é, dependem da concepção que o poder político tem dela, já que este a instrumentaliza. Sendo assim, “a função dos militares consiste em executar a vontade do estado (...) [pois] Clausewitz dá prioridade à autoridade civil sobre a militar” (RAPOPORT, 1979, p. 17). Nunca foi intenção de Clausewitz fomentar uma classe militar toda poderosa que controlasse a sociedade para estender sobre ela o poder do sabre e da espada. Tampouco ele teorizou que seus generais e capitães

¹⁴¹ A tese de doutorado (2017) de Carla Cristina Wrbieta Ferezin, *A recepção e circulação da teoria clauswitziana no Exército Brasileiro (1889-1959)*, oferece um preciso panorama ao demonstrar como as ideias de Clausewitz, embora tenham circulado no país e, mais especificamente no Exército brasileiro, desde 1889, eram veiculadas apenas de modo limitado e instrumental. As primeiras traduções em português teriam ocorrido apenas em 1931-1932, de forma parcial e ainda do Francês, que, por sua vez, era também uma tradução selecionada. Desta forma, o livro primeiro de Da Guerra, o mais importante e único acabado ainda em vida por Clausewitz (o restante seria compilado para publicação por sua esposa), intitulado a natureza da guerra, não tinha circulação integral. Em geral, tal leitura instrumentalizada era fruto em grande medida de uma interpretação já enviesada pela Europa que via Clausewitz como teórico sanguinário da guerra, sem escrúpulos e o grande mentor das barbáries cometidas pela Alemanha na Grande Guerra e na Segunda Guerra Mundial. Apontemos ainda para outra grande contribuição da tese de Ferezin que é a reconstituição dos debates no interior do Exército pela modernização de seus quadros, equipamentos, concepções e lideranças, que englobam uma síntese didática da natureza dos “jovens turcos” e da Missão Militar Francesa no Brasil.

fizessem as vezes de classe governante ou dirigente. Senão vejamos qual o lugar que o militar prussiano reserva para esses grupos marciais.

Em sendo a estratégia “a arte” de dispor de todos os recursos que um estado nacional dispõe para alcançar o fim almejado, notadamente a destruição do inimigo, é natural que entre estes recursos se incluam as próprias forças armadas. Desta forma, para Clausewitz “o chefe militar é um especialista. O seu horizonte pode não ir além daquilo que parece necessário para levar a cabo as tarefas militares” (RAPOPORT, 1979, p. 17). Por sua vez, o dirigente, “se se considera a política como inteligência do Estado personificado” (CLAUSEWITZ, 1979, p. 88), que faz uso do aspecto militar como uma de suas facetas, “abarca toda a escala de relações de poder, tanto políticas como militares. Desde modo, o homem de estado aparece no paradigma de Clausewitz como um supergeneral que deve possuir autoridade decisiva sobre o general” (RAPOPORT, 1979, p. 18). Desta maneira, a guerra pela guerra é rejeitada por Clausewitz, que deve ser considerado mais como um teórico genial que captou antecipadamente aspectos fundamentais da realidade, já que refletiu teoricamente as tendências da sociedade burguesa de seu tempo (a Primeira Guerra Mundial iria demonstrar cabalmente isto), do que um especulador idealista.

Todas estas incursões analíticas, derivam do postulado-mor de Clausewitz, expresso de forma literal para romper com os paradigmas anteriores, de que a guerra responde, por natureza, sempre a um fenômeno político, não sendo “outra coisa senão a continuação da política de Estado por outros meios” (1979, p. 65). É bem verdade que o teórico estrategista sinaliza que “para conduzir toda uma guerra a um fim glorioso (...) é preciso um conhecimento profundo dos dados políticos superiores do Estado. Aqui, a condução da guerra coincide com a política e o general torna-se ao mesmo tempo homem de Estado” (1979, p. 120), porém apenas o faz para logo em seguida indicar melhor as devidas distinções entre ambos, onde “se o general se torna homem de Estado, não deverá deixar de continuar a ser general (...) [pois] sabe exatamente até onde é que os meios de que dispõe lhe permitem ir” (1979, p. 121).

Portanto, nestas brevíssimas notas sobre o ponto nevrálgico das relações entre política e guerra, entre direção política e generalato na obra clausewitziana, é sintomático que o grande sentido do pensamento militar de Clausewitz, surgido como necessidade de elaboração de uma estratégia para se pôr a altura das guerras napoleônicas (1803-1815) e seu novo método de mobilização moral dos soldados, “onde muitos deles sentiam que levavam os Direitos do Homem na ponta das baionetas através da Europa” (RAPOPORT, 1979, p. 14), tenha sido usado por Vargas com relação a participação do Exército no projeto político que expressava. Dizemos

sintomático porque a obra de Clausewitz fora inspiradora dos planos alemães na Guerra Austro-Prussiana (1866) e na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). O marechal de campo Helmuth von Moltke, oficial responsável pelas vitórias da Prússia nestas guerras, colocava *Da Guerra* entre os livros que haviam o inspirado, principalmente no princípio da ofensiva dos grandes exércitos capazes de dismantelar seu oponente. A recomendação desse mesmo ponto estratégico depois figuraria como uma das principais bases do que o novo Exército alemão, famoso o suficiente para inspirar o restante dos exércitos da Europa e dos Estados Unidos, na figura de Alfred von Schlieffen como legatário de Moltke, elencaria como a nova doutrina, a guerra total. Schlieffen “alegava ter baseado seu plano de guerra em diversas concepções clausewitzianas, sobretudo, mais uma vez, no conceito de aniquilação do inimigo” (FEREZIN, 2017, p. 42).¹⁴² As vitórias sobre a Áustria e França fariam a Alemanha se unificar, objetivando sua via para o capitalismo. A via Prussiana, de conciliação com a nobreza *Junker* dos grandes proprietários de terra, da qual Bismarck era a sua maior expressão (MEHRING, 1974), possui a característica de efetivar o desenvolvimento do capitalismo por meio de reformas, evitando os choques revolucionários que aprendera a temer em suas consequências nas experiências clássicas inglesa, norte-americana e francesa. É sintomático ainda que Antônio Carlos Mazzeo

¹⁴² Ferezin (2017) também faz importante alerta para um equívoco muito cometido, onde o conceito de “guerra total” é erroneamente atribuído à Clausewitz. Fruto muitas vezes de uma leitura instrumental e parcial de Clausewitz, como no próprio oficial Schlieffen, o conceito significa a total mobilização dos recursos (todo o território, toda a população, a adaptação de todo o sistema econômico, etc.) que se faz objetivando a finalidade de uma decisão radical na guerra, e que é que desenvolvido e disseminado por Erich Ludendorff (1865-1937), general do exército imperial alemão na Primeira Guerra Mundial de 1916 a 1918. Não podendo ser interligado à essa concepção, o conceito que a teoria clausewitziana cria é o de “guerra absoluta”, para se contrapor à “guerra real”. Podemos lançar mão de um estudo de Rodrigo Passos que comenta didática e sinteticamente essa distinção: “Clausewitz define como guerra absoluta uma ‘fantasia lógica’: um puro conceito de violência, um extremo caracterizado por um choque de forças operando livremente obedecendo a nenhuma lei a não ser suas próprias. As guerras napoleônicas tenderam a se aproximar da forma absoluta na medida em que foram conduzidas com forte intensidade. Ou seja, sob o comando de Bonaparte, a França, em suas vitórias, lutou sem trégua, até os inimigos sucumbirem. Estando no campo dos extremos, a guerra absoluta pertence ao mundo abstrato. Difere do mundo real e é, portanto, muito difícil de ser concretizada. Os intérpretes contemporâneos [Raymond Aron, Michael Howard] de Clausewitz entenderam que um exemplo da manifestação da guerra absoluta na realidade contemporânea – ponto jamais imaginado pelo general prussiano - seria o uso de armas atômicas ou nucleares. Tal episódio se adequaria à descrição proposta por Clausewitz, isto é, consistiria em uma manifestação extrema da violência em um único episódio, sem que a política apareça como elemento moderador de sua intensidade. Isso não significa que a política saia de cena na guerra absoluta. De modo diverso, a guerra na sua forma real nunca ocorre como um ato isolado, repentino e desconexo de eventos prévios no mundo político. Não consiste de um único decisivo ato ou apenas um conjunto simultâneo de atos. Por outras palavras, a violência se manifesta em diferentes momentos que não correm ao mesmo tempo. Não há uma única manifestação da violência que, na sua extrema intensidade de manifestação, decida inapelavelmente a guerra. A guerra real não é uma decisão perfeita e completa em si própria. Ela é um conjunto de atos em que há influência de eventos anteriores ligados às questões políticas que norteiam a guerra. Ela contempla toda sorte de obstáculos, dificuldades, incidentes menores colocados pela realidade durante o desenrolar das hostilidades, o que Clausewitz chama de fricção. Por outras palavras, situações múltiplas, inúmeros incidentes menores que não poderiam ser previstos em um planejamento teórico da guerra ou na presunção da pura disciplina dos soldados que cumprissem e executassem um plano de guerra” (2014, p. 3-4).

(1999) compreenda a via brasileira de entificação do capitalismo como “prussiano-colonial”, articulando o elemento escravocrata, herança íntima da forma colonial, com a manutenção do grande latifúndio, no estilo prussiano. É sintomático, por fim, que Vargas, no espírito da filosofia da guerra de Clausewitz e em relação ao Exército brasileiro, tenha promovido um avanço fundamental no capitalismo brasileiro, aprofundando essa via prussiano-colonial, mediante uma industrialização hiper-tardia (CHÁSIN, 1978), como a Alemanha se aproveitou daquelas guerras para desenvolver, no espírito clausewitziano, sua industrialização de forma tardia e politicamente conservadora.

Parece ser o mesmo sentido, o de instrumento de política, a leitura que Oliveira Vianna tem do papel das Forças Armadas na história brasileira, revelando-o sarcasticamente:

Os nossos políticos civis sempre viram no Exército um campo a explorar em benefício dos interesses deles: os da oposição – para subirem ao poder; os do governo para se conservarem nele. Os que estão de baixo vão aos quartéis para desalojar do poder os que estão em cima; estes apoiam-se nos quartéis para não serem desalojados pelos que estão em baixo. E tem sido esta – a mero instrumento das ambições civis – a função propriamente política do Exército em nossa história. Esta passividade dos elementos militares é paradoxal, sem dúvida; mas é um fato. Os nossos políticos civis, psicólogos sagazes, sempre se mostraram extremamente hábeis na arte, aparentemente perigosa, mas realmente sem perigos, da domesticação dos nossos leões de farda. Está claro que, quando dizemos “domesticação”, não queremos dizer apenas a aptidão de amansá-los, mas, também, de embravecê-los. Porque, como veremos depois, os interesses da nossa politicagem sempre exigiram ora uma, ora outra dessas coisas. (2004, p. 113)

É provável que seja essa “arte” de lidar instrumentalmente com o Exército que Oliveira Vianna tenha indicado à direção política de Vargas como capaz de reformar pedagogicamente uma classe com “tenaz capacidade de resistência”, pois o exército figura em sua obra como das instituições capazes de promovê-la efetivamente (cf. seção 1.2). Afinal de contas, trata-se de um elemento “psicologicamente sagaz”, perfeitamente encaixável no subjetivismo da razão autocrática. Contudo, não devemos nos esquecer que a leitura da realidade pela chave da razão dialética nos oferece o postulado de que uma contradição jamais se fixa. O “drama verdadeiro da existência” faz as contradições latentes, antes de virem propriamente à tona, desenvolverem-se, tornarem-se agudas, espasmarem e, só então, explodirem (LEFEBVRE; GUTERMAN, 2011). Que Vargas fosse deposto mais tarde pelos mesmos militares que procurou dirigir, mostra apenas que a autocracia burguesa brasileira é mais resistente (impenetrável) ao aprofundamento de projetos burgueses esclarecidos do que se imagina, do qual inclusive ele, Vargas, tentaria submetê-la outra vez. Por isso, o fato dessa relação ser potencialmente

explosiva para ambas as partes, pelo tipo de fibra própria aos dois sujeitos sociais, e que ela não chegasse a durar muito mais de uma década, em si nada tem de absurdo ou de deslocado da realidade. É da própria natureza de uma contradição, na exata medida em que é móvel, ser ela mesma uma relação aberta a constantes disputas políticas, na qual sempre a subjetividade atua de forma reflexiva. E sendo permitido também aos militares fazerem suas escolhas, a opção por negar a continuidade de Vargas que aprofundava cada vez mais seu projeto global de desenvolvimento, sem romper com o caráter autocrático da burguesia brasileira, demonstrará que o apego ao aspecto corporativista da alta cúpula militar era ainda mais conservador socialmente falando do que o projeto de Vargas.

Desta forma, se em Clausewitz a guerra era considerada “uma condição fundamental da existência humana” (RAPOPORT, 1979, p. 16), não necessitando de qualquer justificativa para existir, bastando que ela fosse condição imanente da política, para o grupo dirigente que cercava Vargas, a reorganização do Exército era condição fundamental da permanência das reformas que procuravam incrementar, já que o Exército e as forças armadas são condições inerentes à qualquer transformação da burguesia brasileira em seu perfil excludente das massas populares. O auxílio estrutural dos elementos militares é um de seus componentes históricos fundamentais. Urgia naquele momento que o Exército fosse conduzido para esse fim, afinal sua estrutura estava tensionada a escapular por várias válvulas: democráticas ou integralistas. Por outro lado, com isso, Vargas procurava assegurar para seu governo o poder material, o poder da repressão coercitiva.

Seja em Vargas procedendo à maneira captada por Clausewitz, seja em Oliveira Vianna teorizando sobre sua função histórica na relação com o poder, o que a instrumentalização do Exército e da Força Policial, a sua submissão, ainda que apenas tendencial, e por isso dialética, à Vargas como dirigente político expressa é a influência dos interesses da burguesia como classe, submetendo toda a sociedade ao seu poderio militar, pretendendo ser representante universal, mas em realidade se pondo de forma a atender interesses estreitos e particulares. É esse o objetivo maior da enformação dos militares como atores políticos fundamentais: a colaboração no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro de uma forma autocrático-progressiva.

Não nos espantemos, pois, ao encontrarmos durante o Estado Novo, nas palavras de Sodré, “a triagem política, destinada a constituir um Exército de casta, num país que tivera a felicidade de tê-lo com o caráter democrático” (1967, p. 183). Efetivamente tal era o sentido da substituição dos Colégios Militares pelas Escolas Preparatórias. Ao passo que nos primeiros

ainda era possível que os professores, advogados, jornalistas, etc., ali formados ingressassem na Escola Militar, nestas desde o início do processo passava a existir um crivo não mais intelectual, mas essencialmente político. Proibia-se não apenas aos que nela ingressavam, mas por extensão aos seus pais que fossem negros ou mulatos, eram obstruídos filhos de estrangeiros, profissionais de atividades humildes, artesanais ou proletárias, candidatos que tivesse orientação política duvidosa, judeus, filhos de casais desquitados, desajustados ou – e este fato valia sobremaneira para o sexo feminino – de conduta que não atendessem as regras da moral e, por fim, de não católicos. Se acaso algum candidato passasse por este pente fino, não haveria problema, pois um grupo especial de investigadores da Ordem Política e Social se encarregavam de complementar este trabalho sigiloso. Na época (1944) em que exercia ainda a função de membro do Exército, Sodré foi o responsável por levar a lista dos inscritos para o concurso da Academia Militar das Agulhas Negras, a ser criada então no município de Rezende (RJ), para o maior responsável pela triagem, que era Dutra, e encontrou um major, auxiliar do chefe de Gabinete, que reconheceu como sendo Humberto de Alencar Castelo Branco.

Fica claro, portanto, como essa enformação das Forças Armadas como um ator militar especificamente autocrático, moldado segundo a subjetividade da ideologia racional autocrática, pois dirigido em última instância pelo supergeneral Vargas, estava criando, ao mesmo tempo, uma linhagem própria como “força viva” que era. Braço direito de Vargas e de seu complexo ideológico, a alta cúpula do Exército formava com eles, assim, uma unidade contraditória, porém profundamente orgânica: unidade da identidade e da não identidade.

Mais uma vez, ao intervir na realidade de modo a elencar soluções aos problemas que eram unicamente relativos aos interesses burgueses, agia-se de modo a desprezar os problemas sociais fundamentais. Na realidade, conforme esses problemas cresciam, tornava-se necessário reprimi-los com intensidade crescente (quando não, procurar eliminá-los como propunha ser Clausewitz o objetivo com relação ao inimigo em guerra, ainda que este só considerasse como tal o desarmamento total e a destruição de todo e qualquer meio de reação do inimigo) para que “coubessem” dentro do raciocínio arbitrariamente manipulatório autocrático-burguês, caso contrário a relação geométrica de meios e fins, inerente a este tipo de visão de mundo, não fecharia. Por isso, exatamente sobre este processo de luta popular em torno de demandas realmente democráticas é que nossa análise nos leva a mergulhar.

4.3 – A verdadeira ameaça: o projeto nacional-popular da Aliança Nacional Libertadora

Ocorre que, indo além de representar um importante aspecto dos reais problemas sociais brasileiros, o movimento que se organizou politicamente em torno da Aliança Nacional Libertadora portava a potencialidade de ser a única força capaz de estabelecer uma verdadeira alternativa ao desenvolvimento a um só tempo progressivo e autocrático do capitalismo brasileiro que o grupo dirigente de Vargas exprimia. Sua não realização contou, é verdade, com o papel esperado da reação, sempre ultraconservadora, da burguesia brasileira. Mas o fato dele sequer ter conseguido desenvolver adequadamente seu caráter progressista, deve-se em parte à própria debilidade de seus elementos constituintes.

Os levantes brasileiros de 1935 possuem um caráter pedagógico imenso. Por isso seu obscurecimento é tão importante para os setores oficiais, para a ideologia dominante e para aqueles que desejam conscientemente seu descarte simples e sumário da história social do Brasil. Em certo sentido, ele é um suspiro final de um processo que tivera seu primeiro fôlego em 1922: daquele “idealismo revolucionário”, moralizante, porém sincero do grupo de tenentes, e nesse sentido, um vigoroso movimento social. De outro, ele representa o obstáculo final de uma marcha que, se aproveitando, inclusive, deste processo citado acima, tomava vigor dia após dia para promover transformações que seriam indeléveis ainda nos dias de hoje: trata-se do movimento subterrâneo e, por isso mesmo, estrutural do capitalismo brasileiro que ganhara em 1930 uma direção política afinada com aqueles interesses.

Uma breve recapitulação histórica nos ajudará a entender as razões disto.

O ano de 1933 com a sua Assembleia Nacional Constituinte e as discussões que se desdobraram no decorrer de 1934 para implementar a nova Carta jurídica deram ensejo a uma retomada das organizações políticas. Estas, por sua vez, barganhavam para receber os imensos descontentamentos com a democracia representativa, que então por todos os lados se acusava de incapaz. A nova Constituição também presenciara, via legislação, a continuidade do Governo Provisório, já que Getúlio Vargas fora eleito de maneira indireta naquelas eleições, com larga vantagem. No entanto, se a particularidade brasileira parecia se encaminhar para a normalização da vida democrática, apenas o fazia aparentemente, pois as lutas políticas internas eram tão somente uma parte, porém intimamente articulada e respondendo de forma ativa, de um âmbito maior, qual seja a brutal reação burguesa em âmbito global que se estabelecia para frear a primeira revolução vitoriosa que procurava superar o sistema do capitalismo, a

Revolução Russa de 1917. Se a ascensão fascista de 1922 na Itália ganhava reforço com a de Hitler em 1933 na Alemanha, tentativas de Frente Popular como na França e na Espanha procuravam, ainda que fracassadas, conter a guerra imperialista com que o capitalismo em seu estágio superior respondia à tentativa de fundar o socialismo na URSS. Captando o sentido desse processo, adverte Nelson Werneck: “por aí se pode verificar quantas e tamanhas dificuldades enfrentariam, no Brasil, as forças populares para criar uma organização de frente, capaz de travar a luta que se tornava mais aguda a cada dia” (1965, p. 254).

O alerta de Sodré encontra sua concretude interna ao olharmos para as movimentações políticas de massa que ocorriam naqueles dias de 1933. Não falamos aqui do Governo Provisório de Vargas, que também compunha como parte daquele imenso leque contrarrevolucionário mundial. Mas, abrindo essa possibilidade de manifestação exatamente pelo teor conservador do poder instituído, forjara-se como suplemento deste panorama uma força, esta sim, essencialmente reacionária. Fundada em outubro de 1932, a Ação Integralista Brasileira pode ser esquematizada como constituindo um agregado bastante heterogêneo de forças proponentes de temas tais quais 1) o pensamento católico ultramontano de restauração da ordem espiritual e de apoio à contrarrevolução; 2) de ideais de justiça social desejosos de estabelecê-la mediante um retorno ao corporativismo medieval como exemplo de harmonia entre as classes e; 3) de elaboração política que levasse a cabo um programa definido com uma República Sindicalista, nesse sentido de clara inspiração fascista.¹⁴³ E como centro aglutinador de todo esse fluxo político, estava a figura de Plínio Salgado, também ele produto não só de uma história cambaleante, mas de um pensamento bastante eclético, já que filho marginalizado do PRP, e portador do nacionalismo romântico-nativo de determinada tendência originada na Semana de Arte Moderna de 1922: o verde-amarelismo. A Sociedade de Estudos Políticos, criada também em fevereiro de 1932, serviu de amadurecimento e amalgama de todas aquelas ideias e de trânsito de sua passagem da Legião Revolucionária de São Paulo, da qual fora o redator do seu manifesto em 1931, para o núcleo integralista.

Embora outras figuras hierárquicas da AIB fossem também teóricos de certo peso, como Miguel Reale que em seus textos procurava aproximar a essência do integralismo ao Estado Fascista italiano, a natureza do fenômeno era outra. Sendo um movimento extremamente centrado na figura de um chefe autocrático, isto é, de uma autoridade irrestrita, conforme seus próprios regimentos vetavam qualquer tipo de contestação em nome da integral disciplina e

¹⁴³ Não confundir esta proposta específica de inspiração fascista com a caracterização do movimento como de natureza fascista, conforme indicaremos logo a frente.

apreço à hierarquia,¹⁴⁴ é Plínio Salgado quem lhe dava as diretrizes. Devido à grande polêmica que recaí sobre o integralismo brasileiro, algumas palavras de esclarecimento não serão de todo inúteis, ressaltando que não é nosso desejo esgotar ou definir qualquer faceta do assunto, mas tão somente pincelar suas linhas gerais. Além disso, entender o inimigo a que se propôs combater e do qual recebeu seu grande impulso de existência, nos ajuda a melhor compreender também a natureza da própria Aliança Nacional Libertadora.

Enquanto projeto de orientação social, a Ação Integralista Brasileira se diferencia do Governo Provisório na medida em que o corpo ideológico que este exprimia representava a necessidade de dar vazão ao desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo brasileiro, em nome de toda a burguesia como classe, sem, contudo, socializar o poder político com os setores populares. Ao passo que a teorização que serve de base para o movimento integralista, consistiria na “repulsa do chefe da AIB por uma história de andamento progressivo, por mais restrito e contido que este seja, a ponto dele recusar e condenar até mesmo as noções de progresso formuladas sob talhe positivista” (CHÁSIN, 1978, p. 523-524), como de fato são

¹⁴⁴ É preciso que se aponte também a existência de um relativo consenso entre os especialistas em designar Plínio Salgado como um chefe fraco moralmente nas decisões políticas difíceis e em momentos delicados que exigiam rapidez. Aliás, o próprio chefe integralista mencionou dificuldades em dirigir seus correligionários em determinados momentos, acusando-os de não cumprirem suas determinações. Os casos mais extremos seriam relacionados, na maioria das vezes, ao chamado de não utilização da violência, desrespeitado, ou na fatídica tentativa insurrecional de 1938 que quase resultou na morte de Vargas. No entanto, não há indícios, nas análises do integralismo, que possam apontar situações onde sua posição de líder absoluto do movimento, inclusive do ponto de vista ideológico, tivesse sido colocada em xeque. O que existem são situações que, pelo contrário, canalizam a exposição dessa debilidade para o reforço de sua autoridade, como aponta o tragicômico caso denunciado por Héglio Trindade - que também o classifica como “chefe pusilânime” -, um “episódio relatado por diversos dirigentes integralistas como exemplo de sua fraqueza ou como prova de seu exclusivismo. Consta que Barroso, no fim de uma de suas conferências, insinua, sob a forma de uma legenda histórica, que um chefe que não é fiel à doutrina corre o risco de perder sua autoridade. Este episódio é interpretado pelos colaboradores próximos de Salgado como uma crítica velada à sua chefia e como uma ameaça à liderança. Alguns dias mais tarde, por ocasião de uma reunião de prefeitos integralistas, Salgado deveria pronunciar um discurso de encerramento. Seu discurso, para espanto geral, versa sobre sua concepção de Chefe e o corolário da obediência e fidelidade absolutas. No fim do discurso, num gesto teatral, ele se demite de sua função como chefe e abandona o palco. Todos os dirigentes presentes, entre ele Barroso, ficam estarelecidos ante este gesto inesperado e permanecem imóveis, sem saber o que fazer. Após alguns minutos de hesitação, tomam a iniciativa de buscar Salgado nos bastidores e presenciam a seguinte cena: Barroso, com lágrimas nos olhos, dá explicações a Salgado que, considerando haver obtido reparação, revisa sua decisão e retoma suas funções sob a ‘pressão’ de seus companheiros” (TRINDADE, 1979, p. 169-170). Há também uma tentativa de Severino Sombra, chefe da Legião Cearense do Trabalho que, após voltar do exílio decretado por Vargas em razão de ter apoiado o levante paulista de 1932, tenta conquistar a liderança da AIB, já que seus adeptos teriam aderido ao movimento sem seu aceite. Quanto a divergências políticas internas entre Miguel Reale, principal teórico de aproximação do fascismo e chefe de Doutrina Integralista, não encontramos referências no sentido. Ao contrário, há indicação de que nas reproduções das obras feitas após 1945, Salgado modifica o aspecto antipluralista dos estatutos do movimento em claro aceno ao novo estado de coisas da democracia liberal, tendência, aliás, iniciada ainda em 1935 quando deixa de buscar o poder pela tomada violenta e procura adaptar as regras do jogo com sua candidatura as eleições de 1937. Consta ainda, por fim, que décadas mais tarde Salgado acrescentara termos nos escritos originais de Reale, alterando sua relação direta com o fascismo (TRINDADE, 1979, p. 229-230).

aquelas de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Vargas que tivemos oportunidade de investigar e que perfazem a base filosófica do projeto em andamento no bloco de poder. A visão de mundo que fundamentava a AIB simbolizava, portanto, uma das mais expressivas tendências no interior do irracionalismo brasileiro.

Por conseguinte, na investigação de todos os seus escritos literários, políticos, manifestos, discursos e afins, clareia-se o grande problema para Salgado que, segundo a análise imanente e genética efetuada por Chásin, “está em como consubstanciar praticamente, no plano político, o fundamento espiritualista, sem que ele se torne estritamente confessional” (1978, p. 130). De modo que o misticismo irracionalista do chefe integralista, ao ser traduzido para a questão prático-programática perfaria um movimento de retorno ao homem tradicional brasileiro, tipificado pelo Jeca Tatu, em sua verdade essencial: o ruralismo dos sertões e a volta ao contato imediato e arcaico com a terra. Nesse sentido, sua finalidade social seria aquilo

que estamos denominando de utopismo, melhor dizendo, de utopismo conservador (...) a expressão sintomática, no plano, da teoria do estado, do teor do ideário plineano enquanto proposta de regressão, e de regressão a uma configuração histórica jamais efetivamente verificada. Ou, sob outro ângulo, o estado implicado pelo ideário plineano não necessita, nem tem como ir além da proposta de uma autoridade intermédia, na medida em que entendemos que ela não pode pretender, de fato, ser mais do que um tamponamento, na medida em que não pode ir além de *uma tentativa de estancamento, de contenção de um processo de transformação econômico-social*. O próprio Salgado chega a explicitar, não importa com que nível de consciência, semelhante limite, ao formular, num dos últimos artigos que formam a coleção de A Razão, que “Nada existe de absoluto no Brasil. E é sobre essa relatividade que deveremos fundar os rumos que deveremos seguir”. (CHÁSIN, 1978, p. 449). [grifo nosso]

É, pois, contra esse movimento de re-posição, de re-estabelecimento de equilíbrios sociais, em suma, de uma proposta que toma a *forma de regressividade no capitalismo híper-tardio* e contra o mimetismo e a aparência de fascismo, deturpando aquela sua essencialidade,¹⁴⁵

¹⁴⁵ O debate estabelecido sobre a natureza do movimento integralista é tremendamente espinhoso, na medida em que se vinculou ao conhecimento do que é outro fenômeno igualmente complexo, o fascismo. Assim, conforme procura fazer Chásin com a análise concreta do integralismo brasileiro, trata-se de entender o fenômeno mundial do fascismo ligado e fundamentalmente correlacionado às mudanças estruturais que ocorriam nos países que de fato se erigiram em casos fascistas, ou seja, que estavam procurando galgar o estágio monopolista do capitalismo em sua etapa imperialista, mas que vivenciavam também perigos iminentes de uma revolução comunista: Itália, Alemanha e Japão. Por isso, sem se aprofundar no debate, concordamos com a acepção de Chásin para a desqualificação da tese do Integralismo como um fascismo. Reservamos a indicação de alguns livros, mediante leituras distintas dentro do marxismo, mas que nos parecem fundamentais para uma introdução à compreensão da natureza do fascismo. São eles Nicos Poulantzas: *Fascismo e ditadura: a III internacional face ao fascismo*. Porto: Portucalense, 1972. 2 vols.; Togliatti *Lições sobre o fascismo*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978. Também nos escritos de Antonio Gramsci (1977; 1981) há preciosos materiais para pensar a especificidade do fascismo, em especial na sua vertente italiana; A grandiosa obra de Lukács A

que a ANL se formaria enquanto frente única visando combater um inimigo que se propunha contrariar o curso do progresso histórico-social, por mais cerceado que ele já fosse pelas forças políticas ascendidas ao poder em 1930.

Aparece aí um dos elementos principais para entender a natureza da Aliança Nacional Libertadora: seu caráter de Frente Ampla antifascista, expressando a união de distintos grupos que lutavam pelas liberdades políticas, cada vez mais raquíticas no rol mundial de capitalismos. Internamente, esse movimento se consubstanciou na preocupação com o integralismo, na medida em que este se tornou o primeiro partido de massas, em sentido amplo, no âmbito nacional. Fontes chegam a apontar que o crescente ímpeto do movimento integralista em fins de 1934 já teria arregimentado cerca de 180.000 membros.¹⁴⁶

Neste sentido, alguns acontecimentos figuram como determinantes cruciais para a aliança, que não nasce do dia para a noite, mas se gesta em respostas a eles. A violenta repressão, seguida de mortes, pela polícia durante o I Congresso Nacional contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo é um marco inicial importante. Este evento reunia 20.000 pessoas no Rio de Janeiro, ocorrendo em fins de agosto de 1934. Entre seus desdobramentos está a origem de uma greve abrangendo cerca de 40.000 trabalhadores nas capitais da Bahia, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de São Paulo e em Santos. Um mês após, também seria formado o Comitê Jurídico Popular de Investigação para averiguar a responsabilidade daqueles crimes sociais (DEL ROIO, 1990, p. 279).

Um segundo passo importante seria dado em outubro de 1934, exatamente na data comemorativa de dois anos do Manifesto Integralista. O movimento chefiado por Plínio Salgado preparara um desfile grandiloquente, comício que dispunha, inclusive, de proteção da polícia varguista. Porém, não contava encontrar uma mobilização sem precedentes na história

destruição da razão (2020) procura realizar uma investigação principalmente dos aspectos ideológicos que permitiram a ascensão do fascismo em sua variante mais bárbara na Alemanha nazista, aproveitando-se do irracionalismo fomentados pelos representantes teórico-políticos das classes dominantes reacionárias; Vale indicar ainda a obra de contribuição de análise mais histórica de Emílio Gentile e Renzo de Felice, *A itália de Mussolini e a origem do fascismo*, São Paulo: Ícone, 1988. Por fim, cabe constatar que a tese de Trindade que parte do entendimento do *integralismo como fascismo brasileiro na década de 30* é tributária de uma tradição teórica bastante problemática, na medida em que herdeira de soluções tipo-ideais weberianas. Intermediada pela leitura de Seymour Martin Lipset (1967), que elenca uma vasta tipologia de fascismos, extremamente generalizante, definindo até mesmo o fenômeno de Perón, e levando de roldão Vargas, como um “fascismo de esquerda” (!), trindade desenvolve sua tese do integralismo como exemplar brasileiro do fascismo.

¹⁴⁶ Dados retirados de Marly Vianna (2009) que, por sua vez, localiza-os em Robert Levine, *O regime de Vargas: 1934-1938*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1980. O artigo da historiadora *Algumas notas sobre o integralismo* oferece considerações pertinentes sobre o movimento, apontando como o discurso anti-imperialista e nacionalista, por mais que se mostrasse destituído de qualquer conteúdo efetivo, fora responsável por incrementar o grupo de seu combatentes, em especial do que designa como “plebeu” (VIANNA, 2009, p. 51).

da esquerda brasileira para repelir firmemente e de forma armada a celebração, no mesmo espírito de violência que pregava o corpo de milícia integralista, com suas camisas verde-cáqui. Também a reação que tiveram os integralistas foi espiritualmente semelhante a caracterização que é feita de seu líder-mor, eufemisticamente chamado de pusilânime: a retirada do comício por parte dos integralistas foi tão sumária, escandalosa e vergonhosa que ganhou, posteriormente, a alcunha de *A Revogada dos Galinhas Verdes*.

Idiossincrasias à parte, o que chama a atenção do pesquisador é a ausência em ambos os movimentos citados, ao nível organizativo e de direção, do Partido Comunista Brasileiro. Esse movimento possuidor de grande autonomia foi reforçado pela promulgação da híbrida Constituição de 1934 que, mesclando elementos de corporativismo com pluralidade, permitia aos sindicatos organizarem novamente com relativa liberdade. O caso da considerável quantidade de trabalhadores das categorias dos ferroviários e marítimos do Rio Janeiro demonstra esse claro caráter de independência em detrimento da influência comunista. Graças a ascensão do integralismo e suas pautas reacionárias, também as greves operárias passaram a se politizar mais, deixando de reivindicar apenas pautas corporativas, isto é, restritas que estavam ao âmbito econômico. Mesmo a categoria da juventude preparou a sua Conferência estudantil em novembro de 1934. Em termos semelhantes a intelectualidade passava a se interessar pelos meandros da política. E com a declarada reação fascista mundial, uma vasta literatura comunista começou circular pela imprensa, atraindo, inclusive, setores acadêmicos. Em suma, o desgosto com a conjuntura mundial se confundia com o descontentamento pelo direcionamento político brasileiro, ganhando contornos universais:

Começou assim um processo de aproximação entre todas as forças políticas que se opunham não só ao integralismo, mas ao governo e mesmo o regime, que por sua vez, começava a preparar a LSN. (...) A imprensa liberal, com destaque para *O Homem Livre*, *A Pátria*, *A Nação* e *Avante* no Rio de Janeiro e *A Platea* em São Paulo, desempenhou um importante papel na aproximação entre as forças do movimento operário e os liberais, o que na prática significava o fim do isolamento político que os comunistas estavam relegados desde o fim da década anterior. (...) após as eleições de outubro, por sua vez, vinha se formando no Congresso Nacional uma oposição que fazia convergir desde o “velho caudilho” Borges de Medeiros, o ex-presidente Arthur Bernardes, João Neves da Fontoura até a esquerda de Domingos Velasco, Abguar Bastos, João Mangabeira, Otávio da Silveira e Abel Chermont. (DEL ROIO, 1990, p. 279-280)

Como se pode notar, era principalmente nos setores populares e, portanto, fora dos mecanismos tradicionais de poder que a contestação ganhava força, pois ali residia seu ímpeto mais essencial e promissor. Comitês populares, comícios de mobilização, centros culturais de

formação de consciência política, campanhas políticas e unidades sindicais perfaziam o fermento desse movimento. Assim, já em janeiro de 1935 o nome de Aliança Nacional Libertadora aparecia num discurso parlamentar de oposição, frisando seu caráter de síntese do movimento de contestação democrática. O certo é que não se pode atribuir ao PCB a paternidade do movimento, pois seu papel inicial foi apenas apoiá-lo. E essa impossibilidade de ver na Frente Única um instrumento tático do partido é endossada pelos próprios fatos, pois além de sua pequena penetração nas massas naquele momento, sua direção havia viajado para Moscou para participação do VII Congresso da IC que, não podendo ocorrer em outubro, foi adiado. Nesse sentido, a pesquisa documental e historiográfica de Marly Vianna é esclarecedora ao comentar que a facilidade, algumas vezes camuflada em interesses de má fé, em tentar definir “casualidades superficiais levou a que se ligasse até mesmo a fundação da ANL ‘a ordens de Moscou’, como numa obediência antecipada à política de frentes populares estabelecidas pelo VII Congresso da IC em julho de 1935, quando a ANL já estava na ilegalidade” (2011, p. 146).

Concomitantemente a isso, o PCB lutava pela sua própria sorte, já que o esforço de investigação teórica sobre a realidade brasileira, desenvolvido por seus membros dirigentes durante toda a década anterior, com destaque para Astorjildo Pereira, havia sido dizimado pela vitória do grupo stalinista da URSS em 1929. Transferindo para América Latina os delineamentos táticos da Internacional Comunista, o PCB foi dominado por uma concepção “obreirista” – críticas causticas aos chamados “desvios de direita” –, que negava qualquer possibilidade de ver na pequena burguesia um aliado da luta democrática.¹⁴⁷ E a Coluna Prestes era exatamente entendida como a expressão organizada da pequena burguesia brasileira (“prestismo”). Instalava-se, assim, o predomínio da cultura antidemocrática na própria organização interna de um partido que se batia pela luta democrática. A adesão de Prestes ao

¹⁴⁷ Aumentando essa debilidade, o Secretariado Sul-americano da Internacional Comunista reforçou a tese dos “perigos de direita”, deliberando, em resolução específica sobre a questão brasileira em fevereiro de 1930, atacar a linha diretiva até então seguida pelo partido, de aliança com a pequena-burguesia, tendo no Bloco Operário-Camponês sua materialização, uma frente única proletária com a finalidade de participar das eleições de 1930. Trata-se do chamado “terceiro período” da IC comunista que defendia a tática de “classe contra classe” em desdobramento à uma análise que via o capitalismo mundial em crise terminal’ (DEL ROIO, 1990). É nesse momento que se acentua o que ficou conhecido como bolchevização dos partidos comunistas que, fazendo desaparecer o internacionalismo proletário de irmandade e igualdade entre todos os partidos revolucionários mundiais, tese defendida por Lenin, e que “consistiu nisso: os partidos revolucionários de todo o mundo transformaram a admiração pelo exemplo russo em assimilação acrítica de um ‘modelo’, que passou a ser fielmente imitado” (NETTO, 1986, p. 51). O mais grave de tudo isso era a tese, desenvolvida pelo stalinismo – enquanto fenômeno social, e não apenas como indivíduo isolado –, de que a Social-Democracia era irmã gêmea do fascismo, e contra ela toda força de luta deveria ser, portanto, dirigida. Tremendo equívoco que fez com que a pequena-burguesia, desesperada por um acolhimento político organizativo, visse esse caminho negado pelos partidos comunistas, encontrando no fascismo farto acolhimento, conforme Gramsci e Togliatti já haviam indicado nas famosas teses de Lion (1978).

comunismo e a exigência da IC de que ele se depurasse, fazendo autocrítica do “prestismo”, fez com que o Cavaleiro da Esperança se juntasse ao PCB naquele isolamento com relação a política brasileira.¹⁴⁸ Como se pode notar, em meados de 1934, Prestes era um “general sem exército” e o PCB era um partido que não conseguia incorporar massas com sua política “obreirista” que só aceitava líderes de origem proletária. Paradoxalmente, Prestes se equivocara acreditando que poderia simplesmente abandonar uma facção com tantos seguidores como era aquela do tenentismo, e o PCB igualmente se iludira imaginando que ao trazer Prestes para o partido, toda aquela base social viria junto com ele (PINHEIRO, 1991, p. 272).

Esses esclarecimentos são aqui feitos para que se possa entender corretamente quem estava liderando a ampla mobilização conquistada pela ANL. Os números que indicam o grau de seu crescimento são impressionantes: no mês mesmo que se seguiu à proclamação da Lei de Segurança Nacional (LSN), ou seja, em maio de 1935, cerca de 3 mil membros entravam diariamente na ANL, ou nos termos daquele próprio mês, 90 mil membros se inscreveram, com a ressalva de que se trata aí apenas de adesões pagas. Quanto aos seus militantes, em julho de 1935 se contava algo entre 70.000 e 100.000 em frenética atividade de propaganda especialmente nos centros urbanos, mas também nos rurais. Em todo o território, nos primeiros meses de atividade da Aliança teriam sido criados algo em torno de 1500 núcleos.¹⁴⁹ Somente um movimento que tivesse grassado por quase todo o território como aquela marcha de 1925-1927, e tivesse sustentado uma luta contra um estado de coisas que generalizadamente era definido como corrompido é que possuía capacidade para propagar a frente única da ANL por todo o país e com tamanha intensidade. Mas também somente aqueles setores específicos que

¹⁴⁸ Após aderir ao comunismo ainda no manifesto de maio de 1930 e mesmo na intransigência do partido em procurar esclarecer a paradoxal atitude de que Prestes havia feito a autocrítica do “prestismo” – isto é, a negação das lideranças “pequeno-burguesas” em sintonia às ordens de proletarização dos seus quadros (“obreirismo”) – Prestes não fora aceito de imediato pela IC. Além disso, quando a seção Sul-Americana resolveu se entrosar mais intimamente com ele, o Cavaleiro da Esperança “já rompido com os tenentes, tornara-se um general sem exército, quase tão isolado da política brasileira quanto o PCB. Por isso mesmo (...) não possibilitou uma ‘incorporação de massas’ ao PCB, como o BSA [Bureau Sul-Americano] poderia ter esperado” (VIANNA, 2011, p. 64). Para ser aceito, em fins de 1931 Prestes foi contratado para trabalhar como engenheiro na URSS, exigindo que suas irmãs e mãe fossem juntas, resolvendo o problema do sustento delas, mas tendo que receber o chamado treinamento ideológico do “marxismo-leninismo”. Sem ter formação cultural e cabedal crítico para pôr-se de reserva ao sectarismo positivista da IC, o líder tenentista se formou numa escola marxista conforme este tipo de pensamento já estivesse deturpado e enrijecido por uma leitura mecanicista. Portanto, o marxismo que passava a chegar agora ao partido era produto direto da consolidação daquilo que Lenin antes de morrer já designava como “Estado proletário com deformações burocráticas”, condicionado pela tradição russa e pelo contexto difícil e precário da tentativa de construir o socialismo num país atrasado técnica e industrialmente (NETTO, 1986).

¹⁴⁹ Os dados foram retirados de Hernandez, L. *Aliança Nacional Libertadora. Ideologia e ação*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1985. O livro é um pequeno estudo especializado que reúne uma quantidade imensa de dados e estatísticas retirados de outras pesquisas.

se acreditavam traídos pela “plataforma da Revolução” podiam carregar consigo tamanho descontentamento, por isso “foram os tenentes dissidentes da Revolução de 1930 os que tiveram maior destaque na organização da ANL, o que deu a organização uma projeção política e uma articulação nacional derivadas de suas experiências de luta (VIANNA, 2011, p. 141).

É verdade que a Aliança também se configurava como um aglomerado de elementos bastante heterogêneos, apresentando em sua composição distintas forças que iam do extremo do anarquismo à conclamação de tendências religiosas. No entanto, os dados historiográficos revelam com clareza a composição da direção do movimento:

entre os seis principais organizadores, três eram oficiais militares identificados com a ala esquerda do tenentismo (se é que se pode assim caracterizá-la). O presidente da ANL, Hercolino Cascardo, liderara a revolta de 1924 do encouraçado São Paulo, contra o governador Bernardes, tinha sido interventor federal do Nordeste e um dos organizadores do Clube 3 de Outubro; Roberto Henrique Sissón, oficial da Marinha e ligação com o PCB; o vice-presidente era o capitão Amorety Osório, identificado com a ala tenentista de Prestes. Todos os três fundadores civis tinham origens nas classes médias, talvez refletindo as intenções da ANL: o jornalista Benjamin Soares Cabello, o médico Manoel Venâncio Campos da Paz e o advogado Francisco Mangabeira. Além desses, o diretório nacional da ANL reuniu-se pela primeira vez a 12 de março de 1935 com a presença de Ivan Predo Martins, um estudante de direito; do deputado Abguar Bastos; do jovem jornalista Rubem Braga; e de vários oficiais que haviam participado dez anos antes da Coluna Prestes. O tenentismo guiava mais essa etapa: para aumentar a confluência, a sede da ANL era a antiga sede do Clube 3 de Outubro. (PINHEIRO, 1991, p. 272-273)

Assim, o que esse conjunto de líderes passava a expressar não era o dogmatismo de uma concepção enrijecida da realidade brasileira, pragmática e que intentava resolver todos os problemas de uma só vez. O que proporcionava a ANL congregar rapidamente várias forças era que seu programa se mostrava atento a amplas demandas sociais, pois, ao nível de sua cúpula dirigente, o “que todos eles defendiam, em suma, era a oposição ao integralismo, o nacionalismo econômico, os ideais de democracia e o respeito à ordem constitucional” (DEL ROIO, 1990, p. 284).

As causas pelas quais esse grupo de tenentes dissidentes lutava residia em torno da necessidade de avançar nos exatos pontos que, em sua percepção, o Governo Provisório havia abandonado. Por isso colocavam em pauta a opressão imperialista, da qual retiravam a defesa do cancelamento da dívida externa e da nacionalização das empresas estrangeiras; debatendo o caráter arcaico da economia agrário-exportadora defendiam a distribuição das propriedades, que consideravam feudais, entre os camponeses que nela trabalhavam; reivindicavam proteção

pelo governo às pequenas e médias propriedades sem condições de investir na produção; e em frente a posição do fascismo que crescia mundialmente, identificavam no integralismo sua variante interna e por isso lutavam pela instauração de um governo popular que concedesse liberdades básicas. Percebiam que dentro do governo, em setores militares – que se pense no general Dutra –, havia uma forte tendência de identificação com o nazifascismo, e reforçavam sua oposição ao risco cada vez maior de novo cancelamento das liberdades civis. Nada melhor do que esse programa indica o motivo porque amplos grupos se corporificaram naquelas lutas em torno da ANL¹⁵⁰. Seu caráter de frente política demonstra também a natureza de seus membros, que desejam promover debates, discutir ideias até que se forjasse um consenso sobre estes vastos temas que eram cruciais para os rumos de direção social do país.

Porém, ao lado dessa forte tendência que se desenvolvia naquela organização, outro aspecto que perpassa toda a história brasileira também imprimia suas determinações. Trata-se da cultura política personalista que não havia permitido com que essa massa de tenentes esquecesse a figura de Prestes como um líder predestinado. Essa tendência, como teremos oportunidade de debater,¹⁵¹ estava presente desde o início do movimento tenentista, seja na personificação que Prestes ganhava como “Cavaleiro da Esperança”, seja na identificação que aquele movimento fazia dos problemas do regime com a figura “Bernardesca” de Arthur Bernardes. Por isso, nos seus dias de instalação oficial, Luís Carlos Prestes era aclamado como Presidente de Honra da ANL.

O retorno de Prestes ao Brasil, no mesmo mês da inauguração da ANL, promoveria uma transformação radical no rumo daquele movimento.¹⁵² Outro paradoxo neste conturbado período tão cheio deles, é que o fato de Prestes agora responder formalmente como líder comunista, recebendo formação teórica na URSS, pouco havia alterado suas convicções sobre a análise que fazia da realidade brasileira – a depender de como se conceba a fundamentação

¹⁵⁰ Para uma exposição comentada destes itens conferir O Programa da Aliança Nacional Libertadora (PRADO JUNIOR, 1982).

¹⁵¹ No próximo capítulo intentaremos levantar uma hipótese explicativa para esse fenômeno, que, como é sabido, se repetirá com Getúlio Vargas durante o Estado Novo.

¹⁵² Este ponto marca uma profunda diferença entre as interpretações históricas nas quais estamos nos baseando aqui. Paulo Sérgio Pinheiro, por exemplo, identifica a determinação dos acontecimentos pelos documentos e congressos do PCB, que já estariam constatando uma crise revolucionária em meados de 1934, e dos quais retira a assertiva de que “com antecedência de um ano estavam claramente postos todos os elementos de análise que condiziam a rebelião de 1935” (1991, p. 279). Ora, ao desconsiderar toda a riqueza de desdobramentos históricos daquele período até o final de 1935, Pinheiro promove um profundo descarte do mais precioso material de análise: o caráter processual da realidade. Por isso, sua interpretação difere fundamentalmente das de Marcos Del Roio (1990) e Marly Vianna (2011), as quais seguimos de perto aqui em suas conclusões. Para estes, os levantes não teriam sido obra de uma mera “quartelada”, nem uma simples “intentona”, como deixa transparecer a tese de Pinheiro.

filosófica do stalinismo, pode-se afirmar mesmo que fora intensificada aquela sua postura anterior de forçar as necessidades históricas.¹⁵³ Com todo o peso do fator Prestes agora no cerne da ANL, o PCB, que dispunha de algo em torno de 10% dos membros da aliança, acabou por se ver com uma influência ideológica desproporcional na direção do movimento. E por ser uma organização centralizada, nos moldes dos partidos bolcheviques de Moscou, acabou por decidir rápida, mas equivocadamente, diretrizes que foram determinantes para seu futuro. Seguindo de perto a leitura da realidade brasileira que fazia não só Prestes, mas grande parte dos dirigentes do partido, consideraram aquele grande ascenso do movimento de lutas, o rápido crescimento dos núcleos aliancistas, de protestos antigoverno, de greves e de combates antifascistas, como sinais inequívocos de grandes levantes populares de massas, e que teriam condições, por isso, de transformá-los, como vanguardas que eram do proletariado, em crise revolucionária. Bastaria dirigi-los para a finalidade almejada: a tomada de poder. Sua convicção sincera seria tamanha que teriam convencidos até mesmo, mediante depoimentos empolgantes, porém infundados, os dirigentes da IC.¹⁵⁴

A palavra de ordem de Prestes pela tomada do poder,¹⁵⁵ na data do aniversário das históricas insurgências tenentistas, 5 de julho de 1935, marca a chave de viragem histórica sem

¹⁵³ Em artigo recente, intitulado *A respeito do suposto positivismo de Luiz Carlos Prestes*, Anita Leocádia Prestes tentar expurgar qualquer influência positivista brasileira no líder tenentista, que a literatura aponta como doadora de uma carga significativa à visão de mundo do Cavaleiro da Esperança. Em que pese ser difícil negar o peso do racionalismo formal, portanto, de aspecto gnosiológico, produzido pela escola sociológica francesa, do qual Comte é apenas um representante, e jamais esquecendo do reforço que o viés de deturpação mecanicista que o stalinismo produziu na teoria marxista, da qual Prestes também bebeu em fonte primária (o grande argumento de desqualificação daquelas acusações é o de haver uma ruptura ou espécie de corte epistemológico da influência positivista nas forças armadas quando passaram da Escola Militar da Praia Vermelha para a Escola Militar do Realengo, ali “a geração dos tenentes havia abandonado tal influência e sua maior preocupação se tornara profissional”), o artigo de Anita Prestes é importante na medida em que esclarece importantes fatos históricos repassados pelos comentadores de Prestes sem a devida comprovação histórica. Além disso, tal artigo reforça a constante luta sincera que Prestes travava procurando sempre chegar às fontes originais do marxismo, lendo Feuerbach e Hegel – a quem chamava de “gênio enciclopédico” –, mesmo com todas as dificuldades do contexto histórico, inclusive os dez anos de detenção. Publicado em *MOURO* (Anuário de Crítica Social – Núcleo de Estudos d’O Capital), n.13, São Paulo, IDEO grafos, janeiro de 2019, p. 191-199.

¹⁵⁴ Para se ter uma ideia do descompasso que o grupo dirigente tinha em sua análise do movimento da formação socioeconômica brasileira, atente-se para aquilo que era vislumbrado como condições maduras da revolução antifeudal e anti-imperialista: conforme as descrições que faziam das relações de forças, construíam para os dirigentes moscovitas – e mesmo para si – a imagem de que existiria um vigoroso movimento camponês, muitas vezes em erupção na forma de cangaceiros, e que, por conseguinte, estava em formação uma aliança operário-camponesa; viam nos soldados legalistas a mesma corporação despreparada que os enfrentara nas insurreições de 1922, 1924 e na Coluna Prestes, esta que, aliás, chegava a dar a impressão de ainda existir percorrendo o nordeste brasileiro e criando a consciência revolucionária; além disso, as massas estariam dispostas a pegar em armas, estabelecer guerrilhas e travar lutas de vida ou morte pela revolução (VIANNA, 2011). A síntese não poderia ser mais equivocada.

¹⁵⁵ No discurso, Prestes literalmente declarava guerra ao governo Vargas. Com frases como “o duelo está travado. Os dois campos definem-se cada vez com maior clareza para as massas” e “o poder só chegara às mãos do povo pelos mais duros combates. O principal adversário da Aliança não é somente o governo podre de Vargas, são

possibilidade de retorno dos acontecimentos. O apelo nítido feito à tomada violenta do poder como se a situação vigente fosse revolucionária - “todo o poder a ANL” – foi o marco decisivo para a implosão da frente política. A partir de então, os acontecimentos se precipitaram e a reação imediatamente se aprofundou. A 10 de julho no Recife era realizada a última reunião da aliança, pois no dia 11 já existia decreto que tornava a ANL uma instituição ilegal, nos termos próprios da Lei de Segurança Nacional (LSN). A Constituição de 1934 estaria sendo desrespeitada e a ordem posta em perigo. Mas também as camadas médias urbanas que adotavam o ideário liberal-democrático, isto é, que ainda acreditavam na resolução dos problemas sociais por meio de amplos debates nos marcos constitucionais, grupo que perfazia sua base social, abandonam a liga. Ruía, portanto, um movimento real de frente ampla, essencialmente democrático. Miguel Costa, ex-companheiro de liderança da Coluna, logo após o ocorrido, com uma leitura sensata e realista, envia carta à Prestes e o acusa de precipitação com uma expressiva metáfora: “se você tivesse, em vez de pregar o assalto ao poder, recomendado a mais viva congregação em torno da Aliança, não se teriam precipitado os acontecimentos. (...) O contrário foi como atirar uma criança desarmada contra um elefante”.¹⁵⁶

É fundamental lembrar que a reação à ANL começou antes mesmo da viragem de rumos que o PCB e, mais especificamente, Prestes lhe imprimiram. A LSN, que já vinha sendo tramitada e ferrenhamente combatida pela Oposição Parlamentar, havia sido aprovada apenas 4 dias após a inauguração solene da ANL, que ocorrera no Distrito Federal a 30 de março. Na medida em que também o II Congresso Nacional do Integralismo havia ocorrido naquele mês, as intenções repressivas ganhavam alguma camuflagem de combate ao integralismo, quando na verdade, por trás da aparência dos fatos, o apoio dos camisas verde-caqui seria sempre negociado pelo governo. Sem ter isso em mente, o caráter pedagógico do fenômeno da ANL se perde e são endossadas as versões mistificadas da história que a concebem apenas como braço armado de ordens externas. Como estamos procurando demonstrar aqui, o processo histórico é infinitamente mais complexo que essa visão sumariamente reducionista.

Para que se perceba a força com que germinava o amplo descontentamento popular, mesmo após a implosão da base da liga, é crucial apontar que as tentativas de organizar novas

fundamentalmente os imperialistas” e ainda, “a situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto”, o Cavaleiro da Esperança expunha seu raciocínio, acreditando que “a ideia do assalto amadurece na consciência das massas. Cabe ao seu chefe organizá-las e dirigi-las”. O manifesto completo do discurso de Prestes consta em Edgard Carone. *A segunda República* (1930-1937). São Paulo: Difel, 1974. p. 430-440.

¹⁵⁶ Conforme Carta de Miguel Costa à Prestes em agosto de 1935, reproduzida por Fernando Morais (1986, p. 91-92).

formas de luta continuaram. Setores liberais, socialistas e democráticos procuraram criar uma espécie de movimento paralelo à ANL – tornada ilegal e com sua imagem pública acoplada à Prestes e seu discurso fatalista -, isolando, assim, o grupo dirigente comunista. Hamilton Barata, por exemplo, tentara fundar uma União Libertadora Brasileira (ULB), e, embora fracassasse, demonstrava que eram consideráveis os setores que percebiam o equívoco de Prestes.

Com o sentimento, sempre mais difuso de que o Brasil era parte de um mundo em crise, onde repercutiam os grandes embates sociais e político-ideológicos da época, *continuava presente a consciência da possibilidade de uma alternativa nacional-popular, embora a correlação de forças estivesse terrivelmente desfavorável*. Em princípios de outubro, depois de complexas e demoradas negociações, chegou-se à constituição da Frente Popular por Pão, Terra e Liberdade, como forma de substituir a ANL, e para cuja presidência foi escolhido Mauricio de Lacerda. Surgida em São Paulo devido à atuação de Caio Prado Jr., logo a Frente Popular foi se articulando em outros estados, somando as oposições liberais e de esquerda. Visando as eleições marcadas para outubro e novembro, essas articulações se aceleraram formando-se, por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro a União Popular Autonomista Fluminense (UPAF) que reunia desde os comunistas até setores oligárquicos, no Espírito Santo apresentou-se a chapa “Pelas Liberdades Democráticas” e em Pernambuco voltou a “Trabalhador ocupa seu posto”, que desta vez elegeu Cristiano Cordeiro e Elias Gomes como vereadores. No Rio de Janeiro, sempre em outubro, surgiu o semanário *Marcha*, tendo como diretor Francisco Mangabeira, como órgão defensor da Frente Popular, contando com expressivos nomes da jovem intelectualidade entre seus redatores, como Rubem Braga, Caio Prado Jr., Di Cavalcanti, Newton Freitas e Carlos Lacerda. Seu número inaugural afirmava: “*Marcha aparece para defender a liberdade, a paz e a cultura ameaçadas pelo barbarismo fascista. Marcha é inimiga do integralismo. Marcha esclarece e divulga. Marcha lutará pela liberdade nacional e social do povo brasileiro*”. (DEL ROIO, 1990, p. 302) [grifos nossos]

Esse profundo descontentamento com a política dominante brasileira que insistia em aflorar demonstra, ainda uma vez, o paralelismo em que se situavam realidade e a compreensão que dela faziam os dirigentes comunistas do minúsculo grupo de Prestes. As interpretações que não procuram compreender a luta de classe da época fazendo uso das fontes documentais de forma sagrada, captam a porosidade com que a crise de dominação havia se espalhado por toda a formação social brasileira e demonstram como o gatilho inicial dos levantes em novembro no nordeste do país não teve ligação com a atuação dos comunistas. De modo que uma atmosfera que disseminava a impressão de impossibilidade de continuidade do governo Vargas varria o país, e a radicalização chegava ao Parlamento, onde a demissão de todo o gabinete policial de Vargas era exigida e os pedidos de Impeachment se acumulavam. Ganhando adicionais de crise política peculiar a cada localidade, no berço dos movimentos, por exemplo (Rio Grande do Norte), a insurreição respondia aos problemas da derrota da interventoria local nas eleições, a

desarticulação de 400 homens da Guarda Civil, sem desarmá-los, a expurgos da máquina estatal pelo novo governo e a paralisação de obras públicas que tornavam o clima político no estado o mais anuviado possível. As greves operárias que pipocam por toda a região nordeste durante o ano de 1935 na empresa britânica da estrada de ferro *Great Western* completam o esboço do quadro social. Por isso, a 23 de novembro quando o movimento estoura em Natal ele se fazia como estopim de um descontentamento generalizado e encontrando as condições mais propícias exatamente numa região onde a violência era um recurso sistematicamente utilizado na esfera política – que se lembre apenas o caos na Paraíba em 1930. Após a vitória da Aliança Liberal, muito pouco da problemática política fora ali resolvida. Ao contrário, com a perspectiva da mudança do bloco no poder, os grupos coronelistas viam aumentar as chances de influência e o conflito era uma constante, sempre com o ônus maior para os setores populares. Numa significativa linha mestra de continuidade que demonstrava a permanência de uma situação estrutural colonial, a “crise de dominação e a fragmentação oligárquica eram mais graves no Nordeste, e derivava de uma crise agrária cuja válvula de escape era a expulsão da força de trabalho excedente para o Centro-Sul, onde essa força excedente alimentava a industrialização” (DEL ROIO, 1990, p. 303). As dinâmicas que os ciclos econômicos ofereciam eram sempre a melhor alternativa para a exportação dos problemas sociais do Nordeste e a mais recente fora a da extração da borracha na Amazônia, feita predominantemente com população dali derivada. Sem reformas profundas que alterassem estruturalmente a região, era até lógico esperar do Nordeste a erupção de revoltas.

Com isto em vista se torna ainda mais incompreensível a insistência de Prestes e do PCB em fechar os olhos a qualquer aprendizado que aqueles fatos desencadeados pudessem ensinar. Outra vez, o Cavaleiro da Esperança em seu isolamento da realidade, inclusive de forma física,¹⁵⁷ interpretaram de forma novamente equivocada os acontecimentos que lhe tomavam a frente. Quando soube com surpresa dos levantes em Natal e Recife – que não tinham relação com qualquer ordem de detonação pelo PCB –, Prestes imaginou que estariam amadurecidas as condições de liderar, enquanto vanguarda do proletariado, uma revolução brasileira. É inegável que o dirigente comunista ainda se autopercebia como “Cavaleiro da Esperança”. Porém,

¹⁵⁷ Neste ponto é preciso apontar como também o próprio Prestes era vítima da situação – indicando que o fenômeno não era meramente individual –, pois dirigentes estaduais que não possuíam a preocupação em se esconder da situação policial e tinham ainda um contato íntimo com os fatos, reforçavam, mediante informações exageradas e fantásticas, a convicção do Cavaleiro da Esperança que, trancafiado em seus distintos e alternantes esconderijos, preso “na mais absoluta clandestinidade, (...) desejoso ele mesmo de iniciar o movimento, acreditava piamente nas informações e sobre elas baseava a sua estratégia: movimento militar nas cidades secundado por uma greve geral no país e sublevação de camponeses”. Trata-se de depoimento de Leoncio Basbaum citado por Hernandez (1985, p. 66).

passara a julgar cada vez mais, após sua adesão ao marxismo em 1930, que o fracasso da Coluna Prestes havia decorrido de uma ausência de liderança do tipo que agora representava. Como marxista, ele substituiria a liderança pequeno-burguesa e ainda contaria com o apoio dos tenentes, que, conforme imaginava, estariam apenas ao alcance de um chamado. Por isso, é flagrante a contradição entre seus discursos que apontavam sempre a direção operária no movimento revolucionário, que ele mesmo deixara a cargo de Miranda para mobilizá-las, e o cálculo que fazia do apoio militar para a vitória (VIANNA, 2011). Devido a urgência do momento, Prestes toma a atitude de se insurgir no Rio de Janeiro sem sequer ouvir Moscou.¹⁵⁸

Espontâneos, precipitados e infundadamente conclamado (como no caso específico do Rio de Janeiro), os levantes foram rapidamente derrotados. Como em todo acontecimento histórico crucial para a história de um povo, o conhecimento de suas determinações íntimas proporciona aprendizados sobre a natureza da realidade de forma muito mais rica do que os demais. Por isso algumas considerações sobre ele precisam ser aqui discutidas.

Esse comportamento do grupo dirigente comunista, que parecia ser inquebrantável, teve como consequência maior o descarte de toda a riqueza da luta social que vinha se estabelecendo desde 1934. Era esta, aliás, - a luta democrática – o objetivo imediato que guiava a aliança e não qualquer dualismo esquemático que antagonizava as forças sociais, ou nas palavras do próprio secretário-geral da ANL, Roberto Sisson “seu próprio caráter de luta nacional põe em segundo plano a luta de classes, sempre transformada, em seu seio, em luta nacional” (VIANNA, 2011, p. 159). A luta comportaria uma reivindicação comum a todas as classes exploradas, desejando libertar a nacionalidade. Eis, afinal, o sentido imanente da ANL.

As forças sociais em frente única que confluíam para aquele largo bloco democrático percebiam isto com relativa clareza. Todavia, Prestes e os dirigentes comunistas tinham a visão

¹⁵⁸ “A difundida tese do papel do Comintern como instigador e condutor dos movimentos de 1935 não encontra qualquer apoio nos fatos documentados, e o ‘dedo de Moscou’ não pôde ser comprovado nos levantes. A Internacional Comunista, não é demais repetir, se não era indiferente aos destinos do movimento revolucionário brasileiro – que lhe anunciaram ser promissor – manteve-se numa expectativa conivente em relação ao que ocorria no Brasil. Além do mais, desde a morte de Lenin, em 1924, e com plena vigência a partir de 1927, o objetivo do Comintern deixara de ser a revolução mundial e se concentrara na defesa do Estado soviético. A eclosão das insurreições nos três locais onde ocorreram apresentou graus elevados de autonomia, e o PCB, a reboque dos acontecimentos iniciais, não conseguiu imprimir às revoltas qualquer caráter político-partidário” (VIANNA, 2011, p. 408). O próprio historiador Sérgio Silva, que discorda da interpretação de Marly Vianna da mínima influência da IC nos movimentos, comenta a cena onde Prestes, ao lado de Ewert (outro dirigente da cúpula partidária), decide arriscar a decisão de acionar o levante tardiamente no Rio de Janeiro sem esperar o parecer de Moscou, apenas emitindo aviso. Quando a resposta chegara, a derrota já estaria praticamente completa, no entanto ela frisava: “questão da ação (o levante) decidam vocês mesmos quando acharem necessário” (2012, p. 73).

deturpada, pois enxergavam diferentes metas. Não compreendiam que a organização operária no interior das fábricas, núcleo de qualquer projeto que almeja se arvorar em vanguarda proletária, ainda era muito incipiente. A Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB), por exemplo, não completara sequer um mês desde sua criação e se encontrava no decorrer de uma longa caminhada na conquista de objetivos revolucionários. O que a direção pecebista brasileira não percebera também é que, numa conjuntura mundial onde a burguesia financiava, apoiava ou mesmo formava a base de governos de extrema-direita, milícias, agressões imperialistas, todas perfazendo a mais brutal reação anticomunista, a “ANL tinha um caráter tático defensivo. O objetivo era deter o processo desencadeado para a instauração de uma ditadura com aspectos fascistas” (DEL ROIO, 1990, p. 293).

Para combater a união espontânea que ocorria entre o reacionarismo dos integralistas e o projeto que o grupo dirigente autocrático expressava de forma encastelada por um lustro dentro do bloco no poder seria necessário somar o maior acúmulo de forças possíveis. Seria preciso ter à testa, como tática no interior de uma estratégia mais ampla, a reivindicação do alargamento da cidadania para um amplo contingente da sociedade. O momento não permitia ir além desse horizonte burguês, mas que para um capitalismo dependente significava muito. Tal era de fato o que propunha o grosso da direção da aliança, encabeçada por Hercolino Cascardo. Para avançar além desse ponto, seria necessário que as massas operárias estivessem profundamente politizadas, possibilitando assim serem ganhas do corporativismo estatal – e parte delas já começa a dar sinais desejosos de autonomia. Os intelectuais que se aproximavam da ANL tinham clareza da urgência do fomento da cultura e da educação nos setores populares. E mais urgente que tudo, para vencer o colossal desequilíbrio de forças que o latifúndio possuía no campo brasileiro, seria necessário que as massas agrárias tivessem uma organização que as mediasse na participação política – e isto estava, mais que qualquer outro desses pontos, profundamente distante da realidade.

É verdade que a plataforma ideológica da Aliança, refletindo sua base heterogênea, podia ser considerada bifurcada, isto é, contendo uma reação ao próprio desenvolvimento do capitalismo interno, em especial nos aspectos derivados do imperialismo, mas também se direcionava para um claro avanço econômico ao propor a utilização das fontes, matérias-primas e indústrias internas, sempre em benefícios das próprias forças sociais genuinamente nacionais. Este último aspecto, passava, assim, a significar que esse particular nacionalismo extrapolava o âmbito econômico, reverberando para um progressismo social e político. A análise de Hernandez sobre o caráter ideológico do nacionalismo da aliança é esclarecedora a respeito:

Parece importante assinalar que os aliancistas não estabeleciam uma relação entre a necessidade da reforma agrária e o processo de industrialização e nem entre este e o domínio imperialista, o que pressuporia uma análise crítica do processo de acumulação do sistema capitalista como um todo. Desta forma, suas ideias acabavam se consubstanciando num programa nacional que reproduz o sistema capitalista. Isto não equivale a dizer que o nacionalismo popular reformista representava um retrocesso; ao contrário, esta ideologia implicava um certo avanço em termos de reivindicações econômicas feitas por uma organização de amplitude nacional, na medida em que desnudava alguns aspectos do capitalismo que haviam, até então, passado inadvertidos aos liberais apologistas do desenvolvimento do capitalismo. Na mesma medida esta observação vale para o ângulo especificamente político desta ideologia que conferia especial destaque à luta contra o autoritarismo característico da Segunda República, responsabilizando-o por cercear a liberdade e restringir a participação política. Ainda que dentro dos marcos do liberalismo clássico, o nacionalismo popular reformista dava especial destaque às reivindicações de autonomia sindical, de liberdade de expressão e opção por qualquer doutrina, liberdade de organização e direitos de greve e garantias individuais como essência da democracia. Desta forma, este discurso conferia e garantia identidade à classe média e às classes populares urbanas conclamando-as a lutar por “Pão, Terra e Liberdade”. Uma vez que, “(...) todas as classes nacionais sentem-se igualmente espoliadas pelo capitalismo estrangeiro imperialista”. (HERNANDEZ, 1985, p. 74-75)

Esta percepção global do programa ideopolítico da ANL demonstra que era de sua própria natureza se desdobrar em um projeto progressista de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Foi essa essência, este projeto nacional-popular que se gestava, como produto orgânico e intimamente articulado com as reais necessidades históricas da realidade brasileira, e totalmente em consonância com o contexto agressivo do imperialismo mundial, que foi descartado quando Prestes propôs, como Lenin propusera em 1917 – com a cabal diferença de que este percebia, mediante uma análise concreta das condições concretas, a situação revolucionária que vivia a Rússia - o assalto ao poder. Enquanto este líder bolchevique guiara a tomada do poder praticamente sem derramamento de sangue, aquele fizera ruir uma ampla frente democrática, finalmente um real inimigo ao domínio autocrático da burguesia brasileira.

Esses erros de leitura da realidade que continuaram acontecendo, inclusive após os levantes, nos ajudam a entender os títulos que as grandes obras que se puseram a investigar especificamente o movimento cunharam ao atribuírem aos “revolucionários de 1935: sonho e realidade” (VIANNA, 2001), estarem imbuídos de “estratégias da ilusão” (PINHEIRO, 1991) ou ainda ser 1935 um ano de “ilusão, loucura e História” (SILVA, 2012).

Contudo, como esperamos ter deixado claro, realizando uma síntese do debate oferecido por estes textos que formam a principal contribuição da literatura, esses equívocos não

determinam a natureza do movimento, antes lhe impõe um problemático direcionamento que acaba por debilitá-lo em seu caráter progressista, pois a reação também nesse sentido agia, inclusive de forma até mesmo anterior, Concordamos, assim, com a tese de Marly Vianna que os levantes foram o último episódio tenentista da história brasileira. O movimento não fora uma mera quartelada, nem tampouco designá-la simplesmente como uma “intentona” ajuda a compreender sua real natureza. No entanto, a forma na qual todo o descontentamento foi canalizado acabou por tomar a forma de golpes. O espírito tenentista tomou a dianteira dos levantes porque era próprio de sua visão de mundo “fazer a revolução” e esperar o povo segui-la. Perfazendo a direção principal da ANL, os tenentes de esquerda traziam consigo a mesma compreensão política da década anterior: eram os depositários de um incorruptível e sincero desejo de transformar a realidade que, segundo sua ótica, era engessada pelo governo da grande burguesia brasileira, expressa em Vargas, aliada ao imperialismo. Se na década de 1920 isso ainda não estava claro, a plataforma da ANL de 1935, sua ideologia e sua tática de frente única demonstraram estar conscientes desse aspecto, manifestando-se em seu nacionalismo econômico.

Em poucas palavras, os “tenentes de esquerda” que haviam apoiado a plataforma liberal de Vargas, acreditando que ela traria rumos diferentes em relação ao domínio de base restrita das décadas anteriores, frustravam-se em relação a ela como haviam se indignado com relação ao estado de coisas da década de 1920, inaugurado pela inabilidade de lidar com a questão militar por Epitácio Pessoa. Era o último suspiro reivindicando as origens, era o derradeiro golpe relembrando o nascimento. Nesse sentido, os levantes de 1935 representam o mais legítimo espírito tenentista.¹⁵⁹

Ao nos inserirmos aqui, colaborativamente, para o esclarecimento do debate sobre a natureza da ANL, desejamos evidenciar, simultaneamente, como ela compôs o maior obstáculo político ao desenvolvimento do projeto autocrático-progressivo expresso pelo grupo de Vargas. Conformada exatamente no momento onde o poder político e carismático de Vargas estava mais abalado, contestado por todos os lados e mediante distintas iniciativas, a ANL soube incorporar em si um vasto espectro de forças políticas, que mesmo com os desvios que teve que

¹⁵⁹ A posição da historiadora Anita Prestes é distinta: “Em 1935, os militares, que iriam desencadear a insurreição projetada, não eram mais tenentistas, mas seguidores de Prestes, que, desde seu Manifesto de Maio de 30 deixara de ser ‘tenente’ para tornar-se adepto das teses levantadas pelos comunistas – as mesmas que seriam encampadas pela ANL” (2008, p. 150). Essa interpretação da historiadora parece se pautar predominantemente no aspecto documental, perdendo de vista a rica e explosiva conjuntura político-social que matinha ainda viva as lutas tenentistas descontentes com o rumo dos acontecimentos do conservador direcionamento político brasileiro.

enfrentar no percurso, acabaram por vir à tona com uma relativa espontaneidade. Por isso, supor que as insurreições dos tenentes tenham ocorrido a mero comando dos comunistas, de Moscou ou da cúpula interna, é, senão descuido analítico que inverte a história, desonestidade orientada para que não se extraia todo aquele caráter pedagógico que sua análise concreta proporciona. Foi exatamente esse conjunto de levantes da ANL, relativamente autônomos entre si, que “permitiu ao PCB sair das catacumbas. Num aparente paradoxo, foi a influência dos tenentes e a entrada de Luiz Carlos Prestes para o partido que deram ao PCB projeção nacional e permitiram, a médio prazo, sua consolidação como partido político” (VIANNA, 2011, p. 413). Na realidade os tenentes passaram o bastão em 1935. As lutas por justiça social, não morreram ali, em que pese o tenentismo como movimento deixasse de existir. Essas lutas se transformaram e passaram a incorporar aquele outro grupo que prosseguiu carregando idênticas bandeiras, desenvolvendo-as conforme alargavam seus horizontes limites ideológicos e intelectuais.

Quando situada a Aliança Nacional Libertadora (união de vários grupos que representavam liberdades políticas e um nacionalismo econômico), frente ao integralismo, (movimento social de caráter reacionário, regressivo e inibitivo das forças produtivas), senão derrotado, pelo menos neutralizado, muito em função de sua ação como força central, e diante do grupo dirigente que, apossado do Estado, simbolizava um projeto de desenvolvimento do capitalismo tão somente para a autocracia burguesa brasileira (isto é progressivo do ponto de vista das forças produtivas e de sua acumulação, mas socialmente conservador), é tentador considerar esse momento histórico como aquele onde houve o descarte quase que sumário de uma oportunidade histórica de fortalecimento do poder popular que fora gestado organicamente pelas condições históricas da formação social brasileira. Aplica-se aqui em Prestes o mesmo que se constatou em Vargas na dialética entre personalidades ímpares e leis tendencias estruturais. Estes indivíduos excepcionais podem influenciar a história na medida em que sejam mais capazes, isto é, conforme exprimam uma percepção límpida dos interesses de sua classe, lendo melhor seu tempo e as forças sociais em jogo. Essa questão também deve ser aplicada, sob chave negativa, para Prestes, no exato ponto em que “uma categoria adicional, essencial, inclui as necessidades conjunturais dos grupos sociais” (MANDEL, 1995, p. 61). Não se há de negar que Prestes efetivamente era um representante das classes populares, caso não fosse sequer conseguiria ter alcançado o posto de Cavaleiro da Esperança, refletindo de fato muitos anseios das camadas mais baixas da sociedade brasileira. Contudo, na medida em que não soube captar as mediações táticas que o momento histórico, de avanço mundial da reação

contrarrevolucionária do fascismo e internamente de intensificação do modus autocrático da dominação burguesa brasileira no diapasão daquela própria reação, Prestes, contrariamente ao que exprimia, retardou o reconhecimento dessa necessidade conjuntural de fortalecimento defensivo.

Ora, na medida em que “um governo se avalia pela direção social que imprime às macropolíticas, pelos contingentes populacionais que ela privilegia ou onera, pelas alternativas que instaura para ulteriores soluções às problemáticas dadas e/ou emergentes” (NETTO, 1999, p. 75), e na medida em que exatamente por isto se constata a direção social autocrática do capitalismo brasileira sob o regime de Vargas, resgatar as “alternativas” oferecidas e as “soluções” que o movimento da ANL procura instaurar é conclamá-lo como um poder nacional-popular. Neste sentido, o exato oposto daquele poder instituído, ou seja, representando naquele grau determinado do capitalismo brasileiro e naquela conjuntura mundial específica seu maior inimigo. Mesmo que não desejasse guiar o curso do desenvolvimento para uma nova sociedade sem exploração do homem pelo homem, sua direção política seria capaz de realizar as demandas históricas que o capitalismo clássico gerou e que seria impossível para a burguesia brasileira fazê-lo sem perder sua própria existência, numa palavra: destruir os elementos velhos e arcaicos presentes na formação social brasileira à altura do século XX.

Nesse sentido, existindo alguma alternativa concretamente progressista, ela só poderia residir no desenvolvimento de todas as componentes daquele corpo político nacional-popular. As promessas fundamentais de desenvolvimento das potencialidades humanas possíveis dentro do capitalismo, assim nos parece, somente teriam condições de ser realizadas se geridas politicamente pelas classes populares, isto é, por uma nação capitalista não autocrática, pois não assentada num sociometabolismo de extração de capital de base escravista, dependente e caudatária, e não representando um contingente social burguês que jamais permite partilhar seu poder concentrado senão rearticulando a hierarquia monopolista existente entre suas frações no interior do bloco no poder. Essa coalizão imperialismo-autocracia dominante jamais teria condições de realizar o que o conceito de progresso filosoficamente demanda e que é genuinamente apontando por Lukács como pressupondo

a descoberta de tendências que, na sociedade, garantam um contínuo – embora não uniforme, acréscimos de valores humanos. Uma tal concepção filosófica implica a aspiração a um estado ideal (donde um progresso infinito, como o concebeu Kant) ou o ingresso num estágio qualitativamente diferente dos anteriores, que assegure o desenvolvimento das faculdades “naturais” da humanidade (o capitalismo na economia clássica, objetivos da Ilustração e da

Revolução Francesa, etc.); em qualquer caso, trata-se sempre de um desenvolvimento mais alto que se opera na própria realidade. (2009, p. 35)

Em que pese essa oportunidade apresentada ao movimento político organizado em torno da ANL não os tenha encontrado preparados para uma tarefa histórica de tal envergadura, justiça seja feita, pois num capitalismo “ultraconservador” (FERNANDES, 2008) como o brasileiro, o espaço de aproveitamento dessa abertura conjuntural era bastante estreito e requeria muita habilidade política. Aprendizado este dificilmente – embora não impossível – encontrável nas experiências históricas brasileiras. Eis aí ainda uma outra característica de um desenvolvimento que se promove pelo *modus* autocrático, o caráter técnico tem suas amarras libertas, mas para o mundo da cultura, o mundo verdadeiramente essencial, pois que emancipador cada vez mais das capacidades do ser humano, esse progresso é obstado com todos os grilhões disponíveis. Trata-se certamente de uma formação social autocrática que ontologicamente forneceu poucas possibilidades de elaboração de uma cultura democrática e humanista, o que ajuda a pensar porque as tentativas de criação de um espírito democrático mais avançado tenham seguido o mesmo caminho daquelas que essa autocracia se utiliza para se rearticular no poder: o recurso a golpes de força. É significativo, portanto, que o desenvolvimento autocrático tenha sido capaz de realizar apenas um progresso quantitativo para a sociabilidade brasileira, por isto progressivo, e ainda o tenha realizado sintomaticamente numa ditadura sindical-corporativista com todas suas inibidoras consequências, como veremos a seguir.

Na medida em que os levantes de 1935 tem fim trágico, podemos afirmar que se encerra um capítulo da luta de classes, em especial seu aspecto fundamental, do antagonismo entre burguesia autocrática e setores populares. E na medida em que a sociedade inteira passa por este capítulo da luta de classes, a exigência correspondente necessária para o poder político é uma intervenção repressiva diretamente proporcional a luta de classes nela atuante.

CAPÍTULO V: MEDIAÇÕES NECESSÁRIAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO HIPER-TARDIA

Ao ocorrer num momento histórico onde todas as formações burgueses clássicas já haviam consolidado suas revoluções políticas de forma secular, e mesmo as revoluções não clássicas compunham já suas industrializações, realizadas de forma tardia, há mais de meio século, tendo, inclusive, efetuado sua passagem, não por acaso, para o estágio monopolista sob a forma política do fascismo, as determinações que seriam postas à industrialização brasileira, que se efetivava de forma hiper-tardia, seriam profundas. Seus componentes elementares, especificamente capitalistas, teriam que encontrar um caminho a duras penas neste século XX, aquele que seria considerado com o “século de extremos” (HOBSBAWM, 1995).

5.1 – O caráter ditatorial como forma reflexa de Estado

Poucas vezes na história brasileira pudemos ver de uma forma relativamente explícita como um conjunto absolutamente amplo de complexos, entre 1930 e 1937, se expressou na forma política assumida pelo Estado brasileiro a partir de então. Concordamos com a assertiva de que não se pode considerar o golpe de 1937 já dado em 1930. Afirmar isso é simplesmente violar a história social. No entanto, a permanência do núcleo central do grupo dirigente, que expressava um sentido norteador do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, durante todo esse período, torna o regime político do Estado Novo um continuum processo que colhe determinações ao longo de toda a década de 1930. Trata-se da dialética entre continuidade da substância e desenvolvimento de novas formas assumidas conforme o próprio andamento do processo sociometabólico particular da realidade brasileira. Como afirma Trotsky, “continuação não significa repetição. Como regra geral, uma continuação significa um desenvolvimento, um aprofundamento, uma acentuação”.¹⁶⁰

Nesse sentido, procuramos demonstrar no capítulo anterior como esse processo foi intenso, amplo e radical. Não houvesse Vargas dirigido a alocação da alta cúpula militar dentro do bloco no poder desde seus primeiros passos no Governo Provisório, a tomada de partido por um viés ditatorial, explicitada pelos representantes da caserna, certamente não teria ocorrido em termos tão vigorosos e decididos. De idêntico modo, não tivesse existido a formação da

¹⁶⁰ Citado por Oswaldo Coggiola em *A Segunda Guerra Mundial: causas, estrutura, consequências*. (2015, p. 3).

frente ampla antifascista com a ANL no final de 1934 e começo de 1935 e os levantes nacionais-populares daquele novembro, o processo de encaminhamento rumo a um Estado ditatorial não ganharia elementos quantitativos novos como o Estado de Sítio, o Estado de Guerra e o Tribunal de Segurança Nacional, todos indicando o início da institucionalização de um novo padrão de opressão autocrático. Outrossim, caso Vargas enquanto expressão esclarecida dos interesses do conjunto da burguesia brasileira não tivesse conseguido derrotar o levante reacionário paulista em 1932 e não os forçasse a reorientar suas frações burguesas para distintos projetos políticos e culturais, seus elementos mais representativos não teriam sido uma das mais fortes base de apoio dessa crescente situação ditatorial, consciente ou inconscientemente, afinal lhes era preferível aceitar a situação do reforço do poder de Vargas do que um poder realmente democrático de contestação como aquele precipitado em 1935.

Nesse mesmo diapasão, o que significa o postulado marx-engelsiano do Estado “enquanto produto da sociedade numa determinada fase de seu desenvolvimento”?

É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entredevorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se necessidade de uma força que se colocasse *aparentemente acima da sociedade*, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado. (Grifos nossos).¹⁶¹

Essa característica ontológica, das propriedades mais gerais do Estado, não ficou no passado, esgotada na sua gênese. Para além do fato de que a gênese é muitas vezes idêntica à essência do fenômeno, essa característica do Estado é integralmente necessária numa sociedade de classes, e se intensifica sempre que a luta de seus interesses componentes assim o faz, logo “o Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados” (LENIN, 1978, p. 9). A ambiência política por excelência, o Estado é, portanto, o lugar da ordem. Mas como vimos na análise imanente do corpo ideológico que era responsável por imbuir de sentido as ações dirigentes de Vargas, esse Estado precisava também ser o lugar do progresso, da ordem contendora da luta de classes, mas igualmente de um andamento que libertasse as forças produtivas do capitalismo brasileiro.

¹⁶¹ Trata-se de passagem do livro de Friederich Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Retirado por nós em Lênin (1978, p. 8-9).

Ao ampliarmos essa chave de análise, aplicando-a para a particularidade de um país dependente, numa época de intensificação das contradições interimperialistas, percebemos que também a conjuntura global colocava, *pari passu*, suas determinações na forma política brasileira.

Se no momento desta política agressiva de conquista de mercados externos (1880-1900), em que as rivalidades imperialistas promoviam seus primeiros delineamentos, o Brasil, instaurando a forma republicana federalista não fazia questão de se proteger desta influência depredadora, antes a ela se submetendo de bom grado – tal era a orientação dependente e colonial das burguesias agrário-exportadoras –, quando o bloco no poder se transforma em 1930, dirigido agora por frações burguesas com seus interesses ligados mais propriamente ao mercado interno, o quadro externo de relações interimperialistas, pelo menos desde 1914, já apresentava uma “rivalidade centuplicada” (LENIN, 1978). Seria necessário, portanto, suprir todo esse déficit histórico se se desejasse promover com alguma segurança as alterações estruturais no capitalismo brasileiro, afinal após 1929 muitos países centrais se fecharam em nacionalismos exacerbados e chauvinistas. Inclusive, a conjuntura mundial no decorrer da década de 1930 oferecia sinais poderosos de que aquele seria apenas o tempo de um fôlego, um suspiro renovador, pois uma nova situação de guerra mundial se avizinhava.

Assim, temos que a construção do Estado Novo não é a história da trama de um golpe político-militar culminante em 1937, nem tampouco apenas a imitação da Constituição polonesa de 1935 para combater o comunismo, a chamada “polaca” na qual se inspirara Francisco Campos. Por outro lado, por muito que se tenha dito que os movimentos de 1935 não tenham sido “a causa” do golpe fascistizante – de fato não fora a única –, desconsiderar o tremendo impulso fornecido por aquelas lutas é um erro. Não devemos nos esquecer também que, em meio a esse contexto de vigência do imperialismo, que também pode ser traduzido como uma luta de classes a nível mundial entre frações de burguesias de distintos Estados monopolistas, o corpo doutrinário racional autocrático, especialmente nas contribuições mais tardias de Azevedo Amaral, havia alcançado o nível de uma ideologia capaz de atuar com bastante esclarecimento na conscientização do grupo dirigente de Vargas (que se pense no capitalismo de trusts de que fala o jornalista e de seu alerta para a criação de um novo metabolismo industrializante). Isto para não esquecermos também que era constante o alerta, desde a Primeira Guerra Mundial, do risco de possíveis confrontos com a maior potência da América do Sul de então, a Argentina. Tem-se aí um quadro bastante contundente que demonstra não uma vontade ditatorial em abstrato, mas uma subjetividade política atuando com

conhecimento de causa, auxiliada principalmente por seu corpo ideológico e suas prévias ideias conscientizadoras do panorama mundial.

Contudo, com relação à dinâmica da política interna também existiam elementos dignos de notas mais detidas. A percepção do caráter processual das determinações políticas do Estado Novo é nuançada por Plínio de Abreu Ramos quando afirma ter criado o governo uma “rota ditatorial” antes mesmo dos levantes civis e militares de 1935. E não fizera isso sozinho. O hibridismo da Constituição é mais profundamente contraditório do costumeiramente se comenta. Em que pese ter possibilitado a progressão exponencial de movimentos de massas, inéditos na proporção daqueles da AIB e da ANL no Brasil até então, demonstrando várias vezes o governo ter se arrependido por ter veiculado uma carta como aquela, a Constituição já fora feita com armas de defesa adequadas para tal situação. Os protestos do representante-mor do palavreado liberal paulista, Armando de Sales Oliveira, quando percebera a consequência inevitável a que fora levado o ritmo dos acontecimentos em 1937, faz com que muitos se esquecessem que o Partido Constitucionalista criado em fevereiro de 1934 para absorver o movimento de 1932, derrotado nas trincheiras, passara a ser um braço potencialmente bélico do governo logo após as eleições de 17 de julho de 1934:

foi depois do pleito da Constituinte, elegendo Vargas, que o poder repressivo do armandismo começou a exceder-se. Com a reorganização do Ministério, a 24 de julho, feita com base em consultas encaminhadas junto ao situacionismo de Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia, Armando conquistou três posições importantes: a pasta da Justiça para o professor Vicente Rao, a do Exterior para o embaixador José Carlos de Macedo Soares e a direção do Departamento Nacional do Café (atual IBC) para Luís Pisa Sobrinho. (RAMOS, 1980, p. 174)

Em sua visão política curta, deturpada pelo véu anacrônico do liberalismo literal, Armando Sales não percebera que fornecera a Vargas os próprios meios de quebrar a legislação que considerava orgulhosamente uma conquista de suas lutas constitucionalistas. Assim, quando do início do crescimento integralista e de sua resposta imediata pelos aliancistas, das provocações daqueles e das respostas enérgicas destes, não houve ninguém como ele, no parlamento, que fornecesse apoio moral às medidas repressivas que Vargas exigia para manutenção da ordem. A simples movimentação popular nas ruas já pusera a burguesia paulista a postos para auxiliar nesse intuito – e existe pouca coisa no mundo capitalista que uma burguesia goste menos do que ver “o povo” nas ruas.

Desta maneira, dias após a oficialização da Aliança Nacional Libertadora, o primeiro passo para o estrangulamento democrático fora dado com a lei nº 38 de 4 abril de 1935, a famosa Lei de Segurança Nacional. Não se satisfazendo com o constante prolongamento do estado de sítio, previsto em Constituição, e instaurado o pânico anticomunista, engrossado pelas deturpações realizadas pelo Chefe de Polícia de Vargas, Filinto Muller, em 21 de março de 1936 foi instituído o decreto 702, perfazendo o “Estado de Guerra”. Este seria identicamente renovado, insinuando uma postura de direção política que tornava insignificante o parlamento. Como coroamento dessas duas tendências, isto é, a necessidade de intervir diretamente, passando por cima de qualquer pretexto legal e jurídico, naqueles assuntos de seu imediato interesse e de julgar sumariamente qualquer crime contra a ordem política e social, em setembro de 1936 se promulgou a lei nº 244, autorizando a formação de um Tribunal de Segurança Nacional para enquadrar quaisquer crimes que o agora Estado de Guerra assim entendesse. E o que é mais interessante:

Todos esses instrumentos foram concebidos, justificados e postos em prática pelo ministro Vicente Rao, do Partido Constitucionalista de São Paulo. Um depoimento precioso do deputado Aureliano Leite, correligionário de Rao, explica a procedência dessa cumplicidade: “A solidariedade de Armando (a Vargas) levou-nos, os seus deputados e o ministro da Justiça, a colaborar ativamente na Lei de Segurança e na Emenda Constitucional criando o Estado de Guerra e o Tribunal de Segurança Nacional. Acusou-se disso muito a Rao e Armando. Mais tais instituições eram necessárias para o tempo”. Eram, em síntese, as atribuições básicas desses três instrumentos, que puseram o país na rota ditatorial de 10 de novembro de 1937. (RAMOS, 1980, p. 176)

Nesse sentido, as reclamações retiradas da própria alma política de Armando Salles, e por isso sinceras, feitas após o golpe, em carta endereçada aos militares, conclamando-os a impedir Vargas de seus intuitos ditatoriais e os inúmeros louvores que fazia à tradição brasileira constitucional nada mais são do que expressões de uma contradição mal compreendida na qual ele próprio, enquanto líder político, metera as forças liberal-constitucionalistas paulistas. Por isso pode Thomas Skidmore afirmar que “Salles Oliveira não estava em posição segura para dar aos militares tais lições de democracia” lembrando seu discurso em São José do Rio Pardo, onde “observava com orgulho, em outubro de 1936, que o ‘Parlamento brasileiro demonstrou que não teme a responsabilidade de dar ao executivo os meios de defender a nação em crises que a Constituição não previu’”.¹⁶²

¹⁶² SKIDMORE, 1976, p. 49. O citado discurso de Armando de Salles Oliveira se encontra em *Escritos Políticos*, São Paulo: Arx, 2002. p. 333-342. Nas palavras imediatamente anteriores à essa passagem, Armando Salles havia

Vale lembrar ainda que havia um outro elemento importante mediando essa forma ditatorial. O caráter da luta intraclasse da burguesia brasileira. Derivado do eixo central do corpo ideológico da racionalidade autocrática - o conceito de “espírito insolidarista” -, havia a pretensão do grupo dirigente de, como condição do sucesso de seu projeto político, promover uma reforma pedagógica no comportamento político da burguesia. Contudo, esta parecia não querer se enquadrar. Explicitamos no capítulo anterior, como essa chave de leitura pode oferecer uma compreensão mais larga das motivações de Vargas em insistir na nomeação de um interventor militar e não paulista no maior polo econômico regional brasileiro, prevendo que a burguesia paulista repeliria a ideia de um desenvolvimento capitalista onde seu regionalismo tivesse que se submeter a um poder mais centralizado, coordenador. Essa visão de mundo pragmático-positivista, que procurava unir tendencialmente suas várias frações burguesas para que aderissem ao seu projeto de desenvolvimento do capitalismo, agora centrado no mercado interno, viu novamente focos eruptivos de um regionalismo burguês na campanha para as eleições presidenciais que se realizariam em 1938.

O que mais os indignava, e isso não constituía exclusividade dos dirigentes políticos, era que, mesmo em meio ao recrudescimento da mobilização operária, aliancista e comunista, a burguesia regional não perdia a oportunidade de perturbar o cenário político, instabilizando o governo. Já na reunião de 7 de dezembro de 1935, criada para debater o prosseguimento da repressão aos levantes, Filinto Muller diferenciava o “perigo maior” da revolução comunista, dos “adversários políticos mais intransigentes” do governo, as burguesias regionais, que tiveram de cooperar incondicionalmente no combate à atividade subversiva. Logo em seguida prosseguia afirmando que a “distinção feita é necessária, a fim de que, precipitadamente, não se imagine que o perigo passou. A oposição ao presidente da República decorrente de ambições pessoais continua e, em breve, reaparecerá ainda com mais força e disposta à luta”.¹⁶³

Os fatos não tardariam a dar razão à Filinto Muller. Antecipando-se a tudo e a todos, e transformando mais uma vez sua carapaça política, o Partido Democrático de 1926, que em 1933 havia virado Partido Constitucionalista, tornava-se então em 1937 a União Democrática Brasileira. Esse partido lança então Armando de Salles Oliveira como candidato à Presidência da República, exaltando o orgulho dos sentimentos regionais, as vantagens do sistema

comentado que “a hora é de luta e para a luta deve estar fortemente armado o poder que é o responsável direto pela sorte das instituições” (2002, p. 340). A atitude do político paulista, é preciso que se diga, realmente acreditava – ou queria acreditar - no caráter temporário de tais medidas centralizadoras. Neste livro também se encontra a famigerada carta “Aos chefes militares do Brasil” (2022, p. 442-454).

¹⁶³ O trecho citado do chefe de polícia de Vargas na referida reunião foi retirado de VIANNA, 2011, p. 358.

descentralizado e a incompatibilidade do governo ditatorial com a índole do povo brasileiro. Toda a campanha dos paulistas não tem outro mote senão martelar publicamente em torno da “realidade federalista: o velho lema do Manifesto Republicano (1870) continua a ser o *leitmotiv* de toda expressão programática, numa repetição sem originalidade e compreensão das mudanças históricas” (CARONE, 1974, p. 211). Nada poderia ser mais diametralmente oposto, enquanto direção política burguesa, ao que entendiam ser os interesses do desenvolvimento do capitalismo brasileiro – autocraticamente mantido - naquele momento de desorganização mundial segundo a visão de mundo de Vargas, Oliveira Vianna e Cia. Ora, este aspecto diz respeito ao traço bonapartista de “inteligência política superior” que Vargas possuía em relação aos seus “adversários” liberais, conforme esmiuçamos em outro lugar (cf. seção 3.2).

Por isso, talvez não haja episódio melhor para compreender essa complexa natureza do grupo dirigente em torno de Getúlio, apreendendo ainda uma vez sua intrincada relação com a moldagem promovida nas forças armadas, do que o fenômeno político do Plano Cohen. Maquinação traiçoeira, o Plano Cohen expressa bem como a cúpula do Exército, especialmente na figura dos Generais Dutra e Góes Monteiro, beneficiados pelos expurgos e pela acolhida cada vez mais calorosa de Vargas em suas secretas conspirações no decorrer da década de 1930, foi o aliado principal para que se institucionalizasse uma forma de Estado profundamente alinhada com a visão de mundo que a autocracia esclarecida portava. O livro chave que lança luz sobre o fato é o material recolhido e comentado por Hélio Silva, Maria Cecília Ribas Carneiro e Jose Augusto Drummond em *A ameaça vermelha: o Plano Cohen* (1980).

O acompanhamento mais detido do desencadeamento que se segue à repressão social generalizada após novembro de 1935, demonstra que, principalmente da parte de Vargas e de alguns de seus ministros civis, como José Carlos Macedo Soares, existia a convicção de ter sido combatida não somente com profundo sucesso a capacidade organizativa dos setores populares, mas com espaços de sobra, de modo que os próprios adversários políticos eleitorais de Vargas passaram a ter a mesma percepção que ele, isto é, de estar garantida a ordem autocrática contra seu inimigo genético. Porém, se estes seus “adversários” também assim entendem, orientam a conclusão distintamente, pois passam a colocar todas suas forças em como vencer o jogo político eleitoral marcado para janeiro de 1938. Aqui os dois personagens principais da trama são Flores da Cunha, governador eleito em 1935, mas que havia rompido com Vargas por tender ao federalismo, passando a apoiar a candidatura de Armando Sales, governador eleito por São Paulo também em 1935, mas abandonando este cargo em começos de 1937 para disputar o poder nacional. Bahia, com Juracy Magalhães, e Pernambuco, com Carlos de Lima Cavalcanti,

também tendiam ofertar apoio ao líder paulista. Interventores em seus respectivos estados até então, seriam destituídos por Vargas por não apoiarem o Estado Novo. Ora, a preocupação de Vargas com o pleito eleitoral durante o ano de 1937, seu crescente descontentamento com o outro candidato principal, José Américo, paraibano lançado pelo próprio governo federal, mas que procurara basear sua campanha na aproximação com setores populares, logo alheios ao viés autocrático da burguesia brasileira, expressa novamente a concepção de que, se vitoriosa a campanha de Armando Sales, cada vez mais fortalecida entre a burguesia liberal frente ao descrédito imenso de José Américo, seria uma completa reversão para os rumos que seu governo estava destinando para o país. É sob este entendimento, baseado em conspirações anteriores da necessidade de uma revisão constitucional para sua permanência no poder, ou na impossibilidade desta, de um golpe para estabelecer uma situação ditatorial com Vargas a frente, que este procura os militares, especialmente na figura de Dutra (já que muito se temia o perigo de Góes querer ter para si a liderança) para articular os planos do golpe.

A partir de então, os acontecimentos se precipitam e entra em cena o Plano Cohen. Este nada mais era originariamente do que um plano de estudos de combate ao comunismo, ordenado por Plínio Salgado ao seu Estado-Maior miliciano integralista. O estudo fora formulado pelo Capitão Olympio Mourão Filho, que era também oficial do Estado-Maior do Exército brasileiro sob os auspícios do comando de Góes Monteiro. Quanto Góes toma conhecimento da existência deste estudo integralista o coopta sigilosamente, com a muito provável mediação do General Álvaro Guilherme Mariante, para o qual Mourão Filho havia mostrado o plano, porém se negando a comunicar Góes com a reivindicação de ser assunto secreto e exclusivo do partido, para o qual o plano teria sido criado. Mariante, morador do mesmo prédio de Góes, pediu para reler a cópia e devolvê-la outro dia. Quando o capitão Mourão Filho ficara sabendo da utilização transmutada de seus estudos como apreensão pelo Estado-Maior de um maciço plano de subversão comunista que estava prestes a tomar o país - repetindo, agora com sucesso, o outubro de 1935 -, dirigiu-se então ao gabinete de Góes Monteiro para lhe acautelar categoricamente: “Senhor General, tomei conhecimento há pouco de um plano comunista que vai ser entregue à imprensa como tendo sido apreendido pelo EME. Desejo avisar a V. Exa. Que, se houver interpelação na Câmara, jamais conseguirá explicar satisfatoriamente a origem do documento”, ao que ouviu do chefe do Estado-Maior a seguinte resposta: “você é oficial do Estado-Maior, tomou conhecimento deste documento aqui. Cale a boca e retire-se”, e por respeito a hierarquia

militar, e por ser profundo militante integralista que preferia ver a manutenção da ordem do que a humilhação de um dos principais pilares de sua conservação, teria obedecido.¹⁶⁴

Eugênio Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, e Pedro Aurélio Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, teriam sido os principais articuladores na conversão do documento integralista em pressão ao Congresso para que fosse decretado o Estado de guerra, conforme Vargas fez enviar por seu Ministro da Justiça, o paulista José Carlos de Macedo Soares. Aprovado em maioria absoluta pelo congresso, sem sequer ter conhecimento da natureza do plano ou de como havia sido “aprendido”, na confiança da incapacidade dos chefes militares “mentirem à nação”, o estado de guerra foi implementado novamente por noventa dias em 1º de outubro de 1937. O caminho estava aberto ao desfecho final do golpe que seria desferido em 10 de novembro do mesmo ano. O anticomunismo, mais entranhado na alta cúpula militar do que em qualquer outra força política com exceção do movimento integralista, fora a ponte que Getúlio conseguiu encontrar para realizar seu plano de desencadear uma “revolução de cima para baixo”, conforme comentava com os generais, ou mais precisamente um novo rearranjo político que excluísse qualquer possibilidade de retorno ao regime liberal-parlamentar, que considerava impotente para os objetivos que tinha como dirigente político esclarecido. Era importante, pensava Vargas, que ele próprio fosse o comandante do novo estado de coisas, ainda que profundamente embasado em aliados militares. Porém, como os próprios militares faziam questão de pontuar, inclusive na importante reunião de generais organizada em 27 de setembro de 1937, era crucial que eles não estivessem na cabeça desse movimento, até porque a própria figura de Vargas como chefe maior fortaleceria a ordem social. No entanto, o anticomunismo deveria ser um ponto central do novo regime, preparado

¹⁶⁴ Este diálogo e os demais fatos que desmascararam o procedimento fraudulento da utilização do Plano Cohen pelo Estado-Maior do Exército veio à tona quando o General Góes Monteiro em livro autobiográfico *O General Góes Depõe...* saído pouco tempos antes de sua morte (o livro em 1955 e seu falecimento em 1956) cita Olympio Mourão Filho em uma falsa cena inventada por ele afirmando que Mourão fora surpreendido no próprio Estado-Maior do Exército datilografando o plano. Ao ser indagado sobre sua natureza, segundo Góes, teria afirmado ser um plano dos comunistas para subversão da ordem. Góes, novamente mentindo em seu livro, afirma ter chamado Mourão em sua sala e este lhe teria confirmado todo o “ocorrido” anterior, e que lhe havia, ainda, entregue uma cópia dos documentos. Ao ter contato com o livro e com as falsidades públicas escancaradas com seu nome, o capitão Olympio Mourão Filho chamou um Conselho de Justificação, espécie de Tribunal de Honra, onde as tensões pessoais entre os oficiais do Exército podem ser resolvidas sem baixas para o prestígio da instituição e dos próprios oficiais. Mourão elaborou um amplo documento de defesa no qual conseguiu provar a mentira de Góes, inocentando-se. Góes, enfermo em sua casa, fora apenas ouvido, não apresentando nada por escrito, mas confirmaria a falsidade. Mourão Filho conseguira também com sua “defesa” a promoção a general-de-brigada, patente que acreditava lhe ser interdita pela má fama causada à sua imagem dentro do Exército. O livro de Hélio Silva transcreve toda a defesa de Mourão, que possui várias informações interessantes sobre a relação interior dos oficiais dentro do Exército, que poucas vezes vem à tona, barradas pelo objetivo de criar uma história das instituições armadas como homogêneas e harmoniosas. Por fim, vale lembrar que Olympio Mourão Filho seria um dos desencadeadores do golpe empresarial-militar que depôs o Presidente João Goulart em 1964.

constitucionalmente nas importantes contribuições de Francisco Campos e da aliança política com o mineiro Benedito Valadares, escolhido interventor mineiro por Vargas em 1933 e que seria mantido até o final do Estado Novo em 1945. Como aponta o livro de Hélio Silva e colaboradores, a história maniqueistamente utilizada do plano de insurreição vermelha pelo escalão superior do exército, nos deixa “impressão de que a transmutação do Plano Cohen em ‘plano comunista apreendido pelo Estado-Maior do Exército’ visou e serviu principalmente para ganhar a adesão militar para o golpe do Estado já cogitado nas altas esferas do Executivo” (1980, p. 63-64).

Vale ainda indicar as estreitas e constantes relações que Filinto Muller e, em menor medida o próprio Vargas, possuíam com a cúpula integralista. Forneciam constantemente à Plínio Salgado informações preciosas sobre os acontecimentos políticos, deixando estes sabedores das articulações do golpe de 10 de novembro e da mudança constitucional. Filinto Muller sempre mediava visitas de famosos nomes integralistas à alta cúpula dirigente. De fato, pois, os integralistas forneceram uma ajuda importante como base aliada para a instauração da ditadura estadonovista nos desfechos do golpe em 1937, afinal seus inimigos que os haviam contido e dispersados variadas vezes nos anos anteriores – aliancistas, socialistas, anarquistas, comunistas, e mesmo alguns setores democráticos-burgueses mais decididos - estavam impedidos de agir.¹⁶⁵

Quanto a relação entre Vargas e os militares, nesse processo difícil de encontrar uma solução satisfatória, o político gaúcho teve que recuar algumas vezes frente às opiniões dos militares, já que estes não viam com bons olhos seus planos mais radicais de intervir com violência no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Porém, os desfechos finais do golpe, onde os militares desejando evitar que fossem vistos como os seus causadores, preferiram que fosse a Polícia Militar que cumprisse o papel de no dia 10 impedir o acesso à Câmara e ao Senado. Também o caráter de pôr em prática somente os aspectos da nova Constituição que lhe ajudariam no seu intuito dirigente, optando por um governo mais ditatorial, como havia previsto, parecem dar crédito, também aqui, da liderança política de Vargas como um supergeneral nos termos da lógica clausewitziana. É significativo desta forma de interpretação do período que encontrássemos no próprio discurso que o General Dutra proclamava à nação

¹⁶⁵ É digno de nota que à Plínio Salgado, em consonância com essa relação de auxílio que ofertava com suas forças à Vargas, seria permitido o exílio em Portugal (CHÁLIN, 1978). Essa ação, vale lembrar, era destinada apenas aos membros dissidentes da classe dominante, como Armando de Sales Oliveira. Aos da classe dominada, a prisão era a menor das consequências, e a maior delas, a exportação para a Gestapo, a polícia política nazista, como aconteceu efetivamente com Olga Benário.

no dia do golpe os elementos da visão de mundo que elencamos como eixo-norteador neste trabalho:

Se os arraiais da política se agitam em busca de uma solução que a todos satisfaça; se, na impossibilidade de atingirem o fim almejado, recorrem a medidas de exceção; se, descrentes dos ensaios esboçados, apegam-se às deliberações singulares – o espírito público contrasta em uma tranquilidade aparentemente paradoxal. E isto por quê? Porque o Exército, as Forças Armadas da nação, mostram-se coesa e circunscritas às suas legítimas finalidades. Guardiães da ordem interna, atentas e vigilantes, isentas de paixões e ódios, prontas para a tendar ao primeiro comando dos chefes, é assim que a sociedade as vê e é por isso que nelas confia. *O panorama que se desdobra no cenário da política interna, não foi por elas criado. Os desacordos das facções em pugna, não foram por elas fomentados; da impossibilidade de um entendimento entre os diferentes grupos, não lhes cabe responsabilidade. O que elas têm feito, o que continuarão a fazer, é oporem um dique as explorações que se preparam, é constituírem barreira às ambições partidárias, é expelirem do seu seio os elementos indesejáveis, é destruírem, logo no início, os menores surtos de desordem, é mostrarem-se dispostas a não consentir que se transforme em campo de batalha o solo feracíssimo onde o trabalho estua, onde repousa a paz, onde a riqueza se avoluma e multiplica.*¹⁶⁶ (grifos nossos)

Basta lembrarmos, como exemplo, que tal era o apelo teórico-ideológico, reflexo-proponente, de Oliveira Vianna já antes de 1930, em sua obra *Evolução do Povo Brasileiro*, que defendemos aqui como central, contra o “centrifugismo”, contra a ausência da “hegemonia do centro” e da “força centrípeta” dos regionalismos, e que perfazendo importante conteúdo daquele corpo ideológico que denominamos razão autocrática, ajudou a desencadear o golpe de 1930. E do mesmo modo, na verdade de maneira ainda mais visceral, já que incrustado no centro político do Estado, atraído até ele por Vargas, ganhando ressonância mesmo na alta cúpula militar, auxiliaria legitimando o golpe de 1937.

Expostas as várias determinantes que fizeram a forma de Estado se erigir como ditadura, nos interessa agora procurar entender as razões que a levaram a assumir uma feição bastante particular, a de ditadura sindical-corporativista.

5.2 – As determinações da forma sindical-corporativista de organização das classes sociais

¹⁶⁶ Retirado de Edgard Carone, *A Segunda República*. São Paulo: DIFEL, 1974. p. 76-78.

Conforme cremos, a compreensão do sentido do sindical-corporativismo brasileiro é a chave para o um conjunto de outras questões. Tentaremos aqui estabelecer uma interpretação que ajude a esclarecer principalmente os problemas que se relacionam ao comportamento político e a compreensão de mundo do proletariado, na medida em que, como se sabe, fração importante de sua classe realmente ofertou apoio a Vargas e figurou como base do regime do Estado Novo. Tal postura é impossível de ser explicada pela simples ideia da manipulação (populismo), política ou ideológica. Ao esboçarmos na introdução deste trabalho, tivemos oportunidade de negar a afirmação da incapacidade dos trabalhadores de captarem a realidade. Eles efetivamente a captam. Contudo, o outro polo dessa relação, quando radicalizado, aponta a ideia da existência de um pacto social entre governo e operários, visto que o que aquele concedia em termos de política social, efetivamente corresponderia aos efetivos interesses de classe dos trabalhadores. Esta concepção também não nos parece correta.

Na medida em que esta segunda interpretação, historicamente, substituiu a primeira como chave de leitura dominante do período, trataremos de desenvolver nossa pesquisa em debate com ela. Afigura-se, assim, a teoria do trabalhismo como principal interlocutora, neste ponto, da nossa tese.

A sindicalização das classes sociais, principalmente aquelas fundamentais num regime industrial, burguesia e proletariado urbano, é para a teoria do trabalhismo a forma pela qual a democracia encontrou sua forma de existir concretamente no capitalismo brasileiro. Seu atrelamento ao Estado, um estado “autoritário”, sem instituições políticas propriamente ditas, e suas benesses sociais, a legislação do trabalho em toda sua amplitude, constituiriam o conteúdo dessa democracia. Trata-se, em suma, de uma democracia social, ou, mais apropriadamente, uma “democracia autoritária” que pela primeira vez na história promove a valorização do homem/trabalhador brasileiro. Tal é, em linhas gerais, o escopo de sua visão de mundo. Contudo, como o procedimento necessário para a realização de uma crítica é conhecer a fundo os postulados mais fundamentais de uma teoria, para então demonstrar seus equívocos e incoerências, passemos a esse procedimento mediante uma análise imanente.

Precisamos entender, em primeiro plano, o substrato metodológico que embasou tais conclusões. Ele está, de forma mais expandida, exposto na obra *A Invenção do Trabalhismo* de Ângela de Castro Gomes. Como a historiadora faz questão de apontar, seu trabalho quer ressaltar “a força constitutiva de um discurso, capaz de ressignificar conceitos e tradições” (2005, p. 19), o que a faz mesclar seus estudos de ciência política e histórica, com uma pitada de antropologia. Realizando também uma crítica ao que designa como “uma certa teoria

marxista utilitária e naturalista”, que não fica muito bem localizada, a autora busca nas contribuições de Edward Palmer Thompson o indicativo de que uma classe social precisa se formar também, além dos aspectos objetivos e econômicos, em seus âmbitos político e cultural. Mais do que isso, e aí entra a pitada de antropologia em seu horizonte investigativo,

a possibilidade de constituição da classe trabalhadora como ator político adviria não da agregação de interesses materiais comuns, mas da superação dessa problemática. O autorreconhecimento dos trabalhadores como coletividade só seria possível pela definição do que seriam os seus interesses de classe, o que se realiza através de um discurso capaz de conformar uma identidade que supera a presença dos interesses utilitários. Não se nega, portanto, a existência destes interesses, mas sim que eles comandem a ação coletiva dos trabalhadores. (GOMES, 2005, p. 22)

Doa corpo à essa abordagem a concepção de que é o discurso ou a interpelação o fenômeno que realmente define e integra uma classe social. Nesse sentido, fica claro que a historiadora pretende criticar a lógica “marxista utilitarista e naturalista”, afirmando que uma identidade coletiva só poder ser efetivamente formada por via simbólica, por solidariedade. Tal fato é inegociável e precede qualquer outra conduta. Só então, posteriormente, “quando a identidade coletiva é reconhecida, as ‘condutas instrumentais’ passam a predominar e as reivindicações da ação tornam-se mais setoriais e baseada em um cálculo de perdas e ganhos” (2005, p. 22). Tal entendimento leva, inclusive, à uma afirmação deste porte por parte da autora quando, seguindo de perto a teoria antropológica de Marshall Sahlins, faz questão de apontar que “uma versão ortodoxa do significado da consciência de classe” acaba por “contradizer as postulações do próprio Marx, os homens transformam a natureza (produzem/trabalham) segundo um construto, isto é, segundo um sistema de representações” (2005, p. 21). Trata-se, portanto, de conceber a identidade operária, entendendo que suas experiências são sempre feitas segundo “construtos” e, assim, “o ponto, por conseguinte, não é saber se são as circunstâncias materiais ou os esquemas interpretativos que tem prioridade na genealogia da ação coletiva. A questão não é de prioridade, mas sim de qualidade” (2005, p. 21).

Abordado acima o pressuposto metodológico mais fundamental da concepção do trabalhismo – uma interpretação crítica (e mesmo uma negativa metodológica, podemos adiantar) de Marx bastante peculiar, para ficarmos por ora apenas nisso -, cabe agora apontar a forma histórica que a ideologia do trabalhismo teria encontrado para conformar seu conteúdo segundo seus estudiosos. Ao estabelecer uma identidade coletiva para sua classe mediante um discurso simbólico, as lideranças trabalhistas do proletariado brasileiro teriam construído sobre

si, desde o Governo Provisório do regime republicano (1889), uma “autoimagem” imbuída de uma ética valorativa do trabalho. Essa autoimagem, que percorreria décadas alternando estilos e ênfases, bem como matizes políticas e ideológicas, encontraria várias dificuldades pelo caminho, como por exemplo a de ter de enfrentar já em seus primeiros passos a disputa com o próprio Governo Provisório que, procurando se afastar da imagem ainda fresca da escravidão, orientava políticas oficiais contra a desmoralização que até então sobre o trabalho se abatia.

Podemos citar, fundamentalmente, três momentos históricos que se constituíram em pilares importantes da “palavra” operária e que compõe esse “contexto discursivo de articulação de classe” (2005, p. 29), conforme a tese de Angela de Castro Gomes. Num primeiro momento, ainda em 1890, uma facção de socialistas representativa do Partido Operário, liderada por França e Silva, um operário tipógrafo negro e bastante combativo, propõe que os trabalhadores se organizem politicamente, mas apenas para comporem um parlamento, já que seria próprio da classe operária a incapacidade de assumir governos. Deveriam, por conseguinte, evitar as greves, pois eram recursos essencialmente bárbaros, segundo argumentava o tipógrafo, causando graves danos aos patrões e suas indústrias. Caberia, assim, aos operários lutar por leis - inéditas - em benefício do trabalho, pois estas eram dos interesses dos trabalhadores. Dentre “as principais bandeiras de luta (...) vale ressaltar a proposta de estabelecimento de um tribunal composto por operários e industriais, cujo objetivo seria dirimir conflitos, evitando greves” (GOMES, 2005, p. 50).

Em seguida, elenca-se que sob o predomínio do anarquismo nasceu uma “palavra operária” onde “o objetivo era construir uma identidade positiva, denunciando a proposta concorrente [socialista], e sem cair no retrato do anarquista como lançador de bombas e homem sem nenhuma moral” (2005, p. 90). Propondo banir a violência das relações sociais, defendia-se que a organização dos trabalhadores deveria brotar diretamente dos locais de trabalho, recusando assim todos os métodos considerados liberais, como o parlamento e os partidos, inerentemente burgueses. Jose Oiticica, como exemplo máximo dessa postura, procura escrever artigos por volta do final da Primeira Guerra Mundial declarando nunca ter roubado ou matado, que sempre honrara pai e mãe e que jamais cobiçara a mulher do próximo e tampouco fumava ou bebia álcool, defendendo, assim, uma moral impecável dos trabalhadores anarquistas. Para o discurso trabalhista isso era fundamental, afinal “era preciso impor-se frente a um discurso de acusação poderoso” (GOMES, 2005, p. 90) contra os anarquistas pelas demais forças sociais, principalmente governistas. Cabe ainda ressaltar, dentro desta segunda amostragem, uma crítica interna realizada por um grupo de anarquistas, defensores do anarcosindicalismo e veiculada

no folheto *O anarquismo perante a organização sindical* de 1916, encabeçado por José Elias da Silva. A crítica tinha o seguinte tom, conforme expõe a análise da historiadora:

Os trabalhadores brasileiros resistiam muito à sindicalização, e quando o faziam queriam ter na associação a “mãe cuidadosa” que os protegesse, sem a necessidade de participação e luta. Esta constatação é significativa, de um lado porque explica a posição dos militantes anarquistas, levados ora à descrença, ora a uma profunda hostilidade e desprezo em relação aos trabalhadores, e de outro porque demonstra a dificuldade dos trabalhadores de aceitar e entender a forma de organização e de luta sindical encaminhada pelos anarquistas. A questão é complexa. Ela envolve o que os anarquistas chamavam de a passividade do trabalhador brasileiro. Ou, segundo uma lógica olsoniana, sua imobilidade e seu desejo de ter benefícios sem custo de participação. (2005, p. 95)

Cabe, por fim, pinçar um último exemplo significativo do que teria sido a construção da identidade operária. Tendo como principal líder de um projeto cooperativista desenvolvido durante toda a década de 1910 a figura de Custódio Alfredo de Sarandy Raposo, um funcionário do Ministério de Agricultura, tais ideias ganharam concretude quando o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) resolveu patrocinar a aplicação das teorias de Raposo. Conseguindo para seus projetos um auxílio pecuniário, o profissional que era também ligado ao Arsenal de Guerra, criou em 1921 a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB) e assumiu em 1923 a “Seção Operária” de *O Paiz*, jornal oficial governista. Além de organizar feiras livres, zonas francas e gerenciar sindicatos e sociedades cooperativas, o programa da CSCB se contrapunha ao sindicalismo revolucionário, pois acreditava que o sindicato, embora não descartasse as greves, “era a instituição básica para a realização de um acordo equitativo entre capital e trabalho”, identificando precisamente esse caminho na ação de “transformar o capital singular em capital coletivo. Rejeitavam, por conseguinte, a ação direta e opressora, que atuava pela desapropriação violenta de todas as riquezas, declarando inimigos Estado e patrões” (GOMES, 2005, p. 149). Ombreando lado a lado em sua diretoria intelectuais, industriais, técnicos do Estado, agricultores, trabalhadores urbanos e rurais e profissionais liberais, a palavra operária lançada pela CSCB defendia que “o sindicalismo cooperativista seria a saída do círculo vicioso gerado pelo capitalismo reacionário, de um lado, e pelo anarquismo revolucionário, de outro” (GOMES, 2005, p. 149). A identidade que aí se forjava para a classe trabalhadora não seria nem revolucionária, nem política, mas econômico-profissional, velando pela ordem e pelo progresso.

É significativo que o espaço, em sua tese, dado por Angela de Castro Gomes ao partido comunista não ultrapasse algumas escassas páginas e gire em torno da negação à assertiva de Astrojildo Pereira de que o Partido Comunista Brasileiro teria sido criado por uma intuitiva autocrítica daqueles que eram anarquistas. Portanto, é legítimo concluir que em sua investigação pouco ou praticamente nada contribuiu na criação de uma identidade para a classe trabalhadora a “palavra” do PCB.

Arrolados estes momentos históricos expressivos em que a “palavra” operária teria formado sua identidade de classe, definindo seus objetivos, cabe então perguntar sobre o modo de forja do pacto do trabalhismo (pois é esta sua natureza, de um acordo), tendo em vista que ele constitui uma ideologia que estrutura centralmente o Estado Novo enquanto relação de poder entre o Governo e classe trabalhadora. A sagacidade do novo governo que eclodira em 1930 teria sido exatamente a de voltar sua atenção para esse discurso operário das décadas anteriores, roubando-lhe a própria palavra que fora articulada pelas lideranças de sua classe. Na construção do discurso alternativo que o governo realizava, contendo a própria autoimagem operária, “esse passado sequer é retomado para receber críticas. Ele não é mencionado, e, portanto, não existe” (GOMES, 2005, p. 27). A classe trabalhadora ao tomar contato com o discurso produzido principalmente após 1942, na revista cultura política, no programa de rádio Hora do Brasil veiculado pelo Ministro do Trabalho Marcondes Filho, pelas festividades nacionais e pela intensa propaganda do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ao nele se reconhecer, reconhece-se identicamente no Estado que, mediante a ideologia da outorga, promove o pacto político. Só assim, fundada numa lógica simbólica, a cidadania é conquistada pela classe trabalhadora brasileira, à qual se torna efetivamente um ator político real e participativo da democracia brasileira.

Percebe-se, assim, que para a tese do trabalhismo não há muita distinção em termos de identidade da classe operária se o discurso que a conforma provém dela ou não. Primeiro, porque se é o discurso simbólico que dá o suporte fundamental para o arregimento da classe, classe e consciência de classe acabam por se identificar e, assim, “a identidade coletiva da classe trabalhadora – sua consciência de classe – é tão ‘verdadeira’ quanto qualquer outra que tenha sido produzida por um processo histórico distinto” (GOMES, 2005, p. 27). Após isso, é indiferente se o projeto que está sendo proposto para formar uma autoimagem da classe trabalhadora origina-se de suas lideranças ou do próprio Estado, isto porque segundo o pressuposto filosófico-metodológico da teoria do trabalhismo, “o processo de constituição e

divulgação de um apelo político é o mesmo processo de constituição do público deste apelo” (GOMES, 2005, p. 31).

Não está ausente das investigações da invenção do trabalhismo a brutal repressão que se estabeleceu sobre os sindicatos autônomos e sobre as greves e tentativas de luta por direitos sociais durante todo o período em análise. Precisamos ressaltar com força este ponto. No entanto, o que sustenta a hipótese é exatamente a ideia de que entre a classe trabalhadora e o Estado se estabelece um pacto onde o “simbólico” domina a “lógica utilitária”, afinal se setores da classe operária são impedidos de promover um discurso, de veicular sua “palavra”, pela censura ou pela pura repressão, a identidade não se forma. Outra vez aqui, é a pitada de antropologia que fornece o sentido da investigação. O que possibilitaria, segundo Angela de Castro Gomes, compreender a natureza desse pacto é que ele envolveria uma lógica comunicativa própria de sociedades primitivas, pois “a relação fundadora do Estado era uma relação de doação, uma relação de dar e receber dádivas/presentes/benefícios” (2005, p. 227).

O sentido eminentemente simbólico do ato de doar implicaria em si, como uma dádiva, aparentemente generosa, um caráter de obrigação para quem recebe, que fica então lhe devendo algo como retribuição. O Governo de Vargas, ao doar os benefícios sociais, criaria na percepção dos trabalhadores um dever ético, mas também político de que eles deveriam dar algo em troca, embora não imediatamente. Tratar-se-ia, como se pode notar, de uma espécie de contratualismo, porém distinto daquele criado pelos filósofos iluministas:

O Estado não era visto como o coroamento de relações sociais; ele era entendido como o conformador destas relações, e nesta posição, tinha o estatuto de um soberano definidor de tipo hobbesiano. Porém, este soberano não submetia seus súditos, que, por medo da morte/caos, se entregariam a seu poder ordenador. Neste ponto capital, a lógica política hobbesiana não tinha vigência. O contrato que presidia a instituição da obrigação política no Brasil ultrapassava a lógica dos interesses, pela qual se troca obediência por segurança. Nesta perspectiva, o contrato é um “negócio” cuja dinâmica implica custos e benefícios calculáveis, o que o coloca na órbita de uma relação de tipo mercantil. Já no caso do contrato como troca de presentes, a noção de interesse individual, precipuamente material, é fortemente diluída. Ela sem dúvida existe no contrato, mas não o preside. Isto porque a base ideológica que institui a obrigação não é a dívida, mas o compromisso. Aquele que contrata não se submete, ele adere, e sua adesão tem uma força moral totalizadora. Desta forma, o procedimento político assume a feição de um fenômeno social total, isto é, econômico, jurídico e também moral. A força da relação dar-receber-retribuir está em conceituar a prática política como uma espécie de prática religiosa, isto é, como um contrato de adesão direta e total com a autoridade. (GOMES, 2005, p. 228-229)

Ora, na medida em que a autoridade política não tem como fundamento um contrato de tipo mercantil, ele passa a ser presidido pela lógica familiar, de relações pessoais, pois quem dá um presente o faz por generosidade, porque quer prover a necessidade dos seus. E foi exatamente isso que Vargas em sua clarividência teria feito, doado os direitos aos seus, porque era o pai dos pobres e desejava ver seu povo progredir na vida. O povo, por sua vez, reconhecia-se obrigado pela dádiva que havia recebido – a legislação trabalhista e a justiça social – e devia-lhe retribuir com a sagrada obediência. Criava-se, assim, nesta ótica, uma obrigação política não interessada, nem amedrontada e tampouco utilitária, mas fundamentalmente moral: “o que se pedia ao povo era que amasse ‘seu’ presidente, da mesma forma como este amava ‘seu’ povo” (GOMES, 2005, p. 230). Diferentemente da lógica de mercado, concorrencial e de disputa, na democracia brasileira tinha vigência a lógica familiar, prestativa e de auxílio mútuo.

Em seus grandes norteamientos, tal foi a forma pela qual a classe trabalhadora conquistou a cidadania no Brasil, conforme indica a tese do trabalhismo. Pela primeira vez os operários eram chamados a participar da política brasileira, que possuía o mérito de tornar a Era Vargas uma legítima democracia social. Em outro texto da cientista política essa indicação se torna ainda mais clara ao apontar que “o significado histórico da palavra democracia, particularmente no caso da experiência brasileira, esteve associado à dimensão social e não política, o que permitiu a construção de um conceito aparentemente paradoxal: ‘democracia autoritária’”. (GOMES, 2012, p. 71). O Estado autoritário, autoproclamado justo e protetivo, criava um novo tipo de democracia, própria do momento histórico mundial de crise liberal, colocando-se na esteira do pensamento autoritário brasileiro formulado pelo menos desde a década de 1920. Articulado em novas bases o público e o privado, teria conseguido extirpar o dissenso da política brasileira: “não se tratava de eliminar a diversidade de interesses da realidade social, mas a premissa de suas contradições, pela afirmação do papel diretivo e arbitral do Estado” (GOMES, 2012, p. 82). Com o incrível mérito de combinar num todo harmonioso elementos contraditórios - tal a força da arquitetura estatal do Estado Novo – mantinha-se a virtude da esfera pública, alargando a base do Estado e trazendo para ela a participação do povo, num ambiente saneado de corrupção, ao mesmo tempo que orientava a esfera privada para a justa satisfação das necessidades da população brasileira, eliminando a competição política do seio das elites.

No mesmo sentido caminham os estudos de Jorge Ferreira, para o qual toda democracia existe sempre de uma forma historicizada e a nossa não teria sido outra senão a do trabalhismo. Com o intuito de encontrar os lugares devidos de cada conceito que deriva deste fenômeno

complexo da história brasileira, o historiador promove a inserção do trabalhismo no conceito mais geral de “nacional-estatismo”, que seria o conjunto de experiências que procuraram contestar o caráter dependente de capitalismos periféricos como o da Turquia, México, Argentina, Cuba e Brasil. Ainda que se consolidasse apenas após o final do Estado Novo, o projeto político democrático à brasileira não teria existido se suas condições não fossem criadas pela complexa relação entre trabalhadores, Estado e classes empresariais durante a Era Vargas, sendo inclusive tornado projeto político do partido dominante até 1964, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Sua análise, portanto, segue os mesmos percursos da teoria da invenção do trabalhismo, pois conforme constata “não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade” (2012, p. 299). Lembremos que o conceito de cotidiano aqui é utilizado sem qualquer embasamento teórico-filosófico que o carregue de uma discussão ontológica, o que é extremamente expressivo, conforme veremos a seguir. O “getulismo”, por sua vez, é definido como um “sentimento de gratidão coletiva a um chefe de Estado que procurou dar soluções à questão social” (2012, p. 320).

A tese do trabalhismo e seus adeptos figura, portanto, como exemplar típico de grande parte dos estudos que procuraram interpretar a atitude de consideráveis setores da classe operária para com Vargas enquanto líder político. Ela possui a preocupação fundamental de oferecer uma perspectiva mais elaborada, avançando em relação ao que propunha a teoria do populismo, na medida em que esta compreendia o fenômeno apenas pela manipulação pura e exclusiva dos trabalhadores pelo poder político, sem levar em conta o que os sujeitos diziam de si mesmo.¹⁶⁷ No entanto, ela acaba por embasar uma postura sistemática do “historicismo subjetivista (que dissolve as objetivações humanas em sua gênese social imediata)” (COUTINHO, KONDER, 2008, p. 9). Certamente que a confusão que o embasamento da tese faz quando não leva em conta o estatuto ontológico para a compreensão da necessária presença da consciência em toda ação humana (visão de mundo ontológica, é sempre importante ressaltar, não se encaixa em qualquer definição enrijecida de constructo ou esquema, antes defendendo uma inextirpável historicidade na relação entre sujeito e objeto, tendo este como

¹⁶⁷ O livro organizado por Jorge Ferreira *O populismo e sua história* contém a síntese dessas críticas. Mais especificamente sua contribuição no livro procura realizar um esforço reconstrução histórica do conceito, bem como o acompanhamento de seus posteriores desdobramentos e atualizações, *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. (2001, p. 59-124). No entanto, essa reconstituição histórica não atinge o fundamental, isto é, não vai as raízes do conceito, que é sua concepção metodológica. Ver também nota de rodapé 13.

polo regente do conhecimento), somado à tentativa de auxiliar “as postulações do próprio Marx” à renovações particulares de uma teoria do contratualismo, sob viés antropológico e, por isso, de “sociedade primitivas”, é a responsável por esse desfecho curioso.

Não se nega aqui que os trabalhos historiográficos sejam fonte primordial para qualquer pesquisa que deseje conhecer a natureza das relações de poder do Estado Novo – o leitor deve ter notado que fazemos uso abundante de pesquisadores e pesquisadoras que os promoveram. Porém, na medida em que se restringem ao próprio empírico, que remetem apenas à própria descrição do que é sensivelmente constatável, mantêm-se exclusivamente no âmbito da aparência, excluindo qualquer mediação com as determinações mais essenciais da realidade. Nesse sentido, a leitura do trabalhismo caracteriza vários problemas, muitos dos quais idênticos, ou melhor, caudatários ideologicamente da visão de mundo de mundo dominante, conforme dela tratamos no segundo capítulo desta tese. A raiz do maior deles reside em que, desta forma absolutizada do cotidiano, hipostasia a realidade empírica como esfera permanente da verdade, ao mesmo tempo em que adota o discurso oficialista como chave explicativa – não à toa suas posições coincidem, no fundamental, com as conclusões do corpo ideológico racional autocrático. De outro lado, abandonando, ou melhor, procurando retificar a leitura liberal clássica de formação do Estado moderno, ela procura inserir em seu lugar uma análise contratualista mais sofisticada, adicionando a ela o âmbito simbólico numa tentativa de desmonopolizar o caráter exclusivamente mercantil do pacto, conforme expressa na releitura que a chamada história política e cultural procura fazer nas interpretações dos fenômenos sociais.

Para arrolarmos exemplos significativos, olhemos para a proposição feita quando a pauta é superar o problemático conceito de populismo: “a proposta, portanto, é utilizar, no dizer dos antropólogos, os termos nativos, ou seja, recorrer a expressões que eram usadas pela própria sociedade brasileira na época” (FERREIRA, 2012, p. 318), indiferentemente se eram oriundos do poder instituído ou dos atores subversivos. Mantinha-se, assim, a análise prisioneira da superficialidade. Não é diferente no desfecho que promove, ao tomar para si o discurso de Marcondes Filho e dos demais intelectuais que veiculavam suas ideias pela propaganda oficial. Simultaneamente ao discurso de negação do liberalismo, como forma política que o Departamento de Imprensa e Propaganda promovia, essa escola teórica indicava o sindicato corporativo como a forma encontrada pela “nova democracia” para amortecer os choques entre Estado e Sociedade civil, como uma instituição intermediária (GOMES, 2005, p. 257).

Muitos problemas brotam daí, como a reprodução, apenas sob uma roupagem distinta, pois mais democrática, da ideologia dominante da época. Ou então a busca por negar ao liberalismo sem conseguir, contudo, escapar das suas amarras metodológicas. Mas, especificamente, o que nos convém refutar aqui é a ideia de que essa “democracia social”, sob a carapaça de uma “democracia autoritária”, tinha por fundamento maior a “valorização do homem e da realidade nacionais”, e, em última instância, até mesmo a “humanização da sociedade” (GOMES, 2012). A busca por refutar essa máxima nos permitirá, mediante o conceito de razão dialética, pôr a nu a debilidade da construção da teoria trabalhista que perfaz o conteúdo de uma suposta “democracia social”.

Consentimos que a proletarização no Brasil, para a maioria dos trabalhadores de origem agrária, pode ser considerada socialmente um avanço no seu padrão de vida. Esse processo de transição social se diferenciaria, assim, do processo histórico europeu, onde na dissolução do feudalismo o trabalhador é desclassificado com a perda dos meios que lhe permitiam produzir a vida, terras e instrumentos de produção. Como aponta Caio Prado Júnior, nesse caso de dissolução do feudalismo, o novo operário, agora obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver, sofria um processo de rebaixamento social e agravamento dos padrões e das condições de vida. Já no caso brasileiro, tendo em vista as condições de trabalho que era obrigado a enfrentar no campo, sejam escravistas, onde desde o início já havia ocorrido sua separação daqueles meios de produção da vida havia, seja das demais formas de dependência (“cambão”, “colonato”, “meeiro”, etc.), trata-se de um possível progresso, principalmente em termos materiais e econômicos, pois agora, como proletariado urbano, encontra-se socialmente em melhores condições de vida do que seus camaradas que ficaram no campo. Somente tendo em vista esse caráter extremamente particular da proletarização no Brasil se entende porque o operário “ascende assim, *pelo menos no seu modo de sentir e interpretar as coisas – no que aliás coincide com o pensamento em geral* - na escala e hierarquia da sociedade” (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 283) (grifos nosso).

Trata-se de um sentimento real, afinal coincide até mesmo com o “pensamento em geral”, ou seja, com aquele que Lukács (2018) chega mesmo a designar como possuindo uma certa “dialética espontânea”, isto é, o pensamento que necessariamente tem de se apropriar da realidade para lhe oferecer respostas cotidianas, corriqueiras e imediatas. Contudo, a estrutura da realidade, em sua verdade essencial, não se oferece ao pensamento pela mera observação, pela sensibilidade comum e direta, como pretende a gnose liberal-positivista. Se a verdade de qualquer área científica se demonstrasse diretamente para a percepção do homem, a ciência

jamais teria razão de ser. Eis uma das mais preciosas contribuições da teoria social de Marx para a compreensão do mundo dos homens. Numa passagem que parece ter sido escrita exatamente para responder essas questões da realidade brasileira, mas que em verdade possuem essa precisão apenas por tratarem do aspecto ontológico de constituição do real e de sua complexa dialética com a possibilidade ou não de sua captação pelo ser humano, essas tramas se revelam:

à pergunta: que é economia?, o indivíduo pode responder com palavras que exprimem a sua representação da economia, ou então com palavras que repetem respostas alheias. Assim como o eco de respostas lidas ou ouvidas é um fato derivado, assim também a representação da economia é um fato pouco original, porque o seu conteúdo não é proporcional à realidade. De quem vive na mais imediata vizinhança da realidade econômica, experimentando-a no curso de toda a sua vida como a própria realidade mais real, não se diz, por este motivo, possuir uma justa ideia da economia e, logo, da realidade em que vive. Na origem – que deve constituir o ponto de partida do nosso exame – o importante não é aquilo que os homens respondem a uma pergunta sobre a economia. *O importante é aquilo que para eles a economia é, antes mesmo de qualquer pergunta ou reflexão.* O homem tem sempre uma certa compreensão da realidade, anterior a qualquer enunciação explicativa. Sobre este estágio de compreensão pré-teórica, como estrato elementar da consciência, se apoia a possibilidade de cultura e de instrução, mediante a qual o homem passa da compreensão preliminar ao conhecimento conceitual da realidade. (KOSIK, 1976, p. 68) (grifos nosso)

Antes mesmo de qualquer possibilidade de serem “enganados”, e ainda antes mesmo de expressarem sua percepção desse real, os homens possuem já a sua própria concepção da realidade porque nela precisam agir, porque a este real precisam responder com sua vivência, porque nele precisam se movimentar. Nessa forma específica que a práxis humana toma, a reflexão mental, a representação do mundo, não está senão expressando o concreto exatamente porque dele parte, porque dele é fruto, porque o reflete, por que *demonstra que o está percebendo ativamente*. Contudo, como apontado, o conhecimento conceitual da realidade que a expressa tal qual ela é, sua verdadeira realidade, não se expressa de forma espontânea em sua manifestação epidérmica, captável imediatamente pelos homens.

Aqui é preciso que se diga, desde já, que afirmar que a ascensão social de vida, principalmente enquanto percepção de mundo, domina o sentimento imediato do novo operário não é o mesmo que utilizar sua origem camponesa ou agrária para explicar seu comportamento político como faz a teoria do populismo. As coisas aqui, como em geral, são bem mais complexas. Esse sociologismo vulgar, que se contenta com a simples constatação desse processo, a saída de uma realidade específica e sua entrada em outra, não considera a forma

determinada de organização social – como vimos é próprio do sociologismo descartar a análise das condições econômicas em sentido ontológico (cf. capítulo II) – e a relação de dominação específica na qual essa proletarianização passa a ocorrer. Ela toma existência dentro de uma estrutura corporativa que durante toda a década de 1930 conheceu mudanças e rearranjos profundos sob a pressão das mais díspares forças políticas até se consolidar durante o Estado Novo. Mais: entender a particularidade que o corporativismo brasileiro tomou implica em não restringir a análise apenas ao modelo de sindicalização que se aplicou aos operários e os benefícios que ela lhes concedia. Tão importante quanto é entender o que de fato ficou de fora dessa sindicalização. Isto porque o corporativismo diz respeito à especificidade da legalidade política, embora certamente seja determinado e determine outras esferas da vida, como veremos. Nesse sentido, o corporativismo tal qual implementado na realidade brasileira ocorreu de forma a auxiliar a configuração da relação global, isto é, da mútua interação entre todas as classes e frações de classes na estrutura do capitalismo brasileiro. Por esta razão é que desejamos definir nesse período uma ditadura sindical-corporativista, e não, por exemplo, um corporativismo ditatorial ou Estado corporativo.¹⁶⁸ Vejamos as razões dessa nossa escolha.

Ainda em 1931, no famoso decreto 19.770 era estipulada a sindicalização das classes sociais. Em suas linhas gerais era assegurado o direito de organização sindical às classes patronais e operárias para que defendessem seus interesses econômicos, jurídicos, higiênicos e culturais. Jamais políticos ou ideológicos, e isto por uma série de “prisões” que se fazia a esses sindicatos. Exigia-se que sua composição fosse de 2/3 ou mais de brasileiros natos ou naturalizados (para a administração ou representação, estrangeiros só seriam admitidos com pelo menos 20 anos de residência no país). Além disso, o Ministério do Trabalho promovia uma imensa ingerência vigiando suas assembleias, estatutos, direção e situação financeira. Três sindicatos poderiam formar uma federação regional, e cinco destas uma confederação, sempre

¹⁶⁸ Ricardo Antunes, por exemplo, faz questão de discordar, com razão, de Werneck Vianna sobre a designação do Estado brasileiro como Estado corporativo. O embasamento que o sociólogo do trabalho toma é a da perspectiva pela qual Togliatti define o fascismo: “A constituição de 1937, ainda que tenha avançado em direção aos pressupostos jurídicos corporativistas – e onde não poucos artigos foram literalmente traduzidos da Carta Del Lavoro do Fascismo italiano – não chegou a implementar o Artigo 140 que estabelecia que ‘a economia de produção será organizada em corporações, e estas, como entidades representativas das forças de trabalho nacional, colocados sob a assistência e a proteção do Estado, são órgãos deste e exercem funções delegadas do poder político’. Este, um dos aspectos da essência do corporativismo em nenhum momento teve sua efetiva implementação” (1980, p. 109). Ricardo Antunes, apesar de apontar que o sindicalismo oficial do Estado brasileiro adotou o critério básico das profissões idênticas, similares ou conexas (mais a maneira francesa do que propriamente a italiana) e mesmo algumas outras características corporativistas, contudo, não aceita adotar essa definição, apontando que a mesma “mereceria por parte dos estudiosos um aprofundamento maior” (1980, p. 102).

com a condição do Ministério do Trabalho aprovar previamente seus estatutos. Seriam, em suma, órgãos “consultivos ou técnicos” para dirimir conflitos entre patrões e operários. Também estava prevista que por sua mediação poderiam ser solicitadas melhorias nos aspectos de vida dos operários, ao passo que estava impedida a demissão sumária dos trabalhadores ou que seus salários fossem rebaixados.¹⁶⁹

Em 1933 o anteprojeto da constituição previa estender esse mecanismo ao mundo do trabalho agrícola, prevendo nele, portanto, profundas alterações. Desenvolvida por setores heterógenos, mas com nomes progressistas importantes, não por acaso ligados ao tenentismo (os trabalhos preparatórios foram iniciados ainda em 1932),¹⁷⁰ esse prolongamento previa que unidades agrícolas que possuísem mais de 50 trabalhadores deveriam obrigatoriamente criar e manter escolar primárias, com intuito de alocar nelas de forma gratuita os trabalhadores e seus filhos (parágrafo 6º, do artigo 124); eram previstas expropriações de latifúndios, como medidas modernizadoras capazes de transferir aos indivíduos ou a cooperativas seu direito de exploração (parágrafo 7º, do artigo 124); o usucapião, propriedade juridicamente aceita após determinado tempo de uso produtivo pelo possessor, deveria valer após apenas cinco anos (artigo 116) e “o que talvez se constituiria na medida mais explosivamente modernizadora. Estendia-se o salário mínimo familiar ao trabalhador rural”.¹⁷¹

Essa radicalidade do anteprojeto nas transformações previstas para vida do trabalhador do campo, possibilitando-lhe, inclusive, a posse da terra, seria logo em seguida sustada pela “Comissão dos 26”.¹⁷² Essa legítima reação autocrática, na qual se associam elementos políticos contrários àqueles interesses, passa a borracha em qualquer possibilidade de expropriação de

¹⁶⁹ O estudo de Ricardo Antunes (1980) contém uma vigorosa análise sobre a exposição de motivos da lei de sindicalização divulgada pelo Ministro do Trabalho Lindolfo Collor, à qual recorreremos integralmente em nosso trabalho.

¹⁷⁰ Em verbete do CPDOC ficamos conhecendo a composição da “subcomissão do Itamarati”: Afrânio de Melo Franco, Temístocles Cavalcanti, Assis Brasil, Oswaldo Aranha, José Américo de Almeida; Carlos Maximiliano, Antônio Carlos de Andrada, Arthur Ribeiro, Prudente de Moraes Filho, Agenor de Roure; João Mangabeira; Oliveira Vianna e Góes Monteiro. Arthur Ribeiro e Oliveira Vianna teriam saído antes da conclusão do anteprojeto, substituídos por Castro Nunes e Solano da Cunha. Segundo a pesquisa, os jornais da época teriam atribuído o papel essencial do anteprojeto a João Mangabeira. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1934>.

João Mangabeira, jurista e representante da Bahia, era forte defensor de ideias sociais avançadas para o perfil da dominação de classe brasileira, autocrática. Combateu ferrenhamente a implementação da LSN, de dentro do parlamento, e seria, nos anos posteriores, preso algumas vezes por criticar o rumo que o governo de Vargas tomava.

¹⁷¹ Retirado de um quadro descritivo e comparativo com o que depois viria a ser a própria Constituição de 1934 em Werneck Vianna (1976, p. 192-197).

¹⁷² Trata-se aí já de um organismo onde cada bancada estadual e também dos grupos profissionais poderia alocar um representante. Esta comissão teria apresentado mais mil emendas ao anteprojeto.

latifúndios, retira o trabalhador rural da legislação social e abole a obrigatoriedade do ensino para a população do campo. Incrível regresso na orientação social. Finalmente, quando a Constituição de 1934 é promulgada, a correlação de forças dentro da Assembleia Constituinte tinha reunido praticamente toda a grande burguesia para combater o ímpeto arrojado das transformações legislativas iniciais. Nela se consolidava a “inaplicabilidade da legislação social ao campo e a intangibilidade da propriedade agrária. O prazo para o usucapião se eleva de cinco para 10 anos, limitando-se para 10 hectares a superfície da terra reivindicável pelos posseiros” (VIANNA, 1976, p. 193).

Correlatamente, era estabelecido também um crucial debate sobre o caráter técnico do corporativismo. Alguns principais tipos de organização sindical disputavam a forma que seria permitida. Os liberais defendiam o sindicato pluralista, além de autônomo. Os comunistas lutavam pelo sindicato único por fábrica, o que facilitaria a organização de greves massivas. Já o governo propunha a sindicalização também única, porém por ofício. Os católicos apoiavam a ideia corporativa, porém defendiam seu aspecto plural também. A Constituição de 1934 decidira, por fim, pela pluralidade e autonomia, embora estabelecesse conjuntamente a sindicalização por profissões, ou seja, legalmente os sindicatos seriam órgãos de colaboração do Estado, mas dentro de uma brecha jurídica os sindicatos conseguiriam uma relativa autonomia para se organizarem livremente. Esse fato teria facilitado, inclusive, a agremiação da ANL a ganhar enorme expressão, mas também a classe dominante a perceber, em última instância, o erro dessa permissão.

Enquanto toda esta batalha era travada no âmbito da constituição, o governo procurava atuar, confluindo para este fluxo de reorganização da estrutura sindical, em outras áreas. Nesse sentido, restringir a imigração de estrangeiros para o país tinha, pelo menos, um duplo aspecto. De um lado, articulava-se com a necessidade de “valorizar o capital humano” nacional, conforme os próprios ideólogos expressavam. De outro, evitar um surto espontâneo e desenfreado de êxodos rurais. Estes, de fato, deviam acontecer, porém de forma racionalizada, evitando-se, assim, um aumento dos desequilíbrios regionais que já era considerável. A criação do Departamento Nacional de Povoamento em 1930 e da chamada lei dos 2/3 (decreto nº 19.482, de 1931) atuavam nesse intuito. Ao passo que era importante perceber no Nordeste seu “grande papel de guardião da unidade brasileira”, “reservatório da nacionalidade”,¹⁷³ especulando até mesmo transplantes de indivíduos nordestinos para o Sul, considerado

¹⁷³ Palavras de R. P. Castelo Branco em artigo na Revista Cultura e Política intitulado Imigração e Nacionalismo, de 1942 (GOMES, 2005, p. 240).

“desnacionalizado”, os imigrantes estrangeiros que no Brasil entrassem deveriam ser imediatamente direcionados para os trabalhos no campo, já que só interessa permitir ao trabalhador brasileiro do campo seguir o caminho do êxodo rural. A rearticulação dos fluxos de imigração interna era, assim, entendida pelo grupo dirigente como um problema eminentemente político para a estrutura sindical que se estabelecia.

Werneck Vianna nos conta que após 1935, quando a sindicalização passou a contar de fato para a classe trabalhadora, impossibilitada que estava de formar organizações autônomas depois dos levantes de 1935, houve uma intensa queda do número de sindicalizados oficiais, principalmente um esvaziamento sindical no Distrito Federal a partir de 1936. Sentindo o problema se avolumar, o governo então lança mão do chamado imposto sindical, já no período de vigência do Estado Novo, em julho de 1940 (decreto-lei de nº 2.377), procurando massificar a sindicalização. Nele era estipulado que todo empregado sindicalizado ou não pagaria anualmente impostos ao seu sindicato. Todos os serviços que passariam a ser ofertados pelos sindicatos, muitos inovadores como assistência à maternidade, medica ou dentária, escolas de alfabetização, bibliotecas, colônias de férias, etc., eram possibilitados por estes recursos. Portanto, mais um instrumento que procurava obrigar indiretamente os trabalhadores a se sindicalizar era criado.¹⁷⁴

O coroamento de todo esse processo seria dado pela Comissão Técnica de Orientação Sindical, (decreto-lei nº 5.199, de 16 de janeiro de 1943). As palavras de um dos seus próprios membros revelam a preocupação maior que se tinha ao criar um último estágio de alocação de determinados setores do operariado nos sindicatos oficiais. Jose Segadas Vianna conta que os institutos e comissões, visando aumentar o número de sindicalizados, procuravam conter a

¹⁷⁴ As razões do atrelamento entre sindicalização e conquista dos direitos trabalhistas, no âmbito da não compulsoriedade da primeira, são muitas. Embora os operários não fossem obrigados a se sindicalizar oficialmente perante o Estado, só conquistavam o direito de recorrer à Justiça do Trabalho aqueles que nela estivessem inscritos. Não deve assustar, por isso, que no auge da campanha de sindicalização promovida por Marcondes Filho, por volta de 1943, o Governo aconselhasse, pela própria publicidade, as indústrias a fornecerem acesso ao emprego condicionadamente àqueles sindicalizados. Neste aspecto, a postura autocrática não era coerente apenas no terreno político, mas sua organicidade alcançava o funcionamento total do corporativismo: “o homem se torna realidade apenas pelo fato de se tornar um elo do sistema. Fora do sistema ele é irreal. Ele é real apenas na medida em que é reduzido a função do sistema e é definido, segundo as exigências do sistema, como homo economicus. É real na medida em que desenvolve as aptidões, o talento e as tendências que o sistema exige para seu próprio funcionamento, enquanto as demais aptidões e inclinações, não necessárias à marcha do sistema, são supérfluas e irreais. (KOSIK, 1976, p. 99). Para o sistema do Estado Novo, só importava contar como peças de suas engrenagens aqueles indivíduos estruturalmente funcionais. Quem a ele não se ajustasse, que fosse preso e retirado de circulação, inscrito nas listas negras, deportado – mesmo que a origem fosse os campos de concentração de Auschwitz –, ou até mesmo morto. A realidade de um sistema é profundamente dialética: ele pressupõe para existir, passa então a exigir e finalmente forma determinados tipos de pessoas.

“confusão desagregadora e orgânica” num período de tão intensas transformações estruturais, que afetavam principalmente aqueles que ainda não estavam sindicalizados, daí o CTOS procurar educá-los, “mostrando-lhe a orientação do governo quanto à vida sindical, despertando seu espírito germinativo... É uma função missionária, pedagógica, educativa, trabalhando indivíduos ausentes da vida sindical”.¹⁷⁵

Este ponto levantou vários debates dentro da literatura especializada, mas também muitos equívocos dos quais cabe resgatar aqui apenas aquele que se relaciona diretamente com nossa tese. Ele se refere ao papel cumprido pelo corporativismo. Considerando que os dados oficiais constatavam que o número de sindicalizados do Rio de Janeiro, importante centro industrial, atrás apenas de São Paulo, até 1937 chegavam a 161.554, superando, portanto, o do restante do território nacional conjuntamente, sendo este de 147.657, Angela de Castro Gomes defende que, “ao contrário do que a literatura sobre o tema sugere, não existia sindicalismo corporativista no Brasil de 1931 a 1943. Existiam leis (...) que consagravam um modelo de organização sindical corporativa, mas este modelo não tinha vigência senão formal” (2005, p. 254). O sentido do corporativismo não, seria, portanto, impedir e sustar a organização independente e autônoma dos trabalhadores, nem tampouco educar trabalhadores sem tradição industrial para o trabalho fabril. A impotência das leis de realizarem o que pretendiam nunca teria sido preocupação do Governo. A sindicalização só teria voltado ao horizonte de prioridades dos dirigentes quando estes estariam percebendo que o regime estadonovista não sobreviveria ao pós Guerra (1945). Que ele servisse então de ponte da transição. Daí a corrida à mobilização dos trabalhadores, preparando-os para o sufrágio universal e para a organização dos novos partidos políticos, principalmente o PTB, que se avizinhavam: “dentro dessa linha de reflexão, é possível constatar que, no Brasil, a dimensão política do projeto corporativista foi acionada para respaldar um regime que buscava a saída do autoritarismo” (2005, p. 255). O corporativismo era, por sua própria natureza, uma nova possibilidade de democracia para o Brasil naquele momento, já que se articulava perfeitamente ao liberalismo, sempre entendido como necessitando instituições intermediárias entre Estado e Sociedade Civil.

Ao discordarmos desta tese, queremos apontar que analisar o sindicalismo corporativista é, antes de mais nada, concebê-lo como instrumento da luta de classes. E o fato de que já não se permita mais a sindicalização autônoma dos trabalhadores que discordam do regime não é um sinal de sua ausência (luta de classes), mas exatamente um dos seus principais frutos. A luta

¹⁷⁵ Trata-se de citação feita por Luiz Werneck Vianna (1976, p. 235) e retirada da obra *A Organização Sindical Brasileira* de Segadas Viana veiculada no ano de 1943, Editora O Cruzeiro, Rio de Janeiro.

de classes não havia desaparecido, antes o isolamento do sindicalismo autônomo - o objetivo político mais fundamental do sindical-corporativismo -, mesmo com um interlúdio entre 1934 e 1935, havia exatamente confirmado sua realidade, anulando assim os quadros mais combativos do operariado com consciência política de classe. Desse ponto de vista, o corporativismo não só existiu de fato desde o começo do regime do Estado Novo, mas também passara a conformar uma estrutura orgânica inteiramente nova na vida brasileira desde 1931. Se a resistência operária se fez sentir em alguns ramos como a da indústria de transformação, tradicionalmente combativa por suas grandes e intensas greves, principalmente nos centros da Federação como São Paulo e Distrito Federal, os setores industrialmente menos desenvolvidos se mostraram bastante receptivos ao corporativismo. Faz sentido, portanto, afirmar com Werneck Vianna que “a estrutura corporativa avançava da periferia em direção ao centro e, neste, a partir dos núcleos operários menos experientes e combativos. Assim, os setores da construção civil e tintureiros alcançavam os 36% do total nacional de sindicatos reconhecidos” (1976, p. 144) até 1934. Se a Constituição de 1934, inserindo um elemento híbrido, permitirá a queda dos sindicatos oficiais e o surto autonomista, a derrota nacional-popular no ano seguinte, retoma a tendência iniciada em 1931. Constatada queda de 20%, em termos nacionais no período 34-35, “inversamente, a retomada da política repressiva, e num ponto até então inédito do que se refere à classe operária (...) no ano seguinte ao levante da ANL, as repercussões se fazem sentir em escala nacional, aumentando em 55% o número de sindicatos reconhecidos”.¹⁷⁶

¹⁷⁶ VIANNA, 1976, p. 145. Endossamos aqui, portanto, em sua íntegra as conclusões de Ricardo Antunes que concebe o sindicalismo como instrumento de neutralização, principalmente, da vanguarda operária esclarecida da classe trabalhadora. Em estudo aprofundado sobre a combatividade das diversas categorias da época, o autor aponta preciosas conclusões que valem ser reproduzidas, em que pese sua longa extensão: “parece que a história das relações entre os bancários e o Estado, no que concerne à questão sindical, é interessante porque distinta dos exemplos anteriormente mencionados. Se as categorias mais significativas como ferroviários, têxteis, metalúrgicos, trabalhadores de energia elétrica, trabalhadores de hotéis e similares, reagiram de forma pronta à política sindical do governo Vargas, vendo sua essência desmobilizadora e repressiva, com o nítido caráter de coibidor da luta sindical, o mesmo não ocorreu com aquelas categorias mais atrasadas, em boa parte de extração social pequeno-burguesa e com menor experiência de luta, como os bancários, que viram a Lei de Sindicalização de 1931, num primeiro momento, até como avanço, pois permitiria a oficialização do seu organismo sindical que o patronato até então negava a reconhecer como órgão representativo dos bancários. Claro que, como se demonstrou, em pouco tempo os bancários iniciaram uma luta contrária às interferências do Ministério do Trabalho. Porém, não deixa de ser significativa a forma diversa, singular, pela qual os bancários procederam frente à Lei de Sindicalização. O que se pode concluir desse evento é que a aceitação das normas estatuídas na Lei de Sindicalização deu-se com maior facilidade nas categorias que, ou não tinham experiência combativa de luta sindical nos anos anteriores, ou que constituíram seus sindicatos após a década de 1930. Naqueles setores mais organizados, cuja prática sindical datava de anos ou décadas anteriores, a subordinação à norma ministerialista foi, como se viu em detalhe, difícil e à custa de uma dosagem mesclada, ora por uma manipulação ideológica, ora pelo fortalecimento da dimensão repressiva. O que Vale ainda ressaltar é que, *para estas categorias mais atrasadas, o Estado postou-se como uma entidade que os representava, que incorporava em sua plataforma as reivindicações específicas dos vários segmentos assalariados. Através dessa prática o Estado buscava sustentação para, de outro lado, minar a base das entidades sindicais autênticas e autônomas e evitar*

Essa discussão indica o duplo caráter “regulador” do sindicalismo corporativista. Embora seja impossível hierarquizar o “lado” mais importante, é inegável que era mais urgente eliminar o inimigo, ou seja, desmobilizar as antigas lideranças sindicais conscientes, grande parte estrangeiras, para então ter um tempo maior, gradual até, de reconstrução de lideranças afinadas com o projeto oficial. Ora, trata-se aí de um ponto que jamais deve ser desconsiderado: o da análise das relações de forças. Volta-se a dizer aqui que não estamos identificando automaticamente origem rural ou periférica dos trabalhadores com consciência de classe, como faz o sociologismo vulgar. No entanto, o esforço de todo este capítulo é procurar demonstrar como inúmeras mediações, políticas, econômicas e ideológicas contribuíam para educar, doutrinar e formar esse novo contingente de sindicalizados como uma espécie de base social para o regime, dentro da classe trabalhadora, cindindo-a. É bem verdade que os comunistas, em determinados momentos, tomaram a opção de se afiliar e lutar subterraneamente nos sindicatos oficiais. Mas para isso a repressão também tinha respostas. O sindicato não era visto oficialmente como um órgão político, e a ideia era que ele funcionasse tão somente como órgão de consulta e cooperação técnica. Por isso toda e qualquer ação encontrada dentro dele nesse sentido era punida com severas sanções penais pelo Ministério do Trabalho. Multas, prisões, destituições de diretorias e até mesmo a dissolução do próprio sindicato eram efetivadas quando estes lhe fugiam às rédeas. Nesse movimento é que devem ser vistas as lideranças sindicais criadas artificialmente pelo governo, os chamados “amarelos” ou “pelegos”.¹⁷⁷

que as reivindicações gerais dos assalariados fossem expressas em suas entidades sindicais e mesmo partidárias. A ‘concessão’ de vantagens trabalhistas somente aos trabalhadores vinculados aos sindicatos oficiais veio exatamente nessa direção e constituiu-se num sólido instrumento estável visando conter a luta sindical autônoma, na medida que atraiu as massas trabalhadoras para um novo sindicato apolítico que pautava sua atuação dentro dos limites do assistencialismo, um dos pilares da estrutura sindical criada no início dos anos 30” (ANTUNES, 1980, p. 144-145) (grifos nossos).

¹⁷⁷ Trata-se dos dirigentes fabricados artificialmente para se tornarem sindicalistas de confiança do Governo, devendo, por isso, cumprir a função de desenvolver o “espírito associativo” no operário brasileiro. Como o próprio Oliveira Vianna costumava dizer, após a publicação do censo de 1937 com um prefácio reclamando da ausência de espírito associativo: o sindicalismo oficial enquanto órgão de criação de estados de consciência coletiva (ou “consciência corporativa” segundo os modernos doutrinadores italianos que ele lia com muita frequência) é um “instrumento admirável de educação social das massas operárias – quando manejado, é claro, por chefes sindicais conscienciosos” (1952, p. 44). Dizia ainda com toda a verborragia cínica de sempre que os sindicatos corporativos, bem como a representação classista da Constituição de 1934, fora feita para resolver um problema fundamental: “Preparar elites operárias à altura de sua nova missão, que não é, (salvo para os comunistas) mais de luta contra o patronato e, sim, de colaboração com este e com o Governo. Desde que o que se pede às massas trabalhadoras não são bombas de dinamite, greves e sabotagens, mas colaboração sob a forma de conselhos, sugestões e entendimentos sobre interesses comuns do trabalho e da economia, é claro que só há um caminho lógico a ser tomado, já e já, pelas classes trabalhadoras: é preparar gente com capacidade para estas novas funções (1951, p. 43). Neste aspecto, a teoria corporativista que Oliveira Vianna adota coloca-se em inteira consonância com as razões da representação profissional fascista. Conforme denunciava aquele que seria assassinado pelo fascismo, Piero Gobetti concebia o corporativismo no caso italiano como instrumento especialmente destinado ao “fracionamento das ‘classes’ em ‘categorias’”, dissolvendo a classe operária e

A inobservância, ou mesmo a sumária desconsideração, desses processos conflituosos deu margem a que pouco se avançasse na compreensão mais profunda do sentido do corporativismo. É expressivo, portanto, que tenhamos encontrado uma pista não num profundo e dedicado estudo sobre o corporativismo, mas numa nota de rodapé - e, por isso, com caráter mais indicativo de hipótese a ser desenvolvida do que constatação -, na sempre distinta observação de Francisco de Oliveira. Comentando que muito já se tem debatido sobre uma possível tentativa mimética do corporativismo italiano, que sempre resvala para o debate sobre autoritarismo, o sociólogo aponta que

um aspecto não estudado é o de sua adequação como uma ponte, uma junção entre as formas pré-capitalistas de certos setores da economia – particularmente a agricultura – e o setor emergente da indústria. Nesta hipótese, o direito corporativista é a forma adequada para promover a complementaridade entre os dois setores, desfazendo ao unificar a possível dualidade que poderia formar no encontro ao “arcaico” com o “novo”; essa dualidade, no que respeita à formação dos salários urbanos, particularmente na indústria, poderia realmente pôr em risco a viabilidade da empresa nascente. (2003, p. 38)

Ao desdobrarmos nossas reflexões sobre esse norteamento, percebemos que, mais do que uma complementariedade ao nível dos rendimentos trabalhistas – fato que será debatido na seção posterior - entre agricultura e setor industrial, o corporativismo procurava trazer a ambiência de um mundo já superado pelo desenvolvimento da humanidade para formar o *modus* de sociabilidade de um mundo que se desenvolvia economicamente no mais avançado nível estrutural já conhecido pelo ser humano, o da industrialização. Desta maneira, o avanço das relações de trabalho assalariadas é inserido num crepúsculo civilizatório, procurando aproximá-las, por meio de um regresso cultural, da própria atmosfera arcaica que predominava no campo brasileiro, de onde aliás, vinha um contingente considerável de operários. Avançava-se, por um lado, no aspecto de estimular o *homo economicus*, mas por outro, o contexto maior no qual esse elemento era inserido resguardava o direcionamento social fundamental de conservar todos os demais pontos que poderiam tornar o mundo moderno potencialmente libertador das capacidades humanas. Na dialética entre liberdade e necessidade, esta dominava

proporcionando, assim, maior facilidade para o fascismo conquistar a plenitude do poder (LOSURDO, 2004, p. 232). Indicamos também para a compreensão desse aspecto o profundo e didático texto de Togliatti, *Lições sobre o fascismo* (1978), que esmiuça as várias etapas que a destruição dos sindicatos mais combativos e sua reconstrução pelo regime fascista promoveu para conquistar amplos setores das massas como base social.

avassaladoramente a possibilidade de expansão da visão de mundo do operário.¹⁷⁸ Este é o elemento de originalidade que pretendemos trazer como contribuição para o debate do sentido do corporativismo brasileiro.

Neste diapasão, cabe resgatar uma conferência do consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Oliveira Vianna, ministrada em 30 de agosto de 1939, no Rio de Janeiro, na Escola de Serviço Social para o recém criado curso de formação de assistentes sociais (dezembro de 1936). Na intervenção orientadora dos novos rumos da política social do governo, figuravam, enquanto elementos centrais, os apelos ideológicos de “revivescência do sentimento cristão” e do renascimento do “espírito de serviço” na democracia brasileira. Baseando-se numa crítica romântica ao mundo civilizado moderno, buscando em Werner Sombart elementos para pincelar a “desumanização” do trabalho produzida pelo regime industrial, da qual fala de maneira semelhante Augusto Comte, a solução proposta é expressamente declarada por Oliveira Vianna: “restaurar” e “retornar-se” à “atmosfera” da “Idade Média”, principalmente das corporações medievais.

De maneira concreta, para Oliveira Vianna, ficaria conceituada a sua aplicabilidade ao capitalismo brasileiro: eliminar “o contraste flagrante e violento entre o super-mundo dos ricos e o infra-mundo dos pobres” (VIANNA, 1951, p. 23). Mas a solução, em sua intrínseca natureza autocrática, logo profundamente reacionária, não poderia deixar de ser unilateral. Assim, a eliminação do contraste estabelecido não vai além, isto é, se restringe ao ponto de vista da “elevação geral - embora mantendo-se as diferenças de fortuna ou a desigualdade econômica – desta vasta massa de proletários (...) à plena dignidade da sua condição humana, isto é, à posse desta igualdade substancial (...) em face dos bens materiais e espirituais da civilização” (VIANNA, 1951, p. 32).

No mesmo sentido de se reportar às origens medievais do corporativismo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) alertava para a subversão que a Revolução Francesa e toda carga ideológica e política que ela havia despertado na vida social tinham causado como desregramento, eliminando a proteção dada ao trabalhador pelas corporações de ofício. A intervenção de Getúlio fora, então, extraordinária ao doar os direitos trabalhistas. Tal era o papel que o providencial Vargas cumpria quando resgatava a família e os conceitos de

¹⁷⁸ A negação da reforma agrária, a intocabilidade da estrutura fundiária capitalista e as formas arcaicas que eram mantidas no campo na sua relação específica com essa ambiência cultural, são objetos de investigação muito superiores à capacidade deste pesquisador e ao tempo disponível para a conclusão do doutoramento.

peessoa cristã, honesta e moralizada pelo trabalho. Por isso, não deve admirar que ele era elencado no rol do papado. Assim como Leão XIII, via encíclica papal *Rerum Novarum*, havia incentivado a conciliação entre capital e trabalho, de forma idêntica Vargas seria o inspirador da justiça social da modernidade nos moldes da democracia cristã medieval (GOMES, 2005, p. 257). Enquanto Vargas era sacralizado e elevado ao nível do doutor e mestre supremo de toda a igreja, os escolhidos de Oliveira Vianna, os assistentes sociais, pela sua função social reformadora, eram “uma sorte de apóstolo, tomado de um ideal de beleza e de justiça, procurando estabelecer a harmonia, a igualdade a paz, a confiança, a fé, onde quer que apareçam a desarmonia, a desigualdade, a intranquilidade, a dúvida ou a descrença” (VIANNA, 1951, p. 53).

Todo aquele palavreado, bem como todas as iniciativas que procuravam inculcar no operariado a ideia da valorização do trabalhador “na sua dignidade fundamental da pessoa humana” e “a elevação social e moral dos operários”, “política de recristianização do trabalho”, se são interpretados pelo trabalhismo, em sua utilização metodológica do discurso enquanto definidora da identidade social, como fundadores de uma “democracia social”, são por nós considerados como o pleno enclausuramento do homem no mundo antigo, arcaico por excelência:

a plenitude do homem, em cujo nome a apologética romântica protesta contra a abstratividade e a destilação do “homem econômico”, é a plenitude do homem patriarcal, cujas potencialidades ainda não se desenvolveram. Ou será que pode constituir o ideal do homem moderno, livre, uma plenitude de tal gênero, que ligue o indivíduo, do berço ao túmulo, a um único organismo em que pode desenvolver as suas limitadas faculdades? A grande superioridade da época moderna não consistirá talvez precisamente em que o homem se move livremente em maior número de mundos, pode (com uma ou outra limitação histórica ou de classe) passar desta para aquela forma, está ligado apenas por determinadas funções, e um tempo determinado, ao ‘organismo’ (à economia como necessidade vital) e justamente deste modo desenvolve suas aptidões? Não é uma demonstração do progresso histórico do mundo o fato de que ele tenha a capacidade de viver simultaneamente em vários mundos, de conhecer e experimentar mundos diversos? A plenitude do homem moderno é diferente e tem um fundamento diferente da plenitude do homem patriarcalmente romantizado. A plenitude das épocas precedentes consiste na estreiteza (clausura) da forma e da estrutura, ao passo que a plenitude do homem moderno consiste na unidade e variedade e da contradição. Já a própria capacidade de agir e viver em mais de um mundo constitui um progresso em confronto com a estreiteza da corporação e a plenitude “enclausurada”. (KOSIK, 1976, p. 100)

Consistindo a particularidade da época moderna em oferecer ao homem, pelo menos potencialmente, a liberdade de transitar por vários mundos, distanciando-se de muitas tradições

como o patriarcalismo,¹⁷⁹ desenvolvendo nele aptidões que antes eram negadas, o corporativismo brasileiro intenta seguir na contramão, resgatando essas estreitezas obsoletas para inseri-las numa nova unidade contraditória, agora daquele mundo de “agitação permanente” e de “falta de segurança” de que Marx e Engels falam no manifesto comunista (2010, p. 43). Mesmo as ambiências que as visões de mundo liberal costumam designar como instituições intermediárias, como os partidos e o parlamento, com seus acesos e calorosos debates políticos, são negadas a sociabilidade brasileira da época.¹⁸⁰

O corporativismo expressa, assim, uma apologética romântica, extremamente apropriada à manutenção de formas arcaicas e antigas de exploração, mas o faz apenas porque o momento histórico conhece forças que avançam na libertação sexual do trabalho e da família nuclear burguesa (pensamos aqui nas conquistas que passavam a existir na URSS). No corporativismo, o progresso das potencialidades humanas não é desenvolvido adequadamente. Pelo contrário, ele revela o enclausuramento do homem no mundo patriarcal. O sindical-corporativismo é a forma na qual se expressa politicamente a conciliação do novo com o velho no capitalismo brasileiro. Sob o regime corporativista, o trabalhador que veio do mundo agrícola encontra um ambiente muito semelhante àquele do qual saíra, mas que agora configura

¹⁷⁹ Sobre este ponto, o livro de Stefan Zweig sobre o Brasil, tributário ideológico da concepção racional autocrática de apreensão do mundo, assim legitima: “mulher, casa e família ainda estão intimamente ligadas; (...) Americanos e europeus podem arrogantemente achar que isto é um atraso, mas essas inúmeras famílias que vivem quietas e contentes em suas casinhas formam, por seu estilo de existência saudável e normal, o verdadeiro reservatório de energia da nação. Dessa classe média, que apesar de sua maneira conservadora de viver gosta de aprender e ama o progresso, desse húmus fértil e saudável origina-se a geração que hoje começa a dividir a direção do país com as famílias antigas e aristocráticas. De uma certa forma, Vargas, filho do campo e da classe média, é a expressão mais evidente dessa nova geração forte e energeticamente ascendente e ao mesmo tempo conscientemente tradicional” (2013, p. 141).

¹⁸⁰ Sempre nas concepção do maestro de toda essa política social, arauto central daquele corpo doutrinário de representações que designamos de razão autocrática, Oliveira Vianna, assim se expressa sobre as novas possibilidades que haviam se aberto à experiência dos trabalhadores brasileiros, nesse “outro ambiente social”: “O antigo pária transfigurou-se: é hoje um cidadão consciente da sua dignidade, confiante no futuro, seguro da sua existência, partilhando de todos os benefícios e vantagens da civilização e do progresso. Não tem, é certo, a posse de fábricas ou de milhões; mas, tem as suas cooperativas de produção, as suas cooperativas de crédito, as suas cooperativas de consumo, com que obtém, na medida e na proporção das suas necessidades, os proventos que o rico obtém com suas fábricas e os seus milhões. Não habita palácios opulentos e suntuosos; mas, mora numa casa, pequenina sem dúvida, mas higiênica, confortável, ajardinada, risonha, alegrada pelo rádio. Não tem rendimentos de capitais, como os ricos; mas, tem, através do mecanismo das instituições de previdência social, os meios materiais de manter-se, não só a si, mas aos seus, na moléstia, na invalidez, na velhice, no desemprego, em pensões e serviços que equivalem a verdadeiras rendas, providas – e isto é que é importante – de um capital, que é também seu, porque constituído, em parte, pelas suas contribuições de associado. Não pode, é certo, frequentar teatros luxuosos, nem cinemas caros; mas, tem os desportos do seu sindicato, os recreios organizados pelo Estado, os ‘serviços’ do seu Instituto de Previdência, as suas colônias de férias para si e para os seus, com os seus climas de altitude, tal como os ricos com as suas estações termais ou os seus balneários. Em suma: sob a ação da nova política social, o trabalhador moderno vive em outro clima moral, em outro ambiente social, com outra decência, outra nobreza, outra consciência do seu valor humano” (1951, p. 39-40).

o mundo urbano, assalariado. Em vedadas as disputas ideológicas e políticas com os setores comunistas, por exemplo, que permanentemente tentavam arrancar aqueles setores operários deste mundo, entende-se, assim, porque estes dificilmente encontrariam algo estranho nesse tipo de relação que, se de um lado, lhe são novas, de outro lado, se lhe afiguram costumeiramente a ponto de se sentirem tão à vontade quanto um peixe dentro d'água.

Somente agora, após a checagem de alguns – não todos, certamente – de seus aspectos mais fundamentais, é que o sindical-corporativismo implementado no capitalismo brasileiro se revela em sua natureza íntima. Expressando um movimento progressivo do capitalismo brasileiro, num momento onde, ressalte-se novamente com Lênin, suas contradições a nível mundial, reverberando internamente, haviam se exacerbado à centésima potência, o corporativismo promovia com tremendo sucesso “a reconciliação das formas irracionais” (MÉSZÁROS, 2004), afirmando-as, principalmente, na interrelação da prática econômica com a política e a ideologia. Esse “absurdo prático” é o que dá a chave do entendimento do fato de as ideologias dominantes serem respostas extremamente orgânicas ao quadro social, ou para dizer de modo semelhante e captando outro aspecto do mesmo fenômeno, é no quadro destas “formas irracionais” reconciliadas na atividade de produção e reprodução da vida social que a fração dos trabalhadores que investigamos mantinham sua percepção de mundo atrelada unicamente ao senso comum.

Neste ponto, a questão parece assumir uma forma profundamente abstrata, sem dúvida. Devemos, por isso, ainda uma vez, reforçar o esclarecimento do sentido do corporativismo brasileiro utilizando as reflexões de Domenico Losurdo sobre a famosa relação que Hegel faz entre real e racional:

Talvez seja precisamente Lenin que pode fornecer os instrumentos conceituais mais adequados para se compreender a distinção hegeliana entre realidade em sentido forte e simples imediatez empírica: existe uma realidade em sentido estratégico e uma realidade em sentido tático; em cada situação histórica, uma coisa é a tendência de fundo (por exemplo, a supressão da servidão da gleba, no momento do declínio do feudalismo), outra são as contratendências reacionárias do momento (por exemplo, os anseios e tentativas para reviver, no seu antigo “esplendor”, o instituto da servidão da gleba, já extinto ou em via de extinção e, portanto, “irreal”), que certamente não estão em condições de anular a realidade estratégica da tendência de fundo e que, portanto, no plano tático, estão bem presentes e devem ser adequadamente consideradas. (LOSURDO, 1998, p. 59)

Nos parece bastante claro que, a nível global, a realidade em sentido estratégico, a tendência de fundo era o fortalecimento, senão revolucionário como na URSS, pelo menos em sentido classista de fortalecimento do proletariado a nível mundial. O Estado de bem-estar social que emergia demonstraria que mesmo os capitalismos hegemônicos que tomavam a dianteira do novo cenário, especialmente no caso dos EUA, não podiam voltar a se desenvolver senão numa coalizão política que concedesse gratuitamente todos ou a maioria dos chamados direitos sociais ao proletariado. Estes por sua vez, se organizavam politicamente aproveitando, inclusive, das formas mais avançadas de organização do próprio capital, ou seja, partidos políticos, parlamento e constituições recheadas de direitos democrático-burgueses, fazendo destas suas armas de luta e por meio delas expressando seus interesses, ainda que de forma contida. Os trabalhadores, assim, só passariam a ter essa força de fundo devido a pujante pressão do Estado soviético, que surgia cada vez mais forte econômico e militarmente. Até aqui, devido a estes fatores, a realidade em sentido estratégico se impunha. No caso brasileiro, em que não havia participado da guerra senão remotamente e onde não havia existido uma situação revolucionária, a burguesia brasileira pode, sem maiores entraves, o que não significa não ter havido resistência, adotar o corporativismo na medida em que este não era senão uma realidade em sentido tático, isto é, uma contratendência claramente reacionária. Não à toa forma assumida, sob diferenças importantes, mas não negando sua essência de “prisão”, nos países onde a reação ao comunismo foi expressamente declarada, pois nascera em grande medida para contê-lo (Itália, Alemanha e Japão). Nesse sentido, e somente nesse sentido tático e ultrarreacionário pode-se dizer que o caso brasileiro havia mimetizado o fascismo, como tentativa de reviver no seu antigo “esplendor”, o instituto corporativo, já extinto de séculos, junto com sua parceira, a Idade Média.¹⁸¹

Conforme veremos a seguir, as contradições existentes na sociedade brasileira alcançam um novo estágio. A mudança que passa a ser promovida reside essencialmente no aspecto do desenvolvimento das forças produtivas - pressuposto para qualquer elevação do nível da

¹⁸¹ Nossa interpretação, assim, parece se aproximar do real significado da Segunda Mundial, somente compreensível se captado enquanto totalidade, isto é, como um processo histórico que “foi simultaneamente um conflito interimperialista (contradições nacionais) e contrarrevolucionário (contradições sociais ou de classe) em que a destruição da União Soviética visava interromper de vez o processo revolucionário iniciado em 1917 (...) A evidência explícita do caráter contrarrevolucionário do caminho político que levaria à Segunda Guerra Mundial está também no fato de que a aliança Alemanha-Itália-Japão configurada da década de 30 (que seria um dos blocos do conflito) autodenominou-se ‘Pacto Anti-Komintern’, isto é, explicitamente dirigido a conter a ‘expansão mundial do comunismo’. O outro aspecto está no fato de que a economia armamentista posta em pé na década prévia à guerra (...) e, posteriormente, a própria economia de guerra, foram a única via de saída para a crise em que a economia mundial tinha entrado em 1929 (MANDEL, 1995, p. 41).

sociabilidade humana, libertando cada vez mais, pelo menos em potência, os homens das suas necessidades -, porém se favorecida e acelerada economicamente, é inibida e travada e tolhida socialmente. Daí ser uma razão ideológica progressiva e não progressista essa que dirige a formação social brasileira e que promove a negação da sociabilidade moderna pelo golpe que instaura 15 anos de opacidade do real. Tratar-se-ia, então, em termos da análise de Losurdo, de uma direção negativa, uma vez que a direção autocrática nega, mas não destrói, pois ancorando-se inelutavelmente nas contradições objetivas reais, opera mudanças irreais, isto é, reais, porém apenas táticas, fazendo, principalmente, os agentes que estão sofrendo estas mudanças – a classe operária principalmente – senti-las enquanto simples imediatez empírica. Tal mudança possui anseios e tentativas, que na verdade são contratendências reacionárias para fazer reviver momentos pretéritos que já perderam sua razão de ser, e “na medida em que não corresponde às exigências mais profundas do espírito do tempo, a realidade em sentido forte se reduz à existência empírica imediata” (LOSURDO, 1998, p. 57).

Nossa hipótese aqui se revela ainda mais: a de que, preso em sua imediatez empírica, reforçada duplamente pelo corporativismo como tendência tática reacionária, e pelo conjunto ideológico dominante positivista que sistematizava doutrinariamente esse conjunto de representações, veiculando-o a toda sociedade, esse conjunto de trabalhadores se sentindo, efetiva e realmente contemplados em seu novo tipo de vida, na impossibilidade de um diálogo mais consistente com aqueles que tentavam lhe arrancar desse estado de coisas, os comunistas, fica preso no seu “interesse presumido [ideológico] de classe”, não conseguindo avançar para seu “interesse objetivo de classe”.¹⁸² Por isso, não seria de todo absurdo dizermos ter existido,

¹⁸² Toma-se aqui, por base, para estabelecer essa diferenciação, as reflexões de Leo Kofler, baseadas, como não poderia deixar de ser, numa leitura imanente dos textos marx-engelsianos: “não se iria muito longe, por exemplo, se quisesse explicar de maneira simples e direta, a partir do interesse de classe dos camponeses e dos pequeno-burgueses revolucionários, a contradição que, a juízo de Engels, caracterizou o movimento das seitas – contradição entre ‘antecipação do comunismo por força da fantasia’ e ‘antecipação das condições burguesas modernas’. Em primeiro lugar, com efeito, já o interesse de classe pertence à esfera ideológica, de modo que pode encarnar-se numa formação extremamente complexa, na qual é possível que o interesse presumido não seja inteiramente coerente com o interesse objetivo de classe; e, então, qual desses interesses, o real ou o imaginado, é o decisivo em relação a uma forma concreta de ideologia? Em segundo lugar, muitas vezes a ideologia se configura contraditoriamente ao genuíno interesse de classe, precisamente porque as condições objetivas não correspondem ainda ou já deixaram de corresponder a um determinado interesse de classe plenamente desenvolvido. Por exemplo, sob a pressão das condições objetivas, maduras para a revolução burguesa, a ideologia do proletariado, representada pelos “niveladores”, desenvolveu-se durante a Revolução Francesa no sentido do anarquismo, o que de nenhum modo correspondia ao seu interesse de classe. Mas, quando se afirma que este desenvolvimento ideológico corresponderia justamente ao interesse de classe do proletariado da época, explica-se de modo idealista o interesse de classe a partir da ideologia e não esta a partir daquele: o proletariado foi anarquista, então isto correspondeu ao seu interesse de classe. O reflexo do ser social na consciência, a produção de uma ideologia em que se refletem as condições em permanente movimento, contraditórias e regidas por interesses opostos, é um processo complicado, cuja essência – e, com esta, a

por parte da política sindical-corporativista de organização das classes sociais, a ideia de fomentar intencionalmente a consciência econômico-corporativa nessa fração dos operários que se ligavam diretamente ao Estado.¹⁸³ Tal seria o verdadeiro sentido da tão propalada substituição de representação política pela representação corporativa por interesses econômicos.¹⁸⁴

É verdade que, como alerta Ricardo Antunes (1980), a consciência operária desse período histórico não deve ser vista como deficitária ou inerentemente débil. Trata-se de um fenômeno onde esse momento formará o início de um vasto e rico processo histórico de lutas – no qual várias forças sociais iriam impulsionar sua melhor compreensão da realidade –, cujas contradições explodirão no quadro mais amplo de 1964. Teríamos aí a contradição inevitável que aquele corpo dirigente teve necessidade de lançar mão – assumindo o risco – para avançar no capitalismo frente à visão mais míope, não esclarecida, dos demais elementos liberais de sua classe. Essas contradições potencialmente explosivas mais tarde efetivamente cobrariam seu preço, em muito devido à ação da própria interferência de luta dos setores democratizantes, pois como concretamente percebeu Togliatti, o terreno dos sindicatos, usados pelas classes dominantes para incutir-lhes um caráter reacionário, é dos mais perigosos por sua instabilidade, já que refletem direta e imediatamente os relações de classes nele existentes, lembrando a

essência dos seus momentos – só se revela perseguindo e descobrindo a sua dialética total. Não é suficiente apresentar uma relação externa entre ser e consciência pela via de sua equalização formal (...) aquilo que interessa descobrir e expor é a via concreta pela qual as condições objetivas se transladam à consciência: está é a única maneira de conceber a essencialidade interna de um fenômeno ideológico (KOFLER, 2010, p. 219-220). Para aprofundar a especificidade dessa relação dialética, consultar também o capítulo de Mészáros, consciência de classe necessária e consciência de classe contingente”, In: Filosofia, ideologia e ciência social, 2008. p. 55-90.
¹⁸³ Para compreender uma abordagem genuína sobre este problema, ou seja, sobre as formas de consciência da luta dos trabalhadores frente à burguesia, ver Lenin, *O Que Fazer?* Questões candentes do nosso movimento, 2020. Colocando constantemente em alerta o movimento dos trabalhadores e sua vanguarda, o partido comunista, o revolucionário bolchevique aponta que “com muita frequência, a luta econômica dos operários, como já vimos, está ligada (ainda que de maneira não inseparável) à política burguesa, clerical, etc. (...) a política trade-unionista, ou seja, a aspiração comum a todos os operários de conseguir do Estado estas ou aquelas medidas capazes de remediar os males inerentes à sua situação, mas que ainda não acabam com esta situação, ou seja, não eliminam a submissão do trabalho ao capital” (LENIN, 2020, p. 59).

¹⁸⁴ Nesse sentido, nos parece adequado considerar esse fomento de uma consciência econômico-corporativa nesta fração específica dos operários como uma daquelas novas “fontes de opinião” de que teoriza Oliveira Vianna. Afirmo o jurista que em nossa história social e política existiria um “funcionamento no vácuo das oligarquias politicantes” (1939, p. 105) Isto teria ocorrido devido ao nenhum interesse que teriam tido as demais forças sociais brasileiras de exercerem uma “opinião organizada” à maneira da democracia inglesa para defender seus interesses, razão ainda pela qual não caberia aplicar entre nós o regime dito liberal das liberdades. Ora, numa crítica superficial (conforme apontamos no segundo capítulo), Oliveira Vianna afirma a necessidade de combater esse espírito de clã, que não portaria nenhum tipo de solidariedade, criando aqui essas fontes de opinião para fazer a propalada neutralização, espécie de contra-freios (conforme já demonstramos na seção 1.2), que seria o máximo em que se poderia “educá-la” ou “discipliná-la”. Entendemos que a prisão intencional – entendida no sentido tendencial, é claro, pois que se trata de um fenômeno contraditório e móvel, podendo extrapolar em suas contradições e ser modificada pela ação humana –, já que ideologicamente orientada, desses trabalhadores no mundo dos seus interesses econômico-corporativos possa ser aí melhor compreendida.

correção da “afirmativa leninista segundo a qual qualquer organização de massa dos trabalhadores, mesmo a mais reacionária, torna-se inevitavelmente um lugar onde se leva a luta de classes, torna-se um ponto de partida da luta de classes” (TOGLIATTI, 1978, p. 57). Em que pese o risco assumido, aqui essa percepção epidérmica de setores das massas operárias teria ajudado a compor uma importante base dessa forma autocrático-progressiva de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Para evitar cair nas malhas prisioneiras da aparência isolada e não mediada da relação entre ser e consciência - o empirismo hipostasiado - e tampouco crendo num simples e mecanicista reflexo daquele nesta, nunca é demais lembrar, que essa incapacidade da consciência operária de captar o andamento dos nexos reais não é dada por qualquer incapacidade ontológica sua, e nem por uma curiosa e simples maquinação do governo provisório que lhe roubara sua identidade, sem lhe contar. É da própria opacidade do real, organizado em relações sociais completamente irracionais, irreais na sua realidade, que brota essa enigmática percepção de mundo, afinal, ao lado da eterna resposta que o homem sempre dá a realidade, “quanto mais contraditório se torna o processo social e mais impenetrável é a configuração que adquire, com tanto maior vigor reage o pensamento diante das forças indomáveis que se opõem ao homem” (KOFER, 2010, p. 136). O fantasmagorismo que Marx descobrira já em 1844, pode assumir muitas e curiosas feições.

Eis então que podemos também compreender a enigmática frase de Hegel, encontrada na fenomenologia do espírito: “o que deve ser é, também de fato, e o que apenas *deve* ser, sem ser, não possui nenhuma verdade”.¹⁸⁵

Chegamos, assim, a compreensão de como o corporativismo (agora, uma ditadura sindical-corporativista como forma reflexa de Estado) pode ser elencado como a expressão das transformações de caráter autocrático no capitalismo brasileiro. Sem que implicasse qualquer solução de continuidade com os pressupostos liberais de dominação burguesa, a especificidade de se elencar o corporativismo como forma de organização das classes sociais, mesmo na relação com os setores de classe que não estavam sob sua vigência – processo decidido politicamente -, foi o produto próprio de uma burguesia que procurou avançar no desenvolvimento de suas forças produtivas, conservando, porém, uma sociabilidade típica do passado. É, portanto, a forma de Estado adequada a um capitalismo tardio que promove sua entrada no rol do estágio monopolista conservando ainda elementos feudais (casos fascistas da

¹⁸⁵ Apud LOSURDO, 1998, p. 58. (grifo do autor).

Itália, Alemanha e Japão), mas também de um capitalismo hiper-tardio que recém dá seus primeiros passos industrializantes, caso do capitalismo brasileiro de corte de acumulação escravocrata e que procura, portanto, dar algum andamento progressivo, rompendo parcialmente a clausula da estrutura primária agrário exportadora, mas, de outro, o faz de tal modo que a sociabilidade mundana do operário não tenha condições de acompanhar esse progresso.

5.3 – O novo sociometabolismo capitalista

Como vimos acima, entender o sentido do corporativismo brasileiro não é levar em conta apenas aqueles que realmente se sindicalizaram, mas a própria relação íntima que se estabeleceu entre estes e aqueles que dele foram excluídos por razões políticas e ideológicas. Entender a exclusão é tão fundamental quanto a inclusão. Também apontamos o conteúdo do corporativismo frente ao espírito do seu tempo (*Zeitgeist*), uma contratendência reacionária, logo irracional. Porém, como fenômeno multiplamente determinado, como complexo de complexos que é, a história da ditadura sindical-corporativista é incompleta, pelo menos no que se relaciona aos seus principais aspectos, se não nos aprofundarmos no significado da conquista das lutas operárias, a CLT, que foi pelo Governo transfigurado não apenas ideológica, mas também praticamente (sem que estes dois termos sejam vistos em oposição, antes como complemento) em um movimento mais amplo da nova configuração sociometabólica do capitalismo brasileiro.

Por isso, a pergunta da qual partimos aqui é: *Qual o real peso democrático dos direitos trabalhistas conquistados pela classe operária naquele contexto de uma ditadura corporativista? Qual o seu significado no todo da forma de desenvolvimento autocrático-progressiva do capitalismo especificamente brasileiro?* Como o leitor pode perceber, identificamos esse processo em seu desfecho também como resultado da luta de classes, na medida em que esta é vencida por uma classe dirigente esclarecida dos interesses de acumulação que as necessidades do momento histórico impunham à burguesia. Se este é o desfecho final, sabe-se também que seu impulso primordial veio da práxis política dos trabalhadores, de suas lutas interessadas, consciente algumas vezes, muitas outras não. Contudo, isso não exprime o

fato de que esse conjunto de direitos conquistados seja, como quer a teoria do trabalhismo, o interesse último e acabado da classe proletária.

Devemos aqui ressaltar aqui, ainda uma vez, que, em que pese a tese do trabalhismo ter caído nas malhas ideológicas do corpo doutrinário racional autocrático, reproduzindo em termos ainda mais “democráticos” o núcleo central daquele corpo teórico doutrinário, ela possui, contudo, o mérito de resgatar a análise da história das lutas dos operários. De forma alguma é nosso intuito descartar o rico, em termos de aprendizado político, e sangrento, em termos de lutas reprimidas, percurso histórico onde o proletariado se colocou como o verdadeiro agente impulsionador das demandas dos direitos que figuram na Consolidação das Leis do Trabalho. Vimos anteriormente pesquisadores que procuraram ressaltar esse aspecto. Porém, como a histórica específica destas lutas, seus vários níveis e momentos, ganhos e retrocessos, não é nosso objeto, mas sim a dinâmica dos principais aspectos dessa reposição num patamar superior da dominação autocrática da burguesia brasileira, precisamos entendê-la no seu conjunto de relações com o todo, isto é, com o próprio regime de acumulação que passava a ter vigência. Esse ponto é crucial para que possamos compreender como esse determinado conjunto de garantias trabalhistas, reivindicações que dizem respeito a classe operária, puderam ser concedidas como ganhos operários, ao mesmo tempo em que eram assimiladas pelo conjunto do sistema, perfazendo ganhos maiores ainda para a produção e reprodução de capital. Por esta razão fundamental, entendemos que os direitos materiais imediatos que os trabalhadores conheceram com a promulgação da CLT em 1943 não devem ser absolutizados como ganhos reais para sua classe, pois compreendem extrações econômicas ao capital que aparentemente significativas, porém, são benefícios que, justamente por não alterarem estruturalmente a relação do capital com o trabalho, tornam-se rapidamente reversíveis. No seu processo de autoexpansão ilimitada e profundamente irrefreável, o capital os aproveita e, assim, quando inseridos no todo da acumulação, se, de um lado, permitem potencialmente melhores condições de organização e de luta para os trabalhadores (completamente relativizados naquele momento pelas restrições oficiais do sindical-corporativismo), endossando o corpo da classe operária, por outro, acabam também alavancando o metabolismo da produção social capitalista.

Vejamos isto mais de perto.

Sob um embasamento material, nacional, mas regionalmente dividido pelo fato de suas diversas burguesias se submeterem caudatariamente aos interesses externos, decorrência de cada momento histórico produtivo específico a que correspondiam (algodão, café, borracha,

cacau, etc.), é que se manteve o Estado brasileiro unido até 1930.¹⁸⁶ Esta data, por sua vez, marca a extrapolação das contradições que expressam a possibilidade de avançar em uma nova e superior forma política: a unificação do mercado nacional. Essa consolidação, que faz emergir aquele novo modelo de unidade política (vale lembrar, para que se descarte qualquer esquematismo rígido entre economia e política, somente vigente por se tornar vitoriosa na luta político-militar), decorre fundamentalmente da transformação dos termos em que se opera a reprodução do capital. Seu movimento dinâmico agora não responde mais, como nos tempos de predomínio do café e do açúcar, à realização externa do produto. O que toma existência agora, após 1930, é que, a nível nacional, a hegemonia dos interesses passa a ser dada pela unidade industrial, representada especialmente por São Paulo. Nessa nova forma de reprodução, como em todas etapas onde a acumulação capitalista dita as regras, a forma dominante do capital jamais se aceita passiva. Isso quer dizer que tem vigência, na relação com as demais regiões subordinadas, uma profunda dialética comandada pela região hegemônica, entre heranças históricas daquelas e uma “redivisão regional do trabalho”, onde o novo padrão de acumulação da unidade industrial passa a se impor. Esse processo de expansão se desdobra para todo o sistema capitalista nacional, ou seja, sua integração é crescentemente reforçada. E, contrariamente ao que defendem as visões dualistas, as disparidades regionais perfazem exatamente sinais da riqueza da espacialidade desse novo dinamismo de acumulação (OLIVEIRA, 1977).

Nesse processo reciprocamente articulado, algumas regiões serão destruídas, no sentido de sua potencialidade de acumulação, seja porque o capital não tem mais condições de ali se reproduzir, seja porque encontram melhores oportunidades fora. Essa “destruição” ocorre apenas no intuito maior de promover a concentração e centralização a nível nacional, pois seus capitais serão redirecionados para os centros mais atrativos (hegemônicos). Ao mesmo tempo, outras regiões passam a ser “criadas” (sempre na articulação com os elementos que a história proporcionou produtivamente àquela localidade), para que o capital penetre servindo como pressuposto, na articulação orgânica com o processo maior de sua “nacionalização”. A expansão da pecuária em Minas e Goiás, e o avanço do café, que já havia extrapolado os limites finais da fronteira oeste de São Paulo na década de 1920, sobre o Paraná perfazem exemplos do segundo caso; a ruína de indústrias e de setores têxtil e mesmo de produções de subsistência no Nordeste pela invasão de produtos agrícolas e industriais de São Paulo e Rio de Janeiro, e dificuldades que a economia gaúcha encontra, uma das primeiras a terem se orientado para o

¹⁸⁶ Cf. nota de rodapé 79, seção 3.1. VER

mercado interno e como uma das bases de surgimento desse próprio movimento, representam exemplos do primeiro. Em verdade, esses desdobramentos ultrapassam nosso período histórico de análise (já que ganham maior intensidade no período posterior de 1945-1964), no entanto, servem para demonstrar o poder de ordenamento que a realização do valor, agora efetuada de forma interna, possui na nova dinâmica da expansão capitalista brasileira.

Não podemos deixar de apontar a ajuda da condução política com que contou esse processo. O papel de Vargas, enquanto dirigente e expressão dessa rearticulação autocrática das frações burguesas, estava justamente em se utilizar do Estado - tomado de assalto política e militarmente das mãos dos representantes da grande burguesia agrário-exportadora - para tecer o novo padrão de acumulação. Os ajustes necessários a essa empreitada eram múltiplos e complexos, e precisariam estar intimamente atrelados numa única linha mestra de desenvolvimento, pois um novo modelo de acumulação requer não apenas que se destruam, ou pelo menos se alterem, velhos padrões de ganhos, mas principalmente que se criem mecanismos que aloquem, regulando, por transferência, os recursos disponíveis nessa nova unidade, a indústria. O sentido geral de todo o amplo movimento é dado pela explicação de Francisco de Oliveira: trata-se da criação de mecanismos que auxiliem a consolidação do “‘novo mercado’, isto é, até que o processo de acumulação se oriente, com certo grau de automaticidade, pelos novos parâmetros, que serão o novo leito do rio” (2003, p. 40).

A rearticulação entre unidade agrícola e unidade industrial, implicaria em “destruir” a nuclearidade do metabolismo agrário-exportador, obrigando, simultaneamente, a sistematização de sua restauração em novas bases, na qualidade de lei reguladora da própria produção social. Vale lembrar que as próprias contradições do antigo metabolismo agrário-exportador do grande capital cafeeiro ofereceram as circunstâncias iniciais para o êxito dessa empreitada política (cf. seção 3.1). Para estimular esse novo metabolismo social no sentido de que fosse mediado pela dinâmica de acumulação em bases verdadeiramente capitalísticas, foram implementadas medidas como a expansão do sistema de transportes entre as diversas regiões do país, a abolição dos impostos interestaduais, ambas facilitando a circulação nacional de mercadorias, bem como o imposto nacional sobre todas estas. Também fora desenvolvida uma política econômica regulatória que contemplava a expansão monetária e o aumento do crédito, importantes para conter o aprofundamento da crise cafeeira. Por sua vez, o reajustamento ou perdão de dívidas expressivas de produtores, o fomento de institutos que estimulavam o comércio externo e a experiência com novos produtos além dos tradicionais gêneros do café, algodão e borracha, ofertavam um leque maior e mais diversificado de

investimento de capitais. Com esse processo se objetivava, portanto, não negar os padrões de acumulação do campo, mas integrá-los num novo arranjo que pudesse unificar as várias regiões do mercado interno brasileiro, para os quais até mesmo reformas educacionais e cursos técnicos contribuía¹⁸⁷.

Todo esse cenário global promovia uma alteração nos termos da relação dialética entre economia e política. Na ausência de estruturas fundamentais a nível nacional para dar vigor ao mercado interno, elas passavam a ser fomentadas coercitivamente pelo Estado.¹⁸⁸

Ora, entende-se, assim, como nesse período brasileiro o poder político longe de apresentar qualquer espécie de vácuo, pairando sobre ou mesmo se constituindo como independente ou autônomo em relação a sociedade, demonstra sua natureza de, junto aos processos reprodutivos fundamentais, conformar uma íntima homologia objetiva. É sempre nesse sentido que se define o Estado como “essencialmente uma estrutura hierárquica de comando”, já que ele só consegue sobreviver no longo prazo – e sob intenso conflito de classes - na medida em que demonstrar “sua capacidade de impor as demandas apresentadas a ele” (MÉSZÁROS, 2004, p. 493).

Para dizer em termos mais diretos, trata-se, pois, de um metabolismo progressivo para o capitalismo brasileiro. Essa forma autocrático-progressiva que se criava articuladamente a nível da economia nacional, tinha por mote o famoso rearranjo das frações dominantes da burguesia brasileira:

A política econômica ditada pelos interesses da reprodução do capital industrial reduziu as formas de reprodução da economia agroexportadora até o limite necessário para que estas não continuassem a impor sua própria forma de reprodução ao conjunto da economia nacional, mas foi suficientemente elástica para permitir a sobrevivência dessa forma de reprodução, até mesmo porque as divisas necessárias para a importação dos bens para a indústria continuava a ser, sobretudo, advindas da realização externa do produto da economia agroexportadora. Seria ingênuo, porém, não perceber que nessa convivência o

¹⁸⁷ Sobre esse vasto e heterogêneo processo, consultar, no que se refere aos aspectos de política econômica (FONSECA, 1989; 2012). (ALVARENGA JUNIOR; MATTOS, 2015), e para a “ossatura material” e institucional deste Estado, isto é, os organismos e conselhos destinados a dinamizar esse novo metabolismo (DRAIBE, 2004); (CORSI, 2000).

¹⁸⁸ O trabalho de Ricardo Bielschowsky *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo* figura como um apanhado sintético para consultas sobre as principais instituições de planejamento criadas para ter alcance nacional à época. Para acompanhar um resumo da bibliografia existente sobre a atuação e características específicas do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP, 1938), do Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE, 1934), do Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF, 1937), da Coordenação de Mobilização Econômica (CME, 1942), do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC, 1944) e da Comissão de Planejamento Econômico (CPE, 1944), ver a seção de seu livro intitulada O suporte histórico para a conscientização desenvolvimentista (2004, p. 253-259). Quanto a estes dois últimos órgãos, teremos oportunidade de voltar a eles no último capítulo de nossa tese.

capitalismo industrial começara a redefinir o próprio caráter da reprodução da economia agroexportadora, transformando-a gradualmente em capitalista “*tout court*”. (OLIVEIRA, 1977, p. 83-84)

Até aqui nos limitamos a arrolar fundamentalmente as contribuições que nos legou Francisco de Oliveira em seus importantes livros sobre os estatutos econômicos da acumulação capitalista após 1930 no Brasil. No entanto, há um aspecto fundamental que compunha esse novo sociometabolismo capitalista que o sociólogo parece ter deixado escapar, pelo menos em toda sua profundidade.

É verdade que o pensador pernambucano, assim como alguns outros pesquisadores, formaram vanguarda na compreensão da função da CLT como estatuto fundamental de acumulação de capital. Existem trabalhos pioneiros na literatura que, mesmo sem observar em sua inteireza a fonte marxiana do debate, mas se referindo a ela em pontos cruciais, nos oferecem o direcionamento correto da questão. A *Crítica à razão dualista*, além da desconstrução que procura fazer da concepção cepalina que dicotomiza o setor arcaico e o setor moderno da economia brasileira (explicação, aliás, generalizada para toda América Latina), refuta com justeza aquelas interpretações que procuram compreender a Consolidação das Leis do Trabalho como medida artificial, isto é, fixada pela vontade abstrata da política, independente das necessidades que se apresentavam ao conjunto de condições da estrutura social concreta da economia brasileira. Tal concepção distributivista, que, inclusive, embasa as noções do trabalhismo, getulismo e populismo, deixa de lado qualquer noção mais abrangente da legislação como parte totalizante do desenvolvimento das forças produtivas. Por essa razão, a posição de Francisco de Oliveira é enfática ao pontar que as leis trabalhistas são parte do conjunto de medidas do novo modo de acumulação e que, afluindo às cidades e passando a figurar como “exército de reserva”, acabariam por servir, de um lado, como “horizonte médio para o cálculo econômico empresarial” e, de outro, proporcionavam a redução pela base, isto é, “igualava reduzindo” o preço da força de trabalho, e por isso a “regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um denominador comum de todas as categorias, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a (OLIVEIRA, 2003, p. 38-39).

A investigação sobre a CLT contida em *Liberalismo e Sindicato* de Luiz Werneck Viana, em seu turno, também nos revela segredos cruciais sobre como fora realizado o cálculo

do salário mínimo.¹⁸⁹ No inquérito destinado a investigar o custo de vida e decretar “a razão-tipo mínima” necessária para a subsistência do trabalhador (alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte), “estranhamente a investigação compreendeu a remuneração do trabalhador agrícola, apesar do salário mínimo a ser fixado se restringir ao meio urbano. Sem dúvida que a inclusão desses trabalhadores puxou para baixo as médias observadas” (1976, p. 236). Além disso, observe-se que o salário mínimo é aquilo que sua própria natureza o define: o estritamente indispensável para a manutenção de vida do trabalhador, o que indica que gastos com educação e recreação não entram na conta. O gasto com aluguel também é calculado com

¹⁸⁹ A extensa pesquisa de Werneck Vianna, deve ser valorizada aqui pelo monumental esforço e pelas importantes contribuições que traz para o debate, muitas das quais passamos a adotar. No entanto, alguns pontos problemáticos merecem atenção crítica. Em que pese procurar partir de posições metodológicas marxistas, o autor acaba por desembocar numa solução, ao nosso ver inexistente, entre liberalismo e o que se designa pela literatura como “autoritarismo”, bem como naquela que seria sua variante mais grave, o “totalitarismo”. Em linhas gerais, para Werneck Vianna, a movimentação operária, anarquista primeiro e comunista depois, durante as primeiras décadas do século XX, teria colocado um problema fundamental para o governo burguês em 1930: a chamada questão social. Não prevista pela letra liberal, a intervenção no mercado, necessária para resguardar a dominação de classe capitalista, teria determinado movimentos anormais na constituição clássica do liberalismo, aquele entre sociedade civil e Estado, entre esfera privada e esfera pública. Um gigantesco esforço, bem sucedido dirá o autor, foi estabelecido para tornar a esfera política, pública e estatal, como campo de incidência das contradições. Estas, portanto, são transferidas da área econômica, do livre mercado, conforme pregava a teoria liberal clássica, e lançadas na arena pública, mais especificamente na arena do direito, daí a criação de todo o arcabouço da Justiça do Trabalho. Werneck Vianna chama esse processo de neoliberalismo. Não estaríamos mais, desta forma, na vigência do contratualismo clássico, que previa igualdade fundamental entre o vendedor da força de trabalho e o capitalista, pois a “pressão organizada da classe operária, ao contestar a forma mercantil, impõe a ‘publicização’ do privado, provocando a intervenção do Estado sobre as condições de compra e venda da força de trabalho” (1976, p. 23). Assim, tem-se que a ordem privada, agora “espiritualizada” por um imperativo ético (Direito do Trabalho), que ocupa o lugar do “indivíduo possessivo” (usufruto irrestrito da propriedade privada), é tutelada e operacionalizada com “funções sociais”, visando eliminar a tensão da luta. O percurso que toma a pesquisa de Werneck Vianna acaba por gerar conceitos completamente desfigurados, para não dizer vazios de sentido, como o “comunitarismo liberal” desenvolvido pelos “iuslaboristas brasileiros” numa quase imersão arqueológica da legislação, procurando captar como a teoria liberal resolveu suas contradições de modo interno ao mundo jurídico para elaborar o moderno aparato constitucional neoliberal. Finalmente, capta-se ainda a articulação do conceito de populismo segundo uma abordagem própria, como “técnica política”, e não como regime, para dar o arranjo final ao processo de desmobilização das massas proletárias que tivera início em 1930 (1976, p. 235). Para finalizar essa já extensa nota, queremos ressaltar que em uma percepção finíssima se encontra, em nota de rodapé, a crítica de Chásin ao livro de Werneck Vianna, que cabe entre nós subscrever no conteúdo, ainda que com pesar por ser uma análise sumária e sucinta. Apontando o “emprego prussiano do conceito de via prussiana”, isto é, o caráter conciliador do conceito marxista com outras matrizes liberais e mesmo de corte epistemológico dentro da teoria marxista como a althusseriana, Chásin aponta para a incoerência metodológica que perpassa toda a obra em debate. Vale, por isso, transcrever aqui a passagem: “Obrigatório é também registrar que Luiz Werneck Vianna procurou, em seu recente liberalismo e Sindicato no Brasil, valer-se também do conceito de caminho prussiano. Tendo o sindicalismo por objeto de análise, Werneck Vianna inegavelmente produziu uma importante contribuição para a compreensão do problema no Brasil, contribuições que em muito se contrasta, em sua condição de superioridade, com a bibliografia anteriormente produzida a respeito. E isto, apesar de seu emprego prussiano do conceito de via prussiana, isto é, conciliado, de uma parte, a todo um quadro de ressonâncias althusserianas, que rende curiosas tramas analíticas, e de outra com uma desnecessária e taticista somatória de conceitos dissonantes e residuais, que em nada auxiliam na sustentação das muitas e vigorosas teses apresentadas ao longo da obra” (1978, p. 626).

base em um quarto nos bairros operários, em geral bastante insalubres e com parca estrutura habitacional. Percebendo que a estratégia da definição do salário mínimo era apenas uma peça de uma estrutura muito maior, Werneck Viana recorda que foi esse mesmo mínimo que foi tomado por base de referência pela Justiça do Trabalho quando dos dissídios coletivos. Considerando ainda que não havia critérios de análise da relação dos salários com índices de produtividade e ritmos de trabalho, “tomar o mínimo como parâmetro implicava em aviltar o salário do trabalhador qualificado. O salário mínimo se transformava, conseqüentemente, num instrumento efetivo para a acumulação industrial (1976, p. 239).¹⁹⁰

Essas abordagens, ainda que avançando em preciosos pontos para o debate, deixam, contudo, de fora elementos essenciais, com os quais se enriquece ainda mais a compreensão das razões da atitude operária perante os discursos de apelo à liderança e ao mito da figura de Vargas. A fonte, certamente, é o retorno à teoria do modo de produção de mercadorias, enquanto universalidade, estipulada por Marx n’*O Capital*.

Aqui também, a exemplo de Marx, a discussão realizar-se-á em abstrato para melhor entendimento do seu núcleo, isolando aspectos que podem atrapalhar na compreensão teórica. De um lado, tem-se a diferença do momento onde o capital, ainda em seu movimento de ascensão, precisa se subsumir, isto é, necessita se “enquadrar” nos processos de trabalhos pretéritos e arcaicos, fazendo dessas formas de trabalho o seu próprio processo de produção, realizando-se por meio destes processos e “formas elementares”. De outro, existe a especial diferença quando a figura real do modo de produção se torna especificamente capitalista e passa a dominar a cena econômica, obrigando efetivamente trabalhador e empresário a se defrontarem como assalariado e capitalista. Neste último movimento, Marx é enfático ao afirmar que *todas as forças produtivas sociais componentes do processo de trabalho* (cooperação, divisão do trabalho, maquinaria, aplicação da ciência, química e mecânica, no processo produtivo e até mesmo a amplitude do trabalho em larga escala), passam então a se apresentar, em suas próprias palavras, “como força produtiva do capital, não como força produtiva do trabalho; ou como força produtiva do trabalho apenas na medida em que este é idêntico ao capital, e em todo caso nunca como força produtiva quer do operário individual, quer dos operários associados” (1985, p. 55).¹⁹¹ Ora, resgatando os elementos de discussão levantados pela teoria do trabalhismo, não reside nada aí que possa se enquadrar como uma “valorização da pessoa” ou “do trabalhador

¹⁹⁰ Cabe apontar que também Pedro Cesar Dutra Fonseca realiza um esforço de síntese acerca de várias posições teóricas sobre o significado amplo da CLT (1989, p. 304ss).

¹⁹¹ Trata-se do texto marxiano que nos ajuda a aprofundar o caráter processual do vir-a-ser do modo de produção capitalista: o inédito capítulo VI d’*O Capital*.

brasileiro”, mas apenas deste como idêntico, para o processo produtivo sociometabólico, ao capital, ou seja, enquanto relação social que o expressa.

Nesse sentido, as leis tendenciais em torno da valorização não só do trabalho especificamente capitalista, como de seu modo especial de produção, contêm chaves explicativas fundamentais para compreendermos como se relacionam os direitos trabalhistas conquistados e consolidados juridicamente (CLT) pelo operário brasileiro com o andamento da produção industrial e do novo sociometabolismo que se procurava instaurar.

O debate sobre as diretrizes teóricas da lei de acumulação capitalista, não por qualquer coincidência, é alocado por Marx em sua obra monumental dentro da seção IV, “a produção do mais-valor relativo”, isto é, onde apresenta a exploração cada vez mais acentuada da força de trabalho, e mais propriamente no interior dos pontos da “intensificação do trabalho” e da “fábrica”. Numa passagem luminosa, que consegue sintetizar as transformações que sofre o trabalhador quando inserido na transição ao sistema fabril, Marx diz que

embora a maquinaria descarte tecnicamente o velho sistema da divisão do trabalho, este persiste na fábrica, num primeiro momento, como tradição da manufatura fixada no hábito, até que, sob uma forma ainda mais repugnante, ele acaba reproduzido e consolidado de modo sistemático pelo capital como meio de exploração da força de trabalho. Da especialidade vitalícia em manusear uma ferramenta parcial surge a especialidade vitalícia em servir a uma máquina parcial. Abusa-se da maquinaria para transformar o trabalhador, desde a tenra infância, em peça de uma máquina parcial. Desse modo, não apenas são consideravelmente reduzidos os custos necessários à reprodução do operário como também é *aperfeiçoada sua desvalida dependência em relação ao conjunto da fábrica e, portanto, ao capitalista*. Aqui, como em toda parte, é preciso distinguir entre a maior produtividade que resulta do desenvolvimento do processo social de produção e aquela que resulta da exploração capitalista desse desenvolvimento. (2013, p. 494) (grifos nosso)

Uma vez que o indivíduo social é inserido na nova ambiência fabril, subverte-se a divisão técnica para que o trabalho seja submetido ao capital, de modo que ao se tornar integralmente um apêndice da máquina, a divisão do trabalho consegue se integrar como hábito na própria mentalidade do operário, criando um tipo novo de trabalhador, seja daquele que vem da manufatura, do artesanato ou de relações de produção rurais, igualmente pretéritas. A natureza da exploração, ainda que evoluindo progressivamente, é aí qualitativamente outra, afinal, modelado o hábito de vida do trabalhador, sua existência perde até mesmo as capacidades sociais múltiplas que possuía como indivíduo, o que torna menor o custo de sua subsistência. O trabalhador se vê, assim, reduzido cada vez mais a unilateralidade. Então o

resultado começa a aparecer para a produção de mercadorias, pois a fábrica moderna, enquanto sistema articulado de maquinarias, mecanismos e técnicas de produção, tende a exigir do trabalhador, modelado desde a tenra infância, um “andamento uniforme do meio de trabalho”. Esse processo ganha corpo na medida em que, simultaneamente, a produção se apresenta como uma “disciplina de quartel”, fazendo o operário, finalmente, identificar-se com a “regularidade invariável do grande autômato”. É também nesse sentido que Marx afirma a necessidade de criação, por parte do capital, de seu equivalente geral (MARX, 2013, p. 495-496).

Tal é a regulação necessária que o processo de trabalho específico da maquinaria demanda dos legisladores do capital quando estes se põem a elaborar juridicamente leis sociais. Por isso, designar os funcionários do Estado como burocratas ou tecnocratas genericamente, sem sequer levar em conta a particularidade da relação social à que aquele funcionário do Estado corresponde é, ainda uma vez, mistificar a compreensão de sua natureza. Há que convir, então, de lembrar que aqueles ditos funcionários, mesmo os de primeiro nível e elegíveis ou substituíveis a cada mandato jurídico, “não são *menos* ‘personificações do capital’ que os ‘capitães da indústria’; apenas o são de uma maneira diferente” (MÉSZÁROS, 2004, p. 499) (grifo do autor).

Há mais. Os estudos do processo de produção do capital nos fornecem a descoberta de outra lei tendencial geral: aquela que diz que nenhuma burguesia aceita de bom grado a regulamentação entre trabalho e capital. O caso brasileiro não foge à regra nesse aspecto. Veja-se a experiência inglesa que Marx analisa como caso mais desenvolvido do capitalismo de seus dias. No capitalismo inglês, aqueles industriais compreenderam, somente após determinado período de tempo, ser muito mais rentável envolver o processo de produção na legislação social, pois ela engendra o processo de acumulação em um patamar mais elevado de produtividade: a “condição essencial do sistema fabril, sobretudo quando submetido à regulação da jornada de trabalho, é uma segurança normal do resultado, isto é, da produção de determinada quantidade de mercadorias ou do efeito útil intencionado, num dado espaço de tempo” (MARX, 2013, p. 546). Até mesmo com relação às pausas para as refeições, nenhum prejuízo daí brotara, pois “mal a lei recebera a sanção parlamentar, e os senhores fabricantes também descobriram: ‘os males que esperávamos da introdução da lei fabril não se efetivaram. Não achamos que a produção esteja de modo algum paralisada. Na verdade, produzimos mais no mesmo tempo’” (MARX, 2013, p. 547).

A regulamentação das relações fabris, além de beneficiar a burguesia industrial, doutrinando os operários imersos em seus hábitos irregulares de trabalho, possui ainda a

característica - e essa é igualmente fundamental do ponto de vista estrutural - de gerar um incremento na concorrência, estimulando o surgimento da grande indústria e arruinando com as indústrias mais arcaicas, as manufaturas e até mesmo as produções artesanais e domiciliares, pois “o solo sobre a qual elas se alicerçam afunda quando se limitam a jornada de trabalho e o trabalho infantil. A exploração ilimitada de forças de trabalho a baixo preço constitui o único fundamento de sua competitividade” (MARX, 2013, p. 546) – a particularidade que esse aspecto toma no caso brasileiro, “regional”, foi muito bem apreendida por Francisco de Oliveira como vimos acima.

Podemos, finalmente, apontar o saldo da discussão teórica à que tivemos de recorrer para apresentar a universalidade das leis tendenciais da produção capitalista de mercadorias: a natureza do capital é a de um ser irrefreável em seu sociometabolismo, a ponto de, deixado à livre espontaneidade, ser totalmente destrutivo.¹⁹² Cabe então ao poder político o seu controle, a sua coação, não para impedi-lo em seu processo de devastação, mas para racionalizá-lo de acordo com seus próprios interesses a longo prazo. É nesse sentido que Marx concebe a “legislação fabril, essa primeira reação consciente e planejada da sociedade à configuração natural-espontânea de seu processo de produção, é, como vimos, tão necessária à grande indústria quanto o algodão, as *self-actors* e o telégrafo elétrico” (2013, p. 551). Ora, coube a particularidade brasileira arregimentar, conjuntamente com a transição da economia agrário-

¹⁹² Também Mészáros (2004) aponta que a relação social entre capital e trabalho, em seu aspecto espontâneo, é humanamente irracional e por isso não consegue se auto-justificar apenas pela coação física. Mas de outro lado, também não permite que sua apropriação dominante no confronto com o trabalho seja impedida de se realizar. Daí compreendermos uma das funções mais fundamentais da esfera política (do Estado): permitir essa relação de exploração/expropriação, impondo sua aceitação e, sempre que necessário, reprimindo. Tal é a famosa “legitimidade” do Estado burguês. Historicamente, essa legitimação ideológica adquiriu a feição clássica do contratualismo como necessidade do Estado para superação de um pretense estado de natureza. Esse fato, ou seja, do contratualismo consistir em ser uma ideologia legitimadora da relação de dominação do capital, pode ser captada até mesmo em um liberal que procura ser coerente com suas premissas promovendo análises sérias dos processos históricos, o que o leva a inúmeras contradições, como revelar a inversão histórica promovida pelo próprio contratualismo. Falamos aqui do filósofo italiano Norberto Bobbio que em *Liberalismo e Democracia*, aponta: “Naturalmente, mesmo nesse caso, o curso histórico que dá origem a uma determinada ordenação jurídica e a sua justificação racional apresentam-se com os termos invertidos: historicamente, o Estado liberal nasce de uma contínua e progressiva erosão do poder absoluto do rei e, em períodos históricos de crise mais aguda, de uma ruptura revolucionária (exemplares os casos da Inglaterra do século XVII e da França do fim do século XVIII); racionalmente, o Estado liberal é justificado como o resultado de um acordo livre entre indivíduos inicialmente livres que convencionam estabelecer os vínculos estritamente necessários a uma convivência pacífica e duradoura. Enquanto o curso histórico procede de um estado inicial de servidão a estados sucessivos de conquista de espaços de liberdade por partes dos sujeitos, através de um processo de gradual liberalização, a doutrina percorre o caminho inverso, na medida em que parte da hipótese de um estado inicial de liberdade, e apenas enquanto concebe o homem como naturalmente livre é que consegue construir a sociedade política como uma sociedade com soberania limitada. Em substância, a doutrina, especialmente a doutrina dos direitos naturais, inverte o andamento do curso histórico, colocando no início como fundamento, e, portanto, como *prius*, aquilo que é historicamente o resultado, o *posterius*” (BOBBIO, 2006, p. 14-15).

exportadora à acumulação de corte industrial, a regulamentação do trabalho capitalista como parte essencial dessa mesma transição na medida em que oferece inúmeros estímulos ao incremento da produtividade. Esta operacionalização, ou racionalização se preferirem, do assalariamento capitalista é que corresponde ao sentido da Consolidação das Leis do Trabalho no Brasil e não a um caráter distributivista artificial mediador de um pacto democrático social.

Isto ainda não é tudo. Deslocando-nos da discussão em abstrato e passando para a consideração da concreticidade histórica, da totalidade maior dos acontecimentos que forjavam a industrialização em seu caráter híper-tardio, esse núcleo do arcabouço institucional das leis sociais do trabalho cumpria outra função, por sua própria natureza muito mais desapercibida, mas nem por isso menos crucial.

O momento global, se de um lado oferecia a oportunidade de promover essa transição para a forma especificamente capitalista, ofertava de outro igualmente uma série de problemas que dificultavam a consolidação desse novo padrão de acumulação. Não bastava apenas criar as condições de instauração desse novo sociometabolismo, mas era preciso garantir sua *reprodução*. Acontece que a cotidianidade da formação social brasileira, em sendo um nível constitutivo integrante do mecanismo de reprodução socioeconômico, havia sido duplamente fraturada.

Primeiro, porque seu padrão de vigência que então se abandonava, ainda que não integralmente, girava em torno de atividades que serviam ao metabolismo agrário-exportador, onde o grande capital cafeeiro dominava as atividades econômicas, e estas deveriam girar em torno das ideias de vocação agrária, de que o Brasil era o café, etc. Segundo, pela importante razão de que se repetia internamente, embora em menor medida, mas não menos incisiva para o padrão dependente do capitalismo brasileiro, uma crise social, política, econômica e ideológica semelhante àquela exasperada no contexto europeu. Não se pretende com isso dizer que havia uma situação revolucionária no Brasil como aquela que tentava se espalhar da URSS para o restante daquele continente. Mas que aquela crise, provocada pelo modo de produção capitalista, a nível mundial, portanto, imperialista, se reproduzia com algum vigor, embora com todas as suas particularidades, também no âmbito nacional, afinal o Brasil não havia superado radicalmente sua estrutura colonial em 1930, como atesta a definição de sua industrialização como restringida (MELLO, 1982).

Numa projeção menor, mas igualmente crítica em termos de comoções sociais, a atmosfera que vinha se desenrolando desde a década de 1920, com levantes tenentistas, com

insurreições regionais, desemprego significativo ou emprego instável, choques entre ideologias radicalmente opostas como integralismo e comunismo, empastelamento de jornais, criação de constituições e supressão num par de anos, deportação de trabalhadores, golpes político-militares, tentativas de *putsch*, a atmosfera quase que natural da vivência dentro do estado de sítio ou de guerra, substituição de interventores estaduais com relativa recorrência, greves parciais ou gerais de semanas ou meses, em suma, todos esses fenômenos ocorrendo simultaneamente e num curto período de tempo dificilmente contribuíam para que a vida operária fosse percebida como existindo dentro de um ambiente cotidiano de normalidade.¹⁹³

Ora, “a vida cotidiana é antes de tudo organização, dia a dia, da vida individual dos homens” (KOSIK, 1976, p. 80). Ela existe em todas as formações sociais históricas, sempre de modo particular. Garantir que nela exista a movimentação automática, que os indivíduos respondam ativamente à sua imediatez, sem que sejam necessárias reflexões profundas, tal é o objetivo fundamental da cotidianidade enquanto nível específico da realidade. Por isso, todas aquelas ações caóticas da vida social brasileira tinham o caráter de uma violência que suspendia parcialmente a cotidianidade do operário. Globalmente, nos países centrais a cotidianidade se encontrava totalmente suspensa, pois a guerra arrancava milhões de pessoas não apenas do conforto de seu lar, mas fundamentalmente dos seus postos de trabalho – criando, é verdade, uma cotidianidade na própria guerra. Internamente, os impactos dessa guerra, mesmo que se admita serem insuficientes para arrancar o operário integralmente de sua vivência costumeira, proporcionavam eventos que lhe pareciam extraordinários em uma vida corriqueira.

Nesse sentido, podemos indagar: qual a importância da cotidianidade para a reprodução do metabolismo social capitalista? Para responder a essa questão, observemos o que diz Agnes Heller (2008), discipula de Lukács quando jovem, e uma das principais estudiosas da questão, sobre a estrutura fundamental da vida cotidiana: por natureza ela seria heterogênea, constituída

¹⁹³ Essas inquietações eram expressas já em 1930 pelo próprio Azevedo Amaral: “O nosso objetivo é antes de tudo tentar responder à interrogação obsedante que se apresenta aos homens de hoje, perplexos em face do dilema que resume a incógnita do futuro da civilização. Estaremos no epílogo de um ciclo de cultura ou acharemos no limiar de uma forma nova de civilização, cujas grandes linhas embrionárias já vem nitidamente esboçadas no trabalho criador que se vai realizando na maternidade fecunda do mundo atual? Terá a crise contemporânea como desfecho o arrasamento dos valores antigos e terá a humanidade de amanhã de fazer a escolha decisiva entre o retrocesso à selvageria e o penoso trabalho de erguer desde os alicerces o edifício de uma nova civilização”? (1930, p. 16-17). O livro, cujo título ilustra perfeitamente o que então se discutia, a nível mundial - “a crise atual” -, ganhou já uma segunda edição antes mesmo de três meses de existência. O sucesso de vendas deve ser creditado também, segundo pensamos, à angústia de encontrar respostas e direcionamentos ao estado de coisas daquele período, que tanto corroía o homem em sua cotidianidade relativamente suspensa.

de vários aspectos, cujos desenvolvimentos ocorrem de forma desigual, estipulando uma hierarquia. Porém, essa hierarquia é estabelecida de modo a se conformar para que a produção, a reprodução, as formas de intercâmbio e as principais atividades ontológicas humanas tenham um andamento normal, contínuo e rotineiro. Convém ressaltar aqui os aspectos da espontaneidade, do pragmatismo e do economicismo como centralidade da estrutura da vida cotidiana de um modo de produção capitalista. Assim, em uma sociabilidade burguesa, onde o fundamental elemento econômico, a mercadoria, é forjada na exploração do trabalho, a organização das relações assalariadas, na medida em que estas são a forma de sobrevivência daqueles atores sociais, figura no topo da hierarquia, como parte orgânica e predominante de sua vida cotidiana.¹⁹⁴

Que se pense na importância desses fatores para um metabolismo que acaba de ser transformado, de agrário-exportador para um nucleado na unidade industrial. Nesse sentido, queremos defender aqui que a CLT, para além de representar um importante fator de acumulação industrial, em verdade exatamente por meio desse processo, e na medida em que expressava a correspondência necessária da segurança do produto final, dobrando os hábitos dessa nova fração de operários que se formava, passava a representar igualmente a fundamental reposição da cotidianidade, então parcialmente abalada.

Que se recorde ainda que a vida cotidiana não é a-histórica, mas o palco mesmo da substância social da História, na medida em que é ali que se desenrolam as ações humanas. Cotidianidade e História, portanto, formam um coerente monismo. Separá-las é resvalar por mais uma via na mistificação, mais do que isso, é incorrer no ponto de vista da própria consciência cotidiana: “para essa consciência (...) enquanto a cotidianidade é intimidade, familiaridade, vizinhança, ‘ar caseiro’, a História se manifesta como descarrilamento, como destruição da trilha da cotidianidade, como exceção e estranheza” (KOSIK, 1976, p. 82). Quando, em verdade, somente podem ser considerados assim, como elementos distintos, quando se compreende que a diferença reside na forma de percepção que sobre ela se aplica, ou em termos epistemológicos, a cotidianidade é o aspecto fenomênico do mundo, afinal de contas “a realidade não está contida na cotidianidade imediatamente e na sua totalidade, está contida por certos aspectos determinados e mediadamente. (...) Nesse sentido, não é possível entender a realidade da cotidianidade, mas a cotidianidade é entendida com base na realidade” (KOSIK, 1976, p. 83). A vida de cada dia, o dia útil vivido religiosamente, é tão somente uma

¹⁹⁴ Há uma excelente síntese do debate sobre a estrutura desse nível de sociabilidade em José Paulo Netto, *Para a crítica da vida cotidiana* (1994).

via de acesso para a compreensão da própria realidade, manter-se preso nela é endossar a falsificação de sua efetiva compreensão.

Portanto, defende-se aqui a tese de que *juntamente com a CLT, ou mais exatamente por meio dela, promovia-se um ordenamento na cotidianidade da vida operária. A consolidação das Leis do Trabalho trazia consigo, como elemento imanente, próprio ao seu caráter de “legislador privado”, “seu poder autocrático sobre seus trabalhadores” de que fala Marx (2013, p. 496), para aprisioná-los no mundo fenomênico.*

Esse ordenamento, contudo, não pode ser abstrato, ele precisa ser adequado e correspondente tanto à formação social capitalista, como à particularidade da realidade concreta. Cabe então perguntar: mas qual é a percepção fenomênica do andamento histórico do capitalismo brasileiro?

Um breve olhar retrospectivo nos indica a feição própria desta cotidianidade. Desta forma teria sido Dom Pedro I aquele que divorciou o Brasil do domínio metropolitano português, assim como teria sido seu filho, o príncipe e depois igualmente imperador Dom Pedro II, o responsável pelo não desmembramento do continental território brasileiro. De forma idêntica, a próxima da linhagem, princesa Isabel, seria a autora incontestada da liberdade do imenso contingente de escravos negros em 1888, promulgando a demagógica Lei Áurea. Getúlio Vargas, nesse percurso histórico, seria apenas mais um indivíduo excepcional provedor do sentido de nossa história. É com base nessa realidade epidérmica que se crê tantas vezes que a realidade no Brasil parece transcorrer lentamente, que “o tempo não passa”, ou que em muitos lugares viveríamos ainda nos tempos da colônia. No entanto, negando a cotidianidade e passando para o nível de sua autenticidade, temos que não é a história que percorre seu caminho mais vagarosamente, “é absurdo dizer que, nas várias épocas históricas [ou nas formações sociais mais desenvolvidas], o tempo decorre em alguns casos ‘lentamente’ e em outros ‘com maior rapidez’”. O que se altera não é o tempo, mas o ritmo da alteração das estruturas sociais” (HELLER, 2008, p. 13). É o maior ou menor andamento do progresso das forças produtivas e a consequente transformação nas relações sociais de trabalho que constitui o fundamento da desigualdade do desenvolvimento, e que se reflete na percepção cotidiana enquanto imediatez, responsável, por sua vez, pela realização de parte fundamental da reprodução dos indivíduos enquanto seres sociais.¹⁹⁵

¹⁹⁵ Carlos Nelson Coutinho, com o intuito de realizar uma síntese da riqueza das contribuições dos diversos marxismos para pensar a realidade brasileira, nos oferece também um quadro nesse sentido, que cabe resgatar

Somente nesse escopo é que conseguimos perceber a razão do esforço ideológico dos representantes da racionalidade autocracia para endossar Getúlio Vargas como o verdadeiro “criador” dessa realidade, o “doador” dos direitos sociais, “pai dos pobres”, “artista” político, “chefe da família” brasileira, etc.

Agora temos condições de compreender, já num nível superior, o significado do ordenamento da cotidianidade operária contido no bojo mesmo da legislação trabalhista: estimular o comportamento próprio da relação direta entre pensamento e ação, aquele do “tendencial pragmatismo”, necessário à funcionalidade do assalariado capitalista enquanto reprodução social dos indivíduos de um sistema econômico. Com a distinção de que nesse período, como aponta Edgard Carone, esse fenômeno se expande para o próprio Estado,¹⁹⁶ buscando demonstrá-lo também miticamente, e daí a comemoração sistemática dos aniversários de Getúlio Vargas, da imensa massa de biografias lançadas em seu louvor (das quais uma das mais significativas seria aquela escrita pelo próprio Azevedo Amaral em 1941, *Getúlio Vargas, estadista*) dos discursos, passeatas, manifestações, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Essa imagem, nunca é demais lembrar, se reforçada ideologicamente, brota da própria opacidade do real e por ela é ativamente captada pelo indivíduo comum que vive seu dia a dia na cotidianidade – e talvez este seja um dos principais aspectos que as concepções do populismo, trabalhismo e getulismo tenham deixado de compreender na análise da natureza da realidade brasileira.

Ideologia, lembremos uma vez mais, é sempre um estímulo que impulsiona estratégias afinadas com o andamento dos interesses materialmente estruturados em classes sociais. Portanto, o que a racionalidade autocrática efetuava mediante seus apelos nada mais era que orientar praticamente as ações dos sujeitos aos quais falava. Esse apelo próprio de um mundo objetual exigia do indivíduo que ele se comportasse como um operário agora pertencente ao

aqui: “O caminho do povo brasileiro para o progresso social – um caminho lento e irregular – ocorreu sempre no quadro de uma conciliação com o atraso, seguindo aquilo que Lenin chamou de ‘via prussiana’ e Gramsci designou como ‘revolução passiva’. Em vez das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da ‘via francesa’, a alteração social se fez aqui mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, se considerarmos o plano imediatamente político, mediante um reformismo ‘pelo alto’, que excluiu inteiramente a participação popular. Como consequência desse ‘modelo’ de evolução, difunde-se a impressão de que a mudança social assemelha-se a um ‘destino fatal’, inteiramente independente da ação humana; e, como contrapartida desse fatalismo, ganha força em outras áreas a suposição – igualmente equivocada – de que aquela mudança resulta tão somente da ação singular de ‘indivíduos excepcionais’” (2011, p. 90-91

¹⁹⁶ “Na medida do possível, cada ator menor constrói o mesmo esquema de homenagens e demonstrações a seu favor (CARONE, 1976, p. 169).

novo complexo particular de acumulação, como um assalariado industrial em sua atmosfera natural.

Como podemos observar, neste ponto se entrelaçam profunda e organicamente os aspectos do corporativismo como tendência reacionária e irreal, do reordenamento da cotidianidade, da doutrinação ideológica e da visão de mundo imediata à qual a fração de operários atrelada ao Estado via sindicalismo corporativo se pautava. Essas múltiplas determinações de um concreto rico enquanto síntese expressiva tornavam possível a objetivação do “absurdo prático” que inviabilizava ao indivíduo a percepção das conexões reais do mundo em que vivia.

CAPÍTULO VI: AS PARTICULARIDADES DO PROJETO POLÍTICO

6.1 – A burguesia industrial sobe ao palco

Ao institucionalizar ditatorialmente as concepções de mundo que lhes serviam de matriz ideopolítica, Vargas aparentava ter maior liberdade para implementar sua orientação dirigente, que ganhava aos poucos maior intensidade e mesmo maturidade. Concretamente, contudo, não existia essa simplicidade suposta. A tão propalada autonomia política que Getúlio teria, existindo acima e independentemente das classes sociais, jamais chegou a existir. Ao contrário, as bases socioeconômicas sob as quais tinha se alçado ao Estado Novo – e isto para deixar de lado, apenas por ora, a influência diretamente política dos militares – lhe impunham limites muito específicos no interior dos quais precisava se haver. Mais do que isso, a constitucionalização do âmbito corporativo, seu desdobramento em institutos, autarquias, conselhos e órgãos de debate e coordenação da economia brasileira, respondendo simultaneamente como canal político de acesso às posições decisórias, faria com que ao longo de todo o Estado Novo as relações de poder sobre o eixo dinâmico da economia brasileira fossem perpassadas por uma contradição fundamental. Trata-se do condicionamento de sua própria imanência autocrática, do caráter de rearranjo político entre as diversas frações da burguesia, procurando conciliá-las no interior do Estado. Tanto é que no momento mesmo em que as forças sociais que mais eram beneficiadas pelo norteamento que tomava o capitalismo brasileiro começavam a endossar mais consistentemente o projeto estadonovista, sobrevirá o golpe para lhe impor grilhões.

Edgard Carone, ilustrando o exposto acima, coloca, com diferentes termos, a mesma discussão quando investiga o caráter político do novo regime instaurado, concluindo que no “fundamental é a contradição que se forma e não é resolvida: enquanto o Estado Novo impede manifestações políticas e a existência de partidos tradicionais, ele se liga aos grupos oligárquicos que compõem estes mesmos partidos. Assim, forma-se a dubiedade de sentido” (1976a, p. 172).

Essa dubiedade de sentido, que poderíamos elencar melhor conceitualmente como um complexo movimento com diversas linhas de desenvolvimento (pensamos aqui em caminhos que privilegiassem mais esta ou aquela fração da burguesia, já que todas tinham algum importante representante lutando no interior dos canais corporativos), capazes de fornecer diferentes “escolhas” políticas, já que embasadas em distintos, embora articulados, interesses

autocráticos, seria potencializada pelo mecanismo mediador que lançou mão. O arcabouço político corporativista, além de todas suas contribuições reacionárias e sociometabólicas apontadas por nossas incursões anteriores, tinha também um papel muito decisivo na aproximação dos laços entre grupo dirigente e as mais diversas franjas da classe dominante. Camuflado sob a roupagem “técnica”, extirpadora da “política” nas teorizações mistificadoras de Azevedo Amaral, ele serviria para convocar os interessados nas tomadas de decisões junto ao governo.

De início, já indiquemos que a burguesia industrial não chega ao cerne do bloco de poder durante o Estado Novo mediante um único impulso, como que de supetão. Ao longo de toda a década de 1930 essa franja se apresentou consciente em momentos importantes e com intensa organização como fração de classe específica, logrando lutar politicamente. Indicativos dessa nova postura foram os órgãos que surgiram após a derrota em 1932 – na qual os industriais figuraram como apoio integral -, como a ELSP e o IDORT já citados. Também podemos notar que a representação classista pela Constituição de 1934 foi muito bem utilizada pelos empresários para defenderem seus interesses. Inclusive, é significativo o episódio de combate ao acordo de livre-comércio contra as pressões intensas dos Estados Unidos, que embora derrotada, não deixou de se fazer presente na cena política como fração.¹⁹⁷

¹⁹⁷ Trata-se do episódio das negociações em torno de um tratado comercial entre Brasil-EUA por iniciativa do governo de Washington para que o New Deal pudesse encabeçar um período novo de acordos de livre-comércio nas relações internacionais. A decisão inicial ocorreu num círculo extremamente restrito, onde apenas os ministros Oswaldo Aranha (Relações Exteriores) e Sousa Costa (Fazenda), homens de confiança de Vargas, participaram do debate com o chefe do Executivo. Pelo estabelecido no tratado, rebaixavam-se as tarifas brasileiras em troca de manutenção das tarifas norte-americanas. Uma vez assinado, todavia, ele precisaria tramitar no Congresso brasileiro (o que efetivamente ocorreu entre fevereiro e setembro de 1935). Furiosos por terem sido deixados em total ignorância, juntamente com a imprensa e opinião pública, os industriais reagiram promovendo intensa campanha para rejeição do projeto de lei. Associações empresarias como o Centro Industrial do Rio de Janeiro chantageavam pelos jornais afirmando que a Federação Industrial do Brasil havia enviado à Câmara relatório apontando a falência de 300 fábricas e a dispensa de 5481 operários caso o tratado passasse naquela casa. Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi eram os deputados classistas que promoviam a agitação contra o projeto de lei. A tal ponto os Estados Unidos se sentiram incomodados com a demora da aprovação que realizaram intensos esforços, via embaixada americana, aliada com Oswaldo Aranha e Valentin Bouças, personagem diretamente ligados aos interesses de exportação. Reconhecendo os industriais, especialmente os paulistas, como um perigo claro para a ratificação do tratado, o governo norte-estadunidense lembrou que a demora na aprovação poderia levar a destruição do acordo por dilação indefinida ou então que as pressões de interesses privados internos nos Estados Unidos levariam Roosevelt a imprimir represálias sobre o comércio com o Brasil, especialmente sobre o café. “O Secretário de Estado [Cordell Hull] chega mesmo a indicar um curso de ação concreta para o governo brasileiro” (MOURA, 1980, p. 87). O resultado foi a ação rápida e precisa de Vargas convocando, de um lado, o líder da maioria da Câmara dando-lhe instruções para a aprovação do projeto com urgência, e, de outro, a intimação da liderança industrial para uma conversa particular prometendo tornar públicas suas divergências com ele, presidente da nação, caso não cessassem suas táticas obstrucionistas. Em setembro o projeto recebeu aprovação por 127 votos contra 51. Vale ressaltar ainda que a postura de Vargas era fundamentada em um plano mais largo de compreensão da política econômica, devido à falta de divisas para importação naquele momento.

No entanto, no interior desta movimentação independente, há um corte diferencial significativo onde se identifica uma nítida acomodação por parte da burguesia industrial para com o projeto corporativo levado a cabo pelo grupo dirigente. Aquilo que anteriormente era profunda divergência – e, novamente, 1932 é a suma ilustração disso –, aos poucos se torna íntima confluência. Uma das possíveis razões disso parece estar nas influências intelectuais que a liderança desta fração burguesa obteve. Sabe-se que os setores mais expressivos dos industriais também foram beber na fonte de um teórico do corporativismo, Mihail Manoilescu. Contudo, não iriam tão longe no seu poder de raciocínio como foram os intelectuais positivistas aqui apresentados nas seções anteriores. Diferentemente destes que possuíam uma visão mais ampla e larga do cenário internacional, oferecendo maiores possibilidades de movimentação para os dirigentes políticos, essa fração específica da burguesia buscou no teórico do leste europeu contribuições mais restritas ao debate da teoria econômica.

O fato é que a obra de Manoilescu foi traduzida e estudada com afinco pela cúpula dos industriais.¹⁹⁸ Em recente monografia é indicado que entre os argumentos do romeno que mais fizeram sucesso entre os empresários da indústria estaria a ideia de que o lucro nacional é mais importante que o lucro individual, e que, por isso, deveriam ser protegidos e incentivados aqueles setores onde o coeficiente de qualidade se mostrasse mais elevado, resguardando o incremento absoluto da produtividade. Adotando esta lógica, o importante passava a ser a defesa das atividades que realmente incrementavam a produtividade média da nação, deixando de se balizar a economia nacional pelas comparações com o estrangeiro. Transformava-se, assim, a concepção que os industriais tinham em relação às chamadas vantagens do comércio internacional.¹⁹⁹

Desta maneira, uma tensão entre burguesia industrial e corporativismo ganhava corpo. Em que pese haver sido aí aberto um caminho que a pudesse aproximar mais do governo, os industriais deixariam de demonstrar certa relutância em se sindicalizar. Vale lembrar que sua associação por excelência, criada em 1929, a CIESP, transformada em 1931 segundo a

¹⁹⁸ Especulações, no entanto, existem aos montes. Segundo Joseph Love, já na Primeira República ocorria o interesse pela obra de Manoilescu. Otávio Pupo Nogueira o teria utilizado como forma de rebater os críticos que argumentavam com a pecha de “indústrias artificiais” aos empresários. Ao ser traduzido o estudo do romeno intitulado *Teoria do Protecionismo Econômico*, “nas palavras de um crítico da época, Eugênio Gudán, o livro foi ‘distribuído como uma espécie de bíblia do protecionismo’ pelo centro [CIESP]” (LOVE, 1998, p. 340). Teria havido mesmo um contato direto entre ambas as partes, promessas de contribuições teóricas e contrapartidas de estudos estatísticos a tal ponto que “o próprio Manoilescu acreditava ter tido influência sobre a lei tarifária de 1931, ao que parece, graças à correspondência mantida por ele com os diretores do CIESP” (LOVE, 1998, p. 341).

¹⁹⁹ Pedro Henrique Moreira Lima. *Roberto Simonsen: Ideologia e pensamento econômico*, 2015.

obrigatoriedade do corporativismo em FIESP, logrou manter sua existência ao longo de todo o período varguista com um relativo grau de autonomia. Mesmo com a criação dos órgãos propriamente corporativos exigidos pela legislação como a Federação das Industriais Paulistas (1937) e a Confederação Nacional da Indústria (1938), ela permaneceu existindo. De maneira semelhante, quando se decretou (nº 1.402 de 5/7/1939) a proibição de elementos basilares de sua organização de classe, ela protestou veemente junto ao governo. O resultado foi o recuo da legislação de dois terços de representatividade para formação dos sindicatos para apenas 10% dos membros da classe; a retirada da modalidade de sindicatos por ramos de atividades possibilitando assim a manutenção de todos os setores em um só órgão regional, a permissão da reeleição dos membros da diretoria; a atribuição, já em 1941, de outro decreto presidencial que dava à FIESP como entidade privada (pelo decreto-lei haviam sido proibidas!) o poder de órgão consultivo do poder público, nomeando-se ainda no mesmo ano Alexandre Marcondes Filho para a pasta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, amigo de muita intimidade de Roberto Simonsen. O líder industrial paulista dirigiria concomitantemente a FIESP, agora tornada entidade sindical oficial, e o CIESP, como órgão de representação privada dos industriais, até 1946, conforme a tradição de “petrificação” das lideranças do setor (DEO, 2005). Maria Antonieta Leopoldi (2000) chamará essa dupla representatividade de “sistema corporativo híbrido”.

Essas concessões que eram feitas aos industriais, não eram, contudo, flexibilizações totais. Seria como se Vargas as permitisse pedindo em troca que tomassem consciência do que representava concretamente o corporativismo para a direção da formação social brasileira. Há uma literatura especializada que já ressaltou como o regime se desenvolveu também para preencher a função de rearticular autocraticamente as diversas frações da burguesia brasileira dentro do Estado. De forma que Pedro Cesar Dutra Fonseca constata que a organização social sob a égide do corporativismo “significava a aproximação do Estado a burguesia industrial e, mais que isto, sua inclusão direta dentro do aparelho estatal em escala sem precedências” (1989, p. 297). Maria Antonieta Leopoldi indica que, em sendo uma relação de mão dupla entre dirigentes e empresariado, o corporativismo “abriu o acesso dos empresários industriais – os primeiros a se adequarem ao apelo governamental – às agências decisórias nas áreas de política industrial, legislação trabalhista e sindical, comércio exterior e política tributária” (1999, p. 117), além de constituírem o único setor da burguesia a adotar a estrutura corporativa nos três níveis propostos pelo governo (localmente como sindicatos, federação ao nível estadual e uma confederação no âmbito nacional como reunião suprema). Nesse sentido, é significativo o

contraste com os setores relativos à cafeicultura, onde seu distanciamento dos centros decisórios com o aprofundamento do governo ditatorial refletiu sua recusa em usar os canais abertos pelo governo, mas também a inexistência de pressões por parte do próprio governo para que se organizassem como entidades corporativas fortalecendo seu poder de barganha, como insistentemente agira frente a fração industrial.

Vale reproduzir aqui uma reflexão que capta, reproduzindo em seu mais puro *modus operandi* autocrático, a complexidade, em meio a sua crescente aceitação, da relação ativa dos empresários industriais com os canais abertos pelo corporativismo:

Em termos de alianças políticas, um dos aspectos centrais deste processo, seria, ao nível dos grupos dominantes, uma reestruturação do alinhamento político entre antigos e novos atores. No que se refere ao empresariado industrial, a tendência seria a procura de novos aliados políticos, tornando-se o próprio aparelho burocrático estatal um campo privilegiado para composições políticas mais independentes e diversificadas. Persistiria eventualmente a prática das alianças tradicionais com os grupos agroexportadores, porém este tipo de atuação não mais significaria necessariamente ausência de perspectiva própria por parte da burguesia industrial, senão que representaria um esforço do grupo em ascensão no sentido de preservar alianças com os grupos que detinham os recursos de poder necessários para a consecução de seus objetivos. Assim, a defasagem entre os processos de conscientização de interesses específicos e de aquisição dos recursos de poder necessários para assegurar sua realização responderia por certos recuos da burguesia, reforçando vínculos tradicionais em nome do apoio necessário para impor o atendimento de demandas imediatas do setor.²⁰⁰

Essa espécie de “movimento de sanfona”, de aproximação e retraimento entre burguesia industrial e governo, ocupou a maior parte daqueles quinze anos, com ênfase para o início do Estado Novo como momento permeado de embates. Vargas não teve facilidade em retirar os industriais de sua cômoda posição regionalista. No entanto, superando decretos, intransigências e reações a quase todas suas iniciativas, viu pouco a pouco os industriais se acoplarem ao corporativismo estatal. Foi a eclosão da Segunda Guerra Mundial e as necessidades de

²⁰⁰ DINIZ, 2007, p. 120-121. Indicamos aqui os trabalhos de Eli Diniz para compreender a profunda e mesmo poliscópica (para usar um termo lenineano) complexidade das relações de poder que tinham vigência entre os grupos dominantes no interior do aparelho de Estado. A autora se debruçou sobre os inúmeros aspectos que conformavam a estrutura do Estado Novo, suas corporações, autarquias, conselhos, considerando mesmo a capacidade de setores do governo irem buscar fora do arcabouço de poder o apoio para seus fins políticos. Desta forma, definiu o comitê burguês como “um conjunto diferenciado e não monolítico de estruturas de decisão” (2007, p. 104). Essa determinação ampla é fundamental para que não se entenda que estamos apontando em nosso estudo o grupo dirigente portador de um complexo ideológico capaz de esclarecê-lo como onisciente, onipresente e onipotente. Para questões mais minuciosas ver, por exemplo, o debate de sobre a atuação da burguesia industrial nas discussões que envolvem a industrialização de carnes, centrada na criação do Instituto Nacional de Carnes como forma de enfrentar a concorrência estrangeira (DINIZ, 1978, p. 45-107).

planejamento e mobilização industrial que levaram o governo a emitir um chamado mais vigoroso à liderança industrial para participar das decisões fundamentais da política econômica. A burguesia industrial, por sua parte, também sentiu os efeitos que as medidas adotadas, sempre de forma cumulativa, geravam para a expansão de seu parque e de seus lucros. É suficiente apontar que enquanto na década de 1930 a agricultura cresceu apenas 20%, a indústria teve um incremento de 125% e que seu crescimento entre 1933 e 1939 se fez sob uma média de 11% ao ano (LEOPOLDI, 1999, p. 122).

Neste período onde a coalizão se intensifica é expressivo, por exemplo, que as solicitações do Governo aos industriais para que fossem criados um serviço de aprendizagem industrial (Senai) e outro de assistência social e “educação moral e cívica” (Sesi) fossem prontamente atendidas. É sob este espírito de coesão crescente, bem como na esteira de medidas tarifárias que o Executivo passara a monopolizar (devido ao fechamento do Congresso), sem que tivesse sido realizada propriamente uma reforma profunda no setor, que os industriais passariam a se preocupar organicamente com os rumos gerais da economia no pós guerra.²⁰¹

O quadro que o conflito bélico criara para o setor industrial era ambíguo: se as políticas creditícias e monetária haviam apontado para um caminho seguro de expansão da economia interna até 1942-1943, aumentando o incentivo do desenvolvimento industrial para cobrir as necessidades de guerra, por outro lado, esse mesmo processo precisou ser relativizado pela seletividade e controle que a emergência do momento solicitara (lembremos aqui do Imposto sobre Lucros Extraordinários, de maio de 1944). Além disso, o alinhamento com os Estados Unidos, a premência de reequipar o parque industrial excessivamente gasto durante a guerra e a reconstrução da divisão internacional do trabalho que se avizinhava, expondo a destruição de grandes economias de larga escala como a alemã, italiana, francesa e inglesa e a preocupação por um reordenamento mundial na Conferência de Bretton Woods, precipitaram a observação mais detida dos interesses da franja industrial. Fortalecido o mercado interno em detrimento das exportações, as necessidades do país cresceram, porém não a infraestrutura, que se defasou

²⁰¹ Cf. Maria Antonieta Leopoldi (2000). *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. Este livro debate detalhadamente os vários aspectos pelos quais se batiam a franja industrial e o grupo dirigente do período como política tarifária, política cambial e licença para importações – “o centro nervoso do sistema de proteção industrial”. Segundo a autora, estes elementos, auxiliados à ação dos industriais nos canais corporativos, seriam responsáveis pelo principal mecanismo de protecionismo da indústria brasileira até 1964, quando então emergiria um novo padrão dessa relação empresários-Estado.

gerando outra questão a solucionar. Os problemas da produção nacional pressionavam a burguesia industrial a se posicionar.

Somente lançando luz sobre este tortuoso processo é que podemos compreender porque a burguesia industrial passa a se empolgar mais como organização de classe, procurando um aproveitamento mais sofisticado dos canais corporativos ofertados pelo Estado. Ao mês de julho de 1943, o líder industrial Euvaldo Lodi, utilizando-se da Confederação Nacional da Indústria ofereceu um manifesto com o seguinte teor: “necessidade de sindicalização”. No manifesto, que era dirigido “as classes que reúne e coordena em todo o território do país”, alertava que “ninguém pode requerer ou propugnar qualquer interesse perante as autoridades do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no que se refere aos assuntos da legislação social trabalhista senão por intermédio do aparelho de classe respectivo” e pedia empenho para que os empresários encaminhassem sua solicitação de sindicalização dentro do devido prazo legal. O manifesto, por fim, lembrava que sua ação havia sido reforçada fundamentalmente pelo discurso do Presidente da República, que “fez sentir a necessidade imperiosa de que as classes sem exceção busquem quanto antes reunir-se nos sindicatos respectivos para que estes possam desempenhar fielmente a contento a grande tarefa que lhes cabe no própria vida do Estado”.²⁰²

É nesse momento, já no período tardio do Estado Novo, como que pressentindo as consequências da abertura democrática para o setor industrial, que maiores frutos proporciona a coalização entre governo e burguesia industrial, apregoada desde o início pela legislação associativa. Em uma ação que contaria com uma aliança de outros setores de sua classe, os principais líderes da burguesia industrial passam a promover uma série de articulações em congressos e mesmo no interior dos canais corporativos, locais que já transitavam com intimidade, visando propor ao governo uma política econômica consentânea com o que entendiam ser seus interesses.

O ensejo inicial foi a promoção do I Congresso Brasileiro de Economia realizado no Rio de Janeiro, a 18 de dezembro de 1943. Por não apresentar uma especificidade setorial, o Congresso deveria conter representantes de todas as frações da burguesia. Porém, os setores imediatamente ligados a produção agrícola, os relativos à cafeicultura e ao algodão, gêneros então os mais importantes da área de exportação, estavam ausentes. Segundo uma pesquisa que se debruçou sobre as atas do referido Congresso, é de fundamental importância deixar evidente o “papel de João Dault d’Oliveira, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e um

²⁰² Manifesto reproduzido por CARONE, 1976b, p. 357-359.

dos principais articuladores do Congresso, no apoio as propostas dos industriais, o que indica que parte da burguesia comercial apoiava uma política favorável à industrialização (CORSI, 1995, p. 8). Todas as medidas propostas pelo Congresso, como as de um banco de financiamento industrial, políticas monetária e fiscal antirrecessão, incentivo à criação de indústrias de base, a atração de capitais estrangeiros e a melhoria da qualidade técnica da força de trabalho indicavam que o Estado deveria assumir importante papel de colaboração. Desta forma, no reconhecimento de sua fraqueza, na incapacidade de levar a cabo um investimento e organização da economia num país de vasta base territorial como o brasileiro, a burguesia industrial, com o apoio considerável de setores ligados ao comércio, demonstrava uma visão de conjunto da economia brasileira, dando um importante passo para a formulação própria de um projeto para a industrialização integrada do país.

Além de propor a criação de organismos corporativos de planejamento não só para o setor urbano-industrial, mas também para a agricultura, o que demonstraria ter esses setores comprado em grande medida a ideia do projeto do Estado Novo, a burguesia industrial, em particular, demonstrava uma grande sensibilidade para com as consequências da entrada do capital estrangeiro na economia interna. Tanto é que os debates desse primeiro Congresso aprofundaram a questão do espaço que a ele caberia, bem como sua relação com os capitais nacionais. Entre propostas de revisão tarifária que visavam proteger os produtos nacionais e medidas antitruste para a questão dos “Planos Internacionais” (Simonsen demonstrava receio de que o capital estrangeiro “esmagasse” 85.000 fábricas brasileiras), aparece de forma saliente o debate da inserção da economia brasileira na nova divisão do trabalho que se forjava. Como as análises de Corsi (1995) demonstram, fica patente o esforço do Congresso em assegurar um espaço para o desenvolvimento das indústrias brasileiras no cenário internacional. A pauta central, por conseguinte, era visualizada nas questões sobre o livre-comércio. Keynes e as políticas de colonialismo econômico eram lembradas para alertar que países que lançassem mão do livre-cambismo poderiam se ver em apuros e mesmo perder todo o esforço construído durante os anos de guerra para o crescimento do país. Em suma, debatia-se que a liberalização das importações, uma vez finalizada a guerra, teria o efeito de esmagar a indústria nacional, já que as reservas acumuladas eram volumosas. A linha de política externa que o Congresso debatia para o país procurava ser coerente com essas preocupações acerca do objetivo de industrializar o país.

Pode-se dizer que o I Congresso Brasileiro de Economia, como primeiro momento de fôlego da investida da burguesia industrial, demonstra sua postura de estar se sentindo forte o

suficiente, ainda que dentro do reconhecimento de sua fraqueza, de ditar os rumos para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Vale lembrar que também nesse congresso, a burguesia industrial fez questão de trazer para o palco principal o debate sobre seus produtos que estavam ganhando espaço cada vez maior no mercado sul-americano, especialmente Paraguai, boliviano e argentino, já que estas economias estavam impedidas de importar da Europa devido ao conflito bélico, como convencionalmente faziam. Além de saber aproveitar a oportunidade, especialmente de exportação de tecidos de algodão para o novo mercado,²⁰³ combatendo a crise de ociosidade desse setor específico de suas indústrias, a burguesia industrial decidiu ir mais longe, observando a necessidade de preservar os mercados conquistados durante o período. Reverberando a discussão no congresso, inaugurado pelo próprio Vargas, teve então como um dos protagonistas o dono do maior complexo manufatureiro do país, Francisco Matarazzo Júnior. O herdeiro do império industrial paulista cogitava criar estabelecimentos, exportando as máquinas brasileiras usadas, no Peru, Colômbia e até mesmo na Argentina. Em havendo abertura daqueles países, poderia se evitar que terminada a guerra as esferas de influência do país fossem arrebatadas pelas potências centrais, as quais, por sua vez, se reergueriam exportando tecnologia. De quebra, o país aproveitaria também para substituir seu equipamento obsoleto. Ao submeter o projeto ao CFCE, a ideia como guia de desenvolvimento para o conjunto da economia foi rejeitada, pois o entendimento era que o país não possuía condições para repor tecnologia num nível tão alto, porém para o caso particular das indústrias Matarazzo foi dada a permissão para realizar a empreitada.

Como ilustrativo da autopercepção que os industriais tinham nesse momento, vale reproduzir um trecho do debate levantado por outro líder de peso da burguesia industrial, Euvaldo Lodi, que afirmava que “evidentemente, temos neste momento uma certa preponderância que convém procurar manter para consolidar uma posição de garantia no futuro. Daqui a vinte anos seremos o que eram os Estados Unidos no começo do atual conflito mundial” (HILTON, 1977b, p. 122).

²⁰³ “A expansão das vendas de tecidos e artigos de rayon [também conhecida como seda artificial], lã e algodão após a conclusão do acordo de 1940 foi extraordinária. Em termos de valor, as exportações de rayon subiram de 24.000 contos em 1940 para 34,5 milhões em 1945; as de tecido de algodão saltaram de 67,9 milhões de contos para 1,4 bilhão durante o mesmo período; e as vendas de artigos de lã aumentaram de 700 para 41.800 contos. Durante os cinco anos em que seguiram aos acordos, a balança comercial mudou abruptamente a favor do Brasil. Tão dramática foi a expansão geral nas vendas à Argentina que, até 1944, o Brasil substituiu a Inglaterra como principal fornecedor de importações argentinas” (HILTON, 1977b, p. 118-119).

O sentido do Congresso ganha maior expressão quando constatamos que ele havia sido planejado imediatamente após o governo ter criado o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), em novembro de 1943, sendo, portanto, idealizado não só com o fim propagandístico, mas fundamentalmente para veicular com fortes ressonâncias para fora das fronteiras daquele canal corporativo as ideias que a burguesia passara a apresentar sobre o rumo que desejava imprimir na economia brasileira. As posições do congresso não visavam criticar as políticas econômicas de Vargas, mas sim apoiá-las, e até mesmo incrementá-las, na medida em que eram claramente industrializantes, daí as manifestações enfáticas para que fossem aprofundadas. Mas não havia identidade de propósitos, tendo em vista que acabavam por divergir quanto a utilização de recursos naturais pelo capital estrangeiro. Se a posição da burguesia industrial e de setores do capital comercial a ela coligados era mais avançada que a de setores exclusivos da burguesia comercial quanto a participação minoritária permitida ao capital estrangeiro, advogando uma flexibilização na legislação nacionalista, ficava aquém das posições defendidas pelo grupo dirigente que pedia a manutenção das referidas leis.

Quanto ao CNPIC, que pode ser considerado também o atendimento de pressões da burguesia industrial, ele passou a ser considerado, por suas atribuições setoriais, o órgão formulador próprio da política econômica. Isto, porém, colocava-o em rota de colisão com outros organismos estatais, como, por exemplo, o todo poderoso Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE). Foi no decorrer do ano de 1944 que o CNPIC desenvolveu suas principais atividades, formulando sintomáticas propostas. Não se tratava ainda de apresentar projetos específicos e acabados, minuciosos, pois “o que estava de fato em discussão era a aceitação ou não do planejamento como caminho para enfrentar os problemas da economia e as formas de viabilizá-lo. O objetivo preliminar era criar o arcabouço institucional que o levasse a cabo” (CORSI, 1995, p. 12). A designação de Simonsen como principal articulador de um parecer para justificar e legitimar o planejamento, principal líder dos industriais desde o começo da década de 1930, seria o catalisador de vários processos, tanto da decisão dessa fração da burguesia de reforçar o aspecto corporativista de Vargas, que vistosos frutos já lhe davam, mas também ligaria o alerta para os setores que tinham sérias restrições a esse caminho para o capitalismo brasileiro.

O diagnóstico de Roberto Simonsen desemboca então na proposta de planificação da economia brasileira. Numa compreensão global da questão, ele considera que a industrialização incrementaria a renda nacional, além de ser capaz de fornecer a superação do atraso do país, questões que, juntas, a agricultura não teria condições de realizar. Demonstrando uma aguda

percepção sobre os mecanismos de troca da divisão internacional do trabalho do capitalismo monopolista (ressonando posições de Mihail Manoilescu), o líder industrial percebia que declarar a não intervenção do Estado na economia era enfraquecer uma burguesia que já não tinha condições, sozinha, de levar uma empreitada como a própria industrialização. Como corolário desse raciocínio sobre o desenvolvimento, indicava que os meios e a intensidade da intervenção do Estado deveriam ser determinados por um órgão planejador, e apontava manifestamente que, “através desse órgão corporativo, que na sua proposta era o próprio CNPIC, os empresários controlariam mais de perto a política econômica, sem qualquer interferência de outros setores sociais, bem ao estilo do corporativismo do Estado Novo” (CORSI, 1995, p. 13).

Uma das diferenças essenciais, por exemplo, em relação ao que colocava em prática a racionalidade autocrática do grupo dirigente era a ausência de qualquer preocupação com gastos sociais, voltando suas atenções apenas para a acumulação de capital, crendo que o próprio mercado tenderia, no futuro, a resolver o problema da pobreza.²⁰⁴ Evidentemente, a burguesia industrial não tinha um raciocínio tão esclarecido assim do conjunto da luta de classes como tinham Vargas e Oliveira Vianna. Identificava-se, contudo, com os dirigentes estadonovistas quando defendia que a forma de participação do capital estrangeiro deveria ser a de empréstimos de governo a governo e não junto ao mercado financeiro estadunidense, o que desde já colocaria severos entraves a uma tentativa de tornar a economia brasileira controlada majoritariamente por capitais nativos. Contudo, uma primeira dificuldade surgiu já nas posições do plenário, onde Simonsen e Euvaldo Lodi defendiam a utilização do próprio CNPIC para coordenar o plano, enquanto nomes como San Thiago Dantas e João Dault d’Oliveira conceberam a passagem de já instituir órgãos de planejamento bastante precipitada, deixando claro que não eram contra uma política industrializante, mas apenas ao percurso para realizá-la. Nenhum dos planos acabou por ser aprovado e todo o esforço das discussões anuais ficou num impasse. Para resolvê-lo

foi criada dentro do próprio Conselho uma comissão com o objetivo de chegar a uma decisão sobre o assunto. Em linhas gerais, o seu relatório reproduzia o parecer de Simonsen. Quanto ao esquema de planejamento, o relatório procurou contemplar todas as posições. O esquema de planejamento apresentado na forma de um anteprojeto de lei era bastante simples: estabelecia um gabinete de

²⁰⁴ Não podemos, assim, concordar com Ricardo Bielschowsky quando afirma que “o Conselho foi palco de importante debate sobre planejamento econômico e democracia, revelando a preocupação da elite progressista em desvincular a proposta de planejamento e a imagem da ditadura” (2004, p. 256). Como vimos, a proposta de Simonsen era claramente corporativa e seria, inclusive, por isso denunciada de anticapitalista por Eugenio Gudín, além do fato de que, como um todo, seu projeto ficava aquém mesmo da progressividade do grupo dirigente.

organização do plano, presidido pelo presidente da República como órgão central, uma junta central de planificação responsável pela execução do plano e mais três comissões (Comissões de Estudo, de Execução e do Plano). O anteprojeto também deixava claro que a questão em discussão não era uma proposta específica de planejamento, mas sim a organização do seu arcabouço institucional. *Observa-se nesta proposta que o caráter corporativo da sugestão inicial de Simonsen aparece bem atenuado.* Este projeto foi enviado a Vargas com a esperança de uma rápida aprovação. (CORSI, 1995, p. 14) (grifos nossos)

Não é mera acaso que exatamente no momento em que uma investida política atinge seu ponto culminante, o jogo de tendências e contratendências se reforce exacerbando o choque de interesses. Por isso, a posição oficial de Vargas foi a não aprovação da proposta do CNPIC, por detrás da qual estavam os interesses defendidos pela burguesia industrial. Se assim Vargas procedia, demonstrando ao nível dos aspectos empíricos desinteresse por uma política de planejamento e mesmo de contestação frontal da atividade política dos empresários industriais, fazia isto não porque desejava contrariar o aprofundamento da industrialização, mas porque não tinha como superar as contradições existentes no seio da própria classe que dirigia. Por mais que seu intuito fosse prosseguir nesse sentido, as demandas dos setores vinculados ao complexo agrário-exportador e ao comércio de importação, defensores de rumos distintos daquele em pauta, lhe barravam os meios decisórios. Todos estes setores eram igualmente parte da base de sustentação de seu projeto autocrático-progressivo, embora seus interesses estivessem sendo secundados pela matriz ideopolítica racional-autocrática. Por isso, frente a investida da burguesia industrial eles também se organizavam para a defesa de suas pautas. Vargas se viu obrigado a enviar a proposta de Simonsen e do CNPIC para a Comissão de Planejamento Econômico (CPE) onde, mais uma vez, sua fachada não coincidia com sua composição interna de membros. É significativo que criada em março de 1944, sua instalação efetiva só viria a ocorrer quando a atividade da CNPIC já delineava a finalidade de suas propostas. Dizemos ser significativo porque, segundo o já citado estudo de suas atas, “fortes indícios sugerem que esta comissão foi criada justamente para barrar as intenções dos setores burguesia industrial e comercial que queriam influir de forma mais abrangente na determinação da política econômica (CORSI, 1995, p. 14).

Vargas, então, não pode fugir da composição do CPE, onde predominava, ao nível ideopolítico, setores comprometidos com o liberalismo econômico e uma ampla recusa ao planejamento, e a escolha para elaborar o anteprojeto da Comissão teve de recair em Eugênio

Gudin, homem de negócios possuidor de larga história de ligação com o capital estrangeiro.²⁰⁵ Estavam lançados os principais elementos do grande debate que seria realizado ao fim do Estado Novo, extrapolando o resguardado nível corporativo, com o objetivo de definir o rumo do capitalismo brasileiro.

Não é nosso intuito reproduzir aqui a densa e acalorada disputa teórica que se estabeleceu entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin.²⁰⁶ Tampouco precisamos acompanhar pari-passu os motivos técnicos veiculados por cada representante. Contudo, é chocante o contraste entre os altos objetivos propostos pelo líder industrial paulista e sua relativa pobreza de conhecimentos sobre teoria econômica. Este descompasso ainda seria reforçado pela baixa capacidade de obter levantamentos da situação nacional pelos órgãos de administração brasileiros, em que pese o tremendo esforço feito por Vargas para criar departamentos desta natureza (HILTON, 1977a). Como historiador, homem público e líder político, Simonsen se valeu predominantemente de sua faceta doutrinadora, apostando na força moral do argumento central do planejamento. Por outro lado, em que pese Gudin fosse o mais profundo defensor, com conhecimento de causa, de teoria e política econômica clássica que o país possuía à época, pareceu não fazer muito caso desse parco conteúdo por parte do seu oponente e preferiu se apegar entranhadamente à palavra “planejamento” e crucificá-la, retirando de sua existência no plano a consideração da impossibilidade de o mesmo fazer parte de um sistema capitalista. Simonsen se punha a defender um projeto “cientificamente conduzido”, crendo que diante da fraqueza dos empresários industriais caberia ao Estado fornecer o protecionismo necessário para atingir essa finalidade. Descartando a opção do livre-mercado, propunha a planificação como “técnica”, razão pela qual qualquer país portador de um projeto político poderia dela lançar mão, como teriam feito à época Inglaterra, Estados Unidos, Rússia ou Turquia. Ao contrário, seu interlocutor hiperpoliticizou o termo e o contrapôs a qualquer democracia que procurasse se definir como liberal, que em sua ótica era idêntica à regime burguês. E assim

²⁰⁵ Reproduzimos aqui a breve biografia sobre Gudin, disponibilizada pelo CPDOC, que sintetiza muito bem essa ligação maciça do economista com o capital externo: “formou-se em engenharia em 1905 pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Nos anos seguintes, trabalhou em empresas estrangeiras atuantes no Brasil, como a Light, a Pernambuco Tramway and Power Co. e a Great Western of Brazil Railway Co., da qual seria diretor-geral por quase 30 anos. Passou a interessar-se por economia na década de 20 e, entre 1924 e 1926, publicou seus primeiros artigos sobre matéria econômica em O Jornal, do Rio de Janeiro, do qual também foi diretor. Em 1929, tornou-se diretor da Western Telegraph Co., cargo que ocuparia até 1954”. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/eugenio_gudin. Acesso em: 16 dez. 2021.

²⁰⁶ O famoso debate que ocorreu ao apagar das luzes do Estado Novo encontra-se em *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo* (2010). Vale apontar aqui também, como reforço, o artigo de Cézár Teixeira Honorato e Geraldo Beauclair (1995) que fornece elementos importantes de aproximação ao debate.

temos um Eugênio Gudan que definia planejamento como um caminho que suprimia a propriedade privada dos meios de produção! Típicas ambas as posições, a primeira mesmo desejando avançar na industrialização, parecia não conseguir encontrar fundamentos em si para tanto; a segunda, para combater qualquer avanço, ainda que progressivo (logo, não progressista) do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, apegava-se cegamente aos traços de atuação estatal, relacionando-o simplesmente ao perigo de morte do capitalismo, o que não deixa de coincidir com o sempre alarmante grito de perigo do comunismo ressoado pela burguesia brasileira.

A esta altura cremos poder considerar que o planejamento defendido pela burguesia industrial figura como o produto tardio da forma de desenvolvimento autocrático-progressiva levada a cabo por Vargas durante 15 anos de direção política esclarecida, lapidada por um período de luta de classes generalizada. Fruto maduro, a busca pelo fortalecimento do capitalismo do país mediante um projeto de planejamento global, todavia, encontrou arraigadas e invencíveis oposições dentro do próprio âmbito corporativo do Estado, locus pelo qual nascera e ganhara corpo o projeto da burguesia industrial. Ainda que as debilidades genéticas da formulação do projeto de Simonsen sejam significativas, sua simples existência representava um passo nunca antes sequer teorizado pela burguesia industrial como classe. Portanto, foram as contradições inerentes à uma faceta política autocrática, que não elimina radicalmente as frações burguesas de suas transformações modernizadoras, mas as remaneja dentro um novo patamar de sociabilidade, as responsáveis por implodir o avanço no sentido do planejamento estipulado por Roberto Simonsen.

O desfecho do debate tomou a forma do documento final *Carta à Comissão de planejamento*, veiculado por Gudin em agosto de 1945, na qual se consolidava a condição desfavorável de relações de forças para o planejamento do capitalismo. Com ela se encerravam as atividades da Comissão e silenciava a intenção de planificação global e protecionismo para a economia brasileira. Simultaneamente, fora dos canais e comissões especiais de política econômica, Vargas era bombardeado pela oposição liberal e absurdamente identificado com os “comunistas” em seu intento “continuista”.

O que se pode notar ao término desse processo intenso e sinuoso de mobilização política é um aprendizado por parte da burguesia industrial, que percebe que embora o corporativismo não tenha sido implementado apenas em nome dos interesses de sua fração de classe, tornando-a hegemônica, é ela quem mais se beneficia desse mecanismo de direção político-econômica. Precisamente quando as contradições a paralisam, desdobrando-se em vários conflitos, abertos

publicamente ou no âmbito secreto institucional, é que a forma autocrático-progressiva de desenvolvimento produz seu fruto final. Com o afastamento de Vargas do poder central, restou aos representantes da burguesia industrial a esperança de que, como sucessor que obteve a indicação de voto declarada de Vargas, Eurico Gaspar Dutra fosse dar continuidade ao projeto industrializante que distinguia a direção política do líder gaúcho. O pessimismo que acompanhava essa transmissão de apoio parecia pressentir que uma rara oportunidade havia passado.

6.2 – O sentido do Nacionalismo

Havendo um estudo especializado que demonstrou existir o amadurecimento, senão pronto e acabado, mas com certeza de um esboço de projeto de desenvolvimento nacional relacionado à política externa durante o Estado Novo,²⁰⁷ nos interessa propriamente aqui debater o sentido desse nacionalismo.²⁰⁸ A estreiteza de alternativas disponíveis no cenário mundial e a escolha política de defesa dos interesses da burguesia brasileira compõem o quadro no interior do qual a direção política de Getúlio Vargas passa a se movimentar.

Vimos na seção anterior como se portou a burguesia industrial nos liames do Estado Novo. É importante agora apresentar a postura de dois outros segmentos da classe dominante, na medida em que neles a política estadonovista procuraria se resguardar das incursões mais danosas do capital estrangeiro, ao passo que intencionava promover simultaneamente o fomento desses setores de origem nativa. Eles nos ajudam a introduzir a discussão aqui projetada. É a abordagem de Maria Antonieta Leopoldi que nos oferece a diversidade de *Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política*. Segundo a autora é preciso antes de mais nada ter em conta que “a ação empresarial em face do Estado Novo varia conforme o segmento econômico” (1999, p. 132).

Diferentemente do Japão e Alemanha que tiveram suas industrializações impulsionadas em grande medida por vigorosos setores bancários capazes de mobilizar a poupança interna, o caso brasileiro teve sua natureza mais relacionada a serviços comerciais, seja pela direção de políticas de Estado, pela dependência do setor cafeeiro ou pelos serviços urbanos internos. Os

²⁰⁷ Francisco Luiz Corsi, *Estado Novo: Política Externa e projeto nacional* (2000).

²⁰⁸ O termo já existe em Edgard Carone (1976).

bancos eram mesmo impedidos legalmente de exercerem essa função, basta recordar a Lei da Usura estabelecida em 1933 que proibia que os contratos estabelecessem uma taxa de juros superior a 12% ao ano. Também sequer os bancos privados operavam oferecendo créditos à indústria ou ao consumo. O Banco do Brasil, então o maior banco nacional, não teria condições de cumprir sozinho este papel, pois não se consolidara como efetivo fator econômico. Se as intenções de nacionalização gradual dos setores do capital estrangeiro que a Legislação de 1934 procurou aprovar jamais seriam realmente efetivadas, Vargas optaria por intervir diretamente para que os grupos constituídos de capitais nacionais ganhassem mais espaço. Desta forma, agiria pragmaticamente de modo a permitir que os bancos estrangeiros que já tinham existência no país continuassem atuando com suas filiais, porém, obrigando-os, em equivalência, a se submeter aos regulamentos da legislação nacional. Esse processo intencional teria logrado atingir sua meta: novos estabelecimentos estrangeiros se sentiram desestimulados a penetrar no país e o mercado financeiro doméstico pode ser dominado por firmas brasileiras (LEOPOLDI, 1999, p. 127).

Diante de tão alto grau de fortalecimento do setor - corroborado por instituições forjadas pelo governo como a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (Creai) criada ainda em 1937 e que auxiliou financiando indústrias e compras de equipamentos, bem como a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) lançada no início de 1945 para supervisionar os efeitos da guerra que estimulavam sobremaneira a expansão monetária no país -, os banqueiros, ao invés de reproduzirem o comportamento dos industriais e usarem os canais corporativos, encontraram meios de penetrar diretamente nas posições de poder das referidas instituições monetárias oficiais.

Se eram os bancos estrangeiros, primeiro os britânicos e depois os estadunidenses, que detinham quase metade dos ativos do país no primeiro quartel do século, a multiplicação dos estabelecimentos bancários ocorridas entre 1937-1945, sob a sombra da proteção governamental, teve com protagonista os estabelecimentos brasileiros. Com a abertura de agências pelo interior do país, embora a concentração no eixo Rio-São Paulo lograsse ser mantida, o número que era 200 saltou para 400. As agências bancárias de prevalência nacional conseguiriam ainda aumentar a proporção frente a suas concorrentes estrangeiras: ao passo que

no começo do Estado Novo essa relação se fazia de 7 em 11, passaria para 8 em 10 ao término dele.²⁰⁹

O outro setor analisado é o das empresas de seguros. Para este, a grande preocupação de Vargas teria sido sustar a sangria promovida pelos empreendimentos estrangeiros, que já ao final do século XIX, apenas em termos do total de investimentos do capital estrangeiro, chegou a representar a quantia exorbitante de 30%. Os recursos dos prêmios assegurados, é claro, voltavam para as matrizes fora do país. Essa drenagem de recursos encontrou um forte dique com a crise financeira da Bolsa de Nova York em 1929, onde teria existido um consenso em todo o mundo de que o setor financeiro necessitava cumprir regulamentações ao nível de cada Estado nacional. Mas o mais fundamental seria o fato do Ministério do Trabalho ter encampado a atividade seguradora, entendida como intimamente interligada ao sistema previdenciário, que então era formulada por aquele ministério, ameaçando frontalmente as empresas que não se ajustassem a legislação e se submetessem as diretrizes estatais. Reforçando a tática já adotada com relação aos bancos estrangeiros, também se implementou no setor das seguradoras a mesma política restritiva de não expulsar as empresas já instaladas. Contudo, promovendo uma reestruturação significativa no mercado, acabou por estimular o surgimento de companhias locais. O Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), agência centralizadora criada em 1939 por meio de decreto, foi então o órgão destinado para barrar, na esfera de seguros, o escoamento dos recursos nacionais para fora do país.

Seria então o caso de dizer que o Estado criou o setor nacional de seguros? A resposta seria positiva, não fosse a existência, no Instituto de Resseguros do Brasil, de um Conselho de Representantes das Empresas de Seguro que assessorava o seu presidente na elaboração do quadro operacional do mercado. No setor de seguros, temos, pois, um tipo de ligação empresariado-Estado que é diferente da ligação por canais corporativos encontrada na indústria e que não reproduz a estratégia do setor bancário de ocupação direta dos principais cargos decisórios da área financeira, sem intermediação das entidades de classe. As companhias seguradoras, mesmo constituindo um setor de pouco peso econômico e de grande fragilidade política perante um Estado forte e regulador no contexto dos anos 30, encontraram uma via de representação no IRB e ali ajudaram a montar a estrutura institucional do setor. Este se tornaria predominantemente nacional, concentrado num pequeno número de seguradoras de médio ou grande porte que nas décadas seguintes cresceriam sob a proteção confortável do Estado. (LEOPOLDI, 1999, p. 131)

²⁰⁹ Maria Antonieta Leopoldi coloca grande ênfase nesse processo, a tal ponto, que endossa literalmente uma pesquisa específica sobre o setor de bancos de, afirmando “que os banqueiros formaram um grupo econômico que, ‘no período de expansão do mercado interno, parece ter tido uma articulação política, se não hegemônica, ao menos mais eficaz e realista na defesa dos seus interesses específicos que outros setores da burguesia’” (1999, p. 129). O trabalho que a autora subscreve é o seguinte: HASENBALG, C.; BRIGAGÃO, C. *Formação do empresário financeiro no Brasil* (1971).

Como se pode notar, nos mais distintos setores chaves da economia, a postura que se adotava frente ao capital estrangeiro era a de uma nacionalização pragmática. Edgard Carone, por exemplo, esmiuçando esse processo indica que as mesmas eram feitas não por defesa programático-política ou ideológica. Com relação ao movimento estatal de encampar as empresas estrangeiras, por exemplo, o que se levaria em conta seria a necessidade de que seus equipamentos não se perdessem, já que em grande parte dos casos tais empresas possuíam materiais obsoletos e saldos negativos, onde as dívidas eram mesmo maiores que o capital, como no caso das empresas inglesas portuárias Porto of Pará and the Amazon River e Companhia Port of Rio de Janeiro e da companhia norte-estadunidense de estradas de ferro Brasil Railway Company (1976, p. 74-75).

Atuando no sentido desejado que a direção política dava ao Estado Novo, os setores de seguros e bancos, mas também dos recursos minerais, hidroelétricos e das comunicações, ao lado das encampações, estariam se pondo de acordo com a meta de desenvolvimento que o governo de Vargas procurava implementar, uma vez que percebiam o caráter de competitividade que o capital estrangeiro fazia aos seus interesses. Desta maneira, o nacionalismo de Vargas parecia ter encontrado condições de aprofundar seus intuitos industrializantes que carregava desde o início da década de 1930. Entre esses, Vargas sempre procurou indicar que uma siderurgia nacional era peça fundamental de um país que quisesse diminuir a dependência econômica dos grandes centros. E de fato o líder gaúcho havia colocado essa pauta como prioridade já desde antes do Estado Novo.²¹⁰ Contudo, não seria apenas a relação truncada própria da articulação tendencial das várias frações da burguesia sob o corporativismo, demonstrada na seção anterior, que neutralizava o avanço progressivo da burguesia brasileira. Também uma contradição própria das relações políticas que essa forma teve de lançar mão impediu que o dirigente máximo brasileiro avançasse em seus planos. A relativa dependência política que Vargas possuía para com os militares seria um elemento retardatário do seu desejo de criar uma indústria de bens de produção.

²¹⁰ Vale ressaltar que falamos de diminuição da dependência e não rompimento da mesma. Idêntico argumento vale para o debate sobre a siderurgia. A literatura já demonstrou como Vargas estaria disposto, em alguns momentos, a aceitar a realização do plano-mor do governo inicialmente da United States Steel (EUA) e depois com a Krupp (ALE), ambas com predomínio acionário de grupos particulares daqueles respectivos países (CARONE, 1976, p. 79-80). Quanto ao fato de Vargas desejar uma indústria pesada desde a década de 1930 as pesquisas de Stanley Hilton (1977a; 1977b) e Livia Cotrim (2019) levantam igual argumento.

Operando como espécie de contratendência para arrefecer o ritmo que imaginava o estadista, ao longo de toda a década de 1930 os militares passaram a desenvolver uma percepção do paupérrimo quadro de capacidade de defesa nacional por parte das forças armadas. Sentindo o clima de beligerância europeu se elevar constantemente, em especial a agressão cada vez mais explícita da Alemanha que se rearmava ignorando os acordos do tratado de Versalhes, constatando a invasão italiana na Etiópia e vendo a modernização das forças armadas argentinas como um perigo para a soberania brasileira, os militares passaram a pressionar Vargas para a compra de equipamentos e material bélico visando rearmar o exército. A sensação era de que, se durante a Primeira Guerra mundial a África havia sido o terreno de partilha, durante a Segunda Guerra a Ásia e a América do Sul seriam as escolhidas para a conquista imperialista. Reforçando esse ponto de vista, segundo as forças armadas, estaria o fato de que as três potências teriam interesses específicos nessas áreas, Japão na sua expansão pela rota do oriente e mais especificamente Alemanha e Itália com profundos vínculos de colonização em países como Brasil, Argentina e Chile. Além disso, uma série de conflitos no próprio continente alarmava os militares na crença que a guerra mundial corria sérios riscos de ser exportada para aquelas paragens, ou pelo menos de que havia de fato uma instabilidade mundial generalizada. Os conflitos do Chaco (1932-1935), entre Bolívia e Paraguai, e a disputa pelo território de Letícia (1932-1934), entre Colômbia e Peru na fronteira norte-amazônica brasileira, pareciam ser a prova factual disto.

Especialmente a partir de 1935 quando fica também evidente a fraqueza da defesa militar frente ao perigo nacional-popular interno representado pela Aliança Nacional Libertadora, mas já acentuando uma tendência exigida por Góis Monteiro para assumir a pasta de Ministro da Guerra em 1934, Vargas se vê obrigado a destinar gastos exorbitantes para o reequipamento das forças armadas. Abertura de créditos especiais, elaboração de planos por parte de generais e sondagens no comércio internacional seriam maneiras como Vargas conseguiria acalmar o profundo sentimento existente entre os militares do constante alerta de que o Brasil estaria entre os países mais cobiçados naquele momento pelas potências imperialistas.

É importante notar que a solução encontrada não foi uma busca desesperada por parte de Vargas, mas um lance de oportunidade que se adaptou ao que já existia. Necessitando intensificar seu esforço de guerra, a Alemanha procurava no cenário mundial países com quem pudesse realizar transações sob a forma do comércio de compensação, já que a situação de suas divisas externas era precaríssima. Ao procurar o Brasil com a oferta de acordo em marcos

Aski,²¹¹ a pressão inicial e mesmo mais fundamental para que os acordos alemães fossem aceitos ocorreu por parte da intensa mobilização das burguesias regionais, próprias de um mercado interno capitalista ainda puntiforme, as quais Vargas lutava para articular integradamente. Sob intensa solicitação para dar vazão às suas mercadorias, diversos setores pressionaram o governo acreditando terem encontrado escoadouro para seus estoques acumulados.

Convém citar a recheada relação de produtos que o comércio de compensação com a Alemanha oferecia para a economia brasileira:

Borracha, frutos e castanhas do Amazonas e Nordeste; fumo da Bahia e do Rio Grande do Sul, que também fornecia couro e carnes; frutas cítricas paulistas; café do Centro-Sul e algodão de São Paulo e do Norte (sic), enchiam os porões dos navios europeus, depois de desembarcarem carvão-de-pedra, maquinaria, remédios, equipamentos elétricos, produtos de ferro e de aço, assim como uma grande variedade de produtos acabados. (HILTON, 1977a, p. 143)

Em sendo de fato diversificar a economia de exportação a meta principal por parte de Vargas, recebendo, em contrapartida, importantes produtos para incrementar a produção econômica brasileira, o que mais pesou na balança para aceitar tais compromissos, também se deve reconhecer que foi a pressão militar que forneceu o estímulo cada vez mais eficaz para dar prosseguimento as essas negociações. Vale lembrar que esses acordos eram considerados não ortodoxos pelo ponto de vista liberal como propunha a esfera de influência do Estados Unidos, da qual o Brasil jamais logrou se distanciar demasiadamente durante o período. Por isso, foi o realismo da cúpula militar que jogou um papel fundamental para replicar esse procedimento quando setores importantes dentro do governo, como Oswaldo Aranha, tentavam convencer Vargas que desistisse desse comércio que tanto descontentava os formuladores da política externa norte-estadunidense. Inclusive, um *modus operandi* secreto fazendo com que não existisse a assinatura de acordos formais, apenas palavreado e com trocas de notas, foi criado para essa finalidade.²¹²

²¹¹ Sigla de *Ausländer Sonderkonto für Inlandszahlungen*, que em tradução direta significa “Conta Especial de Estrangeiro para Pagamento Doméstico” (HILTON, 1977a, p. 82). Trata-se de um mecanismo desenvolvido pela economia alemã, devido a baixa reserva de ouro que fora forçada a gastar para importar produtos visando se rearmar. Essa conta que o país exportador abria na Alemanha podia apenas ser usada para comprar produtos de sua origem, de modo que simultaneamente estimulava as exportações alemãs, reduzindo também a pressão sobre sua baixa reserva de divisas estrangeiras.

²¹² Para o detalhamento da movimentação dos vários acordos Brasil-Alemanha entre 1934 e 1939 ver Stanley Hilton (1977a), *O Brasil e as grandes potências. Os aspectos políticos de rivalidades comercial 1930-1939*. Deve-se, contudo, ter em mente que existe uma tendência entre os brasilianistas, bastante forte em Stanley Hilton, de personalizar os fatos históricos, isto é, atribuir demasiada influência aos indivíduos como causas determinantes.

Pode ser lembrado que também havia um intuito claramente industrializante por parte do setor militar. De fato, era sensível no escalão superior do Exército e da Marinha a consciência de que a dependência de fornecimento de equipamentos por economias externas vulnerabilizaria a capacidade de defesa nacional. É verdade que os militares assim agindo dentro do seu intuito de “segurança nacional” também expressavam um determinado nacionalismo, muito pouco refratário a utilização do capital externo. Contudo, sua visão de um apocalipse para a ordem do dia, tendo o Brasil como um dos epicentros, acaba por se configurar em particularidade significativa. Auxiliava aqui também uma característica central da visão de mundo dos militares: seu interesse centralmente corporativo seria responsável por uma marcante diferença se comparado com os rumos que apontavam a direção política de Vargas para o capitalismo brasileiro.

Os militares apoiavam a política comercial do governo. No entanto, procuravam extrair dela a possibilidade de satisfazer seus anseios de segurança que resultavam numa crença de que ainda estaria distante o dia da autossuficiência econômica brasileira. Daí batalharem para a alocação dos recursos nos interesses mais imediatos que defendiam, tais quais combustíveis e transportes, armamentos, vestuários e munição para enrobustecer o corpo das Forças Armadas Brasileiras com caráter de urgência. Desde a Comissão Nacional do Aço criada 1931, no interior do Ministério da Guerra, para investigar as possibilidades nacionais de uma siderurgia, até as posições dos principais líderes Dutra e Góis já durante o Estado Novo, indicam que a situação do aço deveria esperar o fortalecimento do mercado interno e que as fabriquetas nativas existentes deveriam ser redirecionadas para o esforço de rearmamento da corporação.²¹³ Ao termo “mobilização industrial” os militares atribuíam o sentido restrito de “expansão das fábricas de armamentos” (HILTON, 1977a, p. 208).

Por outro lado, esse complexo processo permeado de interesses que ora se negavam, ora se complementavam, abria espaço para a famosa disputa entre os Estados Unidos e a Alemanha pela esfera de influência no Brasil. Tal embate comercial, mas com um fundo estruturante político fundamental, demonstraria também a maior largueza de visão para os rumos industriais que Vargas possuía.

Getúlio Vargas teve, então, que lidar com uma dupla investida imperialista. Quanto aos Estados Unidos, se tratava de um novo itinerário, que procurava açambarcar áreas de influência

²¹³ “Tanto é assim, que a Defesa Nacional – revista militar mensal editada por oficiais de alta patente, pertencentes, em sua maioria, à ala “modernizante” do Exército, Góis inclusive –, não menciona uma única vez, entre 1930 e 1936, a questão da siderurgia” (TRONCA, 1981, p. 347).

pelo método da dependência econômica, mais de acordo com a democracia liberal de mercado, forma particular de ser daquele imperialismo.²¹⁴ Para a Alemanha, a questão residia em que o Brasil lhe servisse como fonte importante de financiamento, via fornecimento de mercadorias-chave, para o projeto bélico da fração mais reacionária daquele capitalismo monopolista. Seria sob esse áspero jogo, provando possuir grande destreza para lidar com esses dois polos poderosos, que Vargas atingiria o apogeu de sua capacidade de barganhar com as investidas do capital estrangeiro.

Mantendo uma relação de cordialidade durante toda a década de 1930 com os dois países centrais do capitalismo internacional, Vargas soube aguentar uma pressão latente de setores importantes da burguesia norte-estadunidense. Sofria crítica dos detentores de títulos da dívida externa brasileira que não estavam recebendo seus dividendos, de elementos fortes dentro da própria assessoria presidencial e mesmo do Congresso que defendiam uma política protecionista mais marcante. Existia a ameaça, inclusive, de se impor tarifas sobre o café brasileiro que recebia benefícios do comércio de nação mais favorecida. Os setores agrário-exportadores, principalmente de algodão dos Estados Unidos, que viam paulatinamente seu produto ser substituído pelo brasileiro nos portos Alemães, estavam furiosos com os acordos via marcos de compensação. É verdade que as disputas entre as frações da burguesia do Estados Unidos ajudaram Roosevelt a segurar essa pressão e setores do Departamento do Estado, como Cordell Hull com sua política de livre-comércio para cenário internacional, foram os responsáveis pela guinada principal que dada rumo ao liberalismo comercial (MOURA, 1980).

Mas também Vargas soube perceber esses conflitos, e mais ainda a necessidade inevitável dos Estados Unidos entrarem na guerra, que nos seus primórdios parecia dia a dia mais tendente à vitória alemã. Quando a balança interna parecia pender para o lado dos militares, que faziam de tudo para não aceitar a proposição de um acordo militar pela potência americana, pressionando também para que não houvesse rompimento declarado com a Alemanha (tal qual significava o argumento da “neutralidade estrita” na guerra, mantida de fato até agosto de 1942, quando finalmente declararia guerra ao eixo), conforme fizeram a Argentina e o Chile, o líder esclarecido da burguesia brasileira soube se aproximar mais de Oswaldo Aranha, que lhe fornecia a melhor ponte de comunicação com Roosevelt. Ao defender o seu companheiro de longa data, o que significava também falar a linguagem do pan-americanismo,

²¹⁴ Em artigo procuramos oferecer uma síntese desse debate que percorre a especificidade da formação do imperialismo dos Estados Unidos, bastante distinto do caminho que as variantes alemã, francesa ou britânica, por exemplo, tomaram para conformar o seu. *Elementos de contribuição para pensar a forma particular de ser do imperialismo norte-americano*. (SARTORETTO, 2018)

objetivo estratégico dos Estados Unidos, Vargas assim procedeu condicionando o propalado apelo à possibilidade de fortalecer seu Exército e receber financiamento para a siderurgia, mas o fez no momento exato em que os Estados Unidos mais precisavam obter ajuda brasileira. Tal prazo ocorreria entre dezembro de 1941, quando do ataque a Pearl Harbor, e a III Conferência dos Chanceleres no Rio de Janeiro, realizada em janeiro de 1942. Nesse momento crítico, Vargas ainda daria um “puxão de orelha” nos Estados Unidos, reclamando que durante os últimos meses suas promessas de suprimento bélico tinham sido apenas simples palavreado. Radicalizando essa postura para os moldes tradicionais da diplomacia, teria afirmado que ao invés de ser tratado como um mero país da América Central (da “República das Bananas”), que se contentava com a presença daquelas tropas ocupando o seu território, o Brasil teria o direito de ser visto pelo Estados Unidos como aliado exclusivo, merecendo ser, por isto, equipado.²¹⁵

Dois episódios ilustram essa postura de barganha. O primeiro ocorrido em 1938, tem o sentido de procurar fomentar ainda mais a preocupação dos Estados Unidos com a penetração alemã na América do Sul, já que aqueles consideravam este setor continental quintal de seus negócios. Oswaldo Aranha teria revelado existir uma perigosa trama nazista em curso, direcionada centralmente pelo próprio Führer, com o objetivo de dominar o Brasil, Uruguai e Argentina, convertendo-os em aliados do eixo. Estaria sendo colocada em xeque a democracia no Continente, vulneráveis que estariam suas defesas. Em uma manipulação muito semelhante à realizada com o Plano Cohen - porém esta, ao que tudo indica, com menos condições ainda de veracidade -, o governo brasileiro revelava seu desejo: aceitar de bom grado a subordinação aos Estados Unidos, desde que eles lhe garantissem o posto de segunda nação do continente, ou seja, os Estados Unidos deveriam armar o Brasil, militar e navalmente para que no cone Sul o país tivesse condições de enfrentar qualquer possibilidade de agressão. Com isso, protegendo essa região, em segurança ficaria uma área tão importante para os interesses norteadunidenses (HILTON, 1977a, p. 299-300).

O segundo demonstra como o Ministro das Relações Exteriores, tendo se tornado especialista na diplomacia de alarmar a potência americana para que aceitassem o papel de protagonismo brasileiro na América do Sul, teria afirmado que não entendendo da psicologia do povo latino-americano, os Estados Unidos não seriam capazes de perceber o que ao Brasil era fato límpido, a saber que o governo argentino possuía objetivos de retomar o antigo sistema colonial espanhol sob sua hegemonia, dominando, ainda que apenas economicamente, Chile,

²¹⁵ Conforme conversação dos acordos dos dirigentes brasileiros com o representante dos Estados Unidos, Summer Welles, exposto por MOURA, 1980, p. 164-165.

Uruguai, Bolívia e Paraguai, gerando, assim, uma “*hispanidad*” que seria o grande obstáculo ao pan-americanismo que tanto defendiam.²¹⁶

Delineia-se aqui aquilo que estamos designando como o sentido do nacionalismo do Estado Novo: com uma classe dirigente sem tradições antimperialistas, e desarticulados ou reprimidos os setores que assim podiam se manifestar politicamente, o nacionalismo implementado e defendido propagandisticamente não significou a negação do capital estrangeiro, mas apenas a restrição de suas iniciativas em casos que obstruíam os rumos do desenvolvimento estipulado. Nada de posturas repulsivas ao capital estrangeiro por princípio. De outro lado, como lembra pertinentemente Edgard Carone (1976), o não reverte em igual intensidade às legislações nacionalistas indicam que a crise geral que assolava a esfera capitalista internacional obrigava os países imperialistas a sustar novas aplicações de capitais naquele momento.

Em outros termos, trata-se de um quadro que configurou uma nova forma de relacionamento com o capital estrangeiro, onde nacionalismo significava reforçar o sentido progressivo que estava sendo dado ao ser da burguesa brasileira, sem que seu caráter autocrático de dominação de classe fosse modificado.

Há ainda uma pergunta que convém ser feita: a sagacidade dos dirigentes políticos brasileiros na defesa dos interesses de uma progressividade para a autocracia brasileira, de onde teria surgido? A capacidade de promover um comportamento político como o realizado por Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e Valentim Bouças²¹⁷ pressupunha uma perspicácia que dificilmente apenas a empiria da convivência no bloco do poder seria capaz de fornecer. É verdade que a cúpula militar também contribuía para que se obtivesse uma percepção mais realista dos choques que se armavam internacionalmente. Contudo, cremos que as formulações ofertadas pelos intelectuais que aqui compõe o complexo ideopolítico forneceram um quadro muito mais acabado e com maior densidade para que se pudesse ir além do problema que Stanley Hilton (1977a) crê que os estadistas brasileiros se colocavam, a saber “para o onde

²¹⁶ HILTON, 1994, p. 419. Esta pesquisa tardia do brasilianista (uma biografia excelentemente documentada de Oswaldo Aranha) fornece um quadro capaz de superar a simplista ideia do Ministro das Relações Exteriores de Vargas como mero títere e apêndice da política externa dos Estados Unidos. Além de demonstrar que suas posições eram pautadas de acordo com a ideia que tinha para o Brasil no concerto das nações mundiais, demonstra a percepção que Aranha possuía da dependência econômica que o alinhamento ao pan-americanismo traria ao Brasil, bem como suas constantes manobras diplomáticas para contrabalancear esse laço que considerava inevitável, indo até mesmo à tentativa de retomada de negociações com a União Soviética.

²¹⁷ Consultor Jurídico do Conselho Federal de Comercio Exterior (CFCE) que frequentemente também representava o Brasil em negociações nos Estados Unidos.

caminha o mundo?” Conforme analisamos anteriormente, a razão autocrática enquanto expressão ideológica esclarecedora, adequada a uma forma particular de ser dessa burguesia e gestada pelas suas próprias contradições, extrapolava essa primeira noção ao conter em si também respostas às perguntas “como caminhar nesse mundo” e ainda “para onde caminhar autocraticamente”. Dito em termos mais diretos, determinadas contribuições teórico-políticas ofertadas por Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral forneciam a capacidade para a direção política brasileira se movimentar com conhecimento de causa no interior das mais intensas disputas imperialistas que grassavam no mundo. E de fato, foi o que Vargas demonstrou com sua artimanha de contrapor duas das maiores potências mundiais, sem que alguma delas pudesse descartar seu apoio ou lhe impor sanções quando negada a ajuda sem uma contrapartida substancial para seu projeto de desenvolvimento.

Por outro lado, parece razoável apontar que da manutenção do status de subordinado, que tomou corpo ao aceitar a aliança com os Estados Unidos, tornando-se um sócio menor, privilegiado ao nível do continente americano, houve por parte de Vargas o encaminhamento da parte mais fundamental de sua política dirigente que consistia em redefinir os termos dessa dependência econômica do país. Embora não tenha sido superada, foi reposta em um patamar mais elevado, afinal conquistou o capital necessário para construir a Usina de Volta Redonda, incrementando seu projeto industrializante.

Sob este ponto, Vargas possuía clareza ao compreender que a burguesia industrial brasileira não seria capaz de levar a cabo, e nem o desejaria, o empreendimento siderúrgico. Essas conclusões teriam coincidido com os anos iniciais do Estado Novo, marcado por um aprofundamento do nacionalismo, que não negava, contudo, inteiramente o capital estrangeiro, como demonstramos. O regramento nacionalista obedeceria sempre aos designios autocráticos. Tal fato pode ser comprovado analisando umas das medidas centrais do “sentido da política econômica” do Estado Novo, que seria o Planejamento de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa Nacional (PEOPADN). Instituído pelo decreto-Lei 1058 de 19 de janeiro de 1939, o plano previa a soma de 5 bilhões de cruzeiros para a duração de cinco anos. Embora fosse bastante geral, descuidando das especificidades de cada setor do projeto, esse plano, bem como os impostos sobre as operações cambiais, inauguraria um movimento de ações que serviriam de modelo ao longo de todo o Estado Novo. Acima de tudo, como programas nitidamente industrializantes, demonstrariam como o governo Vargas conseguiria obter fundos e impostos específicos para elaborar programas paralelos ao orçamento federal, ampliando e flexibilizando

o gasto público em prol da industrialização, sem recorrer a uma reforma tributária, ou seja, sem tocar nos interesses arraigados da burguesia (CORSI, 2000, p. 104).

Além disso, o fortalecimento militar, conquistado nas trocas comerciais com a Alemanha, tornava o Brasil um país agora respeitável frente aos seus vizinhos latino-americanos. Se era do interesse dos setores mais avançados da burguesia brasileira gestar uma autocracia progressiva, então podemos concordar com Gerson Moura quando afirma que “o pan-americanismo ajustava-se, portanto, à nova coincidência de interesses das classes dominantes brasileiras e norte-americanas” (1980, p. 187).

De seu lado, e pensando seus interesses estratégicos acima dos objetivos parciais, o imperialismo dos Estados Unidos pode suportar que um importante parceiro comercial como o Brasil negociasse por longos anos pelo bilateralismo, o que contrariava suas intenções de reorganizar imediatamente o livre-comércio internacional. Contudo, interessava mais naquele momento trazer o Brasil para o seu campo de influência futuro, prendendo-o estruturalmente, ou seja, política e militarmente através dos acordos que logrou conseguir durante a guerra. Contudo, esse campo de interesses de fato criado pelo imperialismo norte-estadunidense não impediu que Vargas dispusesse de um enorme poder de negociação para exigir interesses que diziam respeito à sua classe. Em suma, Vargas soube condicionar suas concessões, aguardando com enorme paciência o exato momento em que os Estados Unidos mais necessitavam de seu apoio. Embora o leque de opções não fosse muito grande, o alinhamento subordinado aos Estados Unidos também não foi uma pressão irresistível e nem uma medida automática.

Fica evidente aqui também o papel da ideologia na luta de classes, independente da seara em que se manifesta, se na luta fundamental entre burguesia e proletariado, ou nas disputas entre as distintas burguesias de formações sociais particulares. As condições econômicas estavam dadas e com elas suas determinações. No entanto, a capacidade de barganha que Vargas demonstrou certamente demonstra também o papel da subjetividade política na escolha das alternativas a seguir. Explorando-as ao máximo que podia, Vargas soube garantir elementos fundamentais para estruturar um pilar fundamental da forma autocrático-progressiva de avançar no desenvolvimento especificamente capitalista que era o financiamento da siderurgia. Sem o papel da consciência esclarecida, fornecida por aqueles intelectuais em suas análises, dificilmente Vargas teria condições de possuir uma destreza tal para se movimentar no meio de um palco difícil como era o imperialismo daqueles dias. Limitado material e estruturalmente pela dependência que não poderia romper como líder de uma classe autocrática, Vargas

explorou, conforme os interesses que expressava, talvez a melhor possibilidade que havia na situação de crise das economias centrais.

Ainda uma vez se confirmava o aspecto subordinado e dependente da burguesia brasileira, agora elevado a um patamar diferenciado, já que revertendo uma tendencialidade própria da autocracia brasileira desde suas origens, que é ser regressiva. O episódio da luta entre Estados Unidos e Alemanha pela influência no Brasil ilustra tanto o real sentido do nacionalismo, de corte estruturante da forma autocrático-progressiva para o capitalismo brasileiro, como também é um argumento que reforça a função esclarecedora da ideologia da razão autocrática, que lhe servia efetivamente de matriz ideopolítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lançar luz sobre a especificidade de um fenômeno figura entre os objetivos principais da ciência da história humana. Neste trabalho pretendemos ter cumprido esta tarefa ao demonstrar o que singulariza o período de quinze anos em que Vargas esteve à frente do poder dirigente brasileiro (1930-1945). No estrito sentido da palavra *específico*, único de sua espécie, distinto e indo até mesmo ao correto qualitativo de raro, a “Revolução de 1930”, na correta consideração de Ricardo Antunes, cumpriu algo diferencial em nossa história. Mesmo que tenhamos que elencá-la no rol dos rearranjos políticos pelo alto que a burguesia brasileira constantemente promove, demarcando também sua substância autocrática, logrou o feito de construir uma forma progressiva para o andamento do capitalismo brasileiro. E este fato, que a torna ímpar no interior das formas de ser dessa autocracia, que por essência é regressiva, só foi possível pela existência do complexo ideológico denominado de razão autocrática que a acompanhou durante toda a sua trajetória e por ter encontrado em Vargas um dirigente político que pudesse adotar organicamente essa visão de mundo, ao trazer em sua formação uma ideologia de mesmo talhe filosófico.

Por sua vez, somente filosofia de um período bastante peculiar do desenvolvimento do capitalismo foi capaz de expressar os interesses desta franja mais avançada da burguesia brasileira. Pouco utilizado no tempo de sua formulação, o positivismo não foi muito apreciado pelo capitalismo de inícios do século XIX, que promovia seu avanço por meio da brutal exploração da mais-valia absoluta. Ainda nos primórdios de sua formação de classe, o proletariado se via obrigado a lutar no nível apenas da sobrevivência, tentando garantir um mínimo humano de vida como força de trabalho (daí suas primeiras manifestações terem se situado ao nível econômico-corporativo). Muito diferente era o contexto inaugurado com a Grande Guerra mundial, que ajudara a gestar a Revolução de Outubro. Diante de um oponente visceral estruturado nos moldes de um estado de proporções geográficas continentais, os interesses de progresso de uma burguesia ultra-retardatária solicitaram que se lançasse mão desta filosofia. Foi o que fizeram Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, pensando organizativamente uma forma de desenvolvimento para a autocracia brasileira e adequada para o seu tempo. O resultado foi uma ampla política capaz oferecer as mediações concretas para o avanço da industrialização hiper-tardia, mas também que fosse capaz de cuidar do papel que a necessária luta ideológica com o comunismo agora demandava. O sindical-corporativismo cumpriu espetacularmente este duplo objetivo.

Essa compreensão específica e concreta do papel que a subjetividade tem nas modificações do ser social, revolucionárias ou não, abre caminho para que algumas concepções sejam revistas. Por exemplo, colocado nestes termos, a discussão hoje clássica sobre o “desenvolvimentismo” precisaria ser retomada em outras bases, pois que o “ciclo ideológico do desenvolvimentismo” teria origem não apenas em 1930, como quer Ricardo Bielschowsky, mas nestes intelectuais que foram os responsáveis pela criação do complexo ideológico da razão autocrática e que remontam até Alberto Torres nos anos 1910, pelo menos.²¹⁸

É expressivo, aliás, que na análise do que o autor designa como desenvolvimentismo, isto é, de uma ideologia que tenha sido formulada para superar o subdesenvolvimento nacional, onde a acumulação de capital da indústria figure como dinâmica central, não exista a análise de qualquer livro de Azevedo Amaral. Embora não seja propriamente um economista (aliás, a classificação cientificista destes intelectuais nos parece um falso problema quando compreendemos suas teorias pela função social método), recordemos aqui, apenas, que já em 1930 em seus *Ensaio Brasileiro*, quando Vargas ainda fazia parte da Aliança Liberal, o jornalista carioca discorre exatamente sobre este ponto, afirmando que a organização racional precisa inserir os órgãos da vida econômica numa coordenação harmoniosa atendendo ao “conjunto do metabolismo nacional”, onde o senso sociológico de seu tempo obriga que a indústria tome a centralidade daquela dinâmica. Assim procedendo, pois, Azevedo Amaral insere no complexo ideológico da razão autocrática exatamente a centralidade da acumulação industrial para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

A valorização da busca por uma industrialização vigorosa (que de fato teria maior vigência apenas nos desdobramentos das contradições do grande capital cafeeiro em torno de 1930), não pode ser feita isoladamente das demais contribuições que foram fornecidas por Alberto Torres ou por Oliveira Vianna, fundamentais para contemporização daquele conjunto doutrinário de sistematizações. Portanto, desarticulada dos demais aspectos (noção compressora do imperialismo, caráter insolidarista da burguesia brasileira, necessidade de unificação do mercado interno, etc.), a industrialização propalada por Vargas não teria condições de formar, sozinha, uma forma de desenvolvimento adequada para o capitalismo brasileiro nos dias do imperialismo. Sem a compreensão desta totalidade movente e movida, a

²¹⁸ É o próprio Bielschowsky que aponta para as lacunas de sua pesquisa relacionadas a esse período histórico, quando afirma que “a extensão do presente trabalho impossibilitou o estudo do pensamento econômico no período que podemos caracterizar de ‘origem’ do projeto desenvolvimentista, isto é, os quinze anos que se seguiram ao colapso simultâneo da economia cafeeira e do poder hegemônico das oligarquias regionais (2004, p. 248).

discussão do desenvolvimentismo fica restrita ao aspecto econômico, atribuindo-lhe mecanicamente a subjetividade, o que resulta perder de vista a verdade do todo.²¹⁹ Resgatado o papel do fator político-subjetivo que auxilia a efetivação das intervenções, concretamente, é com estes intelectuais e suas prévias-ideações que germina o esclarecimento da necessidade de desenvolver progressivamente o capitalismo brasileiro, conforme demonstramos.

Também se depreende do exposto na tese, que tal conjunto doutrinário de sistematizações, após ter esclarecido os setores mais avançados da burguesia brasileira, tornou-se a *expressão ideológica dominante* da forma de desenvolvimento que ajudou a constituir. Isto não significa apenas que realizou com sucesso o posto de matriz ideopolítica da direção do capitalismo brasileiro, mas, fundamentalmente, que da forma autocrático-progressiva foi essa percepção que prevaleceu no modo de interpretar o mundo pelos atores sociais do período.

As ideias que se expressavam pela vivência do mundo cotidiano, no interior do novo tipo de domínio implementado pela burguesia brasileira, indicavam estar ocorrendo uma valorização do homem brasileiro e de sua família, quando, em realidade, o que passava a existir era a valorização do trabalho especificamente capitalista. Da efetivação de políticas protetivas de cunho social, resultou a impressão de se ter alcançado a democracia possível para o Brasil – “um país novo” -, atribuindo-se a responsabilidade por tal façanha à sensibilidade paternal de Vargas, quando, na verdade, perfaziam processos apenas fenomenicamente progressistas, já que, investigadas pela sua articulação no todo, revelavam-se restritivas, atendendo apenas conservadoramente demandas concretas da histórica luta de classes popular.

Esses dois exemplos, os mais contundentes, mas que não esgotam aquele conteúdo, só são possíveis de serem captados pela crítica ontológica da especificidade da práxis política. Não se trata aí de mero engodo ideológico, mas de uma indissolúvel unidade entre fenômeno e essência, que ocorre necessariamente para a imediaticidade do agir humano. Essa determinação da aparência do ser, distinta apenas em grau daquela da essência, indica que produzir fenômenos faz parte da própria natureza interna da essência. Na medida, pois, em que o âmbito da política é o do conflito, abrangendo necessariamente a globalidade da formação social, perpassado integralmente pelas relações de poder, a política como práxis embora se dirija apenas à transformação mundo fenomênico, visando mantê-lo ou destruí-lo, é inevitavelmente movida

²¹⁹ O trabalho de Bielschowsky que aponta o vigoroso surto industrial que estava ocorrendo como desdobramento das contradições do grande capital cafeeiro, considera que na década de 1930 “reuniam-se, assim, excelentes condições objetivas para que surgisse *naturalmente* uma gradual conscientização a respeito da viabilidade de um processo autossustentado de criação de riqueza com base na industrialização” (2004, p. 254). (grifos nossos).

também, porém de forma apenas indireta, para a essência. Por isso, quando a ideologia enquanto teleologia, isto é, como forma de persuasão dos indivíduos a tomarem estas e não aquelas escolhas no âmbito político, se relaciona com a essência, encontra o campo das possibilidades. Assim, a essência, enquanto fruto de uma causalidade criada por ações humanas não conscientes (a determinação da forma das relações sociais de produção), necessariamente sofre a influência da práxis política ideologizada. A “obra plasmadora dos homens”, portanto, situa-se no amplo espectro existente entre a dialética da necessidade e da possibilidade. Por essa razão pôde Vargas, com um profundo esclarecimento de causa, levar a cabo intervenções arbitrariamente manipulatórias, pois que embasadas em noções falsas - mas não mentirosas - sobre a verdadeira constituição da realidade brasileira, no interesse de sua própria autocracia, sem sair do campo de sua essência, isto é, de suas rígidas hierarquias de distanciamento de classe e do excludente direcionamento social de suas práticas políticas.

No entanto – e isto é o grande fator específico da história dos homens –, o fez apenas seguindo uma particular linha de desenvolvimento possível – logo não determinada mecanicamente -, ao mesmo tempo que contribuía para fomentar outras possibilidades. A escolha de uma das alternativas condicionadas para o direcionamento da formação social brasileira não significava exercer o controle absoluto sobre o movimento de sua essência (conjunto das relações sociais), uma vez que, em seu devir processual, práxis autocrática e movimento da realidade continuavam a impulsionar outras linhas de desenvolvimento, afinal as demais frações burguesas também tinham importantes representantes lutando por seus interesses nos canais corporativos de poder.

Foi este o grande esforço seguido em nosso trabalho. Ao invés de optarmos pelo caminho de uma análise que esquadrinhasse o evoluir histórico-político, procurando encaixar determinados acontecimentos dentro deste ou daquele interesse das várias frações de classe existentes, imobilizando a substância da vida social,²²⁰ nesta tese procurou refletir teoricamente quadro móvel de um período específico da história brasileira - pois é assim que entendemos funcionar a sociedade humana. Conforme aponta a crítica ontológica marxiana, a realidade dos homens é inteiramente dinamizada por contradições, que a todo momento abrem alternativas práticas para que o indivíduo faça uma escolha concreta. Essas escolhas, é certo, não existem independentemente de lutas, nas quais os derrotados são coercivamente obrigados a adotar esta

²²⁰ Veja-se, por exemplo, a importante pesquisa histórica de Francisco Pereira de Farias, mas que segue este recorte metodológico que fratura o movimento da realidade. *Estado Burguês e classes dominantes no Brasil (1930-1964)*, 2017.

ou aquela decisão, tampouco as ideologias estão ausentes, uma vez que elas também coagem, embora de uma forma mais suave, mas não menos persuasiva, os homens a tomarem seus caminhos.

Por estas razões, não devemos estranhar que no momento mesmo em que a forma autocrático-progressiva da burguesia brasileira, ímpar em sua história, parecia deslanchar para suas mais altas realizações, acabou por ser impedida. Auxiliada pela conjuntura externa, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota dos fascismos, ganhando palco novamente a velha ideia do livre comercio, financiada agora pelos Estados Unidos, cada vez mais poder solar no âmbito capitalista, ascende ao primeiro plano uma escolha política, determinada também materialmente, que acorrentava o ponto mais delicado dessa forma de ser da autocracia brasileira. Retornemos ao andamento histórico para compreender melhor este ponto.

A deposição de Vargas pelos militares em 29 de outubro de 1945 é o fato que finaliza o regime do Estado Novo. Dizemos isto porque, assim como em 1932, por traz do discurso pela “democracia”, da possibilidade de escolher os candidatos pelo voto, o ponto nevrálgico de discussão girava em torno da figura de Vargas e de suas realizações como dirigente do Estado Novo. Tanto é que, uma vez deposto Vargas, a frente única de oposição, arregimentada como União Democrática Nacional, preocupou-se, na Constituinte, mais em realizar a autópsia da ditadura, procurando demolir sua estrutura burocrática, do que propriamente com a construção jurídica da nova Carta.

Contudo, à diferença de 1932, os caminhos para a reação não seriam mais a revolta armada, nem a aposta da criação de um novo quadro de elites, como aliás, estava ganhando cada vez mais consistência na existência da USP. O mundo já não era mais o mesmo. Como lembra bem Hélio Silva (1976, p. 264), as duas bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, que precederam a deposição de Vargas a 29 de Outubro, ilustram que os militares, que haviam sido o pedestal e o cadafalso de Vargas para o Estado Novo, só aceitariam um novo regime (e, como as forças liberais, acreditavam também que o novo regime precisava ser decidido nas urnas) que erigisse a questão da segurança nacional como pilar central - pela qual tanto pressionaram Vargas antes mesmo do estourar da guerra. Combate ao comunismo, por um lado, quando ficava claro que em breve União Soviética e Estados Unidos teriam de se enfrentar, senão militarmente, pelo menos ideologicamente, e democratização, por outro, já que o saldo de mortos da guerra fora para combater as ditaduras fascistas, à qual muitos gostavam de identificar (erroneamente) o Estado Novo. Portanto, não é de estranhar que as duas candidaturas tenham sido gestadas consensualmente em torno dos militares: Brigadeiro Eduardo Gomes,

pela UDN, e a contrapartida lançada por Vargas para enfraquecer aquele apoio militar aos liberais, o General Eurico Gaspar Dutra, pelo recém criado Partido Social Democrata (PSD).

Em que pese as articulações de Vargas para fazer sobreviver seu sentido dirigente nos partidos que se desenvolviam desde fevereiro daquele ano (dentre os quais faria do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, o seu), tivemos oportunidade de notar neste trabalho a inexistência de outro indivíduo com a mesma capacidade para a práxis política autocrático-progressiva. Por isso, ainda que Getúlio tenha decidido ofertar seu apoio a Dutra *Malgré tout*, reservando sua ação bombástica para uma semana antes do pleito eleitoral e sob o ditado de que “leve sacudir do galho não cai gravetos”, não pôde evitar que seu projeto político fosse minado. As condições concretas possíveis fizeram com que a reação à progressividade da autocracia existisse sob a forma de infiltração nas forças armadas. E mesmo que o brigadeiro Eduardo Gomes perdesse a eleição, como de fato foi derrotado, ela se entificaria na direção de Dutra. É verdade que vai aí uma diferença importante, uma vez que em troca do apoio, o PSD prometera amplas concessões de cargos e ministérios ao PTB, principalmente acerca das relações trabalhistas. Porém, para a forma de desenvolvimento aqui considerado, tal diferença se faz apenas quantitativa.

Assim, os fenômenos que levam Vargas a ser deposto por um golpe de seus próprios aliados militares, que tanto definiria como traição e que viu cair no colo de seu mais fiel aliado no escalão exército, inscrevem-se tranquilamente em uma linha de desenvolvimento que foi gestada pela própria forma progressiva dirigida por Vargas. Este ponto merece atenção especial.

No quadro móvel que procuramos traçar ao longo da tese, três largas contradições nos parecem ter dinamizado esse ser-precisamente-assim da burguesia brasileira do período. A primeira diz respeito à necessidade que Vargas sentiu, de trazer a si como principal força social aliada na direção política, a cúpula militar. A instrumentalização que promoveu não se operou sobre uma força morta, mas muito viva - conforme as teorizações de Clausewitz esclarecem. Ganhando uma relativa autonomia, e procurando atender no primeiro plano seus interesses corporativos imediatos, acabou por entravar planos fundamentais que Vargas tinha para o capitalismo brasileiro, pensados a médio e longo prazo. A segunda diz respeito à necessidade, também constatada, de estimular uma percepção ideológica burguesa em uma fração significativa do proletariado, convidando-a para servir de importante base de apoio no interior do Estado. Mesmo essa efetivação formal de políticas com um claro sentido sociometabólico capitalista, acabaria se mostrando um excesso politicamente inaceitável pela burguesia como classe, daí se chegar ao completo absurdo de elencar Vargas como comunista. Em terceiro lugar, se havia o desejo de avançar no desenvolvimento industrial em Vargas desde o início da

década de 1930, como temos defendido, tal esforço esbarrou constantemente na própria estrutura das transformações autocráticas que dirigiu. Ao não excluir radicalmente nenhuma das frações burguesas do bloco do poder, procurando reeducá-las no interior do corporativismo, o encaminhamento do planejamento foi barrado pelos próprios interesses contraditórios que as franjas defendiam nos debates no interior das comissões especializadas.

Por isso, no desenvolvimento desigual e combinado, e sob as aparências mais enganosas à análise superficial, enquanto a reação externa mais aguda, o fascismo, perdia a batalha pela hegemonia mundial, a reação mais aguda interna que havia logrado se manter relativamente estruturada (já que o integralismo tinha se desorganizado quase totalmente após o *putsch* de 1938) ganhava terreno para corroer o projeto de Vargas. A velha noção liberal que identifica democracia com a mera sucessão de nomes no poder, reproduzindo a análise cotidiana petrificada, tomava a vanguarda na crítica para depor o ditador. Aproveitando-se do espaço que a pressentida queda do nazifascismo prometia abrir ao mundo burguês, a campanha liberal promoveu uma enxurrada de argumentos para culpar a ditadura por todas as mazelas existentes. Valendo-se das dificuldades que a Segunda Guerra havia criado para a economia interna,²²¹ a inflação, no entanto, figurava como alvo central e a panaceia era logo apontada pelo diagnóstico tradicional desta ideologia: o receituário anticíclico correto era encaminhado para passar a boiada dos interesses mais conservadores como controle do crédito e do gasto público, restaurar o lócus de ação do mercado, diminuição da proteção cambial, reforma dos códigos nacionalistas, atração de filiais estrangeiras e mesmo a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, sem os quais não haveria democracia.

Invertendo a relação entre fundante e fundado, veiculava-se, como tantas outras vozes patentes, a universal crítica aos intuítos continuístas do ditador. Numa inteligência inferior liberal – o polo oposto burguês da “inteligência superior bonapartista” –, a oposição anti-varguista se mostrava incapaz de perceber que por trás da aparência engessada da individualidade do dirigente gaúcho, não existia um Getúlio que procurava ali se manter por

²²¹ “O custo de vida segue numa espiral ascendente, que se reflete principalmente sobre o nível de vida das populações pobres ou os que ganham salários. Forma-se, assim, uma divisão nítida entre a maioria, com renda fixa, e os que podem manipular os preços ou especular. Entre 1934 e 1940, o índice de custo de vida sobe em média 6,6% ao ano; em 1941, é de 10,9%; em 1942, 12,0%; em 1943, 14,9; em 1944, 27,3%; em 1945, 16,7%. O governo, através da lei dos Crimes Contra a Economia Popular, da Comissão de abastecimento e da Coordenação de Mobilização Econômica tentar conter a alta. É verdade que o preço do aluguel é congelado em 1939, que são tabelados a carne, o pão, o açúcar, etc.; mesmo que os aluguéis subam só 4% entre 1939 e 1945, em São Paulo a alimentação cresce 15% nestes anos o vestuário 260%, o combustível 216%, a assistência médica 180%, o transporte 23%, somando estes e outros índices há um total ponderado de 176% de aumento entre 1939 e 1945” (CARONE, 1976, p. 96-97).

amor ao poder, esse ente mistificado pela tradição individualista. O que havia, de fato, é um Vargas expressando o desejo de continuidade da razão autocrática enquanto formulações ideopolíticas para fazer avançar progressivamente essa forma de ser da burguesia brasileira. Esse era o caminho que estava sendo barrado em sua continuidade pelas suas franjas mais reacionárias. Não por acaso, aqueles que ou foram por Getúlio e pelo seu complexo ideológico esclarecidos de seus interesses (burguesia industrial e setores da burguesia comercial), ou perceberam que tratava-se de levar a cabo um avanço nas relações de produção especificamente capitalistas, alcançando para o país um novo patamar na divisão internacional do trabalho (caso de Luiz Carlos Prestes,²²² anistiado, e de determinados setores do PCB), decidiram apoiar Vargas em sua campanha de permanência na Constituinte.

Frente à essa ofensiva socialmente reacionária, Vargas não teve alternativa a não ser se aproximar das massas urbanas, jogando para os “trustes e cartéis” a responsabilidade pela inflação, combatendo os “atos contrários à economia nacional” pela Lei Malaia (n. 7.666, de junho de 1945). À formação deste quadro (que já continha o Imposto sobre Lucros Extraordinários de janeiro de 1942), somou ainda a campanha feita em seu nome (e por ele tacitamente consentida) da Constituinte com Getúlio, donde o “queremismo” se fazendo movimento de massas. Atingia-se o ápice de legitimidade para o golpe militar.

A criação do PTB, inserido neste quadro, revela claramente seu objetivo: ao saberem os dirigentes políticos em torno de Vargas (Segadas Viana, Hugo Borghi, João Neves Fontoura, etc.) que a UDN e o PSD eram partidos que resguardavam profundo conteúdo político conservador,²²³ e na existência da URSS vitoriosa bélica e moralmente durante a Segunda

²²² A 26 de março de 1946, durante os trabalhos da Constituinte, assim Prestes se expressa a respeito de um ponto fundamental da política econômica, o do emprego dos saldos-ouro no estrangeiro: “Cremos que esta é uma reserva vital para a nossa pátria. Em documentos de nosso Partido e em decisões por ele tomadas, defendemos a tese de que essas reservas não devem ser utilizadas estritamente na aquisição dos bens de consumo; devem ser utilizadas de maneira planejada, de acordo com as necessidades nacionais, para o reequipamento de nossas estradas de ferro, para a aquisição de navios para a nossa Marinha Mercante, para construção de usinas hidrelétricas capazes de elevar a energia, a capacidade de produção de todo o nosso povo... (...) Para a importação de toda a maquinária que, dentro de um plano estabelecido por um acordo mútuo entre o Governo e os próprios industriais, seja a mais necessária para o desenvolvimento industrial do país. Sem dúvida, o Sr. Deputado José Jófili em parte tem razão quando declara que, de todas as indústrias, a mais necessária em nosso país, nos dias de hoje, é a indústria pesada, a de fabricação de máquinas. Vamos fabricar máquinas para as nossas fábricas. Volta Redonda aí está. Apoiamos a construção. Podem e devem mesmo existir erros. Mas, meus concidadãos, quem não erra? Volta Redonda é a indústria em nossa terra, é o início da nossa emancipação econômica”. Extraído de Hélio Silva, 1976, p. 333-334.

²²³ O PSD nasceu como composição partidária dos políticos que estavam no poder durante o Estado Novo, isto é, dos interventores e oligarquias que comandavam os estados durante os quinze anos de regime. Compor-se-ia também com a adesão de setores da burguesia industrial e comercial. Logrando se manter no poder, de uma forma ou de outra, até 1964, o PSD buscava forjar alianças com os setores trabalhistas do PTB. Já a UDN, formada modularmente como oposição à Vargas e ao seu projeto dirigente, com raros momentos em que conseguiria

Guerra Mundial, é o Partido Trabalhista que tem a grande missão de disputar as massas com a quarta força partidária nacional: o PCB. Trata-se da continuidade do mesmo projeto corporativista, apenas indicado em Alberto Torres e proposto enfaticamente por Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, que, para resgatar os termos deste último, o compreendia sob o duplo aspecto do “trabalhismo”, pois como “um fator essencial ao desenvolvimento das atividades produtoras” e, de quebra, “uma oposição acentuada e mesmo antagônica de ideologia e de interesses ao marxismo” (1930, p. 261-262). Assim, se mesmo frente a este aburguesamento ideológico de setores proletários amplas franjas da burguesia, em especial a camada que constantemente retoma o liberalismo clássico como doutrina guia, distanciam-se de Getúlio, só restava a Vargas e aos líderes petebistas apoiarem Dutra na esperança de que o governo deste fosse um interregno para sua volta ao poder nacional.

No entanto, a combinação da retomada da democracia liberal no âmbito internacional, com o recrudescimento daquelas três tendências ao término do Estado Novo, já havia efetivamente se tornado explosiva para a progressividade da autocracia. Já o substituto temporário de Vargas, o Presidente do Supremo Tribunal José Linhares, ocupando o cargo até as eleições de janeiro de 1946,²²⁴ é visto como reacionário mesmo pelo PSD, encurralado na disputa presidencial, à espera da palavra de apoio de Vargas. A eleição de Dutra consiste no aprofundamento deste processo. Em verdade, cotejado com o projeto de Vargas, a figura política de Dutra expressa concentradamente todas essas três contradições ao: sintetizar um governo de visão curta como representante da alta hierarquia militar (basta lembrar que Góis Monteiro nos seus intuitos presidenciais esteve à frente de toda a conspiração que depõe Vargas em 29 de outubro); intensamente reacionário, pois identificando o perigo comunista na simples existência de setores proletários dentro do Estado (pensemos aqui no documento que os generais elaboram para expor seus motivos, onde falam expressamente no perigo da “turbulenta campanha queremista, movimento perturbador”, isso, sem contar o banimento do PCB da legalidade logo no ano seguinte, 1947); de representatividade das pautas liberais, ao transferir a posição conquistada por Vargas de “bom vizinho” para a de “aliado fiel” na relação tensionada com o

simpatia popular, pois sempre desprezava as massas, procuraria se aproximar dos setores militares mais conservadores, mediante os quais procuraria constantemente imprimir golpes para chegar ao poder nacional, sempre derrotado nas eleições. Composta das franjas burguesas mais odiosas ao que criara o Estado Novo enquanto sociometabolismo que colocara a célula industrial como unidade dinâmica da acumulação e das políticas de resguardo dos direitos sociais dos operários, seriam os grupos ligados diretamente ao capital estrangeiro e aos interesses agrário-exportadores que formariam seu núcleo central (CARONE, 1980).

²²⁴ Como a Constituição de 1937 fora outorgada por Vargas, que não possuía vice, e que fechara todas as casas representativas, não existindo Senado nem da Câmara dos Deputados para que seus presidentes assumissem, o Presidente do Supremo Tribunal era o próximo da linhagem a herdar o poder Executivo.

Estados Unidos. O quadro tragicômico, portanto, que se forma é este: dando um passo atrás no ímpeto progressivo, as forças armadas, mais entranhadamente conservadoras que Vargas, depõem-no sob a acusação de criar a desordem, a intranquilidade e a confusão para o bom andamento dos negócios do país!

Sob este mirante, não é de estranhar que Dutra dê continuidade aos pilares centrais da política econômica de Linhares. Partindo, pois, de uma tendência muito concreta, o Governo Dutra se coloca mais liberalizante que as políticas econômicas indicadas por Bretton Woods, pois aplica-as mesmo antes do que a conferência previa.²²⁵ Além disso, como expressão da reação conservadora interna que via em tudo o perigo comunista, Dutra estrutura sua política econômica no chão da esperança de que a benevolência norte-estadunidense retribuiria, com imensas inversões de capitais privados, o fluxo de saída que passara a permitir para as divisas acumuladas durante a guerra. Crendo existir ainda para o Brasil o posto de “aliado especial”, instituiu a Instrução 20 da Superintendência da Moeda e do Crédito (visando substituir e, portanto, descentralizar as atribuições dessa esfera que antes pertenciam à Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil) para facilitar a saída de capitais e seus rendimentos, com a clara intenção de criar um ambiente favorável para que os investimentos estrangeiros se sentissem confortáveis no país, conforme veiculava ideologicamente seu alto dirigente – ninguém menos do que um fiel discípulo de Eugênio Gudan: Octávio Gouvêa de Bulhões.

Para indicar brevemente a restrita capacidade de direção política de Dutra nos interesses da burguesia brasileira como classe, basta acompanhar a profunda diferença de postura nas oportunidades de barganha com o *modus operandi* de Vargas. É verdade que após 1945 a América do Sul não figurava mais como o posto de localidade geográfica que poderia ameaçar a segurança dos Estados Unidos. Agora sua preocupação havia se deslocado para a Europa e a Ásia, zonas de incerteza mais suscetíveis de serem invadidas ou ganhas politicamente pela União Soviética. Portanto, Dutra não tinha mais a mesma vantagem da configuração do cenário mundial que Vargas. Vale a pena reproduzir aqui uma reflexão sobre este aspecto:

Frente a esse contexto internacional, havia algum trunfo que o governo Dutra poderia explorar para forçar uma barganha mais vantajosa com os EUA? Sim, pois dispúnhamos de minerais essenciais para o complexo industrial-militar dos EUA, e particularmente para o programa nuclear: principalmente areias monazíticas, mas também manganês (de que éramos o principal fornecedor

²²⁵ Para uma exposição consistente sobre *As instituições de Bretton Woods e as restrições para o Brasil*, ver o robusto artigo de Pedro Paulo Zahluth Bastos (2011), *De bom vizinho a aliado fiel: comentários sobre o alinhamento econômico e político do Brasil aos Estados Unidos nos primórdios da Guerra Fria*, cuja segunda seção leva aquele primeiro título. Baseamos também nossa análise sobre a política econômica do governo Dutra largamente neste texto.

ocidental), sais de terras raras, tório, berilo, tungstênio e urânio. O trunfo aumentara quando, no calor do movimento de independência nacional, a Índia decretou embargo das exportações de monazita bruta, já em 1946, e deixou o Brasil como único fornecedor a Oeste da Cortina de Ferro. (BASTOS, 2011, p. 16)

Nem a aliança entre técnicos, militares, empresários e políticos que Dutra assistiu passar-lhe a frente na defesa desses elementos – na qual se discutia a formação de um Conselho Nacional de Pesquisa, resultando mais tarde no CNPq –, modificaria a postura dirigente de abertura da economia brasileira. Não apenas manteria firme seus intuitos liberalizantes, mas, indo mais além, desmontaria todo o arcabouço financeiro construído durante os 15 anos anteriores por Vargas. Regularizando investimentos privados e concentrando recursos fiscais e cambiais, foi esse alicerce que pôde possibilitar algum andamento nos ramos de bens de capital, de insumos básicos e de infraestrutura, dando passos cruciais para tornar forte o capitalismo brasileiro. Cotejada com a postura de Vargas quando do seu retorno ao poder em 1951, que, frente à ameaça da Guerra Fria, tornou-se ainda mais intransigente nas negociações com EUA, para trocar insumos estratégicos por aceleração de seu projeto industrializantes (portanto, aliando-se de forma direta apenas militarmente e não politicamente), a postura de Dutra de alinhamento integral político-militarmente, é esclarecedora de como pensava não mais em termos progressivos o andamento para o capitalismo brasileiro.

Assim, quando adveio a crise cambial de 1947 e o Brasil viu suas divisas fugirem sem contrapartida, acumulando um déficit de 500 milhões de dólares em saídas líquidas privadas, comprometendo até mesmo as importações mais essenciais, o desmonte dos órgãos de coordenação e dos fundos de financiamento criados durante o Estado Novo para avançar no DI já havia sido realizado. Restou ao governo Dutra o lamento retórico por não ver atendidos seus constantes pedidos de que para cá viessem transferidos recursos em abundâncias dos EUA, como resposta adequada do status imaginado de “aliado especial” que sua política tanto lutou por sustentar, criando o melhor dos mundos ao capital estrangeiro. É verdade que, em contrapartida, haveria de ser elaborado o Plano Salte (1949), mas além de ser um amontoado inorgânico de projetos que não portavam nenhuma capacidade de médio ou longo prazo, nenhuma reforma foi promovida visando restaurar mecanismos semelhantes aos que o Estado Novo pusera em vigor e que haviam demonstrado concretamente sua capacidade de sucesso.

Os dois anos iniciais do Governo Dutra conseguiram a façanha de, aos olhos de uma das mais importantes pesquisadoras da relação entre associações industriais e Estado,

estabelecerem-se como um dos raros momentos capazes de assemelhar-se à abertura comercial dos anos 1980, a qual fora responsável por quebrar todo o referencial que até então colocava o século XX como o século brasileiro do protecionismo, sob forma de estruturas corporativas de representação de interesses (LEOPOLDI, 2000). O fato de que essa profunda reação tenha surgido no momento imediato após o ápice da progressividade da autocracia com Vargas à testa, certamente não deve ser visto como simples coincidência.

Por isso, mesmo que o governo Dutra não possa ser considerado, integralmente, como um retorno à vocação agrário-exportadora que os liberais empedernidos sempre haviam defendido, seu sentido, no entanto, foi o de barrar ou tentar reverter exatamente o ponto onde Vargas parecia ultrapassar mesmo as indicações mais avançadas que seu complexo ideológico lhe indicava: o aprofundamento do controle dos investimentos para o departamento de bens de produção e infraestrutura. Esse fato parece demonstrar também a grande maturidade de Vargas para pensar os mecanismos capazes de proporcionar um seguro desenvolvimento para as relações de produção capitalistas internas, expressando uma perspicácia na análise das relações mundiais e procurando consolidar a forma autocrático-progressiva de ser para a burguesia brasileira. Decisões que pareciam possíveis e desejáveis politicamente para Vargas, não eram sequer especuladas por Dutra. Expressando formas diferentes de desenvolvimento para a burguesia brasileira, Vargas sabia que precisava se impor, ao passo que Dutra acreditava que seria suficiente seguir a fórmula propagada pelos EUA para receber o que acreditava merecer como Aliado Fiel (neste ponto alguém até de Oswaldo Aranha, que sempre defendera um alinhamento muito mais estreito com os EUA do que Vargas, e que sabia que alguma imposição era necessária).

Por tudo isto, já os anos iniciais do governo Dutra, como uma das tantas linhas de desenvolvimento gestada pela própria forma progressiva, foram responsáveis por minar o patamar superior no qual a prática dirigente de Vargas e de seus ideólogos havia desembocado, ou seja, o núcleo central capaz de viabilizar a constituição das bases de um processo de internalização das decisões de seu desenvolvimento. Barrava-se, certamente, o aspecto da política econômica que exerceria a possibilidade de reversão de sua dependência.

O término do Estado Novo reproduz, pois, também, uma nova transição pelo alto. A análise dos manifestos, cartas, declarações de líderes oposicionistas (SILVA, 1976), deixa claro que o objetivo das forças ao depor Vargas e instituir uma nova Carta não era uma larga e real democratização da vida social e política. Tanto que, a certa altura, desistem de apoiar uma Nova

Constituição com medo de que nela prevalecessem os elementos populares que estavam mobilizados, apoiando Vargas.

A direção por Vargas desta singular forma de ser da burguesia brasileira, pois que não regressiva ou de tamponamento das forças produtivas, que não é comum encontrarmos nos projetos burgueses brasileiros, foi por Chásin considerada como uma tentativa de “autorreforma” da dominação autocrática, e mesmo “algo para além” (2000, p. 129). Embora o autor não declare seu conteúdo, acreditamos ter oferecido os elementos principais para precisar esse diagnóstico. São os fundamentais momentos da progressividade implementados para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que vão desde a união tendencial das frações da burguesia brasileira, que compreende principalmente a comunhão em termos modernizadores, logo de reforma moral, das frações da burguesia paulista (assim obrigada após a derrota em 1932), perpassando pelo sindical-corporativismo, gradativamente aceito, especialmente pela burguesia industrial que dela se aproveitou para adentrar ao bloco no poder, ganhando corpo no estímulo político-econômico para a unificação do mercado interno, até a tímida implementação da indústria de bens de produção (Companhia Siderúrgica Nacional), o que, por outro lado, expressa o alto nível de barganha e de controle interno dos investimentos que o nacionalismo autocrático impunha às negociações com o capital estrangeiro.²²⁶

Esse processo, que podemos designar como dialética (unidade da identidade e da não identidade) trágica da autocracia burguesa brasileira, seria reeditado num nível ainda mais dramático no retorno de Vargas ao poder em 1951, com um desfecho, por isso mesmo, ainda mais desastroso em 1954. Seu suicídio teria o poder de adiar por 10 anos a fatal investida da ala mais reacionária da burguesia brasileira. Também durante esse período, é pedagógico o aprofundamento no conhecimento sobre o caráter da burguesia brasileira, impenetrável à projetos esclarecidos de largo prazo para seu capitalismo, bem como acompanhar tentativas cada vez mais infrutíferas (já que cada vez mais inseridas no processo de contrarrevolução em nível mundial) de levar adiante o legado de Vargas, demonstrando ser este dirigente o único capaz de ter expressado as tarefas históricas que sua classe lhe impunha, impulsionado por um momento histórico igualmente único.

²²⁶ Livia Cotrim, que reserva breves páginas do seu artigo para comentar também sobre essa “autorreforma”, assim se expressa: “o que chama a atenção, porém, não é a defesa da institucionalização da autocracia (efetivamente levada a termo), nem a tentativa de realizá-la ele mesmo, e sim o fato de que essa autorreforma envolve uma disputa que extrapola a mera forma política, que não se dá apenas, nem principalmente em torno dela. De fato, como o discurso getuliano deixa claro, a batalha é travada entre projetos econômicos distintos” (2019, p. 249).

Por fim, vale aproveitar o espaço para promover interlocução com uma curiosa intervenção. Em Conferência recente na Academia Brasileira de Letras (05/03/2020), Antônio Risério toca em assunto que intersecciona com nossa pesquisa em sua fala intitulada (curiosamente) *Em busca da nação perdida*,²²⁷ da qual vale reproduzir alguns aspectos. Após afirmar que durante o século XIX, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), com Varnhagen à frente, hegemonizava a interpretação histórica da “identidade nacional”, celebrando a monarquia e as classes dominantes escravocratas brancas, aponta que

foi então que certa esquerda brasileira se empenhou numa revisão dessa história, mas se empenhou mal, não tratou de encarar em sua complexidade a experiência nacional brasileira. Optou pelo maniqueísmo, pela visão do Brasil como um filme de bandido e mocinho, repetiu a velha história, invertendo seus sinais. Passamos a ter então basicamente as figuras do negro luminosamente libertário, do índio eco-feliz e do português genocida. E isso se gravou nos parâmetros curriculares do ensino no governo de FHC, esse nosso conhecido colecionador de acertos inesquecíveis e equívocos inacreditáveis. Ou seja, esta história se converteu em práxis escolar, em rotina pedagógica, em ideologia historiográfica dominante. Configurou-se, enfim, como a nova história oficial do Brasil. (...) Nossa esquerda foi criada no cultivo do maniqueísmo, identificando o opressor, a classe dominante, ao mau e o oprimido ao bem. E foi assim que partiu para revirar pelo avesso a historiografia tradicional do país. Bem nos termos da retórica marxista, a classe dominante foi acusada de tudo, e as classes ou povos dominados, passaram a ser celebrados irrestritamente. Não era preciso pensar, bastava denunciar o mau e celebrar o bem. Daí que conquistas nacionais passaram a ser objetos de negação, de ataque e mesmo de deboche. Nada era relativizável, nada era complexo. Mas não é só. Dividiram o país, em um nós e um eles. Ambos míticos. Nós teríamos sofridos tudo, eles teriam sido os culpados de tudo. (...) Ou seja, nós não tínhamos culpa alguma no cartório. Isso é terrível. A gente passa a tratar as coisas na terceira pessoa. Nos demitimos da responsabilidade diante de tudo que fizemos como se essa demissão fosse possível. Se realmente quisermos levar o Brasil a sério, nos interpretando em profunda profundidade, teremos de reaprender a dizer nós.

Dentre tantos pontos questionáveis da fala do Antropólogo, especialmente dois nos dizem respeito aqui. O primeiro é que, em ciência política, quando trata-se de analisar as relações entre dominantes e dominados, só dizemos “nós” nas situações em que o grupo que dirige a formação social é, de fato, nosso representante – no caso concreto desta tese, das classes dominadas, claro lugar em que colocamo-nos nesta pesquisa. Por mais que o autor não diga expressamente que promove incursão neste campo específico de investigação - o de saber quem ganha e quem perde, quem é mais prejudicado e quem são os privilegiados, das relações de poder -, há um claro sentido em sua conferência de desconstruir a imagem da hierarquia das classes no Brasil histórico. Se não podemos escapar do norteamoento que os dirigentes políticos

²²⁷ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=d0Ib15B42dQ>. Acesso em 09/12/2021.

da burguesia impõem à formação socioeconômica brasileira, nem por isso pode-se dizer que existe um “nós” enquanto representação política no mundo da dominação de classe.

O segundo ponto é que esta pesquisa ao demonstrar, lançando mão de larga bibliografia histórico-político-econômica, a complexidade do período histórico comumente denominado como Era Vargas,²²⁸ trouxe à tona as intrincadas mediações que revelam: o sentido progressista do projeto político de que era portadora a ANL (ilustrado desde sua germinação, quando se põe a combater a regressividade do integralismo com Plínio Salgado à testa), que, mesmo em meio à intensa repressão que sobre ela se abateu desde o início de sua arregimentação, foi em parte um de seus próprios dirigentes na figura de Prestes que contribuiu para sua derrota ao equivocar-se quanto as táticas corretas para o momento histórico, abrindo, assim, caminho para a vitória do projeto progressivo da burguesia brasileira com Vargas e a razão autocrática como matriz ideopolítica, que, por sua vez, viu suas possibilidades de diminuir seu status de caudatária e dependente ser podada exatamente pelos seus setores mais reacionários expresso no golpe militar e no Governo de Dutra. Ou seja, mesmo quando os setores mais esclarecidos da burguesia brasileira combateram um “nós” nacional-popular, para implementar um “nós” que chegasse próximo à máxima burguesa de que seus interesses eram os interesses gerais da nação, mesmo esse “nós” inerentemente burguês e que não deixava de ser autocrático foi rejeitado pela própria burguesia brasileira.

Esta tese, demonstrando a inviabilidade das tentativas desse “nós” autocrático, confirmando a correção da análise de Chásin (2000), de que a burguesia brasileira, por sua incompletude econômica – uma burguesia incompletável –, é incapaz de exercer o encargo de “universalizante político”, colocando-se como representante do conjunto dos interesses da sociedade, não esgota a ocorrência desses momentos históricos. Para não retornarmos às já citadas datas de 1954 e 1964, houve uma reedição mais sofisticada em nosso tempo. Mesmo quando se elaborou um governo de corte social-democrata (não confundir com democracia social), como foi o caso dos governos petistas,²²⁹ mesmo nessa tentativa, duplamente destinada

²²⁸ Sem desconsiderar este termo clássico usado pela literatura, cabe considerar, à luz desta tese, a possibilidade de tornar mais preciso este período, entendendo-o como Era da razão autocrática, uma vez que foi o complexo ideológico aqui apresentado, enquanto matriz ideopolítica, que forneceu a Vargas o esclarecimento necessário para atuar na direção política. Desta forma também evitaríamos atribuir demasiado poder, que pertence a ele apenas enquanto representante de classe consciente dos seus interesses, à um indivíduo.

²²⁹ Lançamos mão da teorização feita por Anderson Deo que assim entende a estruturação do projeto econômico do Partido dos Trabalhadores ao chegar ao poder. Como uma Social-Democracia, ou seja, se ancorando na legalidade burguesa (via eleitoral) e levando a cabo uma organização e reprodução do capital que permitia fazer concessões à classe trabalhadora, distinguir-se-ia da Social Democracia dos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) apenas enquanto graus e conteúdo destas concessões, já que estes representavam a fração

ao fracasso, de conciliação das classes antagônicas, a burguesia brasileira não pôde aceitar suas consequências. Duplamente porquê, de um lado, como já apontamos no decorrer do texto, interesses antagônicos são irreformáveis em sua constituição estrutural, portanto, ou são abolidos/superados ou permanecem antagônicos.

De outro, se o fascismo é também, essencialmente, uma reação ao comunismo, explicitando a necessidade burguesa de eleger líderes fora de sua classe em situações de crise, donde resulta o financiamento de “pequenos burgueses tornados selvagens”,²³⁰ a característica central do metabolismo prussiano-colonial fez com fosse requisitada uma pseudo-espécie tupiniquim desta mesma reação, “apenas” com um governo social-democrata. Não queremos com isso dizer que o governo Bolsonaro é um regime fascista. Porém, como desdobramento da gênese que foi o golpe na Presidente Dilma Roussef em 2016, sua eleição em 2018 está para o governo social-democrata do Partido dos Trabalhadores, como os fascismos estão para a ascensão da vaga revolucionária que conduziu o grupo bolchevique à revolução vitoriosa de 1917. Sequer a possibilidade de que setores das classes populares saiam da miséria, tenham condições de financiar casa própria e carro, que lhes sejam permitidas frequentar shopping centers ou viajar de avião, que negros, pobres, indígenas e deficientes entrem nas universidades mediante o regime de cotas, em suma, mesmo esse mínimo político que em nada altera qualquer elemento estrutural do seu domínio de classe, é algo inaceitável para autocracia brasileira.²³¹ Incapazes de reverter as consequências do projeto social-democrata vencendo as eleições, a reação recorre novamente ao golpe. Não se trata aí de golpe tradicional, como fora em 1964, mas de nova modalidade, agora jurídico-parlamentar. Incapazes como a UDN em subir ao poder

conservadora daquela social-democracia e aqueles manifestavam posições minimamente progressistas. É o abandono progressivo de qualquer perspectiva de emancipação do trabalho, ilustrada em sua *Carta ao povo brasileiro*, ou melhor, aos setores da burguesia financeira, ainda durante as eleições de 2002, e no propalado discurso de “justiça social” (distributivista, assistencialista, etc.) de sua plataforma governista, compreendida identicamente dentro dos marcos da democracia burguesa, que proibia qualquer violabilidade dos direitos individuais (não é mero acaso, portanto, o distanciamento de sua base no MST e da reforma agrária) que perfazem o corpo central dessa anômala social-democracia brasileira. Cf. *O labirinto das ilusões: consolidação e crise da social-democracia tardia brasileira*, 2021.

²³⁰ O termo é de Trotsky, mas retiramos de Ernest Mandel, 1995, p. 63.

²³¹ Jair Messias Bolsonaro é certamente um presidente eleito com discurso fascista e que ao longo do seu governo – que tudo indica, espantosamente, irá completar seus quatro anos de mandato, depois de todos os processos de *impeachment* movidos contra ele caírem no vazio – desenvolveu claras políticas com elementos de fascistização. Contudo, estas semelhanças (e são muitas, pensemos apenas na iludida esperança de que seus traços mais ferozes fossem passíveis de ser domesticados, fenômeno idêntico denunciado por Gramsci para o fascismo italiano) não são suficientes para defini-lo como um regime ou um governo fascista. Indicamos aqui para aprofundamento do debate, o artigo de Virginia Fontes (2019) *O protofascismo – arranjo institucional e policialização da existência*.

pela via democrático-burguesa, viram-se obrigadas a recorrer ao velho, sob nova forma, expediente golpista.

Esse processo deixou até mesmo Luís Inácio Lula da Silva incrédulo com o desdobramento das perseguições que resultara em sua prisão. Deixando escapar, consciente ou inconscientemente, a referência ao sentido do seu governo, que se expressa já em 2002 na Carta ao povo brasileiro”, espécie de passaporte com o qual acalmara o mercado financeiro e pela qual lhe fora permitido governar, Lula afirma, em discurso, que os empresários e banqueiros,

eles sabem que nunca na história do Brasil, um presidente conversou tanto com eles, e eles sabem que nunca na história do Brasil eles ganharam tanto dinheiro como ganharam quando eu fui presidente da República desse país. Só não imaginava que alguns ficassem com ódio, por que um pouco do que eles ganharam a gente fez eles repartirem com os trabalhadores.²³²

Daí até as privatizações, ainda no Governo de Michel Temer, até as reformas várias que retiraram os direitos sociais arduamente conquistados, até o desmonte paulatino do Estado e até a eleição de Bolsonaro que revitalizou todas as pautas extremamente conservadoras, que destruiu os espaços públicos de debate e de reivindicações populares, que redesenhou o Executivo brasileiro, assemelhando-o por inspiração ao período ditatorial (1964-1985), que eliminou o Ministério do Trabalho, que subordinou praticamente todas as áreas importantes da econômica a um superministério sob comando de Paulo Guedes (um ultraliberal dos tempos da ditadura de Pinochet no Chile), que captura o fundo público destinado aos setores populares para assegurar os interesses econômicos dos grupos dominantes em crise e o completo aniquilamento dos direitos e conquistas históricas estatizados no Ministério da Educação, do Meio-Ambiente, da Família e dos Direitos Humanos, que expressa a face ideológica mais reacionária desse governo – e isso para não lembrar todas as “patas” do “Ministério da Violência” que reprimem, matam e silenciam, assegurando a impunidade e incitando também seu *modus* para-estatal -,²³³ foi um só caminho.

²³² Cf. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/18/lula-diz-que-ha-tempo-suficiente-para-virar-a-historia-desse-pais.htm>. Acesso em: 05 de fev. de 2020.

²³³ “Há uma reordenação institucional no sentido de estimular e de redirecionar – ainda que de maneira difusa – um empresariamento da ‘segurança’ e da policialização/milicialização, seja em ambiente público (escolas), seja no setor privado. As permanentes justificativas de exclusão de ilicitude para assassinatos realizados por homens de ‘bens’, a difusão e o estímulo aos cursos de tiros cuja sociabilidade tende a ser policialesca e, enfim, a policialização da existência apontam para a constituição de uma milicialização contra a população”. Cf. Virgínia Fontes. *O protofascismo – arranjo institucional e policialização da existência*, 2019.

Portanto, o que precisa ficar claro aqui, seja analisando a complexidade dos quinze anos de direção ideopolítica da razão autocrática ou os mandatos social-democratas do PT, é que não são os setores da esquerda brasileira que dicotomizam a história política, mas é a própria burguesia que, para utilizar uma expressão veiculada pelo próprio Risério, provavelmente escolhida a dedo, “avacalha” o mínimo de construções sociais que efetivamente este país consegue forjar – em governos capitaneados pelos interesses da própria burguesia!

Tal é o espantoso caráter autocrático da burguesia brasileira e que precisa ser veiculado cada vez em mais alto som ou não teremos condições de compreender como funciona a “democracia” no Brasil. Resta afirmar que a via de objetivação do capitalismo brasileiro constantemente lança sua burguesia para os níveis mais inferiores da decadência ideológica, pois conforme esta tese procurou demonstrar, sequer um projeto burguês assentado numa razão empobrecida ela dispõe-se a aceitar para sua dominação de classe. Se algum dia quisermos expressarmo-nos como um “nós” da formação social brasileira, é impreterível que ela não seja mais dirigida/dominada/explorada pelos reais “avacalhadores” que compõe as diversas frações desta burguesia – com seus heterogêneos representantes -, impotente e incompletável economicamente e socialmente inapetente.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA JÚNIOR, M.; MATTOS, F. A. M. A política econômica dos anos 1930: evidências de uma ortodoxia consciente. *Análise econômica*, Porto Alegre, ano 33, n. 64. p. 287-315, set. 2015.
- AMARAL, P. F. *A guerra cívica: 1932*. Resumo da obra em seis tomos de Paulo Nogueira Filho. Mandada publicar pela Comissão de Comemorações do Cinquentenário da Revolução Constitucionalista de 1932 e pela Sociedade de Veteranos de 32 – MMDC. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco. 1982.
- AMARAL, A. *Ensaaios brasileiros*. Rio de Janeiro: [n/c], 1930.
- _____. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1934.
- _____. *O Estado Autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1938.
- ANTUNES, R. Classe operária, sindicatos e partido no Brasil. (um estudo sobre a consciência de classe:1930-1935). 1980. 269f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.
- AURELIANO, L. *No limiar da industrialização*. Campinas: UNICAMP, IE, 1999.
- BANDEIRA, M; MELO, C; ANDRADE A. T. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1967.
- BARBOSA, R. *A questão social e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1958.
- BARSOTTI, P. D. Jacobinismo e bonapartismo em Marx. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 28, 1º sem. 2012. p. 161-177.
- BASTOS, P. P. Z. De bom vizinho a aliado fiel: comentários sobre o alinhamento econômico e político do Brasil aos Estados Unidos nos primórdios da Guerra Fria. *Texto para discussão*. IE/UNICAMP, Campinas, n. 194, set. 2011.
- BASBAUM, L. *História sincera da República*. de 1889 a 1930. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- CANO, W. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. *Revista Economia*, Brasília, v. 13, set-dez 2012, p. 897-916.
- _____. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas: Instituto de Economia, 2007.
- CAPELATO, M. H. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARDOSO, F. H. "Dispersão e unidade: Rio Grande do Sul e Santa Catarina". In: HOLLANDA, S. B. (dir.). *O Brasil monárquico*. Tomo II da História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1967, p. 473-505.
- CARONE, E. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: DIFEL, 1970.
- _____. *A República Velha: evolução política*. São Paulo: DIFEL, 1971.

- _____. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: DIFEL, 1974.
- _____. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1976a.
- _____. *A terceira República (1937-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1976b.
- _____. *O pensamento industrial no Brasil. (1880-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1977.
- _____. *O tenentismo: acontecimentos – personagens – programas*. São Paulo: DIFEL, 1975.
- _____. *A quarta república (1945-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1980.
- CARVALHO, J. M. *Forças armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019.
- _____. Vargas e os militares. In: PANDOLFI, D. (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 341-345.
- CHÁSIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado*. forma de regressividade no capitalismo hipertardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- _____. A sucessão na crise e a crise na esquerda. *Revista ensaio*. n. 17/18, São Paulo: 1989. p. 1-121.
- _____. Sobre o conceito de totalitarismo. In: *Temas de ciências humanas*. v. 1. São Paulo: Grijalbo, 1977. p. 121-134.
- _____. *A miséria brasileira*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- CLAUSEWITZZ, C. V. *Da guerra*. São Paulo/Brasília: Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília, 1979.
- COGGIOLA, O. *A segunda guerra mundial: causas, estrutura, consequências*. São Paulo: Livraria da Física, 2015.
- _____. Natureza da Segunda Guerra Mundial. In: _____. (Org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, 1995. p. 37-57.
- COHN, G. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- COELHO, E. C. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1976.
- COMTE, A. *Opúsculos de filosofia social: 1919-1928*. Porto Alegre: Globo: São Paulo: Editora da USP, 1972.
- _____. *Discurso sobre o espírito positivista*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (coleção os pensadores).
- _____. *Catecismo positivista*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- CORSI, F. L. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora Unesp: Fapesp, 2000.
- _____. A burguesia industrial e os rumos da economia brasileira ao final do Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*, n. 4/5, 1995. p. 7-21.

COTRIM, L. Industrialização e bonapartismo – o ideário de Getúlio Vargas (1935-1945). *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, p. 220-252, nov. 2019.

COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão popular, 2010.

_____. O significado de Lima Barreto em nossa literatura. In: _____. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão popular, 2011. p. 89-139.

_____; KONDER, L. Nota sobre Agnes Heller. In: HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e terra, 2008.

CUNHA, P. R. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan. 2011.

DEL ROIO, M. T. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

_____. Gramsci e a reforma intelectual e moral. In: *XI Congresso da Associação Brasileira de Ciência Política.*, 2018, Curitiba. Anais do XI Congresso da ABCP. Curitiba - PR: Editora UFPR, 2018. v. 1. p. 1-18.

_____. Sodré e a dialética da formação social brasileira. *Crítica Marxista*. p. 42. P. 85-102, 2016.

DEO, A. *O labirinto das ilusões: consolidação e crise da social-democracia tardia brasileira*. Curitiba: Editora e livraria Appris Ltda, 2021.

_____. *A federação das indústrias do estado de São Paulo e as novas inflexões do capital na década de 1990*. 2005. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005

DESCARTES, R. *Discurso sobre o método*. São Paulo: Livraria exposição do livro, [s/d].

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930. *Eugênio Gudin*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed: FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/eugenio_gudin. Acesso em 16 dez. 2021.

DINES, A. Prefácio. In: ZWEIG, S. *Brasil, um país do futuro*. Porto Alegre: L&PM, 2013. p. 7-9.

DINIZ, E. O Estado Novo: estrutura de poder. relações de classe. In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil republicano. v. 10. Sociedade e política. (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 95-146.

DULLES, J. W. F. *A Faculdade de direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas: (1938-1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Ed. da USP, 1984.

DURKHEIM, E. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

_____. *Pragmatismo e sociologia*. Florianópolis: Editora da UFSC; Tubarão: Editora da Unisul, 2004.

ENGELS, F. Prefácio à 3ª Edição [de 1885]. In: Marx, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 21-22.

_____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FAORO, R. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 2012.

FARIAS, F. P. *Estado burguês e classes dominantes no Brasil (1930-1964)*. Curitiba: CRV, 2017.

FAUSTO, G. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERNANDES, F. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão popular co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.

_____. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2008.

_____. A sociedade escravista no Brasil. In: IANNI, Octavio. (Org). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 359-423.

FERREIRA, A. C.. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FERREIRA, J. O conceito e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 295-322.

_____. A cultura popular no primeiro governo Vargas. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 180-195, 1990.

_____. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

FLORINDO, M. T. O DEOPS/SP na era Vargas. *Aurora*, Marília, ano V, n. 7, jan. 2011. p. 124-139.

FEREZIN, C. C. W. *A recepção e circulação da teoria clauzewitziana no Exército brasileiro (1889—1959)*. 201 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

FONSECA, P. C. D. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1989. FONSECA, P. C. D. *Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 159-178.

FONTES, V. O protofascismo – arranjo institucional e policialização da existência. *Marxismo* 21, São Paulo, p. 1-8, 08 dez. 2019.

FORJAZ, M. C. S. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da primeira república*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

GENTIL, A. *As ideias de Alberto Torres*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1932.

GENTILE, R. DE FELICE, R. *A Itália de Mussolini e a origem do fascismo*. São Paulo: Ícone, 1988.

GOMES, A. M. C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 69-91.

_____. Assembleia nacional constituinte de 1934. Verbete temático. CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1934>>. Acesso em: 19 set. 2020.

_____. Azevedo Amaral e o século do corporativismo, de Michael Manoilescu, no Brasil de Vargas. *Sociologia e Antropologia*. v. 02, p. 185-209, 2012.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Temas de cultura. ação católica. Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. v. 4

_____. *Cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000. v. 3.

_____. A queda do fascismo. In: _____. *Escritos políticos*. Lisboa: Seara Nova, 1977. v. 3. p. 137-140.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1982.

_____. El Pueblo de los símios. In: *Escritos políticos* (1917-1933). Cidade do México: Cuadernos del pasado y presente, 1981. p. 133-136.

_____. Observaciones sobre algunos aspectos de la estrutura de los partidos políticos em los períodos de crisis orgânica. In: *Escritos políticos* (1917-1933). Cidade do México: Cuadernos del pasado y presente, 1981. p. 361-368.

_____. A situação italiana e as tarefas do PCI. In: *Escritos políticos*. v. 4. Lisboa: Seara Nova, 1978. p. 201-241.

GUIMARÃES, M. L. L. S.; MORAES DE SÁ, P. S.; ESTEVÃO, S. N. M.; ASCENSÃO, V. L. (Org). *A revolução de 1930: textos e documentos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

HARVEY, D. Como o poder americano se expandiu: In: _____. *O novo imperialismo*. Edições Loyola: São Paulo, 2013. p. 31-76.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HERNANDEZ, L. M. G. *Aliança Nacional Libertadora: ideologia e ação*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1985.

HILFERDING, Rudolf. [A ideologia do imperialismo]. In: SWEEZY, P. M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 409-413.

HILTON, S. E. *O Brasil e as grandes potencias: 1930-1939, os aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977a.

_____. *O Brasil e a crise internacional: (1930-1939)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977b.

_____. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

HOBBSBAWM, H. *A era dos extremos. o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

_____. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

HONORATO, C. T.; BEAUCLAIR, G. A economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. In: COGGIOLA, O. (Org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, 1995. p. 267-282.

IGLESIAS, F. Prefácio à terceira edição. In: TORRES, A. *O problema nacional brasileiro: introdução a um projeto de organização nacional*. São Paulo: Editora Nacional, 1978a. p. VII-XI.

_____. Prefácio à terceira edição. In: TORRES, A. *A organização nacional*. São Paulo: Editora Nacional, 1978b. p. 11-31.

KOFLER, L. *História e dialética*. Estudos sobre a metodologia da dialética marxista. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. A dialética da moral e a moral da dialética. In: Volpe, G. D. [et al]. *Moral e Sociedade: atas do convênio promovido pelo Instituto Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.99-117.

LEFEBVRE, H.; GUTERMAN, N. Introdução. In: LENIN. V. I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

LENIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2010.

_____. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *As três fontes*. São Paulo: Expressão popular, 2006.

_____. *Dos tácticas de la socialdemocracia em la revolucion democrática*. Moscú: Ediciones em lenguas extranjerias, s.d.

_____. *O que fazer? questões candentes de nosso movimento*. São Paulo: Boitempo, 2020.

LEOPOLDI, M. A. P. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política. In: PANDOLFI, D. (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 115-133.

_____. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e terra, 2000.

LESSA, S. *Para compreender a ontologia de Lukács*. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LIMA, A. S. *Alberto Torres e sua obra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1935.

LIMA, L. M. *A coluna Prestes*. Marchas e combates. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

LIMA, V. R.; RAMOS, P. A. *Tancredo fala de Getúlio: depoimento*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

LIMA, V. R. (Coord.) *Getúlio – uma história oral*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

LIMA, P. H. M. *Roberto Simonsen: ideologia e pensamento econômico*. 59f. Monografia (Bacharelado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LIMONGI, F. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MILLLIET, S. (Org). *História das ciências sociais no Brasil*. Vol. I São Paulo: Revista dos tribunais Ltda, 1989, p. 111-187.

LIPSET, S. M. “Fascismo” – esquerda, direita e centro. In: *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 136-184.

LOBATO, M. Cidades mortas. In: _____. *Cidades mortas*. Contos e impressões. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia editores, 1921. p. 3-5.

LOSURDO, D. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio De Janeiro: UFRJ; São Paulo: Unesp, 2004.

_____. *Hegel, Marx e a tradição liberal*. Liberdade, igualdade, Estado. São Paulo, UNESP, 1998.

_____. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. *Crítica marxista*, n. 35, p. 41-58, 2012.

LOVE, J. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. *A construção do terceiro mundo: teorias do desenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LOWY, M. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Objetividade e ponto de vista de classe nas ciências sociais. In: *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 9-34.

LUKÁCS, G. O particular à luz do materialismo dialético. In: _____. *Introdução à uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria estética*. São Paulo: Instituto Lukács, 2008. p. 79-120.

_____. *Existencialismo ou marxismo*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. Marx e o problema da decadência ideológica. In: _____. *Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968. p. 51-103.

_____. *A destruição da Razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

_____. Concepção aristocrática e concepção democrática de mundo. In: _____. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009. p. 25-53.

_____. As bases ontológicas da atividade e do pensamento do homem. In: _____. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009. p. 225-245.

_____. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

“LULA diz que ‘há tempo suficiente para virar a história desse país’”. Uol. São Paulo, 18 mar. 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/18/lula-diz-que-ha-tempo-suficiente-para- virar-a-historia-desse-pais.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

MANDEL, E. Classes e personalidades na Segunda Guerra Mundial. In: COGGIOLA, O. (Org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, 1995. p. 59-83.

MARSON, A. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

MARTINS, J. S. *O Cativo da terra*. São Paulo: Ciências humanas, 1979.

_____. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. *Revista de história*, São Paulo, n. 121, ago/dez. 1989. p. 5-26.

MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Londrina, v. 3, n. 1, fev. 2011. p. 142-155.

_____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Moraes, 1985.

_____.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *Estado e burguesia no Brasil*. origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo, 2015.

MEDEIROS, J. Introdução ao estudo do pensamento político autoritário brasileiro – 1914-18/1939-1945. II – Oliveira Vianna. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, n. 17, abr/jun. 1974a. p. 31-87.

_____. Introdução ao estudo do pensamento político autoritário brasileiro – 1914-18/1939-1945. III – Azevedo Amaral. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, n. 17, jul/set. 1974b. p. 3-106.

MEHRING, F. *Karl Marx: vida e obra*. 2 vols. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação brasileira e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Consciência de classe necessária e consciência de classe contingente. In: _____. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 55-90.

MILLIET, S. *O roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: Departamento de cultura da prefeitura de São Paulo, 3ª ed., revista e aumentada, 1941.

MOORE JÚNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: edições cosmos, 1975.

MORAIS, F. *Olga: a vida de Olga Benário Prestes, judia comunista entregue a Hitler pelo governo Vargas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.

_____. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Scharcz Ltda, 1994.

MORAES FILHO, E.; REIS, A. C. F.; CINTRA, M. U.; MENEZES, D. O pensamento político de Oliveira Vianna. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, vol. 22, abr-jun 1979, p. 27-45.

_____. Introdução. In: COMTE, A. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-49.

_____. *Profetas de um mundo que morre*. Rio de Janeiro: Cia editora leitura, 1946.

_____. *Medo à utopia*. O pensamento social de Tobias Barreto e Silvio Romero. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; [Brasília]: INL, 1985.

MOURA, C. S. A. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

_____. A quilombagem como expressão de protesto radical. In: _____. (Org.) *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: Edufal, 2001. p. 103-115.

MOURA, G. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1980.

NETO, L. *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NETTO, J. P. *Karl Marx: uma biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. Para a crítica da vida cotidiana. In: CARVALHO, M. C. B.; NETTO, J. P. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 64-93.

_____. *O que é Stalinismo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, I. (Org.). *O desmonte da nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 75-89.

_____. *Lukács e a crítica da Filosofia Burguesa*. Lisboa: Seara Nova, 1978.

_____. “a luta de classes nunca tirou férias neste país”. [Entrevista concedida a] Camila Hoshino e Leandro Taques. *Jornalistas livres*. Veranópolis, 10 nov. 2015. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/a-luta-de-classes-nunca-tirou-ferias-neste-pais/>>. Acesso em: 01 de fev. de 2020.

_____. Razão, ontologia e práxis. In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 44, 1994, p. 26-42.

NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais e lutas de um burguês progressista*. O partido democrático e a revolução de 1930. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. 2 vols.

NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1989.

OCTÁVIO, J. *História da Paraíba: lutas e resistência*. João Pessoa: A união editora, 1994.

OLIVEIRA, C. *A indústria e o movimento constitucionalista de 1932*. São Paulo: Serviço de publicações do centro e da federação das indústrias do estado de São Paulo, 1956.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista – o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Elegia para uma re(li)gião*. sudene, nordeste. planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, M. M. *Florestan Fernandes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

OLIVEIRA, A. S. *Escritos políticos*, São Paulo: Arx, 2002.

PAIM, A. *A querela do estatismo*. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. Introdução. In: VIANNA, O. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. p. 19-45.

PAIXÃO, G. B. *A política em Marx*. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Clausewitz, Marx, Engels e Lenin: rupturas, continuidades ou parentescos intelectuais na relação entre guerra e revolução? In: VI Seminário Internacional - Teoria Política do Socialismo: 'Lênin 90 anos depois - política, filosofia e revolução', 2014, Marília. *Anais VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL TEORIA POLÍTICA DO SOCIALISMO: Lênin 90 anos depois: política, filosofia e revolução*. Marília: Oficina Universitária, 2014. p. 1-15

PINHO, S. O. C. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. 2007. 246f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PINTO, S. M. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 291-307.

POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura: a III internacional face ao fascismo*. Porto: Portucalense, 1972a. vol. I.

_____. *Fascismo e ditadura: a III internacional face ao fascismo*. Porto: Portucalense, 1972b. vol. II.

_____. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins fontes, 1977.

PRADO, P. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Ibrasa, 1981.

PRADO, M. L. C.; CAPELATO, M. H. R. A borracha na economia brasileira da primeira república. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III. O Brasil republicano. v. 8. Estrutura de poder economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 314-336.

- PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966a.
- _____. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1966b.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *Evolução política do Brasil*. colônia e império. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- _____. O programa da Aliança Nacional Libertadora. *Ensaio*, São Paulo, n. 10, 1982. p. 121-136.
- PRESTES, A. L. *Luiz Carlos Prestes: e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- _____. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. A respeito do suposto positivismo de Luiz Carlos Prestes. *MOURO: Revista marxista* (impresso), v. 13, p. 191, 2019.
- RAMOS, P. A. *Os partidos paulistas e o Estado Novo*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- RAPOPORT, A. Prefácio. In: CLAUSEWITZZ, C. V. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1979. p. 7-60.
- REZENDE, A. P. *História do movimento operário no Brasil*. São Paulo: Ática, 1986.
- RICARDO, D. Sobre o comércio exterior. In: _____. *Princípios de economia política e tributação*. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 101-112.
- RISÉRIO, A. *Em busca da nação perdida*. Conferência apresentada à Academia Brasileira de Letras. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=d0lbl5B42dQ>. Acesso em 09/12/2021.
- RODRIGUES, J. P. O levante “constitucionalista” de 1932 e a força da tradição: do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934). 349 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis. 2009.
- RODRIGUEZ, R. V. Francisco José de Oliveira Vianna: o homem e a sua obra. Disponível em: <https://www.ensayistas.org/filosofos/brasil/vianna/introd.htm>. acesso em: 05 abr. 2020.
- _____. O novo conceito de Era Vargas – sua fundamentação teórica. *Revista estudos filosóficos*, São João Del Rei, nº 3, 2009, p. 154-166.
- _____. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- ROMITA, A. S. Justiça do Trabalho: produto do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 95-112.
- ROSE, R. S. *O homem mais perigoso do país: biografia de Filinto Muller*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- SAES, F. A. M. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SARTORETTO, L. *Crise e transição: um capítulo da modernização conservadora da autocracia burguesa no Brasil*. 196 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

_____. Fascismo e imperialismo - um complexo jogo de grande política. *História e luta de classes*, Marechal Cândido Rondon, v. 22, ano 12, set. 2016. p. 110-123.

_____. Elementos de contribuição para pensar a forma particular de ser do imperialismo norte-americano. *Movimentação*, v. 5, 2018. p. 124-147.

_____. *Sentido colonizador como gênese do capitalismo brasileiro*. 105f. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2015.

SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199 -228.

SILVA, S. S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

_____. 1935: ilusão, loucura e história. *Cadernos AEL*, 2012. p. 63-88.

SILVA, H. *1931: os tenentes no poder*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1972.

_____. *1934: a constituinte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

_____. *1945: porque depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____.; CARNEIRO, M. C. R.; DRUMMOND, J. A. *A ameaça vermelha: o Plano Cohen*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

SIMONSEN, R. C. *Rumo à verdade*. São Paulo: São Paulo editora limitada, 1933.

_____.; GUDIN, E. *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira*; coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. Brasília: Ipea, 2010.

SKIDMORE, T. *De Getúlio a Castelo*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1976.

SOBRINHO, B. L. *Presença de Alberto Torres*. (sua vida e seu pensamento). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *A verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

SODRÉ, N. W. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967.

_____. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

_____. *O tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto: 1985.

SOLA, L. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, C. G. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1969. p. 257-284.

TÁVORA, J. Carta aberta de Juarez Távora (datilografada), datada de 31/5/1930. In GUIMARÃES, M. L. L. S.; MORAES DE SÁ, P. S.; ESTEVÃO, S. N. M.; ASCENÇÃO, V. L. *A revolução de 30: textos e documentos*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 316-321.

TENCA, A. *Razão e vontade política*. O IDORT e a grande indústria nos anos 30. 1987. 130f. Dissertação. (mestrado em história) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade estadual de Campinas, Unicamp.

TERTULIAN, N. A destruição da razão: 30 anos depois. *Verinotio*, Belo Horizonte, n. 13, ano vii, abr. 2011. p. 11-25.

_____. Marx: uma teoria da subjetividade. *Revista Outubro*, n. 10, São Paulo, 2004. p. 7-16.

TOGLIATTI, P. *Lições sobre o fascismo*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

TONET, I. *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TORRES, A. *O problema nacional brasileiro: introdução a um projeto de organização nacional*. São Paulo: Editora Nacional, 1978a. (Brasiliiana, v. 16).

_____. *A organização nacional*. São Paulo: Editora Nacional, 1978b. (Brasiliiana, v. 17).

TOTTI, M. A.; MACHADO, V. O pensamento de Alberto Torres e a educação rural no Brasil: contribuições ao surgimento do ruralismo pedagógico. *Revista de ciência da educação*. Americana, Ano XV, v. 02, n. 19, p. 100-122, jun-dez 2013.

TRINDADE, H. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, 1979.

_____.; et al. (Org.) *Revolução de 30: Partidos e imprensa partidária no RS. (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

TRONCA, I. O exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942). In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil republicano. v. 10. Sociedade e política. (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981. p. 337-360.

_____. *Revolução de 1930: a dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TROTSKY, L. *A revolução permanente*. São Paulo: Kayrós, 1978.

VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. *Revista ensaio*. n. 17/18, São Paulo: 1989. p. 399-444.

_____. Marx e a filosofia: elementos para uma discussão ainda necessária. *Nova economia*, Belo Horizonte, vol. 16, mai-ago 2006, p. 327-341.

VARGAS, A. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: Editora Globo, 1960

VARGAS, G. *Discursos*. (1903-1929). Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1999.

_____. *A nova política do Brasil*. iv. as realizações do Estado Novo. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1940.

VIANNA, N. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1976.

VIANNA, O. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

- _____. *Direito do trabalho e democracia social*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- _____. *Problemas de organização e problemas de direção*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- _____. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.
- _____. *O ocaso do império*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- _____. *O idealismo da Constituição*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- _____. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.
- _____. *História Social da Economia Capitalista no Brasil*. 2. vols. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1987.
- VIANNA, M. A. G. *Revolucionários de 1935*. Sonho e realidade. São Paulo: Expressão popular, 2011.
- _____. G. Algumas notas sobre o integralismo. *Achegas.net*, v. 42., p. 44-66, 2009.
- VICENTE, M. M. O sentido do colonialismo. In: D'INCAO, M. A. (org.). *História e ideal*. Ensaio sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Editora Unesp; Editora Brasiliense, 1989. p. 87-95.
- VIEIRA, E. A. *Oliveira Vianna e o Estado corporativo*: um estudo sobre corporativismo e autoritarismo. São Paulo: Grijalbo, 1976.
- WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- WIRTH, J. Minas e a nação. um estudo de poder e dependência regional. 1889-1937. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III. o Brasil republicano. v. 8. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 84-111.
- ZWEIG, S. *Brasil, um país do futuro*. Porto Alegre: L&PM, 2013.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AMERICANO, J. *A lição dos fatos*. São Paulo: Oficina da Cia Gráfico-Editora Monteiro Lobato, 1924.
- BEIGUELMAN, P. *A formação do povo no complexo cafeeiro*. Aspectos políticos. São Paulo: Edusp, 2005.
- BELLI, R. B. *O irracionalismo como ideologia do capital: análise de suas expressões ideológicas fascista e pós-modernista*. 187f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.
- BERGSON, H. *A evolução criadora*. São Paulo: Unesp, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 93-120.
- CALADO, A. J. F. *Gregório Bezerra: um lutador do povo*. São Paulo: Expressão popular, 2006.
- CAMPELLO DE SOUZA, M. C. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, C. G. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1969. p. 163-226.
- CARNEIRO, M. L. T. o Brasil diante do holocausto. In: COGGIOLA, O. (Org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, 1995. p. 321-336.
- CASALECCHI. *O Partido Republicano Paulista*. (1889-1926). São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COHN, G. Persistente enigma. In: FAORO, R. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 2012.
- DOLHNIKOFF, M. *Projetos para o Brasil/José Bonifácio de Andrada e Silva* (Org.). São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.
- DULLES, J. W. F. *Getúlio Vargas: biografia política*. Rio de Janeiro: Renes, 1967.
- FERNANDES, F. Introdução. In: MARX, K.; ENGELS, F. *História*. São Paulo: Ática, 1989.
- FREDERICO, C. *Lukács: um clássico do século XX*. São Paulo: moderna, 1997.
- FREYRE, G. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.
- GOMIDE, B. B. *Dostoiévski na rua do ouvidor: a literatura russa e o Estado Novo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2018.
- GRUPPI, L. *O pensamento de Lenin*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.
- HEGEL, G. W. F. *Ciência da lógica: (excertos)*. seleção e tradução Marco Aurélio Werle. São Paulo: Barcarolla, 2011.
- HOLZ, H. H.; KOFLER, L.; ABRENDROTH, W. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- KEYNES, J. M. O fim do “laissez-faire”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) *Keynes (Economia)*. São Paulo: Ática, 1983, p. 106-126.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

- LEFEBVRE, H. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LENIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LIMONGI, F. A escola livre de sociologia e política de São Paulo. In: MILLIET, S. (Org). *História das ciências sociais no Brasil*. Vol. I São Paulo: Revista dos tribunais Ltda, 1989, p. 217-233.
- LIPSET, S. M. Alguns requisitos sociais da democracia: desenvolvimento econômico e legitimidade política. *Primeiros estudos*, São Paulo, n. 2, p. 198-250, 2012.
- LOSURDO, D. *A luta de classes: uma história política e filosófica*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- LOVE, J. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na república velha. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III. O Brasil republicano. v. 8. Estrutura de poder economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 111-139.
- LOWY, M. (Org.) *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril cultural, 1982.
- MARIÁTEGUI, J. C. *7 ensaios de interpretação de la realidade peruana*. Lima: Amauta, 1984
- _____. *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos*. Seleção e introdução Michael Löwy. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- _____. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MAZZEO, A. C. Notas sobre o "modo de produção escravista colonial". *Nova Escrita Ensaio*, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 81-95, 1980.
- MONAL, I. O impacto da Comuna em Marx. In: Orso, p. j.; Lerner, f.; Barsotti, (Orgs.). *A Comuna de Paris de 1871: história e atualidade*. São Paulo: Ícone, 2002. p. 139-158.
- NETO, L. *Getúlio: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- NETTO, J. P. A recuperação marxista da categoria de revolução. In: D'INCAO, M. A. (org.) *O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987. p. 292-305.
- _____. Depois do modernismo. In:_____.; KONDER, L.; COUTINHO, L.; RIBEIRO, G. P.; HENRIQUES, L. S. N. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- PAIM, A. Introdução. In:_____. (Org.) *Plataforma política do positivismo ilustrado*. Coleção pensamento político republicano. v. 5. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- PERISSINOTTO, R. M. *Classes dominantes e hegemonia na república velha*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

RANIERI, J. J. Notas a respeito da concepção marxiana de método presente no *Grundrisse*. *Perspectivas*. (Florianópolis), Araraquara, v. 20/21, p. 151-169, 1998.

ROSA, V. S. *O sentido do tenentismo*. Alfa ômega: São Paulo, 1976.

SAES, D. Estado capitalista e classe dominante. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 12, 2001, p. 156-164.

SILVA, H.; CARNEIRO, M. C. R. *O pensamento político de Vargas*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

SILVA, A. *A filosofia do Estado Novo*. Rio de Janeiro: [n/c], 1939.

SIMONATO JÚNIOR, A. H. *O sentido da teleologia dos pioneiros*: relendo o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova à luz da revolução burguesa no Brasil. Dissertação. (mestrado em ciências sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017. 106f.

SODRE, N. W. *A história da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1964.

SUN TZU. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SUPERTI, E. O positivismo e a revolução de 1930. A construção do Estado moderno no Brasil. 1998. 154f. Dissertação. (mestrado em ciências sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade federal de São Carlos, São Carlos.

TRINDADE, H. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil republicano. v. 10. Sociedade e política. (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981. p. 297-335.

WEFFORT, F. C. O nacionalismo, o populismo e o que restou do legado político e econômico de Vargas. In: SZMRECSÁNYI, T.; GRANZIERA, R. G. (Org). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 157-170.

WERLE, M. A. Apresentação. In: HEGEL, G. W. F. *Ciência da lógica*: (excertos). seleção e tradução Marco Aurélio Werle. São Paulo: Barcarolla, 2011.